

Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo
Coordenação de Documentos Escritos
Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo

Fundo

Secretaria da Cultura

do Ministério da Educação e Cultura

(U2)

Inventário Provisório dos Documentos Textuais

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo
Coordenação de Documentos Escritos
Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo

Fundo

Secretaria da Cultura

do Ministério da Educação e Cultura

(U2)

INVENTÁRIO PROVISÓRIO DOS DOCUMENTOS TEXTUAIS

Rio de Janeiro, setembro de 2013

Copyright © 2013 by Arquivo Nacional

1ª edição, 2013

Praça da República, 173 - CEP 20211-350 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Coordenação de Consultas ao Acervo: saladeconsultas@arquivonacional.gov.br

Coordenação de Atendimento a Distância: consultas@arquivonacional.gov.br

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Diretor-geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação de Documento Escritos. Equipe de Documentos do Poder Executivo e Legislativo.

Fundo: Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura (U2): inventário provisório dos documentos textuais - Equipe de Documentos do Poder Executivo e Legislativo; Sátiro Ferreira Nunes. 1ª. ed. rev. - Rio de Janeiro : o Arquivo, 2013.

415 p.;

Revisão técnica de Sátiro Ferreira Nunes, em 2013.

1. Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo - Inventários. 2. Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, 1963 - 1991. 3. Arquivos – Guias, inventários, etc. I. Nunes, Sátiro Ferreira. II. Nunes, Sátiro Ferreira. III. Título.

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo

Carmen Tereza Coelho Moreno

Coordenador de Documentos Escritos

Mauro Lerner Markowski

Supervisor da Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo

Sátiro Ferreira Nunes

Equipes técnicas responsáveis pelo tratamento do acervo

Primeiro tratamento (1994)

Relatório de recolhimento do acervo
Relação de recolhimento dos documentos da Secretaria de Cultura, Rio de Janeiro, 1994. 150 f. (SPE 213)
Divisão de Pré-Arquivo (DPA) do Arquivo Nacional

Segundo tratamento (2012)

Reformatação e inclusão no SIAN, Nível I – Instrumento de Pesquisa em PDF
COPRA/CODES/Equipe de Documentos do Poder Executivo e Legislativo
Digitação: Michelle Carvalho Xavier de Souza (Estagiária do Convênio AN/UERJ)
Supervisão, índices e formatação: Sátiro Ferreira Nunes

Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo

Ana Carolina Reyes
Christiano de Carvalho Cantarino
Cleide Ferraz Frazão
Delzemir Marques Cantanhede
Elizabeth Lee M. Domingues
Elizabeth da Silva Oliveira
Érika Maria Nunes Sampaio
Flavio Chagas Figueiredo
Heliene Chaves Nagasava
Joyce Helena Kohler Roehrs
Marcelo Souza do Lago
Marco André Ballousier Ancora da Luz
Marcus Vinicius Pereira Alves
Maria do Rosário Peixoto da Silva Ferreira
Maria Eduarda de Mello T. Falcão
Maria Inês Pacheco de Lima
Milene Miranda de Lima Salem
Mirian de Jesus Pion
Scheila Moreira Cecchetti

Capa:

Fotografia: Flávio Lopes
Tema: Fachada do bloco F da sede do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

Coordenadora-geral de Acesso e Difusão Documental

Maria Aparecida Silveira Torres

Formatação digital

José Ivan Calou Filho

Sumário

Apresentação 6
Descrição do fundo 7
Descrição do conteúdo 15
1. Avulsos (DAVL) 15
2. Congresso/seminário/encontro (CSEN) 16
3. Correspondência (CORR) 18
4. Correspondências por destinatário (CDES) 20
5. Departamento Nacional de Ensino (DPNE) 27
6. Documentos de pessoal (DEPS) 29
7. Documentos do diretor-geral e secretário (DDGS) 30
8. Documentos diversos (DDIV) 31
9. Documentos normativos - boletins (DNBO) 37
10.Documentação impressa (DIMP) 38
11. Obras (OBRA) 39
12. Orçamentos e propostas (ORÇP) 40
13. Processos do Departamento Assuntos Culturais (PDAC) 41
14. Processos da Subsecretaria de Assuntos Culturais (SEAC) 93
15. Política Nacional de Cultura (PNAC) 99
16. Processos de outros órgãos (POUO) 101
17. Propostas e projetos de pesquisa (PPES) 115
18. Processos da Secretaria da Cultura (PSEC) 121
19. Relatórios de atividades (REAT) 131
20. Regimentos, regulamentos e organogramas (RROR) 137
Legislação 138
Indice geral 245

Apresentação

O presente instrumento de pesquisa objetiva difundir o acervo da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura produzido entre os anos de 1963 e 1991, recolhido ao Arquivo Nacional em 1994 oriundo do Museu Histórico Nacional/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, que o manteve sob guarda quando abrigou durante alguns anos aquela secretaria.

A elaboração de um instrumento de consulta tem por objetivo fornecer ao usuário/pesquisador, os meios para a efetivação do acesso às informações contidas nos documentos, no presente caso, da documentação da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, um expressivo conjunto documental que recompõe a trajetória político-administrativa, bem como, as funções regimentais daquele órgão, até o momento, somente possível através da Relação de Recolhimento (SPE 213), instrumento interno, originalmente manuscrito, de acesso restrito e que serviu de base nesta reformatação, na qual optamos por manter a organização ali proposta, revendo, conforme o caso, a descrição em prol de sua difusão, em PDF, no sitio do Arquivo Nacional.

A este instrumento revisto foi incluido um índice de assunto, além de anexo sobre a legislação constitutiva da secretaria e suas atribuições, situando-a na estrutura dos ministérios ao longo de sua existência, e ainda, um novo inventário topográfico das áreas de armazenamento. Com a difusão das informações deste instrumento lança-se luz sobre a política cultural do governo federal, em especial, a partir da década de 1930 quando o Estado brasileiro passou por um processo de reforma com a implantação de políticas específicas de alcance nacional.

Para que uma política pública possa ser implementada é necessário um conjunto de medidas concretas que se constituem na sua parte tangível. São, entre outras, os recursos financeiros, intelectuais, reguladores e materiais e ainda as pessoas e/ou de organizações que irão atuar de maneira regular com objetivo de influenciar a sua formulação e concretização. Se por um lado, uma política publica se define como um conjunto de fins a se atingir, que estarão mais ou menos explícitos nos textos e nas decisões do governo, por outro, deve-se sempre considerar o caráter imanente de que toda ação política é sempre contraditória.

Pesquisas sobre política cultural no Brasil são ainda relativamente escassas, talvez, pela insuficiência de documentos públicos, uma vez que o Ministério da Educação e Saúde e seus órgãos sucessores, instituições de fomento de tais políticas, não sistematizaram a guarda criteriosa e permanente de seus acervos. Este instrumento resulta da premente necessidade em disseminar as informações contidas nesse conjunto documental, notadamente daqueles em que a cultura é tratada como um bem publico gerido pelo Estado.

O aperfeiçoamento de instrumentos de identificação de acervos acumulados facilita o trabalho do usuário, aprimorando ferramentas já existentes. Essa ação permite ao corpo técnico, conhecendo o acervo identificado, propor um quadro de arranjo e descrição de seu conteúdo, de modo a subsidiar a próxima etapa de sua organização, a inserção das informações no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), base de dados que permitirá cruzar os dados dos demais conjuntos documentais em um único veículo de propagação de informações, materializando o conceito de difusão democrática da informação como atributo de um arquivo público.

Sátiro Ferreira Nunes
Supervisor da Equipe do Executivo e Legislativo

Descrição do Fundo

Código de referência
BR AN,RIO U2

Título
Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura

Nível de descrição
Fundo

Natureza jurídica
Pública

Datas
1963 - 1991

Dimensão e suporte
Documentos textuais: 54 metros lineares

Nomes dos produtores
Departamento de Assuntos Culturais (Brasil), 1970 - 1978
Ministério da Cultura (Brasil) (I), 1985 – 1990
Secretaria da Cultura (Brasil), 1990 - 1992
Secretaria de Assuntos Culturais (Brasil), 1978 – 1982
Secretaria de Cultura (Brasil), 1982 - 1985

Histórico

Em 14 de novembro de 1930 foi criado pelo decreto nº 19.402, o Ministério da Educação e Saúde Pública, passando em 13 de janeiro de 1937, pela lei nº 378, a denominar-se Ministério da Educação e Saúde. Dentre suas atribuições figurava o "estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar". Integravam a estrutura do Ministério da Educação e Saúde Publica com foco em educação e cultura, outros órgãos como o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamim Constant, a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Braz e a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial. A sua criação evidenciava o interesse do governo com a preservação da cultura nacional, como demonstra o enfoque dado às despesas para a publicação das obras completas de Rui Barbosa, e às obras de conservação e restauração da Casa de Rui Barbosa, a publicação de livros e folhetos, como meio de educação extra-escolar, as despesas de material necessário ao Instituto Nacional de Pedagogia, ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao Museu Nacional de Belas Artes, ao Instituto Cairu e ao Serviço de Radiodifusão Educativa.

Em consonância com essa política, em 2 de dezembro de 1937, o então ministro da Educação e Saúde Publica, Gustavo Capanema, durante a solenidade de gala, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, pela passagem do

centésimo aniversário do Colégio Pedro II, faz um discurso denominado 'Panorama da Educação Nacional: as realizações e os propósitos do governo federal'. O ministro divulga as realizações e intenções do governo no tocante à educação, saúde e cultura como veículos de unidade e estabilidade nacional. Na sua fala explicitava a representação de cultura e a função do Estado em sua promoção:

> É dever de cada povo aumentar incessantemente o patrimônio de sua cultura. É mesmo pela capacidade de cumprir tal dever que se pôde avaliar devidamente o real poder desse povo. O Brasil não pode ficar atrás nesse terreno. O Governo Federal assim o tem entendido. É por isso que o Ministério da Educação e Saúde organizou um programa, que se amplia à medida que é executado, concernente ao desenvolvimento de nosso patrimônio cultural. Este desenvolvimento está sendo considerado sob todos os pontos de vista.
>
> Primeiro, sob o ponto de vista da produção intelectual do país. Por um lado os estabelecimentos federais de investigação cientifica, notadamente o Observatório Nacional e o Instituto Oswaldo Cruz, passam por grandes remodelações, afim de se lhes aumentar a eficiência e o rendimento. Por outro lado, vem sendo concedida apreciável proteção, material e moral, a grande numero de nossos trabalhadores intelectuais.
>
> Nesta matéria, porém, muito há ainda por fazer. A produção intelectual devera ser ampliada em todas as suas modalidades: cientifica, literária, artística. Deverão ser numerosos e bem organizados os estabelecimentos federais de pesquisa. Auxílios devem ser concedidos aos demais estabelecimentos científicos existentes no país. E cumpre organizar, em bases amplas o amparo a toda sorte de intelectuais, pensadores, pesquisadores, escritores, poetas, artistas. Uma comissão ou instituto poderá ser criado, para coordenar a produção da inteligência nacional e ainda para realizar sistematicamente a distribuição do amparo federal aos trabalhadores intelectuais do país.
>
> O problema em segundo lugar é tratado sob o ponto de vista da conservação. O patrimônio cultural de um país possui sempre relíquias preciosas que é preciso guardar.
>
> O Governo Federal, no que diz respeito ao nosso patrimônio histórico e artístico, já está realizando uma obra de grande alcance. Em 1936, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja atividade tem sido intensa e que esta sendo organizado de tal forma que ao seu controle não escapa nenhum monumento ou qualquer outro bem nacional de valor histórico ou artístico. Para tornar seguro este controle, acaba de ser baixado um importante decreto-lei, que consubstancia e sistematiza todas as necessárias medidas de proteção. Finalmente como já existisse o museu Histórico Nacional, foi providenciada a criação, neste ano, do Museu Nacional de Belas Artes, destinados ambos a guarda das coisas móveis de valor histórico ou artístico de propriedade federal.
>
> Mas o patrimônio cultural a ser preservado não é só o histórico e o artístico. Há ainda o patrimônio bibliográfico (conjunto dos livros e demais publicações raras ou preciosas, ora dispersas por toda a parte); o patrimônio documentário (todo o acervo de documentos escritos secularmente acumulados pelos arquivos: filmes, discos e fotografias relativas a vida contemporânea); o patrimônio tecnológico (todo o material relacionado com as atividades nacionais de produção cientifica).
>
> O Governo Federal deverá adquirir a maior quantidade possível de todo esse material, e conservá-lo em bibliotecas, arquivos e museus federais. Deverá ainda organizar o serviços espaciais a semelhança do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que passem a controlar a conservação de todos os bens existentes no país relativos a tais patrimônios.
>
> Outro ponto de vista sob o qual deve o patrimônio cultural do país ser encarado é o da sua difusão. A educação a ser dada pelo Estado é, no fundo uma obra da escola, que de qualquer ramo ou grau, tem uma disciplina, um objetivo e um limite. A difusão, obra extra-escolar, é ao contrario, indefinida, e a sua finalidade é levar as massas, em regra com divertimento, luzes novas, sentimentos e estímulos criadores, ligação e comunhão espiritual. O Governo Federal tem compreendido o grande alcance da difusão cultural. Seu programa, neste particular, é completo, e vai sendo aos poucos executado.
>
> São numerosos os meios de difusão. Apenas diremos os principais. Em primeiro lugar, o livro, o Instituto Cairu, criado para a publicação de uma grande obra, a *Enciclopédia Brasileira*, poderá ampliar o seu objetivo, e ser um centro de publicações importante, da natureza de muitas que o Ministério da Educação e Saúde já entrou a fazer. Poderia ele ainda cogitar do estabelecimento de bibliotecas populares por todo o país. A Biblioteca Nacional, que ora esta sendo completamente remodelada prestaria a este empreendimento inestimável cooperação. Mencionemos, em segundo lugar, o rádio e o cinema. Já foram instituídos e entraram a funcionar os serviços necessários ao seu aproveitamento: O Serviço de Radiodifusão Educativa e o Instituto Nacional de Cinema Educativo. Outro instrumento importante de difusão cultural é o teatro. O Governo Federal se esforça para resolver este problema, tendo criado para isto a Comissão de Teatro Nacional, que funciona com resultados promissores.
>
> Finalmente o patrimônio cultural do país pode ser considerado sob o ponto de vista do intercambio. Intercambio intelectual, para nós deve significar principalmente expansão, pois, em matéria de cultura, somos um país desconhecido.
>
> O Governo Federal empreendera, sobre este assunto, a obra necessária.

Em de 13 de janeiro de 1937, a lei nº 378 dá corpo as "obras necessárias" aludidas pelo ministro em seu discurso. Por aquele dispositivo legal são criadas as delegacias federais de educação com a competência de inspecionar os serviços federais de educação, e também é criada a Universidade do Brasil com a fusão da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade Técnica Federal, que junto com a Faculdade de Direito do Recife, a Faculdade de Direito do Ceará, Faculdade da Medicina da Bahia, Faculdade de medicina de Porto Alegre e Escola Politécnica da Bahia integram o sistema de federal educação superior.

A lei nº 378 mantém o Colégio Pedro II como estabelecimento padrão do ensino secundário, fundamental e

complementar. Para propagação do ensino profissional, são criados novos liceus por todo o país. O Instituto Benjamim Constant e o Instituto Nacional de Surdos Mudos passam a ser órgãos colaboradores do recém criado Instituto Nacional de Pedagogia, destinado a realizar pesquisas sobre os problemas do ensino, que é integrado ainda pela Comissão de Literatura Infantil. A seguir é criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, destinado a promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar do ensino, e como meio de educação popular em geral. Cria-se, ainda, o Serviço de Radiodifusão Educativa, destinado a promover a irradiação de programas de caráter educativo, que formará com as estações de rádio do país, uma rede para a transmitir diariamente ou em dias alternados, dez minutos de textos educativos, elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde inclusive em horário noturno.

A Biblioteca Nacional e a Casa de Rui Barbosa mantêm as atribuições anteriores, sendo criada no primeira, para leitura de cegos, uma seção Braille, a ser dirigida por um cego de comprovada competência e, a segunda, ratifica o compromisso de cultuar a memória de Rui Barbosa, através de sua biblioteca e todos os objetos que lhe pertenceram, promovendo a publicação de seu arquivo e de suas obras completas. E, com a finalidade de organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* é criado o Instituto Cairu.

Pela mesma lei são criados ainda o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; o Museu Histórico Nacional, como estabelecimento destinado à guarda, conservação e exposição das relíquias referentes ao passado do país, e o Museu Nacional de Belas Artes.

Em 21 de dezembro 1937, pelo decreto-lei nº 92 é criado o Serviço Nacional de Teatro (SNT) em consecução aos objetivos culturais do Estado Novo. No documento explicitam-se os motivos: "o teatro é considerado como uma das expressões da cultura nacional, e a sua finalidade é, essencialmente, a elevação e a edificação espiritual do povo". Como metas o novo organismo deveria estimular a construção de teatros em todo o país e organizar as companhias de teatro; fomentar a organização de grupos de amadores; incentivar o teatro para crianças e adolescentes; promover os espíritos dotados de vocação para o teatro, facilitando-lhes a educação; estimular a produção de obras de teatro; inventariar a produção brasileira e portuguesa, com a publicação das melhores obras existentes; e ainda providenciar a tradução e a publicação das grandes obras de teatro escritas em idioma estrangeiro.

Em 25 de julho de 1953, a lei nº 1.920 extingue o Ministério da Educação e Saúde e cria os ministérios da Saúde e o da Educação e Cultura (MEC), destino de todas as atribuições atinentes à educação e cultura.

Juscelino Kubitschek, em 5 de fevereiro de 1953, através decreto nº 43.178, institui, na esfera do ministro de Estado da Educação e Cultura, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Visava com esse ato "promover, em âmbito nacional, o estudo, a pesquisa a divulgação e a defesa do folclore brasileiro", com custeio suprido por Fundo Especial com recursos da União, dos estados, dos municípios, de entidades para-estatais, de sociedades de economia mista, além de outros recursos oriundos de donativos, contribuições de entidades públicas e privadas, além de rendas eventuais do patrimônio e dos serviços da Campanha.

Em 25 de fevereiro de 1967, o decreto-lei nº 200 reestrutura a Administração Pública Federal alocando o Ministério da Educação e Cultura no âmbito social, determinando que sob sua atuação ficariam os assuntos relativos à educação, ensino (exceto o militar), magistério, cultura, letras e artes, patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico, e ainda os desportos.

O decreto nº 66.296, de 3 de março de 1970, reestabelece a estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) aumenta sua importância como um dos órgãos centrais

de direção superior ao lado dos departamentos de Ensino Fundamental (DEF), de Ensino Médio (DEM), de Assuntos Universitários (DAU), de Desportos e Educação Física (DDEF), de Educação Complementar (DEC), de Administração (DAD) e de Apoio (DAP).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reportava-se formalmente ao DAC, conforme o decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, que dispôs sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Pelo mesmo decreto, a Comissão Nacional de Belas Artes, como órgão de cooperação do Ministério da Educação e Cultura, foi a ele vinculada. O Departamento de Assuntos Culturais era então organizado em Assessoria Técnica e Divisão de Atividades Auxiliares.

Os decretos nº 72.425 e nº 72.614, respectivamente de 3 de julho de 1973 e 15 de agosto de 1973, alteram a estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura no que determinava o decreto-lei nº 200. As alterações atingiram as questões de caráter administrativo, mantendo inalteradas as demais ações restritas daquele órgão.

Através da lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975, foi criada a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), com a finalidade de promover, incentivar e amparar, em todo o território nacional, a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades artísticas, nos termos do artigo 179 da Constituição. À FUNARTE foram incorporados, com o respectivo acervo e atribuições, os órgãos e serviços do Ministério da Educação e Cultura com atribuição da difusão das atividades artísticas, especialmente o Serviço Nacional de Teatro, o Museu Nacional de Belas Artes, a Campanha de Defesa do Folclore e a Comissão Nacional de Belas Artes, com dotação orçamentária consignada pela União, à manutenção e expansão dos serviços e atividades.

O decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978, redefine as funções do Ministério da Educação e Cultura, estabelecendo os respectivos campos de atuação. À Educação competia o ensino (exceto o militar) e o magistério, e à Cultura, as letras e artes. No artigo 22 estavam explicitadas as atribuições da Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC), declarando que sua finalidade seria planejar, coordenar e supervisionar a execução da política cultural e das atividades relativas à cultura em âmbito nacional e prestar cooperação técnica e financeira às instituições públicas e privadas, de modo a estimular as iniciativas culturais. E que, sob a sua supervisão, ficariam os seguintes órgãos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), Empresa Brasileira de Filmes S. A. (EMBRAFILME), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Por esse decreto, a Secretaria de Assuntos Culturais herdou legalmente as atividades e o acervo que competiam ao Departamento de Assuntos Culturais e ao Instituto Nacional do Livro.

A Secretaria de Assuntos Culturais recebeu a denominação de Secretaria da Cultura (SEC) através do decreto nº 87.062, de 29 de março de 1982. A sua finalidade mantinha-se praticamente a mesma da Secretaria de Assuntos Culturais, apenas explicitada os detalhes das atividades atinentes aos órgãos que lhe eram subordinados como inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país; além de tombar e projetar o acervo paisagístico do país (artigo 20).

Criado pelo decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, o Ministério da Cultura tinha sob sua incumbência as letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional e do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural. Na estrutura básica do novo ministério a Secretaria da Cultura compunha-se como um dos órgãos de assistência direta e imediata ao ministro.

Pelo decreto nº 99.180, de 15 de março de 1990, que dispôs sobre a reorganização e o funcionamento dos

órgãos da Presidência da República e dos ministérios, a Secretaria da Cultura saiu do âmbito do Ministério da Educação e Cultura para ser órgão de assistência direta e imediata do presidente da República, a ela competindo preservar e desenvolver o patrimônio cultural brasileiro, estimular a criatividade artística e promover a preservação da identidade cultural do país, por meio do Conselho Nacional de Política Cultural, do Departamento da Produção Cultural, do Departamento de Cooperação e Difusão Cultural (artigo 26). Estavam inculados à Secretaria da Cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional de Atividades Culturais e a Fundação Casa de Rui Barbosa (artigo 30).

Em 19 de novembro de 1992, a lei n° 8.490 reorganiza a Presidência da República e os ministérios. Por esse ato ao Ministério da Cultura cabe o planejamento, coordenação e supervisão das atividades culturais, a formulação e execução da política cultural, além da proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Para tanto, constitui-se dos seguintes órgãos: Conselho Nacional de Política Cultural, Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, Comissão de Cinema, Secretaria de Informações, Estudos e Planejamento, Secretaria de Intercâmbio e Projetos Especiais, Secretaria de Apoio à Cultura e Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual. Pelo artigo 21 a Secretaria de Governo da Presidência da República da Cultura retorna à estrutura básica do Ministério da Cultura.

Procedência

Museu Histórico Nacional (Brasil), recolhimento em abril de 1995. Processo nº 08060.309/94, de 8/3/1994

Museu Histórico Nacional (Brasil), 1995, recolhimento 8.

Histórico do acervo

O acervo pertencia originalmente ao Departamento Nacional de Educação (DNE), do Ministério da Educação e Cultura. Posteriormente, com o desmembramento do DNE, passou a integrar o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), que por sua vez passou a denominar-se Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC).

Com a transferência da Secretaria da Cultura para Brasília o Departamento Nacional de Educação (DNE), deixou de recolher a documentação. Em 1982, o Museu Histórico Nacional cedeu duas salas para a SEAC, que sob a responsabilidade da servidora Judith Fernandes, tencionava formar um 'Centro de Memória da Cultura' mas, apesar de seus esforços não logrou obter verba para constituir formalmente o 'setor' no MEC. Mesmo assim, a 'Memória da Cultura' funcionou informalmente no Palácio da Cultura até o início da década de 1980, quando se transferiu do MHN para Brasília, onde funcionou até 1991, ano da aposentadoria da servidora.

O acervo originalmente reunia documentos textuais e audiovisuais, sendo os textuais do Departamento Nacional de Educação e seus sucessores: Departamento de Ação Cultural (a partir de 1970) e da Secretaria de Assuntos Culturais (a partir de 1978), além do Programa de Ação Cultural e da Sociedade de Desenvolvimento do Museu Histórico Nacional, existente na década de 1960 da qual Judith Fernandes foi presidente. Os documentos cobrem o período de 1963 a 1990 e reúnem processos, correspondências, relatórios, livros de protocolo, *clipping* e fichas de processos.

A documentação referente ao período de 1987 a 1990 diz respeito à própria existência da "Memória da Cultura" e compõe-se dentre outras tipologias, de folhas de frequência e protocolos de correspondência.

À época do recolhimento deste acervo ao Arquivo Nacional, os conjuntos textuais foram encaminhados para a Coordenação de Documentos Escritos, onde foram sumariamente identificados pela Equipe de Documentos do

Executivo e Legislativo, constituindo-se a Relação de Recolhimento (SPE 213) que encontra-se formatada no presente instrumento. A documentação audiovisual constituida por cartazes, fotografias, discos e filmes, foi destinada à CODAC onde deverá receber tratamento adequado.

O acervo bibliográfico não foi recolhido ao Arquivo Nacional, sendo destinado, após avaliação prévia, ao próprio Museu Histórico Nacional e à Biblioteca Nacional.

Nota-se que ao conjunto da massa documental que compõe o acervo da Secretaria de Assuntos Culturais falta parcela significativa de documentos. Não existem relatos de uma política de documentação aplicada no órgão.

Conteúdo

Correspondência, livros de protocolo e processos produzidos e acumulados pela Secretaria da Cultura e seus antecessores, como o Departamento Nacional de Educação do MEC, o Departamento de Ação Cultural e a Sociedade de Desenvolvimento do Museu Histórico Nacional; fotografias, diapositivos e filmes de eventos culturais, discos da Campanha de Defesa do Folclore e de literatura de cordel; documentos cartográficos referentes aos municípios do Rio de Janeiro e distribuição das agências do Banco do Brasil no país; documentos administrativos produzidos pelo Gabinete da SEAC, processos de pessoal, processos de compra de material e subvenções, projetos do SEAC, orçamentos e propostas, cronogramas, currículos, livros e fichas de protocolo e ainda de documentos referentes à Sociedade de Desenvolvimento do MHN, cartazes, fotografias, discos e filmes.

Estágio de tratamento

Identificado

Sistema de arranjo

A documentação textual encontra-se identificada, mas não arranjada fisicamente. Assim, a constituição de séries obedece a um critério meramente de origem, não estando agrupada em séries ou por espécies documentais. Segue, portanto, o padrão utilizado na Relação de Recolhimento (SPE 213) que serviu de base para a formatação do novo instrumento, cujos documentos serão, *a posteriori,* classificados a fim de recuperar de modo eficiente as informações ali contidas.

O acervo encontra-se agrupado por origens e assuntos. A nomeação de tais agrupamentos permite antever os documentos que lhes são constituintes:

1. Avulsos (DAVL)
2. Congresso/seminário/encontro (CSEN)
3. Correspondência (CORR)
4. Correspondências por destinatário (CDES)
5. Departamento Nacional de Ensino (DPNE)
6. Documentos de dessoal (DEPS)
7. Documentos do diretor-geral e secretário (DDGS)
8. Documentos diversos (DDIV)
9. Documentos normativos - boletins (DNBO)

10. Documentação impressa (DIMP)
11. Obras (OBRA)
12. Orçamentos e propostas (ORÇP)
13. Processos do Departamento Assuntos Culturais (PDAC)
14. Processos da Subsecretaria de Assuntos Culturais (SEAC)
15. Política Nacional de Cultura (PNAC)
16. Processos de outros órgãos (POUO)
17. Propostas e projetos de pesquisa (PPES)
18. Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)
19. Relatórios de Atividades (REAT)
20. Regimentos, regulamentos e organogramas (RROR)

Foram incorporados ao presente instrumento um índice alfabético de assuntos, uma coletânea sobre legislação referente ao órgão, além de um novo instrumento topográfico que visa agilizar a localização das unidades de arquivamento do acervo.

Instrumento de pesquisa

As informações deste instrumento provisório podem apresentar discrepância em relação ao conteúdo das caixas ou mesmo às notações, uma vez que a base para sua elaboração foi a Relação de Recolhimento (SPE 213).

Caso seja identificada qualquer anormalidade solicitamos que estas sejam registradas e comunicadas à Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo para futuras alterações.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Catálogo de documentos cartográficos dos fundos públicos: Ministério da Fazenda e outros. - Não impresso

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Catálogo dos documentos cartográficos do fundo: Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 2000. p. dig. (CODAC/SDC 004) - Não impresso

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos do Executivo e do Legislativo. Fundo Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura (U2): inventário provisório dos documentos textuais. Rev. por Sátiro Ferreira Nunes. 1ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, set. 2013. p. - Não impresso.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL(Brasil). Relação de recolhimento dos documentos da Secretaria da Cultura. Rio de Janeiro, 1994. 150 f. ms. (Relação de Recolhimento SPE n° 213). - Não impresso

Condições de acesso

Sem restrição

Idioma

Português

Unidade responsável

Coordenação de Documentos Escritos (CODES)

Responsável pela descrição

Sátiro Ferreira Nunes

Descrição do Conteúdo

Avulsos (DAVL)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.498	DAVL		diversos – Ministério Educação e Cultura – Um conceito e consideração – Jorge Mesquita	1972
8.498	DAVL		diversos – Folclore do açúcar, Joaquim Ribeiro	-
8.498	DAVL		Um estudo da favela da Mangueira	1980
8.498	DAVL		Acordos culturais – Ministério das Relações Exteriores	1968
8.498	DAVL		Acordos culturais – diversos países	1950-54-66-71-74
8.499	DAVL		Ministére des Affaires Culturelles	1971
8.499	DAVL		Didacta – Núcleos culturais em grandes empresas - Projeto	1975
8.499	DAVL		Projeto Didacta no Setor da Cultura	1972
8.499	DAVL		Relatório da visita da sra. Laura Alvim sobre doação de prédio ao Ministério Educação e Cultura	1979
8.499	DAVL		*A dama das camélias*	-
8.499	DAVL		Regulamentação da profissão de artista e técnico de teatro	1973
8.499	DAVL		Direito autoral, parecer	1979
8.499	DAVL		Levantamento de documentos de praças, escolas etc. com nome de Olavo Bilac	1979-80
8.501	DAVL	0504/75	Serviço Nacional de Teatro, transformação da estrutura organizacional	1975
8.501	DAVL	0758/75	Gisela Magalhães, inquérito administrativo	1975
8.501	DAVL	01117/75	Maria Teresa Dal Moro – Reexame da inclusão no Plano de Ação Cultural do barítono Lourival Braga	1975
8.501	DAVL	1201/75	Arquivo Nacional – Centenário de morte de Tavares Bastos	1975
8.501	DAVL	1695/75	Casa dos Artistas, (RJ) – Concessão de auxílio	1975
8.501	DAVL	2087/75	Sociedade Musical Brasileira – Apoio financeiro para realização de concertos	1975-76
8.501	DAVL	226210/75	Governo do Estado do Rio de Janeiro – Informação	1975-76
8.501	DAVL	191/75	Anexo do proc. nº 191/75 do Departamento de Assuntos Culturais	1975
8.501	DAVL	020/82	Viviante Terezinha M. Bodaczny – Auxílio financeiro – Participar festival	1982
8.501	DAVL	041/82	José Coelho – Contagem de tempo de serviço – Grupo tarefa	1982
8.501	DAVL	045/82	Anete B. Santos – Contagem de tempo de serviço – Grupo tarefa	1982
8.501	DAVL	004/82	Antônio Jesus – Pfeil – Documentário longa metragem sobre a Revolução de 1923	1982

Congressos, seminários, encontros (CSEN)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.550	CSEN		Congresso Nacional de Museus, VII	1981
8.550	CSEN		Encontro Nacional BSB - Políticas planejamento da educação e cultura de 2 a 4/07/1979	1979
8.550	CSEN		Seminário sobre políticas planejamento da pducação e cultura – BSB - 1979	1979
8.550	CSEN		Seminário sobre políticas planejamento da educação e cultura – BSB	1979
8.550	CSEN		Seminário de estudos sobre o Nordeste, I - Bahia	1974
8.550	CSEN		Encontro de delegados e de presidentes e ministros da Educação e Cultura da Amazônia Legal, I	1981
8.550	CSEN		Seminário sobre fontes primárias de História Brasil	1976
8.550	CSEN		Seminário de estudos sobre o Nordeste, II	1975
8.551	CSEN		Seminário de extensão universitária, I – Região Norte	1976
8.551	CSEN		Seminário - CETRED - 1980	1980
8.551	CSEN		Seminário sobre universidades, [...] e comunidades - Paraíba	1979
8.551	CSEN		INEP / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Encontro sobre Ensino de 1º grau – Região Norte	1980
8.551	CSEN		Encontro cultural, IV – Norte - Nordeste - AENE	1979
8.551	CSEN		Encontro de delegados e representantes do , II	1980
8.551	CSEN		Seminário interno – Subsecretaria de Assuntos Culturais – Rio de Janeiro	1980
8.551	CSEN		Seminário interno –Subsecretaria de Assuntos Culturais – Ministério Educação e Cultura	1980
8.551	CSEN		Relatório II Encontro Nacional de Supervisores e Chefes Departamento Nacional de Educação	1965
8.551	CSEN		A participação da mulher na cultura – Área do Rádio – DSC - Plano de Ação Cultural	1973
8.552	CSEN		Seminário interno da Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.552	CSEN		Encontro Regional Norte, Nordeste e Centro Oeste Pró Reitores de Extensão e Assessores de Cultura e outros documentos	1980
8.552	CSEN		Seminário de Planejamento Educacional - BSB	1979
8.552	CSEN		A adolescência e a renovação cultural - Área do Rádio – DSC – Plano de Ação Cultural	1974
8.552	CSEN		Rádio – Difusão e educação	1973
8.552	CSEN		Tudo Isto é Brasil - Área do Rádio – DSC – Plano de Ação Cultural	1974
8.552	CSEN		Festival de Verão de Areia, I (PB)	1976
8.552	CSEN		Encontro Cultural de Laranjeiras, I	1976
8.553	CSEN		9º Festival de Inverno de Ouro Preto (MG)	1975
8.553	CSEN		OEA – Primeira reunião técnica sobre educação e cultura	1979
8.553	CSEN		Carta do Recife – Uma reapreciação da Educação no Nordeste - Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.553	CSEN		Encontro Mundial de Comunicação – México	1974
8.553	CSEN		Encontro Regional do Ensino Superior / DAU, VI	1973
8.553	CSEN		Semana Universitária de Música Brasileira, 1ª - 1975	1975

Congressos, seminários, encontros (CSEN)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.553	CSEN		Seminário de Engenharia de Sistema Departamento de Assuntos Culturais - / Sistema Cultural Brasileiro, IX	-
8.553	CSEN		Festival de Lages – Arte Negra	1977
8.553	CSEN		Assembleia de reitores – Participação do dr. Diegues – Cultura brasileira	-
8.553	CSEN		Seminário de Professores Primários Supletivos, II	1967
8.553	CSEN		Seminário sobre Missões Jesuíticas	1972
8.553	CSEN		Festival de Artes de Arles – França - 1975	1975
8.553	CSEN		Seminário de Informações sobre os Agentes de Cultura	1978
8.553	CSEN		Seminário de Informações sobre os Agentes de Cultura	1978
8.553	CSEN		Conferência Nacional de Educação, II (SP)	1969

Correspondência (CORR)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.513	CORR		Telegramas – telex – Detemec – Expedido	1970-81
8.514	CORR		Telegramas – telex – Detemec – Expedido	1970-81
8.515	CORR		Telegramas – telex – Detemec – Expedido	1970-81
8.516	CORR		Telegramas – telex – Detemec – Expedido	1970-81
8.517	CORR		Telegramas – telex – Detemec – Expedido	1970-81
8.518	CORR		Telegramas – telex – Detemec – Expedido	1970-81
8.519	CORR		Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cultura – correspondência recebida e expedida	1967-71
8.520	CORR		Correspondência - Departamento de Assuntos Culturais - ofícios	1970-72
8.521	CORR		Correspondência - Departamento de Assuntos Culturais – ofícios	1972
8.522	CORR		Correspondência - Departamento de Assuntos Culturais – ofícios	1972
8.523	CORR		Correspondência - Departamento de Assuntos Culturais – ofícios	1972
8.524	CORR		Correspondência - Departamento de Assuntos Culturais - ofícios	1972
8.524	CORR		Cartas e ofícios circulares	1971-73
8.525	CORR		Ofícios expedidos –1/3.040	1973
8.526	CORR		Ofícios expedidos – 3041/4313	1973
8.526	CORR		Ofícios expedidos – cópias avulsas - Pastas Nº 1 e Nº 2	1973
8.527	CORR		Ofícios expedidos – ½.430	1974
8.528	CORR		Correspondência /ofícios expedidos 2.431/2.652/74	1974
8.529	CORR		Ofícios expedidos 1/1.790	1975
8.530	CORR		Ofícios expedidos 1.791/2.590 – Cópias avulsas	1975
8.531	CORR		Ofícios circulares/cartas expedidas/correspondências recebidas/ expedidas	1974-76
8.532	CORR		Ofícios circulares/cartas expedidas/correspondências recebidas/ofícios excedentes	1976
8.533	CORR		Ofícios circulares/cartas expedidas/correspondências recebidas	1976
8.534	CORR		Ofícios expedidos	1977
8.535	CORR		Ofícios expedidos /cartas/correspondências/cópias excedentes	1977-78
8.536	CORR		Ofícios expedidos /cartas/correspondências 1978	1978
8.537	CORR		Ofícios expedidos /cartas/correspondências 1978	1978
8.538	CORR		Ofícios expedidos 1/2000/79	1979
8.539	CORR		Ofícios expedidos /2.001/2.384/79 – Cartas/ofício circular/excedente/ telegrama	1979
8.540	CORR		Cópias excedentes 1979 – Ofícios expedidos 1 à 500/80	1979-80
8.541	CORR		Ofícios expedidos de 501 à 2.500/80	1980
8.542	CORR		Correspondência expedidas /80/ ofícios /telex /ofícios expedidos de 1 à 500/81	1981
8.543	CORR		Ofícios expedidos de 501 à 2.000/81 – Ofícios e cópias – Pasta geral/81	1981
8.544	CORR		Ofícios expedidos de 1 à 620/82 – Cópias de cartas/ofícios etc /ofícios expedidos 1 à 40/83	1982 – 83

Correspondência (CORR)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.545	CORR		Correspondência recebida	1974-75
8.546	CORR		Correspondência recebida	1975
8.547	CORR		Correspondência recebida	1976
8.548	CORR		Correspondência recebida	1976-79
8.549	CORR		Correspondência recebida	1979

Correspondência por destinatário (CDES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.461	CDES		Correspondência expedida – Museu Histórico Nacional	1968
8.461	CDES		Correspondência expedida –Secretaria Extraordinária do Plano Nacional de Cultura	1968
8.461	CDES		Ofícios – Secretário-geral do Ministério Educação e Cultura	1968-69
8.461	CDES		Ofícios recebidos – Teatro Municipal do (RJ)	1969
8.461	CDES		Correspondência expedida - Secretaria Extraordinária do Plano Nacional de Cultura	1970
8.461	CDES		Ofícios recebidos - Secretaria Extraordinária do Plano Nacional de Cultura	1970-71
8.461	CDES		Ofícios expedidos – Conselho Federal de Cultura	1971
8.461	CDES		Correspondência – Museu Nacional de Belas Artes	1971
8.461	CDES		diversos - Secretaria do Plano Nacional de Cultura	1970-71
8.461	CDES		Correspondência expedida - Secretaria Extraordinária do Plano Nacional de Cultura	1971
8.461	CDES		Ofícios expedidos - Secretaria Extraordinária do Plano Nacional de Cultura	1971-72
8.461	CDES		Correspondência – Museu Histórico Nacional	1969-72
8.461	CDES		Correspondência expedida – ministro e chefe de Gabinete	1974
8.461	CDES		Ofícios recebidos – Diretor-geral do Departamento de Assuntos Culturais	1974
8.462	CDES		Correspondência expedida – Secretaria Geral do Ministério Educação e Cultura	1974
8.462	CDES		Ofícios Circulares expedidos – Diretor do Departamento de Assuntos Culturais	1974
8.462	CDES		Ofícios expedidos – Delegado Regional Guanabara	1974-75
8.462	CDES		Diversos – Gerente Plano de Ação Cultural	1974-75
8.462	CDES		Ofícios expedidos –Departamento de Assuntos Culturais	1974-75
8.462	CDES		Ofícios expedidos – ministro/chefe de Gabinete	1974-75
8.462	CDES		Ofícios expedidos – Instituto Nacional de Cinema	1975
8.462	CDES		Correspondência recebida – Serviço Radiodifusão Educativo	1975
8.462	CDES		Correspondência diversa –Departamento de Assuntos Culturais	1974-76
8.462	CDES		Correspondência recebida – Gabinete do ministro	1976
8.462	CDES		Ofícios expedidos – ministro/chefe de Gabinete/secretario particular	1975-76
8.462	CDES		Correspondência –Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1976
8.463	CDES		Correspondência diversa – Departamento de Assuntos Culturais	1976
8.463	CDES		Ofícios expedidos – Departamento de Assuntos Culturais	1976
8.463	CDES		Correspondência expedida – Diretor-geral do Departamento de Assuntos Culturais	1976
8.463	CDES		Correspondência confidencial – AESI	1976
8.463	CDES		Ofícios expedidos – Subsecretário de Orçamento e Finanças Ministério Educação e Cultura	1976
8.463	CDES		Correspondência recebida e expedida do Departamento de Assuntos Culturais	1975-76

Correspondência por destinatário (CDES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.463	CDES		Ofícios expedidos – Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura	1974-76
8.464	CDES		Correspondência expedida – Instituto Joaquim Nabuco	1975-76
8.464	CDES		Correspondência expedida – Museu Villa Lobos	1974-76
8.464	CDES		Correspondência – Fundação Casa de Rui Barbosa	1976
8.464	CDES		Correspondência – Campanha Defesa do Folclore Brasileiro	1974-76
8.464	CDES		Correspondência – Museu Histórico Nacional	1976
8.464	CDES		Correspondência recebida – Serviço Nacional de Teatro	1975-76
8.464	CDES		Correspondência recebida – Serviço Nacional de Teatro	1976
8.464	CDES		Correspondência recebida – Biblioteca Nacional	1975-76
8.464	CDES		Correspondência recebida – Museu Nacional de Belas Artes	1976
8.464	CDES		Correspondência expedida – Comissão Nacional de Belas Artes	1975-76
8.464	CDES		Correspondência – Empresa Brasileira de Filmes	1975-76
8.464	CDES		Correspondência recebida – Museu Imperial	1975-76
8.464	CDES		Correspondência recebida – Delegacia Regional do Ministérioda Educação e Cultura (RJ)	1976-77
8.464	CDES		Correspondência recebida – Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura (RJ)	1977
8.464	CDES		Correspondência expedida ao ministro	1977
8.465	CDES		Correspondência recebida – Empresa Brasileira de Filmes	1977
8.465	CDES		diversos	1977
8.465	CDES		Correspondência diversa – Sem numeração	1977
8.465	CDES		Correspondência confidencial	1975-77
8.465	CDES		Correspondência Conselho Nacional De Cinema	1977
8.465	CDES		Correspondência recebida – Biblioteca Nacional	1977
8.465	CDES		Correspondência expedida – Museu Histórico Nacional	1977
8.465	CDES		diversos – Empresa Brasileira de Turismo	1977
8.465	CDES		Correspondência recebida – Serviço Nacional de Teatro	1977
8.466	CDES		Correspondência recebida – Fundação Casa de Rui Barbosa	1977
8.466	CDES		Correspondência recebida – Museu Nacional de Belas Artes	1977
8.466	CDES		Correspondência recebida – Campanha Defesa do Folclore Brasileiro	1977
8.466	CDES		Correspondência – Serviço Radiodifusão Educativa	1976-77
8.466	CDES		Correspondência – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1977
8.466	CDES		Correspondência recebida – Conselho Federal de Cultura	1977
8.466	CDES		Correspondência expedida – Fundação Joaquim Nabuco	1977

Correspondência por destinatário (CDES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.466	CDES		Correspondência expedida –Departamento de Assuntos Culturais	1977
8.466	CDES		Correspondência expedida – Museu Villa Lobos	1977
8.466	CDES		Correspondência – Inspetoria de Finanças	1977
8.467	CDES		Correspondência – Acre	1977
8.467	CDES		Correspondência - Amazonas	1977
8.467	CDES		Correspondência – Bahia	1977
8.467	CDES		Correspondência – Brasília	1977
8.467	CDES		Correspondência - Brasília	1977
8.467	CDES		Correspondência – Brasília	1977
8.467	CDES		Correspondência – Goiás	1977
8.467	CDES		Correspondência – Espírito Santo	1977
8.467	CDES		Correspondência – Maranhão	1977
8.467	CDES		Correspondência – Mato Grosso	1977
8.468	CDES		Correspondência – Minas Gerais	1977
8.468	CDES		Correspondência – Pará	1977
8.468	CDES		Correspondência – Paraíba	1977
8.468	CDES		Correspondência – Paraná	1977
8.468	CDES		Correspondência – Pernambuco	1977
8.468	CDES		Correspondência – Piauí	1977
8.468	CDES		Correspondência – Rio de Janeiro	1977
8.469	CDES		Correspondência – Rio Grande do Sul	1977
8.469	CDES		Correspondência – Rio Grande do Norte	1977
8.469	CDES		Correspondência – Santa Catarina	1977
8.469	CDES		Correspondência – São Paulo	1977
8.469	CDES		Correspondência – Sergipe	1977
8.469	CDES		Correspondência recebida – Assessoria Regional de Segurança Informação	1978
8.469	CDES		Correspondência recebida – Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura - (RJ)	1978
8.469	CDES		Correspondência expedida – Museu Histórico Nacional	1978
8.469	CDES		diversos – Secretaria de Apoio – Ministério da Educação e Cultura	1978
8.469	CDES		Cartas s/nº	1978
8.469	CDES		Discursos/conferências/palestras do dr. Diegues e outros	1976-78
8.470	CDES		Correspondência – Serviço de Radiodifusão Educativa	1978
8.470	CDES		Ofício – Ano Internacional da Criança	1978
8.470	CDES		Correspondência expedida – Departamento de Assuntos Culturais	1978
8.470	CDES		Correspondência – Conselho Federal de Cultura	1978

Correspondência por destinatário (CDES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.470	CDES		Correspondência expedida – Museu Villa Lobos	1978
8.470	CDES		Correspondência recebida – Biblioteca Nacional	1978
8.470	CDES		Correspondência com várias universidades	1978
8.471	CDES		Correspondência expedida – Museu Nacional de Belas Artes	1978
8.471	CDES		Correspondência expedida – Fundação Joaquim Nabuco	1978
8.471	CDES		Correspondência expedida – Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	1978
8.471	CDES		Correspondência recebida – ministro de Estado	1978
8.471	CDES		Correspondência – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1978
8.471	CDES		Correspondência recebida do exterior	1978
8.471	CDES		Correspondência expedida – Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura	1978
8.471	CDES		Correspondência recebida – Museu Imperial	1978
8.471	CDES		Correspondência – Fundação Nacional de Artes	1978
8.471	CDES		Ofícios expedidos – Departamento de Assuntos Culturais	1978
8.471	CDES		Correspondência – Serviço Nacional de Teatro	1978
8.471	CDES		Correspondência – Casa de Rui Barbosa	1978
8.472	CDES		Correspondência - Acre	1978
8.472	CDES		Correspondência - Alagoas	1978
8.472	CDES		Correspondência - Amazonas	1978
8.472	CDES		Correspondência – Brasília	1978
8.472	CDES		Correspondência – Ceará	1978
8.472	CDES		Correspondência – Espírito Santo	1978
8.472	CDES		Correspondência – Goiás	1978
8.472	CDES		Correspondência – Minas Gerais	1978
8.472	CDES		Correspondência – Pará	1978
8.472	CDES		Correspondência – Paraíba	1978
8.472	CDES		Correspondência – Pernambuco	1978
8.472	CDES		Correspondência – Piauí	1978
8.472	CDES		Correspondência – Paraná	1978
8.472	CDES		Correspondência – Rio de Janeiro	1978
8.473	CDES		Correspondência – Rio Grande do Sul	1978
8.473	CDES		Correspondência – Rio Grande do Norte	1978
8.473	CDES		Correspondência – Santa Catarina	1978
8.473	CDES		Correspondência – Sergipe	1978
8.473	CDES		Correspondência – São Paulo	1978
8.473	CDES		Correspondência - Acre	1979
8.473	CDES		Correspondência - Alagoas	1979

Correspondência por destinatário (CDES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.473	CDES		Correspondência - Amazonas	1979
8.473	CDES		Correspondência - Bahia	1979
8.473	CDES		Correspondência – Brasília	1979
8.473	CDES		Correspondência – Ceará	1979
8.473	CDES		Correspondência – Espírito Santo	1979
8.473	CDES		Correspondência – Goiás	1979
8.474	CDES		Correspondência – Maranhão	1979
8.474	CDES		Correspondência – Mato Grosso	1979
8.474	CDES		Correspondência – Mato Grosso do Sul	1979
8.474	CDES		Correspondência – Pará	1979
8.474	CDES		Correspondência – Paraíba	1979
8.474	CDES		Correspondência – Pernambuco	1979
8.474	CDES		Correspondência – Piauí	1979
8.474	CDES		Correspondência – Rio de Janeiro	1979
8.474	CDES		Correspondência – Rio Grande do Sul	1979
8.474	CDES		Correspondência – Rio Grande do Norte	1979
8.474	CDES		Correspondência – Santa Catarina	1979
8.474	CDES		Correspondência – Sergipe	1979
8.474	CDES		Correspondência – São Paulo	1979
8.474	CDES		Correspondência – Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia	1979
8.475	CDES		Ofícios Circulares – Gabinete da Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.475	CDES		Serviço Nacional De Teatro - diversos	1979-80
8.475	CDES		Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Ensino 1º e 2º graus - diversos	1980
8.475	CDES		Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura no (RJ) - Correspondência	1980
8.475	CDES		Serviço de Radiodifusão Educativa – Correspondência	1980
8.475	CDES		Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura – Correspondência	1980
8.475	CDES		Afastamento do país	1980
8.475	CDES		Departamento de Pessoal – BSB	1980
8.475	CDES		Araken Távora – Correspondência	1980
8.475	CDES		Ordens de serviço	1980
8.475	CDES		Correspondência confidencial	1980
8.475	CDES		Museu Imperial – Correspondência	1980
8.475	CDES		Passaportes	1980
8.475	CDES		Empresa Brasileira de Filmes - Correspondência	1980
8.476	CDES		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Correspondência	1980

Correspondência por destinatário (CDES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.476	CDES		Biblioteca Nacional - Correspondência	1980
8.476	CDES		Conselho Nacional de Cinema - Correspondência	1980
8.476	CDES		Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Correspondência	1980
8.476	CDES		Museu Histórico Nacional – Correspondência	1980
8.476	CDES		Serviço Nacional do Teatro – Correspondência	1980
8.476	CDES		Museu Villa Lobos – Correspondência	1980
8.476	CDES		Fundação Casa de Rui Barbosa – Correspondência	1980
8.476	CDES		Fundação Nacional de Artes - Correspondência	1980
8.476	CDES		Conselho Federal de Cultura - Correspondência	1980
8.476	CDES		Instituto Joaquim Nabuco – Correspondência	1980
8.476	CDES		Fundação Joaquim Nabuco - diversos	1980
8.477	CDES		Instituto Nacional do Livro - Correspondência	1980
8.477	CDES		Subsecretaria de Assuntos Culturais – Nordeste - Correspondência	1980
8.477	CDES		ministro – Correspondência	1980
8.477	CDES		Museu Nacional de Belas Artes – Correspondência	1980
8.477	CDES		Instituto Nacional do Folclore – Correspondência	1980
8.477	CDES		Exterior – Correspondência	1980
8.477	CDES		Boletim Interno – Correspondência	1980
8.477	CDES		Instituto Nacional do Livro – Correspondência	1980
8.477	CDES		Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Correspondência	1980
8.477	CDES		Correspondência Estados Brasileiros /1980 - Acre e Alagoas	-
8.478	CDES		Brasília – Ceará – Espírito Santo – Goiás – Maranhão – Mato Grosso – Mato Grosso do Sul – Minas Gerais – Pará - Paraíba – Paraná – Pernambuco – Piauí (Correspondência)	-
8.479	CDES		Recife – Rio de Janeiro – Rio Grande do Norte – Rio Grande do Sul – Roraima – Santa Catarina – São Paulo – Sergipe (Correspondência)	1980
8.479	CDES		Acre – Alagoas – Amapá (Correspondência)	1981
8.480	CDES		Amazonas - Goiás - Mato Grosso do Sul - Paraíba – Paraná – Piauí – Rio Grande do Norte – Rio Grande do Sul – Rondônia – Santa Catarina – São Paulo - (Correspondência)	1981
8.480	CDES		Brasília – Ceará – Maranhão – Mato Grosso – Minas Gerais – Pará – Pernambuco – Rio de Janeiro (Correspondência)	1981-82
8.481	CDES		Bahia – Espírito Santo – Sergipe (Correspondência)	1982
8.481	CDES		Cartas cursos de inglês	1980-83
8.481	CDES		Cartas colégios	1980-84
8.481	CDES		Cartas cursos de inglês	1984-85
8.481	CDES		Cartas colégios	1985
8.481	CDES		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Correspondência	1979

Correspondência por destinatário (CDES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.481	CDES		Informações – Pasta nº 10	1973
8.481	CDES		Informações	1972
8.481	CDES		Releases	1972
8.481	CDES		RETE	1979
8.481	CDES		Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura - Correspondência	1979
8.481	CDES		Empresa Brasileira de Filmes – Correspondência	1979
8.481	CDES		Conselho Nacional de Cinema – Correspondência	1979
8.482	CDES		Conselho Federal De Cultura - Correspondência	1979
8.482	CDES		Ofícios dirigidos ao ministro	1979
8.482	CDES		Museu Nacional de Belas Artes – Correspondência	1979
8.482	CDES		Museu Imperial - Correspondência	1979
8.482	CDES		Museu Histórico Nacional	1979
8.482	CDES		Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura no (RJ) – Correspondência	1979
8.482	CDES		Museu Villa Lobos – Correspondência	1979
8.482	CDES		Serviço Nacional de Teatro – Correspondência	1979
8.482	CDES		Empresa Brasileira de Filmes – Correspondência	1980-81
8.482	CDES		Ofícios circulares recebidos	1980-81
8.483	CDES		Correspondência recebidas	1980-81
8.483	CDES		Universidades - Correspondência	1979
8.483	CDES		Museu Imperial - Correspondência	1979
8.483	CDES		Fundação Nacional de Artes – Correspondência	1979
8.483	CDES		Biblioteca Nacional - Correspondência	1979
8.483	CDES		Fundação Casa de Rui Barbosa - Correspondência	1979
8.483	CDES		Campanha Defesa Folclore Brasileiro - Correspondência	1979

Departamento Nacional do Ensino (DPNE)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.505	DPNE		Departamento Nacional de Ensino – Campanha Nacional Educação Rural – Inauguração Centro Social Percília Morais	1961-70
8.505	DPNE		Demonstrativo da execução orçamentária	-
8.506	DPNE		Departamento Nacional de Ensino – Relatório Escola Técnica de Campos	1963-71
8.506	DPNE		Campanha em Defesa do Folclore	1963-71
8.506	DPNE		Ofícios expedidos	1963-71
8.506	DPNE		Trabalhos do Grupo Assessorial	1963-71
8.506	DPNE		Prof. João Roberto Moreira	1963-71
8.506	DPNE		Contagem de tempo serviço	1963-71
8.506	DPNE		Plano de aplicação dos saldos 1965/66	1963-71
8.506	DPNE		Escolas de fronteira	1963-71
8.506	DPNE		Relatório Reconhecimento de Instituição de Ensino de Música	1963-71
8.506	DPNE		Ofícios Assessoria para Assuntos Parlamentares	1963-71
8.507	DPNE		Departamento Nacional de Ensino – Reunião de dirigentes do Ministério da Educação e Cultura / Departamento de Educação Complementar – Estudo – Fichas de servidores	1971-80
8.507	DPNE		Grupo Tarefa da Reforma Administrativa Controle Orçamentário – Demonstrativo de Despesas – Programa Ação Cultural Plantas – *Layout* do edifício sede em Brasília	1980
8.431	DEPS		Registro de ponto – Assessoria Técnica do Departamento de Assuntos Culturais	1971
8.431	DEPS		Registro de Ponto – Setor Serviços Gerais do Departamento de Assuntos Culturais	1974
8.431	DEPS		Registro de Ponto – Gabinete do diretor-geral do Departamento de Assuntos Culturais	1975
8.431	DEPS		Registro de ponto – Funcionários do Departamento de Assuntos Culturais	1975
8.431	DEPS		Folha de frequências diversas	1976
8.432	DEPS		Folha de frequências – Gabinete do diretor-geral	1977
8.432	DEPS		Folha de frequências – Gabinete do diretor-geral	1978
8.432	DEPS		Frequência – Serviço de Radiodifusão Educativa	1979
8.432	DEPS		Frequência – Serviço de Radiodifusão Educativa	1980-82
8.432	DEPS		Folha frequência – Gabinete do secretário	1982
8.433	DEPS		Comunica frequência de funcionários	1980-82
8.433	DEPS		Frequência – Moema de Jesus F. Neves	1979-82
8.433	DEPS		Frequências diversas	1983
8.433	DEPS		Comunica frequências diversas - ofícios	1982-83
8.433	DEPS		Ofícios - frequência	1984
8.433	DEPS		Frequência – Secretaria da Cultura – Memória	1984
8.434	DEPS		Ofícios - frequência – Secretaria da Cultura	1985
8.434	DEPS		Frequência – Secretaria da Cultura – Memória – Janeiro a Junho	1985

Departamento Nacional do Ensino (DPNE)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.434	DEPS		Frequência –Secretaria da Cultura – Memória – Julho a Dezembro	1985
8.434	DEPS		Frequência –Secretaria da Cultura – Memória	1986

Documentos de pessoal (DEPS)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.434	DEPS		Ofícios - frequência – Secretaria da Cultura – Memória	1986-87
8.435	DEPS		Frequência – Secretaria da Cultura – Memória	1987-88
8.435	DEPS		Ofícios frequência – Secretaria da Cultura – Memória	1988-90
8.435	DEPS		Frequência – Secretaria da Cultura – Memória	1989-90
8.435	DEPS		Fichas financeiras – Demitidos	1980-81
8.435	DEPS	7806/65	Paulo Condorcet Barbosa - Tempo de serviço (Processo)	
8.436	DEPS	78.885/56	Maria Izabel de Andrade Abreu - Afastamento do país (Processo)	1954-81
8.436	DEPS		Remoção de servidores da Subsecretaria de Assuntos Culturais	1981-82
8.436	DEPS	258461	Processo - Francisco das Chagas P. da Silva – Substituição provisória do diretor da Biblioteca Nacional	1977-80
8.436	DEPS		Pessoal – Assuntos diversos	1980
8.436	DEPS		Levantamento de pessoal	1980
8.436	DEPS		Relatório de viagens	1979
8.436	DEPS		Pessoal/Brasília	1977-79
8.436	DEPS		Estrutura salarial - Fundação Joaquim Nabuco - Fundação Casa de Rui Barbosa - Fundação Nacional de Artes - Empresa Brasileira de Filmes	1980
8.436	DEPS		Viagem de Robson de Almeida Lacerda a Madrid	1975
8.436	DEPS		Assuntos de pessoal - 1975	1975
8.436	DEPS		Pessoal - Recibos	1969

Documentos do diretor-geral e secretário (DDGS)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.495	DDGS		Pasta geral	1977
8.495	DDGS		Documentos do Departamento de Assuntos Estudantis - Cadastro de Entes e Agentes Culturais - Fundação Universidade do Maranhão - Maranhão	1975
8.496	DDGS		IX Encontro de Secretários de Educação e Presidentes dos Conselhos de Educação	1975
8.496	DDGS		*Curriculum vitae* do ministro da Educação, Euro Brandão	-
8.496	DDGS		*Curriculum vitae* de Eduardo Mattos Portella, ministro da Educação e Cultura	-
8.496	DDGS		Discurso da posse de Euro Brandão, ministro da Educação e Cultura	1977
8.496	DDGS		Documentos do dr. Diegues, secretário Márcio Tavares do Amaral	-
8.496	DDGS		Secretário Mário Tavares do Amaral – Correspondência particular	1980
8.496	DDGS		Secretário Mário Tavares do Amaral – diversos, testes, conferências	1979-80
8.496	DDGS		Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais – Particular dr. Diegues	1973-76
8.496	DDGS		Pasta do secretário/diretor-geral do Departamento de Assuntos Culturais, dr. Diegues	1976-78
8.496	DDGS		Trabalhos particulares do dr. Diegues	1977
8.497	DDGS		Regiões culturais	-
8.497	DDGS		Dr. Diegues – diversos	1975-76
8.497	DDGS		Diplomas e certificados	1974-77
8.497	DDGS		Trabalhos e textos do dr. Diegues	1958-77
8.497	DDGS		Dr. Diegues – diversos	1974-76
8.497	DDGS		*Curriculum Vitae* – dr. Diegues	-
8.497	DDGS		Literatura de cordel – dr. Diegues	-
8.497	DDGS		Dr. Diegues – Conselho Indigenista	1975
8.497	DDGS		Discurso dr. Diegues	1976
8.497	DDGS		Discurso dr. Diegues - *Top management*	1977
8.497	DDGS		Discurso/conferências – dr. Diegues	1976-77
8.497	DDGS		Dr. Diegues – Documentos particulares, correspondência, etc	1976-77
8.497	DDGS		Diploma de sócio honorário da Associação dos Arquivistas Brasil	-
8.497	DDGS		São José – Medalhas Castro Alves/VII Festival Nacional de Teatro de Estudantes	-

Documentos diversos (DDIV)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.507	DDIV		Embratur – Turismo/Cultura – Turismo Cultural – Política Nacional de Turismo	1976-77
8.508	DDIV		Sistema Nacional de Museus – estudos – Proposta Museu de Arte [..] – Relatórios – I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus – projeto – Criação SNM – prof Costa Pinto, Viagem ao Norte e Nordeste - diversos	1972-78
8.509	DDIV		Convênios e contratos Subsecretaria de Assuntos Culturais - Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rondon - Ministério da Educação e Cultura – Movimento Educação Base da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Universidade Federal da Bahia - Pontifícia Universidade Católica - Conselho Federal de Cultura - Ministério da Educação e Cultura –Conselho Federal de Cultura – Ministério da Justiça – Departamento de Imprensa Nacional - Ministério da Educação e Cultura – Prefeitura Municipal de Joinville - Instituto Nacional do Livro – Biblioteca Nacional - Departamento de Assuntos Culturais - Secretaria da Cultura – Ministério da Educação e Cultura - União Federal – Estado da Bahia – Município de Salvador - Ministério da Educação e Cultura – Prefeitura do município de São Paulo	1966-80
8.393	DDIV		Decreto 200 – Estudos – Trabalho feito pelo sr. Oberluden a pedidos do sr. Nelson	-
8.393	DDIV	96	Gerência cultural	1981
8.393	DDIV	82	Projeto de lei 128 de 1980 – Deduções impostos para fins culturais	1980
8.393	DDIV	84	Projeto de Desenvolvimento Cultural Através da Educação	1980
8.393	DDIV	86	I Reunião Interamericana de Representantes do Setor Cultural da Organização dos Estados Americanos em Washington	1981
8.393	DDIV	87	Conversa acabada – Proposta de abordagem	1986
8.393	DDIV	89	Programa de Cooperação Técnica Brasil/França	1981
8.393	DDIV	90	Questionário da Unesco sobre desenvolvimento e políticas culturais para América Latina e Caraíbas	1980
8.393	DDIV	95	Planos e projetos da Subsecretaria de Assuntos Culturais	1981
8.393	DDIV	79.3	Projetos próprios da Subsecretaria de Assuntos Culturais	1981
8.394	DDIV	79.1	Projetos próprios da Subsecretaria de Assuntos Culturais	1981
8.394	DDIV	74	Santa Catarina – Haeming Produções Cinematográficas	1980
8.394	DDIV	78	Revitalização dos Conselhos Estaduais de Cultura	1980
8.394	DDIV	77	Sala da conjuntura	1980
8.394	DDIV	76	Gilberto Freyre, peça teatral, *Casa grande e senzala*	1980
8.394	DDIV	65	Centenário da morte do padre José de Anchieta, IV	1980
8.394	DDIV	79.2	Projetos Próprios da Subsecretaria de Assuntos Culturais – Coordenação Patrimônio Cultural – Formação de profissionais	1981
8.395	DDIV		Discografia da música popular brasileira	1980
8.395	DDIV	56	Pasta especial pesquisas	1980
8.395	DDIV	94	Pesquisas – Desenvolvimento cultural x educação superior - economia x problema social e Mobral	1978
8.395	DDIV	57	Secretaria de Ensino Superior – Conselho dos Secretários – BSB (1)	1980
8.395	DDIV	58	Secretaria de Ensino Superior – Conselho dos Secretários – BSB (2)	1980
8.395	DDIV	68	XXI Sessão da Conferência Geral da Unesco – Belgrado – Subsecretaria de Desenvolvimento Cultural	1980

Documentos diversos (DDIV)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.395	DDIV	69	Fundação Teatro Guaíra, Curitiba (PR) – Balé Guaíra	1980
8.395	DDIV	73	Coordenação Patrimônio Artístico e Cultural – Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.395	DDIV	67	Fundação Projeto Rondon – Ministério do Interior	1980
8.396	DDIV	71	Recursos - Orçamentos - Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.396	DDIV	72	Sistema Nacional de Cultura	1980
8.396	DDIV	61	Aldemana Torreão	1979
8.396	DDIV	62	Relatório da Comissão Especial Quanto ao Vestibular de 1980	1979-80
8.396	DDIV	64	Reconstrução e Reativação da Aldeia de Arcozelo – Vassouras (RJ)	1979
8.396	DDIV	66	Comissão Nacional de Artes Plásticas	1980
8.396	DDIV	46	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica	1979
8.396	DDIV	47	Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais	1979
8.396	DDIV	48	Projeto Juventude – Paulo Henrique A. Pinto	1979
8.396	DDIV	49	Governo Estado da Paraíba – Prefeitura Municipal de Patos – Projeto de centro cultural	1977
8.396	DDIV	50	Projeto Periferia	-
8.396	DDIV	51	Governo Estado da Paraíba – Suplementação salarial - Orquestra de Câmara - Projeto Manaíra	1979
8.396	DDIV	52	Fundação José Augusto – Projeto Literatura Potiguar - I Festival de Emboladores do RN	1980
8.396	DDIV	54	Projeto de interiorização das atividades culturais do Ministério da Educação e Cultura	1979
8.396	DDIV	55	Eduardo Andrade de Sá e Benevides – Revalidação de diplomas Estrangeiros	1976-78
8.397	DDIV	01	Cruz Vermelha Brasileira – Concurso – Cruz Vermelha para Todos em Toda Parte	1980
8.397	DDIV	02	Associação Brasileira de Simiótica	1980
8.397	DDIV	03	Doc. das conclusões dos Encontros Regionais sobre Planejamento – III Plano Setor Educacional Cultural e Desportivo	1979
8.397	DDIV	04	Doc. das Conclusões dos Encontros Regionais sobre Planejamento – III Plano Setor Educacional Cultural e Desportivo	1979
8.397	DDIV	05	Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura, I – Conselho Federal de Cultura - Auditório	1979
8.397	DDIV	06	Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura, I – Conselho Federal de Cultura – Auditório	1979
8.398	DDIV	07	Habitar o Mar	1976
8.398	DDIV	08	Projeto Plurianual – 1980 - Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.398	DDIV	09	Projeto Educação – Produção em áreas urbanas de população carente	1980
8.398	DDIV	10	Relatório do grupo de trabalho criado pela portaria 596/20/06/1979 do ministro da Educação e Cultura	1979
8.398	DDIV	11	Programa de ações sócio–educativas: cultura para populações carentes do meio urbano	1980
8.398	DDIV	12	Secretaria Geral – Seminário de Indicadores Educacionais no Contexto de Desenvolvimento Social	1980
8.398	DDIV	13	Subsídios para a política e planejamento da educação – Documentação preliminar	1979

Documentos diversos (DDIV)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.398	DDIV	14	Projeto Regional de Desenvolvimento e Educação na América latina e Caribe	1980
8.398	DDIV	15	Planejamento - Subsecretaria de Assuntos Culturais	1979
8.398	DDIV	17	Manual de elaboração de estrutura básica e regimento interno	1977
8.399	DDIV	18	*Filosofia da poesia*, Pereira Lima	1980
8.399	DDIV	19	Projeto do sistema de documentação e de divulgação da vida e obra da pintora Djanira	1978
8.399	DDIV	20	Secretaria de Ensino Superior Ministério da Educação e Cultura	1979
8.399	DDIV	21	Levantamento da situação dos museus da República e Histórico Nacional	1979
8.399	DDIV	22	Universidade Federal do Ceará/Projeto Pindaré Gurupi	1979
8.399	DDIV	23	Discurso Marcus Pereira Ltda – Origem, história e propósitos – Proposta de projeto cultural	1980
8.399	DDIV	24	Secretaria da Ciência e Tecnologia	1979
8.399	DDIV	25	Secretaria de Ensino 1º e 2º graus – O currículo como preocupação/ responsabilidade /políticas de educação no país	-
8.399	DDIV	26	Coordenação de Orçamento, Avaliação e Controle - Subsecretaria de Assuntos Culturais	1979
8.399	DDIV	28	Desenvolvimento Cultural no III Plano Nacional de Desenvolvimento	-
8.399	DDIV	29	Política Nacional de Cultura	-
8.400	DDIV	30	Subsecretaria de Assuntos Culturais - Documentação relativa à sua implantação	1979
8.400	DDIV	27	Relatório de viagens – Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.400	DDIV	16	Divisão de Atividades Auxiliares - Subsecretaria de Assuntos Culturais - Relatórios	1979
8.400	DDIV	31	Subsecretaria de Assuntos Culturais - Ação Programas do Ministério da Educação e Cultura – 90/85 – O desenvolvimento cultural	1980
8.400	DDIV	32	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	-
8.400	DDIV	33	Universidade Federal Rural de Pernambuco – Projeto de ampliação do Conselho Universitário	1979
8.400	DDIV	35	Relações Luso-Brasileiras	1980
8.400	DDIV	36	Material audiovisual – Ofícios recebidos	1977
8.449	DDIV		Sub-secretaria Assuntos Culturais – Documentos diversos	1980-81
8.449	DDIV		Coordenadoria Assuntos Literários - Assuntos diversos	1980-81
8.449	DDIV		Projeto de capacitação de recursos humanos para área de cultura	1976
8.449	DDIV		Capacitação de recursos humanos para área de cultura – Animação cultural	1979
8.450	DDIV		Capacitação de recursos humanos – Orçamento – Programação e projetos	1980
8.450	DDIV		Capacitação de recursos humanos – Apoio às atividades culturais e artísticas	1980
8.450	DDIV		Capacitação de recursos humanos – Projeto prioritário 13.8 – Área da cultura	1975-79
8.450	DDIV		Curso de conservação e restauração – Programa	-
8.450	DDIV		Projeto subregional de formação de recursos humanos – Política e administração cultural na América Latina	1981-82

Documentos diversos (DDIV)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.450	DDIV		Curso Interamericano de Administração Cultural, IV	1979
8.450	DDIV		Curso Interamericano Sobre Política e Administração Cultural, V – Capacitação em recursos humanos - Gerência cultural	-
8.450	DDIV		Curso Interamericano de Política Cultural, IV – Alcântara (MA)	1980
8.450	DDIV		Curso Interamericano sobre Política e Administração Cultural, V	1980
8.451	DDIV		Educação artística – Documentos diversos	1979
8.451	DDIV		Coordenação de Assuntos Artísticos – Documentos diversos	1980-81
8.451	DDIV		Seminário Nacional do Prodiarte, III – São Luis (MA) – Mensagem	1980
8.451	DDIV		Educação Artística Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus	1972
8.451	DDIV		Relatório do Encontro Nacional de Educação Artística	1971
8.451	DDIV		Educação através da arte	1977
8.451	DDIV		Sugestões sobre a implantação da disciplina de educação artística	1972
8.452	DDIV		Capacitação de recursos humanos para área cultural – Educação artística – Prodiarte	1976-79
8.452	DDIV		Música e dança – Diversos	1975
8.452	DDIV		Minuta balé	1975
8.452	DDIV		Plano para realização semana da música popular brasileira, (Processo)	1975
8.452	DDIV		Música popular erudita – diversos documentos	1974
8.452	DDIV		Instituto Nacional de Música – Orçamento para 1980	1980
8.452	DDIV		Projeto de lei sobre música brasileira nas rádios, casas noturnas	1979
8.452	DDIV		Escola Nacional de Música – Registro – Documentos diversos (material de divulgação de eventos culturais)	1945-70
8.453	DDIV		Relatório - Universidade Federal do Rio de Janeiro – Dança moderna – Helenita Sá Earp	1973
8.453	DDIV		Música popular brasileira – prof. Joaquim da Costa Pinto Netto – Relatório	1975
8.453	DDIV		Semana Universidade - Música brasileira	1975
8.453	DDIV		Encontro de pesquisadores da música popular brasileira, II	1975
8.453	DDIV		Instituto Nacional de Música – 2º Encontro de Pesquisadores de Música Popular Brasileira	1976
8.453	DDIV		Música Popular Brasileira – Área Projetos do Plano de Ação Cultural - Departamento de Assuntos Culturais – Assuntos diversos	1976
8.453	DDIV		Coordenação de Referência Cultural – Documentos diversos	1975-80
8.453	DDIV		Balanço das atividades - Departamento de Assuntos Culturais - Subsecretaria de Assuntos Culturais – Financiamento de atividades	1978-79
8.560	DDIV		Área de Cinema – Instituto Nacional de Cinema –Conselho Nacional de Cinema – Empresa Brasileira de Filmes – Correspondência – Resoluções – Atas de Reuniões – Roteiros – Estudos sobre política cinematográfica – Legislação - Órgãos vinculados ao Departamento de Assuntos Culturais	1972-79
8.561	DDIV		Empresa Brasileira de Filmes –Conselho Nacional de Cinema	1980-81 1974-77
8.562	DDIV		Conselho Nacional de Cinema	1978-80

Documentos diversos (DDIV)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.563	DDIV		Instituto Nacional de Cinema	1971-74
8.563	DDIV		diversos – Área de cinema	1972-73
8.564	DDIV		diversos – Área de cinema	1973-78
8.565	DDIV		diversos – Área de cinema	1974-80
8.566	DDIV		diversos – Área de cinema	1980-81
8.566	DDIV		Biblioteca Nacional	-
8.566	DDIV		Biblioteca Nacional – Recortes de jornais - ofícios - convênio - projetos - acordos - relatórios - livros co-edições	1970-72
8.567	DDIV		Biblioteca Nacional – Relatórios - projetos - sub-projeto	1972
8.568	DDIV		Relatório da Coordenação de Assistência Técnica para a Reforma Administrativa – Relatório Fundação Ford – Assuntos diversos – Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos	1973 1975-80 1976-78 1977-81 1978
8.569	DDIV		Decreto – Coordenação Assuntos Literários – Reorganização – Capacitação de recursos humanos – Microfilmagem – Plano de trabalho	1978-79
8.560	DDIV		Museu Villa Lobos – Transferência para o II Tribunal do Júri	1978
8.570	DDIV		Fundação Joaquim Nabuco – Assuntos diversos	1974-75
8.570	DDIV		Instituto Nacional do Livro – Estratégia global para livro infantil e para formação do hábito de leitura	1973
8.570	DDIV		Museu Imperial – Empréstimo acervo – Programa trabalho – Informação sobre reforma administrativa – Remessa de formulários - Exposição	1970-71
8.570	DDIV		Museu Histórico Nacional – Assuntos diversos	1974-75
8.570	DDIV		Comissão Nacional de Belas Artes – Reformulação de lei	1974
8.570	DDIV		Museu Nacional de Belas Artes – Relatório de vistoria de serviços executados referente às obras – Empréstimo acervo ao Palácio Laranjeiras – Bens móveis - Conselho Técnico - Designação	1977-78
8.570	DDIV		Serviço Nacional de Teatro – diversos – Pedido de verba – Plano de ação – Pedido exoneração – Portaria	1970-79
8.571	DDIV		Serviço Nacional de Teatro – Projeto – Minuta – Plano de atividades – Normas de julgamento – Relação de processos - Relatórios	1971-82
8.571	DDIV		Plano Nacional de Cultura – Patrimônio Histórico - Assuntos diversos	1961
8.571	DDIV		Encontro de governos sobre a defesa do patrimônio, histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, II	1961
8.571	DDIV		Restauração Cidade Laranjeiras - Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - diversos – Decreto memorando – Movimento interno	1961
8.571	DDIV		Programa de preservação – Relatório – programa Atividade	1961-81
8.502	DDIV		Orquestra Sinfônica Nacional – Portaria – Movimento interno	1971-79
8.502	DDIV		Rádio Ministério da Educação – Serviço de Rádio Difusão Educativa – Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – Programação TV Educativa	1971-79
8.502	DDIV		Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – Portarias – Movimento interno – Estudos – Organogramas – Instrução Normativa – Cartas - Memorandos	1971-79
8.503	DDIV		Secretaria de Controle Interno do Ministério da Educação e Cultura – Minuta projeto	1980-82
8.503	DDIV		Informação sobre reorganização administrativa do Ministério da Educação e Cultura – Legislação – Estudo sobre Administração Pública Federal	1980-82

Documentos diversos (DDIV)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.503	DDIV		Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - Expediente – Ofício - Projetos	1971-79
8.503	DDIV		Funarte - Projetos – Legislação – Reunião do Conselho Curador - Ofício – Restauração do Museu Nacional de Belas Artes para uso da Fundação Nacional de Artes	1974-79
8.503	DDIV		Fundação Casa de Rui Barbosa - Ofícios	1970

Documentos normativos - Boletins (DNBO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.447	DNBO		Documentos normativos - ordens de serviço e portarias	1971,1973-80
8.448	DNBO		Documentos normativos - ordens de serviço e portarias	1971,1973-80
8.448	DNBO		Boletins do Departamento de Assuntos Culturais	1974-75
8.448	DNBO		Boletins da Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.448	DNBO		Boletins de Pessoal - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1977-80
8.448	DNBO		Boletins - Instituto Nacional de Cinema	1975
8.448	DNBO		Informativo - Biblioteca Nacional	1975
8.448	DNBO		Boletins - Fundação Joaquim Nabuco	1975-76
8.448	DNBO		MEC em Revista – Folheto - Guia de endereços e telefones - Ministério Educação e Cultura	1975/1978
8.449	DNBO		Coordenação do Patrimônio Cultural – Assuntos diversos	1980-81
8.449	DNBO		Subsecretaria de Desenvolvimento Cultural – Assuntos diversos	1980-82
8.449	DNBO		Subsecretaria de Desenvolvimento Cultural – Assuntos diversos	1980-81
8.449	DNBO		Subsecretaria de Desenvolvimento Cultural – Assuntos diversos	1980

Documentação impressa (DIMP)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.411	DIMP		Recortes de jornais	1969, 70, 72 - 74
8.412	DIMP		Recortes de jornais	1973
8.413	DIMP		Recortes de jornais	1973-74
8.414	DIMP		Recortes de jornais	1974
8.415	DIMP		Recortes de jornais	1974
8.416	DIMP		Recortes de jornais	1973-75
8.417	DIMP		Recortes de jornais	1975
8.418	DIMP		Recortes de jornais	1974-76
8.419	DIMP		Recortes de jornais	1976
8.420	DIMP		Recortes de jornais	1975,79
8.421	DIMP		Recortes de jornais	1975,79-81
8.422	DIMP		Recortes de jornais	1976-77, 79-81
8.423	DIMP		Recortes de jornais	1974
8.424	DIMP		Recortes de jornais	1980
8.425	DIMP		Recortes de jornais	1980
8.426	DIMP		Recortes de jornais	1980-81
8.427	DIMP		Recortes de jornais	1980-81
8.428	DIMP		Recortes de jornais	1980-81
8.429	DIMP		Recortes de jornais (*Lux Jornal*)	1981-82
8.430	DIMP		Recortes de jornais (*Lux Jornal*)	1982

.

Obras (OBRA)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.410	OBRA		Obras	-
8.410	OBRA		Benjamin Constant	1973-74
8.410	OBRA		**Museu Nacional do Caeté – (MG)**	1973-74
8.410	OBRA		Museu Histórico Nacional - Campanha Defesa Folclore Brasileiro - Casa França - Brasil	1975-78
8.410	OBRA		Museu Nacional de Belas Artes	1975-78
8.410	OBRA		Campanha Defesa Folclore Brasileiro	1976
8.410	OBRA		Museu Imperial	1977-78
8.410	OBRA		Cooperação Técnica – Subsecretaria de Assuntos Culturais - Legião Brasileira de Assistência	1979
8.410	OBRA		Biblioteca Nacional	1980
8.410	OBRA		Cooperação técnica – Ministério da Educação e Cultura	1980

Orçamento e proposta (ORÇP)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.444	ORÇP		Programa de Ação Cultural das unidades - Orçamento	1973
8.444	ORÇP		Programa de Ação Cultural das unidades – Diversos	1973-74
8.444	ORÇP		Programa de Ação Cultural das unidades	1973-74
8.444	ORÇP		Programa de Ação Cultural das unidades – Proposta do grupo tarefa	1973-74
8.444	ORÇP		Programa de Ação Cultural das unidades – Resumo	1973-74
8.444	ORÇP		Programa de Ação Cultural das unidades	1974
8.445	ORÇP		Plano Operativo Anual	1974
8.445	ORÇP		Programa de Acompanhamento Dos Projetos De Desenvolvimentos	1974
8.445	ORÇP		Planos de aplicação	1975
8.445	ORÇP		Departamento de Assuntos Culturais – Orçamento	1975
8.445	ORÇP		Museu Imperial – Plano setorial	1975-79
8.445	ORÇP		Museu Villa Lobos – Plano setorial	1975-79
8.445	ORÇP		Plano Operativo Anual	1975-76
8.445	ORÇP		Prestação de contas – Programa de Ação Cultural	1975
8.445	ORÇP		Plano de Ação Cultural – Relação de eventos	1975
8.445	ORÇP		Plano de Aplicação – Secretaria Geral	1975
8.445	ORÇP		Preservação e defesa dos bens de valor cultural – Plano Operativo Anual 1975	1975-79
8.445	ORÇP		Casa de Rui Barbosa – Programação financeira	1976
8.445	ORÇP		Programa Operativo Anual – Capacitação de recursos humanos – Plano Operativo Anual	1976
8.445	ORÇP		Plano de Aplicação nº 06/76	1976
8.445	ORÇP		Programa básico de atividades – Fundação Nacional de Artes	1977
8.446	ORÇP		Plano de Ação Cultural – Serviço Nacional de Teatro	1977
8.446	ORÇP		Plano Operativo Anual – Plano Operativo Anual	1977
8.446	ORÇP		Resumo indicativo da programação para 1978	1978
8.446	ORÇP		Plano Operativo Anual - Capacitação de recursos humanos e preservação do patrimônio	1978
8.446	ORÇP		Plano Operativo Anual	1979
8.446	ORÇP		Plano Operativo Anual	1980
8.446	ORÇP		Quadro demonstrativo das aplicações de recursos - Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.446	ORÇP		Orçamento - Subsecretaria de Assuntos Culturais e Entidades Supervisionadas	1980
8.446	ORÇP		Orçamento	1980-81
8.446	ORÇP		Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – Proposta	1981
8.446	ORÇP		Anteprojeto do Fundo Cultural Ministério da Educação e Cultura - Caixa Econômica Federal	-
8.446	ORÇP		Tomada de contas – Tribunal de Contas da União	1973

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.332	PDAC	015/74	Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (PB)	1974
8.332	PDAC	020/74	Fundação Cultural de Curitiba (PR)	1974
8.332	PDAC	021/74	Bloch Editora S/A	1974
8.332	PDAC	028/74	Museu Villa Lobos	1974
8.332	PDAC	033/74	Fundação Casa de Rui Barbosa	1974
8.332	PDAC	041/74	Banco do Brasil S/A	1974
8.332	PDAC	045/74	Carlos Diegues	1974
8.332	PDAC	052/74	Museu Nacional de Belas Artes	1974
8.332	PDAC	054/74	Nancy Lousan Miranda	1974
8.332	PDAC	061/74	Instituto Nacional do Livro	1974
8.332	PDAC	063/74	Museu Nacional de Belas Artes	1974-75
8.332	PDAC	068/74	Fundação Patrimônio Histórico Artístico de Pernambuco	1974
8.332	PDAC	071/74	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais	-
8.332	PDAC	072/74	Associação de Ballet do Rio de Janeiro (GB)	1974-75
8.332	PDAC	074/74	Centro de Pesquisas e Trabalhos Populares do Brasil	1974
8.332	PDAC	079/74	Prefeitura Municipal de Bagé (RS)	1974
8.332	PDAC	088/74	Teatro Experimental de Belo Horizonte (MG)	1974
8.332	PDAC	089/74	Prefeitura Municipal de São João Del Rei (MG)	1974
8.332	PDAC	093/74	Emília D'Anniballe Jannibelli	1974
8.332	PDAC	096/74	Sociedade Brasileira de Educação Musical	1974
8.332	PDAC	101/74	Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina	1974
8.332	PDAC	102/74	Fundação Universidade Estadual de Londrina (PR)	1974
8.332	PDAC	106/74	Faculdade Musical Palestrina de Porto Alegre (RS)	1974
8.332	PDAC	115/74	Faculdade Musical Palestrina de Porto Alegre (RS)	1974
8.332	PDAC	116/74	Degrau Produções Artísticas	1974
8.332	PDAC	117/74	Luiz Guilherme de Mendonça	1974
8.332	PDAC	125/74	Departamento de Assuntos Culturais	1974-80
8.332	PDAC	134/74	Museu da Boa Morte – Regina Lacerda	1974
8.332	PDAC	137/74	Deputado Siqueira Campos	1974-76
8.332	PDAC	138/74	Nina Ribeiro	1974
8.332	PDAC	142/74	Valci Correa	1974-75
8.332	PDAC	144/74	Fundação Casa de Rui Barbosa	1974
8.332	PDAC	145/74	Eny Camargo	1974-75
8.332	PDAC	153/74	Jayme Frejat	1974-75
8.332	PDAC	155/74	Secretaria Geral do Departamento de Assuntos Culturais	1974-75
8.332	PDAC	156/74	Maria Mamana Dolabela Zanité	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.332	PDAC	158/74	Deputado Maurício de Toledo	1974-76
8.332	PDAC	160/74	Departamento Cultural – Fernando S. Magalhães	1974
8.332	PDAC	161/74	Freitas Nobre e Florim Coutinho	1974
8.332	PDAC	163/74	Departamento Assuntos Culturais da Seduc de Alagoas	1974
8.332	PDAC	164/74	Fundação de Arte de Ouro Preto (MG)	1974
8.332	PDAC	167/74	Valdyr Pintos da Fonseca	1974
8.333	PDAC	168/74	Ana Tereza Maric Gudiño	1974
8.333	PDAC	171/74	Grupo Alec	1974
8.333	PDAC	173/74	Departamento Assuntos Culturais da Seduc do Rio Grande do Sul	1974
8.333	PDAC	174/74	Supervisão de áreas de música, espetáculos e artes plásticas	1974
8.333	PDAC	175/74	Departamento de Assuntos Culturais Senec do Paraná	1974
8.333	PDAC	177/74	Sebastião Rodrigues de Oliveira, músico	1974
8.333	PDAC	178/74	Programa Nacional de Teleducação	1974
8.333	PDAC	179/74	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	1974
8.333	PDAC	180/74	Museu Paraense Emílio Goeldi	1974
8.333	PDAC	186/74	Amazonina Mercedes Ramos	1974
8.333	PDAC	192/74	Ana Lucia Altino e Outro	1974
8.333	PDAC	204/74	Sala Cecília Meireles	1974
8.333	PDAC	205/74	Museu Nacional de Belas Artes	1974
8.333	PDAC	206/74	Serviço Nacional de Teatro	1974-76
8.333	PDAC	208/74	Museu Villa Lobos	1974
8.333	PDAC	211/74	Centro de Pesquisas Folclóricas	1974
8.333	PDAC	212/74	Prefeitura Municipal de Cubatão ((SP))	1974
8.333	PDAC	213/74	Conselho Estadual de Cultura – Belo Horizonte (MG)	1974
8.333	PDAC	214/74	Câmara dos Deputados – Biblioteca – BSB	1974-75
8.333	PDAC	216/74	Departamento de Assuntos Culturais da Seduc do Rio Grande do Sul	1974
8.333	PDAC	218/74	Umuada Hotel	1974-75
8.333	PDAC	220/74	Conselho Estadual de Cultura	1974
8.333	PDAC	223/74	Luis F. I. Fontoua Roman – México	1974
8.333	PDAC	224/74	Chlau Deveza	1974
8.333	PDAC	225/74	Museu Nacional de Belas Artes	1974-76
8.333	PDAC	226/74	Joel Lourenço do Espírito Santo	1974
8.333	PDAC	228/74	Hercília Canosa Vianna, museóloga	1974
8.333	PDAC	232/74	Maria Lúcia Godoy	1974
8.333	PDAC	236/74	Maria Wanderley Menezes e outros	1974
8.333	PDAC	238/74	Sociedade de Cultura Artística de Vitória (ES)	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.333	PDAC	239/74	Sociedade de Cultura Artística de Vitória (ES)	1974
8.333	PDAC	240/74	Sociedade de Cultura Artística de Vitória (ES)	1974-75
8.333	PDAC	243/74	Impressora Brasileira Ltda	1974-79
8.333	PDAC	244/74	Sylvio Theodosio de Mello	1974
8.333	PDAC	246/74	Pró Arte – Sociedade de Artes, Letras e Ciências	1974-75
8.333	PDAC	250/74	Fundação Palácio das Artes	1974
8.333	PDAC	253/74	Jacques Klein	1974
8.333	PDAC	261/74	Alexandr Trik	1974
8.333	PDAC	262/74	Associação dos Amigos da Orquestra Juvenil do Teatro Municipal	1974
8.333	PDAC	266/74	Luiz Medalha Filho	1974-75
8.333	PDAC	267/74	Noel Devos	1974
8.333	PDAC	270/74	Atenilde Cunha	1974-75
8.334	PDAC	271/74	Camerata do Rio	1974
8.334	PDAC	274/74	Maria Abreu	1974
8.334	PDAC	281/74	Trio Irakitan	1974-75
8.334	PDAC	284/74	Ars Nova – Conselho da Universidade Federal de Minas Gerais	1974
8.334	PDAC	232/74	Departamento de Assuntos Culturais da Universidade do Pará	1974
8.334	PDAC	286/74	Coral da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Pará	1974-77
8.334	PDAC	287/74	Conjunto Musical Nova do Rio de Janeiro – Marlos Nobre	1974
8.334	PDAC	291/74	Conselho de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais	1974-75
8.334	PDAC	293/74	Madrigal Renascentista Fundação da Arte	1974
8.334	PDAC	294/74	Universidade Federal da Paraíba	1974
8.334	PDAC	295/74	Edino Krieger	1974
8.334	PDAC	301/74	Escola de Musica Jaffé	1974
8.334	PDAC	303/74	Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina	1974
8.334	PDAC	304/74	Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba	1974
8.334	PDAC	306/74	Collegium Musicum do Instituto Villa Lobos	1974
8.334	PDAC	307/74	Aurélio Silveira	1974
8.334	PDAC	308/74	Renato Rocha e outro	1974
8.334	PDAC	310/74	Camilo Michalka e outro	1974
8.334	PDAC	313/74	Natan Schwartzman	1974
8.334	PDAC	314/74	Trio Niremberger	1974
8.334	PDAC	320/74	Madrigal de Brasília	1974
8.334	PDAC	322/74	Coral Julia Pardini – Elza do Val Gomes	1974
8.334	PDAC	323/74	Escola Técnica Federal e Universidade Federal da Bahia	1974-75

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.334	PDAC	325/74	Museu Villa Lobos	1974
8.334	PDAC	343/74	Silvio Bach	1974
8.334	PDAC	347/74	Anna Maria Januzzi Fico	1974
8.334	PDAC	349/74	Prontel – Programa Nacional de Teleducação	1974
8.335	PDAC	351/74	Jurandy Helena Brecheret	1974
8.335	PDAC	352/74	Campanha de Defesa do Folclore	1974
8.335	PDAC	354/74	Departamento de Assuntos Culturais da Seduc do Rio de Janeiro	1974
8.335	PDAC	357/74	Edilásio Barra	1974
8.335	PDAC	362/74	Alexandre Orlowski	1974-75
8.335	PDAC	363/74	Estelinha Epstein	1974-75
8.335	PDAC	365/74	Museu da Imagem e do Som do Estado de Pernambuco	1974
8.335	PDAC	366/74	Nilce Myriam Araújo Vianna	1974-75
8.335	PDAC	368/74	Felipe Silvestre	1974-75
8.335	PDAC	370/74	Paul Stille	1974
8.335	PDAC	373/74	Walter Burle Marx	1974
8.335	PDAC	374/74	Paulo Cavalcante	1974
8.335	PDAC	376/74	Carlos Eduardo Prates	1974
8.335	PDAC	377/74	Salvatore Rubert	1974-75
8.335	PDAC	379/74	Sérgio Varella Cid	1974
8.335	PDAC	380/74	Jean–Louis Steurman	1974
8.335	PDAC	384/74	Maria Riva-Mar	1974
8.335	PDAC	390/74	Luiz Henrique Senise	1974
8.335	PDAC	391/74	Jaire Soares Netto	1974
8.335	PDAC	395/74	Teatro Brasileiro de Ópera	1974
8.335	PDAC	397/74	Walter Burle Marx	1974
8.336	PDAC	400/74	Escola de Música – Banda de Música	1974
8.336	PDAC	410/74	Universidade Federal de Pernambuco	1974
8.336	PDAC	411/74	Universidade Federal de Minas Gerais	1974-75
8.336	PDAC	412/74	Cultura Artística Nicia Silva	1974-75
8.336	PDAC	415/74	Teatro Social	1974
8.336	PDAC	420/74	Teatro de Ópera de Pernambuco	1974
8.336	PDAC	421/74	Orquestra Sinfônica de Pernambuco	1974-75
8.336	PDAC	422/74	Fundação Palácio das Artes	1974
8.336	PDAC	423/74	Conjunto Roberto de Regina	1974
8.336	PDAC	424/74	Orquestra Sinfônica de Porto Alegre	1974
8.336	PDAC	426/74	Conselho Municipal de Culturade São Carlos (SP)	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.336	PDAC	427/74	Orquestra Sinfônica de Minas Gerais	1974
8.336	PDAC	428/74	Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro	1974
8.336	PDAC	434/74	Museu Histórico Nacional	1974
8.336	PDAC	435/74	Departamento de Assuntos Culturais	1974
8.336	PDAC	436/74	Emília D'Anniballe Jaunibelli	1974
8.336	PDAC	438/74	Estabelecimentos Gráficos Iguassu Ltda	1974-75
8.336	PDAC	440/74	Manuel Diegues Junior	1974-77
8.336	PDAC	443/74	Geraldo Coelho de Resende	1974
8.337	PDAC	453/74	Gabinete do ministro – Devolução Quadro – Departamento Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura	1974
8.337	PDAC	454/74	Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina	1974
8.337	PDAC	462/74	Nancy Lousan Miranda	1974
8.337	PDAC	465/74	Nilton da Costa Campos	1974
8.337	PDAC	471/74	Luis Henrique Senise e outro	1974-75
8.337	PDAC	485/74	Universidade Federal da Bahia	1974
8.337	PDAC	486/74	Conservatório Carlos Gomes	1974-75
8.337	PDAC	489/74	Sociedade Filarmônica São Sebastião	1974
8.337	PDAC	492/74	Fundação de Educação Artística (MG)	1974
8.337	PDAC	494/74	Instrução Artística do Brasil	1974
8.337	PDAC	496/74	Lira Infantil de Brasília	1974
8.337	PDAC	501/74	Universidade Federal de Minas Gerais	1974
8.337	PDAC	505/74	Eny Silveira Assenato	1974
8.337	PDAC	508/74	Grupo Gil Vicente	1974
8.337	PDAC	509/74	Yara Victória da Silva	1974
8.337	PDAC	510/74	Grupo Teatro Nós	1974
8.337	PDAC	513/74	Secretaria Geral do	1974
8.337	PDAC	515/74	Marcelo Romeiro da Roza	1974
8.337	PDAC	517/74	Olivetti do Brasil S/A	1974
8.337	PDAC	518/74	Serviço de Radiodifusão Educativa	1974
8.337	PDAC	521/74	Guilherme Schubert	1974
8.337	PDAC	522/74	Delfin Decorações e Revestimentos Ltda	1974-79
8.337	PDAC	529/74	Instrução Artística do Brasil	1974
8.337	PDAC	535/74	Grupo Gil Vicente	1974
8.337	PDAC	537/74	Maria Luiza Siqueira e Outros	1974-75
8.337	PDAC	540/74	Alfonso Montoya	1974-75
8.337	PDAC	541/74	Alfredo Gagliotti	1974
8.337	PDAC	543/74	Bertha Rosanova	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.337	PDAC	545/74	Casa do Porto	1974-75
8.337	PDAC	550/74	Fundação Palácio das Artes	1974-75
8.337	PDAC	370/74	Biblioteca Nacional	1974
8.337	PDAC	551/74	Os Jograis de São Paulo	1974
8.337	PDAC	552/74	Fundação Teatro Guaíra	1974-75
8.337	PDAC	554/74	Serviço Nacional de Teatro	1974-75
8.337	PDAC	558/74	Wilma Teresa P. de Carvalho	1974
8.337	PDAC	562/74	Plenária – Plano Nacional de Ação Ltda	1974
8.337	PDAC	565/74	Museu de História da Universidade Federal de Minas Gerais	1974
8.337	PDAC	566/74	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	1974
8.338	PDAC	568/74	Leandro Góes Tocantins	1974
8.338	PDAC	569/74	Secretaria Geral do DAC	1974
8.338	PDAC	574/74	Colégio Estadual Zacarias de Góis	1974
8.338	PDAC	577/74	Oswaldo Câmara de Souza	1974
8.338	PDAC	580/74	D. Martins de Oliveira	1974-76
8.338	PDAC	582/74	Secretaria de Educação e Cultura no Estado de Mato Grosso	1974-75
8.338	PDAC	583/74	Conselho Municipal de Cultura de São Carlos	1974-75
8.338	PDAC	584/74	Cláudio Tavares Barbosa	1974-91
8.338	PDAC	587/74	Biblioteca Nacional	1974
8.338	PDAC	607/74	Academia Norte-Riograndense de Letras	1974
8.338	PDAC	632/74	Fundação Universidade Estadual de Londrina	1974
8.338	PDAC	633/74	Museu Imperial	1974
8.338	PDAC	637/74	José Epaminondas de Souza	1974-75
8.338	PDAC	639/74	Associação Carioca de Críticos Teatrais	1974
8.338	PDAC	640/74	Sociedade Autores Teatrais	1974
8.338	PDAC	641/74	Sindicato Artistas Técnicos Espetáculos de São Paulo – Artur Miranda, presidente	1974
8.338	PDAC	642/74	Federação Brasileira dos Albergues de Juventude	1974
8.338	PDAC	649/74	Paulo Sérgio S. M. Magalhães e outro	1974
8.338	PDAC	652/74	Museu Brasileiro de Cera	1974
8.338	PDAC	654/74	A. F. Sampaio produções Artískticas	1974
8.338	PDAC	660/74	Casa de Rui Barbosa	1974
8.338	PDAC	662/74	Conselho Federal de Cultura	1974-76
8.338	PDAC	676/74	Universidade Federal do Espírito Santo	1974
8.338	PDAC	686/74	Empresa Brasileira de Filmes S/A	1974
8.338	PDAC	691/74	Zanini e Landri – Projeto e Administração Ltda	1974
8.338	PDAC	702/74	Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura - BSB	1974

.

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.338	PDAC	709/74	Museu Villa Lobos	1974
8.338	PDAC	714/74	Alexandre Eulálio	1974
8.338	PDAC	723/74	The Brazilian Gazette	1974
8.338	PDAC	724/74	Casa dos Artistas	1974
8.338	PDAC	727/74	Ricardo Cravo Albin	1974-76
8.338	PDAC	728/74	Serviço de Radiodifusão Educativa	1974
8.338	PDAC	731/74	Faculdade Musical Palestrina	1974
8.338	PDAC	741/74	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	1974
8.338	PDAC	747/74	Hermínios Diogo de Gouveia	1974
8.338	PDAC	757/74	Cadastro Artístico do Departamento Assuntos Culturais	1974
8.338	PDAC	758/74	José Cocarelli	1974-75
8.338	PDAC	773/74	Escola de Música do Maranhão	1974
8.338	PDAC	770/74	Secretaria da Educação e Cultura de Alagoas	1974
8.338	PDAC	778/74	Empresa Brasileira de Filme S/A	1974-76
8.338	PDAC	779/74	Escola Teatro de Comédia do Estado da Guanabara	1974
8.338	PDAC	781/74	Lysarte Diversões Ltda (GB)	1974-75
8.338	PDAC	783/74	Teatro Didática S/C Ltda	1974
8.338	PDAC	786/74	Barca Produções S.C Ltda	1974
8.338	PDAC	787/74	Comédia Cearense	1974-75
8.338	PDAC	788/74	Produções Flab S/C Ltda	1974
8.339	PDAC	790/74	Sebastião Alves de Souza	1974
8.339	PDAC	792/74	Associação Carioca de Empresários Teatrais	1974
8.339	PDAC	793/74	Teatro Espírita de Brasília	1974
8.339	PDAC	794/74	Leonides Bayer Produções Artísticas	1974
8.339	PDAC	795/74	Blecbers Produções Artísticas ltda	1974
8.339	PDAC	796/74	Conjunto Ars Barroca	1974
8.339	PDAC	798/74	Teatro Didática	1974
8.339	PDAC	799/74	Sociedade Universitária Augusto Motta	1974
8.339	PDAC	800/74	Serviço de Teatro da UFP	1974
8.339	PDAC	801/74	Marco Antônio Mello de Macedo Souza	1974
8.339	PDAC	802/74	Fundação Universidade de Londrina	1974
8.339	PDAC	803/74	Centro Experimental Glauce Rocha	1974
8.339	PDAC	804/74	Gira Mundo Teatro de Bonecos	1974
8.339	PDAC	805/74	Victoria E. Perez de Leon	1974-75
8.339	PDAC	806/74	Gira Mundo – Teatro de Bonecos	1974
8.339	PDAC	808/74	O Degrau Produções Artísticas	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.339	PDAC	809/74	O Degrau Produções Artísticas	1974
8.339	PDAC	811/74	União dos Servidores Públicos Civis	1974
8.339	PDAC	813/74	Arquivo Nacional	1974
8.339	PDAC	814/74	Centro Experimental Glauce Rocha	1974
8.339	PDAC	815/74	Teatro de Arena da Guanabara	1974-76
8.339	PDAC	816/74	Teatro Ruth Escobar	1974
8.339	PDAC	817/74	Barca Produções S/C Ltda	1974
8.339	PDAC	819/74	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas	1974
8.339	PDAC	820/74	Teatro Experimental de Belo Horizonte	1974
8.340	PDAC	821/74	Septembrus Filmes Ltda	1974-75
8.340	PDAC	824/74	Empresa Brasileira de Filme S/A	1974
8.340	PDAC	825/74	Benedito Irivaldo de Souza	1974
8.340	PDAC	826/74	Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio De Janeiro	1974
8.340	PDAC	827/74	Centro de Cultura de Petrópolis (RJ)	1974
8.340	PDAC	829/74	Ramon Alvarado Produções Cinematográficas	1974
8.340	PDAC	830/74	Ney Modenezi Produções Cinematográficas	1974-75
8.340	PDAC	831/74	Meios – Comunicação de Massa Ltda	1974
8.340	PDAC	832/74	Ruy Santos	1974
8.340	PDAC	838/74	Maurício Toledo	1974
8.340	PDAC	839/74	8º Festival de Inverno,	1974
8.340	PDAC	840/74	Conjunto de Cultura Nativa	1974-75
8.340	PDAC	842/74	Victor G. Ricardo	1974
8.340	PDAC	848/74	Departamentos de Assuntos Culturais da Seduc de Alagoas	1974
8.340	PDAC	849/74	Deputado Ildélio Martins	1974
8.340	PDAC	850/74	Museu Nacional de Belas Artes	1974
8.340	PDAC	851/74	Prefeitura Municipal da Cidade de Barra (BA)	1974-75
8.340	PDAC	852/74	Prefeitura Municipal de Lençóis (MA)	1974
8.340	PDAC	854/74	Museu de Arte Didática	1974
8.340	PDAC	860/74	Fundação Brasileira de Ballet	1974
8.340	PDAC	861/74	Rádio Clube de Pouso Alegre S/A	1974
8.340	PDAC	864/74	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1974
8.340	PDAC	865/74	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1974
8.340	PDAC	871/74	Loja de Brinquedos	1974
8.340	PDAC	880/74	Kei Engenharia S/A	1974-79
8.340	PDAC	881/74	Museu Nacional de Belas Artes	1974
8.340	PDAC	882/74	Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.340	PDAC	886/74	Paulo Sérgio Mag e Márcio Luiz	1974
8.340	PDAC	887/74	Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Cultura	1974
8.340	PDAC	889/74	Secretaria da Educação e Cultura de Alagoas	1974
8.340	PDAC	895/74	Área de Artesanato do Plano de Ação Cultural	1974-75
8.340	PDAC	896/74	Senador Vasconcelos Torres	1974
8.340	PDAC	898/74	Teatro Móvel	1974
8.341	PDAC	900/74	Walter Pereira do Nascimento	1974
8.341	PDAC	901/74	Museu Imperial	1974
8.341	PDAC	903/74	Odinilson da Silva Costa	1974
8.341	PDAC	912/74	Ballet Jovem do Estado da Guanabara	1974
8.341	PDAC	916/74	Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul	1974
8.341	PDAC	926/74	Ginásio 1º de Maio	1974
8.341	PDAC	930/74	Hercília Canosa Vianna	1974
8.341	PDAC	932/74	Heloísa dos Reis Maranhão	1974
8.341	PDAC	934/74	Grupo de Teatro Botequim Ltda	1974
8.341	PDAC	938/74	Conjunto Tamba Trio	1974
8.341	PDAC	943/74	Os Solistas do Rio de Janeiro	1974
8.341	PDAC	944/74	Fundação Conquista do Rio de Janeiro	1974-76
8.341	PDAC	948/74	José Olympio Editora S/A	1974
8.341	PDAC	949/74	Fontoura Brito e Cia Ltda	1974-75
8.341	PDAC	950/74	Alfa Filme Ltda – Produtora cinematográfica	1974-75
8.341	PDAC	951/74	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	1974
8.341	PDAC	954/74	Coral do Instituto Adventista São Paulo	1974
8.341	PDAC	955/74	Associação de Teatro Amador	1974
8.341	PDAC	957/74	Deputado Maurício Toledo	1974
8.341	PDAC	960/74	Trans Filme – Departamento de Projetos Didáticos	1974
8.341	PDAC	966/74	Maria Lucia Godoy	1974-75
8.341	PDAC	967/74	Nexus Produções Ltda	1974
8.341	PDAC	973/74	Lentz S/A – Indústria e Comércio	1974
8.341	PDAC	974/74	Mondel – Papelaria Ltda	1974-79
8.341	PDAC	975/74	Giratório – Ind e Comércio de Poltronas Ltda	1974-79
8.341	PDAC	976/74	Arroio Claro – Empreendimento Ltda	1974-79
8.341	PDAC	977/74	Osvaldo D'Avila Camargo e Outros	1974
8.341	PDAC	980/74	Magdalena Tagliaferro	1974
8.341	PDAC	984/74	Gabinete do ministro	1974
8.341	PDAC	985/74	Biblioteca Nacional	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.341	PDAC	988/74	Ilan Rogoff	1974
8.341	PDAC	991/74	Ruth Laus	1974
8.341	PDAC	993/74	Gabinete do ministro	1974
8.341	PDAC	995/74	Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura de Desportos e Turismo (GB)	1974
8.341	PDAC	998/74	Paulo Renato Couto Carvalho e Outros	1974
8.342	PDAC	1.001/74	Museu de Arte de São Paulo	1974-75
8.342	PDAC	1.005/74	Fundação Cultural e Artística de Diamantina (MG)	1974
8.342	PDAC	1.007/74	Engenharia de Edificações Ltda	1974-75
8.342	PDAC	1.008/74	Henrique Campos Cavalleiro e Filhos	1974-75
8.342	PDAC	1.012/74	Centro Cultural Brasil Israel	1974
8.342	PDAC	1.018/74	Casa Raimundo Cela	1974
8.342	PDAC	1.019/74	Chozil Empreendimentos Imobiliários Ltda	1974-75
8.342	PDAC	2.021/74	Roberto Darze	1974
8.342	PDAC	1.022/74	Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Pará	1974
8.342	PDAC	1.023/74	Departamento Cultural do MPE	1974
8.342	PDAC	1.032/74	Sociedade Pró Musica Sacra de (SP)	1974
8.342	PDAC	1.036/74	Show Art Photografic	1974
8.342	PDAC	1.039/74	Linda Bustani	1974
8.342	PDAC	1.047/74	Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio De Janeiro	1974
8.342	PDAC	1.048/74	Universidade Federal Fluminense	1974-77
8.342	PDAC	1.049/74	Universidade Federal Fluminense	1974-77
8.342	PDAC	1.050/74	Escola Teatro de Comédia (GB)	1974
8.342	PDAC	1.052/74	Artistas Associados	1974
8.342	PDAC	1.059/74	Conservatório Brasileiro de Música	1974
8.342	PDAC	1.060/74	José Oberlaender	1974
8.342	PDAC	1.074/74	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional	1974
8.342	PDAC	1.077/74	Deputado Leuy Neves	1974
8.342	PDAC	1.078/74	Paulo Autran	1974
8.342	PDAC	1.080/74	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional	1974-76
8.342	PDAC	1.088/74	Ruth Laus	1974
8.342	PDAC	1.095/74	Natan Schwartzman	1974
8.342	PDAC	1.097/74	Fundação Cultural do Distrito Federal	1974-76
8.342	PDAC	1.099/74	Leda Melo	1974
8.342	PDAC	1.100/74	Companhia Teatro Ribalta	1974
8.342	PDAC	1.105/74	Pró Musica de Curitiba	1974
8.342	PDAC	1.110/74	Jornal do Brasil S/A	1974

Processos Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.342	PDAC	1.111/74	Prefeitura Municipal de Joinvile (SC)	1974
8.342	PDAC	1.118/74	Conselho Estadual de Cultura (PE)	1974
8.342	PDAC	1.120/74	Arquivo Nacional	1974
8.342	PDAC	1.121/74	Empresa Brasileira de Filmes S/A	1974
8.342	PDAC	1.123/74	Eucatex S/A	1974
8.342	PDAC	1.124/74	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	1974
8.342	PDAC	1.127/74	Museu Imperial	1974
8.342	PDAC	1.128/74	Biblioteca Nacional	1974
8.342	PDAC	1.129/74	Fundação Casa de Rui Barbosa	1974
8.343	PDAC	1.136/74	Universidade Católica de Minas Gerais	1974
8.343	PDAC	1.138/74	Romualdo Correa Porto	1974
8.343	PDAC	1.143/74	Sonia Maria Vieira	1974
8.343	PDAC	1.146/74	Animarte – Desenho Animado e Comunicação Visual Ltda	1974
8.343	PDAC	1.151/74	Academia Maranhense de Letras	1974
8.343	PDAC	1.154/74	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto (SP)	1974
8.343	PDAC	1.157/74	Nélio Rodrigues de Aguiar	1974
8.343	PDAC	1.159/74	Instituto de Cultura Hispânica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1974
8.343	PDAC	1.163/74	Editora Fontana Ltda	1974
8.343	PDAC	1.167/74	Lory Keller e Anna Maria Molz	1974
8.343	PDAC	1.169/74	Ubirajara Moreira	1974
8.343	PDAC	1.171/74	Clack Musica e Espetáculos Ltda	1974-75
8.343	PDAC	1.174/74	Cinética – Prod Adm Cinematográficas Ltda	1974
8.343	PDAC	1.175/74	Yara Victoria Produções Artísticas Ltda	1974
8.343	PDAC	1.183/74	Editora Fontana Ltda	1974
8.343	PDAC	1.184/74	Arquivo Nacional	1974
8.343	PDAC	1.185/74	Associação dos Museus de Arte do Brasil	-
8.343	PDAC	1.204/74	Associação Coral de Florianópolis	1974-75
8.343	PDAC	1.208/74	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	1974
8.343	PDAC	1.211/74	Grande Teatro Ltda	1974
8.343	PDAC	1.215/74	Mario da Cunha Bastos	1974
8.343	PDAC	1.220/74	Lea de Oliveira Paula	1974
8.343	PDAC	1.226/74	Ricardo Laualhos Produções Artística	1974
8.343	PDAC	1.229/74	Prefeitura Municipal de Diamantina (MG)	1974
8.343	PDAC	1.230/74	Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Amazonas	1974
8.343	PDAC	1.231/74	Universidade Federal do Paraná	1974-77
8.343	PDAC	1.244/74	Fundação Mudes	1974

Processos Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.343	PDAC	1.246/74	Biblioteca Nacional	1974
8.343	PDAC	1.248/74	Diário de Borborema S/A	1974
8.343	PDAC	1.250/74	Ponto de Arte	1974-75
8.343	PDAC	1.251/74	Sociedade Artística e Cultural Os Novos	1974
8.343	PDAC	1.260/74	Teatro Maranhão Natal	1974-77
8.343	PDAC	1.263/74	Costabile Emilio de Biasi	1974
8.343	PDAC	1.269/74	Laca – Empreendimentos de Arte Ltda	1974
8.343	PDAC	1.271/74	Área de Comunicação – Plano de Ação Cultural	1974-75
8.343	PDAC	1.272/74	Napoleão Lopes Filho	1974
8.343	PDAC	1.273/74	Zoom – Agência Fotográfica e Editora Ltda	1974-75
8.343	PDAC	1.280/74	Anna Stella Schic	1974
8.343	PDAC	1.281/74	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	1974
8.343	PDAC	1.284/74	Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco	1974
8.343	PDAC	1.286/74	Coordenação da 19ª Convenção da SATW	1974
8.343	PDAC	1.287/74	Guido Pascoli	1974-75
8.343	PDAC	1.289/74	Maria Beatriz Goyache	1974
8.344	PDAC	1.295/74	Fundação Cultural do Maranhão	1974
8.344	PDAC	1.296/74	Fundação Cultural do Maranhão	1974
8.344	PDAC	1.298/74	Comissão Executiva das Comemorações do Centenário da Imigração Italiana	1974-75
8.344	PDAC	1.302/74	Serviço Nacional de Teatro	1974-79
8.344	PDAC	1.303/74	Ismail Macedo	1974-76
8.344	PDAC	1.307/74	Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará	1974-75
8.344	PDAC	1.308/74	Guilherme Damiano	1974-75
8.344	PDAC	1.309/74	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	1974
8.344	PDAC	1.312/74	Bahiatursa S/A	1974-75
8.344	PDAC	1.318/74	Gilberto Tinetti	1974
8.344	PDAC	1.327/74	Centro Cultural Pró-Música	1974
8.344	PDAC	1.329/74	Mario Monteiro Barreto	1974
8.344	PDAC	1.332/74	Produções Cinematográficas Mapa Ltda	1974
8.344	PDAC	1.333/74	Lina Maria Lobo Kubala e Zygmunt Kabala	1974
8.344	PDAC	1.338/74	Lysia Marion Ventura Demoro	1974
8.344	PDAC	1.343/74	Prefeitura Municipal de Americana ((SP))	1974
8.344	PDAC	1.345/74	Biblioteca Nacional	1974
8.344	PDAC	1.346/74	Jandyra Sounis Carvalho de Oliveira	1974
8.344	PDAC	1.355/74	GTE – Telecomunicações S/A	1974
8.344	PDAC	1.358/74	Fundação Palácio das Artes – Belo Horizonte (MG)	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.344	PDAC	1.367/74	Faculdade Musical Palestrina (RS)	1974
8.344	PDAC	1.377/74	Vitalina Vital Brasil	1974
8.344	PDAC	1.378/74	Guilherme Damiano	1974
8.344	PDAC	1.384/74	Centro Cultural Pró-Música	1974
8.344	PDAC	1.385/74	Associação Brasileira de Teatro de Bonecos	1974-75
8.344	PDAC	1.392/74	Moysés Jakubovicz	1974
8.344	PDAC	1.402/74	Zuinglio Martinho Faustini	1974
8.344	PDAC	1.421/74	Departamento de Assuntos Culturais da Fuel	1974
8.344	PDAC	1.425/74	Museu da Inconfidência	1974
8.344	PDAC	1.427/74	Área de Artes Plásticas - Plano de Ação Cultural	1974
8.344	PDAC	1.429/74	José da Veiga Oliveira	1974
8.345	PDAC	1.430/74	Coarte Assessoria e Administração de Empresas	1974
8.345	PDAC	1.434/74	Sebastião de França - Relatório	1974
8.345	PDAC	1.438/74	Maria Therese Odette E. Dias	1974
8.345	PDAC	1.439/74	Felipe Silvestre	1974
8.345	PDAC	1.444/74	Governo do Estado de Minas Gerais	1974
8.345	PDAC	1.447/74	Departamento de Difusão Cultural da Universidade Federal Fluminense	1974-77
8.345	PDAC	1.450/74	Pró-Música de Curitiba (PR)	1974
8.345	PDAC	1.454/74	Fundação Cásper Libero	1974-75
8.345	PDAC	1.456/74	Círculo de Arte Vera Janacopulos	1974
8.345	PDAC	1.461/74	João Carlos Dittent	1974
8.345	PDAC	1.464/74	Attilio Mastrogiovanni	1974
8.345	PDAC	1.472/74	Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura Paraná	1974
8.345	PDAC	1.475/74	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	1974
8.345	PDAC	1.478/74	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1974
8.345	PDAC	1.492/74	Santiago Sabino Carvalho	1974
8.345	PDAC	1.495/74	Educandário N. Senhora das Vitórias	1974
8.345	PDAC	1.502/74	Universidade Regional do Nordeste de Campina Grande (PB)	1974-76
8.345	PDAC	1.505/74	Sebastião Tonson Laviola	1974
8.345	PDAC	1.507/74	Eduardo de Siqueira Couto	1974
8.345	PDAC	1.509/74	Prefeitura Municipal de São Carlos (SP)	1974
8.345	PDAC	1.510/74	Nelson Marcio Niremberg	1974-75
8.345	PDAC	1.511/74	Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco	1974
8.345	PDAC	1.515/74	Ana Maria Martins	1974
8.345	PDAC	1.517/74	Sala Cecília Meireles	1974
8.345	PDAC	1.518/74	Adenilde Nogueira Coutinho	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.345	PDAC	1.527/74	Discus Marcus Pereira	1974
8.346	PDAC	1.532/74	Tarsila Pereira Gonsalves e Outros	1974-75
8.346	PDAC	1.534/74	Prefeitura Municipal de S. S. do Umbuzeiro (PB)	1974-76
8.346	PDAC	1.537/74	Grupo Folclórico Naty	1974
8.346	PDAC	1.538/74	Escola de Música Santa Cecília (RJ)	1974-75
8.346	PDAC	1.543/74	Associação de Ballet do Rio de Janeiro	1974
8.346	PDAC	1.544/74	Instituto de Cultura Santo Antônio (MG)	1974
8.346	PDAC	1.562/74	Academia Espírito Santense de Letras (ES)	1974
8.346	PDAC	1.571/74	Fundação Cultural do Estado da Bahia	1974
8.346	PDAC	1.577/74	Tecnogeral S/A – Comércio Indústria	1974
8.346	PDAC	1.583/74	Plantel – Editora e Publicidade S/A	1974
8.346	PDAC	1.596/74	Villa Cinema Som e Teatro Ltda	1974
8.346	PDAC	1.600/74	Universidade Federal de Minas Gerais	1974-75
8.346	PDAC	1.608/74	Instituto Patrimônio Artístico Nacional	1974
8.346	PDAC	1.613/74	Clube dos Flautistas do Rio Grande do Sul	1974-75
8.346	PDAC	1.615/74	Fernando Lopes da Silva	1974
8.346	PDAC	1.617/74	Hilitello Empresa de Diversões	1974-75
8.346	PDAC	1.625/74	Abrante – Cultura Artística de Petrópolis (RJ)	1974
8.346	PDAC	1.626/74	Universidade Federal do Espírito Santo	1974
8.346	PDAC	1.629/74	Fundação Teatro Guairá	1974
8.346	PDAC	1.631/74	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1974-77
8.346	PDAC	1.634/74	Adelermo Matos	1974-75
8.346	PDAC	1.636/74	Centro Interamericano Educação Rural	1974
8.346	PDAC	1.638/74	Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social	1974
8.346	PDAC	1.640/74	Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura – BSB	1974
8.346	PDAC	1.641/74	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1974-77
8.346	PDAC	1.644/74	Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná	1974
8.346	PDAC	1.647/74	Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura – BSB	1974
8.346	PDAC	1.648/74	Giroflex – S/A – Cadeiras e Poltronas	1974-1979
8.346	PDAC	1.649/74	Discus Marcus Pereira	1974
8.346	PDAC	1.657/74	Jodacil Damasceno	1974
8.346	PDAC	1.660/74	Academie Internacionale de Piano	1974
8.346	PDAC	1.673/74	Fórum de la Danse – Paris	1974
8.346	PDAC	1.674/74	Instituto Pastoral del Celam	1974
8.346	PDAC	1.675/74	Departamento de Assuntos Culturais da Seduc do Paraná	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.346	PDAC	1.676/74	Paul Stille	1974-75
8.346	PDAC	1.677/74	Pro-Arte - Sociedade de Artes, Letras e Ciências	1974-75
8.346	PDAC	1.679/74	Conj. Folclórico Postais da Bahia	1974-75
8.346	PDAC	1.682/74	Gabinete do ministro – Ministério da Educação e Cultura	1974-75
8.346	PDAC	1.683/74	Academia Marinense de Letras (MG)	1974
8.347	PDAC	1.704/74	Raquel Trindade de Souza	1974
8.347	PDAC	1.702/74	Natal Ibraim	1974
8.347	PDAC	1.704/74	Arthur Luponi	1974
8.347	PDAC	1.713/74	Carlos de Almeida Lemos	1974-75
8.347	PDAC	1.718/74	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1974
8.347	PDAC	1.735/74	Caravana dos Artistas Líricos	1974
8.347	PDAC	1.736/74	Empresa Brasileira de Informação e Pesquisa	1974
8.347	PDAC	1.743/74	Ordem dos Músicos do Brasil	1974
8.347	PDAC	1.757/74	Ruy de Almeida Barbosa	1974
8.347	PDAC	1.758/74	Coral Julia Pardini	1974
8.347	PDAC	1.770/74	Abrarte – Cultura Artística de Petrópolis	1974-75
8.347	PDAC	1.774/74	Universidade Federal do Espírito Santo	1974
8.347	PDAC	1.777/74	Sociedade Coral de Belo Horizonte	1974
8.347	PDAC	1.780/74	Lourival Batista	1974
8.347	PDAC	1.781/74	Antonio Bresolin	1974
8.347	PDAC	1.782/74	Deputado Siqueira Campos	1974
8.347	PDAC	1.785/74	Grupo Folclórico Chico Rei	1974
8.347	PDAC	1.786/74	Instituto Educacional ministro Clovis Salgado (RJ)	1974
8.347	PDAC	1.688/74	Empresa Brasileira de Filmes S/A	1974
8.347	PDAC	1.790/74	Lully Machesini Oswald	1974
8.347	PDAC	1.791/74	Museu Julio de Castilhos – Departamento de Assuntos Culturais da Seduc do Rio Grande do Sul	1974
8.347	PDAC	1.799/74	Fundação Centro Brasileiro de Tv Educativa (GB)	1974
8.347	PDAC	1.802/74	Secretaria de Educação e Cultura (GB)	1974
8.347	PDAC	1.808/74	ASA – Produção Artística Publicidade e Decoração	1974
8.347	PDAC	1.812/74	Amélia Salin Cadil e outros	1974
8.347	PDAC	1.814/74	Antonio Carlos da Silva Muricy	1974
8.347	PDAC	1.828/74	Museu Nacional de Belas Artes	1974
8.347	PDAC	1.840/74	Cia Cipan Veículos e Maquinas	1974-75
8.347	PDAC	1.849/74	Instituto Nacional do Cinema	1974
8.347	PDAC	1.851/74	Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura (BSB)	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.347	PDAC	1.853/74	Ildelio Martins	1974
8.347	PDAC	1.854/74	Iuy Improta, pianista	1974
8.347	PDAC	1.856/74	Ana Maria Martins	1974-75
8.347	PDAC	1.858/74	Lourival Mendes	1974
8.347	PDAC	1.874/74	Nison Produções Artísticas	1974
8.347	PDAC	1.881/74	Marcus Vinicius Pratini de Moraes	1974
8.347	PDAC	1.882/74	Maria da Conceição Mayrink	1974
8.347	PDAC	1.886/74	Sociedade Musical Henrique Jorge	1974-75
8.347	PDAC	1.913/74	Maria Rosa Canellas	1974
8.347	PDAC	1.914/74	Livro-Rio editora e Divulgadora Ltda.	1974-75
8.347	PDAC	1.922/74	Paulo Bastos Martins	1974
8.347	PDAC	1.929/74	Serviço Social do Comercio (GB)	1974
8.347	PDAC	1.931/74	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro	1974-75
8.347	PDAC	1.933/74	Licia Lucas	1974
8.347	PDAC	1.937/74	Teatro Estável de São Paulo	1974
8.347	PDAC	1.939/74	Cinedia S/A	1974
8.347	PDAC	1.940/74	Marlene Guerra Ulchoa	1974-75
8.347	PDAC	1.943/74	Academia de Letras do Vale do Paraiba	1974-75
8.347	PDAC	1.944/74	Sindicato da Empresas Distribuidoras Cinematográficas	1974
8.347	PDAC	1.946/74	Universidade de Caxias do Sul	1974-77
8.348	PDAC	1.952/74	Aranha Engenharia	1974
8.348	PDAC	1.953/74	Abrarte – Cultura Artística de Petrópolis	1974-75
8.348	PDAC	1.958/74	Biblioteca Nacional	1974
8.348	PDAC	1.959/74	Conselho Estadual de Cultura	1974
8.348	PDAC	1.962/74	Escola de Musica de Piracicaba (SP)	1974-75
8.348	PDAC	1.979/74	Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa	1974
8.348	PDAC	1.980/74	Universidade de Brasília	1974
8.348	PDAC	1.984/74	Prefeitura Municipal de Muriaé (MG)	1974
8.348	PDAC	1.993/74	Bruno Kiefer	1974
8.348	PDAC	1.994/74	Teatro Vivo – Produções Artística Ltda	1974-75
8.348	PDAC	2.000/74	Academia Valenciana de Letras	1974-75
8.348	PDAC	2.013/74	Celso Cavalcanti Albuquerque	1974
8.348	PDAC	2.018/74	Empresa Brasileira de Filmes S/A.	1974-75
8.348	PDAC	2.026/74	Museu Imperial	1974
8.348	PDAC	2.028/74	Cléo Allemão	1974
8.348	PDAC	2.033/74	Vicky Adler	1974-75

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.348	PDAC	2.035/74	Colégio Nossa Sra. da Gloria – PA – RS	1974-75
8.348	PDAC	2.036/74	Governo do Estado do Pará	1974-75
8.348	PDAC	2.037/74	Ananias de Moura Requião	1974-75
8.348	PDAC	2.039/74	Governo do Estado do Pará	1974-75
8.348	PDAC	2.040/74	Adauto Borges de Barros	1974
8.348	PDAC	2.041/74	Governo do Estado do Pará	1974-75
8.348	PDAC	2.042/74	Gil Junqueira Meirelles	1974
8.348	PDAC	2.043/74	Jarbas D'Avila Vilela e Eduardo D'Avila Vilela	1974
8.348	PDAC	2.044/74	Ilze Trindade	1974
8.348	PDAC	2.054/74	Caravana dos Artistas Líricos	1974
8.348	PDAC	2.056/74	Setor de Serviços Gerais – Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura	1974-80
8.348	PDAC	2.057/74	Instituto Brasileiro de Administração Municipal	1974-75
8.348	PDAC	2.059/74	União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil	1974-75
8.348	PDAC	2.063/74	Miguel Proença	1974
8.348	PDAC	2.068/74	Museu Imperial	1974
8.348	PDAC	2.072/74	Verona Filmes	1974-75
8.348	PDAC	2.075/74	Museu Nacional de Belas Artes	1974
8.348	PDAC	2.082/74	Maria Aparecida Machado Peixoto	1974
8.348	PDAC	2.085/74	Rotary Club de Caicó (RN)	1974
8.348	PDAC	2.093/74	NG – Maquinas e Equipamentos de Escritório	1974
8.348	PDAC	2.095/74	Eliane Sampaio	1974
8.348	PDAC	2.096/74	Turíbio Santos – Aulus	1974
8.348	PDAC	2.097/74	Yara Bernette	1974
8.348	PDAC	2.098/74	Duo Milewski – Aulus	1974
8.348	PDAC	2.099/74	Aulus – Agenciamento de Concertos e Organização de Festivais	1974
8.348	PDAC	2.100/74	Duo Irmãos Abreu – Aulus	1974
8.348	PDAC	2.101/74	Claudio Dichemer	1974
8.348	PDAC	2.102/74	Ernani Aguiar – Abarte	1974
8.348	PDAC	2.107/74	Instituto dos Meninos cantores de Petrópolis	1974-75
8.349	PDAC	2.117/74	Constant Monet	1974
8.349	PDAC	2.120/74	Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS)	1974-75
8.349	PDAC	2.121/74	João Caldas Horta	1974-76
8.349	PDAC	2.125/74	Nísia Nóbrega	1974
8.349	PDAC	2.128/74	Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura – BSB	1974
8.349	PDAC	2.133/74	Cruz Vermelha Brasileira - (MG)	1974-75
8.349	PDAC	2.134/74	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.349	PDAC	2.140/74	Nestor Ausqui	1974
8.349	PDAC	2.141/74	Renato Rodrigues	1974
8.349	PDAC	2.145/74	Carlos José Ramos dos Santos	1974
8.349	PDAC	2.160/74	Murillo da Silva Lounes	1974
8.349	PDAC	2.170/74	Aldo Baldin	1974
8.349	PDAC	2.176/74	Eleazar de Carvalho	1974-75
8.349	PDAC	2.188/74	Altair Chagas	1974
8.349	PDAC	2.189/74	Núcleo do Departamento Assuntos Culturais - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1974
8.349	PDAC	2.193/74	Assessoria de Teatro e Cinema Educativo	1974-75
8.349	PDAC	2.194/74	Universidade Federal da Bahia	1974-77
8.349	PDAC	2.196/74	Maura Moreira	1974-75
8.349	PDAC	2.238/74	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1974-77
8.349	PDAC	2.300/74	Trio Klei – Almeida - Dauelsberg	1974-75
8.349	PDAC	2.301/74	Duo Dauelsberg	1974-75
8.349	PDAC	2.303/74	Lourival Braga	1974-75
8.349	PDAC	2.309/74	Casa da Bahia	1974-75
8.349	PDAC	2.311/74	Arnaldo Cohen	1974-75
8.349	PDAC	2.315/74	Sociedade Artística Villa Lobos	1974-75
8.349	PDAC	2.317/74	Serviço Nacional do Teatro	1974
8.349	PDAC	2.323/74	Assessoria de Teatro e Cinema Educacional da Prefeitura de Nova Iguaçu (RS)	1974
8.349	PDAC	2.326/74	Homero de Magalhães	1974
8.349	PDAC	2.327/74	Duo Milewski	1974
8.349	PDAC	2.328/74	Jorge Fortes	1974
8.350	PDAC	2.332/74	Jorge Carlos – Diversões	1974-75
8.350	PDAC	2.335/74	Coral do Educandário Nord. Adventista (PE)	1974
8.350	PDAC	2.341/74	Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina	1974-75
8.350	PDAC	2.350/74	Yolanda de Vilhena Ferreira	1974-75
8.350	PDAC	2.351/74	Yolanda de Vilhena Ferreira	1974
8.350	PDAC	2.352/74	Maria Izabel da Silva Vivante	1974
8.350	PDAC	2.353/74	Silo Tavalen	1974-75
8.350	PDAC	2.355/74	Gloria Queiroz	1974-75
8.350	PDAC	2.361/74	Instituto de Arqueologia Brasileira (GB)	1974-75
8.350	PDAC	2.363/74	Déa de Escobar	1974-75
8.350	PDAC	2.365/74	Jograis da Guanabara	1974-75
8.350	PDAC	2.371/74	Comissão Nacional de Belas Artes	1974
8.350	PDAC	2.376/74	Duo Camerístico – Eugen Danevsky	1974-75

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.350	PDAC	2.378/74	André Luiz Musso Santos	1974-75
8.350	PDAC	2.392/74	Alfredo Carlos Taveira de Melo	1974-75
8.351	PDAC	047/74	Jose Roberto Teixeira Leite – Exposição Abstracionismo no Brasil	1974
8.351	PDAC	123/74	Pauta de Audiência	1974
8.351	PDAC	2.201/74	Dep. Ass. Culturais – Encaminhamento lotação ideal (2ª via)	1974
8.351	PDAC	1.000/74	Secretaria Educação e Cultura de Alagoas – Verba para sede Museu Xucurus	1974
8.351	PDAC	2.206/74	Dalka Lima C. Azevedo e Bruno Monty – Inclusão no Plano de Ação Cultural	1974
8.351	PDAC	2.207/74	Método Audiovisual – Patrocinado pelo Plano de Ação Cultural - Ministério da Educação e Cultura	1974
8.351	PDAC	2.212/74	Caravana dos Artistas Líricos – Verba para caravana Norte e Sul	1974
8.351	PDAC	2.213/74	Instituto Bennet de Ensino – Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75 concertos	1974
8.351	PDAC	2.216/74	Caravana dos Artistas Líricos – Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75 – barítono Waldir de Paula	1974
8.351	PDAC	2.223/74	Doschir Promoções Artistísticas e Culturais Ltda - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75 – Tranças e Milongas	1974
8.351	PDAC	2.224/74	Oriano de Almeida, pianista - Inclusão no PAC - 75	1974
8.351	PDAC	2.230/74	Fundação José Augusto – Natal (RN) – Auxilio para restauração Biblioteca Pública	1974
8.351	PDAC	2.233/74	Artistas Associados - (RJ) - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75	1974
8.351	PDAC	2.242/74	Luiz Santiago Alves de Mesquista – Verba para o Festival de Teatro de Arcozelo	1974
8.351	PDAC	2.249/74	Os Recitalistas – Trio - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75	1974
8.351	PDAC	2.251/74	Doschir Promoções Artistísticas e Culturais Ltda - Inclusão no Plano de Ação Cultural -75 – Conj. Sta Maria	1974
8.351	PDAC	2.252/74	Área de Artes Plásticas do Plano de Ação Cultural – Devolução do painel *Tiradentes,* de Portinari	1974-75
8.351	PDAC	2.265/74	Doschir Promoções Artistísticas e Culturais Ltda - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75 – Eustáquio Alves Grilo – Conc.	1974
8.351	PDAC	2.269/74	Sonia Goulart - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75 – 10 recitais e concertos	1974
8.351	PDAC	2.278/74	Maria Luiza Gomide Staffa - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75 – Exposição de pintura	1974-75
8.351	PDAC	2.281/74	Antea Claudia, – Soprano - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75	1974
8.351	PDAC	2.287/74	Lílian Barreto e Miguel Proença, pianistas - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75	1974
8.351	PDAC	2.288/74	Lílian Barreto, pianista - Inclusão Plano de Ação Cultural - 75	1974
8.351	PDAC	2.292/74	Bené – Arts Prod. Artist. Public. Ltda – Auxilio financeiro – Peça Auto Repres. Festa - Lourenço	1974
8.351	PDAC	2.295/74	Doschir Promoções Artísticas e Culturais Ltda - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75 – Eduardo Fernandes Ornella - Artista	1974
8.351	PDAC	2.296/74	Faculdade Musical Palestrina - Inclusão no Plano de Ação Cultural - 75 – Madrigal Palestrina	1974
8.350	PDAC	201.175/74	Ministério da Educação e Cultura – José Carrega Nunes	1974
8.350	PDAC	204.589/74	Ministério da Educação e Cultura – Coral da Universidade FNDE	1974

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.350	PDAC	216.495/74	Ministério da Educação e Cultura – Conservatório Belas Artes – Gabinete do ministro	1974
8.350	PDAC	216.785/74	Ministério da Educação e Cultura – Faculdade de Letras da UFRJ	1974
8.350	PDAC	219.020/74	Ministério da Educação e Cultura – Academia Pernambucana de Letras – Gabinete do ministro	1974
8.350	PDAC	225.792/74	Ministério da Educação e Cultura – Câmara Municipal de João Pessoa – INL	1974
8.350	PDAC	232.456/74	Ministério da Educação e Cultura – Produção Cinematográfica Brasil Central – Gabinete do ministro	1974-76
8.350	PDAC	235.339/74	Ministério da Educação e Cultura – Aldo Calvet - DP	1974
8.350	PDAC	237.755/74	Ministério da Educação e Cultura – José Roberto Nogueira - DP	1974-77
8.350	PDAC	238.554/74	Ministério da Educação e Cultura – Joel Ferreira de Moraes	1974-77
8.350	PDAC	243.680/74	Ministério da Educação e Cultura – Maria de Lourdes Parreira Horta Barreto - DP	1974-75
8.350	PDAC	244.350/74	Ministério da Educação e Cultura – Marga Hildebrana Alvarez e outros -	1974-75
8.350	PDAC	245.942/74	Ministério da Educação e Cultura – Yamaha Musical do Brasil Ltda (SP) – Gabinete do ministro	1974
8.350	PDAC	247.203/74	Ministério da Educação e Cultura - Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal - DAV	1974-75
8.305	PDAC	1/75	Ivo Gomes da Silva e Marta Peres da Nóbrega	1975
8.305	PDAC	2/75	Darcy Villa Verde, violonista	1975
8.305	PDAC	3/75	Genésio Nogueira, violonista	1975
8.305	PDAC	4/75	Alfredo Colosimo, concertos	1975
8.305	PDAC	7/75	Hamilton Sbarra	1975
8.305	PDAC	8/75	Nica de Castro Tank, soprano	1975
8.305	PDAC	9/75	George Geszti, pianista	1975
8.305	PDAC	14/75	Secretaria de Educação e Cultura – Conjunto Folclórico do Liceu Paraibano	1975
8.305	PDAC	16/75	Erich Lehninger	1975
8.305	PDAC	34/75	A(BA)RTE - Cultura Artística de Petrópolis	1975
8.305	PDAC	38/75	Editora Movimento	1975
8.305	PDAC	51/75	Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil	1975
8.305	PDAC	52/75	Orlando Martins da Cruz	1975
8.305	PDAC	56/75	Ballet da Câmara Stagium – Aulus	1975
8.305	PDAC	57/75	Antonio Guedes Barbosa, pianista	1975
8.305	PDAC	59/75	Gilda de Abreu Celestino, cantora lírica	1975
8.305	PDAC	61/75	Governo do Estado de Pernambuco	1975
8.305	PDAC	62/75	Cussy de Almeida, violonista	1975
8.305	PDAC	63/75	Orquestra Armorial de Câmara de Pernambuco	1975
8.305	PDAC	64/75	Maria Isabel Andrada Abreu	1975
8.305	PDAC	70/75	Universidade de Alagoas	1975-79

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.305	PDAC	73/75	Jornal de Letras	1975
8.305	PDAC	91/75	Maria Dolores Vale do Nascimento	1975
8.305	PDAC	97/75	Grupo Folclórico do Pará	1975
8.305	PDAC	104/75	Eudoxia de Barros, pianista	1975
8.305	PDAC	110/75	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	1975-80
8.305	PDAC	122/75	Fundação Universidade Estadual de Londrina	1975
8.305	PDAC	125/75	Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte	1975
8.305	PDAC	130/75	Lota Produções Artísticas Ltda	1975
8.305	PDAC	131/75	Sociedade de Artes, Letras e Ciências – Pro Arte (RS)	1975
8.305	PDAC	133/75	Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco	1975
8.305	PDAC	134/75	José da Veiga Oliveira – Quarteto de Cordas	1975
8.305	PDAC	136/75	Bloch Editora S/A	1975
8.305	PDAC	140/75	Universidade Federal Fluminense	1975
8.305	PDAC	141/75	Universidade Federal Fluminense	1977
8.306	PDAC	143/75	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1977
8.306	PDAC	144/75	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1977
8.306	PDAC	145/75	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1975
8.306	PDAC	146/75	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1977
8.306	PDAC	149/75	Sebastião Pena Macião e Heloisa Helena Raso	1975
8.306	PDAC	158/75	Instituto dos Arquitetos do Brasil (GB)	1975
8.306	PDAC	161/75	Renato Frateschi	1975
8.306	PDAC	168/75	Coarte – Assessoria e Administração de Empresa Ltda	1975
8.306	PDAC	169/75	Laca - Empreendimentos de Arte Ltda	1975
8.306	PDAC	171/75	Quarteto Guanabara	1975
8.306	PDAC	177/75	Universidade Federal Fluminense	1975-77
8.306	PDAC	178/75	Universidade Federal de Juiz de Fora	1975-77
8.306	PDAC	179/75	Universidade Federal da Paraíba	1975-77
8.306	PDAC	180/75	Universidade Federal do Acre	1975-77
8.306	PDAC	181/75	Universidade Federal de Caxias do Sul	1975
8.306	PDAC	182/75	Universidade Federal do Sergipe	1975-77
8.306	PDAC	183/75	Museu Imperial	1975
8.306	PDAC	184/75	Biblioteca Nacional	1975
8.306	PDAC	185/75	Fundação Cultural do Distrito Federal	1975
8.306	PDAC	195/75	Faculdade de Musica Augusta de Souza França	1975
8.306	PDAC	200/75	Universidade Federal do Paraná	1975-77
8.306	PDAC	202/75	Universidade Católica de Pelotas	1975-77

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.306	PDAC	203/75	Universidade Católica de Goiás	1975-77
8.306	PDAC	205/75	Luiza Azedo Barroso Leite	1975
8.306	PDAC	207/75	Universidade Federal do Espírito Santo	1975-77
8.306	PDAC	211/75	Divisão de Aquisição da Biblioteca Nacional	1975
8.306	PDAC	212/75	Universidade Federal da Bahia	1975-77
8.306	PDAC	213/75	Universidade Federal do Pará	1975-77
8.306	PDAC	214/75	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1975-77
8.306	PDAC	215/75	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1975-77
8.306	PDAC	217/75	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1975-77
8.307	PDAC	218/75	Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná	1975
8.307	PDAC	221/75	Alex Viany – Patrocínio	1975
8.307	PDAC	224/75	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1975
8.307	PDAC	226/75	Universidade Federal de Viçosa	1975
8.307	PDAC	232/75	Presidente do Banco do estado da Guanabara S/A	1975
8.307	PDAC	234/75	Organização para o Desenvolvimento da Ciência e Cultura	1975
8.307	PDAC	236/75	Faculdade Musical Palestrina	1975
8.307	PDAC	238/75	Sociedade Brasileira de Educação Através da Arte	1975
8.307	PDAC	241/75	Museu Imperial	1975
8.307	PDAC	248/75	Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Norte	1975
8.307	PDAC	249/75	José Teixeira	1975
8.307	PDAC	250/75	Maria Emilia de Souza Mattos	1975
8.307	PDAC	255/75	Irmanault Som Realizações Ltda	1975
8.307	PDAC	259/75	Carlos Rodrigues de Carvalho	1975
8.307	PDAC	272/75	Universidade Católica de Pernambuco	1975-77
8.307	PDAC	273/75	Universidade Federal de Ouro Preto	1975-77
8.307	PDAC	274/75	Universidade Federal de Minas Gerais	1975-77
8.307	PDAC	275/75	Universidade Mackenzie	1975-77
8.307	PDAC	276/75	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1975-77
8.307	PDAC	277/75	Universidade do Estado da Guanabara	1975-77
8.307	PDAC	290/75	Museu Julio de Castilhos	1975
8.307	PDAC	291/75	Armando Belardi	1975
8.307	PDAC	293/75	Fundação Universidade do Rio Grande do Sul	1975-77
8.307	PDAC	296/75	Universidade Católica de Minas Gerais	1975-77
8.307	PDAC	305/75	João Duarte Serrado	1975
8.307	PDAC	306/75	Discos Marcos Pereira	1975-76
8.307	PDAC	311/75	Fundação Mudes	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.307	PDAC	314/75	Empresa de Turismo do Estado da Guanabara – RIOTUR S/A	1975
8.307	PDAC	315/75	Academia Paulista de Musica – (SP)	1975
8.307	PDAC	321/75	Academia de Musica Lorenzo Fernandez	1975
8.307	PDAC	323/75	Embaixada da Republica Popular da Polônia	1975
8.307	PDAC	333/75	Prefeitura Municipal de Jaguaribe (CE)	1975-77
8.307	PDAC	336/75	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1975-77
8.307	PDAC	337/75	Escola de Ballet Ana Lucia de Carvalho – Belo Horizonte (MG)	1975
8.307	PDAC	339/75	Papelaria e Tipografia KAGE Ltda	1975
8.307	PDAC	341/75	Universidade Federal de Alagoas -	1975
8.307	PDAC	343/75	Brazilian Cultural Center	1975
8.307	PDAC	350/75	Paulo Condorcet Barbosa Ferreira	1975-80
8.307	PDAC	351/75	Universidade Federal do Pará	1975
8.307	PDAC	366/75	Jornal do Brasil S/A	1975
8.307	PDAC	370/75	Centro de Cultura Musical da PUC (RJ)	1975
8.308	PDAC	372/75	Carlos Eduardo Prates, maestro	1975
8.308	PDAC	373/75	Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul	1975
8.308	PDAC	376/75	Zélia Drummond Rodrigues	1975
8.308	PDAC	387/75	Bogdan Offenberg	1975
8.308	PDAC	389/75	Clack Musica e Espetáculos Ltda	1975
8.308	PDAC	415/75	Escola de Musica da UF(RJ)	1975
8.308	PDAC	417/75	Universidade Federal da Bahia	1975
8.308	PDAC	422/75	ABRARTE e Cultura Artística de Petrópolis (RJ)	1975
8.308	PDAC	424/75	Universidade Federal da Bahia - (BA)	1975
8.308	PDAC	427/75	Antonio Henrique Cunha Bueno, deputado estadual	1975
8.308	PDAC	428/75	Paulo Jorge da Cunha Guimaraes	1975-76
8.308	PDAC	429/75	Mauro Pires	1975-77
8.308	PDAC	431/75	Fundação João Pinheiro Filho – Arcozelo (RJ)	1975
8.308	PDAC	432/75	Discos Marcos Pereira	1975
8.308	PDAC	442/75	Sylvia Bastos Tigre	1975
8.308	PDAC	444/75	Biblioteca Nacional	1975
8.308	PDAC	448/75	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	1975
8.308	PDAC	449/75	Associação Coral de Florianópolis	1975
8.308	PDAC	457/75	Serviço Nacional de Teatro	1975
8.308	PDAC	459/75	Teatro Livre da Bahia	1975
8.308	PDAC	462/75	Carrossel Promoções Artísticas	1975
8.309	PDAC	477/75	Lew Bogdan – Nancy França	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	ocumento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.309	PDAC	478/75	Faculdade de Educação do Norte do Paraná	1975-77
8.309	PDAC	487/75	Duo Lílian Barreto e Miguel Proença	1975
8.309	PDAC	488/75	Lílian Barreto, sSolista	1975
8.309	PDAC	490/75	Fundação Casa de Rui Barbosa	1975
8.309	PDAC	492/75	Ordem dos Músicos do Brasil	1975
8.309	PDAC	493/75	Ministério da Indústria e Comércio	1975
8.309	PDAC	495/75	Ballet Brasileiro da Bahia	1975
8.309	PDAC	499/75	Maria Helena Buzelin, solista	1975
8309	PDAC	500/75	Diva Pieranti, solista	1975
8.309	PDAC	509/75	Instituto Italiano di Cultura (RJ)	1975
8.309	PDAC	511/75	Diretório Central dos Estudantes	1975-77
8.309	PDAC	512/75	Ruy Carlos Boamorte	1975-79
8.309	PDAC	513/75	Ministério das Relações Exteriores	1975
8.309	PDAC	515/75	Geraldo Antoniassi	1975
8.309	PDAC	520/75	Associação Brasileira de Teatro de Bonecos (RJ)	1975
8.309	PDAC	526/75	Grupo Brasileiro de Percussão do CBM e Grupo Folclórico da Guanabara	1975
8.309	PDAC	527/75	Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense	1975-76
8.309	PDAC	539/75	Serviço Nacional de Teatro	1975
8.309	PDAC	551/75	Miguel Proença, pianista	1975
8.309	PDAC	552/75	Estabelecimento Gráfico Iguassu Ltda.	1975
8.309	PDAC	558/75	Biblioteca Nacional	1975
8.309	PDAC	568/75	Academia de Musica Lorenzo Fernandez	1975
8.309	PDAC	572/75	Museu Nacional de Belas Artes	1975
8.309	PDAC	573/75	Museu Nacional de Belas Artes	1975
8.309	PDAC	575/75	Associação Brasileira de Teatro de Bonecos (RJ)	1975
8.309	PDAC	576/75	Governo do Estado de Santa Catarina	1975
8.309	PDAC	583/75	Trio Os Recitalistas	1975
8.309	PDAC	584/75	Arthur Antonio Machado Brasil, pianista	1975
8.309	PDAC	586/75	Maria José Phina, pianista	1975
8.309	PDAC	596/75	Secretaria de Educação do Estado de Goiás	1975-76
8.309	PDAC	598/75	Governo do Estado de Santa Catarina	1975
8.309	PDAC	599/75	Darcy Villa Verde, violonista	1975
8.310	PDAC	600/75	Bem-te-vi Filmes Ltda	1975-76
8.310	PDAC	603/75	Nélio Rodrigues, violonista	1975
8.310	PDAC	619/75	Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR)	1975-77
8.310	PDAC	0620/75	Valdir de Paula Ribeiro, cantor lírico	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.310	PDAC	621/75	Biblioteca Nacional	1975
8.310	PDAC	622/75	Creuza Moreira da Costa Campos, cantora	1975
8.310	PDAC	623/75	Museu Villa Lobos	1975
8.310	PDAC	627/75	Marina Ramalhete Pinto e Souza, pianista	1975
8.310	PDAC	628/75	Sonia Maria Vieira, pianista	1975
8.310	PDAC	637/75	Nelsinho Belchior dos Santos, cantor	1975
8.310	PDAC	638/75	Ilce Trindade, pianista	1975
8.310	PDAC	640/75	Sygmund Stanislaw Kubala, violoncelista	1975
8.310	PDAC	641/75	Museu Imperial	1975
8.310	PDAC	642/75	Maria de Lourdes Mancilha	1975
8.310	PDAC	644/75	Duo Dalka Lima C de Azevedo e Bruno Magliardo	1975
8.310	PDAC	648/75	Celso Nemitowski de Siqueira	1975
8.310	PDAC	649/75	Vera de Oliveira	1975
8.310	PDAC	650/75	Altamiro Ângelo da Silva	1975
8.310	PDAC	652/75	Conjunto Collegium Musicum	1975
8.310	PDAC	653/75	George Kiscely, violonista	1975
8.310	PDAC	656/75	Eny Camargo, cantora	1975
8.310	PDAC	657/75	Luiz Senise, pianista	1975
8.310	PDAC	659/75	Ivy Improta Nogueira França, pianista	1975
8.310	PDAC	662/75	Prefeitura Municipal de Sabará (MG)	1975
8.310	PDAC	663/75	Universidade Federal do Piauí	1975-77
8.310	PDAC	664/75	Conservatório Matogrossense de Musica	1975-76
8.310	PDAC	667/75	Centro Educacional Christos do Amazonas	1975
8.310	PDAC	670/75	Claudio Lisboa Sócrates, pianista	1975
8.310	PDAC	671/75	Constant Moret, cantor	1975
8.310	PDAC	673/75	Maria Aparecida Machado Peixoto, cantora	1975
8.310	PDAC	687/75	Dirceu Carvalho	1975
8.310	PDAC	689/75	Fundação Cultural do Distrito Federal	1975
8.310	PDAC	690/75	Fundação Cultural do Distrito Federal	1975
8.310	PDAC	692/75	Renato Rocha, cantor	1975
8.310	PDAC	694/75	Genésio Nogueira Soares, violonista	1975
8.310	PDAC	695/75	Dea de Escobar Paiva, cantora lírica	1975
8.310	PDAC	700/75	Mocidade Espírita Emanuel (PI)	1975
8.310	PDAC	701/75	Jorge Gonçalves	1975
8.310	PDAC	705/75	Lenir Siqueira, flautista	1975
8.310	PDAC	706/75	Maria Vanda Spinelle, soprano	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.310	PDAC	709/75	Duo Cameristico	1975
8.310	PDAC	710/75	ROSCHIR – Promoções Artísticas e Culturais Ltda e Eduardo Fernandes Odella, violonista	1975
8.310	PDAC	711/75	ROSCHIR – Promoções Artísticas e Culturais Ltda e Transas e Milongas, recital	1975
8.311	PDAC	717/75	Ernani Henrique Chaves Aguiar, violonista	1975
8.311	PDAC	718/75	Serviço Nacional de Teatro	1975
8.311	PDAC	726/75	Alice Ribeiro, cantora	1975
8.311	PDAC	729/75	Metalúrgica Progresso Ltda	1975-80
8.311	PDAC	730/75	Pedro Ismênia da Silva	1975
8.311	PDAC	733/75	Maria Rosa Canellas, cantora	1975
8.311	PDAC	734/75	Conjunto Maria Rosa Canellas	1975
8.311	PDAC	736/75	Troupe Miranda Pende	1975
8.311	PDAC	738/75	Alberto Jorge Farah	1975
8.311	PDAC	740/75	Ney Ayala, cantor	1975
8.311	PDAC	742/75	Sonia Goulart Lehninger, pianista	1975
8.311	PDAC	744/75	Quinteto de Sopros de Porto Alegre	1975
8.311	PDAC	745/75	Fernando Lopes, pianista	1975
8.311	PDAC	746/75	Newton Paiva, cantor lírico	1975
8.311	PDAC	747/75	Mairo Paulo de Tolla Filho, cantor	1975
8.311	PDAC	748/75	Cecília Lydia Cooper, pianista	1975
8.311	PDAC	749/75	Jose Guilherme Damiano, cantor lírico	1975
8.311	PDAC	751/75	Ruth Sthaerke, cantora lírica	1975
8.311	PDAC	757/75	Biblioteca Nacional	1975
8.311	PDAC	761/75	Orquestra Sinfônica Brasileira	1975
8.311	PDAC	764/75	Attilio Mastrogiovani, pianista	1975
8.311	PDAC	765/75	Maria Izabel da Silva D. Vivante, cantora	1975
8.311	PDAC	766/75	Gran Bartolo Circus	1975
8.312	PDAC	768/75	Carlos Rato, flautista	1975
8.312	PDAC	769/75	Geisa Vidal, cantora lírica	1975
8.312	PDAC	770/75	Alencar Comercio e Representações Ltda	1975-80
8.312	PDAC	771/75	André Vivante, maestro	1975
8.312	PDAC	773/75	Íris Bianchi, pianista	1975
8.312	PDAC	774/75	Celso Cavalcanti, pianista	1975
8.312	PDAC	776/75	Marilia Siegl, cantora	1975
8.312	PDAC	777/75	Noel Louis Leon Devos, fagotista	1975
8.312	PDAC	778/75	Jose Cardoso Botelho, clarinetista	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.312	PDAC	787/75	Licia Lucas, pianista	1975
8.312	PDAC	789/75	Julia Wagner Cohin, pianista	1975
8.312	PDAC	790/75	Jerzy Milewski, violonista	1975
8.312	PDAC	791/75	Angela Barros, cantora	1975
8.312	PDAC	793/75	Natan Schwartcman, violonista	1975
8.312	PDAC	797/75	Margarida Maria F. Winberger, pianista	1975
8.312	PDAC	798/75	Isis Moreira, pianista	1975
8.312	PDAC	799/75	Quinteto Armorial	1975
8.312	PDAC	800/75	João Castelo, cantor , (Processo)	1975
8.312	PDAC	801/75	Marlene guerra Uchoa, cantora , (Processo)	1975
8.312	PDAC	803/75	Sula Jaffé Zacharias/Nelson Freire, pianista , (Processo)	1975
8.312	PDAC	804/75	Sula Jaffé Zacharias/Daisy Luca, pianista , (Processo)	1975
8.312	PDAC	806/75	Sula Jaffé Zacharias/Alfredo Jaffé, violonista , (Processo)	1975
8.312	PDAC	807/75	Mirian Costa Mendes Ramos, pianista , (Processo)	1975
8.312	PDAC	808/75	Francisco Fabião, pianista , (Processo)	1975
8.312	PDAC	809/75	Hermelino de Gusmão Castelo Branco Netto, cantor , (Processo)	1975
8.312	PDAC	811/75	Dante de Paola, cantor lirico , (Processo)	1975
8.312	PDAC	812/75	Fulvia Escobar, pianista , (Processo)	1975
8.312	PDAC	813/75	Arnaldo Rebelo, pianista , (Processo)	1975
8.312	PDAC	816/75	Jose Alberto Kaplan, pianista , (Processo)	1975
8.312	PDAC	817/75	Duo Veter Argolo, , (Processo)	1975
8.312	PDAC	818/75	Liece Guimaraes Lins, cantora lírica , (Processo)	1975
8.312	PDAC	819/75	Lourival Braga, cantor lirico , (Processo)	1975
8.312	PDAC	820/75	Coral da Universidade Federal de Alagoas, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	821/75	Fernando Lopes da Silva, pianista , (Processo)	1975
8.313	PDAC	822/75	Maria Vischinia, violonista , (Processo)	1975
8.313	PDAC	823/75	Lenice Carolina de Toledo Priolli, cantora lírica , (Processo)	1975
8.313	PDAC	824/75	Hamilton Kraux, cantor lírico , (Processo)	1975
8.313	PDAC	825/75	Ivo Meyer, violonista , (Processo)	1975
8.313	PDAC	826/75	Lygia Maria Rochenbach Kullack, cantora lírica , (Processo)	1975
8.313	PDAC	827/75	ROSCHIR Promoções Artísticas e Culturais Ltda e Conjunto Santa Maria, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	828/75	ROSCHIR Promoções Artísticas e Culturais Ltda e Eustaquio Alves Grilo, violonista , (Processo)	1975
8.313	PDAC	829/75	Dinâmica Promoções Artísticas e Culturais Ltda e Antonio Carlos Barbosa Lima, guitarrista , (Processo)	1975
8.313	PDAC	830/75	Dinâmica Promoções Artísticas e Culturais Ltda e Álvaro Perri, violonista , (Processo)	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
3.253	PDAC	831/75	ROSCHIR Promoções Artísticas e Culturais Ltda e Duo Violinistico Richter, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	832/75	Museu Imperial, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	836/75	Gilberto Medeiros Mitchell – exame e revisão de documentos, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	838/75	Duo Violoncelo – Ivo Meyer e Aci Taveira Meyer, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	839/75	Prefeitura Municipal de Rio Bonito (RJ), , (Processo)	1975
8.313	PDAC	840/75	Jose Henrique Cabral Duprat ,pianista, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	843/75	Izabel Mourão, pianista, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	844/75	Jose Roberto Scidon, pianista, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	847/75	Duo Paganini, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	848/75	Gloria Queiroz da Costa, pianista, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	850/75	Antea Claudia, cantora, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	851/75	Sociedade de Intercambio Brasil África – Alorum Baba Mi, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	852/75	Zaccarias Marques, cantor lírico, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	853/75	Lia Salgado, cantora lírica, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	854/75	Carlos José, cantor, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	855/75	Heitor Alimondal, , (Processo)	1975
8.313	PDAC	857/75	Duo Sebastião Pena Marcião e Heloisa Rasol, (Processo)	1975
8.313	PDAC	858/75	Nancy Lousan Mirandal, cantora	1975
8.313	PDAC	859/75	Lahia Rachid Antonio , cantora	1975
8.313	PDAC	860/75	Stanislaw Smilgin, violonista	1975
8.313	PDAC	861/75	Lysia Marion Ventura Demoro - cantora	1975
8.313	PDAC	862/75	Marly Monis, pianista	1975
8.313	PDAC	863/75	Antonia Guedes Barbosa, pianista	1975
8.313	PDAC	864/75	Universidade Federal do Ceará	1975
8.314	PDAC	865/75	Lílian Maria Pandolfi	1975
8.314	PDAC	867/75	Museu Nacional de Belas Artes	1975
8.314	PDAC	868/75	Wascyli Simões dos Anjos, oboista	1975
8.314	PDAC	869/75	Carmen Zingra, cantora lírica	1975
8.314	PDAC	870/75	Leda Guimaraes Natal, instrumentista	1975
8.314	PDAC	871/75	Sebastião Barda, pianista	1975
8.314	PDAC	872/75	Duo Francisco Gerardo Parente e José Alberto	1975
8.314	PDAC	873/75	Carmela Mattoso Sarmento, cantora	1975
8.314	PDAC	874/75	José Eduardo Martins, pianista	1975
8.314	PDAC	875/75	Vicky Adler, pianista	1975
8.314	PDAC	876/75	Sebastiana Leandro da Silva	1975
8.314	PDAC	877/75	Virginia Hogan, pianista	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.314	PDAC	878/75	Paulo Gonçalves de Moura, saxofonista, (Processo)	1975
8.314	PDAC	880/75	Sebastião Gonçalvez, Trompetista , (Processo)	1975
8.314	PDAC	881/75	Maria Emilia Osório, pianista , (Processo)	1975
8.314	PDAC	882/75	Paulo Burgos, pianista, (Processo)	1975
8.314	PDAC	883/75	Trio da Escola de Musica de Brasília, (Processo)	1975
8.314	PDAC	884/75	Sula Jaffe e Clara Suerner Pandolfi, pianista, (Processo)	1975
8.314	PDAC	885/75	Fernando Lebeis, violonista, (Processo)	1975
8.314	PDAC	886/75	Paulo de Paiva Fortes, cantor lírico, (Processo)	1975
8.314	PDAC	888/75	Carmen Pimentel, cantora, (Processo)	1975
8.314	PDAC	890/75	Eugenio de A. Bezerra Martins, flautista, (Processo)	1975
8.314	PDAC	891/75	Hercilia Block, cantora lírica, (Processo)	1975
8.314	PDAC	892/75	Duo Sergio Niremberg e Nelson Marcio , (Processo)	1975
8.314	PDAC	893/75	Nelson Niremberg, violonista, (Processo)	1975
8.314	PDAC	895/75	Maria Fátima Alegria, cantora, (Processo)	1975
8.314	PDAC	896/75	Ida Miccolis Hussen, cantora, (Processo)	1975
8.314	PDAC	897/75	Rubens Brandão, trompetista, (Processo)	1975
8.314	PDAC	898/75	Conjunto de Câmara de Metais Rio de Janeiro, (Processo)	1975
8.314	PDAC	899/75	Conjunto Artistas Associados, (anexo não localizado)	1975
8.315	PDAC	900/75	Olga Maria Schdoeter, cantora, (Processo)	1975
8.315	PDAC	901/75	João Carlos Dittert, cantor, (Processo)	1975
8.315	PDAC	902/75	Teatro de Opera da Guanabara , (Processo)	1975
8.315	PDAC	904/75	Lea Vinoar Freitas, cantora, (Processo)	1975
8.315	PDAC	905/75	Maria José dos Santos Araujo, cantora, (Processo)	1975
8.315	PDAC	919/75	Cleo Alemão, cantora lírica, (Processo)	1975
8.315	PDAC	920/75	Humberto Belvedere, cantor, (Processo)	1975
8.315	PDAC	921/75	Francisco Cunha de Souza, cantor Lírico, (Processo)	1975
8.315	PDAC	922/75	Cecilia Soutto Mayor, cantora lírica, (Processo)	1975
8.315	PDAC	923/75	Loide Mendonça Correa, cantora Lírica, (Processo)	1975
8.315	PDAC	924/75	Maria Tereza Viração, cantora Lírica	1975
8.315	PDAC	925/75	Wilma Cabral Wallace, cantora Lírica	1975
8.315	PDAC	926/75	Oriano de Almeida,pianista	1975
8.315	PDAC	927/75	Maria da Conceição da Silva	1975
8.315	PDAC	928/75	André Luiz Musso Santos, pianista	1975
8.315	PDAC	929/75	Coral Magnificat	1975
8.315	PDAC	930/75	Orquestra Armorial de Câmara de Pernambuco	1975
8.315	PDAC	932/75	Quinteto Bocherini, Stanislaw Smilgin	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.315	PDAC	933/75	Quarteto Boherini – Arlindo F. Penteado	1975
8.315	PDAC	934/75	Ana Maria Martins Castro, cantora	1975
8.315	PDAC	935/75	Bella Sklar	1975
8.316	PDAC	936/75	Bella Sklar	1975
8.316	PDAC	937/75	Moacyr del Pichia, violonista	1975
8.316	PDAC	938/75	Conjunto Novo, quarteto de São Paulo	1975
8.316	PDAC	939/75	Irany Leme, pianista	1975
8.316	PDAC	940/75	Duo irmãos Abreu	1975
8.316	PDAC	941/75	Rita Alves Paixão, cantora	1975
8.316	PDAC	948/75	Conjunto Ars Contemporânea	1975
8.316	PDAC	949/75	Duo Lory Keller e Ana Maria Molz	1975
8.316	PDAC	950/75	Edith Bulhões de Aragão, pianista	1975
8.316	PDAC	951/75	Samuel Achileyas Taets, cantor Lírico	1975
8.316	PDAC	953/75	Duo Sergio Assad e Odair Assad	1975
8.316	PDAC	954/75	Paulo Barcellos, cantor	1975
8.316	PDAC	955/75	Sergio Squeff Barcelos, pianista	1975
8.316	PDAC	956/75	Maria Domicia dos Santos, cantora	1975
8.316	PDAC	957/75	Conjunto Pro Arte Antigua	1975
8.316	PDAC	958/75	Trio Eolius	1975
8.316	PDAC	959/75	Silea Stopatto Esteves, cantora	1975
8.316	PDAC	960/75	Trio Irakitan	1975
8.316	PDAC	962/75	Alfredo Mello, cantor Lírico	1975
8.316	PDAC	963/75	Lycia Cunha de Magalhães – pianista	1975
8.316	PDAC	964/75	Celina Avelina Teixeira Cesário Alvim – Cristina Ortiz, pianista	1975
8.316	PDAC	965/75	Adelmana Torreão, pianista	1975
8.316	PDAC	966/75	Faculdade de Musica Augusta de Souza Franca	1975
8.316	PDAC	967/75	Conjunto de Folclore internacional Os Gaúchos	1975
8.316	PDAC	968/75	Conjunto Tamba Trio	1975
8.316	PDAC	969/75	Barra Produções Artísticas Nacional Internacional Ltda	1975
8.317	PDAC	970/75	Maria Lucia Godoy, cantora lírica	1975
8.317	PDAC	971/75	Rudolf Kraft, cantor	1975
8.317	PDAC	972/75	Lucia Araujo Dantas, piano concertista	1975
8.317	PDAC	973/75	Duo Dauelgberg	1975
8.317	PDAC	974/75	Alfredo Arduine de Lemos	1975
8.317	PDAC	975/75	Wilson Simão, cantor Lírico	1975
8.317	PDAC	977/75	Agnes Ayres, cantora Lírica	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.317	PDAC	978/75	Berenice Menegale, pianista	1975
8.317	PDAC	979/75	Sebastian Benda, pianista	1975
8.317	PDAC	980/75	Felipe Silvestre, cravista	1975
8.317	PDAC	981/75	Claudio de Brito, pianista	1975
8.317	PDAC	982/75	Carlos Augusto Vial, cantor lírico	1975
8.317	PDAC	983/75	Duo Dolores P. Maciel e Breno M. de Sá	1975
8.317	PDAC	1.033/75	Madrigal de Brasília	1975
8.317	PDAC	1.047/75	Instituto Musical de São Paulo	1975
8.317	PDAC	1.048/75	César de Araujo, escritor	1975
8.318	PDAC	1.053/75	Museu Villa Lobos	1975
8.318	PDAC	1.057/75	Maria Augusta Cardoso da Fonseca	1975
8.318	PDAC	1.063/75	Associação de Teatro Amador	1975
8.318	PDAC	1.067/75	Sharp S/A – Equipamentos Eletrônicos	1975-80
8.318	PDAC	1.070/75	Prefeitura Municipal de Sabará (MG)	1975-77
8.318	PDAC	1.071/75	Biblioteca Nacional	1975
8.318	PDAC	1.073/75	União dos Músicos do Brasil (RJ)	1975
8.318	PDAC	1.077/75	Julio Domiti Produções Cinematográficas	1976
8.318	PDAC	1.078/75	Clube dos Flautistas do Rio Grande do Sul – Centro de Artes	1975
8.318	PDAC	1.090/75	Fundação Mudes	1975
8.318	PDAC	1.091/75	Centro de Cultura Musical da PUC	1975
8.318	PDAC	1.098/75	Enock Joaquim de Oliveira	1975-77
8.318	PDAC	1.105/75	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	1975
8.318	PDAC	1.115/75	Marcio Ramalho e Arthur Moreira Lima, pianista	1975
8.318	PDAC	1.118/75	Marcio Ramalho e Jean Louis Stevemam, pianista	1975
8.318	PDAC	1.119/75	Chalés Viana – Conjunto Khaos	1975
8.318	PDAC	1.120/75	Natan Schwartzman, violonista	1975
8.318	PDAC	1.132/75	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP)	1975
8.318	PDAC	1.149/75	Biblioteca Nacional	1975
8.318	PDAC	1.151/75	Casa do Estudante do Brasil	1975
8.318	PDAC	1.163/75	Groupe Choreographique de Paris	1975
8.318	PDAC	1.173/75	Cia. T. J. Janer – Comércio e Indústria	1975-80
8.318	PDAC	1.174/75	Fornecedora Cino Importadora Ltda	1975
8.318	PDAC	1.178/75	Orquestra Epaminondas ((RJ))	1975
8.318	PDAC	1.180/75	Prefeitura Municipal da Cidade de Salvador (BA)	1975
8.318	PDAC	1.186/75	Museu Villa Lobos	1975
8.318	PDAC	1.196/75	Sociedade Coral de Belo Horizonte (MG)	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.318	PDAC	1.203/75	Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso	1975
8.318	PDAC	1.209/75	Nilde Balci Campos, pianista e Pintora	1975-76
8.318	PDAC	1.221/75	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1975
8.318	PDAC	1.222/75	Área do Livro do Plano de Ação Cultural (AL)	1975
8.318	PDAC	1.225/75	Associação de Pesquisadores da Musica Popular Brasileira (PR)	1975
8.318	PDAC	1.229/75	Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB)	1975
8.318	PDAC	1.232/75	Caravana dos Artistas Líricos (RJ)	1975-77
8.318	PDAC	1.245/75	Grupo Olorum Baba Min (RJ)	1975
8.318	PDAC	1.248/75	Universidade de Brasília (DF)	1975
8.318	PDAC	1.251/75	Maria Hilda Lemos	1975
8.318	PDAC	1.261/75	Movaddo – Comércio e Representações Ltda	1975-80
8.318	PDAC	1.266/75	Comércio e Representações Dois Irmãos Ltda	1975-80
8.318	PDAC	1.273/75	Ítala Repetto Fiesco Rubert	1975
8.318	PDAC	1.276/75	Prefeitura Municipal de Sete Lagoas (MG)	1975
8.319	PDAC	1.288/75	Sociedade de Cultura Artística de Vitória (ES)	1975
8.319	PDAC	1.292/75	Prefeitura Municipal de Ubá ((MG))	1975
8.319	PDAC	1.293/75	Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco (MG)	1975
8.319	PDAC	1.298/75	Maria Nazareth Castelo Branco Cruz	1975-80
8.319	PDAC	1.300/75	Universidade Federal do Ceará	1975-77
8.319	PDAC	1.305/75	Jorge Paulo, deputado	1975
8.319	PDAC	1.307/75	Josias Leite, deputado	1975
8.319	PDAC	1.308/75	Cinema de Arte Universitário (CE)	1975
8.319	PDAC	1.310/75	Fundação Educacional de Bauru (SP)	1975
8.319	PDAC	1.314/75	Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores	1975
8.319	PDAC	138/75	Burroughs Eletrônica S/A	1975-80
8.319	PDAC	1.324/75	Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza (RN)	1975
8.319	PDAC	1.327/75	Departamento de Assuntos da Fundação Cultural do Piauí	1975
8.319	PDAC	1.333/75	Museu Imperial	1975-80
8.319	PDAC	1.340/75	Centro Universitário de Brasília	1975
8.319	PDAC	1.342/75	Teatro Espírita de Brasília	1975
8.319	PDAC	1.359/75	Jose Teles de Magalhães	1975
8.319	PDAC	1.362/75	Universidade Federal da Bahia	1975
8.319	PDAC	1.370/75	Ipojuca Pontes	1975
8.319	PDAC	1.383/75	Jose Nilson Pereira de Brito	1975
8.319	PDAC	1.384/75	Marco Antonio Alteberg	1975
8.319	PDAC	1.385/75	Cleto Magalhães, Recife (PE)	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.319	PDAC	1.386/75	Cleto Magalhães, Recife (PE)	1975
8.319	PDAC	1.387/75	Cleto Magalhães, Recife (PE)	1975
8.319	PDAC	1.388/75	Antonio Calmon ((RJ))	1975
8.319	PDAC	1.394/75	Ramon Alvarado Produções Cinematográficas	1975
8.319	PDAC	1.397/75	Lanterna Mágica Produções Cinematográficas	1975
8.320	PDAC	1.401/75	Ars Brasiliensis, Brasília	1975
8.320	PDAC	1.409/75	Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG)	1975
8.320	PDAC	1.410/75	Luiz Rosemberg Filho	1975
8.320	PDAC	1.413/75	Ana Carolina Teixeira Soares	1975
8.320	PDAC	1.414/75	Prefeitura Municipal Fortaleza (CE)	1975
8.320	PDAC	1.424/75	Geraldo Gonzaga	1975
8.320	PDAC	1.425/75	Geraldo Gonzaga	1975
8.320	PDAC	1.426/75	Libero Luxardo - Produções Cinematográficas	1975
8.320	PDAC	1.427/75	Libero Luxardo - Produções Cinematográficas	1975
8.320	PDAC	1.434/75	Jose Joffily Filho	1975
8.320	PDAC	1.435/75	Sociedade Musical Beneficiente Euterbe Friburguense	1975
8.320	PDAC	1.436/75	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE)	1975
8.320	PDAC	1.441/75	Luiz Gonzaga de Oliveira Cruz, Salu (BA)	1975
8.320	PDAC	1.444/75	Produtora Brasileira de Filmes Ltda (RJ)	1975
8.320	PDAC	1.445/75	Dib Lutif e José Nilson Soares Barbosa	1975
8.320	PDAC	1.447/75	Francisco Balbino Nunes	1975
8.320	PDAC	1.454/75	Agnaldo Antonio Azevedo	1975
8.320	PDAC	1.458/75	Silvio Back - Produções Cinematográficas Ltda, Curitiba (PR)	1975
8.320	PDAC	1.460/75	Jorge Lauret Mendar (RJ)	1975
8.320	PDAC	1.461/75	Jorge Lauret Mendar (RJ)	1975
8.320	PDAC	1.464/75	Ipojuca Pontes	1975
8.320	PDAC	1.465/75	Ipojuca Pontes	1975
8.320	PDAC	1.466/75	Luiz Paulino dos Santos (RJ)	1975
8.320	PDAC	1.468/75	Fontoura Brito e Cia ltda (SP)	1975
8.321	PDAC	1.469/75	Tuna Espinheira, Salvador (BA)	1975
8.321	PDAC	1.470/75	Paulo Roberto Eloy da Costa, Salvador (BA)	1975
8.321	PDAC	1.472/75	Medavar Criação e Comunicação Ltda (SP)	1975
8.321	PDAC	1.473/75	Medavar Criação e Comunicação Ltda (SP)	1975
8.321	PDAC	1.474/75	Medavar Criação e Comunicação Ltda (SP)	1975
8.321	PDAC	1.475/75	Medavar Criação e Comunicação Ltda (SP)	1975
8.321	PDAC	1.477/75	Empresa de Desenvolvimento Cultural de Borborema (SP)	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.321	PDAC	1.478/75	Prefeitura Municipal de Terezina (PI)	1975
8.321	PDAC	1.485/75	Maity Comunicação Visual ltda (RJ)	1975
8.321	PDAC	1.486/75	Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta	1975
8.321	PDAC	1.487/75	Miguel Faria Junior (RJ)	1975
8.321	PDAC	1.489/75	Gerência de Programas de Ação Cultural – Departamento de Assuntos Culturais	1975
8.321	PDAC	1.490/75	Marcos Faria (RJ)	1975
8.321	PDAC	1.491/75	André Luiz Oliveira - Produções Cinematográficas (RJ)	1975
8.321	PDAC	1.492/75	Colégio Estadual Zacarias de Góis (PI)	1975
8.321	PDAC	1.500/75	Julio Domiti - Produções Cinematográficas (RJ)	17 a 21 11/1975
8.321	PDAC	1.502/75	Corisco Filmes (RJ)	17 e 18 07/1975
8.321	PDAC	1.505/75	Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura (DF)	18/07 a 25 09/1975
8.321	PDAC	1.506/75	Projeto Rondon	18/07 a 19/02/1976
8.321	PDAC	1.510/75	Saci Filmes Ltda (RJ)	21/07/1975
8.321	PDAC	1.512/75	Jessel Buss dos Santos, Niterói (RJ)	21 a 28/07/1975
8.321	PDAC	1.516/75	Paulos Bastos Martins (RJ)	21 a 28/07/1975
8.321	PDAC	1.519/75	Departamento de Coordenação Cultural, Cientifica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores	21/07 a 16/09/1975
8.321	PDAC	1.520/75	Associação Educacional Cultural de Nova Friburgo (RJ)	21/07 a 17/09/1975
8.321	PDAC	1.522/75	Movimento Cultural Jovem de Itambacuri (MG)	22/07 a 20/08/1975
8.321	PDAC	1.524/75	Instituto de Musica da Universidade Católica de Salvador (BA)	22/07 a 15/08/1975
8.321	PDAC	1.530/75	Plu – Estúdio de Ligação – Fotografia, Cinema e Arte Ltda (RJ)	22 a 28/07/1975
8.321	PDAC	1.532/75	Raiz Produções Cinematográficas Ltda (SP)	22 a 28/07/1975
8.321	PDAC	1.534/75	Empresa Brasileira de Filme S/A	23/07/75
8.321	PDAC	1.535/75	Roland Henze – Produções Cinematográficas (RJ)	23 a 28/07/1975
8.321	PDAC	1.536/75	Haroldo Marinho Barbosa (RJ)	23 a 28/07/1975
8.321	PDAC	1.537/75	Geraldo Santos Pereira (RJ)	23 a 28/07/1975
8.322	PDAC	1.538/75	Geraldo Santos Pereira (RJ)	23 a 28/07/1975
8.322	PDAC	1.539/75	Geraldo Santos Pereira (RJ)	23 a 28/07/1975
8.322	PDAC	1.540/75	Josimar Fernandes de Oliveira, Brasília	24 a 28/07/1975
8.322	PDAC	1.541/75	José Umberto Dias, Salvador (BA)	24 a 28/07/1975
8.322	PDAC	1.542/75	Aécio Florentino Pimenta de Andrade (RJ)	24 a 28/07/1975
8.322	PDAC	1.543/75	Museu Nacional de Belas Artes	24/07/1975
8.322	PDAC	1.544/75	Andréa Tonacci (SP)	24 a 28/07/1975
8.322	PDAC	1.548/75	Museu Villa Lobos	25 a 29/07/1975
8.322	PDAC	1.549/75	A e B Produções Cinematográficas Ltda (RJ)	25 a 28/07/1975
8.322	PDAC	1.553/75	Gerson Tavares (RJ)	25 a 29/07/1975
8.322	PDAC	1.555/75	Rito – Produções Edições Publicidade SIC, Vitória (ES)	28 a 29/07/1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.322	PDAC	1.556/75	Almiro Viviani Fialho (RJ)	28 a 29/07/1975
8.322	PDAC	1.560/75	Sergio Sanz (RJ)	28 a 29/07/1975
8.322	PDAC	1.563/75	Comunidade Paroquial do Calafate, Belo Horizonte (MG)	28 a 29/07/1975
8.322	PDAC	1.564/75	Marcilio Rodrigues Farias, Brasília	28/07 a 03/11/1975
8.322	PDAC	1.565/75	Thomaz Jorge Farkos (SP)	28 a 29/07/1975
8.322	PDAC	1.569/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	28 a 29/07/1975
8.322	PDAC	1.570/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.322	PDAC	1.571/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.322	PDAC	1.572/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.323	PDAC	1.573/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.323	PDAC	1.574/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.323	PDAC	1.575/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.323	PDAC	1.576/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.323	PDAC	1.577/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.323	PDAC	1.578/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.323	PDAC	1.579/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.323	PDAC	1.580/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.581/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.582/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.583/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.584/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.585/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.586/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.587/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.588/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29 a 30/07/1975
8.324	PDAC	1.589/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.590/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.591/75	Plantel Editora e Publicidade S/A (RJ)	29/07/1975
8.324	PDAC	1.592/75	João Carlos de Almeida Rodrigues (RJ)	29 a 30/07/1975
8.324	PDAC	1.593/75	João Carlos de Almeida Rodrigues (RJ)	29 a 30/07/1975
8.324	PDAC	1.594/75	Luis Carlos Lacerda (RJ)	29 a 30/07/1975
8.324	PDAC	1.595/75	Saci Filmes Ltda (RJ)	29 a 30/07/1975
8.324	PDAC	1.597/75	Arnaldo Jabor (RJ)	29/07/1975
8.325	PDAC	1.600/75	Grupo Filmes Ltda	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.601/75	Caravana dos Artistas Líricos (RJ)	29/07/1975 a 08/01/1976
8.325	PDAC	1.602/75	Luiz Fernando Goulart – Produções Cinematográficas	29/07/1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.325	PDAC	1.603/75	Aloysio Albuquerque – Paulino de Oliveira (SP)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.604/75	Tânia Geni Savietto (SP)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.605/75	Álvaro da Silva Freire Filho (RJ)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.607/75	Paulo Cezar Saraceni (RJ)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.608/75	José Renato Santos Pereira (RJ)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.609/75	José Renato Santos Pereira (RJ)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.610/75	José Renato Santos Pereira (RJ)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.611/75	José Renato Santos Pereira (RJ)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.612/75	José Renato Santos Pereira (RJ)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.613/75	CASB – Produções Cinematográficas Ltda (RJ)	29 a 30/07/1975
8.325	PDAC	1.618/75	Frederico Cavalcanti Confalonieri (RJ)	30/07/1975
8.325	PDAC	1.621/75	Marcelo Pietsch França (RJ)	30/07/1975
8.325	PDAC	1.622/75	Centro de Estudos Submarinos CES	30/07/1975
8.325	PDAC	1.624/75	Mario Augusto de Berredo Carneiro	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.625/75	Mario Augusto de Berredo Carneiro	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.627/75	Antonio Manuel da Silva Oliveira	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.628/75	Antonio Manuel da Silva Oliveira	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.629/75	Nove Filmes Ltda	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.630/75	Nove Filmes Ltda	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.633/75	Carlos Arthur Liuzzu	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.634/75	Lael Alves Rodrigues	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.637/75	André Faria	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.638/75	Cine Qua Non – Prod. e Distrib. Cinematográficas Ltda	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.639/75	Cine Qua Non – Prod. e Distrib. Cinematográficas Ltda	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.640/75	Lygia Pape	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.641/75	Lygia Pape	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.642/75	Lygia Pape	30/07 a 01/08/1975
8.325	PDAC	1.643/75	Lygia Pape	1975
8.325	PDAC	1.644/75	Lygia Pape	1975
8.325	PDAC	1.645/75	Carlos Frederico Rodrigues	1975
8.325	PDAC	1.646/75	Luiz Carlos Pires	1975
8.325	PDAC	1.647/75	Yves Ublet	1975
8.325	PDAC	1.648/75	Jorge Nelson Correa Tinoco	1975
8.325	PDAC	1.649/75	Alfredo Sergio Freire Bomba (RJ)	1975
8.325	PDAC	1.650/75	Yves Ublet (RJ)	1975
8.325	PDAC	1.651/75	Produções Cezar Nunes Ltda (RJ)	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.326	PDAC	1.652/75	Produções Cezar Nunes Ltda (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.653/75	Produções Cezar Nunes Ltda (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.654/75	Produções Cezar Nunes Ltda (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.656/75	Noilton Nunes (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.657/75	Sérgio Renato Victor Villela, Niterói (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.658/75	Lente Filmes Ltda	1975
8.326	PDAC	1.659/75	José Américo Ribeiro	1975
8.326	PDAC	1.660/75	Flavio Silva	1975
8.326	PDAC	1.661/75	Rose Lacreta Produções Ltda (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.662/75	Tairone Feitosa Pereira (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.663/75	Sino Produções S/C Ltda (SP)	1975
8.326	PDAC	1.664/75	Rachel Esther Figner Sisson (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.665/75	Cinedia S/A (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.666/75	Cinedia S/A (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.668/75	Cinedia S/A (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.669/75	Filmes do Triângulo Ltda (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.670/75	Manfredo Caldas (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.673/75	Iberê – Cahiuby Viana Cavalcante (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.675/75	Helder Martins de Moraes (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.676/75	Roman B. Stulbach (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.677/75	Roman B. Stulbach (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.678/75	Adamastor Camará Ribeiro (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.679/75	Leilany Fernandes (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.680/75	Helder Martins de Moraes (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.681/75	Helder Martins de Moraes (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.682/75	Luiz Carlos de Barros Saldanha (RJ)	1975
8.326	PDAC	1.683/75	Futura Filmes (SP)	1975
8.326	PDAC	1.684/75	Futura Filmes (SP)	1975
8.326	PDAC	1.685/75	Futura Filmes (SP)	1975
8.326	PDAC	1.686/75	Futura Filmes (SP)	1975
8.326	PDAC	1.687/75	Antonio Alves Cury, Salvador (BA)	1975
8.326	PDAC	1.688/75	Falabella Tu Filmes Ltda	1975
8.327	PDAC	1.689/75	Suzana Sereno	1975
8.327	PDAC	1.691/75	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife (PE)	1975
8.327	PDAC	1.704/75	Papelaria Record S/A – Comércio e Indústria	1975-80
8.327	PDAC	1.718/75	Teatro Leopoldina (RS)	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8327	PDAC	1.719/75	Secretaria de Estado de Educação e Cultura de Pernambuco	1975
8327	PDAC	1.720/75	Tecnogeral S/A Comércio e Indústria	1975-80
8.327	PDAC	1.733/75	Museu Nacional de Belas Artes	1975
8.327	PDAC	1.744/75	Fundação Teatro Guaíra (PR)	1975
8.327	PDAC	1.748/75	Hare – Equipamento Contra Incêndio Ltda	1975
8.327	PDAC	1.753/75	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira	1975
8.327	PDAC	1.755/75	Biblioteca Nacional	1975
8.327	PDAC	1.759/75	Biblioteca Nacional	1975-76
8.327	PDAC	1.764/75	Fundação Cásper Líbero (SP)	1975
8.327	PDAC	1.796/75	Gabinete do ministro da Educação e Cultura (DF)	1975
8.327	PDAC	1.797/75	Gabinete do ministro da Educação e Cultura (DF)	1975
8.327	PDAC	1.802/75	Américo Aguiar Borges	1975
8.327	PDAC	1.811/75	Área do Livro do Plano de Ação Cultural – Departamento de Assuntos Culturais	1975
8.327	PDAC	1.829/75	Augusto Magessi (RJ)	1975
8.327	PDAC	1.855/75	Orquestra Epaminondas (RJ)	1975
8.327	PDAC	1.860/75	Câmara Municipal de Feira de Santana (BA)	1975
8.327	PDAC	1.864/75	Movimento de Integração Artística (RJ)	1975
8.327	PDAC	1.868/75	Escola Técnica Federal do Paraná, Curitiba (PR)	1975-76
8.327	PDAC	1.881/75	Centro de Recuperação Motora do Nordeste (PE)	1975
8.327	PDAC	1.882/75	Ginásio Imaculada Conceição, Cambará do Sul (RS)	1975
8.327	PDAC	1.884/75	Instituto Villa Lobos (RJ)	1975
8.327	PDAC	1.888/75	Escola de Música e Belas Artes do Paraná	1975
8.327	PDAC	1.891/75	Instituto de Comunicação Ipanema (RJ)	1975
8.327	PDAC	1.895/75	Biblioteca Nacional	1975
8.327	PDAC	1.896/75	Abarte e Cultura Artística de Petrópolis (RJ)	1975
8.327	PDAC	1.900/75	Fundação Brasileira de Ballet	1975
8.327	PDAC	1.901/75	Academia – Nina Verchinina (RJ)	1975
8.327	PDAC	1.914/75	Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura (DF)	1975-76
8.327	PDAC	1.916/75	Coral das Faculdades Metropolitanas Unidas de (SP)	1975
8.327	PDAC	1.918/75	Colégio Estadual Augusto Meira, Belém (PA)	1975
8.327	PDAC	1.933/75	Jardes Macalé e Walter P. Lima	1975
8.327	PDAC	1.934/75	Gibraltar Adm. Corret de Seguros Plan. E Prom. Ltda	1975-86
8.327	PDAC	1.937/75	Serviço de Radiodifusão Educativa	1975-86
8.327	PDAC	1.967/75	Instituto Waldemar Falcão, Aracati (CE)	1975
8.327	PDAC	1.983/75	Departamento de Cultura do Estado do Rio de Janeiro	1975
8.327	PDAC	1.984/75	Secretaria de Governo do Estado de Santa Catarina	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.327	PDAC	1.985/75	Carlos Dittert (RJ)	1975
8.327	PDAC	1.986/75	Centro Universitário de Cultura e Arte	1975-76
8.327	PDAC	1.994/75	Aliança Francesa Brasileira	1975-77
8.327	PDAC	2.020/75	Câmara Municipal de Igarassú (PE)	1975-76
8.328	PDAC	2.021/75	Departamento Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores	1975-77
8.328	PDAC	2.024/75	Casa do Estudante do Brasil	1975
8.328	PDAC	2.029/75	Instituto de Arquitetos do Brasil (RJ)	1975
8.328	PDAC	2.034/75	Secretaria de Educação de Minas Gerais	1975
8.328	PDAC	2.036/75	Fundação Cultural do Epírito Santo	1975
8.328	PDAC	2.037/75	Departamento Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores	1975
8.328	PDAC	2.042/75	Lílian Barreto	1975
8.328	PDAC	2.043/75	Teatro de Ópera do Rio de Janeiro	1975-76
8.328	PDAC	2.055/75	Celucat Artes Gráficas S/A	1975-80
8.328	PDAC	2.057/75	Instituto Nacional do Cinema	1975
8.328	PDAC	2.058/75	Governo do Estado de Mato Grosso	1975
8.328	PDAC	2.064/75	Escola de Música de Piracicaba (SP)	1975
8.328	PDAC	2.114/75	Academia de Letras do Vale do Paraíba, Cruzeiro (SP)	1975
8.328	PDAC	2.135/75	Secretaria do Governo do Estado de Santa Catarina	1975
8.328	PDAC	2.139/75	Biblioteca Nacional	1975
8.328	PDAC	2.442/75	Serviço Social do Comércio (RJ)	1975
8.328	PDAC	2.451/75	Grupo de Promoção Humana (RJ)	1975
8.328	PDAC	2.158/75	Wercal Móveis Ltda	1975-80
8.328	PDAC	2.159/75	Associação de Ensino Novo Ateneu (PR)	1975
8.328	PDAC	2.176/75	Centro da Comunidade Luso – Brasileira, Belo Horizonte (MG)	1975
8.328	PDAC	2.179/75	Victoria Courbin	1975
8.328	PDAC	2.180/75	Consultoria e Planejamento S/A (SP)	1975
8.328	PDAC	2.190/75	Empresa Brasileira de Filmes S/A	1975-78
8.328	PDAC	2.193/75	Colégio Fernão Dias Pais, Osasco (SP)	1975
8.328	PDAC	2.197/75	Aliança Francesa no Brasil – Delegação Geral	1975-76
8.328	PDAC	2.220/75	Contadores de Estórias Produções Ltda	1975-76
8.328	PDAC	2.228/75	Secretaria de Educação e Cultural de Roraima	1975-76
8.328	PDAC	2.235/75	Sistema Indústria e Comércio de Moces e Est Ltda	197582
8.328	PDAC	2.236/75	Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro	1975
8.328	PDAC	2.255/75	Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos	1975-76
8.328	PDAC	2.258/75	Móveis Riccó Ltda	1975-80
8.328	PDAC	2.259/75	Moviart	1975

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.328	PDAC	2.260/75	Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (RS)	1975
8.328	PDAC	2.261/75	Instituto Brasileiro de História da Medicina	1975
8.328	PDAC	2.262/75	Instituto Brasileiro de História da Medicina	1975
8.328	PDAC	2.267/75	Instituto de Arquitetos do Brasil	1975
8.328	PDAC	2.268/75	Museu Imperial (RJ)	1975
8.328	PDAC	2.274/75	Museu Imperial (RJ)	1975
8.328	PDAC	2.303/75	Quimigráfica Mayer Ltda	1975-80
8.328	PDAC	2.309/75	Status S/A Empreendimentos Culturais	1975-76
8.328	PDAC	2.311/75	Editora Vecchi S/A	1975-80
8.328	PDAC	2.315/75	Aggs Indústrias Gráficas Ltda	1975
8.328	PDAC	2.325/75	Editora Gráfica Brasileira Ltda	1975-80
8.328	PDAC	2.338/75	Maria Célia de Castro Bahia	1975
8.328	PDAC	2.372/75	Organização Beni Ltda	1975-80
8.328	PDAC	2.397/75	Museu Imperial	1975
8.328	PDAC	2.422/75	J.L. Produções	1975
8.328	PDAC	2.432/75	Quinteto Paulistano de Metais (SP)	1975-75
8.328	PDAC	2.463/75	Companhia Editora Americana	1975-77
8.352	PDAC	03/76	Cristiano B. Ottoni Filho, arquiteto – Levantamento de bens culturais	1976
8.352	PDAC	72/76	Comissão de Assuntos Internacionais	1976
8.352	PDAC	109/76	*Lux Jornal* – Renovação de assinatura	1976-80
8.352	PDAC	110/76	*Lux Jornal* – Renovação de assinatura	1976-80
8.352	PDAC	116/76	Grupo de Promoção Humana – Solicitação de auxílio financeiro – III Festival de Verão	1976
8.352	PDAC	358/76	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – Relatório Bráulio Nascimento	1976
8.352	PDAC	361/76	Apoio Técnico - Plano de Ação Cultural – Concessão de passagens aéreas	1976-80
8.352	PDAC	429/76	Bráulio do Nascimento – Concessão de passagem aérea	1976
8.352	PDAC	447/76	Elisabeth Lopes de Oliveira – Certidão tempo serviços prestados	1976-80
8.352	PDAC	449/76	Amyr Santos - Certidão de tempo serviço	1976-80
8.352	PDAC	450/76	Amyr Santos - Certidão de tempo serviço	1976-80
8.352	PDAC	451/76	Kátia Regina Santos – Certidão de tempo serviço	1976-80
8.352	PDAC	453/76	Secretaria Municipal Educação e Cultura do Rio de Janeiro – Doação de livros	1976
8.352	PDAC	454/76	Biblioteca ministro José de Almeida, Areia (PB) – Doação de livros	1976
8.352	PDAC	461/76	Estab Gráficos Iguassú Ltda – Renovação de ficha de cadastro	1976
8.352	PDAC	463/76	Produções Cinematográficas R. F. Farias Ltda – 4º Festival Cinema Brasil de Gramado	1976
8.352	PDAC	471/76	José Floriano Gomes da Silva – Certidão de tempo de serviço	1976-80
8.352	PDAC	472/76	Ruth Macedo Coelho - Certidão de tempo de serviço	1976-80

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.352	PDAC	486/76	Secretaria de Estado da Cultura Ciência Tecnologia de São Paulo – Bolsa Ana Stelle Schic	1976
8.352	PDAC	487/76	Museu Nacional de Belas Artes - Parecer assessoria técnica engenharia	1976
8.352	PDAC	493/76	Nancy Lousan Miranda – 16º aniversário Novacap	1976
8.353	PDAC	564/76	Francisca Maria Fernandes – Bolsa Trabalho Arte do Departamento de Assuntos Culturais	1976
8.353	PDAC	573/76	Museu Histórico Nacional – Auxílio exposição Dom Pedro II e Sua Época	1976
8.353	PDAC	579/76	Francisco Wagner Nepomuceno dos Santos –Bolsa Trabalho Arte	1976
8.353	PDAC	580/76	Universidade de Brasília – Programação – 1º Semestre de 1976	1976
8.353	PDAC	595/76	Fundação Casa de Rui Barbosa – Relatório exercício 1975	1976
8.353	PDAC	600/76	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE) – Liberação de recursos	1976
8.353	PDAC	607/76	Nair de Mello e Souza (RJ) – Verba Biblioteca Julio Cezar de H. e Souza	1976
8.353	PDAC	608/76	Fundação Getulio Vargas – Seminário Resultado de Pesquisa – Filmes Documentários sobre Futuro do Livro	1976
8.353	PDAC	609/76	Universidade Federal do Ceará – Concessão de trinta bolsas Trabalho Arte	1976-77
8.353	PDAC	626/76	Teatro de Las Américas Unidas – Peça Teatral *Bodas de Sangre*	1976
8.353	PDAC	636/76	Fundação Universidade Federal do Maranhão – Pesquisas – Candidatos Bolsa Trabalho – Arte	1976-77
8.353	PDAC	644/76	Centro Altino Americano de Pesquisas Ciências Sociais – Prestação de contas	1976-80
8.353	PDAC	647/76	Campanha Defesa do Folclore Brasileiro – Relatório ciagem	1976
8.353	PDAC	662/76	Fundação Nacional de Artes – Empréstimo de veículo laca IG 1019	1976
8.353	PDAC	663/76	Zélia de Lourdes Diogo Malaguti – Doações de gravuras, livros e folhetos	1976
8.353	PDAC	664/76	M.T.B. Comunicação Ltda – Proposta orçamentária	1976-79
8.353	PDAC	675/76	Centro de Cultura popular Luisa Maciel – I Encontro do Comitê Latino Americano Folclore Artes	1976
8.353	PDAC	694/76	Sociedade Civil Colégio Mod. – Auxílio monetário	1976
8.353	PDAC	695/76	Sociedade Civil Colégio Mod. – Auxílio monetário	1976
8.353	PDAC	712/76	Fundação Norte Mineira Ensino Superior – Exposição D. Pedro II e Sua Época	1976
8.353	PDAC	720/76	Mário Neves, professor – Apoio governo federal para existência do museu	1976
8.353	PDAC	730/76	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Doação de 25 exemplares de *Os Lusíadas*	1976
8.353	PDAC	736/76	Prefeitura Municipal de Cachoeira (BA) – Auxílio financeiro	1976
8.353	PDAC	737/76	Rede Globo – Delegacia Regional de Minas Gerais – Auxílio financeiro	1976
8.353	PDAC	740/76	Secretaria de Educação Cultura Amazonas – Projeto de implantação da Orquestra Câmara de Estado do Amazonas	1976
8.353	PDAC	749/76	Universidade Federal da Bahia – Programa Especial Bolsa Arte	1976
8.353	PDAC	753/76	Fundação Universidade Regional do Nordeste (PB) – Auxílio financeiro e doação	1976
8.353	PDAC	757/76	Museu Villa Lobos – Alteração do horário de funcionamento	1976
8.353	PDAC	799/76	Museu Nacional Belas Artes – Inquérito administrativo sobre furto do quadro *Retrato da Família Taunay*	1976

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.354	PDAC	802/76	Prefeitura Municipal de Campina Grande – I Festival Inverno de Campina Grande	1976
8.354	PDAC	820/76	Universidade Federal de Minas Gerais – Ofício nº 683/76 – Bolsa Trabalho Arte	1976
8.354	PDAC	822/76	Universidade Federal de Viçosa – Patrocínio para realização de encontro de presidentes - Universidade Federal de Juiz De Fora – Universidade Federal de Ouro Preto –Universidade Federal De Minas Gerais	1976
8.354	PDAC	826/76	Academia Alagoana de Letras – Programa para 1976	1976
8.354	PDAC	829/76	Universidade Federal Pará – Arte na Universidade Federal Pará – Ano em curso	1976-77
8.354	PDAC	831/76	Diana Elena Ulissi – Venda de quadro de Nossa Senhora das Graças ao Museu Nacional	1976
8.354	PDAC	833/76	Alagoas – Atividades realizadas em 1975 e programas para 1976	1976
8.354	PDAC	835/76	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE) – Auxílio financeiro	1976
8.354	PDAC	841/76	Adinco – Administração de Imóvel e Condomínio Ltda – Aluguel de imóvel SQS 109B/312	1976
8.354	PDAC	854/76	Serviço Nacional de Teatro – Concessão de crédito	1976
8.354	PDAC	858/76	Biblioteca Nacional – Doação de Um Volume – Obras São João da Cruz	1976
8.354	PDAC	860/76	Universidade Federal da Bahia – Atividades realizadas em 1975 e programa para 1976	1976
8.354	PDAC	872/76	Caravana Artistas Líricos - Atividades realizadas em 1975 e programa para 1976	1976
8.354	PDAC	879/76	Centro Latino Americano Pesquisa em Ciências Sociais - Atividades realizadas em 1975 e programa para 1976	1976
8.354	PDAC	897/76	Centro Cultural Maria Auxiliadora de Manaus - Atividades realizadas em 1975 e programa para 1976	1976
8.354	PDAC	907/76	Companhia Indust. Zornita Equipamentos de Gerência (RJ) – Ficha de cadastro de fornecimento	1976
8.354	PDAC	910/76	Universidade Federal do Paraná – PR - Atividades realizadas em 1975 e programa para 1976	1976
8.354	PDAC	936/76	Biblioteca Nacional – Leilão de livros raros	1976
8.354	PDAC	942/76	Secretaria de Educação e Cultura (PE) – Programação cultural para 1976	1976
8.354	PDAC	943/76	Movimento Por Um Mundo Cristão – Auxílio financeiro	1976
8.354	PDAC	953/76	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Bolsa Trabalho Arte	1976-77
8.354	PDAC	954/76	Universidade Federal de Pernambuco - Bolsa Trabalho Arte	1976-77
8.354	PDAC	957/76	Centro de Expansão Cultural, Santos (SP) – Auxílio financeiro para manutenção	1976
8.354	PDAC	966/76	Secretaria de Cultura Ciência e Tecnologia de São Paulo – Auxílio financeiro	1976
8.354	PDAC	967/76	Delegacia Regional Ministério da Educação e Cultura – Consulta contas Light S/A	1976
8.354	PDAC	969/76	Burroughs Eletrônica Ltda – Renovação inscrição ficha cadastro fornecimento	1976-80
8.354	PDAC	977/76	Biblioteca Nacional – Orçamento exercício 1976	1976
8.354	PDAC	980/76	Prefeitura Municipal Salvador – Plano Global Ação Cultural de 1976 – Auxílio financeiro	1976-77
8.354	PDAC	985/76	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – Atividades Realizadas em 1975 e rograma 1976	1976

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.354	PDAC	989/76	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Atividades realizadas em 1975 e programa 1976	1976
8.354	PDAC	997/76	Pró Arte Sociedade Arte Letras e Ciências – Teresópolis (RJ) – Atividades realizadas em 1975 e programa 1976	1976
8.355	PDAC	1.006/76	Inácio Rodrigues de Oliveira – Prêmio XXIV Salão Nacional de Arte Moderna 1975	1976
8.355	PDAC	1.008/76	Instrução Artística do Brasil (SP) – Auxílio financeiro	1976
8.355	PDAC	1.013/76	Academia Norte Rio Grandense de Letras - Auxílio financeiro	1976-77
8.355	PDAC	1.019/76	Museu Paraense Emílio Goeldi (PA) – Cópia filmes Museu Goeldi e ruínas Murucututu	1976
8.355	PDAC	1.020/76	Museu Villa Lobos – Suplementação de verba	1976
8.355	PDAC	1.034/76	Helio Santos - Concessão de uma diária	1976-80
8.355	PDAC	1.069/76	Instituto Dom Bosco de Ciência e Cultura – Atividades 1976 e programas 1976	1976
8.355	PDAC	1.075/76	Governo do Estado de Pernambuco – I Festival de Inverno de Pernambuco	1976
8.355	PDAC	1.080/76	Universidade Federal de Alagoas– Programa Bolsa Trabalho Arte	1976
8.355	PDAC	1.081/76	Fundação Universidade Regional do Nordeste (PB) – Programa Bolsa Trabalho Arte	1976-77
8.355	PDAC	1.082/76	Universidade Federal da Paraíba (PB) – Programa Bolsa Trabalho Arte	1976
8.355	PDAC	1.083/76	Fundação Universidade do Amazonas – Programa Bolsa Trabalho Arte	1976
8.355	PDAC	1.084/76	Universidade Federal do Espírito Santo (ES) – Programa Bolsa Trabalho Arte	1976
8.355	PDAC	1.085/76	Universidade de Brasília - Programa Bolsa Trabalho Arte	1976-77
8.355	PDAC	1.086/76	Universidade Federal de Sergipe - Programa Bolsa Trabalho Arte	1976
8.355	PDAC	1.090/76	Universidade Federal Rio Grande do Norte – Auxílio financeiro aquisição de equipamento cinemateca	1976-77
8.355	PDAC	1.096/76	Haydée Cordeiro Martins e Outros – Designação de chefes de seções do Serviço Nacional de Teatro	1976-80
8.355	PDAC	1.098/76	Pedro Zanatta – Concessão de duas diárias	1976-80
8.355	PDAC	1.105/76	Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambuco (PE) – Atividades realizadas 1975 programa 1976	1976
8.355	PDAC	1.113/76	Lygia Leandro Rossi – Requisição de funcionária	1976-77
8.355	PDAC	1.114/76	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – Empréstimo material para exposição de carrancas do rio São Francisco	1976
8.355	PDAC	1.118/76	Lúcia Eloy Macieira Barbosa – Concessão uma diária	1976-80
8.355	PDAC	1.123/76	Museu Nacional de Belas Artes – Cópia convênio e Funarte	1976
8.355	PDAC	1.125/76	Universidade Federal Fluminense – Projeto bolsa extensão	1976
8.355	PDAC	1.126/76	Fundação Universidade Maranhão –Projeto bolsa bxtensão	1976
8.355	PDAC	1.127/76	Universidade Federal Pará - Projeto bolsa extensão	1976
8.356	PDAC	1.134/76	Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira (BA) – Auxílio financeiro	1976
8.356	PDAC	1.135/76	Universidade Federal de Minas Gerais – Convênio Bolsa Trabalho Arte	1976
8.356	PDAC	1.136/76	Fundação Universidade Regional do Nordeste (PB) –Plano de Ação Cultural /76 – Museu de Arte da FURNE	1976-77

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.356	PDAC	1.142/76	Universidade Federal de Alagoas – Atividades realizadas 1976 – programa 1976	1976
8.356	PDAC	1.162/76	Universidade Federal de Goiás – Auxílio financeiro – Passagens aéreas Coral Universidade	1976
8.356	PDAC	1.179/76	Comp. T. Janér Comércio e Indústria (RJ) - Inscrição ficha cadastro fornecedores	1976-80
8.356	PDAC	1.181/76	Grupo Regional de Folclore e Arte Cênica Amadorista Castro Alves (SE) – Auxílio financeiro	1976-77
8.356	PDAC	1.183/76	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE) – Projetos para execução conjunta	1976-77
8.356	PDAC	1.189/76	Caravana dos Artistas Líricos – Auxílio financeiro montagem apresentação Ópera Il Neo	1976
8.356	PDAC	1.191/76	Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR) – Auxílio financeiro IV Festival Nacional de Teatro Amador	1976
8.356	PDAC	1.196/76	Secretaria de Cultura Desporto e Promoção Social do Ceará – Auxílio financeiro aquisição equipamentos	1976
8.356	PDAC	1.208/76	Carlos Pereira de Miranda – Concessão de três diárias	1976-80
8.356	PDAC	1.222/76	Museu Histórico Nacional – Remuneração serviço pessoas referente segundo semestre 1976	1976
8.356	PDAC	1.224/76	Fundação Bienal de São Paulo – Relatório atividades exercício 1975	1976
8.356	PDAC	1.252/76	Gráfica Botânica Editora Ltda Inserção - Ficha cadastro fornecedores	1976-80
8.356	PDAC	1.240/76	Universidade Federal Goiás – Programa Bolsa Trabalho Arte	1976-77
8.356	PDAC	1.263/76	UF(RJ) / Universidade Federal do Rio De Janeiro – Auxílio financeiro concertos didáticos	1976
8.356	PDAC	1.265/76	Manuel Diegues Júnior – Concessão três diárias	1976-80
8.356	PDAC	1.278/76	Serviço Nacional Teatro – Solicitação crédito suplementar	1976
8.356	PDAC	1.281/76	Centro de Criat. Cultur. Artes – Auxílio financeiro	1976-77
8.356	PDAC	1.282/76	Secretaria de Educação Cultura Paraná – Auxílio financeiro projeto IX Curso Int Música	1976
8.356	PDAC	1.286/76	Associação Servidores Civis do Brasil (PE) – Auxílio financeiro realização obras e aquisição equipamentos	1976
8.356	PDAC	1.324/76	Centro de Exposição Cultural (SP) – Proposta concerto piano e orquestra	1976
8.356	PDAC	1.333/76	Octávio Andraua Gratacós e outros – Solicitação visitas Museu Imperial	1976
8.356	PDAC	1.342/76	Governo Estado Pará – Auxílio financeiro prosseguir obras Palácio Lauro Sodré	1976-79
8.356	PDAC	1.355/76	Governo Estado Paraíba– Empresa Brasileira de Filmes – Solicita Paulo Albuquerque Melo	1976
8.356	PDAC	1.360/76	Secretaria de Educação Cultura do Distrito Federal – Doação coleção monografias	1976
8.356	PDAC	1.361/76	Departamento Ensino Supletivo – Demonstrativo exames supletivos 1º e 2º Graus/1975	1976
8.356	PDAC	1.366/76	Universidade Federal Paraná – Estudo de Problemas Brasileiros	1976-80
8.356	PDAC	1.367/76	Universidade Estadual Campinas (SP) – Estudo de Problemas Brasileiros	1976-80
8.356	PDAC	1.368/76	Fundação Universidade Rio Grande do Sul - Estudo de Problemas Brasileiros	1976-80
8.356	PDAC	1369/76	Universidade Vale do Rio dos Sinos – RS - Estudo de Problemas Brasileiros	1976-80

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.357	PDAC	1.370/76	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Estudo de Problemas Brasileiros	1976
8.357	PDAC	1.371/76	Universidade Católica de Goiás Estudo de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.375/76	Caravana de Artistas Líricos (RJ) – Auxílio financeiro para ciclo de palestras operísticas	1976
8.357	PDAC	1.376/76	Caravana de Artistas Líricos (RJ) – Auxílio financeiro para ciclo de palestras música brasileira	1976
8.357	PDAC	1.379/76	Fundação Universidade Federal Mato Grosso - Estudo de Problemas Brasileiros e Cultura Brasileira	1976-80
8.357	PDAC	1.381/76	Universidade Caxias do Sul - Estudo de Problemas Brasileiros e Cultura Brasileira	1976-80
8.357	PDAC	1.388/76	Secretaria Educação e Cultura Amazonas –Auxílio financeiro Centro Cultural Agnelo Bitterncourt	1976
8.357	PDAC	1.289/76	Schola cantorum Rosarii – Rosário (AR) – Doação discos folclóricos	1976
8.357	PDAC	1.413/76	Karol Balaz, violinista – Patrocínio	1976
8.357	PDAC	1.415/76	Universidade Estadual Ponta Grossa (PR) – Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.416/76	Universidade Católica Pernambuco - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.417/76	Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.418/76	Universidade Federal Alagoas – UFAL – AL - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.425/76	Universidade Estadual de Londrina (PR) - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.432/76	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.433/76	Universidade Federal São Carlos (SP) - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.444/76	Universidade Federal de Pelotas - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.445/76	Universidade Federal de Pernambuco - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.456/76	IPHAN – Parecer sobre realização de obras no Museu do Alto da Boa Vista	1976-77
8.357	PDAC	1.458/76	Universidade Católica de Minas Gerais – Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.459/76	Sociedade Brasileira de Geologia (MG) – Estatutos 29º Congresso Brasileiro de Geologia	1976
8.357	PDAC	1.463/76	Decanato de Assuntos Comunitários da UNB– Auxílio financeiro realização de projetos	1976
8.357	PDAC	1.464/76	Secretaria de Educação e Cultura do Território de Roraima – Relatório exercício 1975	1976
8.357	PDAC	1.469/76	Ballet Brasil Bahia – Patrocínio e auxílio financeiro	1976
8.357	PDAC	1.477/76	Universidade Federal Espírito Santo - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.478/76	Centro Interescolar Cardeal Câmara – Patrocínio apresentação Eva Todor	1976
8.357	PDAC	1.481/76	Universidade Federal de Santa Maria (RS) - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.357	PDAC	1.491/76	Fundação Universidade Federal do Acre - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.358	PDAC	1.502/76	Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal – Concessão de quarenta Bolsas Estudo II Curso Internaciona de Música	1976
8.358	PDAC	1.511/76	Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.513/76	Fundação Educacional Região Blumenal – Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.515/76	Américo Lourenço Jacobina Lacombe – Fornecimento passagens aéreas exterior	1976
8.358	PDAC	1.519/76	Serviço Rádio Difusão Educativa – Alteração orçamentária SRE/76	1976
8.358	PDAC	1.526/76	Universidade Federal Ouro Preto (MG) - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.528/76	Biblioteca Nacional – Representação em Comissão do Ministério da Agricultura	1976
8.358	PDAC	1.536/76	Pámela J. McDowall – Informação Flor Nacional e Emblemática do Brasil	1976-77
8.358	PDAC	1.540/76	Universidade de São Paulo - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.541/76	Fundação Universidade Federal do Acre –Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.542/76	Fundação Universidade Mineira de Arte – Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.553/76	Universidade Católica do Paraná - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.557/76	Centro de Cultura Popular Luiza Maciel (PE) – Verba anual orçamento/ 1977 – Festival Folclore Latino Americano	1976-78
8.358	PDAC	1.563/76	Biblioteca Nacional – Exposição de Fotografias Brasileiras	1976-78
8.358	PDAC	1.569/76	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE) – Relatório curso preparatório treinamento pessoal museu	1976
8.358	PDAC	1.570/76	Universidade Federal Bahia - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.582/76	Pontifícia Universidade Católica do (RJ) - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.584/76	Biblioteca Nacional - Remanejamento do orçamento	1976
8.358	PDAC	1.597/76	Sociedade Cultura Artística do Crato (CE) – Auxílio financeiro para aquisição equipamentos	1976-77
8.358	PDAC	1.603/76	Biblioteca Nacional – Horário de funcionamento	1976-77
8.358	PDAC	1.604/76	Geraint Ellis, England (USA) – Pesquisa sobre Villa Lobos	1976-77
8.358	PDAC	1.680/76	Universidade Católica Petrópolis - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.681/76	Universidade Estadual Mato Grosso - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.705/76	Instituto de Cegas Helen Keller – Auxilio financeiro	1976-77
8.358	PDAC	1.706/76	Universidade Brasília - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	1976-80
8.358	PDAC	1.708/76	Associação Cultural Luso Brasileira – Informação sobre concessão auxílio financeiro	1976
8.358	PDAC	1.709/76	Museu Imperial – Relatório da situação dos museus nacionais	1976
8.358	PDAC	1.715/76	Programa Nacional de Teleducação– Programação Amazônia – RADIOBRÁS	1976-77
8.358	PDAC	1.717/76	Biblioteca Nacional –Doação da Fundação Ford ao GDCS	1976
8.358	PDAC	1.733/76	Liceu Musical Palestrina (RS) - Auxílio financeiro curso férias	1976

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.358	PDAC	1.737/76	Sociedade Brasil Realização Art. Culturais – SBMAC (RRJ) – Auxílio financeiro VIII Conc. I Canto	1976-77
8.358	PDAC	1.763/76	Universidade Federal da Paraíba –Prorrogação prazo prestação contas	1976
8.358	PDAC	1.610/76	Fenac AS – Feiras e Empreendimentos Turísticos (RS) – Apoio material ao Museu do Calçado	1976
8.358	PDAC	1.612/76	Fenac AS – Feiras e Empreendimentos Turísticos (RS) – Apoio material ao Museu do Calçado	1976
8.358	PDAC	1.624/76	Departamento Coordenação Cultura Científica Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores – Informativo e material sobre festividades natalinas	1976
8.358	PDAC	1.635/76	Jair Martins dos Santos – Gratificação quinquenal	1976-77
8.358	PDAC	1.659/76	Maria Virgínia Dreilich de Sales Abreu - Gratificação quinquenal	1976-77
8.358	PDAC	1.677/76	Edwal Alves de Moura – Cancelamento desconto folha	1976
8.359	PDAC	1.765/76	Departamento Assuntos Culturais Seduc (AL) – Auxílio financeiro – III Mostra do Ator Brasileiro no Cinema	1976-77
8.359	PDAC	1.766/76	Universidade Federal Santa Catarina –Cultura Brasileira e Estudo dos Problemas Brasileiros	1976-80
8.359	PDAC	1.768/76	Museu Nacional de Belas Artes – Processo administrativo para apurar furto	1976-77
8.359	PDAC	1.786/76	Jacobo Albertinskt (SP) – Pergunta sobre prédio abandonado destinado a centro cultural	1976-77
8.359	PDAC	1.794/76	Life Marlou Editorial – Rio – Proposta para aquisição da obra *O Mundo dos Museus*	1976-77
8.359	PDAC	1.797/76	Fundação Nacional Material Escolar – *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*	1976-79
8.359	PDAC	1.802/76	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – Interf. à VASP – Excesso de bagagem	1976-80
8.359	PDAC	1.816/76	Biblioteca Nacional – Intercambio de microfilmes com a Library Of Congress	1976-77
8.359	PDAC	1.818/76	Academia Alagoana Letras – Publicação do segundo número da *Revista da Academia*	1976
8.359	PDAC	1.820/76	Bráulio do Nascimento – Concessão de diária e passagens	1976-80
8.359	PDAC	1.827/76	Universidade Federal da Bahia – Relatório V Jornada Brasileira Curta Metragem	1976
8.359	PDAC	1.840/76	Universidade Federal Pará - Cultura Brasileira e Estudo dos Problemas Brasileiros	1976-80
8.359	PDAC	1.849/76	Universidade Federal da Bahia – Plano de aplicação	1976-78
8.363	PDAC	2/77	David José Schmidt – Concessão uma diária	1977-80
8.363	PDAC	3/77	Vittorio Galluzzi - Concessão uma diária	1977-80
8.363	PDAC	5/77	Museu Imperial – Cessão de veículo ao Museu Rodoviário	1977
8.363	PDAC	6/77	Associação Arqueológico e Pré-História da Bahia – Auxílio financeiro para atividades - 1977	1977-79
8.363	PDAC	13/77	Dora Maria Pereira Rego Correia - Concessão uma diária	1977-80
8.363	PDAC	14/77	Helio Santos - Concessão uma diária	1977-80
8.363	PDAC	15/77	Lourenço Luiz Lacombe – Concessão uma diária	1977-80
8.363	PDAC	26/77	Universidade Federal Espírito Santo –Auxílio financeiro – Implantação Cine Clube Universitário	1977
8.363	PDAC	34/77	Maria de Lourdes Borges Ribeiro – Concessão oito diárias e passagens aéreas	1977-80
8.363	PDAC	47/77	Produção Cinematográfica R. F. Farias Ltda – Relação de filmes realização co-produção	1977-79

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.363	PDAC	55/77	Biblioteca Nacional – Auxílio financeiro Programa Cultural da Biblioteca Nacional -1977	1977-79
8.363	PDAC	74/77	Tapeçaria Líder S/A – inscrição ficha de cadastro fornecimento Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura	1977-80
8.363	PDAC	76/77	Fundação Cultural Espírito Santo – Auxílio financeiro obras e reforma Teatro Carlos Gomes	1977-79
8.363	PDAC	80/77	Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Técnica do Ministério das Relações Exteriores – Cópia acordos culturais assinados para o Brasil	1977
8.363	PDAC	82/77	Universidade Federal Espírito Santo – Auxílio financeiro – Realização projeto acervo cultural	1977
8.363	PDAC	83/77	Ana Luaro Alves Torres – Projeto mapeamento manifestações ligados a música folclórica no Estado Rio Grande do Norte	1977
8.363	PDAC	94/77	Serviço de Atividades Auxiliares – Salário de ex-funcionário da Biblioteca Nacional	1977-79
8.363	PDAC	105/77	Germano João Faustino – Pagamento de atrasados – Exercício de 1976	1977-79
8.363	PDAC	106/77	Virgínia Alecrim Mol – Queixa crime	1977
8.363	PDAC	109/77	Museu Nacional Belas Artes – Relatório sobre as condições do museu	1977
8.363	PDAC	115/77	Fundação Universidade Estadual Maringá – Cultura Brasileira e Estudo dos Problemas Brasileiros	1977-80
8.363	PDAC	120/77	Museu Nacional de Belas Artes – Volta mobiliário do salão nobre ao museu	1977
8.363	PDAC	123/77	Museu Dom Diogo de Souza (RS) – II Encontro Sul Rio Grandense de Museus	1977
8.363	PDAC	125/77	Campanha Defesa Folclore Brasil – Folclore Projeto Minerva	1977-79
8.363	PDAC	131/77	Sônia Giovannetti Fonseca – Bolsa auxílio pesquisa projeto arqueológico Lerroville	1977-79
8.363	PDAC	134/77	Museu Imperial – Deficiência de pessoal	1977
8.363	PDAC	150/77	Gessy Pereira da Silva – CDFB – Concessão de licença especial	1977-79
8.364	PDAC	154/77	Governo Estado Pará – apoio técnico e financiamento para construção da Biblioteca Pública de Belém (PA)	1977-79
8.364	PDAC	155/77	Universidade Federal Sergipe – Relatório de atividades culturais de exercício de 1976	1977
8.364	PDAC	163/77	Comitê Brasileiro do ICOM (RJ) – Congresso , conferência, assembleia	1977
8.364	PDAC	170/77	Sociedade Cultural Artística Crato (CE) – Auxílio financeira para manutenção – Prof. Viola	1977
8.364	PDAC	174/77	Gisela Magalhães – Aquisição filme *Artesanato Carioca* – sugestão	1977-79
8.364	PDAC	176/77	Serviço Nacional de Teatro – Relatório atividades do exercício de 1976	1977
8.364	PDAC	180/77	Empresa Brasileira de Filmes – Imóvel pertencente ao Instituto Nacional de Cinema e sua transferência para Embrafilme	1977
8.364	PDAC	182/77	Lourenço Luiz Lacombe – Concessão de três diárias	1977-80
8.364	PDAC	183/77	Dora Maria Pereira Rego Correia – Concessão de três diárias	1977-80
8.364	PDAC	184/77	Vittorio Galuzzi - Concessão de duas diárias	1977-80
8.364	PDAC	185/77	Helio Santos – Concessão de cinco diárias	1977-80
8.364	PDAC	186/77	David José Schmidt - Concessão de uma diária	1977-80
8.364	PDAC	187/77	João Baptista da Silva - Concessão de duas diárias	1977-80
8.364	PDAC	188/77	Pedro Zanatta - Concessão de uma diária	1977-80

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.364	PDAC	197/77	Janice de Mello Monte – Mor - Concessão de uma diária	1977-80
8.364	PDAC	199/77	Orlando Miranda de Carvalho - Concessão de uma diária	1977-80
8.364	PDAC	228/77	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Projeto de avaliação de acervo bibliográfico	1977-77
8.364	PDAC	240/77	Fundação Hansen (BA) - Liberação de auxílio	1977-79
8.364	PDAC	264/77	Najime Slaib Pereira - Concessão de três diárias e passagem aérea	1977-80
8.364	PDAC	276/77	Balfar S/A Indústria Brasileira de Móveis (PR) - Inscrição cadastro fornecedores	1977-80
8.364	PDAC	286/77	Centro Educacional N. S. Auxiliadora (RJ) – Auxílio financeiro para aquisição de novecentas cadeiras	1977-78
8.364	PDAC	301/77	Universidade Federal Pernambuco – Relatório atividades 1976	1977-79
8.364	PDAC	323/77	Museu Imperial – Devolução de sabre de honra do general Osório	1977
8.364	PDAC	328/77	Sônia Maria Carnevale de Andrade – Permanência da Estagiária no Mul	1977
8.364	PDAC	332/77	Universidade Federal de Pernambuco –Prorrogação convocação Bolsa Trabalho Arte	1977
8.364	PDAC	338/77	MK Engenharia Ltda – Proposta nº 22/77	1977-79
8.364	PDAC	342/77	Fundação Getulio Vargas – Auxílio financeiro realização projetos	1977
8.364	PDAC	353/77	Instituto Abel – Auxílio financeiro aquisição cadeiras para salão e auditório	1977
8.364	PDAC	359/77	Universidade Federal do Espírito Santo – Remanejamento verba	1977
8.364	PDAC	360/77	Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação – Relatório final do DSU – Exercício 1976	1977-79
8.364	PDAC	370/77	Instituto Música Universidade Católica Salvador – Auxílio financeiro construção prédio	1977-79
8.365	PDAC	384/77	Elizabeth Siqueira – Redistribuição para a DR–8 (BA)	1977-79
8.365	PDAC	393/77	Editorial Marko's Ltda – Aquisição da obra *O Mundo da Arte*	1977-79
8.365	PDAC	394/77	Associação Santanense Pró-Ensino Superior (RS) – Programa Bolsa Trabalho Arte	1977
8.365	PDAC	398/77	Secretaria Geral do Ministério das Comunicações – Crédito suplementar	1977
8.365	PDAC	409/77	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – Palestras de Ricardo Cravo Albin	1977
8.365	PDAC	446/77	Centro Acadêmico Mario Palmério da FOTM – Curso de música popular brasileira	1977
8.365	PDAC	424/77	Procuradoria de Fazenda Nacional (DF) – Codebrás – Taxa de ocupação de móvel	1977-79
8.365	PDAC	428/77	Centro Nacional de Referência Cultural – Transferência de verba	1977-79
8.365	PDAC	430/77	Flávio Vieira da Cunha Silva – Pesquisa em música popular	1977-79
8.365	PDAC	460/77	Encyclopedia Britannica do Brasil Public Ltda – Nova aquisição	1977-79
8.365	PDAC	461/77	Fundação Cultural do Espírito Santo – Apoio financeiro curso música popular brasileira	1977
8.365	PDAC	462/77	Centro Acadêmico Mario Palmério da FOTM – Curso Ricardo Cravo Albin	1977
8.365	PDAC	466/77	Heraldo Guimarães Reif de Paula e outros – Relatório vistoria no Museu Nacional de Belas Artes	1977
8.365	PDAC	467/77	Paulo Cezar Franco Pereira – Concessão passagem aérea	1977-80

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.365	PDAC	472/77	Associação Coral de Florianópolis (SC) – Apoio financeiro reforma	1977
8.365	PDAC	474/77	Museu Histórico Nacional – Transferência curso de museus para FEFIERJ	1977
8.365	PDAC	479/77	Universidade Federal de Alagoas – Programa Bolsa – Trabalho Arte /77	1977
8.365	PDAC	496/77	Universidade Federal Sergipe – Auxílio financeiro centro artes	1977-79
8.365	PDAC	507/77	Secretaria Turismo do Rio Grande do Sul – Apoio realização projeto "Cultural 1977"	1977-79
8.365	PDAC	523/77	Comissão Nacional Folclore (GO) – Promoção do 30º aniversário	1977-78
8.365	PDAC	528/77	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Programa Bolsa Trabalho Arte	1977
8.365	PDAC	529/77	Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores – Documentação do 23º Congresso	1977
8.365	PDAC	531/77	Biblioteca Nacional – Concessão duas passagens aéreas	1977-80
8.365	PDAC	534/77	Alcyr de Souza Coelho – Fscalização obras do imóvel Biblioteca Nacional	1977
8.365	PDAC	535/77	Universidade Federal do Espírito Santo – Programa Bolsa – Trabalho Arte 1977	1977
8.365	PDAC	536/77	Universidade Federal Piauí – Programa Bolsa Trabalho Arte 1977	1977
8.365	PDAC	546/77	Prefeitura Municipal de Cabedelo - PB – Auxílio financeiro – Compra Equipamentos Biblioteca Arquivo Público	1977-79
3.305	PDAC	593/77	Universidade Federal Bahia – Cronograma e plano aplicação Bolsa Arte - Departamento de Assuntos Culturais –Diretoria de Assuntos Estudantis	1977
8.365	PDAC	600/77	Secretaria Educação e Cultura Paraíba – Plano aplicação rest. Curso Ballet Teatros	1977
8.365	PDAC	601/77	Biblioteca Nacional – Informação Fundação Getúlio Vargas	1977
8.365	PDAC	615/77	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – Curso Especial de Pesquisa Folclórica	1977-79
8.365	PDAC	620/77	Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) – Programa Bolsa Trabalho Arte /77	1977
8.365	PDAC	621/77	Universidade Federal de Viçosa - Programa Bolsa Trabalho Arte	1977
8.365	PDAC	624/77	Universidade Federal de Sergipe - Programa Bolsa Trabalho Arte	1977
8.366	PDAC	625/77	Augusto Marques e Cia Ltda – Inscrição Como fornecedor	1977-80
8.366	PDAC	642/77	Universidade Federal Paraíba - Programa Bolsa Trabalho Arte	1977
8.366	PDAC	643/77	Universidade Federal Minas Gerais - Programa Bolsa Trabalho Arte	1977
8.366	PDAC	644/77	Universidade Federal de Brasília – Programa Bolsa Trabalho Arte	1977
8.366	PDAC	645/77	Universidade Federal Pará - Programa Bolsa Trabalho Arte	1977
8.366	PDAC	670/77	Universidade Federal Maranhão – Cópias projeto pesquisa – Relação bolsa concessão	1977
8.366	PDAC	689/77	Fundação Cultura Distrito Federal – Convênio Multilate – Liberação da terceira parcela	1977-78
8.366	PDAC	690/77	Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores /Unesco – Inventário Tesouros do Mundo	1977-78
8.366	PDAC	692/77	Maria do Carmo Magalhães – Concessão desconto em folha referente aluguel	1977-79
8.366	PDAC	694/77	Movimento Brasil Alfabetização - Cópias filmes acervo Departamento de Assuntos Culturais - Ministério da Educação e Cultura	1977

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.366	PDAC	697/77	Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Auxílio financeiro exposição	1977-79
8.366	PDAC	700/77	Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais (PE) – Apoio financeiro realização projeto	1977-79
8.366	PDAC	704/77	Prefeitura Municipal de Uruguaiana (RS) – Realização curso	1977-79
8.366	PDAC	726/77	Thomas Estrela e Alcyr de Souza Coelho – Processo administrativo	1977
8.366	PDAC	729/77	Maria Eliza Carrazzoni – Processo Administrativo Obras	1977
8.366	PDAC	730/77	João de Aquino da Silva – Auxílio financeiro Museu José Elviro	1977
8.366	PDAC	741/77	Museu de Lavras – (MG) – Auxílio financeiro – Criação de Infra-Estrutura	1977
8.366	PDAC	745/77	União Pioneira Integração Nacional – Auxílio financeiro – Aquisição Cadeiras	1977-79
8.366	PDAC	751/77	Napoleão de Oliveira – Averbação em Folha de Pagamento – Empréstimos Imobiliário IPASE	1977-79
8.366	PDAC	754/77	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE) – Relatório final de curso	1977
8.366	PDAC	757/77	Fundação Casa de Rui Barbosa – Liberação verba para conservação e restauro	1977
8.366	PDAC	781/77	Gabinete do ministro – Projeto Salão Nacional Artes Plásticas	1977-79
8.366	PDAC	788/77	Secretaria Trabalho e Bem Estar Social (BA) – Auxílio fnanceiro III Feira de Artesanato Baiano	1977
8.366	PDAC	812/77	Consulta 'Plantão aos Sábados'	1977
8.366	PDAC	823/77	Museu Villa Lobos – Aprovação pelo Departamento de Assuntos Culturais de documentário sobre obra de Villa Lobos	1977
8.366	PDAC	834/77	Núcleo Promoção Cultura e Turismo Estado Pará e Rio de Janeiro – Exposição fotográfica	1977-79
8.366	PDAC	840/77	Pró-Arte – Sociedade de Artes, Letras e Ciências (RJ) – Auxílio financeiro Curso Férias	1977
8.366	PDAC	848/77	Museu Imperial – Empréstimo peças do acervo museu	1977-79
8.366	PDAC	855/77	Faculdade Musical Palestrina (RS) – Auxílio financeiro para pagamento de cachês	1977
8.366	PDAC	858/77	Associação Matogrossense de Estudos – Auxílio financeiro para I Festival Primavera	1977-78
8.366	PDAC	860/77	Colégio Estadual Severiano Vieira (BA) – Auxílio financeiro concurso	1977-79
8.366	PDAC	865/77	Secretaria Educação e Cultura – Doação projetor de slides	1977-78
8.366	PDAC	867/77	Fundação Universidade Regional (RN) – Criação do museu	1977-78
8.366	PDAC	886/77	Confederação Brasileira de Hipnologia (RJ) – Auxílio financeiro V e VI Congresso	1977-79
8.367	PDAC	916/77	Conselho Regional de Biblioteca da 7ª Região – (RJ) – Registro CRB – Anuidade div. funcionário	1977
8.367	PDAC	934/77	Fundação Artística Cultural Manuel Bandeira – Auxílio financeiro para construção de teatro	1977-79
8.367	PDAC	962/77	Gabinete do ministro – Convênio de cessão temporária de peças históricas e artísticas dos museus	1977
8.367	PDAC	977/77	Universidade Federal do Espírito Santo – Auxílio financeiro IV Simpósio de História	1977
8.367	PDAC	991/77	Academia Paulista de Música (SP) – Auxílio financeiro para curso de prática de orquestra e regência	1977-78
8.367	PDAC	995/77	Instituto Maria Auxiliadora (GO) – Auxílio financeiro para aquisição de equipamentos e instalação	1977-79

Processos do Departamento de Assuntos Culturais (PDAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.367	PDAC	1.006/77	Universidade Federal do Pará - Apoio do Ministério da Educação e Cultura – Departamento de Assuntos Culturais – Projeto Equipar Sala Leitura	1977-79
8.367	PDAC	1.017/77	Universidade Federal do Pará – Apoio do Ministério da Educação e Cultura – Departamento de Assuntos Culturais – Projeto Museu Integrado do Pará	1977-78
8.367	PDAC	1.023/77	Museu Diocesano – Auxílio financeiro para reforma da sede	1977
8.367	PDAC	1.048/77	Centro de Estudos Afro-Orientais – Universidade Federal da Bahia – Auxílio financeiro para realização curso	1977-79
8.367	PDAC	1.062	Apostolado N. S. da Boa Viagem – Auxílio financeiro para recuperação da igreja	1977-78
8.367	PDAC	1.067	Cons. Artístico Musical Johann Sebastian Bach (MG) – Auxílio financeiro para curso	1977-79
8.367	PDAC	1.088	Universidade Federal da Bahia – Auxílio financeiro para IV Seminário Estudos Sobre o Nordeste	1977-78
8.367	PDAC	1.096	Empresa Brasileira de Filmes S/A – Prorrogação validade passaporte	1977
8.367	PDAC	1.097	Empresa Brasileira Filmes S/A – Concessão de dez diárias	1977
8.367	PDAC	1.119	Nomeação de comissão de obras de cobertura do prédio da Biblioteca Nacional	1977
8.367	PDAC	1.141	Centro de Tradições Gaúchas (RS) – Colaboração conclusão obras	1977-78
8.367	PDAC	1.769	Fundação José Augusto – Cópia de documentos do 8º Encontro Nacional de Dirigentes do CEBRAE	1977

Processos da Subsecretaria de Assuntos Culturais (SEAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.369	SEAC	5/78	Caravana dos Artistas Líricos (RJ) – Auxílio financeiro II Ciclo Palestras Musicas Operísticas	1978
8.369	SEAC	9/78	Prefeitura Municipal da Cachoeira (BA) – Convocação Departamento de Assuntos Culturais – Instituto Museu Hansen	1978
8.369	SEAC	10/78	Caravana dos Artistas Líricos (RJ) – Auxílio financeiro – I Congresso Canto Bidusayão	1978
8.369	SEAC	11/78	Fundação Universidade Regional Nordeste (PB) – Projeto Programa Ação Cultural Museu Arte da FURNE	1978-79
8.369	SEAC	12/78	Fundação Centro Brasileiro de Turismo Educativo – Plano Atividade/78 – Proposta orçamentária	1978
8.369	SEAC	13/78	Wilma Thereza Rodrigues de Carvalho – Relatório II Encontro Sul-Rio Grandense de Museus	1978-81
8.369	SEAC	18/78	Fundação Casa de Rui Barbosa – Proposta assinatura convênio projeto Thesaurus Brasileiro de Cultura	1978
8.369	SEAC	20/78	Universidade Federal de Santa Maria – Concessão bolsa Trabalho Arte /78	1978
8.369	SEAC	25/78	Maria Eliza Carrazzoni – Esclarecimento pena de suspensão	1978-79
8.369	SEAC	61/78	Albert Rosen, maestro – Proposta realização concerto	1978
8.369	SEAC	70/78	Fundação Cultural Curitiba (PR) – Auxílio financeiro projeto fcc – 2/78 – Capacitação de recursos humanos	1978
8.369	SEAC	103/78	Centro Cultural Musical PUC (RS) – Projeto Musica Câmara Bolsistas – II Grau	1978
8.369	SEAC	122/78	Fundação Cultural Curitiba – Auxílio financeiro projeto estágio aplicação artes plásticas	1978
8.369	SEAC	127/78	Universidade Federal do Maranhão – Auxílio financeiro projeto I Semana de Literatura Brasileira	1978
8.369	SEAC	131/78	Fundação Casa de Rui Barbosa – Auxílio financeiro conservação e restauro da Casa Rui Barbosa	1978-79
8.369	SEAC	146/78	Universidade Federal da Bahia – Concessão de cinquenta bolsas programa Bolsa Trabalho Arte	1978
8.369	SEAC	152/78	Sociedade Cultural Artística Crato (CE) – Auxílio financeiro projeto educação artística	1978
8.369	SEAC	155/78	Diretoria Associação Cultural SEDUC – Curso de formação inicial para cons. dest. patrimônio histórico artístico	1978
8.369	SEAC	156/78	Augusto Marques e Cia Ltda (RJ) – Inscrição ficha de cadastro fornecedores Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura	1978-80
8.369	SEAC	158/78	Sérgio dos Santos – Autorização para filmagem das obras do Aleijadinho	1978
8.369	SEAC	169/78	Biblioteca Nacional – Proposta convênio – Mudes e o Lamp. Proj. Microf. Fel. Prov. Época Imperial	1978
8.369	SEAC	185/78	São Paulo Ind Gráfica Editora S/A (SP) – Inscrição Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura	1978-80
8.369	SEAC	226/78	Fundação Artes de Ubá (MG) – Auxílio financeiro show de Roberto Carlos e seu Conjunto	1978
8.369	SEAC	238/78	Universidade Federal da Bahia – Auxílio financeiro – VII Jornada Brasileira Curta Metragem /78	1978
8.369	SEAC	241/78	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura - Projeto e convenções	1978
8.369	SEAC	245/78	Caravana dos Artistas Líricos (RJ) – Auxílio financeiro – III Ciclo de Palestras de Musica Brasileira	1978
8.369	SEAC	264/78	Universidade Amazonas – Concessão bolsas programa Bolsa Trabalho Arte	1978

Processos da Subsecretaria de Assuntos Culturais (SEAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.369	SEAC	273/78	Universidade Federal Rio Grande do Sul – Auxílio para I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etinografia	1978
8.369	SEAC	281/78	Faculdade Música Palestrina –Auxílio financeiro para formação da Orquestra de Câmara Palestrina	1978
8.369	SEAC	306/78	Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA – Auxílio financeiro dois projetos	1978
8.369	SEAC	314/78	Coordenação Assuntos Inter. Seg. – Ministério da Educação e Cultura – Parecer e sugestões realização seminário	1978
8.369	SEAC	316/78	Universidade Federal Rio Grande do Norte –Concessão bolsas Programa Bolsa Trabalho Arte	1978
8.369	SEAC	317/78	Universidade Federal Alagoas –Concessão bolsas Programa Bolsa Trabalho Arte /1978	1978
8.369	SEAC	330/78	Universidade Brasília - Concessão bolsas Programa Bolsa Trabalho Arte /1978	1978
8.370	SEAC	342/78	Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional – 4ª DR – (BA) – Auxílio financeiro para o Museu do Forte	1978
8.370	SEAC	344/78	Museu de Arqueologia e Artes Populares da UFPR - Auxílio financeiro projeto pesquisa	1978-80
8.370	SEAC	345/78	Museu Imperial – Empréstimo peça artística ao MAM do Rio de Janeiro – Dois relicários	1978
8.370	SEAC	346/78	Museu Villa Lobos – Recuperação de piano Stenway do Auditório (RJ)	1978
8.370	SEAC	348/78	Funarte – Proposta requisição servidor Gleuza Leite Costa – Colégio Pedro II	1978
8.370	SEAC	357/78	Serviço de Radio Difusão Educativa – Ministério da Educação e Cultura – Auxílio financeiro – Programa do Serviço de Radio Difusão Educativa	1978-79
8.370	SEAC	392/78	Museu Villa Lobos – Villa Lobos Et Son Inspiration – Congr. La Rencontre Des Cultures – Iugoslávia /79	1978
8.370	SEAC	408/78	Instituto Histórico e Geografico Brasileiro (RJ) – Preservação do acervo da Biblioteca	1978
8.370	SEAC	418/78	Biblioteca Nacional – Plano Nacionalde Microfilmagem dos Periódicos Brasileiros	1978
8.370	SEAC	426/78	Yara Mattos – Bolsa de estudos no IV Curso Latino Americano de Administração - Venezuela	1978
8.370	SEAC	439/78	Secretaria de Cultura Desp. Prom. Social (CE) – Auxílio financeiro Projeto Casa Juvenal Galeano	1978
8.370	SEAC	440/78	Secretaria Geral – Aquisição bibliotecas – Recomendação do ministro	1978
8.370	SEAC	443/78	Lisa M. Peppercorn – Suíça – Envio cópia filmes ,fotografias e gravuras - Villa Lobos	1978
8.370	SEAC	447/78	Marina Monteiro de Barros Roxo – Designação servidora	1978
8.370	SEAC	481/78	Micro Systems Assessoria Técnica Microfilme Projeto Técnico Microfilmagem Implantação Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura	1978-81
8.370	SEAC	502/78	Universidade Federal Santa Catarina –Financiamento projeto Museu Universitário	1978
8.370	SEAC	503/78	Museu Arte Contemporânea Universidade Federal São Paulo (SP) – Exposição 'Portinari – Pintor social'	1978
8.370	SEAC	514/78	Biblioteca Nacional – Recurso financeiro – Conclusão obras e reparos no prédio	1978
8.370	SEAC	523/78	Associação Piolin de Artes Circ. – Relatório Desf. Artistas Circenses	1978-79
8.370	SEAC	524/78	Secretaria Turismo Estado Rio Grande do Sul – Auxílio financeiro Projeto Cultural /78	1978
8.370	SEAC	529/78	Museu Imperial – Empréstimo maquinas extintores incêndio	1978

Processos da Subsecretaria de Assuntos Culturais (SEAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.370	SEAC	531/78	Biblioteca Nacional – Projeto SEMOR/SEPLAN – Microfilmagem do *Diário Oficial da União*	1978
8.370	SEAC	548/78	MEUAIL Empreendimentos Expansão Cultural Ltda – Auxílio realização projetos	1978-79
8.370	SEAC	552/78	Sociedade Cultural Artística Crato (CE) – Auxílio financeiro realização obras equipamentos, etc	1978
8.370	SEAC	567/78	Coordenação Assuntos Int. da SEG – Ministério da Educação e Cultura– BSB – Unesco – Regul. Internacional	1978
8.370	SEAC	573/78	Centro Nacional de Referência Cultural – Proposta termo aditivo	1978
8.370	SEAC	606/78	Osíris Parcifal de Figueirôa Cine Diver. Ltda – Denúncia contra a Embrafilme	1978
8.370	SEAC	639/78	Comissão Nacional de Belas Artes – Documentário *Arquivo Morto*	1978
8.370	SEAC	649/78	Biblioteca Nacional – Autorização montagem exposição fotografias sobre o Brasil	1978
8.370	SEAC	661/78	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE) – Exemplar trabalho	1978
8.370	SEAC	679/78	Adelmana Torreão e Outros – Interf. INM - Funarte	1978
8.370	SEAC	709/78	Museu Dom Diogo de Souza (RS) – Auxílio financeiro – Museu Vai à Escola II	1978
8.370	SEAC	717/78	Maridete Moura da Silva – Auxílio educacional	1978
8.370	SEAC	756/78	Prefeitura Municipal de Apucarana (PR) – Auxílio financeiro aquisição de imóvel	1978-79
8.370	SEAC	778/78	Campanha de Defesa Folclore Brasileiro – levantamento de bens móveis e imóveis – Fundação Nacional de Artes	1978
8.370	SEAC	780/78	Arquidiocese de S. Salvador Bahia – Auxílio financeiro – Levantamento cadastro bens culturais da Arquidiocese	1978-79
8.370	SEAC	781/78	Instituto Histórico Geográfico Santa Catarina – Auxílio financeiro despesas manutenção	1978
8.371	SEAC	800/78	Sec. Coop. Econom. Téc. Intern. – Subin. Cópia xerox Conv nº 46/78	1978
8.371	SEAC	804/78	Embrafilme – Continuidade dos trabalho realizados na Cinemateca do Museu de Arte Moderna (RJ)	1978
8.371	SEAC	827/78	Angela Santos M de Oliveira e outros – Curso técnico pesquisa social	1978
8.371	SEAC	842/78	Secretaria Educação Cultura Sergipe – Auxílio financeiro IV Encontro Cultural Laranjeiras	1978
8.371	SEAC	849/78	Multimagem Ltda – Catálogo folclórico – Folclore no Brasil	1978
8.371	SEAC	856/78	Protocolo Geral Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura– Suspensão de malotes	1978
8.371	SEAC	897/78	Prefeitura Municipal Casemiro de Abreu (RJ) – Auxílio financeiro – Biblioteca Municipal Tiradentes	1978
8.372	SEAC	13/79	Museu Villa Lobos – Auxílio Realização I Concerto Internacional de Coro Misto Durante o festival	1979
8.372	SEAC	32/79	Instituto Nordestino de Trabalho Educ. e Cult. (SP) – Relatório de Atividades Desenvolvidas exercício 78 – referente conv. Departamento de Assuntos Culturais	1979
8.372	SEAC	56/79	Coordenação de Assuntos Int. SEG – Acordo de cooperação cultural Brasil e Guiné-Bissau	1979
8.372	SEAC	54/79	Fundação Hansen Bahia – Auxílio financeiro reformas e aquisição material	1979
8.372	SEAC	69/79	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Auxílio financeiro edição revista Est. Ibero Americana	1979-80

Processos da Subsecretaria de Assuntos Culturais (SEAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.372	SEAC	83/79	Salamandra Consultoria Editorial Ltda (RJ) – Proposta de aquisição de exemplar da obra *SOS Planeta Terra*	1979
8.372	SEAC	105/79	Museu Imperial – Aquisição novo veículo	1979-80
8.372	SEAC	107/79	Museu Imperial – Auxílio financeiro despesas essenciais	1979-80
8.372	SEAC	115/79	Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura – Transferência recurso a favor da Fundação Casa de Rui Barbosa – Pesquisas e estudos interesse cultural	1979
8.372	SEAC	207/79	Augusto Marques e Cia Ltda – Inscrição ficha cadastro fornecedores	1979-80
8.372	SEAC	224/79	Minist. Educacion Nacional da Colômbia – Criação Unión de Museus Latinoamericanas y del Caribe	1979
8.372	SEAC	242/79	Norma Bahia Pontes – Projeto Centro Brasileiro de Informações e Desenvolvimento Cultural	1979
8.372	SEAC	249/79	Museu Villa Lobos – Juana Puente Solic – Designado delegação honorário Museu Villa Lobos - Espanha	1979
8.372	SEAC	276/79	Sindicatos Indústria Cinematográfica Estado de São Paulo e outros – Proibição de veiculação de filmes publicitários estrangeiros	1979
8.372	SEAC	296/79	Museu Villa Lobos – Reconsideração auxílio financeiro – I Concerto Internacional de Coro Misto	1979-80
8.372	SEAC	301/79	Universidade Federal Rio Grande do Norte – Auxílio financeiro – Sistema de refrigeração da Academia Norte Rio Grandense	1979
8.372	SEAC	303/79	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – 31ª Reunião Anual - Fortaleza (CE)	1979
8.372	SEAC	327/79	Instituto Histórico Geográfico Santa Catarina – Concessão de auxílio financeiro	1979
8.372	SEAC	340/79	Grupo Mini–Jovem da Paróquia N. S. da Guia (RJ) – Inclusão de curso de música popular brasileira	1979-80
8.372	SEAC	341/79	Museu Imperial – Devolução peça histórica doada ao Museu	1979
8.372	SEAC	379/79	Prefeitura Municipal Itagi (BA) – Auxílio financeiro – Conclusão obras da Unidade Cultural Leur Brito	1979
8.372	SEAC	383/79	Centro Difuso de Cultura Ltda – Aquisição Enciclopédia Abril e Clássicos Modernos	1979
8.372	SEAC	394/79	Universidade Federal da Paraíba – Auxílio financeiro VIII Jornada Brasil Curta Metragem	1979
8.372	SEAC	405/79	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambuco – Auxílio financeiro – Impressão de revista	1979
8.372	SEAC	417/79	Secretaria Cultura, Esporte e Turismo (SC) – Panarte /79 – Empréstimo acervo existente na Casa Vitor M.	1979
8.372	SEAC	418/79	Luiz Costa dos Santos – Encaminha fita graduada e letras de música	1979
8.372	SEAC	425/79	Manoel Vilarinho – Projeto Programas ao Vivo nas Estações Rádio no Brasil	1979
8.372	SEAC	438/79	Serviço Rádio Difusão Educativa –Auxílio financeiro aquisição aparelho telefônicos Telerj	1979-80
8.372	SEAC	442/79	Liceu Musical Palestrina (RS) – Auxílio financeiro XI Seminário Internacional de Violão	1979
8.372	SEAC	450/79	Associação Cultural Campo Formoso (BA) – Museu Regional Miner. – Centro Cultural Campo Formoso	1979

Processos da Subsecretaria de Assuntos Culturais (SEAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.372	SEAC	451/79	Salam. Cons. Editora Ltda – Auxílio financeiro para edição do livro *A Escultura Popular no Nordeste*	1979
8.372	SEAC	455/79	Universidade Federal Minas Gerais – Auxílio financeiro – Giramundo Teatro de Bonecos – Participação em festival na França	1979-80
8.372	SEAC	461/79	Educandário Evangélico Neuza Rodrigues – Auxílio financeiro para instalação de biblioteca	1979
8.372	SEAC	471/79	Alfredo Milton Villa – Flor Santos e outros – Projeto sobre a bra da pintora Djanira	1979
8.372	SEAC	472/79	Orquestra de Câmara do Brasil – Permissão ensaios no 16º Andar Palácio da Cultura	1979
8.372	SEAC	497/79	Centro Nacional de Educação Especial – Transf. Vera Maria de Araújo	1979
8.373	SEAC	504/79	Serviço de Radio Difusão Educativa – Fatura /77 –Empresa Brasileira de Telecomunicações	1979-80
8.373	SEAC	508/79	Norma Bahia Pontes – Proposta de criação do Centro Amazônico de Comunicação Extra – Sensorial	1979
8.373	SEAC	528/79	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – Conselho Nacional de Cartazes Escolares. 'A Criança e o Trânsito'	1979
8.373	SEAC	547/79	Comunicado sobre danos no edifício da Biblioteca Nacional	1979
8.373	SEAC	564/79	Instituto Nacional do Livro – Sugestões do professor Jorge de Azevedo ao Programa Apoio ao Livro	1979
8.373	SEAC	576/79	Conselho Internacional da Dança – Indicação da coreógrafa Helba Hedwiges Nogueira Barbosa	1979
8.373	SEAC	594/79	Márcio Ruiz Schiavo e Carlos Lima – Aquisição de exemplar da revista *Alguma Poesia*	1979
8.373	SEAC	605/79	Museu Nacional Belas Artes – Doação da obra *Sôdade do Cordão* ao Museu Villa Lobos	1979
8.373	SEAC	610/79	Centro Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia – Auxílio financeiro – Núcleo de Estudos Brasil Colônia	1979
8.373	SEAC	619/79	Departamento Assistência ao Estudante –II Festa do Barresso e II Festival Artes e Tradições Populares Lit. Pardu.	1979
8.373	SEAC	622/79	Amyr Santos – Nova autorização estacionamento	1979
8.373	SEAC	636/79	Thierno Gueye – Apoio realização do projeto A Política e Cultura nas Relações Brasil - África	1979
8.373	SEAC	649/79	Fundação Centro Tecnológico Minas Gerais – Concessão auxílio financeiro ao projeto Álbum Pinturas Rupestres...	1979
8.373	SEAC	659/79	Universidade Federal do Acre – Auxílio financeiro Inst. Auditório e Prom. Atividades Culturais	1979
8.373	SEAC	673/79	Fundação Giuré – Divulgação para V Festa Anual Poesia Latino Americana	1979
8.373	SEAC	676/79	Secretaria Comunicação Social – Divulgação livro *Vozes sem poesia,* de Adovaldo F. Sampaio	1979
8.373	SEAC	683/79	Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro - Texto 'Televisão, Violência e Sociedade'	1979
8.373	SEAC	694/79	Fundação Cultural Distrito Federal – Patrocínio / Subsecretaria de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura – XIII Encontro Nacional de Escritores	1979-80
8.373	SEAC	726/79	Museu Imperial – Empréstimo peças históricas à Fundação Estadual de Museus (RJ)	1979

Processos da Subsecretaria de Assuntos Culturais (SEAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.373	SEAC	735/79	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE) – Projeto Curso Preparatório e Treinamento de Pessoal em Museus	1979-80
8.373	SEAC	736/79	Rosalvo Pereira Leal – Interferência Festival de Música, Poesia e Concurso Contos no Paraná	1979
8.373	SEAC	737/79	Prefeitura Municipal Lençóis (BA) – Ata implantação projeto Museu dos Coronéis	1979
8.373	SEAC	775/79	Postais do Brasil – Balé Folclórico Nacional – Auxílio financeiro espetáculos Brasil em Tempo de Dança	1979
8.373	SEAC	792/79	Associação Arquivistas Brasileiros – Auxílio financeiro 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia	1979-82
8.373	SEAC	793/79	Prefeitura Municipal Espumoso (RS) – Auxílio construção prédio biblioteca	1979
8.373	SEAC	807/79	Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior – Auxílio financiamento técnico pesquisa arqueológica	1979
8.373	SEAC	811/79	Coral Infantil Arautos Grande Rei (SC) – Auxílio financeiro XIX Congresso Mundial de Meninos Cantores	1979-80
8.373	SEAC	840/79	HOMBU Produções Artísticas Ltda – Concessão de duas passagens aéreas para apresentação de espetáculo	1979
8.373	SEAC	849/79	Biblioteca Castro Alves – Auxílio financeiro encadernação livros	1979-81
8.373	SEAC	852/79	Maria Gabriela Pestana de A. Pantigoso – Concessão passagem aérea e dez diárias	1979
8.373	SEAC	853/79	Universidade Federal de Sergipe– Auxílio financeiro criação museu de antropologia	1979-80
8.373	SEAC	863/79	Orquestra Epaminondas – Proposta realização de seis espetáculos completos	1979
8.373	SEAC	871/79	Universidade Federal de Minas Gerais II Seminário Nacional para Professor Universitário Língua Inglesa	1979-80
8.373	SEAC	887/79	Museu Imperial – Oferta de documentos históricos	1979-81
8.373	SEAC	900/79	Academia Valadarense de Letras (MG) – Auxílio financeira para dar continuidade trabalho desenvolvido	1979-80
8.373	SEAC	903/79	Jorge Petra da Silva – Concessão de dez diárias e passagens aéreas	1979-80
8.373	SEAC	917/79	Prefeitura Municipal de Reriutaba (CE) – Auxílio financeiro para construção biblioteca pública	1979-80
8.373	SEAC	936/79	Anna Maria Serpa Barroso - Relatório estagiários contratados	1979
8.373	SEAC	947/79	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Auxílio financeiro para impressão da *Revista Ibero–Americana*	1979-80
8.373	SEAC	951/79	Delegacia Regional Rio Grande do Sul – Auxílio financeiro realização projeto Cinema Itinerante	1979-80
8.373	SEAC	985/79	Funarte – Coordenadoria (SP) – Colaboração Exposição Holografia no Brasil	1979-80
8.373	SEAC	991/79	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Liberação de verba – 8º Encontro Nacional Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa	1979-81
8.373	SEAC	1.003/79	Associação Brasileira Professores Universitário Francês -(MG) – Auxílio financeiro Projeto Simpósio Sobre Francofonia	1979-80
8.373	SEAC	1.017/79	Associação Fluminense de Educação – Colaboração para aquisição de livros para biblioteca	1979-81

Política Nacional de Cultura (PNAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.437	PNAC		Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cultura – Plano de ação	1968
8.437	PNAC		Plano Setorial de Educação e Cultura - Incentivo à criação	1972-74
8.437	PNAC		Diretrizes para uma política nacional de cultura	1974
8.437	PNAC		Plano Nacional de Cultura – [História]	1973
8.437	PNAC		Política Nacional de Cultura – Documentos diversos	1968-73
8.437	PNAC		Programa de Ação Cultural - Diversos	1973-74
8.437	PNAC		Política Nacional de Cultura – Textos diversos e Folheto	1975
8.437	PNAC		Bases para a formulação da política nacional de cultura	1975
8.437	PNAC		Política cultural: proposições preliminares para sua formulação	1975
8.438	PNAC		Perfil cultural dos estados e outros textos	-
8.438	PNAC		Plano de desenvolvimento cultural	-
8.438	PNAC		Aspectos da política cultural brasileira	-
8.438	PNAC		Política Nacional de Cultura – Folheto	1978
8.438	PNAC		Plano Regional de Desenvolvimento Cultural – OEA	1978
8.438	PNAC		Política Nacional da Cultura	1978
8.438	PNAC		Diretrizes para educação e cultura	-
8.438	PNAC		Plano Nacional de Educação e Desporto	1977-79
8.438	PNAC		III Plano Nacional de Desenvolvimento – Secretaria Geral do	1979
8.438	PNAC		Trabalhos (textos) do especialista Pedro [...]	1979
8.438	PNAC		Projeto Meio-Rural	1979-80
8.438	PNAC		Política de Educação e Cultural – Folheto	1979
8.438	PNAC		Ministério da Educação e Cultura – Diretrizes e planejamento	1980
8.438	PNAC		Programa de Ação Cultural para as áreas dos grandes projetos econômicos – Jarí, Carajás, etc	1980
8.438	PNAC		Ministério da Educação e Cultura - Planejamento	1980-82
8.438	PNAC		Projetos: Casa de Rui Barbosa - Empresa Brasileira de Filmes - Fundação Joaquim Nabuco - Serviço Nacional de Teatro - Instituto Nacional do Livro – Museu Histórico Nacional	1981
8.439	PNAC		Diretrizes para operacionalização da política cultural	1981
8.440	PNAC		III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto	1980-82
8.440	PNAC		Ação programada do Ministério da Educação e Cultura: o desenvolvimento cultural	1980-85
8.440	PNAC		Subsídios para Elaboração do III PSECD – Folheto	1979
8.440	PNAC		Linha programática dos órgãos subordinadas à	1980-85
8.440	PNAC		Resumo: Biblioteca Nacional - Serviço Nacional de Teatro - Museu Nacional de Belas Artes - SER	1980-85
8.440	PNAC		Programação SER	1980-85

Política Nacional de Cultura (PNAC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.440	PNAC		Programação Biblioteca Nacional – Instituto Nacional do Livro - Casa de Rui Barbosa - Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - Fundação Nacional de Artes - Serviço Nacional de Teatro - Museu Imperial - Museu Histórico Nacional - Museu Villa Lobos - Instituto Joaquim Nabuco Museu Nacional de Belas Artes – Conselho Nacional de Cinema	1980-85
8.440	PNAC		Encontro de Secretários de Cultura (BSB) – Conclusões	Abril/76
8.440	PNAC		Encontro Cultural do Nordeste - Recife	Maio/76
8.440	PNAC		Encontro Nacional de Cultura – Salvador	Julho/76
8.441	PNAC		Encontro Nacional de Cultura – Salvador (relatórios, conclusões, correspondência, trabalhos, programa, etc)	Julho/76
8.442	PNAC		Encontros regionais: Nordeste/Norte /Sul /Sudeste /Centro-Oeste (conclusões, correspondência, trabalhos)	1979
8.442	PNAC		Encontros regionais – Comentários da Funarte	1979
8.442	PNAC		Reuniões de Dirigentes Estaduais e Municipais das Capitais – III Plano Nacional De Desenvolvimento (RJ)	Agosto/79
8.443	PNAC		Encontros e seminários sobre ações culturais - Diversos	1979-80
8.443	PNAC		Seminário Interno da Secretaria de Estado de Assuntos Culturais, I (RJ) (Sociedade Brasileira e Política Cultural por Marcio Tavares D'Amaral)	1980
8.443	PNAC		Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura, I	1980
8.443	PNAC		Conclusões dos Encontros Regionais – I / II e III PSECD	1975-82
8.443	PNAC		Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cultura (auditoria interna)	1969-71
8.443	PNAC		Orçamento anual - Diretrizes	1972
8.443	PNAC		Programa Operativo Manual	1972
8.444	PNAC		Plano Setorial de Educação e Cultura – Grupos de estudo	1972-74
8.444	PNAC		Programa Operativo Manual	1973
8.444	PNAC		Eventos do mês de outubro	1973
8.444	PNAC		Programa Operativo Anual – Museus - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Campanha Defesa Do Folclore	1973

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.331	POUO	69.319/67	Informação Princ. Ocor. Verif. Ano 67 –Serviço Nacional de Teatro	1967-70
8.331	POUO	208.791/67	Hernandes Álvares de Abreu e Silva	1967-81
8.331	POUO	222.440/67	Marcus Ettiene Arreguy	1967-73
8.331	POUO	222.720/67	Anthero dos Santos Netto	1967-77
8.331	POUO	222.761/67	Aluízio Pereira Vale	1967-81
8.331	POUO	223.114/67	Bartholomeu Alberto de Almeida	1967-81
8.331	POUO	223.125/67	Rosemas Damasceno Nazalli Seixas	1967-81
8.331	POUO	23/68	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1968-70
8.331	POUO	4.061/68	Chléo Goulart	1968-69
8.331	POUO	178/69	Departamento de Administração	1969
8.331	POUO	261.035/69	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul – Amir Santos	1969
8.331	POUO	258.708/69	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul – Def. forn. passagens	1969
8.331	POUO	258.710/69	Setor de Transportes	1969
8.380	POUO	1.129/64	José Gircys – Readaptação funcionário	1964-65
8.380	POUO	195/69	Comissão Nacional para Comemoração do Dia de Anchieta – Concessão de verba para realização de programa comemorativo	1969
8.380	POUO	54/69	Serviço Nacional de Teatro – Comissão Especial – Proposta	1969-70
8.380	POUO	3.523/69	Plano Nacional Cultura – Conv encaminha escala viagens insp. entidades	1969-70
8.380	POUO	211.015/69	Adilson Domingues – Ficha Qüinqüenal	1969-81
8.380	POUO	246.084/69	Orçamento obras de reparo nas instalações de condicionadores de ar do Museu Nacional de Belas Artes (GB)	1969-70
8.380	POUO	256.408/69	Caravana dos Artistas Líricos (GB) – Convênio – Recibos	1969
8.380	POUO	29.634/70	Leônidas Fausto do Nascimento – Ficha gratificação quinquenal	1970-81
8.380	POUO	167/71	Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S/A – Pagamento fatura	1971
8.380	POUO	436/71	Convênio entre o Conselho Federal de Cultura e Departamento Imprensa Nacional – 30/03/70 – Prestação de contas	1971
8.380	POUO	437/71	Convênio entre o Conselho Federal de Cultura e Departamento Imprensa Nacional – 24/06/70 – Prestação de contas	1971
8.380	POUO	438/71	Convênio entre o Conselho Federal de Cultura e Departamento Imprensa Nacional – 30/09/70 – Prestação de contas	1971
8.380	POUO	439/71	Convênio entre o Conselho Federal de Cultura e Departamento Imprensa Nacional – 14/09/70 – Prestação de contas	1971
8.380	POUO	440/71	Convênio entre o Conselho Federal de Cultura e Departamento Imprensa Nacional – 12/02/69 – Prestação de contas	1971
8.380	POUO	215.438/71	Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira e outros – Publicação portaria	1971
8.380	POUO	259.436/71	Teófilo Martins Feitermann – Ficha Gratificação quinquenal	1971-81
8.380	POUO	222.980/72	João Deoclécio Torres Wellington – Gratificação quinquenal	1972-81
8.380	POUO	242.675/72	Jair Martins dos Santos – Licença especial	1972-81
8.380	POUO	247.924/72	Hydee Salles de Lemos – Ficha quinquênio	1972-81
8.380	POUO	257.192/72	José Gircys – Concessão salário família	1972
8.380	POUO	260.789/72	Sebastião Barros – Averbação tempo serviço militar	1972-77

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.380	POUO	5.471/73	Impressora Brasil Ltda – Renovação inscrição cadastro fornecedores	1973
8.380	POUO	202.103/73	Agenor Fonseca - Auxílio para conclusão do monumento à Castro Alves	1973-74
8.380	POUO	207.321/73	Cyro Carneiro Moreira – Designação Setor de Serviços Gerais	1973-76
8.380	POUO	233.556/73	Wanda Cristina Motta Eichbauen – Transporte concurso Harpa Tel Aviv Israel	1973-74
8.380	POUO	240.875/73	Circo Mágico Tihany – Auxílio promoção especial divulgação cultural	1973
8.331	POUO	102.906/71	Atividades de apoio aos órgãos do Departamento de Assuntos Culturais	1971-73
8.331	POUO	237.681/71	Helena Guerreiro e outros	1971-74
8.331	POUO	209.887/72	Ballet Brasileiro da Bahia	1972-74
8.331	POUO	221.561/72	Universidade Federal de Pernambuco	1972-74
8.331	POUO	3.483/72	Geraldo Britto Raposo da Câmara	1972-75
8.331	POUO	6.173/72	Ministério do Trabalho e Previdência Social (DF)	1972-74
8.331	POUO	5.401/72	Ordem dos Músicos do Brasil (MG)	1972-73
8.331	POUO	2.150/71	Ministério da Fazenda (DF)	1972-74
8.331	POUO	693/72	Associação dos Fest de Coros do Rio Grande do Sul	1972-74
8.331	POUO	103/72	Editora Antenova S/A	1972-74
8.331	POUO	248.350/72	Secretaria Geral do MEC e Plano de Aplicação	1972-74
8.380	POUO	250.821/73	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Auxílio financeiro	1973-74
8.380	POUO	253.391/73	Joel Bello Soares – Proposta realização recitais no Brasil do Plano de Ação Cultural – Departamento de Assuntos Culturais	1973-74
8.380	POUO	200/73	Centro Tradições Gaúchas David Canabarro (RS) – Auxílio financeiro restauração prédio	1973
8.380	POUO	646/73	Conselho Nacional Desportos – Participação grupo folclore brasileiro no Campeonato Mundial de Futebol de 1974 – Alemanha	1973
8.380	POUO	477/73	Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Comunicado	1973
8.380	POUO	711/73	Edmar Ferreti – Inclusão Plano de Ação Cultural /74 – Apresentação Recitais de Canto Com Brasileiros	1973-74
8.380	POUO	736/73	Setor de Transportes – Avaria em veículo oficial	1973-74
8.380	POUO	3.304/73	Secretaria Municipal de Educação Cultura de Muriaé (MG) – Coloca-se à disposição para divulgação projeto cultural	1973-80
8.380	POUO	4.393/73	Adelmana Torreão (GB) – Concessão passagens aéreas – Conc. Confer. Beverly Hills Academy of Los Angeles	1973-74
8.380	POUO	4.474/73	Aryclenes P. Barbosa – Serrana Ribeirão Preto (SP) – Sugestão Departamento de Assuntos Culturais para Desenvolvimentos Artes no Brasil	1973-74
8.380	POUO	4.686/73	Olga Gudolle Cacciatore (RS) – Solicita aprovação em projeto cultural Plano Nacional de Cultura	1973-74
8.380	POUO	4.883/73	Governo Estado Minas Gerais – Auxílio financeiro – Projeto Música para a Juventude	1973-74
8.380	POUO	5.657/73	Secretaria Bem Estar Social (SP) – Envio programa ação cultural solicita	1973-74
8.331	POUO	5.703/73	Banda Santa Cecília de Iomerê (SC) – Solicita subvenção	1973-74
8.331	POUO	5.793/73	Bares Produções S/C Ltda – Solicita apoio desenvolvimento programa caráter cultural	1973-74

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.331	POUO	5.893/73	Congresso Nacional (DF) – Proposta grupo de trabalho centro musical	1973-74
8.331	POUO	5.986/73	Instituto Histórico Geográfico Minas Gerais – Especificação de trabalhos a serem executados – Ministério da Educação e Cultura – Departamento de Assuntos Culturais	1973-74
8.331	POUO	6.000/73	Comissão Nacional do Centenário de Plácido de Castro (GB) – Verba criação museu histórico – Acre	1973-74
8.331	POUO	6.902/73	Liceu Musical Palestrina (RS) – Relatórios obras da sede e convite pré-inauguração prédio	1973-74
8.331	POUO	526/73	Grupo Cacilda Becker – Solicita cartas de apresentação	1973-74
8.331	POUO	163/73	Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro – Auxílio edição de revista órgão	1973-74
8.331	POUO	261/73	Departamento Assuntos Culturais – Concurso Univ. Cultural Brasileiro (RJ) – Regulamentação	1973-75
8.331	POUO	259.159/73	Aríete Soares Carritano – Gratificação quinquenal	1973-81
8.329	POUO	50.16/75	Delegacia Regional do MEC – (GB)	1975-78
8.329	POUO	3/75	Conselho Federal de Cultura (RS) – Museu Municipal David Canabarro	1975
8.329	POUO	113/75	Conselho Federal de Cultura (BA) – Ballet Brasileiro da Bahia	1975
8.329	POUO	226/75	Conselho Federal de Cultura (RJ) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1975
8.329	POUO	728/75	Biblioteca Nacional (MG) – Neri Rodrigues Contin	1975
8.329	POUO	390/75	Biblioteca Nacional (RJ) – Juízo de Direito – Quinta Vara de Família	1975
8.329	POUO	1.578/75	Delegacia Regional (RJ) – Academia Gonçalense de Letras Artes e Ciências	1975
8.329	POUO	5.205/75	Delegacia Regional (GB) – Nelson Arruda	1975-76
8.329	POUO	4.558/75	Delegacia Regional (GB) – Lea Herszenhut Frejat	1975-76
8.329	POUO	17.579/75	Delegacia Regional (GB) – Cantina	1975-77
8.329	POUO	24.427/75	Secretaria de Educação (GB) – Ministério da Educação	1975-76
8.329	POUO	30/75	Gabinete do ministro (BSB) – Museu Cearense da Comunicação (CE)	1975
8.329	POUO	116/75	Gabinete do ministro (BSB) – Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul	1975-76
8.329	POUO	217.352/75	Departamento de Ação Cultural (BSB) – Cia Cici Pinheiro (GO)	1975
8.329	POUO	219.448/75	Gabinete do ministro (BSB) – Prefeitura Municipal de Santos Dumont (MG)	1975
8.329	POUO	220.143/75	Departamento de Ação Cultural (BSB) – Beatriz Balzi (SP)	1975
8.329	POUO	220.696/75	Departamento de Ação Cultural (BSB) – Helio Fraga – Reitor da UFRJ	1975
8.329	POUO	223.056/75	Gabinete do ministro (BSB) – Universidade Católica de Pernambuco	1975
8.329	POUO	223.417/75	Gabinete do ministro (BSB) – Associação Brasileira de Educação (RJ)	1975
8.329	POUO	223.996/75	Gabinete do ministro (BSB) – Fundação José Augusto (RN)	1975
8.329	POUO	227.005/75	Gabinete do ministro (BSB) – ministro da Justiça	1975
8.329	POUO	227.431/75	Gabinete do ministro (BSB) – Assembleia Legislativa de Recife (PE)	1975
8.329	POUO	228.152/75	Gabinete do ministro (BSB) – Teatro de Amadores de Sousa (PB)	1975
8.329	POUO	229.023/75	Gabinete do ministro (BSB) – Grifo Edições	1975

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.329	POUO	230877/75	Gabinete ministro (BSB) – Aldeia Fundação João Pinheiro Filho (RJ)	1975-79
8.329	POUO	232246/75	Gabinete ministro (BSB) – Roberto Daniel Martins Pereira	1975-77
8.329	POUO	232384/75	Departamento do Pessoal (BSB) – Joaquim da Costa Pinto Neto	1975-80
8.329	POUO	235547/75	Serviço de Radiodifusão Educativa – Projeto Minerva (RJ)	1975
8.329	POUO	235621/75	Gabinete do ministro (BSB) – Cine Clube – Macaé (RJ)	1975-76
8.329	POUO	243221/75	Gabinete do ministro (BSB) – UFF	1975
8.329	POUO	245229/75	Departamento de Administração (BSB) – UF Piauí	1975-77
8.330	POUO	246751/75	Departamento de Administração (BSB) – UF Piauí	1975
8.330	POUO	247516/75	Departamento de Administração (BSB) – Conselho de Música de Lages (SC)	1975
8.330	POUO	247849/75	Gabinete do ministro (BSB) – Ana Zélia da Silva Pinho, Manaus (AM)	1975
8.330	POUO	248413/75	Gabinete do ministro (BSB) – Secretaria de Educação e Cultura (AM)	1975-76
8.330	POUO	248617/75	Gabinete do ministro (BSB) – Governo do Estado do Piauí	1975
8.330	POUO	248703/75	Gabinete do ministro (BSB) – Helder Martins de Moraes (RJ)	1975
8.330	POUO	250137/75	Gabinete do ministro (BSB) – Grupo Folclórico do Pará	1975
8.330	POUO	250184/75	Gabinete do ministro (BSB) – Conserv. Lavignac Santos (SP)	1975
8.330	POUO	250450/75	Gabinete do ministro (BSB) – Coral Carmo do Recife (PE)	1975
8.330	POUO	253341/75	Gabinete do ministro (BSB) – Marly Baere de Araújo – (RJ)	1975
8.330	POUO	255068/75	Gabinete do ministro (BSB) – Alcyr de Souza Coelho	1975
8.330	POUO	252735/75	Gabinete do ministro (BSB) – Conservatório de Música de Lages (SC)	1975-77
8.330	POUO	253188/75	Gabinete do ministro (BSB) – Fundação Bienal de São Paulo	1975
8.330	POUO	259031/75	Departamento de Administração do (BSB) – Secretaria Educação do Ceará	1975-76
8.330	POUO	259219/75	Gabinete do ministro (BSB) – Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Castro Alves (SE)	1975-78
8.330	POUO	259972/75	Departamento de Administração do MEC (BSB) – Sebastião Pena Marcião	1975
8.330	POUO	260037/75	Gabinete do ministro (BSB) – Teuto Brasileira Bonn Alemanha	1975-76
8.330	POUO	260611/75	Departamento de Pessoal do MEC (BSB) – Marilia Mariane (RJ)	1975-77
8.330	POUO	262729/75	Departamento de Administração do MEC (BSB) – Pró Arte Soc Artes Letras e Ciências, Porto Alegre (RS)	1975-76
*	POUO	371/75	Gabinete do ministro (BSB) – Paulo Nolding (RJ) (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	425/75	Gabinete do ministro (BSB) – Fundação Bienal de São Paulo (SP) (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	677/75	Gabinete do ministro (BSB) – Museu Villa Lobos (RJ) (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	229/75	Gabinete do ministro (BSB) – Gran Bartolo Circus (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	200126/75	Gabinete do ministro (BSB) - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (RJ) (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	202653/75	Gabinete do ministro (BSB) – Sindicato Indústria Cinematográfica (SP) (pastas extraviadas)	1975

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
*	POUO	207.261/75	Gabinete do ministro (BSB) – Manoel Diegues Junior (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	210.179/75	Gabinete do ministro (BSB) – (RJ) – Sociedade Civil de Cultura Barra – GB (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	211.774/75	Delegacia Regional do MEC – Carlos Elias Mondini Belleti (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	212.815/75	Gabinete do ministro (BSB) – Talbino Fraternali Orcioni – Roma (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	215.617/75	Gabinete do ministro (BSB) – Luiz Severiano Ribeiro S/A (CE) (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	216.539/75	Gabinete do ministro (BSB) – Julia Pardini (MG) (pastas extraviadas)	1975
*	POUO	216.954/75	Gabinete do ministro (BSB) – Sociedade Brasileira de Música Contemporânea (DF) (pastas extraviadas)	-
8.359	POUO	1.856	Departamento Assuntos Culturais – SEDUC (AL) – Plano de Aplicação - Departamento Assuntos Culturais	1976-77
8.359	POUO	1.883	Maria Alice Siaines de Castro – Concessão três diárias e passagens aéreas (Departamento Assuntos Culturais)	1976-80
8.359	POUO	1.887	Centro de Estudos José de Alencar de Ijuí (RS) – Inform. e auxílio financeiro (Departamento Assuntos Culturais)	1976-77
8.359	POUO	502	Instituto Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba – Proposta – SEDUC (Conselho Federal de Cultura)	1976-77
8.359	POUO	520	Conselho Federal Cultura – Proposições – Encontro Nacional Cultura (Conselho Federal de Cultura)	1976
8.359	POUO	521	Conselho Federal Cultura – Aprovação Câmara de Ciências Humanas (Conselho Federal de Cultura)	1976-77
8.359	POUO	522	Conselho Federal Cultura – Encontro Nacional de Cultura (Conselho Federal de Cultura)	1976-77
8.359	POUO	523/76	Conselho Federal Cultura – Comissão de Legislação e Normas (Conselho Federal de Cultura)	1976-77
8.359	POUO	38/76	Antônio Fagundes de Faria (MG) – Relação beneficiados verba Funarte	1976-77
8.359	POUO	48/76	Academia de Danças Étnicas Mercedes Baptista (RJ) – Auxílio financeiro (Funarte)	1976-77
8.359	POUO	101/76	Centro Social Presidente Kennedy, Campinas (SP) – Auxílio financeiro (Funarte)	1976
8.359	POUO	118/76	Departamento Assuntos Culturais – Divulgação programa comemoração Semana da Pátria (Funarte)	1976
8.359	POUO	572/76	Associação de Ballet do Rio de Janeiro – Auxílio financeiro – Concessão trinta bolsas (Funarte)	1976
8.359	POUO	650/76	Prefeitura Municipal de Cachoeira (BA) – Convênio com a Funarte	1976-79
8.359	POUO	158/76	Casa Misericórdia de Paraty – Instalação escritório IPHAN em Paraty (Gabinete do ministro)	1976
8.359	POUO	55/76	Secretaria de Governo de Santa Catarina – Patrocínio para grupos teatrais – SNT	1976
8.359	POUO	111/76	Teatro Ruth Escobar – Envio filmes – *Autos Sacramentais* – Serviço Nacional de Teatro – (filmes não encontrados)	1976
8.360	POUO	175/74	Embratel – Cinta (Gabinete do ministro)	1974
8.360	POUO	257/74	Festival Mondial Théatre – Divulgação (Gabinete do ministro)	1974
8.360	POUO	268/74	Associação de Membros do Icon – Conferência Internacional (Gabinete do ministro)	1974
8.360	POUO	274/74	Instituto Italiano da Cultural – Curso Musical (Gabinete do ministro)	1974

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.360	POUO	489/74	José Esteves – Projeto Cinema na Praça (Gabinete do ministro)	1974-76
8.360	POUO	076/74	Galeria de Arte Ltda – Vernissage – Divulgação no exterior (Conselho Federal de Cultura)	1974-76
8.360	POUO	121/74	Departamento de Assuntos Culturais – Programa Ação Cultural (Conselho Federal de Cultura)	1974-76
8.360	POUO	477/74	Impressão de Anais da Biblioteca Nacional	1974-75
8.360	POUO	041/74	Luiz Gonzaga Paixão – Relatório Teatro Prezewodowski (Departamento de Assuntos Culturais) – Serviço Nacional de Teatro	1974
8.360	POUO	192/74	Hilton Have Produções Artísticas S/C Ltda – Ajuda de custo para manutenção – SNT	1974
8.360	POUO	256/74	Cons. Estadual Cultura Paraíba – Projeto 01/74 Cinema e Cultura – Auxílio – Conselho Federal de Cultura	1974-76
8.360	POUO	220/74	Secretaria de Patrimônio da União – Nomeação servidor Waldir Trigueiro da Gama Departamento de Assuntos Culturais –Serviço Nacional de Teatro	1974-77
8.360	POUO		Cláudio de Souza Barradas (PA) – Sugestões curso tv e rádio (Gabinete do ministro)	1974
8.360	POUO	250/74	Departamento Assuntos Culturais – Lançamento selos - Serviço Nacional de Teatro	1974
8.360	POUO	248.046/74	Ministério da Educação e Cultura – Maria de Fátima Baird Rozas e outros DP - Seção de Comunicações	1974-80
8.360	POUO	250.102/74	Ministério da Educação e Cultura – Tânia Maria Teives Bezerra e outro – DP	1974-80
8.360	POUO	250.135/74	Ministério da Educação e Cultura– Artistas Unidos Natal (RN) – Gabinete do ministro	1974-76
8.360	POUO	250.136/74	Ministério da Educação e Cultura – Juventude Teatral de Cruz das Armas – João Pessoas (PB) – Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	254.351/74	Ministério da Educação e Cultura– Instituto Adventista de São Paulo – Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	256.413/74	Ministério da Educação e Cultura– Federação Nacional do Trabalho em Transportes Aéreos - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	257.178/74	Ministério da Educação e Cultura– Waldir Trigueiro da Gama – Colepe – DP	1974-76
8.360	POUO	257.765/74	Ministério da Educação e Cultura– Carlos Miranda - Gabinete do ministro	1974-75
8.360	POUO	260.843/74	Ministério da Educação e Cultura– Adalgisa Brandão Silva – DP	1974
8.360	POUO	265.464/74	Ministério da Educação e Cultura – Pró-Musica de Curitiba - Gabinete do ministro	1974-75
8.360	POUO	267.003/74	Ministério da Educação e Cultura – Tatiana Goloukeff – DP	1974-75
8.360	POUO	267.256/74	Ministério da Educação e Cultura – Henrique Cabral de Lima e outros – DP	1974-80
8.360	POUO	267.761/74	Ministério da Educação e Cultura – Luiz Severiano Ribeiro S/A - Gabinete do ministro	1974-75
8.360	POUO	863/74	Ministério do Interior (DF) – Mudança do Museu do Índio - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	1.163/74	Ministério das Relações Exteriores (DF) – Leilão de livros brasileiros em Londres - Gabinete do ministro	1974-75
8.360	POUO	1.213/74	Carlos Iafelice (SP) – Graduação de Obras - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	1.250/74	Festa Nacional do Folclore (DF) – Boletins - Gabinete do ministro	1974-75
8.360	POUO	1.332/74	União Cultural Brasil–Estados Unidos (SP) – Relatório anual da diretoria - Gabinete do ministro	1974

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.360	POUO	1.406/74	Instituto Histórico Medicina Salvador (BA) – Instalação de museu - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	1.663/74	Rádio Tabajara de Londrina (PR) – Transmissão - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	1.780/74	Benedito Barbosa Pupo (SP) – Entrevista – Audiência - Gabinete do ministro	1974-75
8.360	POUO	1.977/74	Colégio Estadual Zacarias de Goiás, Teresina (PI) – Pedido de filmes - Gabinete do ministro	1974-75
8.360	POUO	2.137/74	Departamento de Assuntos Culturais (GB) – Reunião resp. assuntos culturais de cada estado - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	2.224/74	Hilton Vianna (SP) – Apoio espetáculo capitais dos estados - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	2.355/74	Conjunto Musical Os Canarinhos de Ipatinga (MG) – Pede apoio financeiro - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	2.824/74	Grupo Gil Vicente do C. Est. Portugueses da UFPR – Inclusão no Plano de Ação Cultural - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	2.871/74	Irmandade de São Bartolomeu – Maragogipe (BA) – Restauração da matriz - Gabinete do ministro	1974
8.360	POUO	2.898/74	Centro Cultural de Barra do Piraí – Comunicado da criação do centro	1974
8.361	POUO	3.040/74	Colégio Estadual Severino Vieira / (BA) – Projeto extensão cultural - Contém fotografias	1974-75
8.361	POUO	3.081/74	Produções Cinematográficas – Solicita ajuda de custo	1974-76
8.361	POUO	3.132/74	Câmara dos Deputados – Indicação vaga para Geraldo Adolpho G. Vianna	1974
8.361	POUO	3.192/74	Conservatório Estadual Música – Lorenzo Fernandes – Oferecimento Conjunto Folclórico	1974
8.361	POUO	3.307/74	Centro de Tradições Populares, Sobradinho (DF) – Solicitação auxílio financeiro	1974-75
8.361	POUO	3.518/74	Universidade Federal do Pará – Inclusão no Plano de Ação Cultural	1974
8.361	POUO	3.598/74	III Jornada Brasileira de Curta Metragem, Salvador (BA) - Comunicado	1974
8.361	POUO	3.718/74	Transferência do Museu do Açúcar	1974
8.361	POUO	3.817/74	Athletic Club – São João Del Rei, (MG) – Instrução sobre direitos autorais	1974
8.361	POUO	3.898/74	Câmara Municipal de Guarapés (SP) – Programa sobre formação de bandas	1974
8.361	POUO	3.984/74	Centro Educacional de Realengo (RJ) – Painel de realizações	1974
8.361	POUO	4.244/74	Câmara Municipal de Jundiaí (SP) – Cópia requisição nº 856 – Vereador Eliozillo - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.245/74	Sindicato das Casas de Diversão do Estado da Guanabara – Comunicação de posse - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.257/74	Conselho Estadual de Cultura (RJ) – Moção nº 117/74 - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.282/74	Departamento de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura – Minuta referente a negativos de filmes brasileiros no exterior - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.289/74	Rádio Açoriana Ltda, Taquari (RS) – Exemplar de programa educativo - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.392/74	Centro de Atividades Artísticas do CEUB (DF) – II Festival Internacional de Coros - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.418/74	Universidade Federal de Minas Gerais – Solicitação ao ministro da visita de um representante - Gabinete do ministro	1974

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.361	POUO	4.475/74	Conselho Estadual de Cultura – Moção nº 123/74 – Conselheiros Paulo M. C e Silva e José N. Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.614/74	Coral Universidade Católicas – Solicita verba para transporte de cantores - Gabinete do ministro	1974-75
8.361	POUO	4.662/74	Maria Fernanda (DF) Plano de Atividades Culturais – Plano de Ação - Sugestões - Gabinete do ministro	1974-75
8.361	POUO	4.753/74	Câmara Municipal de Viçosa (MG – Cópia de Ofício o prefeito de Viçosa - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.848/74	Joaquim Teodoro – Pedido encaminhamento e verba - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.864/74	Olga Praguer Coelho (DF) – Roteiro Pelo Brasil - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	4.969/74	Instituto Nacional Cinema (GB) – Cópia obrig. filmes estr. em lab. Nacionais - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	5.098/74	Prefeitura Municipal de Muriaé (MG) – Inclusão do município no PAC - Gabinete do ministro	1974-75
8.361	POUO	5.242/74	Ministério das Relações Exteriores – Publicação Embaixada Imperial Imã - Gabinete do ministro	1974-75
8.361	POUO	5.350/74	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Tombamento do Forte Coimbra - Gabinete do ministro	1974-75
8.361	POUO	5.471/74	Prefeitura Municipal de Muriaé – Solicita município seja premiado - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	5.562/74	Câmara Municipal da Covilhã, Portugal – Tournê através do Brasil - Gabinete do ministro	1974-75
8.361	POUO	5.744/74	Centro Experimental Glauce Rocha (RJ) – Excursão pelo Plano de Ação Cultural - Gabinete do ministro	1974
8.361	POUO	5.826/74	Marlos Nobre – Co-edição de *Música Erudita Brasileira* - Gabinete do ministro	1974-75
8.361	POUO	5.827/74	Governo do Estado Rio Grande do Sul – Carta Cultural de São Miguel das Missões - Gabinete do ministro	1974-75
8.361	POUO	5.896/74	Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor – Apoio divulgação tema-enredo - Gabinete do ministro	1974-75
8.361	POUO	5.965/74	Pró-Música de Curitiba –(PR) – solicita verba e andamento processo nº 254.246/74 - Gabinete do ministro	1974-75
8.362	POUO	1.435/76	Ivan Pinheiro Moreira – Gratificação por tempo de serviço – Serviço Nacional de Teatro	1976-77
8.362	POUO	94/76	Museu Histórico Nacional – Associação dos Aposentados Marinha Mercante – Ney Panisset	1976-77
8.362	POUO	135/76	Instituto Histórico Geográfico Alagoas – Auxílio financeiro – Aquisição de máquina escrever (Conselho Federal de Cultura)	1976-77
8.362	POUO	444/76	Crédito Suplementar – OSN (Serviço Rádio Difusão Educativa)	1976
8.362	POUO	5.734/76	Museu Villa Lobos – Conserto de piano (Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura)	1976-82
8.362	POUO	200.335/76	Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, São Gonçalo (RJ) – Apresentação pública – Orquestra Sinfônica - Gabinete do ministro	1976
8.362	POUO	201.072/76	Governo Estado Ceará – Auxílio financeiro – II [..] Exposição Artesanato Nordestino - Gabinete do ministro	1976
8.362	POUO	201.325/76	Solano Santos de Moraes – Termo de opção (DP - Ministério da Educação e Cultura)	1976-77
8.362	POUO	201.327/76	Cândida Maria do Nascimento Carpi – Opção servidora (DP)	1976
8.362	POUO	201.328/76	Luiz Paulo Barbosa Anselmo – Opção servidor (DP)	1976-77
8.362	POUO	201.897/76	Prefeitura Municipal de Santos (SP) – Auxílio financeiro para construção do Teatro Municipal - Gabinete do ministro	1976

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.362	POUO	201.992/76	Ângela Maria de O. Paiva – Retificação de nome em virtude de casamento (DP - Ministério da Educação e Cultura)	1976
8.362	POUO	208.879/76	Embrafilme (RJ) – Informação planos e participação oficial nos festivais (DP - Administração)	1976
8.362	POUO	210.031/76	Geraldo Farina – Fornecimento LP e material didático (CNMC)	1976
8.362	POUO	210.912/76	Jarbas D'Avila Vilela e outro – Proposta curso egiptologia (Departamento Administração)	1976
8.362	POUO	212.143/76	Teatro Estadual de Pesquisa – Grupo Amador de Teatro Santos – Auxílio locomoção	1976
8.362	POUO	214.577/76	Proposta aumento de diret. Embrafilme	1976
8.362	POUO	215.429/76	Djalma Rodrigues de Souza – Informação sobre trabalho	1976-78
8.362	POUO	215.487/76	Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS) – Auxílio concerto Centro Cultural de Música da Universidade	1976
8.362	POUO	221.052/76	Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Recurso para obras do Museu Arqueológico	1976-77
8.362	POUO	232.198/76	Maria José dos Santos – Gratificação quinquenal	1976-77
8.362	POUO	233.081/76	Embrafilme – Jon Tob Azulay – Requisição servidor	1976
8.362	POUO	234.210/76	Dinart Abrantes Norat – Pagamento quinquênio (Departamento Administração)	1976-81
8.362	POUO	236.543/76	Convite para representante do INL e para Feira do Livro de Frankfurt	1976-77
8.362	POUO	242.962/76	Nylce Almeida Schmidt – Retificação de nome	1976-81
8.362	POUO	248.141/76	Universidade Federal do Ceará – Informações ofício nº 1.424/76	1976-80
8.362	POUO	249.049/76	Paulo Rodrigues de Oliveira – Retificação Plano Classificação Cargos	1976-80
8.362	POUO	249.471/76	Universidade Federal da Paraíba – Remessa plano de curso	1976-80
8.362	POUO	250.152/76	Valéria Rocha Neils – Dipensa grupo tarefa	1976-77
8.362	POUO	250.393/76	Coordenação Campo do Mobral – Projeto Execução do 1º Festival Folclórico Transamazônica (Funarte)	1976-77
8.362	POUO	253.883/76	Instituto Maria Auxiliadora de Goia – Auxílio financeiro conclusão de obras (Departamento Administração)	1976-77
8.362	POUO	254.364/76	Empresa Brasileira de Turismo – Exposição nos Estados Unidos da América sobre artesanato do Brasil	1976
8.362	POUO	254.508/76	Universidade Federal Pernambuco – Solicita presença Maria Alice Siaines de Castro em congresso	1976
8.362	POUO	254.596/76	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – Solicita verba especial	1976-77
8.362	POUO	257.628/76	Waldir Triqueiro da Gama	1976-77
8.362	POUO	259.592/76	Consuelo Moura de Oliveira – Consulta sobre redistribuição de servidor (Seção de Comunicação)	1976-77
8.362	POUO	259.970/76	Universidade Federal do Rio De Janeiro – Estudo Problemas Brasileiros (Departamento Administração)	1976-80
8.362	POUO	263.159/76	Américo Carlos Souza - Cancelamento salário família (Departamento Administração)	1976-77
8.368	POUO	13/77	Faculdades Integradas Simonsen – Reprodução facsimilar do decreto 4, de criação da bandeira republicana (Biblioteca Nacional)	1977-79
8.368	POUO	2.708/77	Clementino Luiz de Jesus – Requisição - Ministério da Educação e Cultura - Departamento de Assuntos Culturais (Instituto Nacional Estudos Pesquisas Educacionais)	1977-79
8.368	POUO	1.190/77	Museu Histórico Nacional – Cópia do ofício nº 615/77 – Administração – Aquisição material permanente	1977

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.368	POUO	4.565/77	Biblioteca Estadual de Niterói (RJ) - Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura	1977
8.368	POUO	201.467/77	Encontro Nacional de Cultura - Gabinete ministro	1977
8.368	POUO	709/77	Escola Salesiana São José, Campinas (SP) – Funarte – Celebração convênio	1977-79
8.368	POUO	924/77	Departamento de Assuntos Culturais (RJ) – Exposição do pintor Rosalino Ribeiro - Fundação Nacional de Artes	1977-79
8.368	POUO	109.924/77	Projeto Microfilmagem dos jornais DES - Coleções oferecidas acervos sobre setor (Seção de Comunicações do MEC)	1977-79
8.368	POUO	211.830/77	Recebimento ofício nº 227/77 (Seção de Comunicações do MEC)	1977-79
8.368	POUO	214.982/77	Tânia Maria Teives Bezerra – Alteração de nome para Tânia Maria Frejat (Departamento Administração do MEC)	1977-81
8.368	POUO	216.552/77	Esclarecimento circular 01/77 (Seção de Comunicações do MEC)	1977
8.368	POUO	217.242/77	Museu Villa Lobos (RJ) – Contrataçãode museóloga (Seção de Comunicações do MEC)	1977-79
8.368	POUO	225.714/77	Universidade Federal Ceará – Plano aplicação Bolsa Trabalho Arte (Departamento Administração do MEC)	1977
8.368	POUO	227.009/77	Prefeitura Municipal Presidente Prudente (SP) – Auxílio para biblioteca (Seção de Comunicações do MEC)	1977
8.368	POUO	227.892/77	Problemas de Pessoal da Biblioteca Nacional (Departamento Administração do MEC)	1977-78
8.368	POUO	233.038/77	Naida Costa Pereira – Gratificação quinquenal (Departamento Administração do MEC)	1977-81
8.368	POUO	233.924/77	Manuel Afonso de Carvalho Neto – Gratificação quinquenal (Departamento Administração do MEC)	1977-81
8.368	POUO	233.926/77	Adalberto Rodrigues de Araújo - Gratificação quinquenal (Departamento Administração do MEC)	1977-81
8.368	POUO	2.35281	Vlademir José Beício - Ofício nº 437 – Ind. DAI (Departamento Administração do MEC)	1977-81
8.368	POUO	3.25524	Solicitação manifestação do ministro sobre doação Palácio das Laranjeiras (Departamento Administração do MEC)	1977-79
8.368	POUO	2.44800	Col. Dom Bosco Rio do Sul – SC – Auxílio financeiro conclusão Casa de Cultura (Departamento Administração do MEC)	1977
8.368	POUO	2.46019	Prefeitura Municipal de Garanhuns (PE) – 1º Centenária do Município de Garanhuns (Departamento Administração do MEC)	1977-78
8.368	POUO	2.47864	Alcyr de Souza Coelho – Reconsideração despacho nº 33 de 16/07/77 (Departamento Administração do MEC)	1977-78
8.368	POUO	2.48630	Walter Moreira – Termo de declaração da 3ª DP do DGP (Departamento Administração do MEC)	1977-80
8.368	POUO	2.57461	Urbino de Freitas Martins Centeio – Gratificação quinquenal (Departamento Administração do MEC)	1977-81
8.368	POUO	2.58457	Grêmio Recreativo Vilage do Samba – Nova Friburgo (RJ) – Auxílio financeiro (Departamento Administração do MEC)	1977-79
8.368	POUO	2.59063	Giuseppe Pacifici - Gratificação quinquenal (Departamento Administração do MEC)	1977-78
8.368	POUO	2.59380	Universidade Federal Ceará – Relação de professores orientadores (Departamento Administração do MEC)	1977
8.368	POUO	2.60594	Haroldo Paula de Araújo – Averbação de tempo de serviço (Departamento Administração do MEC)	1977-80
8.368	POUO	2.60919	Relatório situação do prédio do Palácio do Catete (Departamento Administração do MEC) - Contém fotografias	1977-79
8.371	POUO	928/78	Instituto N. S. Auxiliadora (RJ) – Auxílio financeiro aquisição equipamentos biblioteca	1978-80

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.371	POUO	938/78	Instituto Histórico Geográfico de Alagoas - Auxílio financeiro instalação de laboratório de conservação	1978
8.371	POUO	983/78	Sociedade Civil Colégio Moderno (PA) – Auxílio financeiro pesquisa	1978-79
8.371	POUO	1.012/78	Sociedade Brasileira Instrução (RJ) – Auxílio financeiro programa cultural Centro Cultural Candido Mendes	1978-79
8.371	POUO	2.089/78	Departamento de Assuntos Culturais – Implementação Sistema Nacional Museus – Inst. Coord. Nacional de Museus – Projeto de minuta portaria - Gabinete do ministro	1978
8.371	POUO	3.077/78	Ministério Relações Exteriores (DF) – Cultura Brasil – Itália – 1ª Convenção Internacional - Gabinete do ministro	1978
8.371	POUO	4.429/78	Prefeitura Municipal Curitiba (PR) – Auxílio financeiro – Fundação Cultural Curitiba - Gabinete do ministro	1978-79
8.371	POUO	4.863/78	Ministério Relações Exteriores (DF) – Política Desenvolvimento Cultural Província de Quebec – Canadá - Gabinete do ministro	1978
8.371	POUO	5.443/78	Câmara Municipal Barretos (SP) – Apoio realização Festa do Boiadeiro - Gabinete do ministro	1978
8.371	POUO	842/78	Coordenação do Projeto Controle do Acervo da Biblioteca Nacional	1978-79
8.371	POUO	723/78	Museu Antropológico Diretor Pestana da FIDENE (RS) – Verba realização projeto (Funarte)	1978
8.371	POUO	1.064/78	Museu Regional de Areia (PB) – Auxílio financeiro restauro e adequação (Funarte)	1978
8.371	POUO	210.026/78	Fundação Norte Min. Ensino Superior Montes Claros (MG) – Informação possibilidade de inclusão Sistema Nacional Museus (Departamento Administração do MEC)	1978
8.371	POUO	218.110/78	Célia Maria Corsino – Transferência do para Museu Edson Carneiro – Função Chefe (Departamento Administração do MEC)	1978-81
8.371	POUO	201.994/78	Geraldina Ramos Cabral – Solicitação cont. salário família (Delegacia Regional (GB) – Subsetor de Comunicação do MEC)	1978-81
8.371	POUO	218.747/78	Oscar de Oliveira – Levantamento do acervo do Museu Arquidiocesano de Mariana (Departamento Administração do MEC)	1978-80
8.371	POUO	219.794/78	Fundação Cultural Amazonas – Conv. Financiamento pesquisa e seleção material museológico (Departamento Administração)	1978
8.371	POUO	220.489/78	Associação Piolin de Artes Circenses (SP) – Exemplar monografia Artes Circenses (Departamento Administração do MEC)	1978-79
8.371	POUO	232.911/78	Ana Tereza Maria Gudino – Revisão de prova TAC (Departamento Administração)	1978-81
8.371	POUO	238.767/78	Prefeitura Municipal de Três Corações (MG) - Doação material gravador, videocassete, etc (Departamento Administração do MEC)	1978
8.371	POUO	239.432/78	Prefeitura Municipal Divinópolis (MG) – Ante-projeto Centro Cultural Artístico Luso Brasileiro (Departamento Administração do MEC)	1978
8.371	POUO	241.876/78	AC – Mobilização de recursos para execução de plano (Departamento Administração do MEC)	1978
8.371	POUO	246.261/78	Íris de Carvalho – Gratificação quinquenal (Seção de Comunicações do MEC)	1978-81
8.371	POUO	247.026/78	Fundação Educacional Bauru (SP) – Auxílio financeiro aquisição de passagens – Grupo teatro (Seção de Comunicações do MEC)	1978-80
8.371	POUO	274.634/78	Indicação representante trabalho do Pronec – (Seção de Comunicações do MEC)	1978-79
8.371	POUO	248.619/78	Prefeitura Municipal Laguna (SC) – Auxílio financeiro execução projeto I – Treinamento (Seção de Comunicações do MEC)	1978-80
8.374	POUO	202.447/79	Paulo Rodrigues de Oliveira – Restab. salário família (Seção de Comunicações do MEC)	1979
8.374	POUO	205.261/79	Solicita verba para construção depósito material (Seção de Comunicações do MEC)	1979-80

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.374	POUO	210.041/79	Almerinda Meira Antunes e Dutra – Designação servidor – Museu Villa Lobos (Seção de Comunicações do MEC)	1979-80
8.374	POUO	211.856/79	Yelda de M. Moreria – Designação servidor (Seção de Comunicações do MEC)	1979-80
8.374	POUO	213.131/79	Son Indústria e Comércio – Plano Marketing – Marcus Pereira (Seção de Comunicações do MEC)	1979
8.374	POUO	217.008/79	Delegacia Regional - Minas Gerais – Programa Universitário de Integração Regional da Cultura (Seção de Comunicações do MEC)	1979
8.374	POUO	217.457/79	Cândida Maria do Nascimento Carpi – Solicitação salário família (Seção de Comunicações do MEC)	1979-81
8.374	POUO	218.040/79	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Disposição servidor Sérgio Guerra Duarte (Seção de Comunicações do MEC)	1979
8.374	POUO	218.576/79	Prefeitura Municipal Cachoeira do Sul – Auxílio financeiro obras "Salão do Artista" (Seção de Comunicações do MEC)	1979
8.374	POUO	223.610/79	Editora Cátedra – Proposta aquisição de livros (Seção de Comunicações do MEC)	1979-80
8.374	POUO	224.285/79	Associação Servidores Civis Brasil – Auxílio financeiro – Jornal da ASCB (Seção de Comunicações do MEC)	1979
8.374	POUO	224.386/79	Instituto Histórico Geográfico Alagoas – Manutenção	1979-80
8.374	POUO	224.391/79	Governo do Estado do Ceará - Auxílio financeiro projeto capacitação recursos humanos para área da cultura	1979-81
8.374	POUO	225.391/79	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - Auxílio financeiro para programa pesquisa e projetos culturais	1979
8.374	POUO	226.837/79	Prefeitura Municipal Orleans (SC) – Verba para realização da 5ª Semana Cultural Orleans	1979-80
8.374	POUO	229.365/79	Museu Villa Lobos – Concessão de duas horas extras diárias a Francisco L. da A. Fonseca	1979-81
8.374	POUO	229.694/79	Instituto Nordestino Trabalho Educação e Cultura – Araçatuba - Auxílio financeiro para construção de teatro	1979-81
8.374	POUO	230.933/79	Emy Albuquerque Pangela – Pagamento atraso gratificação quinquenal	1979-81
8.374	POUO	230.934/79	Naum Straitmain - Pagamento gratificação quinquenal	1979-80
8.374	POUO	234.172/79	Subsecretaria de Assuntos Culturais – Ministério da Educação e Cultura – Residências no recinto do Museu Imperial	1979
8.374	POUO	236.965/79	Empresa Paranaense de Turismo - Auxílio financeiro	1979
8.374	POUO	237.391/79	Prefeitura Municipal de Estrela – Medidas e recursos projeto de construção do Centro Cultural de Estrela	1979
8.374	POUO	238.768/79	Universidade Federal de Sergipe – Comunicado II Festival de Arte em São Cristóvão	1979
8.374	POUO	239.901/79	Museu Imperial – Sugestão segurança sob responsabilidade da Força Militar aquartelada em Petrópolis	1979
8.374	POUO	239.851/79	Jenny Dreyfus – Pagamento de atrasados	1979-81
8.374	POUO	241.632/79	Nilton Bello Thonpson Viegas – Gratificação quinquenal	1979-81
8.374	POUO	241.633/79	Therezinha Mendes Lessa – Cancelamento salário família	1979-80
8.374	POUO	252.717/79	Secretaria Comunicação Social – Presidência Departamento – Projeto Cultura – Brasil	1979-80
8.374	POUO	242.781/79	Universidade Federal Paraná – Auxílio financeiro – 2º Festival de Arte e Tradições Populares	1979
8.374	POUO	256.215/79	José da Silva Rebela Neto - Cancelamento salário família	1979-80
8.374	POUO	280/79	Projeto de lei nº 55/79 - Gabinete do ministro	1979-80

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.374	POUO	2131/79	Departamento de Letras Germânicas da Faculdade de Letras da UFMG– Formulário de ref. ajuda de custo - Fundação Nacional de Artes	1979
8.374	POUO	1.086/79	Instituto Nacional de Música (RJ) – Colaboração servidor Irene Rodrigo O. Moutinho - Fundação Nacional de Artes	1979
8.374	POUO	1.625/79	Fundação Educacional Padre Landell de Moura (RS) – Auxílio financeiro projeto Estórias para Crianças - Fundação Nacional de Artes	1979-81
8.374	POUO	706/79	Prefeitura Municipal Independência (RS) – Auxílio financeiro – Projeto Desenvolvimento Educação (FNDE)	1979
8.379	POUO	39/80	Fundação Casa de Rui Barbosa – XVI Congresso Inter. Filologia e Lingüística Românicas	1980
8.379	POUO	1.355/80	Ronaldo Menegaz – Requisição salário família (Biblioteca Nacional)	1980-81
8.379	POUO	680/80	Unesco – Paris – Exposição circulante Pinturas Chinesas - Fundação Nacional de Artes	1980
8.379	POUO	829/80	Ruth Escobar Promoções Culturais – Projeto UT – Funarte	1980-81
8.379	POUO	147/80	Carlos Cão Jr – Prop; Projeto Primeira Amostragem Novos Talentos Música Brasileira e Feiras Livre Cult. - Fundação Nacional de Artes	1980
8.379	POUO	164/80	Fundação Educativa Cultural – Miguel Motta – Reconstrução Casa do Poeta Popular (PB) (Funarte)	1980
8.379	POUO	1.085/80	Colégio Estadual Severino Vieira (BA) – Auxílio financeiro promoção eventos - Fundação Nacional de Artes	1980
8.379	POUO	1.300/80	Universidade Federal Feira Santana (BA) – Projeto preservação memória fotográfica Feira Santana (Solicita) - Fundação Nacional de Artes	1980-81
8.379	POUO	569/80	Lindolpho Joaquim Vivas – Concessão salário família (Museu Histórico Nacional)	1980-81
8.379	POUO	192/80	Agnaldo Antônio de Azevedo – Auxílio financeiro – Cópia filme *Carbonado ou Xique Xique And*. (Conselho Federal de Cultura)	1980
8.379	POUO	787/80	Maurício Soares Dottori – Prov. pagamento bolsas – DAA (Delegacia Regional)	1980
8.379	POUO	200.606/80	Clube dos Poetas Cearenses –Situação do clube e pede providências (Seção de Comunicações do MEC)	1980
8.379	POUO	201.890/80	Subsecretaria de Assuntos Culturais – Auxílio financeiro para 1980 (Seção de Comunicações do MEC)	1980
8.383	POUO	266/81	Osmar Antônio Justino – Cancelamento salário família (Museu Histórico Nacional)	1981
8.383	POUO	368/81	Lauryston Gomes Pereira Guerra – Salário família (Museu Histórico Nacional)	1981
8.383	POUO	1.274/81	Janira Ramos de Araújo – Encaminha requerimento - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1981
8.383	POUO	46/81	Valdeci Moraes Venceslau - Cancelamento salário família (Biblioteca Nacional)	1981
8.383	POUO	1.017/81	Antenor José Alves - Cancelamento salário família – Biblioteca Nacional	1981
8.383	POUO	115/81	Moacyr de Oliveira Coelho - Cancelamento Salário Família –Museu Imperial	1981
8.383	POUO	710/81	Congresso Mundial Federação Internacional de Professores, V – Solicita Subvenção (Delegacia Regional do MEC)	1981
8.383	POUO	851/81	Superintendência Desenvolvimento Região Centro-Oeste (DF) – Auxílio financeiro – III Mostra de Arte e Artesanato - Fundação Nacional de Artes	1981
8.383	POUO	1.978/81	Caravana dos Artistas Líricos (RJ) – Auxílio financeiro XV Concurso Nacional de Canto Carmen Gomes (Funarte)	1981-82

Processos de outros órgãos (POUO)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.383	POUO	2.225/81	Universidade Federal Ceará – Auxílio financeiro – Realização 3º Congresso Nacional Sócio e Etnolinguística Fundação Nacional de Artes	1981-82
8.504	POUO		CETRE – Programa de estudo personalizado para ascensão funcional (Apostilas)	1981
8.504	POUO		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Relatório – Programa rçamentário - Agenda - Reunião	1972-80
8.505	POUO		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Diversos	1980-81
8.505	POUO		Fundação Mudes – Projetos – Relatórios – Perspectiva universitária – Coordenação de Pesquisa – Acordo – Proposta	1976-81
8.505	POUO		Ministério da Educação e Cultura –Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública – CODEAU – Treinamento Programado à Distância (Módulos I e II)	1980
8.389	POUO		Documentos diversos: Relatórios - Correspondência sobre conferências e seminários - Encontros sobre política cultural - Preservação de patrimônio e outros assuntos (Unesco)	1968-80
8.390	POUO		Documentos diversos: Relatórios - Correspondência sobre conferências e seminários - Encontros sobre política cultural - Preservação de patrimônio e outros assuntos (Unesco)	1968-80
8.391	POUO		Documentos diversos: Relatórios - Correspondência sobre conferências e seminários - Encontros sobre política cultural - Preservação de patrimônio e outros assuntos (Unesco)	1968-80
8.392	POUO		Documentos diversos: Relatórios - Correspondência sobre conferências e seminários - Encontros sobre política cultural - Preservação de patrimônio e outros assuntos (Unesco)	1968-80

Propostas e Projetos de Pesquisa (PPES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.454	PPES		Subsecretaria de Estudo, Pesquisa e Referência Cultural	1979-81
8.454	PPES		Correspondência – Coordenação de Pesquisa	1979-81
8.454	PPES		Documentos diversos para discussão interna – Coordenadoria de Pesquisas	1980
8.454	PPES		Centro Nacional de Referência Cultural – Publicação Amaro de Tracunhaem	1978
8.454	PPES		Centro Nacional de Referência Cultural – III Curso Interamericano de Administração Cultural, Política e Gerência	1978
8.454	PPES		Centro Nacional de Referência Cultural – Relatório técnico	1977
8.454	PPES		Centro Nacional de Referência Cultural – Relatório técnico I e II	1975
8.454	PPES		Construção Teatro Popular – Vitória (ES) – Ajuda financeira	1973
8.454	PPES		Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes – Blumenau (SC)	1981
8.454	PPES		Construção Teatro Popular – Vitória (ES) – Ajuda financeira	1972-74
8.454	PPES		Plano de divulgação da música erudita brasileira no exterior	1974
8.454	PPES		Associação Coral de Florianópolis – Indenização	1974
8.455	PPES		Teatro Municipal de Niterói – Reforma e modificação	1973
8.455	PPES		Encyclopaedia Britannica do Brasil – Proposta	1975
8.455	PPES		Departamento de Assuntos Culturais – Gerente do Plano de Ação Cultural solicita reserva de auditório na sobreloja do Palácio da Cultura	1974
8.455	PPES		Museu Histórico Visconde São Leopoldo – Auxílio financeiro	1973
8.455	PPES		Pesquisa e Restauração de Acervo Musical Século XVIII encontrado em Mariana (MG)	1973
8.455	PPES		Fundação Atividades Cultural de Niterói – Projeto Memória Histórica das Camadas Populares de Niterói	1979
8.455	PPES		Fundação Artística Cultural de Niterói – Projeto Memória Histórica das Camadas Populares de Niterói	1980
8.455	PPES		Projeto Rondon – Campus avançado	1981
8.455	PPES		Projeto de Pesquisa 'Da Importância de André Rebouças como Reformador Social'	1978
8.455	PPES		Proposta de criação efetiva Assessoria Especial de Cultura – Departamento de Assuntos Culturais	1976
8.455	PPES		Projeto Casa do Artesão e Cooperativa dos Artesãos de Lages (SC)	1980
8.455	PPES		Subsídios para elaboração de uma proposta para a universidade	1980
8.455	PPES		Projeto Preservação das Tradições Musicais Brasileiras Através do Ensino e Comum. Contemporânea	-
8.455	PPES		Projeto Fortaleza: A Cultura da Sobrevivência	1980
8.455	PPES		Projeto Manifestação Artística, Religiosa e Recreativas na Favela da Mangueira	1980
8.455	PPES		Produção Cultural de Sobrevivência Simbólica – Relatório parcial e final – Mangueira	1980
8.455	PPES		Projeto Manifestações Culturais e Produção de Sobrevivência Região Metropolitana Recife	1980
8.455	PPES		Pesquisa 'Manifestações Culturais e Produção da Sobrevivência nas Comunidades de Baixa Renda da Região Metropolitana de Recife'	1980
8.456	PPES		Centro Josué de Castro – Convênio – Ministério da Educação e Cultura – Fundação Nacional de Artes	1980

Propostas e Projetos de Pesquisa (PPES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.456	PPES		Centro Josué de Castro – 'Manifestações Culturais e Produção da Sobrevivência nas Comunidades de Baixa Renda da Região Metropolitana de Recife'	1979
8.456	PPES		Pesquisadores Associados em Ciências Sociais (RJ) – Relatório pesquisa para obtenção indicadores culturais	1980
8.456	PPES		Auxílio financeiro estudo da estratégia de sobrevivência de duas comunidades de baixa renda – Antares e Cabuçu	1980
8.456	PPES		Projeto Piloto de Educação Pluri-Cultural - Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil	1979
8.456	PPES		Plano Setorial de Educação e Cultura, II – Projeto Aperfeiçoamento Substituição Informações Estatísticas	1980
8.456	PPES		Projeto pesquisa 'Uma Proposta à Formulação de Indicadores Culturais a Partir Estudos Áreas Carentes'	1980
8.456	PPES		Projeto pesquisa para obtenção de indicadores culturais	1980
8.456	PPES		Projeto pesquisa circuito piloto / projeto circuito escolar	1979-83
8.456	PPES		Questionário para estatísticas de cultura – Prof. Joaquim da Costa Pinto Netto	1980
8.456	PPES		Fundação Casa de Rui Barbosa – Reformulação plano de aplicação	1979
8.456	PPES		Capacitação profissional e revitalização de comunidade urbanas e rurais – Projeto Tiradentes	1979-81
8.456	PPES		Relatório – Pesquisa das atividades artesanais em Tracunhaém	1981
8.456	PPES		Projeto Meigão – Movimento de Educação Integrada Gente Amiga	1980-81
8.456	PPES		Fundação Nacional Pró-Memória – Relatório projeto Prosa e Verso	1982
8.456	PPES		Projeto 'Indicadores Culturais Morro São Carlos, Caxias e Irajá'	1980
8.456	PPES		Instituto de Música da Universidade Católica de Salvador	1975
8.457	PPES		Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – Relatório	1975
8.457	PPES		Relatório sobre a situação do Arquivo Público de Alagoas	1976
8.457	PPES		Plano Nacional de Cultura – Fundação Cultural do Espírito Santo (ES) – Recibos	1970
8.457	PPES		Organização do Museu Histórico de Sergipe	1973
8.457	PPES		Projeto de Pesquisa – Produção cultural nas periferias urbanas	-
8.457	PPES		Desenvolvimento Cultural Através da Educação	1980
8.457	PPES		Projeto 'Interiorização de Atividades Culturais'	1980
8.457	PPES		Projeto Universidade - Fundação Nacional de Artes	1979
8.457	PPES		Projeto criação de clube de rua no Leme	-
8.457	PPES		Projeto pesquisa: 'Avaliação sócio antropológica dos centros sociais urbanos Norte e Nordeste'	1978
8.457	PPES		Projeto 'Dinamização Sócio-Cultural das Cidades Patrimônio'	1979
8.457	PPES		Projetos de diversas instituições culturais	1980
8.457	PPES		Fundação Rio – Projeto 'Corredor Cultural' – Plano de trabalho	1979-80
8.457	PPES		(Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Universidade Federal de Ouro Preto – Prefeitura Municipal de Ouro Preto – Projeto 'Revitalização do Mercado Municipal de Ouro Preto'	1981
8.457	PPES		Escola de Cultura – Sociedade Brasileira de Cultura (SP)	1980
8.457	PPES		Faculdade Musical Palestrina	1975

Propostas e Projetos de Pesquisa (PPES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.457	PPES		Casa de José de Alencar – Prestação de contas	1975
8.457	PPES		(Plano de Ação Cultural) – Departamento de Assuntos Culturais – Museu das Bandeiras (GO)	1973-74
8.457	PPES		Museu Afro Brasileiro	-
8.457	PPES		Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais	1978
8.457	PPES		Pesquisas – Folclore: Roteiro para pesquisas Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (MG)	1977
8.458	PPES		Projeto 'Programa de Teatro de Periferia'	1980
8.458	PPES		Projeto 'Inventário dos Bens Culturais Móveis e Imóveis do Estado do Rio Grande do Norte'	1980
8.458	PPES		Fundação José Augusto – Projeto 'Literatura Potiguar' - Rio Grande do Norte - Coleções	1980
8.458	PPES		Fundação José Augusto – Projeto 'Literatura Potiguar' - Rio Grande do Norte – Coleções poéticas	1980
8.458	PPES		Fundação José Augusto – 'Projeto Literatura Potiguar' - Rio Grande do Norte - Biografia	1980
8.458	PPES		Fundação José Augusto – 'Projeto Literatura Potiguar' - Rio Grande do Norte – Ficção	1980
8.458	PPES		Fundação José Augusto – 'Projeto Literatura Potiguar' - Rio Grande do Norte – Historia do Rio Grande do Norte	1980
8.458	PPES		Fundação José Augusto – Projeto 'Literatura Potiguar' - Rio Grande do Norte – Ensaios	1980
8.458	PPES		Os discursos do mamulengo – Uma proposta de análise da influência da platéia	1981
8.458	PPES		Mobral – Projetos diversos	1978-80
8.458	PPES		Projeto Levantamento das Entidades Culturais e das Fontes de Apoio – Financiamento Área Cultural	1982
8.458	PPES		Núcleo de Cultura Popular – Projetos diversos	1980
8.458	PPES		Parecer da Coordenação de Capacitação de Recursos Humanos - SUAM	1979-80
8.458	PPES		Projeto Rondon - Diversos	1980
8.459	PPES		Projeto 'Investigação Participativa na Lagoa do Piotó' – Rio Grande do Norte	1980
8.459	PPES		Projeto' Memória História das Camadas Populares de Niterói'	1980
8.459	PPES		Projeto da Fundação Joaquim Nabuco 'As Manifestações Culturais na Zona Canavieira de Pernambuco'	1979-80
8.459	PPES		Pesquisa: A Umbanda no Rio de Janeiro	1980
8.459	PPES		Projeto Cineduc (Cinema e Educação) - Ligação FCBTUE	1980
8.459	PPES		Pesquisa domiciliar sobre programação de rádio e televisão - Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	1980
8.459	PPES		Pesquisa 'O Folclore como Ritual' – 1º Relatório – Museu Nacional	1976
8.459	PPES		Projeto 'Thesaurus Internacionais de Ciências Sociais' – Casa Rui Barbosa	1977
8.459	PPES		Capacitação de recursos humanos para área de cultura – Governo do Estado do Ceará – Secretaria de Cultura e Desporto	1980
8.459	PPES		Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – Recife (PE)	1978
8.459	PPES		Proposta de revitalização dos conselhos estaduais de cultura	1980
8.459	PPES		Projeto 'Circuito de Expansão Artística Popular do Nordeste'	1980

Propostas e Projetos de Pesquisa (PPES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.459	PPES		Projeto de pesquisa: 'O Papel da Cultura na Formação das Força de Trabalho da População'	1980
8.459	PPES		Projeto Blocos – 'Periferia de Salvador'	1980
8.459	PPES		Projeto História e Cinema – 'Bandidos Sociais no Brasil'	1980
8.459	PPES		Pronasec - Rural	1980
8.459	PPES		Programa Nacional de Ações Sócio Educativas e Culturais para o Meio Rural	1979-80
8.460	PPES		Grupo de trabalho – Educação no meio rural	1977
8.460	PPES		Proposta de trabalho conjunto Prodasec - Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.460	PPES		Programa de ações sócio educativas e culturais para populações carentes do meio urbano – Prodasec - Urbano	1979-80
8.460	PPES		Prodasec - Urbano – Portaria nº 01	1980
8.460	PPES		Seminário Internacional de Educação, Formação Profissional e Emprego nas Periferias Urbanas	1980
8.460	PPES		Relatórios de viagens e atividades – Prodasec - Urbano	1980
8.484	PPES		Projeto bolsa de estudo Trabalho e Arte	-
8.484	PPES		Projeto Memória	1982
8.484	PPES		Encontro Nacional do Programa, I	1978
8.484	PPES		Relatórios	1978
8.484	PPES		Bolsa Profissionalizante Cultural – Departamento de Assuntos Culturais - Fundação Nacional de Artes - Departamento de Administração Escolar	1977
8.484	PPES		Universidade Estadual de Campinas – Implantação questionário para alunos candidatos à bolsa Trabalho e Arte	1979
8.484	PPES		Originais dos relatórios – I 2ª Etapa – IES / II 4ª Etapa da Nova IES (Instituição de Ensino Superior)	1976-77
8.485	PPES		Material Encontro Bolsa Arte	1976-78
8.485	PPES		Roteiro Programa Bolsa Trabalho Arte	1976
8.485	PPES		Correspondência	1979
8.485	PPES		Protocolo de intenções	1975
8.485	PPES		Relatório do período janeiro a dezembro de 1980 e outros documentos	1977-79
8.485	PPES		Projeto para criação da Assessoria Especial da Cultura AIES (Instituição de Ensino Superior) – ASEC – IES Plano Trabalho	1976
8.486	PPES		Ofícios – Do diretor-geral do DAEP para diretor-geral	1979
8.486	PPES		Correspondência recebidas I Encontro Programa Bolsa Arte	1978
8.486	PPES		Registro textual das Gravações do Encontro Bolsa Arte	1978
8.486	PPES		Proposta para Reunião de Coordenadores do Projeto Universidade	1976
8.486	PPES		Informação – Bolsa Trabalho Arte	1978
8.486	PPES		Minuta de ofício	1976
8.487	PPES		Correspondência recebida sobre encontro programa Bolsa Arte	1978
8.487	PPES		Relatório	1977

Propostas e Projetos de Pesquisa (PPES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.487	PPES		Funarte (Fundação Nacional de Artes) – Codecrau – Projeto Universidade	1977
8.487	PPES		Departamento de Assuntos Culturais –Departamento de Assuntos Universitários – Departamento de Administração Escolar	1976
8.487	PPES		Listagem preliminar - centros universitários	1976
8.487	PPES		Universidade Federal Espírito Santo – Convênio Bolsa Trabalho Arte	1976
8.487	PPES		Coordenação Assuntos Literários	1976
8.487	PPES		Programa especial Bolsa Trabalho - Extensão – Ministério da Educação e Cultura – Departamento de Assuntos Culturais – Departamento de Assuntos Universitários – Departamento de Administração Escolar	1976
8.308	PPES		Relatório – Encontro Regional – Universidades do Nordeste	1979
8.308	PPES		Relatório – Ministério da Educação e Cultura – Subsecretaria de Assuntos Culturais –Departamento de Administração Escolar	1979
8.308	PPES		Ofícios – Relatórios – Reuniões	1977-78
8.308	PPES		Relatório programa Bolsa Trabalho	1977
8.308	PPES		Relatório Fundação Universidade do Amazonas	1976
8.308	PPES		Projeto Bolsa Trabalho Arte	1981
8.308	PPES		Projeto e fichas de avaliação	1979
8.489	PPES		Programa Bolsa / Arte / Arte – 1977	1977
8.489	PPES		Pasta geral	1978
8.489	PPES		Publicação *Diário Oficial* – Extratos e convênios IES	1977
8.489	PPES		Documentação de faculdades	-
8.489	PPES		UFRN – Universidade Federal Rio Grande do Norte	1977
8.489	PPES		UFPB – Universidade Federal da Paraíba	1976
8.489	PPES		UFCE – Universidade Federal do Ceará	1976
8.490	PPES		UF(BA) – Universidade Federal da Bahia	1977
8.490	PPES		UE(RJ) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro	1976
8.490	PPES		UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	1976
8.490	PPES		UFSE – Universidade Federal de Sergipe	1976
8.490	PPES		UNB – Universidade de Brasília	1976-77
8.490	PPES		UFGO - Universidade Federal de Goiás	1976-77
8.490	PPES		UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	1976-77
8.491	PPES		UFPR – Universidade Federal do Paraná	1976
8.491	PPES		UFPR – Universidade Federal do Paraná	1976-77
8.491	PPES		UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	1976-77
8.491	PPES		UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	197-77
8.491	PPES		UFGO – Universidade Federal de Goiás	1977
8.491	PPES		UFPB – Universidade Federal da Paraíba	1976-77

Propostas e Projetos de Pesquisa (PPES)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.491	PPES		FUFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí	1976-77
8.491	PPES		FUAM – Fundação Universidade Amazonas	1976
8.491	PPES		UFPA – Universidade Federal do Pará	1976
8.491	PPES		UFAL – Universidade Federal de Alagoas	1976
8.491	PPES		UFBA – Universidade Federal da Bahia	1976
8.491	PPES		UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	1976
8.491	PPES		UFPA – Universidade Federal do Pará	1977
8.491	PPES		UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1977
8.491	PPES		UNB – Universidade de Brasília	1977
8.492	PPES		UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	1976-77
8.492	PPES		UFAL – Universidade Federal de Alagoas	1976
8.492	PPES		FUAM – Fundação Universidade Amazonas	1976
8.492	PPES		UFACRE – Universidade Federal do Acre	1975
8.492	PPES		UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	1977
8.492	PPES		UFRN – Universidade Federal Rio Grande do Norte	1976
8.492	PPES		UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	1976
8.492	PPES		UFSCar - Universidade Federal São Carlos	1977
8.492	PPES		PUC - RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1977
8.493	PPES		FUMA – Fundação Universidade do Maranhão	1976
8.493	PPES		UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	1976
8.493	PPES		UFV – Universidade Federal de Viçosa	1976
8.493	PPES		FURNE - Fundação Universidade Regional do Nordeste	1976
8.493	PPES		UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	1976
8.493	PPES		UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	1977
8.493	PPES		UFV – Universidade Federal de Viçosa	1977
8.494	PPES		UFSE - Universidade Federal de Sergipe	1976
8.494	PPES		UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1976
8.494	PPES		UFCE – Universidade Federal do Ceará	1976
8.494	PPES		FUMA – Fundação Universidade do Maranhão	1976
8.494	PPES		1º Encontro 3 a 6 de Outubro de 1978 – Ministério da Educação e Cultura –Departamento de Assuntos Universitários) – Departamento de Administração Escolar - Universidades	1978
8.494	PPES		Pasta de minutas	1978
8.494	PPES		Relatórios	1976-77
8.495	PPES		Correspondência recebidas	1976-77
8.495	PPES		Pasta geral	1976

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.375	PSEC	60/80	Ludovico Negreiros - Concessão salário família	1980-81
8.375	PSEC	79/80	Fundação Museu Carlos Costa Pinto – Auxílio financeiro – Fotografar parte acervo museu	1980
8.375	PSEC	80/80	Universidade Federal de Goiás – Projeto de trabalho	1980-81
8.375	PSEC	83/80	Federação Teatro Pernambuco – Relatório lançamento editais de montagem espetáculos	1980
8.375	PSEC	87/80	Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas (MG) – Auxílio financeiro criação cooperativa artesanato	1980
8.375	PSEC	95/80	Fundação Universidade Federal Sergipe - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	96/80	Fundação Universidade Brasília (DF) - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	97/80	Universidade Federal Pará - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	98/80	Universidade Federal Rio Grande do Sul - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	99/80	Universidade Federal Espírito Santo - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	100/80	Universidade Federal Mato Grosso - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	101/80	Universidade Federal Minas Gerais - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	102/80	Universidade Federal Maranhão - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	103/80	Universidade Federal Ceará - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	104/80	Universidade Federal Bahia - Auxílio financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	1980
8.375	PSEC	120/80	Coordenação da Área de Capacitação de Recursos Humanos - Projeto Bolsa Trabalho Arte Anos 80	1980
8.375	PSEC	121/80	Instituto Histórico Geográfico Alagoas - Auxílio financeiro execução plano cultural – Exercício de 1980	1980
8.375	PSEC	124/80	Luiz Carlos Alves Serrano – Projeto formação de profissionais	1980-81
8.375	PSEC	125/80	Eduardo Shnoor – Proposta Projeto História e Cinema: Bandidos Sociais no Brasil	1980-81
8.375	PSEC	131/80	Ricardo Cravo Albin – Proposta contratação de dez palestras sobre música popular brasileira	1980
8.375	PSEC	135/80	Biblioteca Nacional – Contrato com a Fundação Mudes – Recursos Humanos	1980
8.375	PSEC	142/80	Colégio Juvenal de Carvalho – Auxílio financeiro vonstrução auditório e teatro	1980
8.375	PSEC	171/80	A Arte – Sociedade Cultural – Auxílio realização Projeto Andança - 1980	1980
8.375	PSEC	204/80	Secretaria Educação e Cultura do Rio Grande do Norte - Auxílio financeiro - Realização dois projetos	1980-81
8.375	PSEC	206/80	Fundação Catarinense de Cultura– Projeto divulgação da cultura e das artes de Santa Catarina	1980
8.375	PSEC	207/80	Coordenação Cultural do Nordeste – Planejamento despesas exercício de 1980	1980
8.375	PSEC	210/80	Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul – Verba projeto pesquisas criadores litoral Rio Grande do Sul	1980
8.375	PSEC	221/80	Academia Campinense de Letras – Registro trabalhos literários	1980

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.375	PSEC	232/80	Fundação Cultural do Espírito Santo – Auxílio financeiro – Formação animadores culturais	1980-81
8.375	PSEC	233/80	Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul – Auxílio financeiro – Projeto prefácios de romances brasileiros	1980
8.375	PSEC	242/80	Fundação José Augusto – Relatório atividades desenvolvidas 1979	1980
8.375	PSEC	251/80	Serviço Nacional de Teatro – Repasse verba pagamento estagiários	1980
8.375	PSEC	259/80	Diretoria Academia Visconde São Leopoldo – Auxílio financeiro contratação Orquestra Sinfônica Porto Alegre	1980
8.375	PSEC	260/80	Museu Xucurus de História Arte e Costumes – Relatório atividades exercício 1979	1980-81
8.375	PSEC	262/80	Universidade Federal Fluminense – Solicita auxílio projeto II Congresso Patologia Região Centro-Leste	1980
8.375	PSEC	264/80	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Auxílio financeiro IV Seminário Literatura Brasileira	1980
8.375	PSEC	269/80	Inquérito para apurar irregularidade em obras do useu Nacional de Belas Artes	1980
8.376	PSEC	270/80	Secretaria de Estado de Cultura Deporto e Turismo do Pará – Apoio Subsecretaria de Assuntos Culturais – Projeto Interiorização Cultural Estado do Pará	1980
8.376	PSEC	271/80	Prefeitura Municipal Montes Claros (MG) – Solicita doação de dois pianos	1980
8.376	PSEC	280/80	Fundação Educação Social e Comunitária (RS) - Auxílio financeiro realização projeto	1980
8.376	PSEC	301/80	Liceu Coração de Jesus (SP) - Auxílio financeiro reforma auditório	1980
8.376	PSEC	302/80	Escola Salesiana São José – Campinas (SP) - Auxílio financeiro material para biblioteca	1980
8.376	PSEC	303/80	Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras - Lorena (SP) - Auxílio financeiro conferência e seminário	1980
8.376	PSEC	304/80	Faculdade Ciências Administrativas e Cont. de Lins (SP) - Auxílio financeiro seminários, cursos e conferências	1980
8.376	PSEC	305/80	Colégio São Joaquim – Lorena (SP) - Auxílio financeiro difusão cultural /1980	1980
8.376	PSEC	310/80	Centro Estudos Portugueses da Faculdade de Letras da UFMG - Auxílio financeiro Semana Estudos Camonianos	1980
8.376	PSEC	311/80	José Paulino da Costa – Informação curso de manejo Projeto-8	1980
8.376	PSEC	316/80	Departamento Assistência ao Estudante – Blumenau (SC) - Auxílio financeiro V Festival Universitário Canção	1980
8.376	PSEC	317/80	IESG – Teatro Escola Salomão Ginsburg – Protesto contra filmes cinema e TV	1980
8.376	PSEC	318/80	SENAVOX – Capoeira e Arte Marcial Brasil - Auxílio financeiro promoção de eventos	1980
8.376	PSEC	320/80	Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambuco - Auxílio financeiro atender despesas	1980
8.376	PSEC	331/80	Coordenação Geral Extensão Universidade Católica Pernambuco – Projeto III Festival Inverno	1980
8.376	PSEC	340/80	Universidade Federal Bahia – Escola Música Artes Cênicas – Avaliação crítica ensino educação artística	1980
8.376	PSEC	353/80	Centro Social Pres Kennedy - Auxílio financeiro projeto	1980
8.376	PSEC	362/80	Prefeitura Cidade do Recife - Auxílio financeiro Projeto Música para Todos Série Popular e Erudita (Proc. nº 928/80 - Fundação Nacional de Artes – (Não localizado)	1980

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.376	PSEC	366/80	Audiofilme – Equip. e Comunicação Audiovisuais – Projeto audiovisual IV Centenário da Morte de Luis de Camões	1980
8.376	PSEC	378/80	Empresa Maranhense de Turismo - Auxílio financeiro filme sobre Festival Bumba-Meu-Boi	1980
8.376	PSEC	381/80	Fundação Cultural do Piauí - Auxílio financeiro aquisição material	1980
8.376	PSEC	396/80	Universidade Federal do Ceará - Auxílio financeiro III Instituto Universitário de Antropologia	1980
8.376	PSEC	400/80	Biblioteca do Exército – Autorização reprodução *Os lusíadas*	1980
8.376	PSEC	420/80	Delegacia do do Pará - Auxílio financeiro projeto desenvolvimento cultural áreas do Nordeste	1980-81
8.376	PSEC	451/80	Universidade Católica de Goiás - Auxílio financeiro projeto assistência judiciária às associações comunitárias	1980
8.376	PSEC	460/80	Escola Superior Música Blumenau - Auxílio financeiro projeto didático cultural	1980
8.376	PSEC	461/80	Associação Catarinense de Escritores – Co-Patrocínio – Programação eventos exercício 1981	1980
8.376	PSEC	474/80	Prefeitura Municipal Itajaí (SC) – Calendário atividades culturais 1980	1980
8.376	PSEC	477/80	Assessoria de Comunicação Cinema e Televisão – Projeto Programa Cultural Produzido pela TVE	1980
8.376	PSEC	559/80	Conselho Estadual de Cultura – Pará - Auxílio financeiro plano aplicação 1980	1980
8.377	PSEC	563/80	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Pronunciamento execução projeto pesquisas	1980-81
8.377	PSEC	578/80	Clube Amadores de Tracunhaém – Auxílio financeiro compra imóvel e rest. clube	1980
8.377	PSEC	609/80	Dês Mihály – Budapeste – Hungria – Solicita dados biográficos Dias Gomes e Outros	1980
8.377	PSEC	625/80	Arnaldo Luis Miranda – Projeto I do programa de teatro de periferia	1980
8.377	PSEC	627/80	Secretaria Geral em Brasília SEAI – Material informe sobre Deus Africano Kalunga	1980
8.377	PSEC	671/80	Secretaria Geral em Brasília – Solicita relatório XX Sessão Conferência Geral	1980
8.377	PSEC	682/80	Catherine Dyécre – Proposta pesquisa 'A Umbanda no Rio de Janeiro' em 1980	1980
8.377	PSEC	688/80	Secretaria de Educação de Pernambuco – Projeto de dança e música para alunos rede estadual de ensino	1980
8.377	PSEC	701/80	Musiclube Ernesto Nazareth – Curso Chiquinha Gonzaga e Paulinho da Viola	1980
8.377	PSEC	712/80	Universidade Federal de Minas Gerais – Auxílio financeiro para 'Giramundo Terra de Bonecos'	1980
8.377	PSEC	716/80	Abrecampo Produções Promoções Artísticas Ltda – Espetáculo *A Lenda da Cobra Grande*	1980-81
8.377	PSEC	743/80	Grav. Elétricas S/A – Reconhecimento qualidade didática discos ensino inglês e francês	1980
8.377	PSEC	761/80	Fundação Nacional Livro Infantil e Juvenil – Boletim informativo	1980
8.377	PSEC	762/80	Fundação Roberto Marinho – Música barroca no Campo das Vertentes	1980
8.377	PSEC	789/80	Universidade Federal de Sergipe – Projeto cursos ligados à cultura e à arte	1980
8.377	PSEC	794/80	Universidade Federal de Sergipe – Prorrogação prazo disponível prof. Albertina Brasil Santos	1980
8.377	PSEC	796/80	Krome Films Ltda – Prop. Exec. Painéis Desmont - Exposição itinerante	1980

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.377	PSEC	844/80	Governo Território Federal do Amapá – Projeto Apoio às Produções Literárias do Amapá	1980
8.377	PSEC	845/80	Instituto Histórico Geográfico Goiás - Auxílio financeiro Execução IV curso cultural Goiânia	1980
8.377	PSEC	853/80	Secretaria Cultura e Desporto (CE) – Projeto capacitação recursos humanos para área cultura	1980
8.377	PSEC	865/80	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (BA) – Projeto Cultural Porto Seguro	1980-81
8.377	PSEC	876/80	Associação de Moradores Morro do Leme (RJ) – Projeto criação clube de rua	1980
8.377	PSEC	900/80	Departamento Nacional Estradas de Rodagem –Relatório final 1º Concurso Nacional Cartazes Escolares	1980
8.377	PSEC	910/80	Graduações Chantecler Ltda – Reconhecimento qualidade didática discos e fitas inf.	1980-81
8.377	PSEC	914/80	Secretaria Estadual de Administração – Recursos Humanos (ES) - Auxílio financeiro projeto	1980
8.377	PSEC	916/80	Fundação Universidade Federal Mato Grosso Sul - Auxílio financeiro para Instituição Luis de Albuquerque	1980
8.378	PSEC	928/80	Tarde Filmes Ltda - Auxílio financeiro – Filmagem festa território Amapá	1980
8.378	PSEC	938/80	Bienal Internacional Livro – VI – Convite ao secretario para Palestra O Livro Apoio Estatal	1980
8.378	PSEC	963/80	Escola Estadual 2º Grau "São José" – Obidos (PA) - Auxílio financeiro aquisição banda marcial	1980
8.378	PSEC	965/80	Fundação Movimento Brasil de Alfabetização – Ante-projeto Conselho Nacional Romance	1980
8.378	PSEC	966/80	Universidade Federal Fluminense – Liberação Verba – Encadernação acervo biblioteca	1980
8.378	PSEC	978/80	Amyr Santos – Xerocópias documentos vários servidores da Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980
8.378	PSEC	1.000/80	Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – TVE – proposta realização fase iii projeto Monteiro Lobato	1980-81
8.378	PSEC	1.001/80	Conselho Estadual de Cultura - Cessão Kombi com gerador –Exibições produções praças públicas	1980
8.378	PSEC	1.007/80	Walmir Ayala – Proposta concurso de presépios	1980
8.378	PSEC	1.008/80	Colégio Municipal Lençóis (BA) – Solicita aquisição instrumentos musicais festividades Independência Brasil	1980
8.378	PSEC	1.033/80	Fundação Joaquim Nabuco (PE) – Apoio realização iii curso de técnico de arquivo microfilmagem e restauração de papéis	1980
8.378	PSEC	1.036/80	Museu Imperial – Autorização para empréstimo obras pedidas pelo Museu Nacional de Belas Artes	1980
8.378	PSEC	1.058/80	Museu Imperial – Autorização para empréstimo peças para exposição comemoração Independência	1980
8.378	PSEC	1.069/80	Academia Terosopolitana de Letras - Auxílio financeiro atividade academia	1980
8.378	PSEC	1.072/80	Joaquim Francisco Santana – Solicita publicação livro *O paralítico*	1980-81
8.378	PSEC	1.087/80	Fundação Cultural Espírito Santo – Solicita criação comissão nacional bicentenário Domingos José Martins	1980
8.378	PSEC	1.088/80	Museu de Ovar – Portugal – Realização exposição no Brasil	1980-81
8.378	PSEC	1.089/80	Departamento Assuntos Culturais da Secretaria da Cultura – Estado grave de igreja São Gonçalo – Penedo	1980
8.378	PSEC	1.104/80	Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (PE) – projeto construção biblioteca pública, museu e auditório	1980

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.378	PSEC	1.122/80	Letras Fluminense de Niterói - Auxílio financeiro edição de seu jornal	1980
8.378	PSEC	1.123/80	Walkíria da Rocha Nogueira Soares - Auxílio financeiro realização quatro concertos	1980
8.378	PSEC	1.128/80	Emy Albuquerque Pangela – Salário família	1980-81
8.378	PSEC	1.147/80	Delegacia Pará - Auxílio financeiro Revelação cópia filme realizado festa de Sairé	1980
8.378	PSEC	1.197/80	Biblioteca Nacional – Providências recebimento verba e saldo do auxílio prometido	1980-81
8.378	PSEC	1.212/80	Museu Nacional de Belas Artes – Empréstimo dois quadros para exposição acervo galeria arte	1980
8.378	PSEC	1.214/80	Fundação Getúlio Vargas – Projeto pesquisa O Papel Educação Cultura Estrutura de Comunicação Social	1980
8.378	PSEC	1.219/80	Secretaria Administração do Rio Grande do Norte - Auxílio financeiro para arquivo	1980-81
8.378	PSEC	1.220/80	Secretaria Administração do Rio Grande do Norte - Auxílio financeiro	1980
8.378	PSEC	1.258/80	I Encontro Cinema Brasil Independente – Concessão de vinte passagens aéreas ou rodoviárias	1980
8.378	PSEC	1.310/80	Museu Histórico e Pedagógico Marechal Rondon"– Solicitação question. museus	1980-81
8.378	PSEC	1.312/80	MBM Empreendimentos Artístico – Inclusão agenda de concertos pianista Guida Borghoff	1980-81
8.378	PSEC	1.324/80	Ruth Escobar Promoções Culturais – Auxílio financeiro montagem edição e laboratório	1980
8.378	PSEC	1.400/80	Instituto Artes Universitárias Estado de Campinas – Projeto Ciência e Cultura Popular	1980-81
8.378	PSEC	1.402/80	Secretaria Educação Cultura do Distrito Federal – Expediente Universidade da Califórnia – Santa Bárbara (EUA)	1980
8.378	PSEC	1.405/80	Fundação Bienal de São Paulo – Projeto orçamento reforma fundação	1980
8.378	PSEC	1.430/80	Associação Brasileira de Tradutores – Auxílio financeiro realização atividades 1981	1980-81
8.378	PSEC	1.440/80	Secretaria Assuntos Internacionais – Solicitação pronunciamento	1980
8.378	PSEC	1.443/80	Prefeitura Municipal de João Pessoa – Auxílio financeiro construção centro de atividades	1980-81
8.379	PSEC	205.034/80	Museu Imperial – Traslado para Brasil dos restos mortais da imperatriz d. Amélia de Beauharnais	1980
8.379	PSEC	206.821/80	Kátia Maria de Carvalho Silva – Universidade Federal Bahia – Disposição de servidor	1980
8.379	PSEC	206.989/80	Sindicato Indústria Cinema Estado de São Paulo – Revisão filme recursos para Comissão Concine nºs 37 e 40	1980-81
8.379	PSEC	208.347/80	Conselho Estadual Cultura Pará – Comemoração 80º aniversário de Gilberto Freyre	1980
8.379	PSEC	212.593/80	Amália Branco Baena – Disposição e designação de servidor para DAI	1980-81
8.379	PSEC	214.539/80	Fundação Petronila Nunes da Silva – Liberação verba especial para construção auditório	1980
8.379	PSEC	116.649/80	Presidente da República – Delegacia Escolar de Pilão Arcado – Auxílio financeiro implantação escola	1980
8.379	PSEC	217.926/80	Conselho Regional de Biblioteconomia - Solicita fiscalização profissional	1980
8.379	PSEC	218.229/80	Willy Carl Von Paraski – Auxílio doença	1980-81
8.379	PSEC	220.137/80	Joston Miguel da Silva – Projeto placas cívicas, biográficas e informativas	1980

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.379	PSEC	221.397/80	Presidente República – Câmara Municipal Bauru – Sugestão para implantação sistema Dólar Cultural	1980
8.379	PSEC	221.709/80	Bienal Internacional do Livro – Indicação de representantes	1980
8.379	PSEC	224.211/80	Escola Comunicação Artes Universitárias São Paulo – Auxílio financeiro semana da arte e ensino	1980
8.379	PSEC	226.223/80	Waldir Trigueiro da Gama – Solicita pagamento atrasados	1980-81
8.379	PSEC	226.445/80	Encontro Camoniano Internacional – Comunicado	1980-81
8.379	PSEC	227.346/80	Lílian Luz de Andrade Lages – Solicitação transferência	1980
8.379	PSEC	230.958/80	Universidade Federal Ouro Preto – Auxílio financeiro programa Universidade Integrada Regional da Cultura	1980
8.379	PSEC	231.615/80	Prefeitura Municipal de Alagoa Grande (PB) – Requisição instrumentos musicais Banda de Música Cônego Firmino Cavalcante	1980
8.379	PSEC	233.353/80	Jarí Marugeiro Orphão – Cancelamento salário família	1980-81
8.379	PSEC	235.210/80	Maria Thereza Luz de Macedo – Gratificação quinquenal	1980
8.379	PSEC	235.331/80	Joel Ferreira de Moraes – Solicita Revisão quinquênio	1980-81
8.379	PSEC	237.647/80	Paulo Rodrigues de Oliveira – Cancelamento salário família	1980-81
8.379	PSEC	238.166/80	Josira Sales – Proposta Programas Musicais	1980
8.379	PSEC	238.616/80	Luiz de Araújo Cantanhede – Solicitação pagamento atrasados	1980-81
8.379	PSEC	240.341/80	Nelly Ferreira dos Santos e Outros – Substituição servidores	1980-81
8.379	PSEC	243.184/80	Firmino Corrêa de Souza – Pagamento atrasados	1980-81
8.379	PSEC	243.417/80	Licinia Tinoco – Solicita salário família	1980-81
8.379	PSEC	243.558/80	Michel P. Philippot – Afastamento País	1980-81
8.381	PSEC	47/81	Universidade Federal Rio Grande do Sul – Execução projeto memória 1981	1981
8.381	PSEC	50/81	Museu Villa Lobos – Regulamento concurso internacional	1981
8.381	PSEC	60/81	Fundação Casa de Rui Barbosa – Cronograma global verbas orçamento Subsecretaria de Assuntos Culturais	1981-82
8.381	PSEC	67/81	Prefeitura Municipal Santa Bárbara do Oeste (SP) – Solicita auxílio financeiro compra projeto cinematográfico	1981
8.381	PSEC	79/81	Museu Villa lobos – Transferência para prédio da Escola Ana Néri	1981
8.381	PSEC	84/81	Amyr Santos – Transferência mobiliário de sua sala para sala Assessoria Jurídica	1981
8.381	PSEC	88/81	Secretaria Cultura Desporto Ceará – Projeto de bolsa ofertadas pela Mudes	1981
8.381	PSEC	98/81	Subsecretaria Assuntos Culturais – Rondônia – Cooperativa para montagem arquivo sobre músicas e trajes típicos folclore regional	1981
8.381	PSEC	105/81	Secretaria de Cultura do Piauí – Auxílio financeiro compl. obras Biblioteca Teresina	1981
8.381	PSEC	109/81	Fundação José Augusto – projeto inventário bens culturais estado e circo da cultura	1981
8.381	PSEC	114/81	Secretaria Cultura Esporte e Turismo de Sanata Catarina – Auxílio financeiro viabilização projeto	1981
8.381	PSEC	115/81	Inspetoria Regional Controle Externo – Informações comprovante recursos convênio entidades	1981
8.381	PSEC	123/81	Fundação Catarinense de Cultura – Apoio financeiro projeto operação cultural	1981

.

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.381	PSEC	128/81	Conselho Estadual de Cultura Pará – Auxílio financeiro programação cultural	1981
8.381	PSEC	157/81	University Of Califórnia – Santa Bárbara – Concessão dua diárias - Publicação de atas	1981
8.381	PSEC	159/81	Associação Biblioteca Distrito Federal – Complementação verba	1981
8.381	PSEC	186/81	Naime Gabriel – Gratificação quinquenal	1981
8.381	PSEC	189/81	Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul - Auxílio financeiro pesquisa literatura comparada	1981
8.381	PSEC	190/81	Centro de Estudos Baianos – Solicita auxílio financeiro 35º aniversário Universidade Federal Bahia	1981
8.381	PSEC	191/81	Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul - Auxílio financeiro projeto pesquisa	1981
8.381	PSEC	195/81	Walter Miranda – Cancelamento salário família	1981
8.381	PSEC	196/81	Território Federal de Roraima - Auxílio financeiro projeto estadual pesquisa cultura local	1981
8.381	PSEC	2.204/81	Secretaria Educação Cultura Governo Rondônia – Intercambio cultural	1981
8.381	PSEC	220/81	Secretaria Administração Rio Grande do Norte - Auxílio financeiro Projeto divulgação dif. hist. Rio Grande do Norte	1981
8.381	PSEC	224/81	Secretaria Educação Cultura Mato Grosso – Intercambio cultural	1981
8.381	PSEC	256/81	Natal Ibraim da Sociedade dos Amadores e Professores de Violão – Provimento obras prof. Matteo C.	1981
8.381	PSEC	264/81	Fundação Guimarães Duque – ESAM - Auxílio financeiro publicação de dois livros	1981
8.381	PSEC	276/81	Fundação de Arte do Estado do Rio de Janeiro - Auxílio financeiro alimentação pousada componentes orquestra	1981
8.381	PSEC	302/81	Grupo Leão – Sociedade Cultural Marcos Schafura Ltda - Auxílio financeiro Segunda Série e Noites Intern.	1981
8.381	PSEC	303/81	Universidade Federal Paraíba – Projeto 'O Inconsciente Coletivo Literatura Micro Região Campina Grande'	1981
8.381	PSEC	308/81	Delegacia Ministério da Educação e Cultura Rio de Janeiro – Participação despesas do Palácio da Cultura (Anexo processo nº 1.385/80)	1981
8.381	PSEC	310/81	Universidade Federal Espírito Santo – Projeto I Painel de Cultura Brasileira	1981
8.381	PSEC	334/81	Diretor de Trânsito – III Conselho Nacional Cartazes Escolares	1981
8.381	PSEC	358/81	Sociedade Cultura Artística Crato - Auxílio financeiro atividades artísticas	1981
8.381	PSEC	405/81	Diretoria Geral do Departamento Pessoal do Ministério da Educação e Cultura – Relatório plano geral de ação 1981	1981
8.381	PSEC	410/81	União Espírita Bageense - Auxílio financeiro realização peça teatral	1981
8.381	PSEC	418/81	Otom Gama Lizar – Averbação tempo serviço	1981
8.381	PSEC	450/81	Universidade Federal Piauí – Doação instrumentos musicais implantação orquestra sinfônica	1981
8.381	PSEC	456/81	Associação Catarinense Escritores (SC) - Auxílio financeiro realização V Congresso Nacional Escritores	1981
8.381	PSEC	463/81	José Oscar da Costa – Concessão salário família	1981
8.381	PSEC	469/81	Eduardo Wandrey Rocha – Cancelamento salário família	1981
8.381	PSEC	520/81	Lúcia Maria de Carvalho Neves – Ajuda de custo – Dev. trans. Brasília	1981
8.381	PSEC	531/81	Heitor Sales – Repasse financiamento pagamento pessoal	1981

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.381	PSEC	579/81	João Menezes Martins - Cancelamento salário família	1981
8.381	PSEC	582/81	João Pereira Gomes - Cancelamento salário família	1981
8.381	PSEC	625/81	Mário Dias - Cancelamento salário família	1981
8.381	PSEC	714/81	Serviço Rádio Difusão Educativa – Solicita provisão orçamentária – Despesas com diárias	1981
8.381	PSEC	730/81	Sociedade Prom. e Desenvolvimento Vendas (SP) – Auxílio financeiro I Feira de Amostras do Desenvolvimento da Amazônia	1981
8.381	PSEC	741/81	Helba Hedwiges Nogueira Barbosa – Concessão passagem aérea	1981
8.382	PSEC	200.541/81	Delcy Pacheco de Araújo Reis – Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	201.029/81	Paulo Oliveira Santos – Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	201.895/81	Instituto Argentino Luso Brasileiro Cultura /Santa-Fé – Argentina – Intercambio cultural	1981
8.382	PSEC	202.187/81	Sérgio Fausto Nacle – Museu Histórico Nacional – Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	202.423/81	Jorge Lago de Souza - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	203.209/81	Prefeitura Municipal Cascavel (PR) – Oferece área de trabalho	1981
8.382	PSEC	203.320/81	Íris de Carvalho – Gratificação produtividade	1981
8.382	PSEC	203.323/81	Paulo Escalabrini – Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	203.324/81	Ieda Oliveira Aldrighi - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	203.855/81	Aparecida Alves - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	203.656/81	Nair Esteves Leal - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	203.859/81	Célia Macedo Vianna - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	204.470/81	Grupo Cultural Fandango (PA) - Solicita Auxílio financeiro – Passagens para apresentação Rússia	1981
8.382	PSEC	204.826/81	Maria do Carmo Magalhães Zerbinato – Averbação tempo serviço	1981
8.382	PSEC	205.894/81	Câmara Municipal Anápolis (GO)– Denúncia desvio verba	1981
8.382	PSEC	205.937/81	Maria Georgina Walfer - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	205.940/81	Lauryston Gomes Pereira Guerra – Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	207.110/81	Nelson Arruda e Outros – Candidatos categoria funcional agente de vigilância	1981-82
8.382	PSEC	207.727/81	Orlando Miranda de Carvalho – Retificação tempo serviço	1981
8.382	PSEC	208.820/81	Manoel Gomes da Costa - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	208.821/81	Tarcysio Fernandes de Albuquerque - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	209.261/81	Assembleia Legislativa Estado do Rio de Janeiro – Edição livro memória cantora Linda Batista	1981
8.382	PSEC	209.262/81	Assembleia Legislativa Estado do Rio de Janeiro – Indicação atriz Celeste Aída simb. ano int. d. físico	1981
8.382	PSEC	209.357/81	Abrão Schatovsky - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	209.710/81	Sidney Silva - Gratificação quinquenal	1981
8.382	PSEC	209.711/81	Virgílio Nunes de Almeida – Averbação tempo serviço	1981
8.382	PSEC	209.725/81	Alceu Ariosto Bocchino – Averbação tempo serviço	1981

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.382	PSEC	209.727/81	Sérgio Leal Carneiro – Averbação tempo serviço	1981
8.382	PSEC	210.522/81	Édno Frieger – Averbação tempo serviço	1981
8.382	PSEC	210.524/81	João do Nascimento - Averbação tempo serviço	1981
8.382	PSEC	210.545/81	Neyde Rebello Magalhães - Gratificação quinquenal	1981
8.383	PSEC	210.546/81	Marina Gonçalves Martins - Gratificação quinquenal	1981
8.383	PSEC	211.061/81	Prefeitura Municipal de Piracicaba – Concessão verba para desenvolvimento de projeto trabalho cultural	1981
8.383	PSEC	211.685/81	Instituto Cultural Cariri (CE) – Concessão recursos para construção sede própria	1981
8.383	PSEC	211.868/81	Prefeitura Municipal Itapetininga – Concessão de verba	1981
8.383	PSEC	212.463/81	José Cursino dos Santos Raposo - Gratificação quinquenal	1981
8.383	PSEC	212.471/81	Maria Odete O'Grady de Paiva - Gratificação quinquenal	1981
8.383	PSEC	212.473/81	Jair Marugueiro Orphão - Gratificação quinquenal	1981
8.383	PSEC	212.949/81	Prefeitura Municipal Vera Cruz /RS – Recursos financeiros construção centro socio-cultural	1981
8.383	PSEC	213.928/81	Aloísio Sérgio de Magalhães – Disposição e designação cargo	1981
8.383	PSEC	214.195/81	Moacyr da Silva Silveira – Averbação tempo serviço	1981
8.383	PSEC	216.938/81	Caleb de C. Holanda Cavalcante – Averbação tempo serviço e gratificação quinquenal	1981
8.383	PSEC	217.279/81	Elza Tavares Ferreira – Averbação para tempo serviço	1981
8.383	PSEC	218.694/81	Ilza Gomes Ferreira Pinto - Gratificação quinquenal	1981
8.383	PSEC	219.486/81	Hamilton Córdova Pereira - Averbação para tempo serviço	1981
8.383	PSEC	219.487/81	Jorge Carvalho Baraúna - Averbação para tempo serviço	1981
8.383	PSEC	220.345/81	Dolores de Brito Tavares - Gratificação Qüinqüenal	1981
8.383	PSEC	220.422/81	Prefeitura Municipal de Maravilha (SC) – Liberação recursos construção sede própria	1981
8.383	PSEC	222.358/81	Fundação Guimarães Duque – Auxílio financiamento publicação livros	1981
8.383	PSEC	223.498/81	Álvaro de Lima - Gratificação quinquenal	1981
8.383	PSEC	224.741/81	Sérgio Flávio Ferreira da Silva – Certidão de tempo serviço	1981
8.383	PSEC	226.114/81	Paulo Franklin Correa – Averbação Certidões Tempo Serviço	1981
8.383	PSEC	227.115/81	Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - Liberação recursos construção biblioteca pública museu e auditório	1981
8.383	PSEC	228.160/81	Christiano Benedito Ottoni – Remoção Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para Subsecretaria de Assuntos Culturais	1981
8.383	PSEC	228.456/81	Jorge Barbosa - Averbação para tempo serviço	1981
8.383	PSEC	229.561/81	Prefeitura Municipal Porto Lucena – Auxílio financeiro Construção Centro Cultural	1981
8.383	PSEC	230.799/81	União Artística Operária Teresinense – Teresina (PI) – Liberação verba construção biblioteca auditório	1981
8.383	PSEC	233.141/81	Victor Affonso Teixeira Fernandes – Averbação para tempo serviço	1981
8.383	PSEC	233.907/81	Prefeitura Municipal Rio Claro - Auxílio financeiro conclusão obras centro cultural	1981

Processos da Secretaria da Cultura (PSEC)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.383	PSEC	233.908/81	Prefeitura Municipal Rio Claro (SP) - Auxílio financeiro construção sede arquivo público e histórico	1981
8.383	PSEC	236.024/81	Cândida Maria do Nascimento Carpi - Gratificação quinquenal	1981-82
8.383	PSEC	240.615/81	Subsecretaria Assuntos Culturais da Secretaria da Cultura– Nelson Eizinik – Designação substituto	1981-82
8.383	PSEC	242.366/81	Sociedade Artistas Líricos Brasileiros – Criação do Instituto Nacional de Artes Cênicas	

Relatório de Atividades (REAT)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.401	REAT		Relatórios – Ministério da Educação e Cultura - Departamento Nacional de Educação	1964-66
8.401	REAT		Relatórios – Ministério da Educação e Cultura - Departamento Nacional de Educação	1967
8.401	REAT		Relatórios – Ministério da Educação e Cultura - Departamento Nacional de Educação	1968
8.402	REAT		Relatórios – Fundação Casa de Rui Barbosa	1967
8.402	REAT		Relatórios – Divisão Educação Ministério da Educação e Cultura	1967
8.402	REAT		Relatórios – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1967
8.402	REAT		Relatórios – Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura - Gildásio Amaral	1967
8.402	REAT		Relatórios – Campanha Nacional Material Ensino	1967
8.402	REAT		Relatórios – Atividade Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Secretaria Geral	1967
8.402	REAT		Relatórios – Campanha Nacional Educação	1967
8.402	REAT		Relatórios – Museu Imperial	1970
8.402	REAT		Relatórios – I Nac. Cinema - Departamento de Assuntos Culturais - Ministério da Educação e Cultura - Departamento Nacional de Educação - Museu Histórico Nacional - Grupo Tarefa - SER - Projeto Minerva	1970
8.402	REAT		Rádio Educativa BSB	1971
8.402	REAT		Ministério da Educação e Cultura - Departamento de Assuntos Culturais	1972
8.403	REAT		Projeto Minerva	1972
8.403	REAT		Museu Imperial	1972
8.403	REAT		Empresa Brasileira de Filmes	1972
8.403	REAT		Campanha Nacional Folclore Brasileiro	1972
8.403	REAT		Museu Villa Lobos	1972
8.403	REAT		Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais	1972
8.403	REAT		Coordenação de Assistência Técnica para a Reforma Administrativa – Rádio Educadora – Secretaria Geral	1973
8.403	REAT		Museu Histórico Nacional	1974
8.403	REAT		Fundação Casa de Rui Barbosa	1974
8.403	REAT		Biblioteca Nacional	1974
8.403	REAT		Museu Nacional de Belas Artes	1974
8.403	REAT		Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais	1974
8.403	REAT		Museu Imperial	1974
8.403	REAT		Ministério da Educação e Cultura - Departamento de Assuntos Culturais	1974
8.403	REAT		Serviço Nacional Teatro	1974
8.403	REAT		Museu Villa Lobos	1974
8.404	REAT		Joaquim da Costa Pinto Netto – Departamento de Assuntos Culturais	1974
8.404	REAT		I Encontro de Diretores de Teatro Amador e Universitário	1974

Relatório de Atividades (REAT)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8404	REAT		Instituto Nacional Música	1974
8.404	REAT		Museu Imperial	1974
8.404	REAT		Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional	1975
8.404	REAT		SER	1975
8.404	REAT		Museu Nacional Belas Artes	1975
8.404	REAT		Biblioteca Nacional	1975
8.404	REAT		Departamento de Assuntos Culturais Serviço Rádio Difusão Educativa	1975
8.404	REAT		Serviço Nacional de Teatro	1975
8.404	REAT		Museu Imperial	1976
8.404	REAT		Museu Histórico Nacional	1976
8.404	REAT		Serviço Nacional de Teatro	1976
8.404	REAT		Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional	1976
8.404	REAT		Campanha Defesa Folclore Brasileiro	1976
8.404	REAT		Fundação Casa de Rui Barbosa	1976
8.404	REAT		Departamento de Assuntos Culturais - Serviço Nacional de Teatro – Plano de Ação Cultural	1975
8.404	REAT		Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais	1975
8.404	REAT		Museu Imperial	1975
8.404	REAT		Biblioteca Nacional	1975
8.405	REAT		Museu Nacional Belas Artes	1975
8.405	REAT		Coordenação de Música Sinfônica	1975
8.405	REAT		Biblioteca Nacional	1975
8.405	REAT		Departamento de Assuntos Culturais	1975
8.405	REAT		Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais	1975
8.405	REAT		TV Educativa	1975
8.405	REAT		Serviço Público Federal	1975
8.405	REAT		Museu Villa Lobos	1975
8.405	REAT		Campanha Defesa Folclore Brasileiro	1976
8.405	REAT		Biblioteca Nacional	1976
8.405	REAT		Departamento de Assuntos Culturais - Serviço Nacional de Teatro - Plano de Ação Cultural – Departamento de Assuntos Culturais	1976
8.405	REAT		Conselho Nacional de Cinema	1976
8.405	REAT		Fundação Casa de Rui Barbosa	1976
8.405	REAT		Museu Villa Lobos	1976
8.405	REAT		Serviço Rádio Difusão Educativa	1976
8.406	REAT		Fundação Nacional de Artes	1976

Relatório de Atividades (REAT)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.406	REAT		Universidade Federal Bahia	1976
8.406	REAT		Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais	1976
8.406	REAT		Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional	1976
8.406	REAT		Museu Imperial	1976
8.406	REAT		Fundação Casa de Rui Barbosa	1976
8.406	REAT		Museu Histórico Nacional	1976
8.406	REAT		Museu Nacional Belas Artes	1976
8.406	REAT		Universidade Federal de Pernambuco	1976
8.406	REAT		Campanha Defesa Folclore Brasileiro	1976
8.406	REAT		Departamento de Assuntos Culturais	1976
8.406	REAT		Fundação Nacional de Artes	1976
8.406	REAT		Serviço Nacional de Teatro – Ministério da Educação e Cultura	1976
8.406	REAT		Empresa Brasileira de Filmes	1976
8.406	REAT		Museu Histórico Nacional	1976
8.406	REAT		Fundação Nacional de Artes	1976
8.406	REAT		Instituto Nacional Artes Plásticas	1976
8.406	REAT		Biblioteca Nacional	1977
8.406	REAT		Museu Imperial	1977
8.406	REAT		Senador Ney Braga	1977
8.406	REAT		Ministério da Educação e Cultura - Departamento de Assuntos Culturais –Serviço Nacional de Teatro	1977
8.406	REAT		Biblioteca Nacional	1977
8.406	REAT		Conselho Nacional de Cinema	1977
8.407	REAT		Museu Imperial	1977
8.407	REAT		Campanha Defesa Folclore Brasileiro	1977
8.407	REAT		Museu Nacional Belas Artes	1977
8.407	REAT		Rádio Difusão Educativa	1977
8.407	REAT		Fundação Casa Rui Barbosa	1977
8.407	REAT		Rádio Difusão Educativa	1977
8.407	REAT		SER	1977
8.407	REAT		Projeto Minerva	1977
8.407	REAT		Museu Villa Lobos	1977
8.407	REAT		Serviço Nacional de Teatro - Ministério da Educação e Cultura – Departamento de Assuntos Culturais	1977
8.407	REAT		Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1977
8.407	REAT		Fundação Nacional de Artes	1977
8.407	REAT		Empresa Brasileira de Filmes	1977

Relatório de Atividades (REAT)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.408	REAT		Museu Villa Lobos	
8.408	REAT		Museu Imperial	
8.408	REAT		Empresa Brasileira de Filmes	
8.408	REAT		Departamento de Assuntos Culturais	
8.408	REAT		Biblioteca Nacional	
8.408	REAT		Museu Histórico Nacional	
8.408	REAT		Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais	
8.408	REAT		Fundação Nacional de Artes	
8.409	REAT		Mapa de convênio assinado com a Fundação Nacional de Artes	
8.409	REAT		Relatório Ministério da Educação e Cultura – Departamento de Assuntos Culturais	
8.409	REAT		Empresa Brasileira de Filmes	
8.409	REAT		Ofícios – Biblioteca Nacional	1978-79
8.409	REAT		Ofícios – Museu Nacional Belas Artes	1978-79
8.409	REAT		Relatório Legislativo	1978-79
8.409	REAT		Pesquisa Nacional da Área Cultura Brasileira	1978-79
8.409	REAT		Serviço Nacional de Teatro - Fundação Nacional de Artes	1978-79
8.409	REAT		Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais	1978-79
8.409	REAT		Secretaria Geral - Ministério da Educação e Cultura	1978-79
8.409	REAT		Convênios Área de Artes Plásticas	1978-79
8.409	REAT		Museu Histórico Nacional	1978-79
8.409	REAT		Ministério da Educação e Cultura – Subsecretaria de Assuntos Culturais	1978-79
8.409	REAT		Fundação Mudes	1978-79
8.410	REAT		Decon - Biblioteca Nacional - Museu Nacional de Belas Artes	1979-80
8.410	REAT		Ministério da Educação e Cultura - Subsecretaria de Assuntos Culturais - Rádio Difusão Educativa - Museu Histórico Nacional - Fundação Nacional de Artes	1980-81
8.410	REAT		Coordenadoria de Assuntos Artísticos – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	1980-81
8.411	REAT		Secretaria Desenvolvimento Cultural – Ministério da Educação e Cultura - Subsecretaria de Assuntos Culturais	1980-81
8.411	REAT		Museu Imperial e Museu Villa Lobos	1980-81
8.411	REAT		Exec. da Programação do Período Julho /79 a Julho de 80 da FCBR / / MR / MVL	1980-81
8.411	REAT		Coordenadoria de Estudos e Projetos Especiais – Fundação Nacional de Artes	1980-81
8.412	REAT		Ministério da Educação e Cultura - Subsecretaria de Assuntos Culturais - Museu Nacional de Belas Artes - Serviço Nacional de Teatro - Ministério da Educação e Cultura	1980-81
8.412	REAT		Museu Histórico Nacional	1980-81
8.412	REAT		Museu Imperial	1980-81

Relatório de Atividades (REAT)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.413	REAT		Plano operativo anual – Fundação de Cultura (MG)	1979
8.553	REAT		Plano diretor do campus da Universidade Federal Juiz de Fora	-
8.553	REAT		Criação do Departamento de Informação e Documentação Artística da Prefeitura Municipal São Paulo	1975
8.553	REAT		Projetos Universidade Federal do Espírito Santo	1978
8.553	REAT		Relatório de Atividades Universidade Federal de Minas Gerais	1977
8.553	REAT		Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Planejamento Regional da Amazônia	1980-85
8.553	REAT		Relatório Secretaria da Cultura – Coordenação de Apoio ao Ensino Subcoordenadoria Atividades Culturais	1979
8.553	REAT		Universidade Federal da Paraíba – Pró-Reitoria para Assuntos do Interior (PB)	-
8.553	REAT		Fundação Cultural – Plano de Ação – Amazonas	1976
8.554	REAT		Fundação Cultural do Distrito Federal – Programação	1977
8.554	REAT		Coral da Universidade – Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitários – Departamento Extensão e Estágio	1975
8.554	REAT		Relatório da Diretoria da Escolinha de Arte do Brasil	1972
8.554	REAT		Departamento de Cultura – Esboço Programa Estadual de Ação Cultura - Pernambuco	-
8.554	REAT		Fundação Universidade do Piauí	1979
8.554	REAT		Prefeitura Municipal de Niterói – Secretaria Municipal Educação e Cultura – Atividades programadas	1976
8.554	REAT		Relatório Secretaria de Educação do Rio de Janeiro – Parecer Subsecretaria de Assuntos Culturais	1979
8.554	REAT		Encontro Regional de Planejamento – Região Norte – Governo Estado do Amazonas	1979
8.554	REAT		Fundação José Augusto – Relatório	1979
8.554	REAT		Bahia Cultura	1978
8.554	REAT		Fundação Cultural Estado Bahia – Relatório atividades	1975-79
8.554	REAT		Governo Estado da Bahia – Secretaria Educação e Cultura – Fundação Cultural – Programa geral	1978
8.554	REAT		Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo – Cópias relatórios	1979
8.554	REAT		Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo – Governo Pará – Relatório atividades	1978-79
8.554	REAT		Uma proposta para a universidade – Subsídios (SC)	1980
8.554	REAT		Fundação Cultural do Piauí – Calendário de atividades programadas	1979
8.555	REAT		Universidade Federal Maranhão – Programa Departamento Assuntos Culturais – Pró-Reitoria	1979
8.555	REAT		Plano de Ação Cultural (MG)	1980
8.555	REAT		Correspondência solicita relatórios sobre atividades culturais – Subsecretaria de Assuntos Culturais	1979
8.555	REAT		Subsecretaria de Assuntos Culturais – Diretoria Geral de Cultura – Relatório	1979
8.555	REAT		Fundação Cultural do Maranhão – FUNC - Relatório	1979
8.555	REAT		Fundação Catarinense de Cultura - Relatório	1979
8.555	REAT		Fundação Cultural do Distrito Federal - Relatório	1979

Relatório de Atividades (REAT)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.555	REAT		Subsecretaria de Assuntos Culturais - Departamento de Assuntos Culturais - Relatório	1979
8.555	REAT		Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários – Núcleo de Pesquisas e Documentos da Cultura Popular	1980
8.555	REAT		Universidade Federal da Paraíba – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão	1980
8.555	REAT		Subsecretaria de Assuntos Culturais – Estado de Mato Grosso – Planos e relatórios – Desenv. Seção Cultura	1979
8.555	REAT		Subsecretaria de Assuntos Culturais – Estado de Mato Grosso – Planos e Relatórios – Divisão de Cultura e Assistência Educacional	1980
8.555	REAT		Secretaria de Educação – Relatório de atividades culturais	1979
8.555	REAT		Relatório do presidente do Instituto Brasileiro de Educação – Ciência Cultura	1974-75
8.555	REAT		Estado do Mato Grosso do Sul – Relatório	1980
8.555	REAT		Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura no Pará – Relatório e programação	1980-81
8.555	REAT		Universidade Federal do Pará - Projeto	1980-81
8.555	REAT		Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programação	1980-81
8.555	REAT		Secretaria de Estado da Cultura – Pará – Relatório e Programação	1980-81
8.555	REAT		Universidade Estadual de Londrina – Relatório	1979-80
8.555	REAT		Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura em Santa Catarina - Plano	1980-81
8.555	REAT		Universidade Católica do Paraná – Relatório	1979-80
8.555	REAT		Fundação Catarinense de Cultura – Projeto	1980-81
8.555	REAT		Rondônia – Plano de Educação, Cultura e Desporto – Relatório	1980-85
8.555	REAT		Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura – Maranhão – Projeto	1981
8.555	REAT		Universidade Federal de Goiás – Plano de ação	1981
8.555	REAT		Município de Açu (RN) – Dados informativos	1980
8.555	REAT		Relatório do vice-presidente do IBECC para os assuntos administrativos ano de 1974 (Relatórios de outras entidades)	1974
8.555	REAT		Curso Interamericano de Capacitação Museográfica	1976
8.556	REAT		Pastas Contendo Documentos diversos – Memorandos /Correspondência Expedidas / Correspondência Recebidas / Declarações / Recortes de Jornal e Outros	1969-75
8.556	REAT		Pastas contendo documentos diversos – Memorandos, correspondência expedidas, correspondência recebidas, declarações, recortes de jornal e outros	1969-75
8.557	REAT		Pastas contendo documentos diversos – Memorandos, correspondência expedidas, correspondência recebidas, declarações, recortes de jornal e outros	1969-75
8.558	REAT		Pastas contendo documentos diversos – Memorandos, correspondência expedidas, correspondência recebidas, declarações, recortes de jornal e outros	1969-75
8.559	REAT		Pastas contendo documentos diversos – Memorandos, correspondência expedidas, correspondência recebidas, declarações, recortes de jornal e outros	1969-75

Regimentos, Regulamentos, Organogramas (RROR)

Caixa	Conjunto	Documento		Datas-Limite
		Número	Conteúdo	
8.384	RROR		Regimentos, organogramas, reorganização – Portarias, decretos e leis – Departamento de Assuntos Culturais - Subsecretaria de Assuntos Culturais - Secretaria da Cultura	1971- 80
8.384	RROR		Regimentos – Museu Imperial	1940-81
8.384	RROR		Regimentos – Museu Histórico Nacional	1940-81
8.384	RROR		Regimentos – Museu da República	1940-81
8.384	RROR		Regimentos – Museu Nacional de Belas Artes	1940-81
8.384	RROR		Regimentos – Museu Villa Lobos	1940-81
8.385	RROR		Regimentos – Serviço de Rádio Difusão Educativa	1937
8.385	RROR		Regimentos – Campanha de Defesa do Folclore	
8.385	RROR		Regimentos –Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
8.385	RROR		Regimentos – Comissão de Belas Artes	
8.385	RROR		Regimentos – Instituto Joaquim Nabuco	
8.385	RROR		Regimentos – Casa de Rui Barbosa	
8.386	RROR		Conselho Federal de Cultura	
8.386	RROR		Fundação Nacional de Artes	
8.386	RROR		Conselho Nacional de Cinema	
8.386	RROR		Empresa Brasileira de Filmes	
8.386	RROR		Instituto Nacional do Cinema	
8.386	RROR		Orquestra Sinfônica	
8.386	RROR		Biblioteca Nacional	
8.386	RROR		Instituto Nacional do Livro	
8.386	RROR		Serviço Nacional de Teatro	
8.387	RROR		Reorganização do Ministério da Educação e Cultura - Setores culturais	
8.388	RROR		Reorganização do Ministério da Educação e Cultura - Setores culturais	
8.388	RROR		Legislação do Ministério da Educação e Cultura, regimentos e estatutos dos órgãos subordinados e vinculados da Subsecretaria de Assuntos Culturais	

Legislação

DECRETO N. 19.402 – DE 14 DE NOVEMBRO DE 1930

Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Publica.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil

DECRETA:

Art. 1º Fica criada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa.

Art. 2º Este Ministério terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar.

Art. 3º O novo ministro de Estado terá as mesmas honras, prerrogativas e vencimentos dos outros ministros.

Art. 4º Serão reorganizadas a Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores e as repartições que lhe são subordinadas; podendo ser transferidos para o novo Ministério serviços e estabelecimentos de qualquer natureza, dividindo-se em diretorias e secções, conforme for conveniente ao respectivo funcionamento e uniformizando-se as classes das funcionários, seus direitos e vantagens.

Art. 5º Ficarão pertencendo ao novo Ministério os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º, como são, entre outros, o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamim Constant, a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal do Artes e Ofícios Venceslau Braz, a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial, o Departamento de Saúde Pública, o Instituto Osvaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistência Hospitalar.

Art. 6º Será aproveitado todo o pessoal, nos termos do decreto n. 19.398, de 11 de novembro corrente.

Art. 7º Para execução da presente lei o Governo expedirá o necessário regulamento regendo-se, provisoriamente, o novo Ministério pelo regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores, na parte que lhe for aplicável.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1930, 109º da Independência e 42º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N. 378 – DE 13 DE JANEIRO DE 1937

Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Publica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPITULO I

INTRODUCÇÃO

Art. 1º O Ministério da Educação e Saúde Publica passa a denominar-se Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2º Compete ao Ministério da Educação e Saúde exercer, na esfera federal, a administração das atividades relativas:

a) á educação escolar e á educação extra-escolar;

b) á saúde publica e á assistência médico-social.

Art. 3º O Ministério da Educação e Saúde constituir-se-á dos seguintes órgãos:

a)órgãos de direcção;

b)órgãos de execução.

Paragrapho unico. Haverá, ainda, órgãos de cooperação, que funccionarão, junto ao Ministerio, para assistil-o nas suas actividades.

Art. 4º Fica o territorio do paiz, para effeito da administração dos serviços do Ministerio da Educação e Saude, dividido em oito regiões, a saber:

a) 1ª Região, constituida pelo Districto Federal e pelo Estado do Rio de Janeiro;

b) 2ª Região, constituida pelo Territorio do Acre e pelos Estados do Amazonas e Pará;

c) 3ª Região, constituida pelos Estados do Maranhão, Piauhy e Ceará;

d) 4ª Região, constituida pelos Estados do Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco e Alagoas;

e) 5ª Região, constituida pelos Estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo;

f) 6ª Região, constituida pelos Estados de São Paulo e Matto Grosso;

g) 7ª Região, constituida pelos Estados do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul;

h) 8ª Região, constituida pelos Estados de Minas Geraes e Goyaz.

CAPITULO II

DOS ORGÃOS DE DIRECÇÃO

SECÇÃO I

Disposição preliminar

Art. 5º Os orgãos de direcção, cujo conjuncto fórma a Secretaria do Estado, são os seguintes:

a) Gabinete do Ministro;

b) orgãos de administração geral;

c) orgãos de administração especial;

d) orgãos complementares.

SECÇÃO II

Do Gabinete do Ministro

Art. 6º Ao Gabinete do Ministro, dirigido por um chefe de gabinete, incumbirá a execução do expediente relacionado immediatamente com o Ministro.

Paragrapho unico. O pessoal do Gabinete do Ministro será da confiança immediata do Ministro, e de nomeação deste.

SECÇÃO III

Dos orgãos de administração geral

Art. 7º Os orgãos de administração geral são os seguintes:

a) Directoria de Pessoal;

b) Directoria de Contabilidade.

§ 1º A' Directoria de Pessoal incumbirá o expediente concernente á administração do pessoal.

§ 2º A' Directoria de Contabilidade incumbirá o expediente relativo á execução da contabilidade e á administração do material.

SECÇÃO IV

Dos orgãos de administração especial

Art. 8º Os orgãos de administração especial são os seguintes:

a) Departamento Nacional de Educação;

b) Departamento Nacional de Saude.

Paragrapho unico. Para collaborar, nas actividades do Departamento Nacional de Educação e do Departamento Nacional de Saude, funccionará a Directoria de Estatistica, subordinada directamente ao Ministro.

Art. 9º Ao Departamento Nacional de Educação caberá a administração das actividades relativas á educação escolar e á educação extraescolar, que sejam da attribuição do Ministerio.

Art. 10. O Departamento Nacional de Educação compor-se-á do gabinete do director geral, de um serviço de expediente e das oito seguintes divisões, cada uma a cargo de um director de comprovada competência:

a) Divisão de ensino Primario;

b) Divisão de Ensino Industrial;

c) Divisão de Ensino Commercial;

d) Divisão de Ensino Domestico;

e) Divisão de Ensino Secundario;

f) Divisão de Ensino Superior;

g) Divisão de Educação Extraescolar;

h) Divisão de Educação Physica.

Art. 11. Pela Divisão de Ensino Primario, Divisão de Ensino Industrial, Divisão de Ensino Commercial, Divisão de Ensino Domestico, Divisão de Ensino Secundario e Divisão de Ensino Superior correrá respectivamente, a administração das actividades relativas ao ensino primario, ao ensino industrial, ao ensino commercial, ao ensino domestico, ao ensino secundario e ao ensino superior.

Paragrapho unico. A administração das actividades relativas ao ensino normal e ao ensino emendativo, nas suas differentes modalidades, correrá pelas divisões que a ellas corresponderem.

Art. 12. Pela Divisão de Educação Extraescolar e divisão de Educação Physica correrá, respectivamente, a administração das actividades relativas á educação extraescolar e á educação physica.

Art. 13. Ao Departamento Nacional de Saude incumbirá a administração das actividades relativas á saude publica e á assistencia medico-social, que sejam da competencia do Ministerio.

Art. 14. O Departamento Nacional de Saude compor-se-á do gabinete do director geral, de um serviço de expediente e das quatro seguintes divisões, cada uma a cargo de um director reconhecidamente especializado:

a) Divisão de Saude Publica;

b) Divisão de Assistencia Hospitalar;

c) Divisão de Assistencia a Psychopathas;

d) Divisão de Amparo á Maternidade e á Infancia.

Art. 15. Pela Divisão de Saude Publica correrá a direcção dos serviços relativos á saude publica, de caracter nacional, bem como dos que, de caracter local, sejam executados pela União. Competir-lhe-á ainda promover a cooperação da União nos serviços locaes, por meio do auxilio e da subvenção federaes, fiscalizando o emprego dos recursos concedidos.

Art. 16. Pela Divisão de Assistencia Hospitalar correrá a direcção dos serviços relativos á assistencia hospitalar, de caracter nacional, bem como dos que, de caracter local, sejam executados pela União. Competir-lhe-á, ainda, promover a cooperação da União nos serviços locaes, por meio do auxilio e da subvenção federaes, fiscalizando o emprego dos recursos concedidos.

Art. 17. Pela Divisão de Assistencia a Psychopathas correrá a direcção dos serviços relativos á assistencia a Psychopathas e á prophylaxia mental, de caracter nacional, bem como dos que, de caracter local, sejam executados pela União competir-lhe-á ainda promover a cooperação da União nos serviços locaes, por meio do auxilio e da subvenção federaes fiscalizando o emprego dos recursos concedidos.

Art. 18. Pela Divisão de Amparo á Maternidade e á Infancia correrá a direcção dos serviços relativos ao amparo á maternidade e á saude da criança, de caracter nacional, bem como dos que, de caracter local, sejam executados pela União Competir-lhe-á ainda promover a cooperação da União nos serviços locaes, por meio do auxilio e da subvenção federaes, fiscalizando o emprego dos recursos concedidos.

Art. 19. A' Directoria de Estatística compete a organização da estatística dos assumptos da competencia do Ministerio, bem como a divulgação de seus resultados.

SECÇÃO V

Dos orgãos complementares

Art. 20. Os orgãos complementares são os seguintes:

a) Commissão de Efficiencia;

b) Serviço Jurídico;

c) Serviço de Publicidade;

d) Bibliotheca;

e) Serviço de Communicações;

f) Portaria.

Art. 21. A Commissão de Efficiencia se destina a estudar e propor, permanentemente, as medidas que devam ser tomadas, para que a administração geral do Ministerio (organização do pessoal, do material e da contabilidade bem como o funccionamento burocratico) se faça com regularidade, rapidez e economia.

Art. 22. Ao Serviço Jurídico incumbe, nos trabalhos do Ministerio, o estudo de toda a materia que envolva indagação de natureza jurídica.

Art. 23. O Serviço de Publicidade tem por objecto fazer, de modo permanente, a divulgação, por todos os meios de publicidade, dos assumptos do Ministerio, que devam ser levados ao conhecimento do publico, bem como promover a collecta de dados para a feitura do relatorio annual do Ministro e de outras publicações do mesmo genero.

Art. 24. A' Bibliotheca incumbe fazer a acquisição, a classificação, a guarda e a conservação dos livros e demais; impressos necessarios aos trabalhos da Secretaria do Estado.

Art. 25. O Serviço de communicações se destina a promover as communicações internas e externas dos orgãos direcção.

Art. 26. A' Portaria compete fazer a guarda, a conservação e a limpeza das dependencias destinadas aos orgãos de direcção.

CAPITULO III

DOS ORGÃOS DE EXECUÇÃO

SECÇÃO I

Disposição preliminar

Art. 27. Os orgãos de execução são os seguintes:

a) serviços intermediarios;

b) serviços relativos á educação;

c) serviços relativos á saúde;

d) serviços auxiliares.

SECÇÃO II

Dos serviços intermediarios

Art. 28. Os serviços intermediarios são as seguintes:

a) delegacias federaes de educação;

b) delegacias federaes de saude.

Art. 29. Em cada uma das regiões de que trata o art. 4º desta lei serão estabelecidas uma delegacia federal de educação e uma delegacia federal de saude.

§ 1º Na 1ª Região não será estabelecida a delegacia federal de saude, ficando, ahi, as funcções a ella concernentes directamente a cargo do Departamento Nacional de Saude.

§ 2º As delegacias terão suas sédes, respectivamente, nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Recife, Cidade do Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Bello Horizonte.

§ 3º poderão ser creadas sub-delegacias federaes de educação e sub-delegacias federaes de saude nos Estados, que não forem séde de região e no Territorio do Acre

Art. 30. A's delegacias federaes de educação competirá fazer a inspecção dos serviços federaes de educação, promover a fiscalização dos estabelecimentos de ensino reconhecidos federalmente, e ainda exercer as actividades que se tornarem necessarias á effectivação da collaboração da União nos serviços locaes de educação escolar e de educação extraescolar.

§ 1º Estas delegacias serão dirigidas por delegados federaes de educação, que serão auxiliados por technicos de educação.

§ 2º Os inspectores de ensino ficarão incorporados ás delegacias federaes de educação.

Art. 31. A's delegacias federais de saude competirá fazer a inspecção dos serviços federaes de saude, e ainda superintender as actividades que se tornarem necessarias á effectivação da collaboração da União nos serviços locaes de saude publica e de assistencia medico-social.

Paragrapho unico. Estas delegacias serão dirigidas por delegados federaes de saude, que serão auxiliados por medicas sanitaristas, medicas clínicos e medicas psychiatras.

Art. 32 – Vetado.

SECÇÃO III

Dos serviços relativos á educação

1) Disposição geral

Art. 33. Os serviços relativos á educação, orgãos destinados a executar actividades de, educação escolar ou de educação extraescolar, são os constantes da presente lei e os que posteriormente venham a ser instituídos.

Paragrapho unico. Taes serviços serão regulados por leis especiaes, ficando, porém, desde já, estabelecidas as disposições dos artigos que se seguem.

2) Instituições de educação escolar

Art. 34. A Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade Technica Federal se reunirão para formar a Universidade do Brasil.

Art. 35. Além da Universidade do Brasil, manterá a União, como serviços publicos federaes, os seguintes estabelecimentos de ensino superior; Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Direito do Ceará, Faculdade da Medicina da Bahia, Faculdade de medicina de Porto Alegre e Escola Polytechnica da Bahia.

Art. 36. O Collegio Pedro II é mantido como estabelecimento padrão do ensino secundario, fundamental e complementar.

Art. 37. A Escola Normal de Artes e Officios Wencesláo Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e gráos.

Paragrapho unico. Novos lyceus serão instituidos, para propagação do ensino profissional, dos varios ramos e gráos, por todo o territorio do Paiz.

Art. 38. São mantidos o Instituto Benjamim Constant e o Instituto Nacional de Surdos Mudos, destinados ao ensino commum e especializado, respectivamente, para cégos e para surdos-mudos, e ainda como centros de pesquisa pedagogicas, funccionando, neste ultimo caso, como orgãos collaboradores do Instituto Nacional de Pedagogia.

Art. 39. Fica creado o Instituto Nacional de Pedagogia, destinado a realizar pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus differentes aspectos.

Paragrapho unico. Fica instituida, como parte integrante do Instituto Nacional de Pedagogia, a Commissão de Litetura Infantil, que terá por objectivo estudar o problema da literatura destinada ás crianças e aos adolescentes.

Art. 40. Fica creado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, destinado a promover e orientar a utilização da cineamatographia, especialmente como processo auxiliar do ensino, e ainda como meio de educação popular em geral.

3) Instituições de educação extraescolar

Art. 41. Fica mantido o Instituto Oswaldo Cruz, como instituição de caracter scientifico, destinada á realização de pesquisas no domínio da pathologia experimental e de outros ramos da biologia.

Art. 42. O Observatorios Nacional fica constituido de cinco orgãos, a saber :

a) dois observatorios, sendo um delles o que se acha instalado no Districto Federal, e o outro a ser installado em montanha;

b) tres estações magneticas, sendo uma dellas a que se acha installada na cidade de Vassouras (Estado do Rio de Janeiro) e as outras duas a serem installadas, uma no norte e outra no sul do Paiz.

Art. 43. Fica mantida a Bibliotheca Nacional, com as attribuições que ora lhe competem.

§ 1º Fica creada, na Bibliotheca Nacional, para leitura de cegos, uma secção Braille, que será dirigida por um cego de comprovada competencia.

§ 2º Na Bibliotheca Nacional, será mantido o curso de bibliotheconomia ali existente.

Art. 44. Fica creado o Instituto Cayrú, que terá por finalidade organizar e publicar a Encyclopedia Brasileira.

Art. 45. A Casa de Ruy Barbosa se mantém com o objectivo de cultuar a memoria de Ruy Barbosa, velando pela sua bibliotheca e todos os objectos que lhe pertenceram, e promovendo a publicação de seu archivo e de suas obras completas.

Art. 46. Fica creado o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional.

§ 1º O Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional terá, além de outros orgãos que se tornarem necessarios ao seu funccionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá do director do Serviço do Patrimonio Historico e Artistico Nacional, dos directores dos museus nacionaes de coisas historicas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da Republica.

§ 3º O Museu Historico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros museus nacionaes de coisas historicas ou artísticas, que forem creados, cooperarão nas actividades do Serviço do Patrimonio Historico e Artistico Nacional, pela fórma que fôr estabelecida em regulamento.

Art. 47. O Museu Historico Nacional é mantido como estabelecimento destinado á guarda, conservação e exposição das relíquias referentes ao passado do Paiz e pertencentes ao patrimonio federal.

Paragrapho unico. No Museu Historico Nacional funccionará o curso de museologia alli existente.

Art. 48. Fica creado o Museu Nacional de Bellas Artes, destinado a recolher, conservar e expor as obras de arte pertencentes ao patrimonio federal.

Art. 49. Fica instituída, como orgão de caracter permanente, a Commissão de Theatro Nacional, a que competirá estudar, em todos os seus aspectos, o problema do theatro nacional, e propôr ao Governo as medidas que devam ser tomadas para a sua conveniente solução.

Art. 50. Fica instituido o Serviço de Radiodiffusão Educativa, destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programmas de caracter educativo.

Paragrapho unico. Uma vez organizado o Serviço de Radiodiffusão Educativa, ficam as estações radiodiffusoras, que funccionem em todo o Paiz, obrigadas a transmittir, em cada dia, durante dez minutos, no mínimo, seguidos ou parcellados, textos educativos, elaborados pelo Ministerio da educação e Saude, sendo pelo menos metade do tempo de irradiação nocturna.

SECÇÃO IV

Dos serviços relativos á saude

1) Disposição geral

Art. 51. Os serviços relativos á saude, orgãos destinados a executar actividades de saude publica ou de assistencia medico-social, são os constantes da presente lei e os que posteriormente venham a ser instituidos.

Paragrapho unico. Taes serviços serão regulados por leis, especiaes, ficando, porém, desde já, estabelecidas as disposições dos artigos que se seguem.

2) Serviços destinados á investigação

Art. 52. Fica creado o Instituto Nacional de Saude Publica, destinado a realizar, de modo systematico e permanente, estudos, inqueritos e pesquisas sobre os assumptos de saude publica de interesse para o Paiz.

Art. 53 – Vetado.

Art. 54. Fica creado o Instituto Nacional de Puericultura, destinado a realizar estudos, inqueritos e pesquisas sobre os problemas relativos á maternidade e á saude da criança.

3) Serviços de saude do Districto Federal

Art. 55. O serviço de aguas e o serviço de esgotos do Districto Federal serão mantidos como serviços publicos federaes, ficando a cargo do Serviço de Aguas e Esgotos do Districto Federal.

Art. 56. As actividades sanitarias do Districto Federal serão executadas pelo Serviço de Saude Publica do Districto Federal, que constará dos seguintes orgãos centraes;

a) Laboratorio de Saude Publica;

5) Inspectoria da Alimentação;

c) Inspectoria dos Centros de Saude;

d) Inspectoria dos Serviços Especiaes;

e) Inspectoria de Engenharia Sanitaria.

§ 1º Ao Laboratorio de Saude Publica caberá a realização de exames necessarios aos serviços de saude publica do Districto Federal.

§ 2º A' Inspectoria da Alimentação competirá fiscalizar os mercados, matadouros, centros de producção e beneficiamento do leite, bem como o transporte e o commercio em grosso dos generos alimentícios, além de fazer instituir e fiscalizar, em estabelecimentos publicos e privados sob regime de internamento, a pratica da bôa alimentação.

§ 3º A Inspectoria dos Centros de Saude exercerá, por intermedio de seus orgãos districtaes e sob feição primacialmente educativo-prophylatica, as actividades sanitarias relativas ás doenças contagiosas (inclusive tuberculose, lepra e doenças venereas), ao cancer, á hygiene da criança, á hygiene mental, aos exames de saude, á hygiene do trabalho e ainda á fiscalização do commercio a varejo dos generos alimentícios, á policia sanitaria, aos serviços auxiliares de laboratorio e de bio-estatística. As actividades relativas á hygiene da criança, quando ministradas nos centros de saude, serão orientadas, dirigidas e executadas pela Divisão do Amparo á Maternidade e á Infancia, por intermedio do Serviço de Puericultura do Districto Federal.

§ 4º A Inspectoria dos Serviços Especiaes terá a seu cargo os serviços que não fôr conveniente realizar nos centros de saude.

§ 5º A Inspectoria de Engenharia Sanitaria terá a seu cargo a direcção e a execução de todos os serviços de engenharia sanitaria do Districto Federal, em collaboração com a Inspectoria dos Centros de Saude e a Inspectoria dos Serviços Especiaes.

§ 6º O hospital-colonia de Curupaity e o Preventorio Paula andido ficam encorporados ao Serviço de Saude Publica do Districto Federal.

§ 7º Fica creado, no Serviço de Saude Publica do Districto Federal um serviço de elucidação de diagnostico, no qual terão exercício um medico sanitarista e um medico clinico, incumbidos, sempre que fôr necessario, da apurarão diagnostica dos casos de lepra que occorram no Districto Federal.

Art. 57 – Vetado.

Art. 58. Para attender ás necessidades relativas á assistencia hospitalar, no Districto Federal, fica constituido o Serviço de Assistencia Hospitalar do Districto Federal, de que farão parte o Hospital Estacio de Sá, o Hospital São Francisco de Assis, o Hospital Pedro II e outros serviços que venham a ser instituidos com a mesma finalidade.

Paragrapho unico. Fica creado, no Serviço de Assistencia Hospitalar do Districto Federal, um centro de cancerologia, destinado á prophylaxia e ao tratamento do cancer.

Art. 59. As actividades relativas á assistencia a psychopathas, no Districto Federal serão executadas pelo Serviço de Assistencia a Psychopathas do Districto Federal, composto dos seguintes orgãos:

a) Hospital Psychiatrico;

b) Instituto de Neuro-Syphilis;

c) Colonia Juliano Moreira;

d) Colonia Gustavo Riedel;

e) Manicomio Judiciario.

Art. 60. Para attender ás necessidades relativas ao amparo á maternidade e á saude da criança, no Districto Federal, fica creado o serviço de Puericultura do Districto Federal.

§ 1º As actividades concernentes á prophylaxia da tuberculose e da lepra, que disserem respeito á criança, ficam na dependencia do Serviço de Saude Publica do Districto Federal.

§ 2º Uma vez installado o Hospital das Clinicas da Universidade do Brasil, a Maternidade das Laranjeiras passará para o Serviço de Puericultura do Districto Federal.

4) Serviços de saude de todo o Paiz

Art. 61. Para promover o desenvolvimento da cultura sanitaria do povo, pela divulgação de conhecimentos de hygiene individual e de saude publica, inclusive os relativos á criança, haverá o Serviço de Propaganda e Educação Sanitaria, que passa a substituir a Secção de Informações, Propaganda e Educação Sanitaria, da actual Directoria Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social.

Art. 62. Os serviços sanitarios relativos aos portos do paiz e a marinha mercante constituirão o Serviço de Saude dos Portos.

Art. 63. Fica instituído o Serviço Anti-venereo das Fronteiras, destinado exclusivamente ao cumprimento de obrigações internacionaes, e que se constituirá somente de pessoal extranumerario.

Art. 64. O Serviço de Febre Amarella, destinado á prophylaxia da febre amarella, em todo o paiz, ora realizado com a cooperação da Fundação Rockfeller, passará, quando, a criterio do Poder Executivo não fôr mais renovado o contracto com a quella instituição, a ser directamente executado pelo Ministerio da Educação e Saude, de accordo com o disposto no art. 65, desta lei.

Art. 65. A' medida que se forem organizando os planos nacionaes de combate ás grandes endemias do paiz, dar-lhes-á o Ministerio da Educação e Saude immediata e progressiva execução, mediante o estabelecimento de serviços especiaes, destinados á realização dos planos traçados, que serão custeados e dirigidos technica e administrativamente pela União, salvo nas zonas em que os governos locaes possam executal-os, com ou sem o auxilio federal.

SECCÇÃO V

Dos serviços auxiliares

Art. 66. Os serviços auxiliares são os seguintes:

a) Serviço de Obras;

b) Serviço de Transportes;

c) Serviço Graphico.

§ 1º Os dois primeiros serviços ,passam desde logo a substituir a actual Superintendencia de Obras e Transportes, cujas funções a elles se transferem.

§ 2º Destina-se o Serviço ´Graphico a realizar trabalhos typographicos e outros congeneres e se constituirá inicialmente da reunião dos serviços de typographia ora existentes em varias repartições do Ministerio.

CAPITULO IV

DOS ORGÃOS DE COOPERAÇÃO

Art. 67. Além do Conselho Nacional de Educação, assistirá o Ministerio o Conselho Nacional de Saude.

Paragrapho unico. A composição, o funccionamento e a competencia do Conselho Nacional de Educação constam da lei n. 174, de 6 de janeiro de 1936, ficando revoltadas as expressões "com approvação do Senado Federal do seu artigo

3º; a composição, o funcionamento e a competência de Consemo Nacional de Saude constarão de lei especial.

CAPITULO V

DOS FUNCCIONARIOS

Art. 68. Os cargos publicos, existentes no Ministerio da Educação e Saude, formarão os seguintes oito quadros:

a) Quadro I, comprehendendo os serviços localizados na 1ª Região:

b) Quadro II, comprehendendo os serviços localizados na 2ª Região;

c) Quadro III, comprehendendo os serviços localizados na 3ª Região;

d) Quadro IV, comprehendendo os serviços localizados na 4ª Região;

e) Quadro V, comprehendendo os serviços localizados na 5ª Região;

f) Quadro VI, comprehendendo os serviços localizados na 6ª Região;

g) Quadro VII, comprehendendo os serviços localizados na 7ª Região;

h) Quadro VIII, comprehendendo os serviços localizados na 8ª Região.

Art. 69. Os serviços do Ministerio da Educação e Saude serão executados :

a) pelos funccionarios em commissão e effectivos, que são aquelles cujos cargos constam das tabellas annexas á lei n. 284, de 28 de outubro de 1936 (Ministerio da Educação e Saude Publica), com as addições, suppressões e transformações feitas pela presente lei;

b) pelo pessoal extranumerario.

Art. 70. Ficam creados, no quadro I, os seguintes cargos effectivos: 2 medicos sanitaristas da classe M; 4 medicos sanitaristas da classe L; 4 medicos sanitaristas da classe K; 3 officiaes administrativos da classe L; 10 officiaes administrativos da classe J; 8 technicos de educação da classe L; 16 technicos de educação da classe K; 20 technicos de educação da classe J ; 24 technicos de educação da classe I; 1 tachygrapho da classe J; 1 tachygrapho da classe I; 1 desenhista da classe G; 3 desenhistas da classe F; 1 Bibliothecario da classe F; 1 archivista da classe F; 1 conservador da classe J; 2 conservadores da classe I; 3 conservadores da classe H; 4 conservadores da classe G; e 5 zeladores da classe C.

Art. 71 – Vetado.

Art. 72. Ficam creados, no quadro I, os seguintes cargos em commissão : 1 director do padrão P (Serviço de Aguas e Esgotos do Districto Federal) ; 12 directores de divisão do padrão N (Departamento Nacional de Educação e Departamento Nacional de Saude) 1 consultor jurídico do padrão N (Serviço Jurídico) ; 7 directores do padrão N (Instituto Nacional de Pedagogia, Instituto Nacional de Cinema Educativo, Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional. Instituto Nacional de Saude Publica. Instituto Nacional de Puericultura, Serviço de Propaganda e Educação Sanitaria e Serviço de Saude Publica do Districto Federal) ; 1 director do padrão M (Instituto Cayrú) ; 1 inspector do padrão M (Serviço de Saude Publica do Districto Federal) ; 4 directores do padrão L (Museu Nacional de Bellas Artes, Serviço de Radio-diffusão Educativa, Hospital Psychiatrico e Hospital Estacio de Sá) : 2 chefes de serviço do padrão L (Serviço de Publicidade e Serviço de Communicações) ; 1 superintendente do padrão L (Serviço de Transportes) ; e 1 superintendente do padrão K (Serviço Graphico).

Art. 73. Ficam creados em cada um dos quadros II, III; IV, V, VI, VII e VIII os seguintes cargos effectivos: 4 technicos de educação da classe K; 1 medico sanitarista da classe K; 1 medico clinico da classe K; P, dactylographos da classe D; e 2 serventes da classe B; e ainda os seguintes cargos em commissão : 1 delegado federal de educação do padrão M e 1 delegado federal de saude do padrão M.

Paragrapho unico. Fica ainda creado, no quadro I, como cargo em commissão, 1 delegado federal de educação do padrão M.

Art. 74. Ficam extinctos, no quadro l, os seguintes cargos em commissão: 1 inspector (Inspectoria de Aguas e :Esgotos) ; 17 directores (Secção Technica Geral de Saude Publica, Secção Technica Geral de Assistencia Medico-Social, "Secção de Informações, Propaganda e Educação Sanitaria, Directoria de Defesa Sanitaria Internacional e da Capital da Republica, Directoria dos Serviços Sanitarios nos Estados, Directoria de Assistencia a Psychopathas e Prophylaxia Mental, Directoria de Assistencia Hospitalar, Directoria de Protecção á Maternidade e á Infancia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Odontologia, Instituto Nacional de Musica, Escola Nacional de Bellas Artes, Escola Polytechnica, Escola Nacional de Chimica, Collegio Pedro II, internato, e Collegio Pedro II, externato) ; 4 inspectores (Inspectoria Geral do Ensino Superior, Inspectoria Geral do Ensino Secundario, Inspectoria Geral do Ensino Commercial e Inspectoria de Fiscalização do Exercício Profissional) ; e 1 superintendente (Superintendencia do Ensino Industrial).

Paragrapho unico. Fica extincto, no quadro VIII, o cargo de um director em commissão (Escola de Minas),

Art. 75. Fica incluido, no quadro I, entre os cargos: que ficarão extinctos á medida que vagarem, um de director (Secção Technica Geral de Saude Publica) do padrão N.

Art. 76. O provimento de qualquer cargo ou funcção no Ministerio da Educação e Saude não poderá ser feito senão em virtude de nomeação do Presidente da Republica ou de contracto do Ministro, nos termos da legislação vigente; sendo vedado, por conta de dotações orçamentarias, qualquer pagamento a pessoal que não tiver sido admittido por esta fórma.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os extranumerarios (diaristas e tarefeiros), admittidos para a execução de obras.

Art. 77. Todos os cargos em commissão serão de livre nomeação do Presidente da Republica, que escolherá os respectivos titulares dentre pessoas de reconhecida competencia.

Art. 78. Os delegados federaes de educação serão escolhidos dentre os technicos de educação e os delegados federaes de saude, dentre os medicos sanitaristas e os medicas clínicos, do Ministerio da Educação e Saude.

Art. 79. Os medicos sanitaristas das delegacias federaes de saude deverão ser diplomados por cursos especializados, officiaes ou equiparados.

Art. 80 – Vetado.

Art. 81. O Serviço de Saude dos Portos ficará sob a direcção do antigo Inspector Geral de Saude do Porto do Rio de Janeiro, ora medico sanitarista da classe M.

Art. 82 – Vetado.

Art. 83. E' obrigado a trabalhar, no serviço da respectiva repartição, pelo menos seis horas, em cada dia util, salvo aos sabbados, em que o expediente poderá ser reduzido a tres horas, o pessoal administrativo de todo o Ministerio da Educação e Saude, bem como todo o demais pessoal da Secretaria de Estado.

Art. 84. Estarão sujeitos ao regime de tempo integral os delegados federaes de educação e os delegados federaes de saude, bem como os technicos de educação, os medir os sanitaristas, os medicas clínicos e os medicos psychiatras, que com elles trabalhem.

Art. 85. Quando, em virtude de lei, a direcção de um serviço não fôr attribuida a cargo em commissão, mas couber a funccionario, effectivo ou em commissão, do mesmo serviço, poder-se-á pagar-lhe uma gratificação de funcção, que igualmente deve ser estabelecida por lei.

Art. 86. Fica estabelecida, para cada um dos directores dos seguintes estabelecimentos de ensino: Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Odontologia, Escola de Minas, Instituto Nacional de Musica e Escola Nacional de Bellas Artes (da actual Universidade do Rio de Janeiro), Escola Polytechnica e Escola Nacional de Chimica (da actual Universidade Technica Federal), Collegio Pedro II (internato) e Collegio Pedro II (externato), a gratificação de funcção de 9:600$000 annuaes.

CAPITULO VI

DAS FÓRMAS DE ACÇÃO DA UNIÃO

Art. 87. A União exercerá, com relação aos problemas da educação e da saude, acção propria e acção suppletiva.

Art. 88. A União exercerá a acção propria, em qualquer ponto do Paiz, instituindo, mantendo e dirigindo os serviços de educação e de saude que sejam caracteristicamente de necessidade ou conveniencia de alcance nacional.

Art. 89. A União exercerá a acção suppletiva, em qualquer ponto do Paiz, onde se faça necessaria por deficiencia de iniciativa ou de recursos, e, observadas as disposições constitutucionaes, o fará, quer de maneira directa, instituindo, mantendo ou dirigindo serviços de educação e de saude, quer de maneira indirecta, concedendo aos Estados ou ás instituições particulares, respectivamente, o auxilio ou a subvenção federaes.

Paragrapho unico. Leis especiaes estabelecerão as condições e o processo por que será exercida a acção suppletiva da União.

Art. 90. Ficam instituidas a Conferencia Nacional de Educação e a Conferencia Nacional de Saude, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das actividades concernentes á educação e á saude, realizadas em todo o Paiz, e a oriental-o na execução dos serviços locaes de educação e de saude, bem como na concessão do auxilio e da subvenção federaes.

Paragrapho unico. A Conferencia Nacional de Educação e a Conferencia Nacional de Saude serão convocadas pelo Presidente da Republica, com intervallos maximos de dois armas, nellas tomando parte autoridades administrativas que representem o Ministerio da Educação e Saude e os governos dos Estados, do Districto Federal e do Territorio da Acre.

CAPITULO VII

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 91. Serão constituídos, para as despesas dos serviços de educação e de fraude, realizadas pelo Ministerio dois fundos especiaes: o Fundo Nacional de Educação e o Fundo Nacional de fraude.

Art. 92. O Fundo Nacional de Educação constituir-se-á dos recursos a que se refere a Constituição, art. 157, § 1º.

Art. 93. O Fundo Nacional de Saude constituir-se-á dos recursos especiaes, ora destinados aos serviços de saude publica e assistencia medico-social, e de outros que, para o mesmo fim, venham a ser creados.

Art. 94. Os fundos instituídos nos artigos anteriores serão regulados por leis especiaes.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 95. Os orgãos de execução estarão subordinados ao Ministro, quer directamente, quer por intermedio dos directores dos orgãos de administração geral ou dos orgãos de administração especial (arts. 7º e 8º desta lei),

Art. 96. Nenhuma despesa se fará, em qualquer serviço do Ministerio da Educação e Saude, em virtude de orçamento interno, á parte.

Paragrapho unico. A renda de qualquer serviço se incorporará obrigatoriamente ao orçamento da receita, incluindo-se no da despesa as dotações necessarias ao custeio de todas as suas actividades.

Art. 97. A Divisão de Saude Publica, a Divisão de Assistencia Hospitalar, a Divisão de Assistencia a Psychopathas e a Divisão de Amparo á Maternidade e á Infancia, do Departamento Nacional de Saude organizarão um registro das actividades relativas aos assumptos de sua respectiva alçada, realizadas em todo o Paiz, ficando as delegacias federaes de fraude incumbidas da collecta de dados estatísticos para o mesmo, nas respectivas regiões.

Art. 98. As divisões, de que se compõe o Departamento Nacional de Educação, organizarão, com relação aos assumptos de sua respectiva competencia e por intermedio das delegacias federaes de educação, um registro da natureza do de que trata o artigo anterior.

Art. 99. Os orgãos de que se compõe o Ministerio da Educação e Saude manterão publicações periodicas e avulsas, que se subordinarão a planos que serão estabelecidos em regulamento.

Art. 100. Os estabelecimentos de ensino e quaesquer outras instituições destinadas a serviços de educação ou de saude só poderão adoptar, na sua denominação, os qualificativos "nacional" e "do Brasil", quando mantidos pela União, ou com autorização do Ministro da Educação e Saude, mediante parecer do Conselho Nacional de educação ou do Conselho Nacional de Saude.

Paragrapho unico. A violação do preceito deste artigo acarretará a multa de 5:000$000, que será imposta pelo Ministro. Se, imposta a multa, persistir a instituição multada na violação, ser-lhe-á prohibido o funccionamento, por acto da mesma autoridade.

Art. 101. Os serviços de amparo á maternidade e á infancia, realizados pelo Ministerio da Educação e Saude, bem como a fiscalização e a orientação dos mesmos, serão incumbidos de preferencia a mulheres habilitadas (Constituição, art. 121, § 3º).

Art. 102 – Vetado.

Art. 13 – Vetado.

Art. 104 – Vetado.

Art. 105 – Vetado.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 106. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por compra ou desapropriação por utilidade publica, para serviços de educação, os immoveis, situados no Districto Federal á rua General Canabarro ns. 280, 280-A, 306 e 308, correndo as despesas necessarias por conta da dotação de réis 86.803:193$400. constante da parte. III (Serviços e encargos diversas), verba 23, sub-consignação n. 2, do orçamento do Ministerio da Educação e Saude, para 1937.

Art. 107. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os immoveis ora occupados pelas escolas de aprendizes artífices e a ellas inadequados, aplicando o producto da alienação nas obras de edificação e na installação de novas escolas profissionaes.

Art. 108. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os títulos disponiveis, pertencentes ao Instituto Benjamim Constant e ao Instituto Nacional de Surdos Mudos, empregando a importancia resultante nas obras de remodelação, respectivamente, desses estabelecimentos de ensino.

Art. 109. O pessoal pago pelas rendas dos patrimontos ora administrados pelo Instituto Benjamim Constant, pelo Instituto Nacional de Surdos Mudos, pelo Instituto Oswaldo Cruz pelo Instituto Nacional de Musica e pelo Serviço de Assistencia a Psychopathas do Districto Federal será aproveitado nos mesmos estabelecimentos, observada a legislação em vigor.

Art. 110. Fica o Poder Executivo autorizado a despender, no exercício de 1937, com a remuneração do pessoal, ora custeado pelos orçamentos internos do Instituto Benjamim Constant, do Instituto Nacional de Surdos Mudos, do Instituto Oswaldo Cruz, do Instituto Nacional de Musica e do Serviço de Assistencia a Psychopathas do Districto Federal, as importancias, respectivamente, de réis 82:480$000, 52:000$000 780:000$000, 25:000$000 e 135:000$000.

Paragrapho unico. As despesas de que trata o presente artigo correrão por conta da dotação de 86.803:193$400, constante da parte III (Serviços e encargos diversos), verba 23ª, sub-consignação n. 2, do orçamento do Ministerio da Educação e Saude, salvo a ultima, que correrá por conta da dotação de 6.733:000$000 constante da parte III (Serviços e encargos diversos), verba 1ª, sub-consignação n. 3, do orçamento do Ministerio da Educação e Saude.

Art. 111. Será applicado, no exercício de 1937, em serviços de educação, o saldo que fôr apurado, depois de ouvido o Ministerio da Fazenda, o restante da dotação de 6.000:000$ constante da sub-consignação n. 28, da verba 1, do orçamento do Ministerio da Educação e Saude, para 1935, observado disposto no art. 121 desta lei.

Art. 112. Fica revigorado, para o exercício de 1937, credito de 100:000$000, de que trata a lei n. 100, de 8 de outubro de 1935.

Art. 113. Ficam revigorados, para o exercício de 1937 os saldos, não applicados até 31 de dezembro de 1936, resultantes dos recursos de que trata a lei n. 184, de 13 de janeiro de 1936, sendo que o credito de 800:000$000, a que se refere o art. 2º da mencionada lei, será applicado n aconstrucção de um sanatorio para funccionarios publicos.

Art. 114. Fica o Poder Executivo autorizado a despender até a importancia de 7.000:000$000, na construcção de sanatorios populares para tuberculosos, realizadas as operações de credito, que se tornarem necessarias.

Art. 115. Fica o Poder Executivo autorizado a fundir num só estabelecimento e a reunir num só local o internato e o externato do Collegio Pedro II, dotando-o das installações necessarias á plena efficiencia do ensino.

§ 1º Haverá, no internato, uma secção masculina e outra feminina.

§ 2º O programma de remodelação do Collegio Pedro II será organizado por uma commissão de professores do mesmo estabelecimento, nomeada pelo Ministro da Educação e Saude, e o respectivo projecto será mandado fazer por architecto de reconhecida competencia.

Art. 116. Fica o Poder Executivo autorizado a despender, no exercício de 1937, por conta da dotação de réis 38.013:200$000. constante da parte III (Serviços e encargos diversos), verba 3ª, sub-consignação n. 2, do orçamento da Ministerio da Educação e Saude:

a) com as obras e installações do Instituto Nacional de Puericultura a importancia de 3.000:000$000;

b) com a construcção, installação e manutenção, em todo o territorio nacional, de serviços destinados ao amparo á maternidade e á infancia (escolas de enfermagem e de serviço social, maternidades, abrigos maternaes, serviços de assistencia domiliciar, cantinas maternaes, crèches, lactarios, dispensarios, hospitaes, preventorios e serviços de vaccinação), a importancia de 8.000:000$000;

c) com os serviços de neuro-psychiatria infantil do Serviço de Assistencia a Psychopathas do Districto Federal, a quantia de 1.000 :000$000

Art. 117. Fica o Poder Executivo autorizado a despender, no exercício de 1937, por conta da dotação de réis 39.525:600$000, constante da parte III (Serviços e encargos diversos), verba 23, sub-consignação n. 1, do orçamento do Ministerio da Educação e fraude, a importancia de 10.000:000$000, na construcção e manutenção, nas zonas ruraes de todo o paiz, de escolas primarias e de escolas profissionaes destinadas ao preparo de trabalhadores para as actividades agrícolas.

Art. 118. Fica o Poder Executivo autorizado a despender, no exercício de 1937, por conta das dotações constantes da parte III (Serviços e encargos diversos), verba 23, subconsignações ns. 1 e 2 do orçamento do Ministerio da Educação e Saude, a importancia de 3.000:000$000, para cooperar com os Estados na installação e manutenção de escolas primarias, nas zonas em que a acção suppletiva da União se tornar imprescindível.

Art. 119. Fica o Poder Executivo autorizado a despender, no exercício de 1937, por conta da dotação de réis 86.813 : 193$400, constante da parte III (Serviços e encargos diversos), verba 23, sub-consignação n, 2, do orçamento do Ministerio da Educação e Saude:

a) com a construcção e installação do Instituto Nacional de Saude Publica, a quantia de 600:000$000;

b) com as despesas de organização do projecto e inicio das obras de construcção de novo edifício para o Collegio Pedro II, a quantia de 5.000:000$000;

c) com as despesas com a organização dos projectos e com as obras para a remodelação das escolas profissionaes, ora mantidas pela União, inclusive a Escola Normal de Artes e Officios Weneeslau Braz, a importancia de 8.000:000$000;

d) com as despesas com a organização dos projectos e com as obras de construcção de novas escolas profissionaes, a importancia de 5.000:000$000;

e) com as despesas necessarias á remodelação do edificio, actualmente occupado pela Escola Nacional de Bellas Artes, para nelle ser installado o Museu Nacional de Bellas Artes, a quantia de 800:000$000;

f) com as despesas necessarias á remodelação da Bibliotheca Nacional e do Museu Historico Nacional, respectivamente, as importancias de 300:000$000 e 300:000$000;

g) com as despesas necessarias ás obras e apparelhos para a remodelação e ampliação do Observatorio Nacional, a quantia de 600:000$000;

h) com as despesas de remodelação do Instituto Oswaldo Cruz, a importancia de 1.000:000$000;

i) com as despesas necessarias ao inicio da publicação das obras completas de Ruy Barbosa, e ás obras de conservação e restauração da Casa de Ruy Barbosa, a quantia de 450:000$000;

j) com as despesas necessarias ao Serviço de Propaganda o Educação Sanitaria, a quantia de 200 :000$, sendo 100 : 000$000 para a sua installação e 100:000$ para a realização de suas actividades;

k) com a publicação de livros e folhetos, como meio de educação extra-escolar, a importancia de 300:000$000;

l) com as despesas de material necessario ao Instituto Nacional de Pedagogia, ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, ao Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, ao Museu Nacional de Bellas Artes, ao Instituto Cayrú e ao Serviço de

Radiodiffusão Educativa, respectivamente, as quantias de 250:000$, 400:000$, 300:000$, 100:000$000, 50:000$000 e 50:000$000;

m) com as despesas de projectos e com as obras e instalações de dois hospitaes de clínicas, sendo um para a Faculdade de Medicina da Bahia e outro para a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, respectivamente, as quantias de 4.000:000$000 e 4.000:000$000;

n) com as despesas necessarias ao contracto de professores estrangeiros e technicos de educação, a importancia de 1.200 :000$000;

o) com as despesas decorrentes da remuneração dos occupantes dos cargos, creados por esta lei, e integrantes dos serviços concernentes á educação, a quantia de 800:000$000;

p) com as despesas necessarias ao desenvolvimento do theatro nacional, a quantia de 600:000$000;

q) com o custeio dos cursos nocturnos de aperfeiçoamento, annexos ás escolas do aprendizes artífices, a que allude o decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918, a quantia de réis 160 :920$000.

Art. 120. Fica o Poder Executivo autorizado a despender, no exercício de 1937, para attender ás despesas decorrentes da remuneração dos occupantes dos cargos, creados por esta lei, e integrantes dos serviços concernentes á saude, até a importancia de 500:000$, que correrá por conta da dotação de 6.733:000$, constante da parte III (Serviços e Encargos Diversos), verba 1ª, sub-consignação n. 3, do orçamento do Ministerio da Educação e Saude.

Art. 121. Os recursos consignados no orçamento da despesa e correspondentes á taxa de educação e saude serão distribuídos, de uma só vez, ao Thesouro Nacional e postos, no Banco do Brasil, á disposição do Ministerio da Educação e Saude, afim de attender ás despesas autorizadas pelo Presidente da Republica, por conta dos mesmos recurso, e registradas pelo Tribunal de Contas.

Art. 122. As importancias correspondentes ás alienações de que tratam os arts. 107 e 108 desta lei serão recolhidas, mediante guia, no Banco do Brasil e escripturadas em conta corrente, aos juros que forem convencionados, os quaes serão escripturados na mesma conta, ficando tudo á disposição do Ministerio da Educação e Saude, para o fim de serem attendidas as despesas autorizadas pelo Presidente da Republica e registradas pelo Tribunal de Contas.

Art. 123. Para attender ás despesas a que se referem os arts. 116, 117, 118 e 119 desta lei, serão distribuidos ao Thesouro Nacional e postos, no Banco do Brasil, á disposição do Ministerio da Educação e Saude, os respectivos recursos, á medida que as mornas despesas forem autorizadas por despacho do Presidente da Republica e registradas pelo Tribunal de Contas.

Art. 124. As dotações constantes do orçamento do Ministerio da Educação e Saude, para 1937, destinadas a pessoal extranumerario e a material dos orgãos extintos ou modificados pela presente lei, serão aproveitadas para pessoal extranumerario e para material dos orgãos novos, que os substituam.

Art. 125 – Vetado.

Art. 126 – Vetado.

Art. 127 – Vetado.

Art. 128. Ficam extinctos os orgãos seguintes, cujas funcções foram attribuidas a outros, creados por esta lei : Directoria Geral de Expediente, Directoria Geral de Contabilidade, Directoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, Directoria Nacional de Educação, Inspectoria Geral do Ensino Superior, Inspectoria Geral do Ensino Secundario,. Superintendencia do Ensino Industrial, Inspectoria Geral do Ensino Commercial, Inspectoria Geral do Ensino Emendativo, Directoria Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social, Directoria da Defesa Sanitaria Internacional e da Capital da Republica, Directoria dos Serviços Sanitarios aos Estados, Directoria de Assistencia a Psychopathas e Prophylaxia Mental, Directoria de Assistencia Hospitalar e Directoria de Protecção á Maternidade e á Infância.

Art. 129. Ficam extinctas as inspectorias regionaes de ensino secundaria, a que se referem o art. 64 do decreto n, 21.241, de 4 de abril de 1932, e o art. 14 do regulamento approvado pelo decreto n, 24.734, de 14 de julho de 1934.

Art. 130. Fica extincto o Conselho Nacional de Bellas Artes, cujas funções passarão a ser exercidas pelo Serviço. do Patrimonio Historico e Artistico Nacional e pelo Museu. Nacional de Bellas Artes.

Art. 131. Todos os cargos effectivos, de caracter technico, creados por esta lei, serão preenchidos por concurso de títulos e provas, sendo a este admittidas pessoas estranhas ou não ao funccionalismo do Ministerio.

Art. 132. Os funccionarios effectivos, cujos cargos devam ficar extinctos á medida que vagarem, ou devam passar a ser exercidos por pessoal extranumerario, ou não constem dos quadros effectivos vigentes, poderão ser aproveitadas, sem

prejuízo de vencimentos, em cargos vagos de qualquer dos alludidos quadros, uma vez que para isso se mostrem habilitados, a juizo do Conselho Federal do Serviço Publico Civil.

Art. 133. A Inspectoria de Fiscalização do Exercício, Profissional passa a constituir uma secção da Divisão de Saude Publica, do Departamento Nacional de Saude, salvo: quanto aos serviços auxiliares de concessão de carteiras de saude aos empregados na industria e no commercio e aos. empregados domesticos, os quaes ficarão a cargo dos centros: de saude do Serviço de Saude Publica do Districto Federal. O Inspector de Fiscalização do Exercício Profissional será o director da alludida secção, como medico sanitarista da classe M.

Art. 134. A Secção de Bio-Estatística da actual Directoria Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social se transformará numa secção do Instituto Nacional de Saude Publica, ficando sob a chefia de seu actual director.

Paragrapho unico. Fica assegurado ao actual director da Secção Technica Geral de Saude Publica da Directoria Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social o direito de dirigir uma das secções do Instituto Nacional de Saude Publica.

Art. 135. Em 1937, será feita a distribuição de subvenções ás instituições particulares, que realizem serviços de educação ou de saude, observando-se, quanto ao processo, as disposições dos decretos n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, n. 21.220, de 30 de março de 1932, n, 20.597, de 30 de novembro de 1931 e 23.071, de 14 de agosto de 1933.

Art. 136 Vetado.

Art. 137 – Vetado.

Art. 138 – Vetado.

Art. 139 – Vetado.

Art. 140 – Vetado.

Art. 141. Ficam revogados o § 2º do art. 75 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, e o § 2º do art. 31 do regulamento approvado pelo decreto n. 24.734, de 14 de julho de 1934, que determinam que o concurso para o provimento de cargos na Inspectoria Geral do Ensino Secundaria se realize na Capital da Republica.

Art. 142. Fica revogado o § 2 do art. 13 do decreto n. 13.538, de 9 de abril de 1919, concernente á contagem do tempo em dobro em favor do pessoal dos serviços de prophylaxia rural, ressalvados os direitos adquiridos.

Art. 143. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 144. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1937, 116º da Independência e 49º da Republica.

Getulio Vargas.

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 92 – DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937

Cria o Serviço Nacional de Teatro

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

decreta:

Art. 1º O teatro é considerado como uma das expressões da cultura nacional, e a sua finalidade é, essencialmente, a elevação e a edificação espiritual do povo.

Art. 2º Para os efeitos do artigo anterior, fica criado, no Ministério da Educação e Saúde, o Serviço Nacional de Teatro, destinado a animar o desenvolvimento e o aprimoramento do teatro brasileiro.

Art..3º Compete ao Serviço Nacional de Teatro :

a) promover ou estimular a construção de teatros em todo o país;

b) organizar ou amparar companhias de teatro declamatório, lírico, musicado e coreográfico;

c) orientar e auxiliar, nos estabelecimentos de ensino, nas fábricas e outros centros de trabalho, nos clubes e outras associações. ou ainda isoladamente, a organização de grupos de amadores de todos os gêneros;

d) incentivar o teatro para crianças e adolescentes, nas escolas e fora delas;

e) promover a seleção dos espíritos dotados de real vocação para o teatro, facilitando-lhes a educação profissional no país ou no estrangeiro;

f) estimular, no país, por todos os meios, a produção de obras de teatro de todos os gêneros;

p) fazer o inventário da produção brasileira e portuguêsa em matéria do teatro, publicando as melhores obras existentes;

h) providenciar a tradução e a publicação das grandes obras de teatro escritas em idioma estrangeiro.

Art. 4º O Serviço Nacional de Teatro será superintendido por um diretor, nomeado em comissão, com vencimentos equivalentes ao padrão "M",

Art. 5º O pessoal técnico e administrativo do Serviço Nacional de Teatro, salvo o diretor, será admitido na forma do decreto n. 871, de 1 de junho de 1936.

Art. 6º A organização do Serviço Nacional de Teatro constará de regulamento, a ser baixado pelo Poder Executivo.

Art. 7º Fica extinta a Comissão de Teatro Nacional, criada pela lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1938.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

Getulio Vargas.

Gustavo Capanema

LEI Nº 1.920, DE 25 DE JULHO DE 1953

Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado o Ministério da Saúde, ao qual ficarão afetos os problemas atinentes à saúde humana.

Parágrafo único. Fará parte do Ministério acima um Departamento de Administração, com Divisões de Pessoal, Material, Obras e Orçamento.

Art. 2º O Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se "Ministério da Educação e Cultura".

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 3º Ao Ministério da Saúde são transferidos todos os atuais órgãos e serviços do antigo Ministério da Educação e Saúde, atinentes à saúde e à criança, e desmembrados os que exerçam atividade em comum.

Parágrafo único. Passarão, igualmente, para os quadros do novo Ministério todos os cargos, funções e seus ocupantes de serviços que hajam sido transferidos, bem como parte do funcionalismo do Departamento de Administração do antigo Ministério da Educação e Saúde, que se tornar excedente, em decorrência da criação do novo Ministério.

Art. 4º Da quantia a que se refere a alínea *a*, do art. 2º do Decreto nº 9.486, de 18 de julho de 1946, um têrço será destinado ao Ministério da Saúde.

Art. 5º São transferidos para o novo Ministério da Saúde os saldos de dotações orçamentárias, destinados às repartições incorporadas ao referido Ministério, inclusive as parcelas de dotações orçamentárias globais, cabendo ao Poder Executivo tomar as medidas administrativas convenientes.

Parágrafo único. São, também, transferidas as parcelas das dotações constantes da Verba 3 do Orçamento do Ministério da Educação e Saúde, bem como a terceira parte da dotação constante do orçamento da Despesa para o ano de 1953 - na verba 4 - Obras e Equipamentos - Consignação VI - Dotações diversas - Subconsignação II - Estudos e Projetos - 04 Divisão de Obras - a) Ajustes com profissionais estranhos à Divisão de Obras, para a elaboração de projetos e levantamentos topográficos.

Art. 6º Os créditos orçamentários e adicionais destinados ao Ministério da Saúde poderão ser depositados no Banco do Brasil à disposição do referido Ministério, de acôrdo com o critério que fôr estabelecido anualmente pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. A comprovação do emprêgo dêstes créditos será feita, parceladamente, perante o Tribunal de Contas, 60 dias após o término de cada trimestre, na forma da legislação em vigor, ouvido prèviamente o Departamento de Administração.

Art. 7º Os auxílios e subvenções consignados no orçamento do Ministério da Educação e Saúde, que se destinarem a atividades relacionadas com o Ministério da Saúde, são igualmente, transferidos nos têrmos do artigo 6º desta Lei.

Art. 8º São criados os seguintes cargos, que serão providos em comissão ou em funções gratificadas:

- de Ministério de Estado;

- de Diretor do Departamento de Administração - D.A.;

- Diretor da Divisão do Pessoal - D.P.;

- Diretor da Divisão do Orçamento - D.O.;

- Diretor da Divisão de Material - D.M.;

- Diretor da Divisão de Obras - D.Ob.

Funções Gratificadas

- de Secretário;

- Auxiliar de Gabinete;

- Chefe S.A.;

- Chefe S.C.;

- Chefe S.F.;

- Chefe S.E.F.;

- Chefe S.A.;

- Chefe S.R.F.;

- Chefes D.O.

Art. 9º Para a execução da presente Lei, o Ministro da Saúde apresentará ao Presidente da República, dentro em 60 dias, o regulamento a ser expedido, regendo-se provisòriamente, o Ministério da Saúde, pela do Ministério da Educação e Saúde, na parte que lhe fôr aplicável.

Art. 10. É aberto ao Ministério da Saúde o crédito especial (Serviços e Encargos), de Cr$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com a execução da presente Lei.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

Getúlio Vargas

Antônio Balbino

DECRETO Nº 43.178, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1958.

Institui a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

decreta:

Art. 1º Fica instituída, diretamente subordinada ao Ministro de Estado da educação e Cultura, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (C.D.F.B.).

Art. 2º Caberá à Campanha promover, em âmbito nacional, o estudo, a pesquisa a divulgação e a defesa do folclore brasileiro.

Art. 3º A Campanha terá por finalidades precípuas:

a) promover e incentivar o estudo e as pesquisas folclóricas;

b) levantar documentação, relativa às diversas manifestações folclóricas;

c) editar documentos e obras folclóricas;

d) cooperar na realização de congressos, exposições, cursos e festivais e outras atividades relacionadas com o folclore;

e) cooperar com instituições públicas e provadas congêneres;

f) esclarecer a opinião pública quanto à significação do folclore;

g) manter intercâmbio com entidades afins;

h) propor medidas que assegurem proteção aos folguedos e artes populares e respectivo artesanato;

i) proteger e estimular os grupos folclóricos organizados;

j) formar o pessoal para a pesquisa folclórica.

Art. 4º Dirigirá a Campanha um Conselho presidido pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, e constituído dos seguintes membros:

a) o Secretário Geral da Comissão Nacional do Folclore como membro nato;

b) quatro especialistas designados em portaria ministerial, sendo um dêles o Diretor Executivo da Campanha.

Art. 5º Haverá um Fundo Especial para o custeio das atividades da Campanha e que será constituído de:

a) contribuições que forem previstas nos orçamentos da União, dos estados, dos Municípios e de entidades para-estatais e sociedades de economia mista;

b) donativos, contribuições e legados de particulares;

c) contribuições de entidades públicas e privadas;

d) renda eventual do patrimônio e dos serviços da Campanha.

Art. 6º A Campanha poderá firmar convênios com Estados, Municípios, e entidades públicas e privadas, para a consecução dos seus objetivos.

Art. 7º O Ministro de Estado da Educação e Cultura fica autorizado a requisitar de outros Ministérios e de entidades para-estatais ou autárquicas, funcionários para prestar serviços à Campanha, bem como poderá designar para o mesmo fim, funcionários dos diferentes órgãos do Ministérios da Educação e Cultura.

Art. 8º O Ministro de Estado da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias às organização e execução da campanha.

Art. 9º Êste Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clóvis Salgado

Decreto nº 48.379, de 22 de junho de 1960.

Institui o Museu Villa-Lobos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I da Constituição,

Decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Ministério da Educação e Cultura, o Museu Villa-Lobos, que terá a finalidade de cultuar a memória de Heitor Villa-Lobos, mediante a realização de empreendimentos destinados à divulgação e ao estudo da obra e de fatos da vida daquele ilustre compositor brasileiro.

Art. 2º O Museu Villa-Lobos funcionará no edifício-sede do aludido Ministério, situado na cidade do Rio de Janeiro, e contará, para a realização de seus trabalhos, com a colaboração de servidores da mesma Secretaria de Estado, a serem designados pelo respectivo titular.

Art. 3º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá as instruções necessárias a execução dêste decreto, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 1960; 139º da Independência e 72º da República.

Juscelino Kubitschek

José Pedro Ferreira da Costa

DECRETO-LEI Nº 200 - DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sôbre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

O **Presidente da República**, usando das atribuições que lhe confere o art. 9°, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Título I

DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 2º O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal.

Art. 3º Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal.

Art. 4° A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

a) Autarquias;

b) Emprêsas Públicas;

c) Sociedades de Economia Mista.

§ 1° As entidades compreendidas na Administração Indireta consideram-se vinculadas ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

§ 2º Equiparam-se às Emprêsas Públicas, para os efeitos desta lei, as Fundações instituídas em virtude de lei federal e de cujos recursos participe a União, quaisquer que sejam suas finalidades.

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

II - Emprêsa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União ou de suas entidades da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar atividades de natureza empresarial que o Govêrno seja levado a exercer, por motivos de conveniência ou contingência administrativa, podendo tal entidade revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para o exercício de atividade de natureza mercantil, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou à entidade da Administração Indireta.

§ 1º No caso do inciso III, quando a atividade fôr submetida a regime de monopólio estatal, a maioria acionária caberá apenas à União, em caráter permanente.

§ 2º O Poder Executivo enquadrará as entidades da Administração Indireta existentes nas categorias constantes dêste artigo.

Título II

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

I - Planejamento.

II - Coordenação.

III - Descentralização.

IV - Delegação de Competência.

V - Contrôle.

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO

Art. 7º A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:

a) plano geral de govêrno;

b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;

c) orçamento-programa anual;

d) programação financeira de desembôlso.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO

Art. 8º As atividades da Administração Federal e, especialmente, a execução dos planos e programas de govêrno, serão objeto de permanente coordenação.

§ 1º A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante a atuação das chefias individuais, a realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo.

§ 2º No nível superior da Administração Federal, a coordenação será assegurada através de reuniões do Ministério, reuniões de Ministros de Estado responsáveis por áreas afins, atribuição de incumbência coordenadora a um dos Ministros de Estado (art. 36), funcionamento das Secretarias Gerais (art. 23, § 1º) e coordenação central dos sistemas de atividades auxiliares (art. 31).

§ 3º Quando submetidos ao Presidente da República, os assuntos deverão ter sido prèviamente coordenados com todos os setores nêles interessados, inclusive no que respeita aos aspectos administrativos pertinentes, através de consultas e entendimentos, de modo a sempre compreenderem soluções integradas e que se harmonizem com a política geral e setorial do Govêrno. Idêntico procedimento será adotado nos demais níveis da Administração Federal, antes da submissão dos assuntos à decisão da autoridade competente.

Art. 9º Os órgãos que operam na mesma área geográfica serão submetidos à coordenação com o objetivo de assegurar a programação e execução integrada dos serviços federais.

Parágrafo único. Quando ficar demonstrada a inviabilidade de celebração de convênio (alínea *b* do § 1º do art. 10) com os órgãos estaduais e municipais que exerçam atividades idênticas, os órgãos federais buscarão com êles coordenar-se, para evitar dispersão de esforços e de investimentos na mesma área geográfica.

CAPÍTULO III

DA DESCENTRALIZAÇÃO

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;

b) da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;

c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

§ 2° Em cada órgão da Administração Federal, os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e contrôle.

§ 3º A Administração casuística, assim entendida a decisão de casos individuais, compete, em princípio, ao nível de execução, especialmente aos serviços de natureza local, que estão em contato com os fatos e com o público.

§ 4º Compete à estrutura central de direção o estabelecimento das normas, critérios, programas e princípios, que os serviços responsáveis pela execução são obrigados a respeitar na solução dos casos individuais e no desempenho de suas atribuições.

§ 5º Ressalvados os casos de manifesta impraticabilidade ou inconveniência, a execução de programas federais de caráter nitidamente local deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, aos órgãos estaduais ou municipais incumbidos de serviços correspondentes.

§ 6º Os órgãos federais responsáveis pelos programas conservarão a autoridade normativa e exercerão contrôle e fiscalização indispensáveis sôbre a execução local, condicionando-se a liberação dos recursos ao fiel cumprimento dos programas e convênios.

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e contrôle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

§ 8º A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional.

CAPÍTULO IV

DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 11. A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

Art. 12 . É facultado ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e, em geral, às autoridades da Administração Federal delegar competência para a prática de atos administrativos, conforme se dispuser em regulamento.

Parágrafo único. O ato de delegação indicará com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto de delegação.

CAPÍTULO V

DO CONTRÔLE

Art. 13 O contrôle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo, particularmente:

a) o contrôle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;

b) o contrôle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

c) o contrôle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

Art. 14. O trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de contrôles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

TÍTULO III

DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO-PROGRAMA E DA

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 15. A ação administrativa do Poder Executivo obedecerá a programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e a coordenação superiores do Presidente da República.

§ 1º Cabe a cada Ministro de Estado orientar e dirigir a elaboração do programa setorial e regional correspondente ao seu Ministério e ao Ministro do Planejamento e Coordenação Geral auxiliar diretamente o Presidente da República na coordenação, revisão e consolidação do programas setoriais e regionais e na elaboração da programação geral do Govêrno.

§ 2º Com relação à Administração Militar, observar-se-á o disposto no art. 50.

§ 3º A aprovação dos planos e programas gerais, setoriais e regionais é da competência do Presidente da República.

Art. 16. Em cada ano, será elaborado um orçamento-programa, que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.

Parágrafo único. Na elaboração do orçamento-programa serão considerados, além dos recursos consignados no Orçamento da União, os recursos extra-orçamentários vinculados à execução do programa do Govêrno.

Art. 17. Para ajustar o ritmo de execução do orçamento-programa ao fluxo provável de recursos, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Fazenda elaborarão, em conjunto, a programação financeira de desembôlso, de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução dos programas anuais de trabalho.

Art. 18. Tôda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembôlso.

TÍTULO IV

DA SUPERVISÃO MINISTERIAL

Art. 19. Todo e qualquer órgão da Administração Federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente, excetuados unicamente os órgãos mencionados no art. 32, que estão submetidos à supervisão direta do Presidente da República.

Art. 20. O Ministro de Estado é responsável, perante o Presidente da República, pela supervisão dos órgãos da Administração Federal enquadrados em sua área de competência.

Parágrafo único. A supervisão ministerial exercer-se-á através da orientação, coordenação e contrôle das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados ao Ministério, nos têrmos desta lei.

Art. 21. O Ministro de Estado exercerá a supervisão de que trata êste título com apoio nos Órgãos Centrais.

Art. 22. Os órgãos a que se refere o item I do art. 22, tem a incum- Órgãos Centrais:

I - Órgãos Centrais de planejamento, coordenação e contrôle financeiro.

II - Órgãos Centrais de direção superior.

Art. 23. Os órgãos a que se refere o item I do art. 22, têm a incumbência de assessorar diretamente o Ministro de Estado e, por fôrça de suas atribuições, em nome e sob a direção do Ministro, realizar estudos para formulação de diretrizes e desempenhar funções de planejamento, orçamento, orientação, coordenação, inspeção e contrôle financeiro, desdobrando-se em:

I - Uma Secretaria Geral.

II - Uma Inspetoria Geral de Finanças.

§ 1º A Secretaria Geral atua como órgão setorial de planejamento e orçamento, na forma do Título III, e será dirigida por um Secretário-Geral, o qual poderá exercer funções delegadas pelo Ministro de Estado.

§ 2º A Inspetoria Geral de Finanças, que será dirigida por um Inspetor-Geral, integra, como órgão setorial, os sistemas de administração financeiro, contabilidade e auditoria, superintendendo o exercício dessas funções no âmbito do Ministério e cooperação com a Secretaria Geral no acompanhamento da execução do programa e do orçamento.

§ 3º Nos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, os órgãos Centrais de que trata êste artigo terão, a par das funções previstas neste título, as atribuições que decorrem da competência daqueles Ministérios nos assuntos que dizem respeito a orçamento e a administração financeira, contabilidade e auditoria.

Art. 24. Os Órgãos Centrais de direção superior (art. 22, item II) executam funções de administração das atividades específicas e auxiliares do Ministério e serão, preferentemente, organizados em base departamental, observados os princípios estabelecidos nesta lei.

Art. 25. A supervisão ministerial tem por principal objetivo, na área de competência do Ministro de Estado:

I - Assegurar a observância da legislação federal.

II - Promover a execução dos programas do Govêrno.

III - Fazer observar os princípios fundamentais enunciados no Título II.

IV - Coordenar as atividades dos órgãos supervisionados e harmonizar sua atuação com a dos demais Ministérios.

V - Avaliar o comportamento administrativo dos órgãos supervisionados e diligenciar no sentido de que estejam confiados a dirigentes capacitados.

VI - Proteger a administração dos órgãos supervisionados contra interferências e pressões ilegítimas.

VII - Fortalecer o sistema do mérito.

VIII - Fiscalizar a aplicação e utilização de dinheiros, valôres e bens públicos.

IX - Acompanhar os custos globais dos programas setoriais do Govêrno, a fim de alcançar uma prestação econômica de serviços.

X - Fornecer ao órgão próprio do Ministério da Fazenda os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro.

XI - Transmitir ao Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização deste, informes relativos à administração financeira e patrimonial dos órgãos do Ministério.

Art. 26. No que se refere à Administração Indireta, a supervisão ministerial visará a assegurar, essencialmente:

I - A realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade.

II - A harmonia com a política e a programação do Govêrno no setor de atuação da entidade.

III - A eficiência administrativa.

IV - A autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade.

Parágrafo único. A supervisão exercer-se-á mediante adoção das seguintes medidas, além de outras estabelecidas em regulamento:

a) indicação ou nomeação pelo Ministro ou, se fôr o caso, eleição dos dirigentes da entidade, conforme sua natureza jurídica;

b) designação, pelo Ministro dos representantes do Govêrno Federal nas Assembléias Gerais e órgãos de administração ou contrôle da entidade;

c) recebimento sistemático de relatórios, boletins, balancetes, balanços e informações que permitam ao Ministro acompanhar as atividades da entidade e a execução do orçamento-programa e da programação financeira aprovados pelo Govêrno;

d) aprovação anual da proposta de orçamento-programa e da programação financeira da entidade, no caso de autarquia;

e) aprovação de contas, relatórios e balanços, diretamente ou através dos representantes ministeriais nas Assembléias e órgãos de administração ou contrôle;

f) fixação, em níveis compatíveis com os critérios de operação econômica, das despesas de pessoal e de administração;

g) fixação de critérios para gastos de publicidade, divulgação e relações públicas;

h) realização de auditoria e avaliação periódica de rendimento e produtividade;

i) intervenção, por motivo de interêsse público.

Art. 27. Assegurada a supervisão ministerial, o Poder Executivo outorgará aos órgãos da Administração Federal a autoridade executiva necessária ao eficiente desempenho de sua responsabilidade legal ou regulamentar.

Parágrafo único. Assegurar-se-á às emprêsas públicas e às sociedades de economia mista condições de funcionamento idênticas às do setor privado cabendo a essas entidades, sob a supervisão ministerial, ajustar-se ao plano geral do Govêrno.

Art. 28. A entidade da Administração Indireta deverá estar habilitada a:

I - Prestar contas da sua gestão, pela forma e nos prazos estipulados em cada caso.

II - Prestar a qualquer momento, por intermédio do Ministro de Estado, as informações solicitadas pelo Congresso Nacional.

III - Evidenciar os resultados positivos ou negativos de seus trabalhos, indicando suas causas e justificando as medidas postas em prática ou cuja adoção se impuser, no interêsse do Serviço Público.

Art. 29. Em cada Ministério Civil, além dos órgãos Centrais de que trata o art. 22, o Ministro de Estado disporá da assistência direta e imediata de:

I - Gabinete.

II - Consultor Jurídico, exceto no Ministério da Fazenda.

III - Divisão de Segurança e Informações.

§ 1º O Gabinete assiste o Ministro de Estado em sua representação política e social, e incumbe-se das relações públicas, encarregando-se do preparo e despacho do expediente pessoal do Ministro.

§ 2º O Consultor Jurídico incumbe-se do assessoramento jurídico do Ministro de Estado.

§ 3º A Divisão de Segurança e Informações colabora com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o Serviço Nacional de Informações.

§ 4º No Ministério da Fazenda, o serviço de consulta jurídica continua afeto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e aos seus órgãos integrantes, cabendo a função de Consultor Jurídico do Ministro de Estado ao Procurador-Geral, nomeado em comissão, pelo critério de confiança e livre escolha, entre bacharéis em Direito.

Título V

DOS SISTEMAS DE ATIVIDADES AUXILIARES

Art. 30. Serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central.

§ 1º Os serviços incumbidos do exercício das atividades de que trata êste artigo consideram-se integrados no sistema respectivo e ficam, conseqüentemente, sujeitos à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

§ 2º O chefe do órgão central do sistema é responsável pelo fiel cumprimento das leis e regulamentos pertinentes e pelo funcionamento eficiente e coordenado do sistema.

§ 3º É dever dos responsáveis pelos diversos órgãos competentes dos sistemas atuar de modo a imprimir o máximo rendimento e a reduzir os custos operacionais da Administração.

§ 4° Junto ao órgão central de cada sistema poderá funcionar uma Comissão de Coordenação, cujas atribuições e composição serão definidas em decreto.

Art. 31. Os órgãos centrais dos sistemas indicados no art. 30 situam-se:

I - Na Presidência da República, o de Pessoal Civil.

II - No Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o de Orçamento e o de Estatística.

III - No Ministério da Fazenda, o de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, e o de Serviços Gerais, que compreende a administração de material, a administração patrimonial e a de edifícios e instalações.

Parágrafo único. O órgão central do Sistema de Orçamento e do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, serão, respectivamente, a Secretaria Geral, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e a Inspetoria Geral de Finanças, do Ministério da Fazenda (Art. 23, § 3º).

Título VI

DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Art. 32. A Presidência da República é constituída essencialmente pelo Gabinete Civil e pelo Gabinete Militar. Também dela fazem parte, como órgãos de assessoramento imediato do Presidente da República:

I - Conselho de Segurança Nacional.

II - Serviço Nacional de Informações.

III - Estado-Maior das Fôrças Armadas.

IV - Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

V - Consultoria Geral da República.

VI - Alto Comando das Fôrças Armadas.

Art. 33. Ao Gabinete Civil incumbe:

I - Assistir, direta e imediatamente, o Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos referentes à administração civil.

II - Promover a divulgação de atos e atividades governamentais.

III - Acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e coordenar a colaboração dos Ministérios e demais órgãos da administração, no que respeita aos projetos de lei submetidos à sanção presidencial.

Art. 34. Ao Gabinete Militar incumbe:

I - Assistir, direta e imediatamente, o Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos referentes à Segurança Nacional e à Administração Militar.

II - Zelar pela segurança do Presidente da República e dos Palácios Presidenciais.

Parágrafo único. O Chefe do Gabinete Militar exerce as funções de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Título VII

DOS MINISTÉRIOS E RESPECTIVAS ÁREAS DE COMPETÊNCIA

Art. 35. Os Ministérios, de que são titulares Ministros de Estado (Art. 20), são os seguintes:

SETOR POLÍTICO

Ministério da Justiça.

Ministério das Relações Exteriores.

SETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

SETOR ECONÔMICO

Ministério da Fazenda.

Ministério dos Transportes.

Ministério da Agricultura.

Ministério da Indústria e do Comércio.

Ministério das Minas e Energia.

Ministério do Interior.

SETOR SOCIAL

Ministério da Educação e Cultura.

Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Ministério da Saúde.

Ministério das Comunicações.

SETOR MILITAR

Ministério da Marinha.

Ministério do Exército.

Ministério da Aeronáutica.

Art. 36. Para auxiliá-lo, temporàriamente, na coordenação de assuntos afins ou interdependentes, o Presidente da República poderá incumbir de missão coordenadora um dos Ministros de Estado ou, conforme o caso, o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 1º O Ministro Coordenador, sem prejuízo das atribuições da Pasta que ocupar, atuará em harmonia com as instruções emanadas do Presidente da República, buscando os elementos necessários ao cumprimento de sua missão mediante cooperação dos Ministros de Estado em cuja área de competência estejam compreendidos os assuntos objeto de coordenação.

§ 2º o Ministro Coordenador formulará soluções para a decisão final do Presidente da República.

§ 3º Poderão ser coordenados, entre outros, os assuntos econômicos militares, de ciência e tecnologia, de assistência médica e de abastecimento.

Art. 37. Além dos 4 (quatro) previstos nos arts. 147 155, 157 e 169 o Presidente da República poderá prover até 3 (três) cargos de Ministro Extraordinário, para o desempenho de encargos temporários de natureza relevante.

Parágrafo único. Ao Ministro Extraordinário poderá ser confiada a missão coordenadora a que se refere o artigo anterior.

Art. 38. O Ministro Extraordinário e o Ministro Coordenador disporão de assistência técnica e administrativa essencial para o desempenho das missões de que forem incumbidos pelo Presidente da República na forma por que se dispuser em decreto.

Art. 39 Os assuntos que constituem a área de competência de cada Ministério são, a seguir, especificados:

SETOR POLÍTICO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

I - Ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais.

II - Segurança interna. Polícia Federal.

III - Administração penitenciária.

IV - Ministério Público.

V - Documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I - Política Internacional.

II - Relações diplomáticas; serviços consulares.

III - Participação nas negociações comerciais, econômicas, financeiras, técnicas e culturais com países e entidades estrangeiras.

IV - Programas de cooperação internacional.

SETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

I - Plano geral do Govêrno, sua coordenação. Integração dos planos regionais.

II - Estudos e pesquisas sócio-econômicos, inclusive setoriais e regionais.

III - Programação orçamentária; proposta orçamentária anual.

IV - Coordenação da assistência técnica internacional.

V - Sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

VI - Organização administrativa.

SETOR ECONÔMICO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

I - Assuntos monetários, creditícios, financeiros e fiscais; poupança popular.

II - Administração tributária.

III - Arrecadação.

IV - Administração financeira.

V - Contabilidade e auditoria.

VI - Serviços Gerais.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

I - Coordenação dos transportes.

II - Transportes ferroviários e rodoviários.

III - Transportes aquaviários. Marinha mercante; portos e vias navegáveis.

IV - Participação na coordenação dos transportes aeroviários, na forma estabelecida no art. 162.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

I - Agricultura; pecuária; caça; pesca.

II - Recursos naturais renováveis: flora, fauna e solo.

III - Organização da vida rural; reforma agrária.
IV - Estímulos financeiros e creditícios.
V - Meteorologia; climatologia.
VI - Pesquisa e experimentação.
VII - Vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.
VIII - Padronização e inspeção de produtos vegetais e animais ou do consumo nas atividades agropecuárias.
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
I - Desenvolvimento industrial e comercial.
II - Comércio exterior.
III - Seguros privados e capitalização.
IV - Propriedade industrial; registro do comércio; legislação metrológica.
V - Turismo.
VI - Pesquisa e experimentação tecnológica.
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA
I - Geologia, recursos minerais e energéticos.
II - Regime hidrológico e fontes de energia hidráulica.
III - Mineração.
IV - Indústria do petróleo.
V - Indústria de energia elétrica, inclusive de natureza nuclear.
MINISTÉRIO DO INTERIOR
I - Desenvolvimento regional.
II - Radicação de populações, ocupação do território. Migrações internas.
III - Territórios federais.
IV - Saneamento básico.
V - Beneficiamento de áreas e obras de proteção contra sêcas e inundações. Irrigação.
VI - Assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas.
VII - Assistência ao índio.
VIII - Assistência aos Municípios.
IX - Programa nacional de habitação.
SETOR SOCIAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
I - Educação; ensino (exceto o militar); magistério.
II - Cultura - letras e artes.
III - Patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico
IV - Desportos.
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
I - Trabalho; organização profissional e sindical; fiscalização.
II - Mercado de trabalho; política de emprêgo.
III - Política salarial.
IV - Previdência e assistência social.
V - Política de imigração.
VI - Colaboração com o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho.
MINISTÉRIO DA SAÚDE
I - Política nacional de saúde.
II - Atividades médicas e para-médicas.
III - Ação preventiva em geral; vigilância sanitária de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos.
IV - Contrôle de drogas, medicamentos e alimentos.
V - Pesquisas médico-sanitárias.
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
I - Telecomunicações.
II - Serviços postais.
SETOR MILITAR
MINISTÉRIO DA MARINHA

(Art. 54)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

(Art. 59)

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

(Art. 63)

Título VIII

DA SEGURANÇA NACIONAL

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Art. 40. O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da política de segurança nacional.

§ 1º A formulação da Política de Segurança Nacional far-se-á, bàsicamente, mediante o estabelecimento do ConceitoEstratégico Nacional.

§ 2º No que se refere à conduta da Política de Segurança Nacional, o Conselho apreciará problemas que lhe forem propostos, no quadro da conjuntura nacional ou internacional.

Art. 41. Caberá, ainda, ao Conselho o cumprimento de outras tarefas específicas previstas na Constituição.

Art. 42. O Conselho de Segurança Nacional é convocado e presidido pelo Presidente da República, dêle participando, no caráter de membros natos, o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado, inclusive os Extraordinários, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

§ 1º O Presidente da República poderá designar membros eventuais, conforme a matéria a ser apreciada.

§ 2° O Presidente da República pode ouvir o Conselho de Segurança Nacional, mediante consulta a cada um dos seus membros em expediente remetido por intermédio da Secretaria-Geral.

Art. 43. O Conselho dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da segurança nacional e conta com a colaboração da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis, como órgãos complementares.

Parágrafo único. Cabe ao Secretário-Geral secretariar as reuniões do Conselho de Segurança Nacional.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Art. 44. O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à segurança nacional.

Título IX

DAS FÔRÇAS ARMADAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 45. As Fôrças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei. Destinam-se a defender a Pátria e a garantir os Podêres constituídos, a lei e a ordem.

Parágrafo único. Elementos das Fôrças Armadas, nos casos de calamidade pública, poderão ser chamados a colaborar na assistência às populações atingidas e no restabelecimento da normalidade.

Art. 46. O Poder Executivo fixará a organização pormenorizada das Fôrças Armadas singulares - Fôrças Navais, Fôrças Terrestres e Fôrça Aérea Brasileira - e das Fôrças Combinadas ou Conjuntas, bem como dos demais órgãos integrantes dos Ministérios Militares, suas denominações, localizações e atribuições.

Parágrafo único. Caberá, também, ao Poder Executivo, nos limites fixados em lei, dispor sôbre as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, como fôrças auxiliares, reserva do Exército.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO DIRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Seção I

Do Alto Comando das Fôrças Armadas

Art. 47. O Alto Comando das Fôrças Armadas é um órgão de assessoramento do Presidente da República, nas decisões relativas à política militar e à coordenação de assuntos pertinentes às Fôrças Armadas.

Art. 48. Integram o Alto Comando das Fôrças Armadas os Ministros Militares, o Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores de cada uma das Fôrças singulares.

Art. 49. O Alto Comando das Fôrças Armadas reúne-se quando convocado pelo Presidente da República e é secretariado pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Seção II

Do Estado-Maior das Fôrças Armadas

Art. 50. O Estado-Maior das Fôrças Armadas, órgão de assessoramento do Presidente da República, tem por atribuições:

I - Proceder aos estudos para a fixação da Política, da Estratégia e da Doutrina Militares, bem como elaborar e coordenar os planos e programas decorrentes.

II - Estabelecer os planos e coordenar o emprêgo de Fôrças Combinadas ou Conjuntas e de Fôrças singulares destacadas para participar de operações militares no exterior.

III - Coordenar as informações no campo militar.

IV - Propor os critérios de prioridade para aplicação dos recursos destinados à defesa militar.

V - Coordenar os planos de pesquisas, de fortalecimento e de mobilização das Fôrças Armadas, e os programas de aplicação de recursos decorrentes.

VI - Coordenar as representações das Fôrças Armadas no País e no exterior.

VII - Proceder aos estudos e preparar as decisões sôbre assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O Estado-Maior das Fôrças Armadas passará a ser órgão de assessoramento do Ministro Coordenador, eventualmente incumbido, na forma do disposto no art. 36 e no parágrafo único do art. 37, de coordenar os assuntos militares.

Art. 51. A Chefia do Estado-Maior das Fôrças Armadas é exercida por um Oficial-General do mais alto pôsto, nomeado pelo Presidente da República, obedecido a rodízio entre as Fôrças Armadas.

Parágrafo único. O Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas tem precedência funcional regulada em lei.

Art. 52. As funções de Estado-Maior e Serviços no Estado-Maior das Fôrças Armadas são exercidas por oficiais das três Fôrças singulares.

Art. 53. O Conselho de Chefes de Estado-Maior, constituído do Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas e dos Chefes do Estado-Maior das Fôrças singulares, reúne-se periòdicamente, sob a presidência do primeiro, para apreciação de assuntos específicos do Estado-Maior das Fôrças Armadas e os de interêsse comum a mais de uma das Fôrças singulares.

CAPÍTULO III

DOS MINISTÉRIOS MILITARES

Seção I

Do Ministério da Marinha

Art. 54. O Ministério da Marinha administra os negócios da Marinha de Guerra e tem como atribuição principal a preparação desta para o cumprimento de sua destinação constitucional.

§ 1º Cabe ao Ministério da Marinha;

I - Propor a organização e providenciar o aparelhamento e adestramento das Fôrças Navais e Aeronavais e do Corpo de Fuzileiros Navais, inclusive para integrarem Fôrças Combinadas ou Conjuntas.

II - Orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interêsse da Marinha, obedecido o previsto no item V do art. 50 da presente Lei.

III - Estudar e propor diretrizes para a política marítima nacional.

§ 2º Ao Ministério da Marinha competem ainda as seguintes atribuições subsidiárias;

I - Orientar e controlar a Marinha Mercante Nacional e demais atividades correlatas no que interessa à segurança nacional e prover a segurança da navegação, seja ela marítima, fluvial ou lacustre.

II - Exercer a polícia naval.

Art. 55. O Ministro da Marinha exerce a direção geral do Ministério da Marinha e é o Comandante Superior da Marinha de Guerra.

Art. 56. A Marinha de Guerra compreende suas organizações próprias, o pessoal em serviço ativo e sua reserva, inclusive as formações auxiliares, conforme fixado em lei.

Art. 57. O Ministério da Marinha é constituído de:

I - Órgãos de Direção Geral.

- Almirantado (Alto Comando da Marinha de Guerra).

- Estado Maior da Armada.

II - Órgãos de Direção Setorial, organizados em base departamental (art. 24).

III - Órgãos de Assessoramento.

- Gabinete do Ministro.

- Consultoria Jurídica.

- Conselho de Almirantes.

- Outros Conselhos e Comissões.

IV - Órgãos de Apoio.

- Diretorias e outros órgãos.

V - Fôrças Navais e Aeronavais (elementos próprios - navios e helicópteros - e elementos destacados da Fôrça Aérea Brasileira).

- Corpo de Fuzileiros Navais.

- Distritos Navais.

Art. 58. O Chefe do Estado-Maior da Armada e também o Comandante Geral das Fôrças mencionadas no inciso V do artigo anterior.

Seção II

Do Ministério do Exército

Art. 59. O Ministério do Exército administra os negócios do Exército e tem, como atribuição principal a preparação do Exército para o cumprimento da sua destinação constitucional.

§ 1º Cabe ao Ministério do Exército:

I - Propor a organização e providenciar o aparelhamento e o adestramento das Fôrças Terrestres, inclusive para integrarem Fôrças Combinadas ou Conjuntas.

II - Orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse do Exército, obedecido o previsto no item V do art. 50 da presente lei.

§ 2º Ao Ministério do Exército compete ainda propor as medidas para a efetivação do disposto no Parágrafo único do art. 46 da presente lei.

Art. 60. O Ministro do Exército exerce a direção geral das atividades do Ministério e é o Comandante Superior do Exército.

Art. 61. O Exército é constituído do Exército ativo e sua Reserva.

§ 1° O Exército ativo é a parte do Exército organizada e aparelhada para o cumprimento de sua destinação constitucional e em pleno exercício de suas atividades.

§ 2° Constitui a Reserva do Exército todo o pessoal sujeito à incorporação no Exército ativo, mediante mobilização ou convocação, e as fôrças e organizações auxiliares, conforme fixado em lei.

Art. 62. O Ministério do Exército compreende:

I - Órgãos de Direção Geral

- Alto Comando do Exército.

- Estado-Maior do Exército.

- Conselho Superior de Economia e Finanças.

II - Órgãos de Direção Setorial, organizados em base departamental (art. 24)

III - Órgãos de Assessoramento

- Gabinete do Ministro.

- Consultoria Jurídica.

- Secretaria Geral.

- Outros Conselhos e Comissões.

IV - Órgãos de Apoio

- Diretorias e outros órgãos.

V - Fôrças Terrestres

- Órgãos Territoriais.

Seção III

Do Ministério da Aeronáutica

Art. 63. O Ministério da Aeronáutica administra os negócios da Aeronáutica e tem como atribuição principal a preparação da Fôrça Aérea Brasileira para o cumprimento da sua destinação constitucional.

Parágrafo único. Cabe ao Ministério da Aeronáutica:

I - Propor a organização e providenciar o aparelhamento e o adestramento da Fôrça Aérea Brasileira, inclusive de elementos para integrar as Fôrças Combinadas ou Conjuntas.

II - Orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interêsse da Aeronáutica, obedecido o previsto no item V do art. 50 da presente lei.

III - Estudar e propor diretrizes para a política aérea nacional.

IV - Supervisionar e controlar as atividades aeronáuticas civis, tanto comerciais como privadas e desportivas, obedecendo, quanto às primeiras, a orientação estabelecida pelo Conselho Nacional de Transportes, nos têrmos do art. 162 desta lei.

V - Estabelecer equipar e operar a infra-estrutura aeronáutica, inclusive os serviços de apoio necessários à navegação aérea.

VI - Operar o Correio Aéreo Nacional.

Art. 64. O Ministro da Aeronáutica exerce a direção geral das atividades do Ministério e é o Comandante Superior da Fôrça Aérea Brasileira.

Art. 65. A Aeronáutica Militar é constituída por suas organizações próprias, pelo pessoal em serviço ativo e por sua reserva, inclusive as organizações auxiliares conforme previsto em lei.

Art. 66. O Ministério da Aeronáutica compreende:

I - Órgãos de Direção Geral

- Alto Comando da Aeronáutica.

- Estado-Maior da Aeronáutica.

I - Órgãos de Direção Setorial, organizados em base departamental (art. 24).

III - Órgãos de Assessoramento

- Gabinete do Ministro.

- Consultoria Jurídica.

- Secretaria Geral.

- Outros Conselhos e Comissões.

IV - Órgãos de Apoio

- Diretorias e outros órgãos.

V - Fôrça Aérea Brasileira (inclusive elementos para operações aeronavais e aeroterrestres)

- Zonas Aéreas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 67. O Almirantado (Alto Comando da Marinha de Guerra), o Alto Comando do Exército e o Alto Comando da Aeronáutica, a que se referem os arts 57, 62 e 66 são órgãos integrantes da Direção Geral do Ministério da Marinha, do Exército e da Aeronáutica cabendo-lhes assessorar os respectivos Ministros, principalmente:

a) nos assuntos relativos à política militar peculiar à Fôrça singular;

b) nas matérias de relevância - em particular, de organização, administração e logística - dependentes de decisão ministerial;

c) na seleção do quadro de Oficiais Generais.

Título X

DAS NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

E DE CONTABILIDADE

Art. 68. O Presidente da República prestará anualmente ao Congresso Nacional as contas relativas ao exercício anterior, sôbre as quais dará parecer prévio o Tribunal de Contas.

Art. 69. Os órgãos da Administração Direta observarão um plano de contas único e as normas gerais de contabilidade e da auditoria que forem aprovados pelo Govêrno.

Art. 70. Publicados a lei orçamentária ou os decretos de abertura de créditos adicionais, as unidades orçamentárias, os órgãos administrativos, os de contabilização e os de fiscalização financeira ficam, desde logo, habilitados a tomar as providências cabíveis para o desempenho das suas tarefas.

Art. 71. A discriminação das dotações orçamentárias globais de despesas será feita:

I - No Poder Legislativo e órgãos auxiliares, pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pelo Presidente do Tribunal de Contas.

II - No Poder Judiciário, pelos Presidentes dos Tribunais e demais órgãos competentes.

III - No Poder Executivo, pelos Ministros de Estado ou dirigentes de órgãos da Presidência da República.

Art. 72. Com base na lei orçamentária, créditos adicionais e seus atos complementares, o órgão central da programação financeira fixará as cotas e prazos de utilização de recursos pelos órgãos da Presidência da República, pelos Ministérios e pelas autoridades dos Podêres Legislativo e Judiciário para atender à movimentação dos créditos orçamentários ou adicionais.

§ 1º Os Ministros de Estado e os dirigentes de Órgãos da Presidência da República aprovarão a programação financeira setorial e autorizarão às unidades administrativas a movimentar os respectivos créditos, dando ciência ao Tribunal de Contas.

§ 2º O Ministro de Estado, por proposta do Inspetor Geral de Finanças, decidirá quanto aos limites de descentralização da administração dos créditos, tendo em conta as atividades peculiares de cada órgão.

Art. 73. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte ou quando imputada a dotação própria, vedada expressamente qualquer atribuição de fornecimento ou prestação de serviços cujo custo exceda aos limites prèviamente fixados em lei.

Parágrafo único. Mediante representação do órgão contábil serão impugnados quaisquer atos referentes a despesas que incidam na proibição do presente artigo.

Art. 74. Na realização da receita e da despesa pública será utilizada a via bancária, de acôrdo com as normas estabelecidas em regulamento.

§ 1º Nos casos em que se torne indispensável a arrecadação de receita diretamente pelas unidades administrativas, o recolhimento à conta bancária far-se-á no prazo regulamentar.

§ 2º O pagamento de despesa, obedecidas as normas que regem a execução orçamentária (lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), far-se-á mediante ordem bancária ou cheque nominativo, contabilizado pelo órgão competente e obrigatòriamente assinado pelo ordenador da despesa e pelo encarregado do setor financeiro.

§ 3º Em casos excepcionais, quando houver despesa não atendível pela via bancária, as autoridades ordenadoras poderão autorizar suprimentos de fundos, de preferência a agentes afiançados, fazendo-se os lançamentos contábeis necessários e fixando-se prazo para comprovação dos gastos.

Art. 75. Os órgãos da Administração Federal atenderão às solicitações que, a qualquer tempo, venham a ser feitas pelo Tribunal de Contas ou suas Delegações, prestando os informes relativos à administração dos créditos e facilitando a realização das inspeções de contrôle externo dos órgãos encarregados de administração financeira, contabilidade e auditoria.

Art. 76. Caberá ao Inspetor Geral de Finanças ou autoridade delegada autorizar a inscrição de despesas na conta "Restos a Pagar" (Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), obedecendo-se na liquidação respectiva as mesmas formalidades fixadas para a administração dos créditos orçamentários.

Parágrafo Único. As despesas inscritas na conta de "Restos a Pagar" serão liquidadas quando do recebimento do material, da execução da obra ou da prestação do serviço, ainda que ocorram depois do encerramento do exercício financeiro.

Art. 77. Todo ato de gestão financeira deve ser realizado por fôrça do documento que comprove a operação e registrado na contabilidade, mediante classificação em conta adequada.

Art. 78. O acompanhamento da execução orçamentária será feito pelos órgãos de contabilização.

§ 1° Em cada unidade responsável pela administração de créditos proceder-se-á sempre à contabilização dêstes.

§ 2° A contabilidade sintética ministerial caberá à Inspetoria Geral de Finanças.

§ 3 ° A contabilidade geral caberá à Inspetoria Geral de Finanças do Ministério da Fazenda.

§ 4º Atendidas as conveniências do serviço, um único órgão de contabilidade analítica poderá encarregar-se da contabilização para várias unidades operacionais do mesmo ou de vários Ministérios.

§ 5° Os documentos relativos à escrituração dos atos da receita e despesa ficarão arquivados no órgão de contabilidade analítica e à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira e, bem assim, dos agentes incumbidos do contrôle externo, de competência do Tribunal de Contas.

Art. 79. A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão.

Art. 80. Os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo o ordenador da despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.

§ 1° Ordenador de despesas é tôda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda.

§ 2º O ordenador de despesa, salvo conivência, não é responsável por prejuízos causados à Fazenda Nacional decorrentes de atos praticados por agente subordinado que exorbitar das ordens recebidas.

§ 3º As despesas feitas por meio de suprimentos, desde que não impugnadas pelo ordenador, serão escrituradas e incluídas na sua tomada de contas, na forma prescrita; quando impugnadas, deverá o ordenador determinar imediatas providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis, sem prejuízo do julgamento da regularidade das contas pelo Tribunal de Contas.

Art. 81. Todo ordenador de despesa ficará sujeito a tomada de contas realizada pelo órgão de contabilidade e verificada pelo órgão de auditoria interna, antes de ser encaminhada ao Tribunal de Contas (artigo 82).

Parágrafo único. O funcionário que receber suprimento de fundos, na forma do disposto no art. 74, § 3º, é obrigado a prestar contas de sua aplicação procedendo-se, automàticamente, a tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado.

Art. 82. As tomadas de contas serão objeto de pronunciamento expresso do Ministro de Estado, dos dirigentes de órgãos da Presidência da República ou de autoridade a quem estes delegarem competência, antes de seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para os fins constitucionais e legais.

§ 1º A tomada de contas dos ordenadores, agentes recebedores, tesoureiros ou pagadores será feita no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do encerramento do exercício financeiro pelos órgãos encarregados da contabilidade analítica e, antes de ser submetida a pronunciamento do Ministro de Estado, dos dirigentes de órgãos da Presidência da República ou da autoridade a quem êstes delegarem competência, terá sua regularidade certificada pelo órgão de auditoria.

§ 2º Sem prejuízo do encaminhamento ao Tribunal de Contas, a autoridade a que se refere o parágrafo anterior no caso de irregularidade, determinará as providências que, a seu critério, se tornarem indispensáveis para resguardar o interêsse público e a probidade na aplicação dos dinheiros públicos, dos quais dará ciência oportunamente ao Tribunal de Contas.

§ 3° Sempre que possível, desde que não retardem nem dificultem as tomadas de contas, estas poderão abranger conjuntamente a dos ordenadores e tesoureiros ou pagadores.

Art. 83. Cabe aos detentores de suprimentos de fundos fornecer indicação precisa dos saldos em seu poder em 31 de dezembro, para efeito de contabilização e reinscrição da respectiva responsabilidade pela sua aplicação em data posterior, observados os prazos assinalados pelo ordenador da despesa.

Parágrafo único. A importância aplicada até 31 de dezembro será comprovada até 15 de janeiro seguinte.

Art. 84. Quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública, as autoridades administrativas, sob pena de co-responsabilidade e sem embargo dos procedimentos disciplinares, deverão tomar imediatas providência para assegurar o respectivo ressarcimento e instaurar a tomada de contas, fazendo-se as comunicações a respeito ao Tribunal de Contas.

Art. 85. A Inspetoria Geral de Finanças, em cada Ministério, manterá atualizada relação de responsáveis por dinheiros, valôres e bens públicos, cujo rol deverá ser transmitido anualmente ao Tribunal de Contas, comunicando-se trimestralmente as alterações.

Art. 86. A movimentação dos créditos destinados à realização de despesas reservadas ou confidenciais será feita sigilosamente e nesse caráter serão tomadas as contas dos responsáveis.

Art. 87. Os bens móveis, materiais e equipamentos em uso ficarão sob a responsabilidade dos chefes de serviço, procedendo-se periòdicamente a verificações pelos competentes órgãos de contrôle.

Art. 88. Os estoques serão obrigatòriamente contabilizados, fazendo-se a tomada anual das contas dos responsáveis.

Art. 89. Todo aquêle que, a qualquer título, tenha a seu cargo serviço de contabilidade da União é pessoalmente responsável pela exatidão das contas e oportuna apresentação dos balancetes, balanços e demonstrações contábeis dos atos relativos à administração financeira e patrimonial do setor sob sua jurisdição.

Art. 90. Responderão pelos prejuízos que causarem à Fazenda Pública o ordenador de despesas e o responsável pela guarda de dinheiros, valôres e bens.

Art. 91. O orçamento incluirá verba global para constituição de um Fundo de Reserva Orçamentária, destinando-se os recursos a despesas correntes quando se evidenciar deficiências nas respectivas dotações e se fizer indispensável atender a encargo legal ou a necessidade imperiosa do serviço.

Art. 92. Com o objetivo de obter maior economia operacional e racionalizar a execução da programação financeira de desembôlso, o Ministério da Fazenda promoverá a unificação de recursos movimentados pelo Tesouro Nacional através de sua Caixa junto ao agente financeiro da União.

Parágrafo único. Os saques contra a Caixa do Tesouro só poderão ser efetuados dentro dos limites autorizados pelo Ministro da Fazenda ou autoridade delegada.

Art. 93. Quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprêgo na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.

Título XI

DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES AO PESSOAL CIVIL

CAPÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS

Art. 94. O Poder Executivo promoverá a revisão da legislação e das normas regulamentares relativas ao pessoal do Serviço Público Civil, com o objetivo de ajustá-las aos seguintes princípios:

I - Valorização e dignificação da função pública e ao servidor público.

II - Aumento da produtividade.

III - Profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público; fortalecimento do Sistema do Mérito para ingresso na função pública, acesso a função superior e escolha do ocupante de funções de direção e assessoramento.

IV - Conduta funcional pautada por normas éticas cuja infração incompatibilize o servidor para a função.

V - Constituição de quadros dirigentes, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores capacitados a garantir a qualidade, produtividade e continuidade da ação governamental, em consonância com critérios éticos especialmente estabelecidos.

VI - Retribuição baseada na classificação das funções a desempenhar, levando-se em conta o nível educacional exigido pelos deveres e responsabilidade do cargo, a experiência que o exercício dêste requer, a satisfação de outros requisitos que se reputarem essenciais ao seu desempenho e às condições do mercado de trabalho.

VII - Organização dos quadros funcionais, levando-se em conta os interêsses de recrutamento nacional para certas funções e a necessidade de relacionar ao mercado de trabalho local ou regional o recrutamento, a seleção e a remuneração das demais funções.

VIII - Concessão de maior autonomia aos dirigentes e chefes na administração de pessoal, visando a fortalecer a autoridade do comando, em seus diferentes graus, e a dar-lhes efetiva responsabilidade pela supervisão e rendimento dos serviços sob sua jurisdição.

IX - Fixação da quantidade de servidores, de acôrdo com as reais necessidades de funcionamento de cada órgão, efetivamente comprovadas e avaliadas na oportunidade da elaboração do orçamento-programa, e estreita observância dos quantitativos que forem considerados adequados pelo Poder Executivo no que se refere aos dispêndios de pessoal. Aprovação das lotações segundo critérios objetivos que relacionam a quantidade de servidores às atribuições e ao volume de trabalho do órgão.

X - Eliminação ou reabsorção do pessoal ocioso, mediante aproveitamento dos servidores excedentes, ou reaproveitamento aos desajustados em funções compatíveis com as suas comprovadas qualificações e aptidões vocacionais, impedindo-se novas admissões, enquanto houver servidores disponíveis para a função.

XI - Instituição, pelo Poder Executivo, de reconhecimento do mérito aos servidores que contribuam com sugestões, planos e projetos não elaborados em decorrência do exercício de suas funções e dos quais possam resultar aumento de produtividade e redução dos custos operacionais da administração.

XII - Estabelecimento de mecanismos adequados à apresentação por parte dos servidores, nos vários níveis organizacionais, de suas reclamações e reivindicações, bem como à rápida apreciação, pelos órgãos administrativos competentes, dos assuntos nelas contidos.

XIII - Estímulo ao associativismo dos servidores para fins sociais e culturais.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional mensagens que consubstanciem a revisão de que trata êste artigo.

Art. 95. O Poder Executivo promoverá as medidas necessárias à verificação da produtividade do pessoal a ser empregado em quaisquer atividades da Administração Direta ou de autarquia, visando a colocá-lo em níveis de competição com a atividade privada ou a evitar custos injustificáveis de operação, podendo, por via de decreto executivo ou medidas administrativas, adotar as soluções adequadas, inclusive a eliminação de exigências de pessoal superiores às indicadas pelos critérios de produtividade e rentabilidade.

Art. 96. Nos têrmos da legislação trabalhista, poderão ser contratados especialistas para atender às exigências de trabalho técnico em institutos, órgãos de pesquisa e outras entidades especializadas da Administração Direta ou autarquia, segundo critérios que, para êsse fim, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 97. Os Ministros de Estado, mediante prévia e específica autorização do Presidente da República, poderão contratar os serviços de consultores técnicos e especialistas por determinado período, nas condições previstas neste artigo.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS DE APLICAÇÃO IMEDIATA

Art. 98. Cada unidade administrativa terá, no mais breve prazo, revista sua lotação, a fim de que passe a corresponder a suas estritas necessidades de pessoal e seja ajustada às dotações previstas no orçamento (art. 94 inciso IX).

Art. 99. O Poder Executivo adotará providências para a permanente verificação da existência de pessoal ocioso na Administração Federal, diligenciando para sua eliminação ou redistribuição imediata.

§ 1º Sem prejuízo da iniciativa do órgão de pessoal da repartição, todo responsável por setor de trabalho em que houver pessoal ocioso deverá apresentá-lo aos centros de redistribuição e aproveitamento de pessoal que deverão ser criados, em caráter temporário, sendo obrigatório o aproveitamento dos concursados.

§ 2º A redistribuição de pessoal ocorrerá sempre no interêsse do Serviço Público, tanto na Administração Direta como em autarquia, assim como de uma para outra, respeitado o regime jurídico pessoal do servidor.

§ 3º O pessoal ocioso deverá ser aproveitado em outro setor, continuando o servidor a receber pela verba da repartição ou entidade de onde tiver sido deslocado, até que se tomem as providências necessárias à regularização da movimentação.

§ 4° Com relação ao pessoal ocioso que não puder ser utilizado na forma dêste artigo, será observado o seguinte procedimento:

a) extinção dos cargos considerados desnecessários, ficando os seus ocupantes exonerados ou em disponibilidade, conforme gozem ou não de estabilidade, quando se tratar de pessoal regido pela legislação dos funcionários públicos;

b) dispensa, com a conseqüente indenização legal, dos empregados sujeitos ao regime da legislação trabalhista.

§ 5º Não se preencherá vaga nem se abrirá concurso na Administração Direta ou em autarquia, sem que se verifique, prèviamente, no competente centro de redistribuição de pessoal, a inexistência de servidor a aproveitar, possuidor da necessária qualificação.

§ 6º Não se exonerará, por fôrça do disposto neste artigo, funcionário nomeado em virtude de concurso.

Art. 100. Instaurar-se-á processo administrativo para a demissão ou dispensa de servidor efetivo ou estável, comprovadamente ineficiente no desempenho dos encargos que lhe competem ou desidioso no cumprimento de seus deveres.

Art. 101. Ressalvados os cargos em comissão definidos em ato do Poder Executivo como de livre escolha do Presidente da República, o provimento em cargos em comissão e funções gratificadas obedecerá a critérios que considerem, entre outros requisitos, os seguintes:

I - Pertencer o funcionário aos quadros de servidores efetivos, ocupando cargo de nível adequado e cujas atribuições guardem relação com as da comissão ou função gratificada.

II - Comprovação de que o funcionário possui experiência adequada e curso de especialização apropriado ao desempenho dos encargos da comissão, considerando-se satisfeito o requisito se o funcionário se submeter a processo de aperfeiçoamento, nas condições e ocasião em que fôr estipulado.

III - Obrigar-se o funcionário, quando se caracterizar o interêsse da Administração, ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 1º Em conseqüência do disposto no inciso III dêste artigo, os funcionários que atenderem às condições estipuladas ficam sujeitos ao regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho e perceberão gratificação pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 2° É inerente ao exercício dos cargos em comissão e funções gratificadas diligenciar seu ocupante no sentido de que se aumente a produtividade, se reduzam os custos e se dinamizem os serviços.

Art. 102. É proibida a nomeação em caráter interino por incompatível com a exigência de prévia habilitação em concurso para provimento dos cargos públicos, revogadas tôdas as disposições em contrário.

Art. 103. Todo servidor que estiver percebendo vencimento, salário ou provento superior ao fixado para o cargo nos planos de classificação e remuneração, terá a diferença caracterizada como vantagem pessoal, nominalmente identificável, a qual em nenhuma hipótese será aumentada, sendo absorvida progressivamente pelos aumentos que vierem a ser realizados no vencimento, salário ou provento fixado para o cargo nos mencionados planos.

Art. 104. No que concerne ao regime de participação na arrecadação, inclusive cobrança da Dívida Ativa da União, fica estabelecido o seguinte:

I - Ressalvados os direitos dos denunciantes, a adjudicação de cota-parte de multas será feita exclusivamente aos Agentes Fiscais de Rendas Internas, Agentes Fiscais do Impôsto de Renda, Agentes Fiscais do Impôsto Aduaneiro, Fiscais Auxiliares de Impostos Internos e Guardas Aduaneiros e sòmente quando tenham os mesmos exercido ação direta, imediata e pessoal na obtenção de elementos destinados à instauração de autos de infração ou início de processos para cobrança dos débitos respectivos.

II - O regime de remuneração, previsto na Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, continuará a ser aplicado exclusivamente aos Agentes Fiscais de Rendas Internas, Agentes Fiscais do Impôsto de Renda, Agentes Fiscais do Impôsto Aduaneiro, Fiscais Auxiliares de Impostos Internos e Guardas Aduaneiros.

III - A partir da data da presente lei, fica extinto o regime de remuneração instituído a favor dos Exatores Federais, Auxiliares de Exatorias e Fiéis do Tesouro.

IV - Fica, igualmente, extinta, a partir da data desta lei, a participação dos Procuradores da Fazenda Nacional na cobrança da Dívida Ativa da União, através da taxa paga pelos executados, cujo produto reverterá, integralmente, aos cofres públicos.

V - A participação, através do Fundo de Estímulo, e bem assim as percentagens a que se referem o art. 64 da Lei n° 3.244, de 14 de agôsto 8°, § 2º e 9º da Lei nº 3.756, de 20 de abril de 1960, e o § 6º do art. 32 do 6°, § 2° e 9° da Lei n° 3.756, de 20 de abril de 1960, e o § 6º do art. 32 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, ficam também extintos.

Parágrafo único. Comprovada a adjudicação da cota-parte de multas com desobediência ao que dispõe o inciso I dêste artigo, serão passíveis de demissão, tanto o responsável pela prática dêsse ato, quanto os servidores que se beneficiarem com as vantagens dêle decorrentes.

Art. 105. Aos servidores que, na data da presente lei estiverem no gôzo das vantagens previstas nos incisos III, IV e V do artigo anterior fica assegurado o direito de percebê-las, como diferença mensal, desde que esta não ultrapasse a média mensal que, àquele título, receberam durante o ano de 1966, e até que, por fôrça dos reajustamentos de vencimentos do funcionalismo, o nível de vencimentos dos cargos que ocuparem alcance importâncias correspondente à soma do vencimento básico e da diferença de vencimento.

Art. 106. Fica extinta a Comissão de Classificação de Cargos transferindo-se ao DASP, seu acervo, documentação, recursos orçamentários e atribuições.

Art. 107. A fim de permitir a revisão da legislação e das normas regulamentares relativas ao pessoal do Serviço Público Civil, nos têrmos do disposto no art. 94, da presente lei, suspendem-se nesta data as readaptações de funcionários que ficam incluídas na competência do DASP.

Art. 108. O funcionário, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, prestará serviços em dois turnos de trabalho, quando sujeito a expediente diário.

Parágrafo único. Incorrerá em falta grave, punível com demissão, o funcionário que perceber a vantagem de que trata êste artigo e não prestar serviços correspondentes e bem assim o chefe que atestar a prestação irregular dos serviços.

Art. 109. Fica revogada a legislação que permite a agregação de funcionários em cargos em comissão e em funções gratificadas, mantidos os direitos daqueles que, na data desta lei, hajam completado as condições estipuladas em lei para a agregação, e não manifestem, expressamente, o desejo de retornarem aos cargos de origem.

Parágrafo único. Todo agregado é obrigado a prestar serviços, sob pena de suspensão dos seus vencimentos.

Art. 110. Proceder-se-á à revisão dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Administração Direta e das autarquias, para supressão daqueles que não corresponderem às estritas necessidades dos serviços, em razão de sua estrutura e funcionamento.

Art. 111. A colaboração de natureza eventual à Administração Pública Federal sob a forma de prestação de serviços, retribuída mediante recibo, não caracteriza, em hipótese alguma, vínculo empregatício com o Serviço Público Civil, e sòmente poderá ser atendida por dotação não classificada na rubrica "PESSOAL", e nos limites estabelecidos nos respectivos programas de trabalho.

Art. 112. O funcionário que houver atingido a idade máxima (setenta anos) prevista para aposentadoria compulsória não poderá exercer cargo em comissão ou função gratificada, nos quadros dos Ministérios, do DASP e das autarquias.

Art. 113. Revogam-se na data da publicação da presente lei, os Arts. 62 e 63 da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, e demais disposições legais e regulamentares que regulam as readmissões no serviço público federal.

Art. 114. O funcionário público ou autárquico que, por fôrça de dispositivo legal, puder manifestar opção para integrar quadro de pessoal de qualquer outra entidade e por esta aceita, terá seu tempo de serviço anterior, devidamente comprovado, averbado na instituição de previdência, transferindo-se para o INPS as contribuições pagas ao IPASE.

CAPÍTULO III

DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL

Art. 115. O Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) é o órgão central do sistema de pessoal, responsável pelo estudo, formulação de diretrizes, orientação, coordenação, supervisão e contrôle dos assuntos concernentes à administração do Pessoal Civil da União.

Parágrafo único. Haverá em cada Ministério um órgão de pessoal integrante do sistema de pessoal.

Art. 116. Ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) incumbe:

I - Cuidar dos assuntos referentes ao pessoal civil da União, adotando medidas visando ao seu aprimoramento e maior eficiência.

II - Submeter ao Presidente da República os projetos de regulamentos indispensáveis à execução das leis que dispõem sôbre a função pública e os servidores civis da União.

III - Zelar pela observância dessas leis e regulamentos, orientando, coordenando e fiscalizando sua execução, e expedir normas gerais obrigatórias para todos os órgãos.

IV - Estudar e propor sistema de classificação e de retribuição para o serviço civil administrando sua aplicação.

V - Recrutar e selecionar candidatos para os órgãos da Administração Direta e autarquias, podendo delegar, sob sua orientação, fiscalização e contrôle a realização das provas o mais próximo possível das áreas de recrutamento.

VI - Manter estatísticas atualizadas sôbre os servidores civis, inclusive os da Administração Indireta.

VII - Zelar pela criteriosa aplicação dos princípios de administração de pessoal com vistas ao tratamento justo dos servidores civis, onde quer que se encontrem.

VIII - Promover medidas visando ao bem-estar social dos servidores civis da União e ao aprimoramento das relações humanas no trabalho.

IX - Manter articulação com as entidades nacionais e estrangeiras que se dedicam a estudos de administração de pessoal.

X - Orientar, coordenar e superintender as medidas de aplicação imediata (Capítulo II, dêste Título).

Art. 117. O Departamento Administrativo do Pessoal Civil prestará às Comissões Técnicas do Poder Legislativo tôda cooperação que fôr solicitada.

Parágrafo único. O Departamento deverá colaborar com o Ministério Público Federal nas causas que envolvam a aplicação da legislação do pessoal.

Art. 118. Junto ao Departamento haverá o Conselho Federal de Administração de Pessoal, que funcionará como órgão de consulta e colaboração no concernente à política de pessoal do Govêrno e opinará na esfera administrativa, quando solicitado pelo Presidente da República ou pelo Diretor-Geral do DASP nos assuntos relativos à administração de pessoal civil, inclusive quando couber recurso de decisão dos Ministérios, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 119. O Conselho Federal de Administração de Pessoal será presidido pelo Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil e constituído de quatro membros, com mandato de três anos, nomeados pelo Presidente da República, sendo: dois funcionários, um da Administração Direta e outro da Indireta, ambos com mais de vinte anos de Serviço Público da União, com experiência em administração e relevante fôlha de serviços; um especialista em direito administrativo; e um elemento de reconhecida experiência no setor de atividade privada.

§ 1° O Conselho reunir-se-á ordinàriamente duas vêzes por mês e, extraordinàriamente, por convocação de seu presidente.

§ 2° O Conselho contará com o apoio do Departamento, ao qual ficarão afetos os estudos indispensáveis ao seu funcionamento e, bem assim, o desenvolvimento e a realização dos trabalhos compreendidos em sua área de competência.

§ 3º Ao Presidente e aos Membros do Conselho é vedada qualquer atividade político-partidária, sob pena de exoneração ou perda de mandato.

Art. 120. O Departamento prestará tôda cooperação solicitada pelo Ministro responsável pela Reforma Administrativa.

Art. 121. As medidas relacionadas com o recrutamento, seleção, aperfeiçoamento e administração do assessoramento superior da Administração Civil, de aperfeiçoamento de pessoal para o desempenho dos cargos em comissão e funções gratificadas a que se referem o art. 101 e seu inciso II (Título XI, Capítulo II) e de outras funções de supervisão ou especializadas, constituirão encargo de um Centro de Aperfeiçoamento, órgão autônomo vinculado ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

Parágrafo único. O Centro de Aperfeiçoamento promoverá direta ou indiretamente mediante convênio, acôrdo ou contrato, a execução das medidas de sua atribuição.

CAPÍTULO IV

DO ASSESSORAMENTO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO CIVIL

Art. 122 O assessoramento superior da Administração Civil, integrado por funções de direção e assessoramento especializado dos órgãos Centrais dos Ministérios (art. 22) e do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (art. 115) será atendido por titulares de cargos em comissão e por pessoal técnico especializado.

Art. 123. Os cargos em comissão serão preenchidos por pessoas da Administração Direta ou Indireta ou do setor privado e as nomeações sòmente poderão recair naquelas de comprovada idoneidade e cujo currículo certifique a experiência requerida para o desempenho da função.

Parágrafo único. Enquanto durar a comissão, o nomeado afastar-se-á de qualquer cargo ou função que desempenhe no Serviço Público ou no setor privado.

Art. 124. O pessoal técnico especializado destinado a funções de assessoramento superior da Administração Civil será recrutado no setor público e no setor privado, selecionado segundo critérios específicos, submetido a contínuo treinamento e aperfeiçoamento que assegurem o conhecimento e utilização das técnicas e instrumentos modernos de administração, e ficará sujeito ao regime da Legislação Trabalhista.

§ 1° A seleção de pessoal técnico especializado estará a cargo do Centro de Aperfeiçoamento (art. 121), em articulação com os Ministérios interessados.

§ 2º As admissões poderão ser realizadas para o desempenho das funções previstas em regulamento, o qual levará em conta a natureza da atividade e as peculiaridades dos serviços a atender e estabelecerá normas de conduta baseada em ética profissional.

§ 3º O regime salarial será estabelecido na regulamentação, em consonância com as funções a serem desempenhadas.

§ 4º O funcionário público admitido em função técnica especializada, no regime da legislação trabalhista, ficará afastado do cargo que ocupar, em caráter efetivo, enquanto perdurar aquela situação temporária, só contando o tempo de serviço correspondente para fins de promoção e aposentadoria.

Título XII

DAS NORMAS RELATIVAS A LICITAÇÕES PARA COMPRAS,

OBRAS, SERVIÇOS E ALIENAÇÕES

Art. 125. As licitações para compras, obras e serviços passam a reger-se, na Administração Direta e nas autarquias, pelas normas consubstanciadas neste Título e disposições complementares aprovadas em decreto.

Art. 126. As compras, obras e serviços efetuar-se-ão com estrita observância do princípio da licitação.

§ 1° A licitação só será dispensada nos casos previstos nesta lei.

§ 2º É dispensável a licitação:

a) nos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública;

b) quando sua realização comprometer a segurança nacional a juízo do Presidente da República;

c) quando não acudirem interessados à licitação anterior, mantidas neste caso, as condições preestabelecidas;

d) na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, emprêsa ou representante comercial exclusivos bem como na contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização;

e) na aquisição de obras de arte e objetos históricos;

f) quando a operação envolver concessionário de serviço público ou, exclusivamente, pessoas de direito público interno ou entidades sujeitas ao seu contrôle majoritário;

g) na aquisição ou arrendamento de imóveis destinados ao Serviço Público;

h) nos casos de emergência, caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, bens ou equipamentos;

i) nas compras ou execução de obras e serviços de pequeno vulto, entendidos como tal os que envolverem importância inferior a cinco vêzes, no caso de compras, e serviços, e a cinqüenta vêzes, no caso de obras, o valor do maior salário-mínimo mensal.

§ 3° A utilização da faculdade contida na alínea *h* do parágrafo anterior deverá ser imediatamente objeto de justificação perante a autoridade superior, que julgará do acêrto da medida e, se fôr o caso, promoverá a responsabilidade do funcionário.

Art. 127. São modalidades de licitação:

I - A concorrência.

II - A tomada de preços.

III - O convite.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação a que deve recorrer a Administração nos casos de compras, obras ou serviços de vulto, em que se admite a participação de qualquer licitante através de convocação da maior amplitude.

§ 2° Nas concorrências haverá, obrigatoriamente uma fase inicial de habilitação preliminar destinada a comprovar a plena qualificação dos interessados para realização do fornecimento ou execução da obra ou serviço programados.

§ 3° Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados previamente registrados, observada a necessária habilitação.

§ 4° Convite é a modalidade de licitação entre interessados no ramo pertinente ao objeto da licitação, em número mínimo de três, escolhidos pela unidade administrativa, registrados ou não, e convocados por escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 5º Quando se tratar de compras ou serviços, cabe realizar concorrência se o seu vulto fôr igual ou superior a dez mil vêzes o valor do maior salário-mínimo mensal; tomada de preços, se inferior àquele valor e igual ou superior a cem vêzes o valor do maior salário-mínimo mensal; e convite, se inferior a cem vêzes o valor do maior salário-mínimo, observado o disposto na alínea *i* do § 2º do art. 126.

§ 6º Quando se tratar de obras, caberá realizar concorrência se o seu vulto fôr igual ou superior a quinze mil vêzes o valor do maior salário-mínimo mensal; tomada de preços, se inferior àquele valor e igual ou superior a quinhentas vêzes o valor do maior salário-mínimo mensal; convite, se inferior a quinhentas vêzes o valor do salário-mínimo mensal, observado o disposto na alínea *i* do § 2º do art. 126.

§ 7º Nos casos em que couber tomada de preços, a autoridade administrativa poderá preferir a concorrência, sempre que julgar conveniente.

Art. 128. Para a realização de tomadas de preços, as unidades administrativas manterão registros cadastrais de habilitação de firmas periodicamente atualizados e consoantes com as qualificações específicas estabelecidas em função da natureza e vulto dos fornecimentos, obras ou serviços.

§ 1° Serão fornecidos certificados de registro aos interessados inscritos.

§ 2º As unidades administrativas que incidentalmente não disponham de registro cadastral poderão socorrer-se do de outra.

Art. 129. A publicidade das licitações será assegurada:

I - No caso de concorrência, mediante publicação, em órgão oficial e na imprensa diária, com antecedência mínima de trinta dias, de notícia resumida de sua abertura, com indicação do local em que os interessados poderão obter o edital e tôdas as informações necessárias.

II - No caso de tomada de preços, mediante afixação de edital, com antecedência mínima de quinze dias, em local acessível aos interessados e comunicação às entidades de classe, que os representem.

Parágrafo único. A Administração poderá utilizar outros meios de informação ao seu alcance para maior divulgação das licitações, com o objetivo de ampliar a área de competição.

Art. 130. No edital indicar-se-á, com antecedência prevista, pelo menos:

I - Dia, hora e local.

II - Quem receberá as propostas.

III - Condições de apresentação de propostas e da participação na licitação.

IV - Critério de julgamento das propostas.

V - Descrição sucinta e precisa da licitação.

VI - Local em que serão prestadas informações e fornecidas plantas, instruções, especificações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da licitação.

VII - Prazo máximo para cumprimento do objeto da licitação.

VIII - Natureza da garantia, quando exigida.

Art. 131. Na habilitação às licitações, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa:

I - À personalidade jurídica.

II - À capacidade técnica.

III - À idoneidade financeira.

Art. 132. As licitações para obras ou serviços admitirão os seguintes regimes de execução:

I - Empreitada por preço global.

II - Empreitada por preço unitário.

III - Administração contratada.

Art. 133. Na fixação de critérios para julgamento das licitações levar-se-ão em conta, no interêsse do serviço público, as condições de qualidade, rendimento, preços, condições de pagamento, prazos e outras pertinentes estabelecidas no edital.

Parágrafo único. Será obrigatória a justificação escrita da autoridade competente, sempre que não fôr escolhida a proposta de menor preço.

Art. 134. As obrigações, decorrentes de licitação ultimada, constarão de:

I - Contrato bilateral, obrigatório nos casos de concorrência e facultativo nos demais casos, a critério da autoridade administrativa.

II - Outros documentos hábeis, tais como cartas-contrato, empenho de despesas, autorizações de compra e ordens de execução de serviço.

§ 1º Será fornecida aos interessados, sempre que possível, a minuta do futuro contrato.

§ 2° Será facultado a qualquer participante da licitação o conhecimento dos termos do contrato celebrado.

Art. 135. Será facultativa, a critério da autoridade competente, a exigência de prestação de garantia por parte dos licitantes segundo as seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro, em títulos da dívida pública ou fidejussória.

II - Fiança bancária.

III - Seguro-garantia.

Art. 136. Os fornecedores ou executantes de obras ou serviços estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - Multa, prevista nas condições de licitação.

II - Suspensão do direito de licitar, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo a gradação que fôr estipulada em função da natureza da falta.

II - Declaração de inidoneidade para licitar na Administração Federal.

Parágrafo único. A declaração de inidoneidade será publicada no órgão oficial.

Art. 137. Os recursos admissíveis em qualquer fase da licitação ou da execução serão definidos em regulamento.

Art. 138. É facultado à autoridade imediatamente superior àquela que proceder à licitação anulá-la por sua própria iniciativa.

Art. 139. A licitação só será iniciada após definição suficiente do seu objeto e, se referente a obras, quando houver anteprojeto e especificações bastantes para perfeito entendimento da obra a realizar.

Parágrafo único. O disposto na parte final dêste artigo não se aplicará quando a licitação versar sôbre taxa única de redução ou acréscimo dos preços unitários objeto de Tabela de Preços oficial.

Art. 140. A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.

Art. 141. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral e o julgamento das concorrências e tomadas de preços deverão ser confiados a comissão de, pelo menos, três membros.

Art. 142. As licitações de âmbito internacional ajustar-se-ão às diretrizes estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela política monetária e pela política de comércio exterior.

Art. 143. As disposições dêste Título aplicam-se, no que couber, às alienações, admitindo-se o leilão, neste caso, entre as modalidades de licitação.

Art. 144. A elaboração de projetos poderá ser objeto de concurso, com estipulações de prêmios aos concorrentes classificados, obedecidas as condições que se fixarem em regulamento.

Título XIII

DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Art. 145. A Administração Federal será objeto de uma reforma de profundidade para ajustá-la às disposições da presente lei e, especialmente, às diretrizes e princípios fundamentais enunciados no Título II, tendo-se como revogadas, por fôrça desta lei, e à medida que sejam expedidos os atos a que se refere o art. 146, parágrafo único, alínea *b*, as disposições legais que forem com ela colidentes ou incompatíveis.

Parágrafo único. A aplicação da presente lei deverá objetivar, prioritàriamente, a execução ordenada dos serviços da Administração Federal, segundo os princípios nela enunciados e com apoio na instrumentação básica adotada, não devendo haver solução de continuidade.

Art. 146. A Reforma Administrativa, iniciada com esta lei, será realizada por etapas, à medida que se forem ultimando as providências necessárias à sua execução.

Parágrafo único. Para os fins dêste artigo, o Poder Executivo:

a) promoverá o levantamento das leis, decretos e atos regulamentares que disponham sôbre a estruturação, funcionamento e competência dos órgãos da Administração Federal, com o propósito de ajustá-los às disposições desta Lei;

b) obedecidas as diretrizes, princípios fundamentais e demais disposições da presente lei e respeitado o disposto na Constituição Federal quando à competência do Poder Legislativo, expedirá progressivamente os atos de reorganização, reestruturação, lotação, definição de competência, revisão de funcionamento e outros necessários à efetiva implantação da reforma;

c) proporá ao Congresso Nacional as medidas complementares de natureza legislativa que se fizerem necessárias.

Art. 147. A orientação, coordenação e supervisão das providências de que trata êste Título ficarão a cargo do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, podendo, entretanto, ser atribuídas a um Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa, caso em que a êste caberão os assuntos de organização administrativa.

Art. 148. Para atender às despesas decorrentes de execução da Reforma Administrativa, fica autorizada a abertura pelo Ministério da Fazenda do crédito especial de NCr$20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros novos), com vigência nos exercícios de 1967 a 1968.

§ 1º Os recursos do crédito aberto neste artigo incorporar-se-ão ao "Fundo de Reforma Administrativa", que poderá receber doações e contribuições destinadas ao aprimoramento da Administração Federal.

§ 2° O Fundo de Reforma Administrativa, cuja utilização será disciplinada em regulamento, será administrado por um órgão temporário de implantação da Reforma Administrativa, que funcionará junto ao Ministro responsável pela Reforma Administrativa.

Art. 149. Na implantação da reforma programada, inicialmente, a organização dos novos Ministérios e bem assim, prioritàriamente, a instalação dos Órgãos Centrais, a começar pelos de planejamento, coordenação e de contrôle financeiro (art. 22, item I) e pelos órgãos centrais dos sistemas (art. 31).

Art. 150. Até que os quadros de funcionários sejam ajustados à Reforma Administrativa, o pessoal que os integra, sem prejuízo de sua situação funcional para os efeitos legais, continuará a servir nos órgãos em que estiver lotado, podendo passar a ter exercício, mediante requisição, nos órgãos resultantes de desdobramento ou criados em virtude da presente lei.

Art. 151. O Ministro responsável pela Reforma Administrativa terá, também, as seguintes missões:

I - Orientar e coordenar os estudos de que trata o Título XI, Capítulo I (Normas Gerais).

II - Orientar e coordenar a revisão das lotações das unidades administrativas.

III - Orientar e coordenar as providências concernentes ao pessoal ocioso.

IV - Superintender os estudos que devem ser realizados para constituição, em bases definitivas, do Assessoramento Superior da Administração Civil.

Parágrafo único. O Ministro responsável pela Reforma Administrativa contará com a estreita cooperação do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

Art. 152. A finalidade e as atribuições dos órgãos da Administração Direta regularão o estabelecimento das respectivas estruturas e lotações de pessoal.

Art. 153. Para implantação da Reforma Administrativa poderão ser ajustados estudos e trabalhos técnicos a serem realizados por pessoas físicas ou jurídicas, nos têrmos das normas que se estabelecerem em decreto.

Art. 154. Os decretos e regulamentos expedidos para execução da presente lei disporão sôbre a subordinação e vinculação de órgãos e entidades aos diversos Ministérios, em harmonia com a área de competência dêstes, disciplinando a transferência de repartições e órgãos.

Título XIV

DAS MEDIDAS ESPECIAIS DE COORDENAÇÃO

CAPÍTULO I

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 155. O Poder Executivo poderá atribuir a um Ministro Extraordinário para Ciência e Tecnologia a missão de coordenar iniciativas e providências que contribuam ao estímulo e intensificação das atividades nesse setor, visando ao progresso do País e sua maior participação nos resultados alcançados no plano internacional.

§ 1° A missão atribuída ao Ministro Extraordinário terá a duração que fôr determinada pelo Presidente da República, vinculando-se ao referido Ministro, nesse período, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e os órgãos de atividades espaciais.

§ 2° A função do Ministro Extraordinário será principalmente de coordenação e estímulo.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE

Art. 156. A formulação e Coordenação da política nacional de saúde, em âmbito nacional e regional, caberá ao Ministério da Saúde.

§ 1º Com o objetivo de melhor aproveitar recursos e meios disponíveis e de obter maior produtividade, visando a proporcionar efetiva assistência médico-social à comunidade, promoverá o Ministério da Saúde a coordenação, no âmbito regional das atividades de assistência médico-social, de modo a entrosar as desempenhadas por órgãos federais, estaduais, municipais, do Distrito Federal, dos Territórios e das entidades do setor privado.

§ 2º Na prestação da assistência médica dar-se-á preferência à celebração de convênios com entidades públicas e privadas, existentes na comunidade.

§ 3º A assistência médica da Previdência Social, prestada sob a jurisdição do Ministério do Trabalho e Previdência Social, obedecerá, no âmbito nacional e regional, à política nacional de saúde.

CAPÍTULO III

DO ABASTECIMENTO NACIONAL

Art. 157. O Govêrno poderá atribuir a responsabilidade pela política nacional de abastecimento e sua execução ao Ministro de Estado da Agricultura, ao qual ficará vinculada a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) ou a um Ministro Extraordinário, caso em que a SUNAB a êste estará vinculada.

Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses, o Ministro contará com o assessoramento de uma Comissão para coordenação da política nacional de abastecimento e articulação com os interessados, por êle presidida, integrada por representantes de Ministérios e pelo Superintendente da SUNAB, que será o Secretário-Executivo da Comissão.

Art. 158. Se não considerar oportunas as medidas consubstanciadas no artigo anterior, o Govêrno poderá atribuir a formulação e coordenação da política nacional do abastecimento a uma Comissão Nacional de Abastecimento, órgão interministerial, cuja composição, atribuições e funcionamento serão fixados por decreto e que contará com o apoio da Superintendência Nacional do Abastecimento.

Art. 159. Fica extinto o Conselho Deliberativo da Superintendência Nacional do Abastecimento, de que trata a Lei Delegada n° 5, de 26 de setembro de 1962.

Art. 160. A Superintendência Nacional do Abastecimento ultimará, no mais breve prazo, a assinatura de convênios com os Estados, Prefeitura do Distrito Federal e Territórios com o objetivo de transferir-lhes os encargos de fiscalização atribuídos àquela Superintendência.

CAPÍTULO IV

DA INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES

Art. 161. Ficam extintos os Conselhos Setoriais de Transportes que atualmente funcionam junto às autarquias do Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo as respectivas funções absorvidas pelo Conselho Nacional de Transportes, cujas atribuições, organização e funcionamento serão regulados em lei.

Art. 162. Tendo em vista a integração em geral dos transportes, a coordenação entre os Ministérios da Aeronáutica e dos Transportes será assegurada pelo Conselho Nacional de Transportes que se pronunciará obrigatòriamente quanto aos assuntos econômico-financeiros da aviação comercial e, em particular, sôbre:

a) concessão de linhas, tanto nacionais como no exterior;

b) tarifas;

c) subvenções;

d) salários (de acôrdo com a política salarial do Govêrno).

Art. 163. O Conselho será presidido pelo Ministro de Estado dos Transportes e dêle participará, como representante do Ministério da Aeronáutica, o chefe do órgão encarregado dos assuntos da aeronáutica civil.

Art. 164. O Poder Executivo, se julgar conveniente, poderá formular a integração no Ministério dos Transportes, das atividades concernentes à aviação comercial, compreendendo linhas aéreas regulares, subvenções e tarifas, permanecendo sob a competência da Aeronáutica Militar as demais atribuições constantes do item IV e as do item V do Parágrafo único do art. 63 e as relativas ao contrôle de pessoal e das aeronaves.

§ 1° A integração poderá operar-se gradualmente, celebrando-se, quando necessário, convênios entre os dois Ministérios.

§ 2° Promover-se-á, em conseqüência, o ajuste das atribuições cometidas ao Conselho Nacional de Transportes nesse particular.

CAPÍTULO V

DAS COMUNICAÇÕES

Art. 165. O Conselho Nacional de Telecomunicações, cujas atribuições, organização e funcionamento serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, passará a integrar, como órgão normativo, de consulta, orientação e elaboração da política nacional de telecomunicações, a estrutura do Ministério das Comunicações, logo que êste se instale, e terá a seguinte composição:

I - Presidente, o Secretário-Geral do Ministério das Comunicações;

II - Representante do Estado-Maior das Fôrças Armadas.

III - Representante do Ministério da Educação e Cultura.

IV - Representante do Ministério da Justiça.

V - Representante do Ministério do Interior.

VI - Representante do Ministério da Indústria e Comércio.

VII - Representante dos Correios e Telégrafos.

VIII - Representante do Departamento Nacional de Telecomunicações.

IX - Representante da Emprêsa Brasileira de Telecomunicações.

X - Representante das Emprêsas Concessionárias de Serviços de Telecomunicações.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações passa a integrar, como Órgão Central (art. 22, inciso II), o Ministério das Comunicações.

Art. 166. A exploração dos troncos interurbanos, a cargo da Emprêsa Brasileira de Telecomunicações, poderá, conforme as conveniências econômicas e técnicas do serviço, ser feita diretamente ou mediante contrato, delegação ou convênio.

Parágrafo único. A Empresa Brasileira de Telecomunicações poderá ser acionista de qualquer das emprêsas com que tiver tráfego-mútuo.

Art. 167. Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Departamento dos Correios e Telégrafos em entidade de Administração Indireta, vinculada ao Ministério das Comunicações.

CAPÍTULO VI

DA INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 168. O Poder Executivo promoverá estudos visando à criação do Ministério das Fôrças Armadas para oportuno encaminhamento do projeto de lei ao Congresso Nacional.

Art. 169. Como medida preparatória e preliminar à criação do Ministério, a garantia da mais perfeita integração das Fôrças Armadas e a coordenação de suas atividades poderão ser asseguradas na forma dos arts. 36, 37 e parágrafo único e 50 da presente Lei.

Título XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 170. O Presidente da República, por motivo relevante de interêsse público, poderá avocar e decidir qualquer assunto na esfera da Administração Federal.

Art. 171. A Administração dos Territórios Federais, vinculados ao Ministério do Interior, exercer-se-á através de programas plurianuais, concordantes em objetivos e etapas com os planos gerais do Govêrno Federal.

Art. 172. O Poder Executivo assegurará autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente, aos serviços, institutos e estabelecimento incumbidos da supervisão ou execução de atividades de pesquisa ou ensino, de caráter industrial, e de outras que, por sua natureza especial, exijam tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos de Administração Direta, observada, em qualquer caso, a supervisão ministerial.

Parágrafo único. Os órgãos a que se refere êste artigo terão a denominação genérica de Órgãos Autônomos.

Art. 173. Os atos de provimento de cargos públicos ou que determinarem sua vacância assim como os referentes a pensões, aposentadorias e reformas, serão assinados pelo Presidente da República ou, mediante delegação dêste, pelos Ministros de Estado, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 174. Os atos expedidos pelo Presidente da República ou Ministros de Estado, quando se referirem a assuntos da mesma natureza, poderão ser objeto de um só instrumento, e o órgão administrativo competente expedirá os atos complementares ou apostilas.

Art. 175. Para cada órgão da Administração Federal, haverá prazo fixado em regulamento para as autoridades administrativas exigirem das partes o que se fizer necessário à instrução de seus pedidos.

§ 1º As partes serão obrigatòriamente notificadas das exigências, por via postal, sob registro, ou por outra forma de comunicação direta.

§ 2º Satisfeitas as exigências, a autoridade administrativa decidirá o assunto no prazo fixado pelo regulamento, sob pena de responsabilização funcional.

Art. 176. Ressalvados os assuntos de caráter sigiloso, os órgãos do Serviço Público estão obrigados a responder às consultas feitas por qualquer cidadão, desde que relacionadas com seus legítimos interêsses e pertinentes a assuntos específicos da repartição.

Parágrafo único. Os chefes de serviço e os servidores serão solidàriamente responsáveis pela efetivação de respostas em tempo oportuno.

Art. 177. Os conselhos, comissões e outros órgãos colegiados que contarem com a representação de grupos ou classes econômicas diretamente interessados nos assuntos de sua competência, terão funções exclusivamente de consulta, coordenação e assessoramento, sempre que àquela representação corresponda um número de votos superior a um têrço do total.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os órgãos incumbidos do julgamento de litígios fiscais e os legalmente competentes para exercer atribuições normativas e decisórias relacionadas com os impostos de importação e exportação, e medidas cambiais correlatas.

Art. 178. As autarquias, emprêsas ou sociedades em que a União detenha a maioria ou a totalidade do capital votante e que acusem a ocorrência de prejuízo continuado, poderão ser liquidadas ou incorporadas a outras entidades por ato do Poder Executivo, respeitados os direitos assegurados aos eventuais acionistas minoritários, se houver, nas leis e atos constitutivos de cada entidade.

Art. 179. Observado o disposto no art. 13 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral atualizará, sempre que se fizer necessário, o esquema de discriminação ou especificação dos elementos da despesa orçamentária.

Art. 180. As atribuições previstas nos arts. 111 a 113, da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964, passam para a competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 181. Para os fins do Título XIII desta Lei, poderá o Poder Executivo:

I - Alterar a denominação de cargos em comissão.

II - Reclassificar cargos em comissão, respeitada a tabela de símbolos em vigor.

III - Transformar funções gratificadas em cargos em comissão, na forma da lei.

IV - Declarar extintos os cargos em comissão que não tiverem sido mantidos, alterados ou reclassificados até 31 de dezembro de 1968.

Art. 182. Nos casos dos incisos II e III do art. 5º e no do inciso I do mesmo artigo, quando se tratar de serviços industriais, o regime de pessoal será o da Consolidação das Leis do Trabalho; nos demais casos, o regime jurídico do pessoal será fixado pelo Poder Executivo.

Art. 183. As entidades e organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebem contribuições para fiscais e prestam serviços de interêsse público ou social, estão sujeitas à fiscalização do Estado nos têrmos e condições estabelecidas na legislação pertinente a cada uma.

Art. 184. Não haverá, tanto em virtude da presente lei como em sua decorrência, aumento de pessoal nos quadros de funcionários civis e nos das Fôrças Armadas.

Art. 185. Incluem-se na responsabilidade do Ministério da Indústria e do Comércio a supervisão dos assuntos concernentes à indústria siderúrgica, à indústria petroquímica, à indústria automobilística, à indústria naval e à indústria aeronáutica.

Art. 186. A Taxa de Marinha Mercante, destinada a proporcionar à, frota mercante brasileira melhores condições de operação e expansão, será administrada pelo Órgão do Ministério dos Transportes, responsável pela navegação marítima e interior.

Art. 187. A Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRÁS) passa a vincular-se ao Ministro responsável pela Reforma Administrativa.

Art. 188. Tôda pessoa natural ou jurídica - em particular, o detentor de qualquer cargo público - é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei. Em virtude de sua natureza ou da pessoa do detentor, não há cargo, civil ou militar, específico de segurança nacional, com exceção dos previstos em órgãos próprios do Conselho de Segurança Nacional.

§ 1º Na Administração Federal, os cargos públicos civis, de provimento em comissão ou em caráter efetivo, as funções de pessoal temporário, de obras e os demais empregos sujeitos à legislação trabalhista, podem ser exercidos por qualquer pessoa que satisfaça os requisitos legais.

§ 2º Cargo militar é aquêle que, de conformidade com as disposições legais ou quadros de efetivos das Fôrças Armadas, só pode ser exercida por militar em serviço ativo.

CAPÍTULO II

DOS BANCOS OFICIAIS DE CRÉDITO

Art. 189. Sem prejuízo de sua subordinação técnica à autoridade monetária nacional, os estabelecimentos oficiais de crédito manterão a seguinte vinculação:

I - Ministério da Fazenda

- Banco Central da República

- Banco do Brasil

- Caixas Econômicas Federais

II - Ministério da Agricultura

- Banco Nacional do Crédito Cooperativo

III - Ministério do Interior

- Banco de Crédito da Amazônia

- Banco do Nordeste do Brasil

- Banco Nacional da Habitação

IV - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

CAPÍTULO III

DA PESQUISA ECONÔMICO-SOCIAL APLICADA E DO

FINANCIAMENTO DE PROJETOS

Art. 190. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a forma de fundação, o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA), com a finalidade de elaborar estudos, pesquisas e análises requeridos pela programação econômico-social de interêsse imediato do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e, quando se impuser, os dos demais Ministérios, e que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República.

§ 1° O Instituto, vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os estatutos e o decreto que os aprovar.

§ 2° A União será representada nos atos de instituição da entidade pelo Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 3° O Instituto manterá intercâmbio com entidades de ensino, estudo e pesquisa nacionais e estrangeiras, interessadas em assuntos econômicos e sociais.

§ 4º O patrimônio do Instituto será constituído:

a) pelas dotações orçamentárias e subvenções da União;

b) pelas doações e contribuições de pessoas de direito público e de direito privado;

c) pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes da prestação de serviços;

d) pelo acervo do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, do Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

Art. 191. Fica o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral autorizado, se o Govêrno julgar conveniente, a incorporar as funções de financiamento de estudo e elaboração de projetos e de programas do desenvolvimento econômico, presentemente afetos ao Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP), criado pelo Decreto nº 55.82O, de 8 de março de 1965, constituindo para êsse fim uma emprêsa pública, cujos estatutos serão aprovados por decreto, e que exercerá tôdas as atividades correlatadas de financiamento de projetos e programas e de prestação de assistência técnica essenciais ao planejamento econômico e social, podendo receber doações e contribuições e contrair empréstimos de fontes internas e externas.

CAPÍTULO IV

DOS SERVIÇOS GERAIS

Art. 192. O Sistema de Serviços Gerais, abrangendo a administração patrimonial, a de edifícios e instalações e a de material, compreende:

I - Órgão Central Normativo: Secretaria Geral, do Ministério da Fazenda.

II - Órgãos Setoriais: Departamento de Administração dos Ministério Civis e órgãos equivalentes dos Ministérios Militares.

III - Órgão Operacional: Departamento de Serviços Gerais, criado pela presente Lei, e subordinado ao Ministério da Fazenda.

Art. 193. Os Serviços Gerais regem-se pelas leis e regulamentos, e pelas normas que, para sua complementação, forem expedidas pelo órgão central do sistema.

§ 1º A atividade normativa será centralizada na Secretaria Geral, do Ministério da Fazenda, com apoio no Departamento de Serviços Gerais do mesmo Ministério.

§ 2° A administração e gestão das atividades de serviços gerais serão descentralizadas pelos Ministérios, onde serão disciplinadas segundo as peculiaridades de cada um, observadas as normas que vigorarem.

Art. 194. Constituem atribuições principais do Departamento de Serviços Gerais, no que respeita aos órgãos da Administração Direta do Serviço Público Federal:

I - Quanto à Administração Patrimonial:

a) organização do cadastro dos bens imóveis da União, contendo elementos que permitam sua identificação e contabilização pela Inspetoria Geral de Finanças do Ministério da Fazenda e órgãos equivalentes dos Ministérios;

b) elaboração de normas para aquisição, alienação, arrendamento e cessão de imóveis;

c) elaboração de normas para arrecadação das rendas provenientes do patrimônio imobiliário da União;

d) elaboração de normas de fiscalização e inspeção de bens imóveis e verificação de seu emprêgo e utilização.

II - Quanto à Administração de Edifícios e Instalações:

a) preparo de um programa geral, e seu desdobramento em etapas, para conveniente instalação de serviços federais, de natureza administrativa, no território nacional;

b) estudo de normas para implementação, pelos Ministérios, do programa que fôr aprovado pelo Govêrno;

c) estudo de normas para administração dos edifícios e instalações;

d) elaboração de padrões de conservação e manutenção de bens e equipamentos;

e) fiscalização das medidas aprovadas.

III - Quanto à Administração de Material:

a) estudos de classificação, especificação e do catálogo de material de uso comum, em colaboração com os setores técnicos interessados, do serviço público e do setor privado, para aprovação do Govêrno;

b) realização das compras que o Govêrno julgue conveniente centralizar;

c) elaboração de normas de recuperação e redistribuição de material;

d) elaboração de normas de alienação de material considerado desnecessário.

Art. 195. A alienação de bens da União dependerá de autorização em decreto e será sempre precedida de parecer do Departamento de Serviços Gerais do Ministério da Fazenda, quanto à sua oportunidade e conveniência.

Parágrafo único. A alienação ocorrerá quando não houver interêsse econômico e social em manter o imóvel no domínio da União, nem inconveniente quanto à defesa nacional no desaparecimento do vínculo da propriedade.

Art. 196. Com a instalação do Departamento de Serviços Gerais, ficarão extintos o Serviço do Patrimônio da União e o Departamento Federal de Compras, do Ministério da Fazenda, e a Divisão de Edifícios Públicos, do DASP, cujos acervos, pessoal e recursos são transferidos para o nôvo Departamento.

Art. 197. O Departamento de Serviços Gerais atuará diretamente ou através de convênios e ajustes que celebrar, ou de agentes autorizados.

CAPÍTULO V

DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Art. 198. Levando em conta as peculiaridades do Ministério das Relações Exteriores, o Poder Executivo adotará a estrutura orgânica e funcional estabelecida pela presente Lei, e, no que couber, o disposto no seu Título XI.

CAPÍTULO VI

DOS NOVOS MINISTÉRIOS E DOS CARGOS

Art. 199. Ficam criados:

I - O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com absorção dos órgãos subordinados ao Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

II - O Ministério do Interior, com absorção dos órgãos subordinados ao Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais.

III - O Ministério das Comunicações, que absorverá o Conselho Nacional de Telecomunicações, o Departamento Nacional de Telecomunicações e o Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 200. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores passa a denominar-se Ministério da Justiça.

Art. 201. O Ministério da Viação e Obras Públicas passa a denominar-se Ministério dos Transportes.

Art. 202. O Ministério da Guerra passa a denominar-se Ministério do Exército.

Art. 203. O Poder Executivo expedirá os atos necessários à efetivação do disposto no Artigo 199, observadas as normas da presente Lei.

Art. 204. Fica alterada a denominação dos cargos de Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas e Ministro de Estado da Guerra, para, respectivamente, Ministro de Estado da Justiça, Ministro de Estado dos Transportes e Ministro de Estado do Exército.

Art. 205. Ficam criados os seguintes cargos:

I - Ministros de Estado do Interior, das Comunicações e do Planejamento e Coordenação Geral.

II - Em comissão:

a) Em cada Ministério Civil, Secretário-Geral, e Inspetor-Geral de Finanças.

b) Consultor Jurídico, em cada um dos Ministérios seguintes: Interior, Comunicações, Minas e Energia, e Planejamento e Coordenação Geral.

c) Diretor do Centro de Aperfeiçoamento, no Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

d) Diretor-Geral do Departamento dos Serviços Gerais, no Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. À medida que se forem vagando, os cargos de Consultor Jurídico atualmente providos em caráter efetivo passarão a sê-lo em comissão.

Art. 206. Ficam fixados da seguinte forma os vencimentos dos cargos criados no Art. 205:

I - Ministro de Estado: igual aos dos Ministros de Estado existentes.

II - Secretário-Geral e Inspetor-Geral de Finanças: Símbolo 1-C.

III - Consultor Jurídico: igual ao dos Consultores Jurídicos dos Ministérios existentes.

IV - Diretor do Centro de Aperfeiçoamento: Símbolo 2-C.

V - Diretor -Geral do Departamento de Serviços Gerais: Símbolo 1-C.

Parágrafo único. O cargo de Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Símbolo 1-C, passa a denominar-se Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), Símbolo 1-C.

Art. 207. Os Ministros de Estado Extraordinários instituídos no Artigo 37 desta Lei terão o mesmo vencimento, vantagens e prerrogativas dos demais Ministros de Estado.

Art. 208. Os Ministros de Estado, os Chefes dos Gabinetes Civil e

Militar da Presidência da República e o Chefe do Serviço Nacional de Informações perceberão uma representação mensal correspondente a 50% (cinqüenta por cento) dos vencimentos.

Parágrafo único. Os Secretários-Gerais perceberão idêntica representação mensal correspondente a 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos.

Título XVI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 209. Enquanto não forem expedidos os respectivos regulamentos e estruturados seus serviços, o Ministério do Interior, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério das Comunicações ficarão sujeitos ao regime de trabalho pertinente aos Ministérios Extraordinários que antecederam os dois primeiros daqueles Ministérios no que concerne ao pessoal, à execução de serviços e à movimentação de recursos financeiros.

Parágrafo único. O Poder Executivo expedirá decreto para consolidar as disposições regulamentares que em caráter transitório, deverão prevalecer.

Art. 210. O atual Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal, considerando-se automaticamente substituída por esta denominação a menção à anterior constante de quaisquer leis ou regulamentos.

Art. 211. O Poder Executivo introduzirá, nas normas que disciplinam a estruturação e funcionamento das entidades da Administração Indireta, as alterações que se fizerem necessárias à efetivação do disposto na presente Lei, considerando-se revogadas tôdas as disposições legais colidentes com as diretrizes nela expressamente consignadas.

Art. 212. O atual Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) é transformado em Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), com as atribuições que, em matéria de administração de pessoal, são atribuídas pela presente Lei ao nôvo órgão.

Art. 213. Fica o Poder Executivo autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a expedir decretos relativos às transferências que se fizerem necessárias de dotações do orçamento ou de créditos adicionais requeridos pela execução da presente Lei.

Título XVII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 214. Esta Lei entrará em vigor em 15 de março de 1967, observado o disposto nos parágrafos do presente artigo e ressalvadas as disposições cuja vigência, na data da publicação, seja por ela expressamente determinada.

§ 1º Até a instalação dos órgãos centrais incumbidos da administração financeira, contabilidade e auditoria, em cada Ministério (art. 22), serão enviados ao Tribunal de Contas, para o exercício da auditoria financeira:

a) pela Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda, os atos relativos à programação financeira de desembôlso;

b) pela Contadoria Geral da República e pelas Contadorias Seccionais, os balancetes de receita e despesa;

c) pelas repartições competentes, o rol de responsáveis pela guarda de bens, dinheiros e valôres públicos e as respectivas tomadas de conta, nos termos da legislação anterior à presente lei.

§ 2º Nos Ministérios Militares, cabe aos órgãos que forem discriminados em decreto as atribuições indicadas neste artigo.

Art. 215 Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Zilmar Araripe Macedo
Ademar de Queiroz
Manoel Pio Corrêa Júnior
Octavio Gouveia de Bulhões
Juarez do Nascimento Tavora
Severo Gomes Fagundes
Raimundo Moniz de Aragão
Luiz Gonzaga do Nascimento Silva
Eduardo Gomes
Raimundo de Brito
Mauro Thibau
Paulo Egydio Martins
Roberto de Oliveira Campos
João Gonçalves de Souza

Decreto Nº 66.296 - De 3 De Março De 1970

Provê a estrutura do Ministério da Educação e Cultura e autoriza outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

Decreta:

Art. 1º As atividades do Ministério da Educação e Cultura serão exercidas por:

I - Órgãos de Administração Direta;

II - entidades de Administração Indireta e outras legalmente sujeitas à supervisão ministerial;

III - mecanismos especiais de natureza transitória

Art. 2º São órgãos da Administração Direta:

I - os de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete do Ministro

b) Consultoria Jurídica

c) Divisão de Segurança e Informações

II - os normativos:

a) Conselho Federal de Educação

b) Conselho Federal de Cultura

c) Comissão Nacional de Moral e Civismo.

III - os centrais de planejamento, coordenação, contrôle e fiscalização financeira:

a) Secretaria-Geral

b) Inspetoria-Geral de Finanças

IV - a Secretaria de Apoio Administrativo

V - os centrais de direção superior:

a) Departamento de Ensino Fundamental (DEF)

b) Departamento de Ensino Médio (DEM)

c) Departamento de Assuntos Universitários (DAU)

d) Departamento de Desportos e Educação Física (DDEF)

e) Departamento de Assuntos Culturais (DAC)

f) Departamento de Educação Complementar (DEC)

g) Departamento de Administração (DAD)

h) Departamento de Apoio (DAP).

VI - os setoriais de execução, com subordinação direta:

- colégios, escolas técnicas, serviços, institutos, faculdades isoladas e outros órgãos diretamente subordinados ao MEC.

Art. 3º A Secretaria de Apoio Administrativo competirá o exercício das funções ligadas com as atividades-meio, na área administrativa do Ministério.

Art. 4º São órgãos da Administração Indireta:

- Autarquias educacionais.

a) Escolas Técnicas Federais

b) Colégio Pedro II

c) Universidades Federais e Federais Rurais

d) Escola Paulista de Medicina.

Art. 5º São sujeitas à Supervisão ministerial as fundações vinculadas ao M.E.C. que receberem subvenções ou transferências à conta do orçamento da União (artigo 3º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969).

Art. 6º São mecanismos especiais de natureza transitória:

- Comissões, Grupos de Trabalho, Campanhas, Programas e similares constituídos para fins específicos.

Art. 7º O Ministro de Estado proporá ao Presidente da República ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral:

I - as medidas que se fizerem necessárias ao ajustamento, à nova estrutura do M.E.C., das entidades da Administração Indireta e outras a êle legalmente vinculadas;

II - a transformação de cargos e funções do Ministério.

Parágrafo único. da transformação de que trata o item III deste artigo não poderá resultar aumento da despesa global de pessoal.

Art. 8º Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de março de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICi

Jarbas G. Passarinho

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO Nº 66.967, DE 27 DE JULHO DE 1970.

Dispõe sôbre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere os itens III e V do artigo 81, da Constituição,

decreta:

Art. 1º O Ministério da Educação e Cultura (MEC) terá a seguinte organização:

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado:

A) Gabinete

B) Consultoria Jurídica

C) Divisão de Segurança e Informações

II - Órgãos Normativos:

A) Conselho Federal de Educação

B) Conselho Federal de Cultura

C) Comissão Nacional de Moral e Civismo

III - Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Fiscalização Financeira:

A) Secretaria Geral

1) Gabinete

2) Assessoria Técnica

3) Divisão de Atividades Auxiliares

4) Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal para a Educação e Cultura (CETREMEC)

5) Serviço de Estatística de Educação e Cultura (SEEC)

B) Inspetoria Geral de Finanças

1) Divisão de Administração Financeira

2) Divisão de Contabilidade

3) Divisão de Auditoria

4) Serviço de Administração

IV - Secretaria de Apoio Administrativo - Gabinete

V - Órgãos Centrais de Direção Superior:

A) Departamento de Ensino Fundamental

1) Assessoria Técnica

2) Divisão de Atividades Auxiliares

B) Departamento de Ensino Médio

1) Assessoria Técnica

2) Divisão de Atividades Auxiliares

C) Departamento de Assuntos Universitários

1) Assessoria Técnica

2) Divisão de Atividades Auxiliares Complementar

1) Assessoria Técnica

2) Divisão de Atividades Auxiliares

E) Departamento de Desportos e Educação Física

1) Assessoria Técnica

2) Divisão de Atividades Auxiliares

F) Departamento de Assuntos Culturais

G) Departamento de Administração

1) Assessoria Técnica

2) Divisão de Atividades Auxiliares

3) Diretoria de Pessoal

4) Diretoria de Serviços Gerais

a) Divisão de Material

b) Divisão de Edifícios e Instalações

c) Divisão de Administração Patrimonial e de Serviços Auxiliares

H) Departamento de Apoio

1) Assessoria Técnica

2) Divisão de Atividades Auxiliares

3) Diretoria de Assistência ao Estudante

4) Diretoria de Documentação e Divulgação

5) Diretoria de Assistência aos Órgãos Regionais

VI - Órgãos Setoriais de Execução com Subordinação Direta

VII - Órgãos Regionais:

A) Delegacias

1) Assessorias Técnicas

2) Serviços de Atividades Auxiliares

B) Representações

§ 1º Constituirão linha uniforme de organização da estrutura do MEC as Assessorias Técnicas e as Divisões de Atividades Auxiliares, subordinadas estas a uma autoridade adjunta ao titular do Órgão respectivo.

§ 2º A autoridade adjunta mencionada no parágrafo anterior poderá exercer funções delegadas e substituirá o titular do Órgão respectivo em sua falta ou impedimentos eventuais.

§ 3º O Secretário de Apoio Administrativo e os Diretores de Departamento contarão com um Secretário e dois Assistentes.

§ 4º As Delegacias e Representações resultarão da transformação das atuais Inspetorias Regionais, Seccionais, Coordenação e Representações Estaduais dos Órgãos do MEC.

§ 5º Para os efeitos do art. 172 - parte final - do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, é a seguinte a vinculação dos Órgãos Autônomos do MEC:

I - À Secretaria Geral:

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP);

II - Ao Departamento de Assuntos Universitários:

Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

III - Ao Departamento de Assuntos Culturais:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

§ 6º A subordinação direta de que trata o item VI dêste artigo será definida em ato do Ministro de Estado.

Art. 2º São consideradas Mecanismos especiais de natureza transitória as Comissões, os Grupos de Trabalho, Campanhas, Programas e similares, criados para fins específicos.

Art. 3º Salvo o disposto no art. 6º, as Comissões e Conselho instituídos para o estabelecimento de orientação normativa de atividades que, por fôrça de legislação específica, estejam enquadradas na área de atuação do MEC, são Órgãos de cooperação, com a seguinte vinculação:

I - Ao Gabinete do Ministro

A) Conselho Nacional de Serviço Social

B) Conselho Nacional de Desportos

II - Ao Departamento de Assuntos Culturais

Comissão Nacional de Belas Artes

Art. 4º As entidades da Administração Indireta e as Fundações de natureza educacional, cultural ou desportiva estão sujeitas à supervisão de que tratam os arts. 19 e 26 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, podendo dita supervisão ser efetuada por intermédio dos órgãos do MEC, como ficar estabelecido em ato ministerial.

Art. 5º Os Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro do Estado e os órgãos centrais de planejamento, coordenação e fiscalização financeira têm a sua competência e o detalhamento de sua organização definidos no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e em legislação específica.

Parágrafo único. Na forma do disposto nêste artigo, a Secretaria Geral atuará como órgão de orientação e coordenação das atividades de planejamento, orçamento, programação financeira e estatística.

Art. 6º O Conselho Federal de Educação, o Conselho Federal de Cultura e a Comissão Nacional de Moral e Civismo têm sua organização e atribuições definidas em legislação própria.

Art. 7º À Secretaria de Apoio Administrativo, dirigida por um Secretário, compete orientar, coordenar e controlar a execução das atividades-meio na área administrativa do MEC.

Art. 8º Às Delegacias situadas nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal compete, em suas áreas de jurisdição, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades específicas do MEC, conforme se dispuser em Regimento.

Parágrafo único. Quanto às atividades técnicas, as Delegacias receberão orientação normativa diretamente dos Departamentos especializados do MEC.

Art. 9º Os programas de trabalho dos Órgãos incumbidos das atividades-fim do MEC poderão ser executados por Grupos-Tarefa, que atuarão sempre mediante administração por objetivos, cuja regulamentação será feita por ato do Ministro de Estado.

§ 1º Os Grupos-Tarefa, organizados e constituídos por atos dos titulares dos Órgãos respectivos e integrados por técnicos e pessoal especializado ou administrativo, recrutados, de preferência, dentre servidores do MEC ou requisitados, terão sempre trabalho de natureza transitória ligado ao objetivo do projeto ou atividade; seus integrantes, bem como os das Assessorias Técnicas de que trata o § 1º do artigo 1º dêste Decreto, poderão ser retribuídos em caráter eventual mediante recibo, na forma da legislação vigente.

§ 2º As atividades-meio, por proposta dos titulares dos órgãos e com aprovação do Ministro de Estado, poderão dispor de Grupos-Tarefa, cujos trabalhos, quando fôr o caso, obedecerão à orientação normativa, supervisão técnica e fiscalização específica dos órgãos centrais dos sistemas em que estejam integradas.

§ 3º Quando a designação de integrante de Grupos-Tarefa recair em servidor submetido ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva, suspender-se-á o pagamento da gratificação decorrente da aplicação dêsse regime, durante o período de sua participação no trabalho do Grupo-Tarefa, salvo direto de opção.

§ 4º Ocupante de cargo em comissão, de função gratificada, ou quem exerça encargo de representação de Gabinete, poderá integrar Grupo-Tarefa.

§ 5º O funcionamento de cada Grupo-Tarefa e as condições específicas de retribuição de seus integrantes serão estabelecidos no respectivo ato de constituição.

Art. 10. Os Grupos-Tarefa serão confiados a Gerentes, que terão suas atribuições e responsabilidades definidas em ato do titular do órgão respectivo, podendo, ainda, contar com Supervisores e Coordenadores, que se encarregarão das diversas partes ou etapas em que se desdobrarem os projetos ou atividades.

Parágrafo único. De acôrdo com os programas de trabalho, sua natureza, vulto ou afinidades, um Gerente poderá ser incumbido de vários Grupos-Tarefa.

Art. 11. Os Grupos-Tarefa desenvolverão suas atividades em plena consonância com os objetivos e diretrizes dos planos de Govêrno, dentro de um trabalho tecnicamente coordenado e integrado pelos órgãos próprios do prios do MEC.

Parágrafo único. A integração a que se refere êste artigo deverá ser feita em âmbito setorial e regional, bem como em áreas de programas afins de outros Ministérios, dos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, órgãos regionais e entidades privadas.

Art. 12. As despesas de manutenção das Delegacias e Representações do MEC, nos Estados, compreendendo gastos correntes e de capital, constarão de projetos ou atividades específicos do programa de trabalho do Departamento de Apoio.

Art. 13. Fica criado na estrutura do MEC, vinculado à Secretaria Geral, o Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal para a Educação e Cultura (CETREMEC).

§ 1º O CETREMEC que terá sua estrutura, competência e atribuições definidas em Regimento, será dirigido por um Diretor-Geral.

§ 2º Sempre que possível, o CETREMEC funcionará articuladamente com as Universidades, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) e órgãos e entidades congêneres.

Art. 14. Fica assegurada, na forma do artigo 172 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, autonomia administrativa e financeira ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que passa a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Parágrafo único. A estrutura, a competência e as atribuições dos órgãos de que trata êste artigo serão definidas em ato do Ministro de Estado, ouvido o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 15. Fica instituído, em cada um dos Órgãos autônomos referidos no artigo 14, um fundo especial de natureza contábil a cujo crédito se levarão todos os recursos orçamentários e extraorçamentários, inclusive a receita própria, vinculados às atividades do órgão respectivo.

§ 1º Constituirão recurso do fundo, dentre outros previstos em legislação própria, os seguintes:

a) as dotações consignadas no orçamento geral da União;

b) os repasses de outros fundos;

c) as rendas próprias de serviços, inclusive de publicações;

d) as doações, subvenções e auxílios;

e) a reversão de quaisquer importâncias, inclusive, quando fôr o caso, das relativas a bôlsas de estudo ou auxílios individuais;

f) o saldo verificado no fim de cada exercício, que constituirá receita do exercício seguinte;

g) as receitas diversas.

§ 2º Os Órgãos autônomos de que trata êste Decreto poderão prestar serviços remunerados compatíveis com suas atribuições a qualquer pessoa e entidade.

§ 3º Os programas de trabalho dos Órgãos autônomos poderão ser executados através das formas de que tratam os artigos 9º e 10 do presente Decreto.

Art. 16. O detalhamento da organização administrativa do MEC, bem como a localização das Representações de que trata o § 4º do art. 1º dêste Decreto, serão definidos em atos do Ministro de Estado, obedecidas as diretrizes de implantação da reforma administrativa federal.

Art. 17. Os trabalhos de ajustamento dos Órgãos à nova estrutura do MEC ficarão a cargo de um Grupo-Tarefa, a ser constituído na Secretaria Geral, e deverão estar concluídos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da vigência dêste Decreto.

§ 1º O Grupo-Tarefa de que trata êste artigo deverá estudar os aspectos funcionais das programações de trabalho e os de natureza jurídica, administrativa e financeira dos Órgãos.

§ 2º Compete, ainda, ao referido Grupo-Tarefa estudar e propor as medidas que visem à extinção, fusão, transformação ou transferência de Órgãos do MEC para o âmbito de outras entidades públicas, de modo a implementar, gradativamente, as medidas previstas na reforma administrativa federal.

Art. 18. Continua em vigor, no corrente exercício, a atual estrutura orçamentária do MEC, podendo os recursos financeiros consignados às unidades constantes da mesma, ser movimentados por responsáveis, a critério do Ministro de Estado.

Art. 19. Até que sejam instalados e implantados os novos órgãos de que trata o art. 1º, ficam mantidos no MEC, com os respectivos quantitativos, os cargos em comissão e funções gratificadas não extintas ou transformadas por êste Decreto.

Parágrafo único. As atividades e os trabalhos afetos aos órgãos da nova estrutura do MEC poderão ser orientados, supervisionados ou coordenados por ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas mantidos por êste artigo, competindo os respectivos atos de designação, conforme o caso, ao Ministro de Estado ou ao dirigente do Órgão próprio.

Art. 20. Os cargos em comissão constantes do Anexo que constitui parte integrante dêste Decreto, ficam transformados e reclassificados na forma nêle indicada, extinguindo-se a função gratificada no mesmo mencionada.

Art. 21. Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

Emílio G. Médici
Jarbas G. Passarinho
João Paulo dos Reis Velloso

RETIFICAÇÃO

Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970.

Dispõe sôbre a Organização Administrativa do Ministério da Educação e Cultura.

(Publicado no Diário Oficial - Seção I - Parte I, de 3 de agosto de 1970)

Na página 5.771, na 4ª coluna, artigo, 1º, no item V, alínea c, onde se lê:

C) Departamento de Assuntos Universitários - 1) Assessoria Técnica - 2) Divisão de Atividades Auxiliares Complementar - 1) Assessoria Técnica - 2) Divisão de Atividades Auxiliares.

Leia-se: C) Departamento de Assuntos Universitários - 1) Assessoria Técnica - 2) Divisão de Atividades Auxiliares - D) Departamento de Educação Complementar - 1) Assessoria Técnica - 2) Divisão de Atividades Auxiliares.

Na página 5.772, 3ª coluna, no artigo 11, onde se lê: pelos órgãos próprios do prios do MEC.

Leia-se: ... pelos órgãos próprios do MEC.

RETIFICAÇÃO

Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970.

Dispõe sôbre a Organização Administrativa do Ministério da Educação e Cultura.

(Publicado no *Diário Oficial* - Seção I - Parte I, de 3 e retificado no 7 de agôsto de 1970)

Na página 5.771, 4ª coluna, na alínea *f* do artigo 1º, do *Diário Oficial* de 3-8-1970,

ONDE SE LÊ:

f) Departamento de Assuntos Culturais

g) Departamento de Administração

LEIA-SE:

f) Departamento de Assuntos Culturais

1) Assessoria Técnica

2) Divisão de Atividades Auxiliares

g) Departamento de Administração

DECRETO Nº 72.614, DE 15 DE AGOSTO DE1973.

Altera a estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 181, itens I, II e III, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

Decreto:

Art. 1º Os artigos 1º e 7º do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º.

" I - .

IV - órgão de Planejamento, Coordenação e Controle das Atividades de Apoio Administrativo.

A - Secretaria de Apoio Administrativo.

1 - Gabinete

2 - Assessoria Técnica

3 - Divisão de Atividades Auxiliares

4 - Coordenação de Órgãos Regionais

5 - Delagacias Regionais

H – Departamento de Assistência ao Estudante

1 - Assessoria Técnica

2 - Divisão de Atividade Auxiliares

I - Departamento de Documento e Divulgação

1 - Assessoria Técnica

2 - Divisão de Documentação

3 - Divisão de Divulgação

4 - Divisão de Atividades auxíliares".

J - Instituto Nacional do Livro

1 - Assessoria Técnica

2 - Coordenação do Livro Didático

3 - Coordenação do Livro Literário

4 - Divisão de Atividade Auxiliares"

"Art. 7º À Secretaria de Apoio Administrativo dirigida por um Secretário, compete planejar, orientar, coordenar e controlara execução da atividade-meio do Ministério".

Art. 2º Fica extinta da organização estrutural do Departamento de Administração a Diretoria de Serviços Gerais.

Art. 3º A Supervisão Ministerial de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 sobre os órgãos mencionados nas alíneas "*G*", "*H*" "*I*" e "*J*", bem sobre a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) será exercida pela Secretaria de Apoio Administrativo.

Parágrafo único. Até que sejam reestruturadas a Campanha Nacional de Alimentação escolar (CNAE) e a Comissão de Orientação de programas Comunitários (COPROC) ficam subordinadas à Secretaria de Apoio Administrativo.

Art. 4º Os Regimentos Internos dos Órgãos de que trata este Decreto disporão sobre a finalidade, organização, competência e atribuições de cada um, observado o disposto no artigo 6º do Decreto nº 68.885, de 6 de julho de 1971.

Parágrafo único. Enquanto não forem baixados os Regimentos Internos dos Órgãos de que trata este Decreto, vigorarão no que couber, os atuais regimentos.

Art. 5º Os recursos alocados ao Departamento de apoio serão movimentados, no corrente exercício, pelo Departamento de Assistência ao Estudante.

Art. 6º Fica aprovada, na forma do anexo, a tabela discriminativa dos cargos em comissão do Quadro de Pessoal - Parte Permanente - do Ministério da Educação e Cultura, resultante das alterações previstas neste Decreto.

Art. 7º As despesas decorrentes do disposto neste Decreto, serão atendidas pelas dotações próprias do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de agosto de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jarbas G. Passarinho

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO Nº 72.425, DE 3 DE JULHO DE 1973.

Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e da outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 172, do Decreto-lei nº 200, 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe deu o Decreto-lei número 900, de 29 de setembro de 1969,

Decreta:

Art. 1º Fica criado no Ministério da Educação e Cultura o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), Órgão Central de Direção Superior, com a finalidade de promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais.

Parágrafo único. O CENESP gozará de autonomia administrativa e financeira, sendo as suas atividades supervisionadas pela Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º O CENESP atuará de forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade.

Art. 3º O CENESP terá a seguinte estrutura básica:

I - Conselho Consultivo;

II - Gabinete;

III - Assessorias Técnicas;

IV - Coordenações;

V - Divisão de Atividades Auxiliares;

VI - Órgãos Subordinados.

a) Instituto Bejamin Cosntant (IBC);

b) Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

§ 1º O CENESP será administrado por um Diretor-Geral.

§ 2º O Diretor-Geral do CENESP, o Diretor da Divisão de Atividades Auxiliares (DAA), o Diretor do instituto Bejamin Cosntant (IBC) e do Instituto Nacional de Surdos (INES), serão nomeados em comissão pelo Presidente da República.

§ 3º O Diretor-Geral, para atender aos encargos do Gabinete, bem como aos demais trabalhos de direção e apoio dos órgãos do CENESP, terá:

a) Chefe de Gabinete;

b) 2 (dois) Asistentes;

c) 2 (dois) Auxiliares; e

d) Secretário.

§ 4º O Conselho Consultivo, presidido pelo Diretor-Geral, será formado de representantes dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social, Saúde, Interior, Justiça, Planejamento e Coordenação Geral, do Educacionais (INEP) e do Instituto Nacional de Alimentos e Nutrição (INAN).

§ 5º As Assessorias Técnicas serão coordenadas por um Assessor-Chefe, designado pelo Diretor-Geral e atuarão nas seguintes áreas:

a) planejamento;

b) coordenação;

d) avaliação e controle;

e) modernização adminsitrativa;

f) jurídica.

§ 6º As coordenações serão dirigidas por um Coordenador-Chefe, designado pelo Diretor-Geral e terão atribuições definidas em Regimento próprio.

Art. 4º Os serviços do CENESP serão atendidos por:

I - funcionários do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura;

II - servidores federais,estaduais e municipais, requisitados na forma da legislação em vigor;

III - pessoal temporário necessário à execução de suas atividades, observada a legislação vigente.

Art. 5º A organização, competência e atribuições do CENESP serão estabelecidas em Regimento Interno, a ser proposto pelo Diretor-Geral ao Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, para homologação do Ministro de Estado, observando o disposto no artigo 6º do Decreto nº 68.885, de 6 de julho de 1971.

Art. 6º Ficam transformados. respectivamente, nos cargos em comissão de Diretor-Geral do Centro Nacional de Educação Especial (CENEP), símbolo 1-C e Diretor da Divisão de Atividades Auxiliares (DAA), símbolo 4-C, as funções gratificadas de Chefe da Seção de Cursos, símbolo 2-F e de Assistente de Diretor, ambos do Instituto Bejamin Cosntant (IBC), do Quadro de Pessoal - parte Permanente - do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 7º Os recursos colocados ao CENESP serão movimentados pelo Diretor-Geral.

Parágrafo único Até que o CENESP disponha de recursos orçamentários próprios as dotações consignadas ao Ministério da Educação e Cultura, destinados à Educação Especial, ficarão sob a responsabilidade e gestão do CENESP.

Art. 8º Fica criado em fundo especial, de natureza contábil, denominado Fundo de Educação Especial, e além dos recursos previstos no parágrafo único do artigo anterior, se constituirá de:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União;

II - repasses de outros fundos;

III - rendas próprias de serviços;

IV - doações, subvenções e auxílios;

V - saldo verificado no final de cada exercício financeiro;

VI - recursos provenientes de receitas diversas.

Art. 9º Passam a fazer parte integrante do CENESP o acervo financeiro, pessoal e patrimonial dos Institutos Benjamin Consant (IBC) e Nacional de Educação de Surdos (INES).

Art. 10. São extintas as Campanhas Nacional de Cegos (CENEC) e Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), criadas, respectivamente, pelo Decreto nº 44.236, de 1º de agosto de 1958, com as alterações do Decreto número 48.252, de 31 de maio de 1960, Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960, cujo acervo financeiro e patrimonial se reverte ao CENESP.

Art. 11. A implantação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) dar-se-á no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação deste Decreto.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Alfredo Buzaid
Jarbas G. Passarinho
Júlio Barata
Mário Lemos
João Paulo dos Reis Velloso
José Costa Cavalcanti

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 72.614, DE 15 DE AGOSTO DE1973.

Altera a estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura e dá outras Providências.

(Publicado no Diário Oficial - Seção I - Parte I - de 16 de agosto de 1973)

Na 1ª página, no Anexo,

Onde se lê: Anexo a que se refere o artigo 8º do Decreto nº 71.614,...

Leia-se: Anexo a que se refere o artigo 8º do Decreto nº 72.614,...

Onde se lê: Cargos e funções - Denominação Ilegível - Diretor da Diretoria de Assistência aos Órgãos Regionais (Depart. De Apoio).

Leia-se: Cargos e funções - Determinação 1 - Diretor da Diretoria de Assistência aos Órgãos (Depart. De Apoio)...

Na página 8.098, no mesmo anexo,

Onde se lê: Cargos e funções - Denominação Ilegível Inspetor Seccional - (Dec. 54.572, de 23-10-64 - D.O. 27-10-64)...

Leia-se: Cargos e funções - Denominação 1- Inspetor Seccional - (Dec. 54.572, de 23-10-64 - D.O. 27-10-64)...

LEI Nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Arte e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com duração indeterminada, a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), com a finalidade de promover, incentivar e amparar, em todo o território nacional, a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades artísticas, resguardada a liberdade de criação, nos termos do art. 179 da Constituição.

§ 1º A estrutura e o funcionamento da FUNARTE reger-se-ão por seu Estatuto, aprovado pelo Presidente da República.

§ 2º Mediante ato do Poder Executivo, serão incorporados à FUNARTE, com a transferência do respectivo acervo e atribuições, os órgãos e serviços do Ministério da Educação e Cultura que se destinem à finalidade prevista no *caput* deste artigo, especialmente o Serviço Nacional de Teatro, o Museu Nacional de Belas Artes, a Campanha de Defesa do Folclore e a Comissão Nacional de Belas Artes.

§ 3º A FUNARTE terá sede e foro no Distrito Federal, podendo, contudo, manter provisoriamente sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, durante o período de implantação de seus serviços, a ser determinado no Estatuto.

Art. 2º A FUNARTE terá um Presidente e um Diretor-Executivo, de livre escolha, respectivamente, do Presidente da República e do Ministro da Educação e Cultura, ambos com experiência e conhecimentos no campo cultural.

Parágrafo único. O plano anual das atividades da FUNARTE será aprovado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 3º A FUNARTE gozará de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, e adquirirá personalidade jurídica de direito privado, independentemente de outras formalidades, a partir da inscrição, no registro civil das pessoas jurídicas, de seu Estatuto, aprovado na forma do § 1º do art. 1º.

§ 1º A FUNARTE ficará sujeita à supervisão ministerial prevista nos artigos 19 a 26 do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 2º No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 4º A FUNARTE cuidará de estimular as atividades artísticas no meio estudantil e sindical, assim como em clubes e associações recreativas e culturais, mediante convênio com essas instituições.

Art. 5º O patrimônio da FUNARTE será constituído de:

a) dotações, auxílios e subvenções que lhe forem destinadas pela União, Estados e Municípios, ou suas autarquias, sociedades de economia mista ou empresas públicas;

b) doações, legados ou contribuições de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas;

c) rendas de qualquer espécie de seus próprios serviços, bens ou atividades, inclusive direitos autorais que adquirir;

d) bens móveis e imóveis de seu domínio;

e) receitas eventuais.

§ 1º Não se aplica à FUNARTE o disposto na alínea "*b*", do artigo 2º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

§ 2º O Orçamento da União consignará, anualmente, dotação especialmente destinada à manutenção e expansão dos serviços e atividades da FUNARTE.

§ 3º O patrimônio da FUNARTE será aplicado e utilizado exclusivamente para a consecução de seus objetivos, pelos meios permitidos em direito e na forma de seu Estatuto.

§ 4º A alienação de bens imóveis da FUNARTE dependerá de prévia aprovação do Ministro da Educação e Cultura.

Art. 6º A FUNARTE prestará contas ao Tribunal de Contas da União.

Art. 7º O regime jurídico do pessoal da FUNARTE será o da legislação trabalhista.

Parágrafo único. Aos funcionários dos órgãos e serviços a que se refere o § 2º do artigo 1º desta Lei aplicar-se-á o disposto na Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à FUNARTE os bens móveis e imóveis, bem como os recursos orçamentários relativos aos órgãos e serviços do Ministério da Educação e Cultura, incorporados na forma do § 2º do artigo 1º.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício financeiro de 1976, o crédito especial de Cr$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas de constituição, instalação e funcionamento da FUNARTE, mediante anulação parcial da dotação para incentivo à criação e difusão no âmbito da cultura.

Art. 10. O Presidente da República designará o representante da União nos atos de instituição da FUNARTE e de constituição de seu patrimônio inicial, inclusive avaliação e transferência de bens.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

Ernesto Geisel
Mário Henrique Simonsen
Ney Braga
João Paulo dos Reis Velloso

Decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978.

Dispõe sobre organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Decreta:

Art. 1º - O Ministério da Educação e Cultura, criado pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, com a denominação dada pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, tem, nos termos do artigo 39 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, como área de competência os seguintes assuntos:

I - Educação; ensino (exceto o militar); magistério;

Il - Cultura - letras e artes;

III - Patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico;

IV - Desportos.

Art. 2º - Os órgãos que constituem a estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura são os seguintes:

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado

1 - Gabinete do Ministro (GM);

2 - Consultoria Jurídica (CJ);

3 - Divisão de Segurança e Informações (DSI).

II - Órgãos Colegiados

1 - Conselho Federal de Educação (CFE);

2 - Conselho Federal de Cultura (CFC);

3 - Conselho Nacional de Desportos (CND);

4 - Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS);

5 - Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA);

6 - Conselho Nacional de Cinema (CONCINE);

7 - Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC).

III - Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro

1 - Secretaria Geral (SG);

2 - Inspetoria Geral de Finanças (IGF).

IV - Órgãos Centrais de Direção Superior

1 - Secretaria de Apoio (SEA);

1.1 - Delegacia Regional do Pará (DR-1);

1.2 - Delegacia Regional de Pernambuco (DR-2);.

1.3 - Delegacia Regional do Rio de Janeiro (DR-3);

1.4 - Delegacia Regional de Minas Gerais (DR-4);

1.5 - Delegacia Regional de São Paulo (DR-5);

1.6 - Delegacia Regional do Rio Grande do Sul (DR-6);

1.7 - Delegacia Regional do Ceará (DR-7);

1.8 - Delegacia Regional da Bahia (DR-8);

1.9 - Delegacia Regional do Paraná (DR-9);

1.10 - Delegacia Regional de Brasília (DR-10).

2 - Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS);

3 - Secretaria de Ensino Superior (SESU);

4 - Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED);

5 - Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC);

6 - Departamento de Aplicações TecnoIógicas (DAT);

7 - Departamento do Pessoal (DP);

8 - Departamento de Administração (DA).

Parágrafo único - O Ministro de Estado da Educação e Cultura poderá delegar a coordenação e a supervisão das atividades do Departamento de Aplicações Tecnológicas ao titular da Secretaria Geral e dos Departamentos do Pessoal e de Administração ao titular da Secretaria de Apoio.

Art. 3º - Para fins do disposto no art. 21 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, no que se refere às atividades específicas, os Órgãos Autônomos criados no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, as Autarquias, inclusive as Autarquias em Regime Especial, as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista a ele vinculados, bem como as Fundações enquadradas no disposto no art. 3º do Decreto-lei nº 900 citado, estarão sujeitos à supervisão ministerial a ser exercida, em nome do Ministro de Estado, pelos Órgãos Centrais da estrutura do Ministério, na seguinte forma:

I - Pela Secretaria Geral (SG)

1 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP);

2 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

II - Pela Secretaria de Apoio (SEA)

1 - Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME).

III - Pela Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS)

1 - Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI);

2 - Centro Nacional de Educação Especial (CENESP);

3 - Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE);

4 - Colégio Pedro II (CPII);

5 - Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL);

6 - Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM);

7 - Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA);

8 - Escola Técnica Federal de Campos (ETFC);

9 - Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE);

10 - Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (ETFCSF);

11 - Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES);

12 - Escola Técnica Federal de Goiás (ETFGO);

13 - Escola Técnica Federal do Maranhão (ETFMA);

14 - Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT);

15 - Escola Técnica Federal de Minas Gerais (ETFMG);

16 - Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP);

17 - Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA);

18 - Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB);

19 - Escola Técnica Federal do Paraná (ETFPR);

20 - Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL);

21 - Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE);

22 - Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI);

23 - Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (ETFQRJ);

24 - Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN);

25 - Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC);

26 - Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP);

27 - Escola Técnica Federal de Sergipe (ETFSE);

28 - Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (CENAFOR);

29 - Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

IV - Pela Secretaria de Ensino Superior (SESU)

1 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

2 - Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU);

3 - Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC);

4 - Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

5 - Universidade Federal da Bahia (UFBA);

6 - Universidade Federal do Ceará (UFCE);

7 - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);

8 - Universidade Federal Fluminense (UFF);

9 - Universidade Federal de Goiás (UFGO);

10 - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);

11 - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);

12 - Universidade Federal do Pará (UFPA);

13 - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

14 - Universidade Federal do Paraná (UFPR);

15 - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

16 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

17 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS);

18 - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

19 - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);

20 - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);

21 - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);

22 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ);

23 - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAPA);

24 - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM);

25 - Faculdade de Odontologia de Diamantina (FAOD);

26 - Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA);

27 - Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI) ;

28 - Escola Paulista de Medicina (EPM);

29 - Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL);

30 - Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM);

31 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA);

32 - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ);

33 - Universidade do Amazonas (UAM);

34 - Universidade de Brasília (UnB);

35 - Universidade Federal do Acre (UFAC);

36 - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT);

37 - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP);

38 - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL);

39 - Universidade Federal do Piauí (UFPI);

40 - Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR);

41 - Universidade Federal de Sergipe (UFSE);

42 - Universidade Federal de Viçosa (UFV);

43 - Universidade do Maranhão (UMA);

44 - Universidade do Rio Grande (URG);

45 - Universidade de Uberlândia (UNO);

V - Pela Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC);

1 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);

2 - Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS);

3 - Empresa Brasileira de Filmes S/A. (EMBRAFILME);

4 - Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB);

5 - Fundação Nacional de Arte (FUNARTE).

VI - Pelo Departamento de Aplicações TecnoIógicas (DAT)

1 - Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTEVE).

Parágrafo único - O Ministro de Estado da Educação e Cultura poderá estabelecer que a supervisão, a ser exercida pelos Órgãos Centrais, tenha forma diferente da estabelecida neste artigo.

Art. 4º - É órgão Interministerial, presidido pelo Ministro de Estado, o Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPG).

Art. 5º - O Gabinete do Ministro tem por finalidade prestar assistência ao Ministro de Estado em sua representação política e social, incumbir-se do preparo e do despacho do expediente pessoal do Ministro e desenvolver a Política de Comunicação Social do Ministério.

Art. 6º - A Consultoria Jurídica tem por finalidade prestar assessoramento jurídico ao Ministro de Estado.

Art. 7º - A Divisão de Segurança e Informações, órgão integrante do Sistema Nacional de Informações e Contra-Informação, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional, à Mobilização e às Informações.

Art. 8º - O Conselho Federal de Educação tem por finalidade colaborar na formulação da Política Nacional de Educação, exercer atuação normativa que assegure a observância da referida política e interpretar, na esfera administrativa, as leis de ensino.

Art. 9º - O Conselho Federal de Cultura tem por finalidade colaborar na formulação da Política Nacional de Cultura e exercer atuação normativa que assegure a observância da referida política.

Art. 10 - O Conselho Nacional de Desportos tem por finalidade colaborar na formulação da Política Nacional de Desportos e atuar como órgão normativo e disciplinador do desporto nacional.

Art. 11 - O Conselho Nacional de Serviço Social tem por finalidade deliberar e definir normas para efeito de concessão de subvenções às entidades de natureza educacional, cultural, social e assistencial, bem como apreciar a condição de entidade de fins filantrópicos, com vistas à obtenção de estímulos do poder público.

Art. 12 - O Conselho Nacional de Direito Autoral tem por finalidade a orientação normativa, fiscalização, consulta e assistência no que diz respeito a direitos do autor e direitos que lhe são conexos.

Art. 13 - O Conselho Nacional de Cinema tem por finalidade a orientação normativa e fiscalização das atividades relativas a cinema.

Art. 14 - A Comissão Nacional de Moral e Civismo tem por finalidade implantar e difundir a doutrina de Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos em legislação própria.

Art. 15 - A Secretaria Geral, órgão setorial dos Sistemas de Planejamento Federal e de Programação Financeira do Tesouro Nacional, tem por finalidade desempenhar as atividades de planejamento, orçamento, modernização administrativa, informática e programação financeira, bem como de cooperação técnica e intercâmbio internacional em assuntos de educação, cultura e desportos; desenvolver estudos para a fixação de objetivos e formulação de diretrizes das Políticas Nacionais de Educação, Cultura e de Desportos, e apoiar o Ministro de Estado na supervisão ministerial.

Art. 16 - A Inspetoria Geral de Finanças, órgão setorial dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, tem por finalidade desempenhar funções de orientação, cooperação, inspeção e controle das atividades dos referidos sistemas.

Art. 17 - A Secretaria de Apoio tem por finalidade coordenar, orientar e supervisionar a atuação dos órgãos regionais e planejar e executar as atividades de assistência ao estudante, de documentação, de divulgação, e outras de natureza auxiliar à execução das atividades específicas, desde que não estejam compreendidas na finalidade dos demais órgãos de apoio previstos neste Decreto.

Art. 18 - As Delegacias Regionais têm por finalidade coordenar, supervisionar, orientar, controlar e executar as atividades do Ministério, nas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 19 - A Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus tem por finalidade subsidiar a formulação da política nacional relativa ao ensino regular e supletivo de 1º e 2º graus; planejar, coordenar e supervisionar sua execução; prestar cooperação técnica e assistência financeira às unidades federadas e às instituições particulares de ensino; executar ou coordenar a execução de programas e projetos na área de ensino de sua competência, no estrito limite de suprir deficiências dos sistemas de ensino das unidades federadas; e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente.

Art. 20 - A Secretaria de Ensino Superior tem por finalidade subsidiar a formulação da política e a fixação de diretrizes para o ensino superior, bem como planejar, coordenar e supervisionar a execução da política, diretrizes e atividades relativas ao ensino superior em âmbito nacional; prestar cooperação técnica e assistência financeira às unidades federadas e às instituições particulares de ensino; e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente.

Art. 21 - A Secretaria de Educação Física e Desportos tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da educação física e dos desportos no País, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva às unidades federadas e às instituições particulares de ensino, bem como às entidades nacionais dirigentes do desporto e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente.

Art. 22 - A Secretaria de Assuntos Culturais tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar a execução da política cultural e das atividades relativas à cultura em âmbito nacional e prestar cooperação técnica e financeira às instituições públicas e privadas, de modo a estimular as iniciativas culturais.

Art. 23 - O Departamento de Aplicações Tecnológicas tem por finalidade planejar, coordenar ou executar e supervisionar as atividades de desenvolvimento e aplicação de tecnologias adequadas a processos educacionais e culturais, bem como prestar cooperação técnica e assistência financeira às unidades federadas e às instituições particulares de ensino voltadas ao uso e desenvolvimento de tecnologias na área educacional ou cultural.

Art. 24 - O Departamento do Pessoal, órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, tem por finalidade gerir, executar e pesquisar os assuntos relacionados com a administração de pessoal, observando sempre a orientação do órgão central do SIPEC, ao qual se encontra vinculado tecnicamente.

Art. 25 - O Departamento de Administração, órgão setorial do Sistema de Serviços Gerais - SISG, tem por finalidade gerir e executar as atividades de serviços gerais e administração patrimonial, observando sempre a orientação do órgão central do SISG, ao qual se encontra vinculado tecnicamente.

Art. 26 - O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, órgão autônomo nos termos do artigo 14 do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, tem por finalidade exercer todas as atividades necessárias ao estímulo, coordenação, realização e difusão da pesquisa educacional no País.

Art. 27 - A Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, órgão autônomo nos termos do Decreto nº 72.434, de 09 de julho de 1973, tem por finalidade prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agropecuário e economia doméstica.

Art. 28 - O Centro Nacional de Educação Especial, órgão autônomo, nos termos do Decreto nº 72.425, de 03 de julho de 1973, tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta e os superdotados.

Art. 29 - O Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares, órgão autônomo nos termos do Decreto nº 72.532, de 26 de julho de 1973, tem por finalidade o estudo e a elaboração de projetos de instalações físicas e equipamentos que atendam às especificações dos ensinos de 1º e 2º graus; a padronização dessas especificações, considerando a diversidade dos fatores sociais, econômicos, geofísicos e climáticos; e o intercâmbio, em nível internacional, das experiências, conhecimentos e inovações sob os aspectos pedagógico, arquitetônico, tecnológico e administrativo.

Art. 30 - A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão autônomo nos termos do Decreto nº 66.662, de 05 de junho de 1970, tem por finalidade colaborar na implementação da Política Nacional de Pós-graduação e analisar e compatibilizar entre si e com as normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação e da Secretaria de Ensino Superior, os programas de instituições de ensino superior relativos a bolsas de estudo ou assistência financeira para cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização, visando, principalmente, ao magistério superior.

Art. 31 - O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão autônomo nos termos do artigo 14 do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, tem por finalidade inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no País, bem como tombar e proteger o acervo paisagístico do País.

Art. 32 - É assegurada autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, ao Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior, o qual passa a denominar-se Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU).

§ 1º A Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior tem por finalidade gerir e coordenar, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Ensino Superior, projetos especiais relativos a obras e equipamentos dos "*campi*" universitários e para isso: administrar acordos e convênios com organismos financiadores nacionais e internacionais, analisar e compatibilizar os programas das instituições de ensino superior, atendidas as prioridades do Plano Setorial de Educação e Cultura; promover ou realizar levantamentos, estudos e pesquisas destinadas à avaliação e atualização do planejamento físico universitário; e prestar assistência técnica às instituições de ensino superior.

§ 2º - Além dos recursos orçamentários, contará o PREMESU com:

a) contribuições de qualquer natureza, inclusive legados e doações, sem cláusula onerosa, efetuados por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras e ou internacionais;

b) outros recursos decorrentes de convênios, contratos e financiamentos da fontes nacionais, estrangeiras e internacionais.

§ 3º - Os recursos necessários à realização dos projetos a cargo do PREMESU, serão recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em subconta específica, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 73.857, de 14 de março de 1974.

Art. 33 - O Conselho Nacional de Pós-Graduação tem por finalidade formular a Política Nacional de Pós-graduação e elaborar e propor as medidas necessárias à execução do Plano Nacional de Pós-graduação.

Art. 34 - O Gabinete do Ministro será dirigido por Chefe; a Consultoria Jurídica, por Consultor Jurídico; a Divisão de Segurança e Informações, por Diretor; os Conselhos e a Comissão Nacional de Moral e Civismo, por Presidentes; a Secretaria Geral, por Secretário-Geral; a Inspetoria Geral de Finanças, por Inspetor-Geral de Finanças; as Secretarias, por Secretários; os Departamentos e os Órgãos Autônomos, por Diretores-Gerais; e as Delegacias Regionais, por Delegados Regionais, cujos cargos serão providos na forma da legislação vigente.

Art. 35 - Ficam incorporados à Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, com a transferência do respectivo acervo e atribuições, nos termos da Lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975, os seguintes órgãos:

I - Serviço Nacional de Teatro, criado pelo Decreto-lei nº 92, de 21 de dezembro de 1937;

II - Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada pelo Decreto nº 43.178, de 05 de fevereiro de 1958, alterado pelos Decretos nºs 50.438, de 11 de abril de 1961, 50.496, de 25 de abril de 1961, e 53.747, de 19 de março de 1964;

III - Museu Nacional de Belas Artes, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937;

IV - Museu Villa-Lobos, criado pelo Decreto nº 48.379, de 22 de junho de 1960.

Parágrafo único - Comissão Especial designada pelo Ministro da Educação e Cultura adotará as providências necessárias para a transferência à FUNARTE dos bens, móveis e imóveis, assim como dos recursos orçamentários relativos aos órgãos referidos neste artigo.

Art. 36 - Serão fixadas em regimento interno, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, nos termos do Decreto nº 68.885, de 06 de julho de 1971, a estruturação dos órgãos a que se refere o artigo 2º deste Decreto, a competência das unidades que os integram e as atribuições de seus dirigentes.

Parágrafo único - Enquanto não for ultimada a implantação da estrutura estabelecida neste Decreto e das correspondentes estruturas regimentais, a competência, o acervo, o pessoal e os cargos e funções dos órgãos extintos ou transformados por este Decreto poderão ser remanejados por ato do Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 37 - Ficam mantidos os atuais cargos em comissão e as funções de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, bem como as funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, até que sejam adaptados à nova estrutura estabelecida neste Decreto.

Art. 38 - Fica o Ministro de Estado da Educação e Cultura autorizado a promover estudos e medidas que visem à transferência para a esfera da administração estadual ou municipal de órgãos subordinados ou vinculados ao Ministério.

Parágrafo único - O Ministro de Estado da Educação e Cultura poderá estabelecer com os governos das unidades federadas as condições necessárias e convenientes, inclusive de natureza financeira, para efetivar a transferência prevista neste artigo.

Art. 39 - Ficarão extintos os atuais mecanismos especiais de natureza transitória e as unidades da administração direta que não forem mencionados nos regimentos internos de que trata o artigo 36 deste Decreto.

Art. 40 - As funções e o acervo das unidades da estrutura básica estabelecida pelo Decreto nº 66.296, de 03 de março de 1970, e legislação complementar, não mantidas na estrutura básica fixada neste Decreto, serão transferidos, por ato do Ministro de Estado da Educação e Cultura, na forma seguinte:

I - para a Secretaria de Apoio, os inerentes à Secretaria de Apoio Administrativo, e aos Departamentos de Assistência ao Estudante e de Documentação e Divulgação;

II - para a Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, os inerentes aos Departamentos de Ensino Fundamental, de Ensino Médio, e de Ensino Supletivo e aos Programas de Expansão e Melhoria do Ensino e de Desenvolvimento do Ensino Médio;

III - para a Secretaria de Ensino Superior, os inerentes ao Departamento de Assuntos Universitários;

IV - para o Departamento de Aplicações Tecnológicas, os inerentes ao Programa Nacional de Tele-educação;

V - para a Secretaria de Assuntos Culturais, os inerentes ao Departamento de Assuntos Culturais e ao Instituto Nacional do Livro;

VI - para a Secretaria de Educação Física e Desportos, os inerentes ao Departamento de Desportos e Educação Física.

Art. 41 - Para fins da execução orçamentária do exercício de 1978, prevalece a estrutura constante do orçamento aprovado.

Parágrafo único - Para possibilitar a necessária transição de estruturas, o Ministro de Estado da Educação e Cultura designará os ordenadores de despesa responsáveis pela movimentação dos recursos.

Art. 42 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 43 - Ficam revogados o Decreto nº 66.296, de 03 de março de 1970, o Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, exceto os artigos 14 e 15, o Decreto nº 72.614, de 15 de agosto de 1973 e as demais disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

ERNESTO GEISEL

Ney Braga

Decreto nº 87.062, de 29 de março de 1982.

Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere os itens III e V, do artigo 81, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º - O Ministério da Educação e Cultura, criado pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, com a denominação dada pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, tem, nos termos do artigo 39 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, como área de competência

I - educação, ensino (exceto o militar) e magistério;

II - cultura, letras e artes;

III - patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico;

IV - desportos.

Art. 2º Os órgãos que constituem a estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura são os seguintes:

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado:

1. Gabinete do Ministro (GM);
2. Consultoria Jurídica (CJ);
3. Coordenadoria de Comunicação Social (CCS);
4. Divisão de Segurança e informações (DSI).

II - Órgãos Calegiados

1. Conselho Federal de Educação - (CFE);
2. Conselho Federal de Cultura(CFC);
3. Conselho Nacional de Desportos (CND);
4. Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS);
5. Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA);
6. Conselho Nacional de Cinema (CONCINE);
7. Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC).

III - Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro:

1. Secretaria Geral (SG);
2. Secretaria de Controle Interno (CISET).

IV - Órgãos Centrais de Direção Superior:

1. Secretaria da Educação Superior (SESu);
2. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS);
3. Secretaria da Cultura (SEC);
4. Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED);
5. Departamento do Pessoal (DP);
6. Departamento de Administração (DA).

V - Órgãos Autônomos:

1. Instituto Nacional de Assistência ao Estudante (INAE);
2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP);
3. Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE);
4. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
5. Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI);
6. Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

Art. 3º As entidades vinculadas e sob supervisão ministerial são as seguintes:

I - Autarquias:

1. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
2. Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
3. Universidade Federal da Bahia (UFBA);
4. Universidade Federal do Ceará (UFCE);
5. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
6. Universidade Federal Fluminense (UFF);

7. Universidade Federal de Goiás (UFGO);
8. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);
9. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
10. Universidade Federal do Pará (UFPA);
11. Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
12. Universidade Federal do Paraná (UFPR);
13. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
14. Universidade Federal do Rio Grande no Norte (UFRN);
15. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS);
16. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
17. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
18. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);
19. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);
20. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ);
21. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAPA);
22. Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM);
23. Faculdade de Odontologia de Diamantina (FAOD);
24. Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA);
25. Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI);
26. Escola Paulista de Medicina (EPM);
27. Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL);
28. Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM);
29. Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC-BA);
30. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG);
31. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - RJ;
32. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR);
33. Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL);
34. Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM);
35. Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA);
36. Escola Técnica Federal de Campos (ETFC);
37. Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE);
38. Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES);
39. Escola Técnica Federal de Goiás (ETFGO);
40. Escola Técnica Federal do Maranhão (ETFMA);
41. Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT);
42. Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP);
43. Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA);
44. Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB);
45. Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL);
46. Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE);
47. Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI);
48. Escola Técnica Federal de Química-RJ (ETFQRJ);
49. Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN);
50. Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC);
51. Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP);
52. Escola Técnica Federal de Sergipe (ETFSE);
53. Colégio Pedro Il (CPII).

Il - Empresa Pública:

1. Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA);

III - Sociedade de Economia Mista:

1. Empresa Brasileira de Filmes S.A. (EMBRAFILME);

IV - Fundações:

1. Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE);

2. Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (CENAFOR);

3. Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME),

4. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL);

5. Fundação Nacional de Arte - (FUNARTE);

6. Fundação Nacional Pró-Memória (PRÓ-MEMÓRIA);

7. Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB);

8. Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ);

9. Fundação Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO);

10. Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA);

11. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FUFMS);

12. Fundação Universidade do Amazonas (FUAM);

13. Fundação Universidade de Brasília (FUB);

14. Fundação Universidade Federal do Acre (FUFAC);

15. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT)

16. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (FUFOP);

17. Fundação Universidade Federal de Pelotas (FUFPEL);

18. Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI);

19. Fundação Universidade Federal de São Carlos (FUFSCAR);

20. Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE);

21. Fundação Universidade Federal de Viçosa (FUFV);

22. Fundação Universidade do Maranhão (FUMA);

23. Fundação Universidade do Rio Grande - RS (FURG);

24. Fundação Universidade Federal de Uberlândia (FUFBE)

Art. 4º. Os Órgãos Centrais de Direção Superior relacionados no item IV do artigo 2º deste Decreto, ficam sujeitos à coordenação, à orientação e à supervisão administrativa do Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura que expedirá os atos e adotará as medidas que se fizerem necessários.

Art. 5º O Gabinete do Ministro tem por finalidade prestar assistência ao Ministro de Estado em sua representação política e social, e incumbir-se do preparo e do despacho do expediente pessoal do Ministro.

Art. 6º A Consultoria Jurídica tem por finalidade prestar assessoramento jurídica ao Ministro de Estado.

Art. 7º A Coordenadoria de Comunicação Social, órgão setorial do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, tem por finalidade planejar, promover e coordenar as atividades de comunicação social no âmbito do MEC, observada a orientação da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República.

Art. 8º A Divisão de Segurança e Informações, órgão integrante do Sistema Nacional de Informações e Contra-informação, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional, à Mobilização e às Informações, estando sujeita à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização especifica do Serviço Nacional de Informações - SNI.

Art. 9º O Conselho Federal de Educação tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Educação e Cultura na formulação da Política Nacional de Educação; desenvolver estudos e promover o debate, em âmbito nacional, das principais questões afetas à Educação Brasileira; aconselhar os órgãos e entidades do Ministério nos assuntos relativos à legislação e jurisprudência das normas de ensino.

Art. 10. O Conselho Federal de Cultura tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Educação e Cultura na formulação da Política Nacional da Cultura; desenvolver estudos e promover o debate das principais questões afetas a essa área.

Art. 11. O Conselho Nacional de Desportos tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Educação e Cultura na formulação da Política Nacional de Desportos e atuar como órgão normativo e disciplinador do desporto nacional.

Art. 12. O Conselho Nacional de Serviço Social tem por finalidade deliberar e definir normas para efeito de concessão de subvenções às entidades de natureza educacional, cultural, social e assistencial, bem como averiguar e certificar a condição de entidade de fins filantrópicos.

Art. 13. O Conselho Nacional de Direito Autoral tem por finalidade a fiscalização, consulta e assistência no que diz respeito a direitos do autor e direitos que lhe são conexos.

Art. 14. O Conselho Nacional de Cinema tem por finalidade a orientação normativa e a fiscalização das atividades relativas a cinema.

Art. 15. A Comissão Nacional de Moral e Civismo tem por finalidade implantar e difundir a doutrina de Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos em legislação própria.

Art. 16. A Secretaria Geral, órgão setorial dos Sistemas de Planejamento Federal e de Programação Financeira, tem por finalidade coordenar as ações do Ministério; desenvolver as atividades de planejamento, orçamento, modernização administrativa, informática e programação financeira, observada a orientação do Órgão Central do respectivo Sistema, bem como as atividades de cooperação técnica e intercâmbio internacional em assuntos de Educação, Cultural e Desportos, e apoiar o Ministro de Estado no exercício da supervisão ministerial.

Art. 17. A Secretaria de Controle Interno, Órgão Setorial dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, tem por finalidade desempenhar funções de orientação, cooperação e controle das atividades dos referidos sistemas, observando sempre a orientação do Órgão Central do respectivo Sistema, ao qual se encontra vinculado tecnicamente, sem prejuízo de sua subordinação administrativa ao Ministro da Educação e Cultura.

Art. 18. A Secretaria da Educação Superior tem por finalidade subsidiar a formulação da política e a fixação de diretrizes para a educação superior; planejar, coordenar e supervisionar a sua execução em âmbito nacional; prestar cooperação técnica e assistência financeira às unidades federadas e às instituições de ensino que mantenham atividades no campo da educação superior; atuar como órgão setorial do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e velar pelo cumprimento da legislação federal pertinente.

Art. 19. A Secretaria de Ensino de 1º 2º Graus tem por finalidade subsidiar a formulação da política e a fixação de diretrizes para a educação básica, em todas as suas modalidades e formas; planejar, coordenar e supervisionar a sua execução; promover o desenvolvimento do ensino de 1º e 2º graus, através da cooperação técnica e financeira aos sistemas de ensino das unidades federais e da administração do sistema federal de ensino, nos estritos limites das deficiências locais; articular-se com os demais setores sociais para formulação de políticas, organização e desenvolvimento da educação pré-escolar; e velar pela observância da legislação pertinente.

Art. 20. A Secretaria da Cultura tem por finalidade subsidiar a formulação da política e a fixação de diretrizes no campo de atividades culturais; planejar, coordenar e supervisionar a sua execução em âmbito nacional; prestar cooperação técnica e financeira às instituições públicas e privadas, de modo a estimular as iniciativas culturais; inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no País; e tombar e projetar o acervo paisagístico do País.

Art. 21. A Secretaria de Educação Física e Desportos tem por finalidade subsidiar a formulação da política e a fixação de diretrizes no campo da educação física e desportos; planejar, coordenar e supervisionar a sua execução em âmbito nacional; prestar cooperação técnica o assistência financeira supletiva às unidades federadas e às instituições de ensino e de prática desportiva, bem como às entidades nacionais dirigentes do desporto; e velar pelo cumprimento da legislação federal pertinente.

Art. 22. O Departamento do Pessoal, órgão setorial do Sistema do Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), tem por finalidade assessorar os dirigentes do Ministério e coordenar a sua ação nos assuntos pertinentes à captação, preservação, capacitação e alocação de recursos humanos, e administrar os serviços que, pela sua natureza, devam ser prestados centralizadamente.

Art. 23. O Departamento de Administração, órgão setorial do Sistema de Serviços Gerais (SISG), tem por finalidade gerir e executar as atividades de serviços gerais, observada a orientação do Órgão Central do SISG, ao qual se encontra vinculado tecnicamente, sem prejuízo da subordinação administrativa ao Ministro da Educação e Cultura; e executar as atividades de administração patrimonial e de execução orçamentária e financeira.

Art. 24. O Instituto Nacional de Assistência ao Estudante tem por finalidade promover o acesso dos usuários à alimentação escolar e às bolsas de estudo e manutenção; subsidiar a formulação e coordenar a política de assistência ao estudante, bem como prestar o apoio à administração nos serviços de assistência educacional dos sistemas de ensino, ficando-lhe assegurada a gestão do Fundo Especial de Alimentação Escolar, instituído pela Lei nº 5.525, de 5 de novembro de 1968.

Art. 25. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais tem por finalidade coordenar a formulação e a implementação da política ministerial de pesquisa educacional, cultural e desportiva; assegurar a realização de estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento da educação, cultura e desportos e, em particular à sua administração e planejamento no âmbito do MEC; e operar e desenvolver um sistema de informações bibliográficas em Educação, Cultura e Desportos.

Art. 26. O Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação tem por finalidade fornecer o apoio ao planejamento de sistemas de infraestrutura física, construções e equipamentos para a educação, cultura e desportos; estabelecer a padronização e normalização de especificações técnicas para edificações, instalações e equipamentos, bem como sua utilização e manutenção; promover intercâmbio, a nível nacional e internacional, das experiências, conhecimentos e inovações sob os aspectos pedagógico, construtivo, administrativo e operacional.

Art. 27. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tem por finalidade colaborar na formulação e na implementação da Política Nacional, Pós-Graduação e atuar como agência executiva da Secretaria da Educação Superior.

Art. 28. A Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, tem por finalidade prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agropecuário e economia doméstica.

Art. 29. O Centro Nacional de Educação Especial tem por finalidade subsidiar a formulação da Política Nacional relativa à educação de excepcionais; planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, supletivo e superior, para os deficientes e os superdotados.

Art. 30 - O Gabinete do Ministro será dirigido por Chefe; a Consultoria Jurídica, por Consultor Jurídico; a Coordenadoria de Comunicação Social, por Coordenador; a Divisão de Segurança e Informações, por Diretor; os Conselhos a Comissão Nacional de Moral e Civismo e o Instituto Nacional de Assistência ao Estudante, por Presidente; a Secretaria-Geral, por Secretário-Geral; a Secretaria de Controle Interno, por Secretário de Controle Interno; as Secretarias, por Secretário; os Departamentos e demais Órgãos Autônomos, por Diretor-Geral.

Art. 31. Serão fixados em regimento interna, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, nos termos do Decreto nº 68.885, de 06 de julho de 1971, a estruturação dos órgãos e das entidades a que se referem o artigo 2º e o item I do artigo 3º deste Decreto, a competência das unidades que os integram e as atribuições de seus dirigentes.

Art. 32. Para efeito de consolidação da reforma objeto deste Decreto, fica o Ministro de Estado da Educação e Cultura autorizado a promover estudos complementares e as medidas legais e regulamentares cabíveis que visem:

a) à transferência, no âmbito da Administração Federal ou para a esfera da Administração estadual ou da municipal, de órgãos, entidades ou funções do Ministério;

b) à extinção, fusão ou incorporação de órgãos, entidades ou funções do Ministério.

Art. 33. Fica extinto o Serviço de Radiodifusão Educativa - SRE do MEC e transferido o seu acervo para a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

Art. 34. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente as dos Decretos nºs 62.484, de 29 de março de 1968; 78.731, de 16 de novembro de 1976; 63.071, de 5 de agosto de 1968; 71.407, de 20 de novembro de 1972; 72.532, de 26 de julho de 1973; 73.411, de 04 de janeiro de 1974; 73.857, de 14 de março de1974; 74.299, de 18 de julho de 1974; 75.079, de 12 de dezembro de 1974; 76.877, de 22 de dezembro de 1975; 79.809, de 14 de junho de 1977; 81.313, de 8 de fevereiro de 1978; 82.351, de 2 de outubro de 1978; 84.198, de 13 de novembro de 1979; 81.454, de 17 de março de 1978; 70.067, de 26 de janeiro de 1972; 85.431, de 1 de dezembro de 1980; e do artigo 1º do Decreto nº 77.300, de 15 de março de 1976.

Brasília, 29 de março de 1982; 161º da Independência e 94º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Rubem Ludwig

Delfim Netto

DECRETO Nº 91.144, DE 15 DE MARÇO DE 1985.

Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e

CONSIDERANDO que o crescimento econômico e demográfico do País, a expansão da rede escolar e universitária, a complexidade cada vez maior dos problemas ligados à política educacional, nas suas diferentes funções no desenvolvimento nacional, bem como o enriquecimento da cultura nacional, decorrente da integração crescente entre as diversas regiões brasileiras e da multiplicação das iniciativas de valor cultural, tornaram a estrutura orgânica do Ministério da Educação e Cultura incapaz de cumprir, simultaneamente, as exigências dos dois campos de sua competência na atualidade brasileira;

CONSIDERANDO que a transformação substancial ocorrida nas últimas décadas, tanto com os assuntos educacionais quanto com os assuntos culturais, tem suscitado, em relação às duas áreas, a necessidade de métodos, técnicas e instrumentos diversificados de reflexão e administração, e tem exigido políticas específicas bem caracterizadas, a reclamarem o desmembramento da atual estrutura unitária em dois ministérios autônomos;

CONSIDERANDO que os assuntos ligados à cultura nunca puderam ser objeto de uma política mais consistente, eis que a vastidão da problemática educacional atraiu sempre a atenção preferencial do Ministério; e

CONSIDERANDO que a situação atual do Brasil não pode mais prescindir de uma política nacional de cultura, consistente com os novos tempos e com o desenvolvimento já alcançado pelo País,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado na Organização do Poder Executivo Federal, por desdobramento do Ministério da Educação e Cultura, o Ministério da Cultura, com a seguinte área de competência:

I - letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional;

II - patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural.

Art. 2º Ficam transferidos para o Ministério da Cultura os seguintes órgãos e entidades:

I - Conselho Federal de Cultura - CFC, criado pelo Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, e alterações posteriores;

lI - Conselho Nacional de Direito Autoral - CNDA, criado pela Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, e alterações posteriores;

III - Conselho Nacional de Cinema - CONCINE, criado pelo Decreto nº 77.299, de 16 de março de 1976, e alterações posteriores;

IV - Secretaria da Cultura, criada pela Portaria nº 274, de 10 de abril de 1981;

V - Empresa Brasileira de Filmes S/A - EMBRAFILME, criada pelo Decreto-lei nº 862, de 12 de setembro de 1969, e alterações posteriores;

VI - Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, criada pela Lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975, e alterações posteriores;

VII - Fundação Nacional Pró-Memória - PRÓ-MEMÓRIA, criada pela Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979, e alterações posteriores;

VIII - Fundação Casa de Rui Barbosa, criada pela Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966, e alterações posteriores;

IX - Fundação Joaquim Nabuco, criada pela Lei nº 770, de 21 de julho de 1949, e alterações posteriores.

§ 1º A transferência dos órgãos referidos neste artigo compreende:

I - o respectivo pessoal, respeitadas as situações jurídicas individuais;

II - os respectivas cargos, empregos e funções das TabeIas Permanentes e das Tabelas Especiais dos Quadros de Pessoal, inclusive os cargos em comissão e funções de confiança (grupos DAS e DAI) e as funções, de assessoramento superior (FAS);

III - o respectivo material, inclusive máquinas e equipamentos, arquivos, documentos e processos, instalações e demais bens afetados aos referidos órgãos;

IV - os saldos das respectivas dotações orçamentárias;

V - as respectivas atribuições.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, os recursos orçamentários dos órgãos nele referidos serão objeto de descentralização, mantida a classificação prevista na Lei nº 7.276, de 10 de dezembro de 1984.

§ 3º As transferências dos órgãos a que se refere este artigo serão objeto de levantamento por Comissões Interministeriais Especiais, compostas por servidores do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação.

Art. 3º Ficam transferidos para o Ministro da Cultura as competências do Ministro da Educação e Cultura, previstas na legislação especial que rege as matérias incluídas nas atribuições dos órgãos e entidades transferidas por este Decreto.

Art. 4º Ao Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República compete coordenar as transferências determinadas por este Decreto, especialmente quanto aos recursos orçamentários.

Art. 5º O Ministério de a Cultura reger-se-á pelas normas a seguir estabelecidas.

CAPíTULO i

ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Ministério da Cultura é constituído dos seguintes órgãos e entidades:

A) Administração Direta:

I - Estrutura Básica:

a) Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro:

1. Gabinete do Ministro - GM;

2. Secretaria da Cultura;

3. Consultoria Jurídica;

4. Coordenadoria de Comunicação Social - CCS; e

5. Divisão de Segurança e Informações - DSI.

b) Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro:

1. Secretaria-Geral - SG; e

2. Secretaria de Controle Interno - CISET.

c) Órgãos Centrais de Direção Superior das Atividades Auxiliares:

1. Departamento de Administração - DA; e

2. Departamento de Pessoal - DP.

II - Órgãos Interministeriais presididos pelo Ministro de Estado:

1. Conselho Federal de Cultura - CFC;

2. Conselho Nacional de Direito Autoral - CNDA;

3. Conselho Nacional de Cinema - CONCINE.

B) Administração Indireta:

III - Entidades Vinculadas:

a) Sociedade de Economia Mista:

Empresa Brasileira de Filmes S/A - EMBRAFILME.

b) Fundações:

1. Fundação Nacional de Arte - FUNARTE;

2. Fundação Nacional Pró-Memória - PRÓ-MEMÓRIA;

3. Fundação Casa de Rui Barbosa;

4. Fundação Joaquim Nabuco.

Parágrafo único. Os órgãos de que trata o inciso I deste artigo são diretamente subordinados ao Ministro de Estado.

Art. 7º Os órgãos integrantes da Estrutura Básica do Ministério são dirigidos: a Gabinete do Ministro, pelo Chefe do Gabinete; a Secretaria de Cultura, pelo Secretário de Cultura; a Coordenadoria de Comunicação Social, por Coordenador; a Divisão de Segurança e Informações, pela Diretor de Segurança e Informações; a Secretaria-Geral, pelo Secretário-Geral; a Secretaria de Controle Interno, pelo Secretário de Controle Interno; a Consultoria Jurídica, pelo Consultor Jurídico; os Departamentos de Administração e de Pessoal, por Diretores-Gerais.

Art. 8º A organização e funcionamento dos demais órgãos e entidades e sua respectiva direção continuam regulados pela legislação específica.

Art. 9º A supervisão dos órgãos e entidades do Ministério é, exercida pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO ii

COMPETÊNCIAS GENÉRICAS DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ESTRUTURA BÁSICA

1) Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro:

Art. 10. Ao Gabinete compete assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, incumbir-se das relações públicas e do preparo de despacho do expediente pessoal do Ministro.

Art. 11. Ao Secretário da Cultura competem as atribuições previstas na legislação pertinente.

Art. 12. À Coordenadoria de Comunicação Social - CCS, além das atividades de assessoria ao Ministro de Estado, compete planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do Ministério, observadas as diretrizes estabelecidas em legislação específica.

Art. 13. À Divisão de Segurança e Informações - DSI, órgão integrante do Sistema Nacional de Informações e Contra-Informação - SISNI, compete assessorar o Ministro de Estado em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional, à Mobilização e às Informações, sujeitando-se à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica do Serviço Nacional de Informações - SNI.

Art. 14. Compete ao Consultor Jurídico prestar assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, na forma do disposto no art. 29, § 2º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, bem assim:

I - examinar previamente a legalidade dos contratos, concessões, ajustes ou convênios que ao Ministério interessem, fiscalizar sua execução, e promover a respectiva rescisão ou declaração de caducidade, por via administrativa ou judicial;

II - zelar pela fiel observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos;

III - atender aos encargos de consultoria e realizar os demais serviços jurídicos do Ministério.

2) Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro:

Art. 15. À Secretaria-Geral - SG, órgão setorial dos Sistemas de Planejamento Federal e de Programação Financeira, compete, no âmbito de Ministério:

I - assessorar o Ministro de Estado na supervisão dos órgãos subordinados e entidades vinculadas;

II - propor as diretrizes para o planejamento de ação global do Ministério, em consonância com o Planejamento Nacional;

III - supervisionar as atividades de planejamento, orçamento, modernização e reforma administrativa e de programação financeira do Ministério;

IV - acompanhar os projetos de interesse do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional;

V - coordenar e providenciar o atendimento às consultas formuladas pela Congresso Nacional;

VI - coordenar e providenciar o encaminhamento à Presidência da República de quaisquer projetos de leis, decretos-leis ou decretos de interesse do Ministério; e

VII - orientar o treinamento e a preparação de pessoal técnico nos assuntos de competência do Ministério.

Art. 16. À Secretaria de Controle Interno - CISET, como órgão setorial do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, compete:

I - superintender, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas aos Sistemas de Administração Financeira e de Contabilidade;

II - operar com órgão de apoio ao Ministro de Estado, para efeito:

a) da supervisão ministerial a que se refere o Título IV do Decreto-lei nº 200/67, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969;

b) do acompanhamento físico e financeiro de projetos e atividades a cargo de unidades subordinadas ao Ministério ou Órgão, inclusive os decorrentes de contratos, convênios, e, sob qualquer forma, a aplicação, pelos órgãos da administração direta e pelas entidades da administração indireta ou descentralizada, de recursos públicos;

c) de fornecer ao Ministro de Estado, dentro de periodicidade estabelecida, os balancetes contábeis, as posições orçamentárias, financeiras e patrimoniais e os relatórios de acompanhamento dos programas a cargo da Pasta ou sob sua supervisão.

III - realizar estudos para formulação de diretrizes e desempenhar funções de orientação, coordenação e controle financeiro;

IV - assessorar o Ministro de Estado, no âmbito de sua competência.

3) Órgãos Centrais de Direção Superior das Atividades Auxiliares:

Art. 17. Ao Departamento de Administração - DA compete, no âmbito do Ministério, planejar, coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades referentes à administração do material, obras, comunicações, transportes, documentação, edifícios públicos e imóveis residenciais.

Art. 18. Ao Departamento de Pessoal - DP, órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, compete, no âmbito do Ministério, coordenar e acompanhar o processo de levantamento das necessidades de pessoal, assim como promover o recrutamento, seleção e aperfeiçoamento desse pessoal; gerir, a nível central, as atividades de pessoal e orientar setores de execução no cumprimento da legislação e normas específicas.

CAPíTULO iii

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Passa a denominar-se "Ministério da Educação" o atual Ministério da Educação e Cultura.

Art. 20. A organização, e o funcionamento, inclusive a competência, dos órgãos do Ministério da Cultura serão fixados em regimentos internos a serem aprovados por Portarias do Ministro de Estado, nos termos da legislação em vigor, observado o disposto no Capítulo Il deste Decreto.

Art. 21. Os órgãos mencionados no art. 6º, inciso I, alíneas "*a*", "*b*" e "*c*", deste Decreto, darão aos Conselhos o apoio necessário no tocante a pessoal, serviços gerais e orçamento.

Art. 22. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de março de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY

Marco Maciel

José Aparecido de Oliveira

João Sayad

DECRETO Nº 99.180, DE 15 DE MARÇO DE 1990

Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,

DECRETA:

TÍTULO I

Disposição Preliminar

Art. 1º A Administração Pública Federal direta compreende a Presidência da República e os seguintes Ministérios:

I - da Justiça;

II - da Marinha;

III - do Exército;

IV - das Relações Exteriores;

V - da Educação;

VI - da Aeronáutica;

VII - da Saúde;

VIII - da Economia, Fazenda e Planejamento;

IX - da Agricultura e Reforma Agrária;

X - do Trabalho e da Previdência Social;

XI - da Infra-Estrutura;

XII - da Ação Social.

TÍTULO II

Da Presidência da República

CAPÍTULO I

Da Organização

Art. 2º A Presidência da República é constituída, essencialmente, pela Secretaria-Geral, pelo Gabinete Militar e pelo Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Parágrafo único. Também a integram:

a) como órgãos de consulta do Presidente da República:

1. o Conselho da República;

2. o Conselho de Defesa Nacional;

b) como órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República:

1. o Conselho de Governo;

2. o Alto Comando das Forças Armadas;

3. o Estado-Maior das Forças Armadas;

4. a Consultoria-Geral da República;

c) como órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da República:

1. a Secretaria da Cultura;

2. a Secretaria da Ciência e Tecnologia;

3. a Secretaria do Meio Ambiente;

4. a Secretaria do Desenvolvimento Regional;

5. a Secretaria dos Desportos;

6. a Secretaria de Administração Federal;

7. a Secretaria de Assuntos Estratégicos.

CAPÍTULO II

Da Competência e da Estrutura dos Órgãos

Seção I

Da Secretaria-Geral

Art. 3º À Secretaria-Geral compete:

I - assistir ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições;

II - coordenar a ação administrativa do Governo, o acompanhamento de programas e políticas governamentais e o relacionamento com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III - preparar as mensagens do Poder Executivo ao Congresso Nacional, acompanhar a tramitação de atos legislativos e examinar, em conjunto com outros órgãos da Administração Pública Federal, os projetos que forem submetidos à sanção presidencial;

IV - exercer a supervisão técnica das Secretarias da Presidência da República;

V - promover a numeração, o registro e a publicação de leis, decretos, mensagens, portarias e demais atos da competência dos órgãos da Presidência da República.

Art. 4º A Secretaria-Geral compõe-se de:

I - Subsecretaria-Geral;

II - Cerimonial;

III - Secretaria de Controle Interno.

Parágrafo único. 0 Gabinete Militar e o Gabinete Pessoal, diretamente subordinados ao Presidente da República, vinculam-se administrativamente à Secretaria-Geral.

Art. 5º À Subsecretaria-Geral compete:

I - executar os trabalhos especialmente atribuídos pelo Secretário-Geral;

II - orientar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de apoio administrativo da Presidência da República;

III - coordenar as atividades de apoio na preparação e execução de viagens e visitas presidenciais;

IV - supervisionar as atividades de comunicação administrativa, numeração de publicação de leis, medidas provisórias, decretos e outros atos, lavratura de termos de posse e guarda dos respectivos livros e obtenção de referenda ministerial nos atos do Presidente da República.

V - distribuir os imóveis funcionais destinados aos servidores lotados nos órgãos de que trata o art. 2º;

VI - elaborar a proposta orçamentária e a programação financeira da Presidência da Republica e executar o orçamento.

Art. 6º Compete ao Cerimonial:

I - zelar pela observância das Normas do Cerimonial Público nas solenidades a que comparecer o Presidente da República;

II - organizar, orientar e coordenar a entrega de credenciais e demais solenidades e recepções que se realizem nos palácios presidenciais ou de que participe, no País, o Presidente da República;

III - transmitir ao Secretário-Geral o programa das solenidades e recepções oficiais a que tenham de comparecer o Presidente da República e as demais autoridades da Presidência da República;

IV - expedir e controlar os convites para solenidades oficiais;

V - assessorar o Secretário-Geral na preparação e execução das viagens e visitas presidenciais;

VI - receber e organizar a agenda de convites oficiais endereçados ao Presidente da República;

VII - opinar em questões de precedência;

VIII - planejar e executar as atividades de relações públicas nos palácios da Presidência da República;

IX - articular-se com o Cerimonial dos Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - articular-se com o Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores para:

a) a elaboração do programa de posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

b) a elaboração do programa de viagens oficiais do Presidente da República ao exterior;

c) a organização das audiências do Presidente da República a agentes diplomáticos e outras personalidades estrangeiras;

d) o preparo da correspondência oficial de cortesia do Presidente da República com personalidades estrangeiras;

e) o planejamento e execução do programa de viagem, ao Brasil, de Chefes de Estado ou personalidades estrangeiras.

Parágrafo único. O Cerimonial tem as atribuições de Secretaria da Ordem Nacional do Mérito e do Livro do Mérito.

Art. 7º À Secretaria de Controle Interno compete:

I - controlar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos subordinados e das entidades vinculadas;

II - acompanhar a execução do Orçamento e dos programas de trabalho dos órgãos subordinados e das entidades vinculadas, verificar a utilização regular e racional dos recursos e bens públicos e avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

III - orientar os administradores com vistas à racionalização da execução da despesa, à eficiência e eficácia da gestão dos órgãos subordinados e das entidades vinculadas;

IV - realizar a contabilidade analítica e a contabilidade sintética;

V - executar os trabalhos de auditoria contábil e de auditoria de programas.

Seção II

Do Gabinete Militar

Art. 8º Ao Gabinete Militar compete:

I - assistir ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições referentes aos assuntos militares;

II - zelar pela segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, do Secretário-Geral, do Chefe do Gabinete Militar, do Chefe do Gabinete Pessoal, bem assim das respectivas residências e dos palácios presidenciais;

III - coordenar a participação do Presidente da República em cerimônias militares;

IV - supervisionar as atividades de transporte do Presidente da República.

Art. 9º O Gabinete Militar compõe-se de:

I - Chefia;

II - Subchefia da Marinha;

III - Subchefia do Exército;

IV - Subchefia da Aeronáutica;

V - Serviço de Segurança.

Art. 10. Compete à Chefia do Gabinete Militar dirigir, orientar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades dos órgãos do Gabinete Militar, de modo a assegurar, em sua área de atuação, assistência ao Presidente da República e, em especial:

I - assessorar diretamente o Presidente da República nos assuntos de competência do Gabinete Militar;

II - superintender os trabalhos do Gabinete Militar;

III - transmitir aos ministros militares e outras autoridades militares ordens e diretrizes do Presidente da República.

Art. 11. Compete às Subchefias da Marinha, do Exército e da Aeronáutica:

I - estudar e encaminhar documentos, bem assim emitir pareceres ou informações sobre assuntos de interesse dos ministérios militares correspondentes, do Estado-Maior das Forças Armadas e dos demais órgãos vinculados ao Gabinete Militar;

II - manter contatos funcionais do Gabinete Militar com os respectivos ministérios militares, Estado-Maior das Forças Armadas e demais órgãos vinculados ao Gabinete Militar;

III - assistir à Chefia do Gabinete Militar no estudo e encaminhamento de questões técnicas e administrativas de sua competência ou em que sejam especialmente incumbidas de atuar;

IV - realizar outras atividades determinadas pela Chefia do Gabinete Militar.

Parágrafo único. À Subchefia da Aeronáutica compete, especificamente, a segurança das aeronaves presidenciais e o planejamento das operações de transporte aéreo de interesse da Presidência da República.

Art. 12. Compete ao Serviço de Segurança:

I - proporcionar segurança ao Presidente da República, ao Vice-Presidente da República, ao Secretário-Geral, ao Chefe do Gabinete Militar, ao Chefe do Gabinete Pessoal, bem assim às respectivas residências e aos palácios presidenciais, coordenando e providenciado as medidas necessárias;

II - zelar pela manutenção da ordem e da disciplina nas dependências dos palácios presidenciais e circunvizinhanças;

III - fornecer documento de identidade especial às autoridades e demais servidores da Presidência da República, aos jornalistas credenciados e a outras pessoas que freqüentem os palácios presidenciais, em virtude do cargo ou função;

IV - autorizar o ingresso de visitantes ou pessoas incumbidas de trabalhos eventuais nos palácios presidenciais;

V - controlar a circulação e o estacionamento de veículos em dependências dos palácios e nas imediações;

VI - supervisionar e coordenar o transporte do Presidente da República;

VII - planejar e executar as atividades necessárias à proteção das instalações da Presidência da República;

VIII - realizar outras tarefas que lhe sejam atribuídas.

Seção III

Do Gabinete Pessoal do Presidente da República

Art. 13. Ao Gabinete Pessoal compete assistir ao Presidente da República nos serviços de secretaria particular e de ajudância-de-ordens .

Art. 14. O Gabinete Pessoal compõe-se de:

I - Secretaria Particular;

II - Ajudância-de-Ordens.

Art. 15. Compete à Secretaria Particular do Gabinete Pessoal:

I - executar os trabalhos distribuídos pelo Presidente da República;

II - encarregar-se da correspondência pessoal do Presidente da República;

III - organizar e manter em dia o arquivo pessoal do Presidente da República;

IV - coordenar o trabalho dos Oficiais de Gabinete do Presidente da República.

Art. 16. Compete à Ajudância-de-Ordens assistir, direta e indiretamente, ao Presidente da República nos assuntos de serviço e de natureza pessoal.

Seção IV

Dos Conselhos da República e da Defesa Nacional

Art. 17. O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com a composição e atribuições previstas na Constituição terão a organização e o funcionamento regulados em legislação especial.

Seção V

Do Conselho de Governo

Art. 18. O Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na fixação de diretrizes de ação governamental, reunir-se-á quando por ele convocado.

Parágrafo único. O Conselho de Governo será presidido, em cada reunião, por Ministro de Estado, para este fim designado pelo Presidente da República.

Seção VI

Do Alto Comando das Forças Armadas

Art. 19. Ao Alto Comando das Forças Armadas, integrado pelos Ministros Militares e pelos Chefes dos Estados-Maiores de cada uma das Forças Singulares, compete assessorar o Presidente da República nas decisões relativas à política militar e à coordenação dos assuntos pertinentes às Forças Armadas.

Parágrafo único. O Alto Comando das Forças Armadas reunir-se-á quando convocado pelo Presidente da República e será secretariado pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Seção VII

Do Estado-Maior das Forcas Armadas

Art. 20. O Estado-Maior das Forças Armadas, mantida sua atual estrutura, tem por finalidade assessorar o Presidente da República nos assuntos referidos no art. 50 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Seção VIII

Da Consultoria-Geral da República

Art. 21. À Consultoria-Geral da República compete:

I - assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, produzindo pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados, dos decretos e de outros atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

IV - coordenar, supervisionar e controlar as atividades do serviço jurídico da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional para que se uniformize a jurisprudência administrativa, sejam as leis corretamente aplicadas e se previnam litígios;

V - preparar as informações a serem prestadas, pelo Presidente da República, ao Poder Judiciário, quanto a medidas impugnadas de ato presidencial ou quanto a representações por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

VI - cooperar na formulação de proposições de caráter normativo;

VII - desenvolver atividades de relevante interesse federal, das quais especificamente a encarregue o Presidente da República;

VIII - manter estreita colaboração com a Secretaria-Geral e o Gabinete Militar da Presidência da República em matéria jurídica.

Art. 22. A Consultoria-Geral da República compõe-se de:

I - Gabinete do Consultor-Geral da República;

II - Consultoria da República.

Art. 23. Ao Gabinete do Consultor-Geral da República compete:

I - dirigir os trabalhos administrativos, inclusive os de planejamento, modernização e reforma;

II - superintender e promover a execução das atividades de documentação e informática, datilografia e reprografia e serviços gerais da Consultoria-Geral da República;

III - assistir ao Consultor-Geral da República em todas as atividades pessoais, cuidar de sua correspondência, organizar-lhe a pauta de audiências, as viagens e o arquivo pessoal;

IV - preparar e coordenar as solenidades realizadas na Consultoria-Geral da República e informar às autoridades que a compõem dos eventos oficiais a que devam comparecer**.**

Art. 24. À Consultoria da República compete colaborar com o Consultor-Geral no desempenho das atividades-fim do órgão, produzindo pareceres, informações, pesquisas e estudos jurídicos, examinando e elaborando anteprojetos de atos normativos.

Seção IX

Da Secretaria da Cultura

Art. 25. À Secretaria da Cultura compete preservar e desenvolver o patrimônio cultural brasileiro, estimular a criatividade artística e promover a preservação da identidade cultural do País.

Art. 26. A Secretaria da Cultura compõe-se de:

I - Conselho Nacional de Política Cultural;

II - Departamento da Produção Cultural;

III - Departamento de Cooperação e Difusão Cultural.

Art. 27. Ao Conselho Nacional de Política Cultural compete:

I - assessorar o Secretário da Cultura na formulação da política cultural, mediante avaliações, críticas e proposições quanto às formas de atuação governamental nas atividades culturais;

II - atuar como instância de conciliação para dirimir questões pertinentes aos direitos do autor, à exibição cinematográfica e à comercialização de vídeo;

III - disciplinar as atividades cinematográficas em todo o território nacional, como tal entendidas a produção, reprodução, comercialização, venda, locação, permuta, exibição, importação e exportação de obras cinematográficas, bem assim dos meios utilizados para sua veiculação;

IV - exercer as atribuições de que tratam os incisos II a V, VII a X, XVI a XVIII, XX, XXII a XXIV e XXVI a XXVIII do art. 5º do Decreto nº 93.881, de 23 de dezembro de 1986;

Art. 28. Ao Departamento da Produção Cultural compete:

I - controlar e fiscalizar o cumprimento da legislação relativa aos direitos do autor, às atividades cinematográficas e à comercialização de livros;

II - proceder à arrecadação, à distribuição e ao pagamento dos direitos autorais e conexos, bem assim informar aos destinatários os critérios adotados para a respectiva apuração;

III - registrar obras e contratos relativos à exploração econômica de obra de criação artística ou literária, bem assim emitir certificados e autorizações;

IV - assistir, tecnicamente, os organismos de administração coletiva de direitos do autor ou que fiscalizem o resultado de sua exploração;

V - aplicar as penalidades previstas em lei e julgar os recursos interpostos;

VI - vender e distribuir os ingressos padronizados e os borderôs-padrão a que se refere o inciso 4º do art. 9º da Lei nº 6.281, de 9 de dezembro de 1975;

VII - acompanhar o recolhimento das receitas institucionais de que tratam os Decretos-Leis nºs 862, de 12 de setembro de 1969, e 1.900, de 21 de dezembro de 1981;

VIII - arrecadar a remuneração da exibição de curta-metragem.

Art. 29. Ao Departamento de Cooperação e Difusão Cultural compete:

I - promover a difusão das manifestações culturais brasileiras em todo o território nacional, em articulação com os Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - difundir a produção artística brasileira através de apoio e estímulo à realização de festivais, exposições, concursos e outras iniciativas semelhantes;

III - adotar medidas tendentes à unidade da política cultural formulada pela Secretaria, em articulação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional de Atividades Culturais;

IV - desenvolver projetos e programas integrados com outros órgãos da Administração Pública Federal;

V - estimular e coordenar o intercâmbio de bens e serviços culturais com o exterior, em articulação com os ministérios afins, especialmente o Ministério das Relações Exteriores, bem assim com outras instituições públicas ou privadas;

VI - articular e coordenar a realização de projetos e programas com organismos e governos estrangeiros e agências internacionais, visando à difusão e ao intercâmbio cultural.

Art. 30. À Secretaria da Cultura, vinculam-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional de Atividades Culturais e a Fundação Casa de Rui Barbosa.

Seção X

Da Secretaria da Ciência e Tecnologia

Art. 31. À Secretaria da Ciência e Tecnologia compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de ciência e tecnologia de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República;

II - acompanhar e avaliar os resultados e divulgar informações sobre ciência e tecnologia;

III - desenvolver as atividades de fomento em ciência e tecnologia, diretamente ou em articulação com outras entidades do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

IV - executar as atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas prioritárias e estratégicas, bem assim instituir e coordenar programas atinentes a essas áreas, de acordo com a Política Nacional de Ciência e Tecnologia;

V - promover o desenvolvimento do patrimônio científico e tecnológico e projetos de cooperação e intercâmbio;

VI - prover os serviços de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Informática e Automação;

VII - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as políticas nacionais de:

a) informática;

b) atualização e desenvolvimento tecnológico;

VIII - formular e executar a política nacional de formação e desenvolvimento de recursos humanos para o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Art. 32. A Secretaria da Ciência e Tecnologia compõe-se de:

I - Conselho Nacional de Informática e Automação;

II - Departamento de Fomento;

III - Departamento de Planejamento e Avaliação;

IV - Departamento de Coordenação de Programas;

V - Departamento de Coordenação de Órgãos de Execução;

VI - Secretaria Especial de Informática;

VII - Instituto de Pesquisas Espaciais;

VIII - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;

IX - Instituto Nacional de Tecnologia.

Art. 33. Ao Conselho Nacional de Informática e Automação compete exercer as atribuições de que trata o art. 7º da Lei nº 7.232, de 24 de outubro de 1984, com as modificações posteriores.

Art. 34. Ao Departamento de Fomento compete executar as ações de fomento da ciência e da tecnologia, bem assim articular-se com os setores do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, visando à consecução da Política Nacional de Ciência e Tecnologia.

Art. 35. Ao Departamento de Planejamento e Avaliação compete coletar, organizar, processar dados e promover o apoio necessário às atividades de ciência e tecnologia, bem assim difundir informações sobre ciência e tecnologia e cooperação internacional.

Art. 36. Ao Departamento de Coordenação de Programas compete coordenar e supervisionar a implementação de programas estratégicos voltados para tecnologia de ponta, modernização industrial e apoio aos setores sociais.

Art. 37. Ao Departamento de Coordenação de Órgãos de Execução compete coordenar as atividades dos órgãos de execução de ciência e tecnologia, subordinados ou vinculados à Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Art. 38. À Secretaria Especial de Informática compete exercer as atribuições de que trata o art. 2º do Decreto nº 90.755, de 27 de dezembro de 1984.

Art. 39. Ao Instituto de Pesquisas Especiais compete exercer as atribuições de que trata o art. 2º do Decreto nº 91.994, de 28 de novembro de 1985.

Art. 40. Ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia compete exercer as atribuições de que trata o art. 2º do Decreto nº 94.236, de 15 de abril de 1987.

Art. 41. Ao Instituto Nacional de Tecnologia compete exercer as atribuições de que trata o art. 2º do Decreto nº 96.929, de 4 de outubro de 1988.

Art. 42. À Secretaria da Ciência e Tecnologia vinculam-se a Financiadora de Estudos e Projetos, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Fundação Centro Tecnológico para informática.

Seção XI

Da Secretaria do Meio Ambiente

Art. 43. A Secretaria do Meio Ambiente compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relativas à Política Nacional do Meio Ambiente;

II - propor ao Conselho Nacional do Meio Ambiente o estabelecimento de normas e padrões gerais relativos à preservação e conservação do meio ambiente;

III - promover e apoiar as ações relacionadas com a recuperação de áreas degradadas;

IV - incentivar e promover pesquisas e estudos técnico-científicos, em todos os níveis, relacionados com a sua área de competência, divulgando os resultados obtidos;

V - gerir a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente;

VI - promover a educação ambiental e a formação de consciência coletiva de conservação e de valorização da natureza, com vistas à melhoria da qualidade de vida;

VII - estabelecer cooperação técnica e científica com instituições congêneres;

VIII - promover a integração de programas e ações a cargo de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relacionados com o meio ambiente e recursos naturais renováveis.

Art. 44. A Secretaria do Meio Ambiente compõe-se de:

I - Conselho Nacional do Meio Ambiente;

II - Departamento de Planejamento e Coordenação da Política Ambiental;

III - Departamento Técnico-Científico e de Cooperação;

IV - Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Art. 45. Ao Conselho Nacional do Meio Ambiente compete:

I - estabelecer, mediante proposta da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e pelo Distrito Federal;

II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos sobre as alternativas e possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais ou municipais, bem assim a entidades, privadas, as informações indispensáveis à apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental;

III - decidir como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio, sobre multas e outras penalidades impostas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

IV - homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental;

V - determinar, mediante representação da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou pessoal, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

VI - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição causada por veículos automotores, após audiência aos ministérios competentes;

VII - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

Art. 46. Ao Departamento de Planejamento e Coordenação da Política Ambiental compete assessorar o Secretário no planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades globais referentes à implementação das políticas e diretrizes ambientais.

Art. 47. Ao Departamento Técnico-Científico e de Cooperação compete planejar, coordenar, supervisionar e controlar a pesquisa e os estudos técnicos de interesses para a conservação e a preservação ambientais e para a educação ambiental, bem assim as ações de cooperação internacional para o meio ambiente.

Art. 48. Ao Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente compete:

I - estabelecer prioridades para o atendimento de projetos a serem executados com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com a política nacional e as diretrizes governamentais para o meio ambiente e a preservação, conservação e uso dos recursos ambientais;

II - fixar critérios para a análise prévia de projetos;

III - aprovar projetos que se compatibilizem com a política e as diretrizes de que trata o inciso I;

IV - autorizar, em cada caso, a celebração de convênios, acordos ou ajustes para aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente;

V - expedir normas para o acompanhamento e avaliação de projetos;

VI - aprovar relatórios técnicos;

VII - aprovar a proposta de orçamento anual, bem assim de suas reformulações;

VIII - propor cronograma de desembolso dos seus recursos;

IX - elaborar o relatório anual de atividades, promovendo a sua divulgação;

Art. 49. À Secretaria do Meio Ambiente vincula-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Seção XII

Da Secretaria do Desenvolvimento Regional

Art. 50. A Secretaria do Desenvolvimento Regional compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e controlar a ação dos órgãos e entidades de desenvolvimento regional;

II - promover a articulação dos órgãos e entidades de desenvolvimento regional com ministérios e demais secretarias, com vistas ao exame, discussão e implementação de programas comuns às respectivas áreas de atuação e competência;

III - participar, sem direito a voto, das reuniões dos conselhos deliberativos dos órgãos e entidades federais de desenvolvimento regional;

IV - compatibilizar os planos de desenvolvimento regionais;

V - promover e incentivar o turismo, como fator de desenvolvimento.

Art. 51. À Secretaria do Desenvolvimento Regional vinculam-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Superintendência da Zona Franca de Manaus e a Empresa Brasileira de Turismo.

Seção XIII

Da Secretaria dos Desportos

Art. 52. À Secretaria dos Desportos compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do desporto no País, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos;

II - prestar cooperação e assistência financeira supletiva às unidades federadas e às instituições de ensino e esportivas, bem assim às entidades nacionais dirigentes do desporto;

III - zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente.

Art. 53. A Secretaria dos Desportos compõe-se de:

I - Conselho Nacional de Desportos;

II - Conselho de Administração do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional;

III - Departamento de Desporto Formal e Não-Formal;

IV - Departamento de Desporto para Portadores de Deficiência.

Art. 54. Ao Conselho Nacional de Desportos compete assessorar o Secretário dos Desportos na formulação da Política Nacional de Desportos e atuar como órgão normativo e disciplinador do desporto nacional.

Art. 55. Ao Conselho de Administração do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional compete:

I - submeter ao Secretário a programação anual do fundo;

II - elaborar os planos de distribuição dos recursos do fundo;

III - promover estudos e pesquisas relacionados com a assistência ao atleta profissional;

IV - encaminhar, anualmente, por intermédio do Secretário, ao Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, as informações necessárias à elaboração do respectivo relatório.

Art. 56. Ao Departamento de Desporto Formal e Não-Formal compete:

I - elaborar e propor a programação relativa ao desporto, considerando, de forma integrada, todos os fatores de desenvolvimento que intervêm no respectivo processo;

II - articular-se com as entidades integrantes do Sistema Desportivo Nacional e com as instituições públicas e privadas interessadas no desenvolvimento das atividades executadas dentro de sua área de competência;

III - supervisionar o desenvolvimento das diversas modalidades organizadas de desportos e propor medidas para seu aperfeiçoamento;

IV - desempenhar outras atividades relacionadas com sua área de atuação;

V - estimular, no País, o desporto não-formal.

Art. 57. Ao Departamento de Desportos para Portadores de Deficiência compete:

I - promover estudos e análises para subsidiar a Política Nacional de Educação Física e Desporto;

II - promover estudos com vistas à aquisição, adequação e divulgação de novas tecnologias para o aparelhamento e desenvolvimento do desporto para portadores de deficiência;

III - articular-se com instituições de ensino superior de educação física, objetivando a troca de experiências e cooperação técnica;

IV - promover a articulação e a cooperação técnica com outras entidades, visando apoiar as instituições de educação especial na implementação do desporto especializado;

V - promover e divulgar eventos na área do desporto especial;

VI - subsidiar as entidades e sistemas de educação especial na análise, orientação e atualização técnico-didático-desportiva;

VII - propor alternativas de captação de recursos para transferência e aquisição de tecnologias;

VIII - desenvolver estudos e pesquisas com vistas à avaliação dos resultados obtidos na área psicossocial do portador de deficiência;

IX - promover e divulgar documentação técnico-pedagógica relacionada com o desporto para portadores de deficiência.

Seção XIV

Da Secretaria da Administração Federal

Art. 58. À Secretaria da Administração Federal compete estudar, formular diretrizes, orientar normativamente, coordenar, supervisionar e controlar os assuntos concernentes ao pessoal civil da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional, bem assim os referentes aos serviços gerais, à modernização e organização administrativas e aos serviços de processamento de dados dessas entidades. A Secretaria da Administração Federal é o órgão central do Sistema de Pessoal Civil, de Serviços Gerais, de Modernização Administrativa e de Controle da Informática do Setor Público.

Art. 59. A Secretaria da Administração Federal compõe-se de:

I - Subsecretaria de Controle de Informática do Setor Público;

II - Departamento de Recursos Humanos;

III - Departamento de Serviços Gerais;

IV - Departamento de Modernização Administrativa;

V - Departamento de Administração Imobiliária.

Art. 60. À Subsecretaria de Controle de Informática do Setor Público compete:

I - expedir as normas relativas às atividades de coleta, armazenamento e divulgação das informações obtidas e processadas pela Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional, ou por esta contratada com terceiros;

II - coordenar, supervisionar e controlar a elaboração de cadastro dos bancos de dados e demais acervos de informática existentes na Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional, de modo a possibilitar a imediata localização e o acesso público e intergovernamental às informações deles constantes;

III - coordenar, supervisionar e controlar a elaboração de Catálogo de Normas para aquisição ou locação de equipamentos, programas *software* e serviços pela Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional;

IV - planejar, coordenar, supervisionar e controlar estudos, visando ao dimensionamento global dos equipamentos e programas de computação e comunicação de dados instalados nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional, recomendando medidas de racionalização ou realocação de eventuais excedentes;

V - proceder ao acompanhamento das inovações tecnológicas em matérias de sua competência, bem assim realizar estudos e análises de custos e desempenho dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional e promovendo intercâmbio com instituições de pesquisas e entidades congêneres;

VI - assessorar os órgãos e entidades de Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional, na aplicação das normas e diretrizes governamentais relativas às matérias de sua competência, promovendo o emprego de novas tecnologias, para assegurar a melhoria dos serviços prestados, o aumento da produtividade e a eliminação do desperdício;

VII - promover auditorias, sempre que necessário, nos sistemas em uso nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional;

VIII - solicitar dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta ou fundacional, quaisquer informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 61. Ao Departamento de Recursos Humanos compete o planejamento, a coordenação, a supervisão e o controle das atividades relativas à integração sistêmica e ao desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 62. Ao Departamento de Serviços Gerais compete o planejamento, a coordenação, a supervisão e o controle das atividades relacionadas com o Sistema de Serviços Gerais e ao Serviço Nacional de Protocolo.

Art. 63. Ao Departamento de Modernização Administrativa compete o planejamento, a coordenação, a supervisão e o controle das atividades relacionadas com as propostas de modernização administrativa dos órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 64. Ao Departamento de Administração Imobiliária compete coordenar as ações relativas à política de administração e distribuição de imóveis residenciais de propriedade da União, localizadas no Distrito Federal, inclusive os vinculados ou incorporados ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, denominados imóveis funcionais, bem assim executar essa política no âmbito da Presidência da República.

Art. 65. À Secretaria da Administração Federal vincula-se a Fundação Escola Nacional de Administração Pública.

Seção XV

Da Secretaria de Assuntos Estratégicos

Art. 66. À Secretaria de Assuntos Estratégicos compete:

I - exercer as atribuições de Secretaria-Executiva do Conselho de Governo;

II - desenvolver estudos e projetos de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território e opinar sobre o seu efetivo uso;

III - fornecer os subsídios necessários às decisões do Presidente da República;

IV - cooperar no planejamento, na execução e no acompanhamento da ação governamental, com vistas à defesa das instituições nacionais;

V - coordenar a formulação da Política Nacional Nuclear e supervisionar sua execução;

VI - salvaguardar interesses do Estado;

VII - coordenar, supervisionar e controlar projetos e programas que lhe forem atribuídos pelo Presidente da República.

Art. 67. A Secretaria de Assuntos Estratégicos compõe-se de:

I - Departamento de Inteligência;

II - Departamento de Macroestratégias;

III - Departamento de Programas Especiais;

IV - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações;

V - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos.

Art. 68. Ao Departamento de Inteligência compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência;

II - elaborar relatórios nas matérias de sua competência;

III - executar os serviços de contra-inteligência.

Art. 69. Ao Departamento de Macroestratégias compete:

I - realizar avaliações e exames estratégicos conjunturais, visando à defesa das instituições nacionais;

II - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as macroestratégias referentes à defesa das instituições nacionais.

Art. 70. Ao Departamento de Programas Especiais compete:

I - estabelecer e propor critérios e normas para a utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional;

II - elaborar e propor planos de mobilização nacional;

III - coordenar, supervisionar e controlar projetos e programas que lhe forem atribuídos pelo Secretário de Assuntos Estratégicos.

Art. 71. Ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações compete:

I - promover a pesquisa científica e tecnológica e desenvolver projetos para a segurança das comunicações;

II - pesquisar e desenvolver equipamentos de segurança de comunicações.

Art. 72. Ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos compete:

I - desenvolver programa e projetos de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos nas matérias de sua competência, em articulação com outros órgãos da Secretaria;

II - realizar pesquisas científicas na área de recursos humanos, inclusive em articulação com instituições públicas ou privadas;

III - promover atividades extracurriculares sobre assuntos de natureza estratégica.

Art. 73. À Secretaria de Assuntos Estratégicos vincula-se a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

TÍTULO III

Dos Ministérios

CAPÍTULO I

Dos Ministérios Militares

Art. 74. A estrutura e os assuntos que constituem a área de competência dos Ministérios Militares são os especificados no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e legislação especial superveniente.

CAPÍTULO II

Dos Ministérios Civis

Seção I

Do Secretário-Executivo

Art. 75. Haverá em cada ministério civil um Secretário-Executivo, nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro de Estado competente.

Art. 76. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - auxiliar o Ministro de Estado na formulação e execução dos assuntos incluídos na área de competência do ministério;

II - exercer a coordenação, supervisão e controle das Secretarias do ministério, não subordinadas diretamente ao Ministro de Estado;

III - submeter ao Ministro de Estado o planejamento de ação global do ministério, em consonância com as diretrizes de Governo fixadas pelo Presidente da República;

IV - supervisionar, coordenar e controlar as atividades de planejamento, orçamento, modernização e reforma administrativa e de programação financeira do ministério;

V - coordenar e providenciar o encaminhamento à Presidência da República, de projetos de leis, de medidas provisórias ou de decretos de interesse do ministério;

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Seção II

Dos Órgãos Comuns aos Ministérios Civis

Art. 77. Haverá, na estrutura básica de cada ministério civil, os seguintes órgãos:

I - de assistência direta e imediata aos Ministros de Estado: o Gabinete;

II - setoriais:

a) Consultoria Jurídica, exceto no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;

b) Secretaria de Administração Geral;

c) Secretaria de Controle Interno.

Art. 78. Ao Gabinete dos Ministros compete:

I - incumbir-se das relações públicas e do preparo e despacho do expediente pessoal do Ministro de Estado, bem assim assisti-lo em sua representação política e social;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do ministério, em tramitação no Congresso Nacional, em articulação com a Secretaria Federal de Assuntos Legislativos;

III - providenciar o atendimento às consultas e requerimentos formulados pelo Congresso Nacional.

IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do ministério;

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 79. Às Consultorias Jurídicas dos Ministérios compete:

I - atender aos encargos de consultoria e assessoramentos jurídicos aos colegiados presididos pelo Ministro de Estado, aos órgãos do Ministério e realizar os demais serviços jurídicos que lhes sejam atribuídos;

II - coligir os elementos de fato e de direito e preparar as informações que devam ser prestadas, por autoridade do ministério, em mandado de segurança;

III - examinar ordens e sentenças judiciais e orientar as autoridades do ministério quanto ao seu exato cumprimento;

IV - examinar os fundamentos e a forma jurídica dos atos propostos ao Ministro de Estado;

V - elaborar e rever projetos de atos normativos a serem expedidos no âmbito do ministério;

Parágrafo único. Compete aos Consultores Jurídicos e, no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, prestar assistência direta e imediata aos respectivos Ministros de Estado.

Art. 80. Às Secretarias de Administração Geral, órgãos setoriais dos Sistemas de Planejamento Federal, Modernização Administrativa, Orçamento, Programação Financeira, Pessoal Civil e de Serviços Gerais competem, no âmbito dos respectivos ministérios:

I - assessorar o Secretário-Executivo na supervisão dos órgãos subordinados;

II - propor diretrizes para o planejamento da ação global do ministério;

III - exercer a supervisão e a coordenação das atividades de planejamento, orçamento, modernização administrativa e programação financeira, de acordo com as instruções expedidas pelo Secretário-Executivo;

IV - formular a política de recursos humanos, mediante planos de recrutamento e seleção e de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional;

V - orientar e coordenar a execução das políticas de recursos humanos, de assistência e de medicina social, observada a legislação pertinente;

VI - promover o levantamento e análise das necessidades de recursos humanos dos órgãos do ministério;

VII - formular planos relativos aos demais recursos materiais ou administrativos e supervisionar sua execução;

VIII - planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução das atividades referentes à administração de material, obras, comunicações, documentação, transportes, edifícios públicos e imóveis residenciais;

IX - supervisionar, coordenar e controlar as atividades de execução orçamentária e financeira e de apoio administrativo aos órgãos do ministério.

Art. 81. Às Secretarias de Controle Interno, como órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno, compete exercer, no âmbito dos respectivos ministérios, as atribuições previstas no Decreto nº 93.874, de 23 de dezembro de 1986.

Seção III

Dos Órgãos Específicos

Subseção I

Do Ministério da Justiça

Art. 82. O Ministério da Justiça tem em sua área de competência:

I - ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais;

II - segurança pública; Polícia Federal e do Distrito Federal;

III - administração penitenciária;

IV - estrangeiros;

V - documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais;

VI - defesa da ordem econômica e metrologia legal;

VII - índios;

VIII - registro do comércio e propriedade industrial.

Art. 83. São órgãos específicos do Ministério da Justiça:

I - o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;

II - o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

III - o Conselho Nacional de Trânsito;

IV - o Conselho Federal de Entorpecentes;

V - o Conselho Administrativo de Defesa Econômica;

VI - o Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão;

VII - o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;

VIII - o Conselho Nacional de Segurança Pública;

IX - o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

X - a Secretaria Federal de Assuntos Legislativos;

XI - a Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça;

XII - a Secretaria Nacional de Direito Econômico;

XIII - a Secretaria de Polícia Federal;

XIV - o Arquivo Nacional;

XV - a Imprensa Nacional.

Art. 84. Ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana compete promover e defender os direitos fundamentais da pessoa humana, zelando pela aplicação das normas que os asseguram e determinando ações para evitar abusos e lesões a esses direitos.

Art. 85. Ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária compete executar as atividades previstas no art. 64 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 86. Ao Conselho Nacional de Trânsito compete atuar como órgão normativo e de coordenação da política e do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 87. Ao Conselho Federal de Entorpecentes compete propor a política nacional de entorpecentes, elaborar planos, exercer a orientação normativa, coordenação geral, supervisão, controle e fiscalização das atividades relacionadas com o tráfico e uso de entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica, bem assim exercitar outras funções em consonância com os objetivos do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.

Art. 88. Ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, compete assessorar o Ministro de Estado na formulação e condução da política nacional de defesa econômica, bem assim promover e defender os direitos e interesses dos consumidores.

Art. 89. Ao Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão compete:

I - apreciar denúncias de restrição às liberdades de pensamento, criação, expressão e informação;

II - estudar e propor instrumentos de defesa das liberdades de pensamento, criação, expressão e informação;

III - elaborar normas e critérios que orientem o exercício da classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

IV - apreciar e julgar recursos de decisões relativas à classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

Art. 90. Ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher compete promover, em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos e a sua plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do País.

Art. 91. Ao Conselho Nacional de Segurança Pública compete:

I - formular a Política Nacional de Segurança Pública;

II - estabelecer diretrizes, elaborar normas e articular a coordenação da Política Nacional de Segurança Pública;

III - estimular a modernização de estruturas organizacionais das polícias civil e militar dos Estados e do Distrito Federal;

IV - desenvolver estudos e ações visando a aumentar a eficiência dos serviços policiais, promovendo o intercâmbio de experiências;

V - estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente.

Art. 92. Ao Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial compete exercer as atribuições a ele conferidas pela Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e legislação superveniente.

Art. 93. A Secretaria Federal de Assuntos Legislativos compete:

I - promover a articulação do ministério com o Poder Legislativo;

II - propor e elaborar, em conjunto com a Consultoria Jurídica, decretos e outros atos de natureza normativa de interesse do ministério;

III - emitir pareceres em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional;

IV - prestar apoio às comissões e grupos especiais constituídos pelo Ministro de Estado, com o objetivo de reformar códigos e outros institutos jurídicos;

V - manter centro de documentação destinado ao acompanhamento do processo legislativo e das alterações do ordenamento jurídico.

Art. 94. A Secretaria Federal de Assuntos Legislativos compõe-se de:

I - Departamento de Análise e de Elaboração Legislativa;

II - Departamento de Estudos e Acompanhamento Legislativo.

Art. 95. Ao Departamento de Análise e de Elaboração Legislativa compete:

I - propor e elaborar, em conjunto com a Consultoria Jurídica, projetos de lei, decretos e outros atos de natureza normativa de interesse do ministério;

II - prestar apoio às comissões e grupos especiais constituídos, pelo Ministro de Estado, com o objetivo de reformar códigos e outros institutos jurídicos;

III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 96. Ao Departamento de Estudos e Acompanhamento Legislativo compete:

I - manter centro de documentação destinado ao acompanhamento do processo legislativo e das alterações do ordenamento jurídico;

II - emitir pareceres em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional;

III - prestar apoio ao Secretário na articulação do ministério com o Poder Legislativo, bem assim exercer outras atribuições que lhe forem por ele cometidas.

Art. 97. A Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça compete:

I - promover e defender os direitos da cidadania;

II - desenvolver estudos e encaminhar providências referentes às liberdades públicas;

III - manter articulação com as instituições representativas da comunidade;

IV - classificar, para efeito indicativo, as diversões públicas e os programas de televisão, de acordo com as resoluções do Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão;

V - tratar dos assuntos relacionados com a nacionalidade e regime jurídico dos estrangeiros;

VI - receber, registrar e encaminhar os pedidos de extradição;

VII - executar as atividades previstas no art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984;

VIII - processar, estudar e encaminhar expedientes de interesse do Poder Judiciário e da Defensoria Pública;

IX - desenvolver estudos e projetos relacionados com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública;

X - articular-se com o Ministério Público para adoção de medidas de defesa dos interesses difusos e de controle da atividade policial;

XI - opinar sobre as solicitações de concessão de títulos de utilidade pública; registrar e fiscalizar as entidades que executam serviços de microfilmagem; processar e examinar pedidos de autorização para instalação de filial, agência ou estabelecimento no País, por sociedade estrangeira com sede no exterior, sem prejuízo da competência de outros órgãos federais.

Art. 98. A Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça compõe-se de:

I - Departamento de Estrangeiros;

II - Departamento de Classificação Indicativa;

III - Departamento de Defesa e Promoção das Liberdades Públicas;

IV - Departamento de Assuntos Penitenciários.

Art. 99. Ao Departamento de Estrangeiros compete:

I - tratar dos assuntos relacionados com a concessão de naturalização, a permanência no País e o regime jurídico dos estrangeiros;

II - receber, registrar e encaminhar os pedidos de extradição bem assim tratar de assuntos relacionados com o asilo político;

III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 100. Ao Departamento de Classificação Indicativa compete:

I - manter o acompanhamento de programas de televisão e diversões públicas;

II - classificar, para efeito indicativo, as diversões públicas e os programas de televisão, de acordo com as resoluções do Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão;

III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 101. Ao Departamento de Defesa e Promoção das Liberdades Públicas compete:

I - promover e defender os direitos da cidadania;

II - desenvolver estudos e encaminhar pendências referentes à defesa das liberdades públicas;

III - manter articulação com as instituições representativas da comunidade nas questões referentes aos direitos da cidadania;

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 102. Ao Departamento de Assuntos Penitenciários compete:

I - desenvolver estudos e projetos relacionados com o sistema penitenciário;

II - executar as atividades previstas no art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 103. À Secretaria Nacional de Direito Econômico compete:

I - formular, promover, coordenar e supervisionar a política de proteção e defesa econômica do consumidor e do registro do comércio;

II - formular, promover, coordenar e supervisionar as políticas de metrologia, de normalização de bens e serviços;

III - apurar, prevenir e reprimir os abusos do poder econômico;

IV - zelar pelos direitos e interesses dos consumidores, promovendo as medidas necessárias para assegurá-los;

V - aplicar a legislação de intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de bens e serviços;

VI - fixar diretrizes de ação às entidades e órgãos vinculados;

VII - orientar, coordenar e articular os órgãos da administração pública quanto à efetivação de medidas de proteção e defesa econômica;

VIII - realizar ou promover a realização de convênios com órgãos públicos ou com entidades civis, para execução de planos, programas e fiscalização do cumprimento das normas e medidas federais;

IX - promover, desenvolver, coordenar e supervisionar atividades de divulgação e de formação de consciência coletiva dos direitos do consumidor.

Art. 104. A Secretaria Nacional de Direito Econômico compõe-se de:

I - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - Departamento Nacional do Registro do Comércio.

Art. 105. Ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor compete:

I - formular, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional de proteção e defesa do consumidor;

II - adotar medidas para prevenir e coibir delitos, fraudes e abusos contra o consumidor;

III - promover a formação de consciência coletiva dos direitos do consumidor;

IV - propor o aperfeiçoamento da legislação sobre o direito do consumidor;

V - articular os órgãos da Administração Pública Federal com os correspondentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim com entidades privadas ligadas à proteção e defesa do consumidor.

Art. 106. Ao Departamento Nacional do Registro do Comércio compete:

I - supervisionar, coordenar e orientar, em todo território nacional, as autoridades e os órgãos públicos incumbidos da execução do registro do comércio e atividades correlatas;

II - providenciar e promover, supletivamente, medidas tendentes a suprir ou corrigir ausências, falhas ou deficiências dos serviços do registro do comércio e afins;

III - organizar e manter atualizado o cadastro geral dos comerciantes e sociedades mercantis existentes em funcionamento no território nacional.

Art. 107. À Secretaria de Polícia Federal compete:

I - articular-se com os órgãos do sistema de segurança pública no combate à criminalidade e à violência de qualquer natureza, promovendo ações para a preservação da ordem pública, da incolunidade das pessoas e do patrimônio;

II - acompanhar a atuação dos órgãos de segurança pública e propor medidas que assegurem a prevenção e repressão da violência;

III - propor medidas com vistas à maior eficácia dos órgãos de segurança pública;

IV - normatizar e fiscalizar os serviços privados de segurança;

V - coordenar e promover o intercâmbio dos serviços de identificação civil e criminal;

VI - supervisionar a Polícia Federal;

VII - elaborar projetos e programas de formação, treinamento e especialização do pessoal da Polícia Federal;

VIII - colaborar com organizações internacionais relacionadas com a polícia criminal.

Art. 108. A Secretaria de Polícia Federal compõe-se de:

I - Departamento de Polícia Federal;

II - Departamento Nacional de Trânsito;

III - Departamento de Assuntos de Segurança Pública.

Art. 109. Ao Departamento de Polícia Federal compete:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, na forma da lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competências;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Art. 110. Ao Departamento Nacional de Trânsito compete exercer a supervisão, coordenação e controle da execução da política nacional de trânsito, realizar pesquisas relativas ao trânsito e prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 111. Ao Departamento de Assuntos de Segurança Pública compete articular-se com os órgãos do sistema de segurança pública no combate à criminalidade e à violência de qualquer natureza, promover ações para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, normatizar e fiscalizar os serviços privados de segurança e prover os serviços de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública.

Art. 112. Ao Arquivo Nacional compete recolher e preservar o patrimônio documental da Nação brasileira, com o objetivo de divulgar o respectivo conteúdo de natureza científico-cultural e incentivar a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional.

Art. 113. A Imprensa Nacional compete a publicação e divulgação dos atos oficiais e a execução de trabalhos gráficos para a Administração Pública Federal.

Art. 114. Ao Ministério da Justiça vinculam-se o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, a Empresa Brasileira de Comunicação S.A. (Radiobrás), a Fundação Nacional do Índio e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Subseção II

Do Ministério da Educação

Art. 115. 0 Ministério da Educação tem em sua área de competência:

I - educação; ensino civil;

II - magistério.

Art. 116. São órgãos específicos do Ministério da Educação

I - o Conselho Federal de Educação;

II - a Secretaria Nacional de Educação Básica;

III - a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica;

IV - a Secretaria Nacional de Educação Superior.

Art. 117. Ao Conselho Federal de Educação compete colaborar na formulação da Política Nacional de Educação, exercer atuação normativa quanto à organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento do Sistema Federal de Ensino, e, especialmente:

I - interpretar, na órbita administrativa, os dispositivos da legislação sobre diretrizes e bases da educação nacional;

II - propor ou, conforme o caso, adotar modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino e à organização e ao funcionamento do Sistema Federal de Ensino;

III - definir a política nacional e regional para a formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente do ensino superior;

IV - autorizar cursos ou escolas experimentais, bem assim experiências pedagógicas para os estabelecimentos de ensino do sistema federal;

V - decidir sobre a autorização e o reconhecimento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares e de universidades não compreendidas no art. 15 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

VI - baixar normas para renovação periódica do reconhecimento concedido a universidades e a estabelecimentos isolados de ensino superior;

VII - aprovar os regimentos dos estabelecimentos isolados de ensino superior e dos estatutos e regimentos gerais das universidades sujeitas à sua jurisdição;

VIII - classificar, após avaliação, os cursos de pós-graduação, fixar regras para o seu credenciamento e credenciá-los caso a caso;

IX - fixar as condições para revalidação de diplomas expedidos por instituições estrangeiras de nível superior de 2º grau para os fins previstos em lei;

X - exercer, na forma da lei, a competência relativa a anuidades, taxas e demais emolumentos correspondentes aos serviços prestados pelos estabelecimentos de ensino;

XI - fixar os currículos mínimos e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas por lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional;

XII - baixar normas sobre o exame de suficiência destinados ao recrutamento de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus e indicar os estabelecimentos de ensino que os realizarão;

XIII - dispor sobre as adaptações necessárias no caso de transferências de alunos de cursos superiores, inclusive quando oriundos do exterior;

XIV - promover sindicâncias nos institutos de ensino sujeitos à sua jurisdição;

XV - promover, após inquérito administrativo, a suspensão do funcionamento de qualquer estabelecimento isolado de ensino superior ou a autonomia de qualquer universidade, por motivo de infringência da legislação de ensino ou de preceito estatutário ou regimental, designando Diretor ou Reitor pro tempore;

XVI - fixar as matérias do núcleo comum dos cursos de 1º e 2º graus, definindo-lhes os objetivos e amplitude, bem assim o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins;

XVII - relacionar as matérias de ensino de 1º e 2º graus do sistema federal que poderão ser escolhidas pelos estabelecimentos para constituir a parte diversificada dos seus currículos plenos;

XVIII - dispor sobre os princípios que regerão a complementação de estudos para o registro de professores, na forma do art. 78 da Lei nº 5.692, de 11 de outubro de 1971;

XIX - pronunciar-se sobre a incorporação de estabelecimentos de ensino superior ao sistema federal;

XX - aprovar os planos de curso (art. 18 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968), para efeito do disposto no art. 9º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 464, de 11 de novembro de 1969;

XXI - apreciar recursos e decisões finais nos casos do art. 50 da Lei nº 5.540, de 1968.

Art. 118. À Secretaria Nacional de Educação Básica compete:

I - propor ao Ministro de Estado a política e as diretrizes para o desenvolvimento da educação básica;

II - prestar cooperação técnica e apoio financeiro aos Sistemas de Ensino na área de educação básica;

III - sugerir a política de formação do magistério para a educação de menores até seis anos, para o ensino fundamental e a política de valorização do magistério do ensino fundamental e do ensino médio;

IV - velar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais referentes à destinação de recursos para a universalização da alfabetização, para ensino fundamental e para programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, transporte e material didático;

V - promover mecanismos de articulação com as entidades, sistemas de ensino e setores sociais;

VI - produzir e divulgar documentação técnica e pedagógica relacionada com a educação básica;

VII - elaborar propostas de dispositivos legais relativos à educação básica;

VIII - incentivar a motivação educacional e disseminar as experiências técnico-pedagógicas.

Art. 119. A Secretaria Nacional de Educação Básica compõe-se de:

I - Departamento de Desenvolvimento Educacional;

II - Departamento de Desenvolvimento Institucional.

Art. 120. Ao Departamento de Desenvolvimento Educacional compete subsidiar a formulação de políticas, estratégias, diretrizes e normas para o desenvolvimento da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau, regular e supletivo.

Art. 121. Ao Departamento de Desenvolvimento Institucional compete proporcionar apoio técnico, financeiro e institucional às entidades que atuam na área da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau.

Art. 122. À Secretaria Nacional de Educação Tecnológica compete:

I - propor políticas e diretrizes para o desenvolvimento do ensino de formação profissional, a nível de pré-qualificação, técnica e tecnológica, nas áreas industrial, agrícola e de serviços;

II - promover e coordenar o ensino para a formação profissional, mediante convênios de cooperação técnica e financeira com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III - estabelecer prioridades para o desenvolvimento do ensino de formação profissional, considerando as características locais e regionais;

IV - promover mecanismos de articulação e integração com as entidades e diversos sistemas de ensino, inclusive estadual e municipal, bem assim com os demais setores sociais;

V - promover estratégias alternativas para o desenvolvimento de recursos humanos no ensino de formação profissional;

VI - divulgar documentação técnica e pedagógica relacionada com o ensino de formação profissional.

Art. 123. A Secretaria Nacional de Educação Tecnológica compõe-se de:

I - Departamento de Políticas para Formação Profissional;

II - Departamento Técnico-Pedagógico e de Desenvolvimento do Ensino.

Art. 124. Ao Departamento de Políticas para Formação Profissional compete:

I - propor diretrizes e estratégias para o desenvolvimento de ensino de formação profissional nos diversos níveis e áreas da economia;

II - acompanhar o desenvolvimento das atividades e programas de ensino de formação profissional.

Art. 125. Ao Departamento Técnico-Pedagógico e de Desenvolvimento do Ensino compete:

I - estabelecer diretrizes para organização e atualização dos currículos de formação profissional;

II - acompanhar e supervisionar as Instituições Federais de Ensino e articular-se com sistemas congêneres dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios visando a garantir a qualidade do ensino;

III - promover a formação profissional rural, em articulação com órgãos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - promover a articulação entre as instituições de ensino e o Serviço Nacional da Indústria, o Serviço Nacional do Comércio, o Serviço Social da Indústria e o Serviço Social do Comércio;

V - promover o aperfeiçoamento de pessoal docente especialista para o ensino de formação profissional;

VI - promover a modernização das instituições de ensino de formação profissional, inclusive mediante reequipamento e adequação de suas instalações.

Art. 126. A Secretaria Nacional de Educação Superior

compete:

I - propor ao Ministro de Estado, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a política nacional da educação superior;

II - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução da política nacional da educação superior aprovada pelo Ministro de Estado;

III - articular-se com as universidades e instituições isoladas de ensino superior integrantes do sistema federal de educação, visando à integração das ações;

IV - orientar e supervisionar as universidades e instituições de ensino superior privado, integrantes do sistema federal de educação;

V - prestar cooperação técnica às unidades federativas que mantenham atividades no campo da educação superior;

VI - prestar cooperação técnica às instituições particulares de ensino superior;

VII - atuar como órgão setorial de ciência e tecnologia do Ministério da Educação, para as finalidades previstas no Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975;

VIII - elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação, acompanhar e coordenar a sua execução, bem assim fomentar mediante a concessão de auxílios financeiros o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;

IX - manter intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras, inclusive mediante a celebração de acordos e convênios;

X - exercer as atribuições previstas nos incisos II a VII e IX a XIII do art. 1º do Decreto nº 86.816, de 5 de janeiro de 1982.

Art. 127. A Secretaria Nacional de Educação Superior compõe-se de:

I - Departamento de Política de Ensino Superior;

II - Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior.

Art. 128. Ao Departamento de Política de Ensino Superior compete:

I - propor a Política Nacional de Educação Superior e coordenar e supervisionar a sua execução;

II - integrar as ações das universidades e instituições isoladas de ensino superior públicas integrantes do Sistema Federal de Educação;

III - supervisionar as universidades e instituições privadas de ensino superior integrantes do Sistema Federal de Educação.

Art. 129. Ao Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior compete:

I - elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação, acompanhar e coordenar a sua execução, bem assim fomentar, mediante a concessão de auxílios financeiros, o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;

II - manter intercâmbio com outros órgãos da Administração Pública ou com entidades privadas, nacionais e estrangeiras, visando à celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes relativos à pós-graduação e aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;

III - atuar como órgão setorial de Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação, para os fins do Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975;

IV - gerir os recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes, nacionais ou estrangeiros, destinados ao desenvolvimento da pós-graduação.

Art. 130. Ao Ministério da Educação vinculam-se o Colégio Pedro II, a Fundação de Assistência ao Estudante, as Universidades Federais, os Estabelecimentos isolados de Ensino Superior, os Centros Federais de Educação Tecnológica, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, a Fundação Roquette Pinto, a Fundação Joaquim Nabuco e as Fundações Universitárias.

Subseção III

Do Ministério da Saúde

Art. 131. O Ministério da Saúde tem em sua área de competência:

I - política nacional de saúde;

II - atividades médicas e paramédicas;

III - ação preventiva na área de saúde; vigilância sanitária nas fronteiras, nos portos e aeroportos;

IV - controle de drogas, medicamentos e alimentos;

V - pesquisas médico-sanitárias.

Art. 132. São órgãos específicos do Ministério da Saúde:

I - o Conselho Nacional de Saúde;

II - a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária;

III - a Secretaria Nacional de Assistência à Saúde;

Art. 133. Ao Conselho Nacional de Saúde compete:

I - atuar na formulação de estratégia e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, em nível federal;

II - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;

III - elaborar cronograma de transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios, consignados ao Sistema Único de Saúde;

IV - aprovar os critérios e valores para remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial.

Art. 134. A Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária compete:

I - promover, elaborar, controlar e fiscalizar a aplicação e o cumprimento de normas e padrões de interesse sanitário, relativos a medicamentos, alimentos, cosméticos, equipamentos, serviços, produtos, toxicologia e outros;

II - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substancias de interesse para a saúde;

III - fiscalizar e inspecionar alimentos, bebidas e água para consumo humano;

IV - controlar os bens de consumo que direta ou indiretamente se relacionem com a saúde, nas suas diferentes etapas, da produção ao consumo.

Art. 135. A Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária compõe-se de:

I - Departamento Técnico-Normativo;

II - Departamento Técnico-Operacional.

Art. 136. Ao Departamento Técnico-Normativo compete promover a elaboração, controlar a aplicação e fiscalizar o cumprimento de normas e padrões relativos à vigilância sanitária de produtos, de serviços e de imigrantes.

Art. 137. Ao Departamento Técnico-Operacional compete coordenar o conjunto de atividades técnico-operacionais necessárias à implementação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 138. A Secretaria Nacional de Assistência à Saúde compete:

I - acompanhar e cooperar com a execução das ações de saúde desenvolvidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

II - elaborar e promover a execução de programas nacionais, nos campos de saúde materno-infantil, saúde bucal, saúde mental, nutrição, doenças crônico-degenerativas, sangue e hemoderivados, assistência à penumologia e dermatologia sanitárias, doenças sexualmente transmissíveis e Aids;

III - prestar serviços médicos de excelência ou de referência nacional;

IV - atuar no controle da prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde.

Art. 139. A Secretaria Nacional de Assistência à Saúde compõe-se de:

I - Departamento de Normas;

II - Departamento de Programas;

III - Departamento do Sistema Único de Saúde.

Art. 140. Ao Departamento de Normas compete coordenar, acompanhar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades referentes a normas técnico-operacionais, análise e avaliação e controle de informações assistenciais e custos e tarifas dos órgãos e entidades do setor.

Art. 141. Ao Departamento de Programas compete promover a execução e avaliar programas de abrangência nacional, prestar serviços médicos assistenciais e de excelência ou de referência nacional e desenvolver projetos técnico-operacionais nas áreas de saúde materno-infantil, mental, de doenças crônico-degenerativas, de sangue e hemoderivados, pneumologia e dermatologia sanitária, doenças sexualmente transmissíveis e Aids.

Art. 142. Ao Departamento do Sistema Único de Saúde compete a administração e o acompanhamento da implantação do referido sistema.

Art. 143. Ao Ministério da Saúde vinculam-se: a Fundação Oswaldo Cruz, a Fundação Nacional de Saúde, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, a Fundação das Pioneiras Sociais e a Central de Medicamentos.

Subseção IV

Do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

Art. 144. O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento tem em sua área de competência:

I - moeda, crédito, instituições financeiras, capitalização, seguros privados e poupança popular;

II - administração tributária;

III - administração orçamentária e financeira;

IV - administração patrimonial;

V - comércio exterior;

VI - negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras;

VII - desenvolvimento industrial e comercial;

VIII - abastecimento e preços;

IX - elaboração de planos econômicos e propostas de diretrizes orçamentárias;

X - estudos e pesquisas sócio-econômicas;

XI - auditoria e contabilidade públicas;

XII - sistemas cartográficos e estatísticos nacionais.

Art. 145. São órgãos específicos do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento:

I - o Conselho Nacional de Política Fazendária;

II - o Conselho Monetário Nacional;

III - o Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

IV - o Conselho Nacional de Seguros Privados;

V - a Câmara Superior de Recursos Fiscais;

VI - os 1º, 2º e 3º Conselhos de Contribuintes;

VII - o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;

VIII - a Secretaria Especial de Política Econômica;

IX - a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

X - a Secretaria Nacional de Economia;

XI - a Secretaria da Fazenda Nacional;

XII - a Secretaria Nacional de Planejamento.

Art. 146. Ao Conselho Nacional de Política Fazendária compete:

I - promover a celebração de convênios concedendo ou revogando benefícios fiscais do imposto de que trata a alínea b do inciso I do art. 155 da Constituição, nos termos do disposto no § 8º do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975;

II - promover a celebração de convênios estabelecendo as condições gerais em que se concederão, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória e parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto a que alude o inciso anterior;

III - sugerir medidas visando à simplificação e à harmonização de exigências legais objetivando reduzir as despesas decorrentes de obrigações tributárias acessórias, com reflexos favoráveis no custo de comercialização de mercadorias e serviços;

IV - promover a edificação do Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais, para coleta, elaboração e distribuição de dados básicos, essenciais à formação de políticas econômico-fiscais e ao aperfeiçoamento permanente das Administrações Tributárias;

V - promover estudos e sugerir alterações visando o aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional, como mecanismo de desenvolvimento econômico e social, nos aspectos de inter-relação entre tributação federal e estadual;

VI - colaborar com o Conselho Monetário Nacional na fixação da Política de Dívida Pública Interna e Externa dos Estados e Distrito Federal, para cumprimento da legislação pertinente;

VII - colaborar com o Conselho Monetário Nacional na orientação das instituições financeiras públicas estaduais, propiciando sua maior eficiência como suporte básico dos Governos Estaduais.

Art. 147. Ao Conselho Monetário Nacional compete exercer as atribuições de que trata a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e legislação especial superveniente.

Art. 148. Ao Comitê Brasileiro de Nomenclatura compete:

I - manter a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias permanentemente atualizada;

II - propor aos órgãos interessados na aplicação da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias medidas relacionadas com a atualização, aperfeiçoamento e harmonização dos desdobramentos de suas posições, a fim de ajustá-los às suas finalidades estatísticas ou de controle fiscal;

III - difundir o conhecimento da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, inclusive mediante a publicação de seu índice e propor as medidas necessárias à sua aplicação uniforme;

IV - promover a divulgação das Notas Explicativas da Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas e recomendar normas, critérios ou notas complementares de interpretação;

V - aprovar, para efeito de interpretação e alcance da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, as alterações introduzidas na Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas;

VI - estabelecer critérios e normas de classificação para a aplicação uniforme da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, por iniciativa própria ou por solicitação de órgãos da Administração Pública incumbidos da aplicação da Nomenclatura, conforme instruções complementares aprovadas pelo comitê;

VII - prestar assistência técnica aos órgãos diretamente interessados na aplicação da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

Art. 149. Ao Conselho Nacional de Seguros Privados compete:

I - fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados;

II - regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades relativas aos seguros privados, bem como a aplicação das penalidades cabíveis;

III - estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas sociedades seguradoras;

IV - fixar as características gerais dos contratos de seguro;

V - fixar normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas sociedades seguradoras;

VI - delimitar o capital do Instituto de Resseguros do Brasil e das sociedades seguradoras, com a periodicidade mínima de dois anos, determinando a forma de sua subscrição e realização;

VII - estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro; `

VIII - disciplinar as operações de co-seguro, nas hipóteses em que o Instituto de Resseguros do Brasil não aceite resseguro de risco ou quando se tornar conveniente promover melhor distribuição direta dos negócios pelo mercado;

IX - conhecer dos recursos de decisão da Superintendência de Seguros Privados e do Instituto de Resseguros do Brasil;

X - prescrever os critérios de constituição das sociedades seguradoras, com fixação dos limites legais e técnicos das operações de seguro;

XI - disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor.

Art. 150. À Câmara Superior de Recursos Fiscais compete julgar os recursos especiais de decisão não unânime de Câmara de Conselho de Contribuintes, quando contrária à lei ou à evidência da prova ou de decisão que der à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado outra Câmara de Conselho de Contribuintes ou a própria Câmara Superior.

Art. 151. Aos 1º, 2º e 3º Conselhos de Contribuintes compete julgar os recursos voluntários de decisão de primeira instância sobre a aplicação da legislação referente a tributos, inclusive adicionais, e empréstimos compulsórios e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 152. Ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional compete:

I - julgar, em segunda e última instância, os recursos interpostos das decisões relativas à aplicação de penalidades administrativas previstas:

a) no § 5º do art. 44 da Lei nº 4.595, de 1964, no art. 3º do Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e no parágrafo único do art. 25 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, com a redação que lhe deu a Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964;

b) no § 4º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976;

c) no § 2º do art. 43 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, combinado com o § 7º do art. 4º da Lei nº 4.595, de 1964;

d) no § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, e no art. 74 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966;

II - representar, por intermédio de seu presidente, ao Ministro de Estado, sobre irregularidade constatada nos autos ou ocorrida nos órgãos e entidades recorridas, avocando, se for o caso, os respectivos processos;

III - apreciar recurso de ofício, interposto pelos órgãos e entidades competentes, das decisões que concluírem pela não aplicação das penalidades previstas no inciso I deste artigo.

Art. 153. À Secretaria Especial de Política Econômica compete prestar assistência imediata ao Ministro de Estado e assessorá-lo na formulação e coordenação da política econômica, inclusive setorial.

Art. 154. A Secretaria Especial de Política Econômica compõe-se de coordenações, às quais compete auxiliar o Secretário na formulação e avaliação da política econômica em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 155. À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional compete:

I - apurar a liquidez e certeza e inscrever, para fins de cobrança amigável ou judicial, a Dívida Ativa da União, tributária ou de qualquer outra natureza;

II - promover a propositura de ações e defender os interesses da Fazenda Nacional, na forma do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, especialmente em matéria fiscal;

III - coligir os elementos de fato e de direito e preparar as informações que devam ser prestadas, pelo Ministro de Estado ou autoridade fazendária, em mandado de segurança;

IV - exercer a representação judicial, nos casos estabelecidos em lei;

V - promover, junto ao Ministério Público, a propositura de procedimentos penais referentes a crimes contra a Fazenda Nacional;

VI - oficiar, no interesse da Fazenda Nacional, aos órgãos do Judiciário e do Ministério Público;

VII - examinar ordens e sentenças judiciais e orientar o Ministro de Estado e as demais autoridades quanto ao seu exato cumprimento;

VIII - zelar pelos interesses da Fazenda Nacional em processos de falência, concordata, liquidação, inventário e outros,

IX - examinar previamente a legalidade dos contratos, concessões, acordos, ajustes ou convênios que interessem à Fazenda Nacional, inclusive aos referentes à dívida pública externa, e promover a respectiva rescisão ou declaração de caducidade, por via administrativa ou judicial, especialmente em relação:

a) aos contratos de empréstimo, garantia, contragarantia, aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil, em que seja parte ou intervenha a União, no País ou no exterior, bem assim emitir pareceres prévio e final quanto à legalidade de tais contratos, com vistas à respectiva validade e execução; e

b) aos contratos em que seja parte a Fazenda Nacional, que interessem à receita ou que envolvam bens patrimoniais da União ou a concessão de estímulos fiscais; a atos relativos a aquisição, alienação, cessão, aforamento, locação, e outros; concernentes a imóveis do patrimônio da União, e a outros contratos a serem estipulados perante o Ministro de Estado e demais autoridades fazendárias;

X - representar e defender os interesses da Fazenda Nacional:

a) nos contratos, acordos ou ajustes de natureza fiscal ou financeira, em que intervenha, ou seja parte, de um lado a União e, de outro, o Distrito Federal, os Estados, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista ou entidades estrangeiras, bem assim nos de concessões;

b) em contratos de empréstimo, garantia, contragarantia, aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil, em que seja parte ou intervenha a União;

c) junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais, aos Conselhos de Contribuintes, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, aos Conselhos Superior e Regionais do Trabalho Marítimo e em outros órgãos de deliberação coletiva;

d) nos atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento, locação, e outros concernentes a imóveis do Patrimônio da União, junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, requerendo a matrícula, inscrição, transcrição ou averbação de títulos relativos a imóvel do Patrimônio da União e, quando for o caso, manifestando recusa ou impossibilidade de atender à exigência do Oficial, bem assim a ele requerendo certidões no interesse do referido Patrimônio; e, ainda, promovendo o registro de propriedade dos bens imóveis da União discriminados administrativamente, possuídos ou ocupados por órgãos da Administração Federal e por unidades militares, nas hipóteses previstas na legislação pertinente; e

e) nos atos constitutivos e em assembléias de sociedades por ações de cujo capital participe a União, bem assim nos atos de subscrição, compra, venda ou transferência de ações ou direito de subscrição;

XI - aceitar as doações sem encargos em favor da União;

XII - zelar pela fiel observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos, especialmente em matéria pertinente à Fazenda Nacional;

XIII - examinar os títulos referentes à propriedade imobiliária da União, efetuando pesquisas, para efeito de sua regularização, e emitir parecer jurídico e proferir decisão, ouvida antes a Secretaria Nacional do Patrimônio, quanto às questões de fato, sobre a legitimidade dos títulos imobiliários a que se refere o art. 3º do Decreto nº 73.977, de 22 de abril de 1974; e

XIV - atender aos encargos de consultoria e assessoria jurídica dos órgãos fazendários e dos colegiados presididos pelo Ministro de Estado e realizar os demais serviços jurídicos do Ministério, na forma do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

Art. 156. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional compõe-se de:

I - órgão central;

II - Procuradorias Regionais da Fazenda Nacional;

III - Procuradorias da Fazenda Nacional.

Art. 157. Ao Órgão Central compete planejar, coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem assim assessorar os órgãos integrantes da estrutura básica do Ministério.

Art. 158. Às Procuradorias Regionais da Fazenda Nacional compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades das Procuradorias da Fazenda Nacional, na área de sua respectiva jurisdição;

II - exercer a representação judicial da União, nos casos estabelecidos em lei, observadas as instruções do Procurador-Geral;

III - atender a outros encargos que lhe forem cometidos pelo Procurador-Geral.

Art. 159. Às Procuradorias da Fazenda Nacional compete, no âmbito da respectiva jurisdição, exercer as atividades de:

I - representação da Fazenda Nacional;

II - defesa da Fazenda Nacional;

III - apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa da União;

IV - fiscalização das leis de Fazenda;

V - consultoria, assessoria e demais serviços jurídicos.

Art. 160. À Secretaria Nacional da Economia compete assessorar o Ministro de Estado na formulação, no acompanhamento e na execução das políticas de comércio exterior, abastecimento e preços e desenvolvimento industrial.

Art. 161. A Secretaria Nacional de Economia compõe-se de:

I - Departamento de Comércio Exterior;

II - Departamento da Indústria e do Comércio;

III - Departamento de Abastecimento e Preços.

Art. 162. Ao Departamento de Comércio Exterior compete:

I - emitir licenças de exportação e importação, cuja exigência será limitada aos casos impostos pelo interesse nacional;

II - exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação, diretamente, ou em articulação com outros quaisquer órgãos governamentais;

III - exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, qualidades e tipos nas operações de importação, respeitadas as atribuições de competência das repartições aduaneiras;

IV - estabelecer critérios para o financiamento da exportação e da produção industrial para exportação, bem assim, quando for o caso, para aquisição ou financiamento, por ordem e conta do Tesouro Nacional, de estoques de outros produtos exportáveis;

V - colaborar com o órgão competente na aplicação do regime de similaridade e do mecanismo do *draw back*;

VI - elaborar as estatísticas do comércio exterior;

VII - traçar diretrizes da política do comércio exterior;

VIII - adotar medidas de controle das operações do comércio exterior, quando necessárias ao interesse nacional;

IX - pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais, relacionados com o comércio exterior;

X - baixar normas necessárias à implementação da política de comércio exterior, bem assim orientar e coordenar a sua expansão;

XI - modificar, suspender ou suprimir exigências administrativas ou regulamentares, com a finalidade de facilitar e estimular a exportação, bem assim disciplinar e reduzir os custos de fiscalização;

XII - decidir sobre normas, critérios e sistemas de classificação comercial dos produtos objetos do comércio exterior;

XIII - estabelecer normas para fiscalização de embarque e dispor sobre a respectiva execução, com vistas à redução de custos;

XIV - traçar a orientação a ser seguida nas negociações de acordos internacionais relacionados com o comércio exterior e acompanhar sua execução;

XV - recomendar diretrizes que articulem o emprego do instrumento aduaneiro com objetivos gerais de política de comércio exterior, observados os interesses e a evolução das atividades industriais e agrícolas;

XVI - opinar, junto aos órgãos competentes, sobre fretes dos transportes internacionais relacionados com o comércio exterior, bem assim sobre a política portuária;

XVII - estabelecer as bases da política de seguros no comércio exterior;

XVIII - recomendar medidas tendentes e amparar produções exportáveis, considerando a situação específica dos diversos setores de exportação, bem como razões estruturais, conjunturais ou circunstanciais que afetem negativamente aquelas produções;

XIX - opinar, na esfera do Poder Executivo ou quando consultado por qualquer das Casas do Congresso Nacional, sobre projetos de lei que relacionem com o comércio exterior ou adotem medidas que neste possam ter implicações;

XX - formular as diretrizes básicas da política tarifária no campo das importações, visando adaptar o mecanismo aduaneiro às necessidades do desenvolvimento econômico e à proteção do trabalho nacional;

XXI - normalizar, supervisionar, orientar, planejar, controlar e avaliar as atividades aduaneiras.

Art. 163. Ao Departamento da Indústria e do Comércio compete orientar, avaliar e coordenar a execução da política industrial e a sua execução, em conformidade com os objetivos e diretrizes dos planos nacionais de desenvolvimento e os parâmetros macroeconômicos da política governamental.

Art. 164. Ao Departamento de Abastecimento e Preços compete:

I - formular a política nacional de abastecimento e preços e coordenar, supervisionar e controlar a sua execução;

II - estabelecer critérios para a aquisição ou financiamento, por ordem e conta do Tesouro Nacional, de produtos necessários ao abastecimento do mercado interno, ao equilíbrio dos preços e à formação de estoques reguladores.

Art. 165. À Secretaria da Fazenda Nacional compete assessorar o Ministro de Estado na formulação, execução e acompanhamento das políticas fiscal e de controle dos dispêndios e compromissos sob responsabilidade do Tesouro Nacional, em assuntos relativos à administração tributária federal, de endividamento público e ao patrimônio da União.

Parágrafo único. A Secretaria da Fazenda Nacional é o órgão central do Sistema Federal de Programação Financeira e de Controle Interno.

Art. 166. A Secretaria da Fazenda Nacional compõe-se de:

I - Departamento da Receita Federal;

II - Departamento do Tesouro Nacional;

III - Departamento do Patrimônio da União.

Art. 167. Ao Departamento da Receita Federal compete:

I - planejar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação da legislação tributária federal e outras de política fiscal e tributária;

III - interpretar e aplicar a legislação fiscal e correlata, relacionada com a sua área de atribuições, baixando os atos normativos e instruções para a sua fiel execução;

IV - acompanhar a execução da política tributária e fiscal e estudar os efeitos na economia do País;

V - dirigir, supervisionar, orientar e coordenar os serviços de fiscalização, cobrança, arrecadação, recolhimento e controle dos demais tributos e rendas da União, salvo quando tais atribuições forem cometidas a outros órgãos;

VI - apresentar proposta de previsão da receita tributária federal e promover o acompanhamento, análise e controle em suas variações globais, setoriais e regionais;

VII - promover medidas destinadas a compatibilizar a receita arrecadada com os níveis previstos na programação financeira do Governo;

VIII - promover estudos e análises, fixar e propor normas, controlar e fiscalizar as atividades relacionadas com a distribuição gratuita de prêmios;

IX - desenvolver sistema de coleta, elaboração e divulgação de informações econômico-fiscais;

X - articular-se com entidades da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional, bem assim com as demais entidades de direito público ou privado, visando à integração do Sistema Tributário Nacional, mediante convênios para a permuta de informações, métodos e técnicas de ação fiscal;

XI - proceder a julgamento de processos fiscais;

XII - gerir o Fundo Especial de Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975.

Art. 168. Ao Departamento do Tesouro Nacional compete:

I - proceder à análise e estudos que visem subsidiar a formulação de política de financiamento da despesa pública e orientar o estabelecimento de diretrizes para elaboração e reformulação da programação financeira anual e plurianual da União;

II - instituir e coordenar a implantação e a manutenção do sistema de informações financeiras, em especial as relativas ao fluxo financeiro de órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

III - baixar instruções para elaboração das propostas de cronogramas de desembolso e para fixação dos limites de saques;

IV - elaborar e gerir o fluxo geral de caixa, fixar os limites globais de saques periódicos contra a conta do Tesouro Nacional e proceder à execução;

V - aprovar o cronograma global dos desembolsos setoriais;

VI - assessorar o Secretário no controle da execução dos programas de recursos e aplicações das instituições financeiras públicas federais, sem prejuízo da competência de outros órgãos;

VI - manter sistema de normas e padrões de controle de execução orçamentária, financeira e patrimonial;

VIII - promover a racionalização da execução da despesa pública, mediante a instituição de programas, orientação de ações, estabelecimento de normas, visando à sua sistematização e padronização;

IX - planejar, organizar, supervisionar e controlar a realização do pagamento do pessoal civil dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, que recebem transferência à conta do Tesouro Nacional;

X - coordenar as ações dos órgãos setoriais referentes à orientação gerencial dos administradores, acompanhamento e avaliação da gestão, realização das auditorias e execução do controle e coordenação financeira;

XI - orientar, tecnicamente, a participação do representante do Tesouro Nacional no conselho fiscal ou órgão de controle equivalente das entidades supervisionadas;

XII - compatibilizar com os objetivos da execução financeira e orçamentária da União, a contratação ou renovação, pelo setor público, de operações de crédito interno ou externo e de arrendamento mercantil;

XIII - conferir tratamento financeiro específico a projetos e atividades contemplados no Orçamento Geral da União;

XIV - controlar as operações financeiras realizadas por conta e ordem do Tesouro Nacional nas quais este figure como mandatário ou financiador;

XV - controlar as responsabilidades assumidas pelo Tesouro Nacional, em decorrência de contratos de empréstimos, financiamentos, avais e outras garantias concedidas;

XVI - autorizar os pagamentos necessários à satisfação de compromissos financeiros garantidos pelo Tesouro Nacional, não honrados pelos devedores e determinar a adoção de medidas previstas em lei para a regularização e a recuperação dos recursos dispendidos;

XVII - criar e manter sistema de registro e informações das operações de crédito e garantias concedidas, referidas nos incisos XIV e XV, bem assim dos valores mobiliários representativos de participação societária da União e dos respectivos rendimentos e direitos inerentes a esses valores;

XVIII - manter atualizado o Plano de Contas Único e estabelecer normas e procedimentos contábeis para o registro dos atos e fatos da gestão orçamentário-financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

XIX - elaborar as contas que o Presidente da República deve apresentar ao Congresso Nacional;

XX - desenvolver e manter sistemas de processamento eletrônico de dados que permitam executar a contabilidade dos atos e fatos de gestão, bem assim prover as informações gerenciais necessárias à tomada de decisões e ao apoio à supervisão ministerial;

XXI - estabelecer normas, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de auditoria;

XXII - realizar, privativamente, atividades de auditoria decorrentes de contratos com organismos, bem assim aquelas determinadas pelo Presidente da República;

XXIII - programar e coordenar a realização de auditorias integradas, em especial, as referentes a programas que envolvam a participação de mais de um órgão ou entidade;

XXIV - cadastrar e expedir certificados de registro de entidades ou empresas privadas de auditoria que possam, supletiva ou eventualmente, prestar serviços a órgãos ou entidades da Administração Pública Federal;

XXV - propor ao Secretário a indicação dos representantes do Tesouro Nacional nos conselhos fiscais ou órgãos de controle equivalentes das empresas de cujo capital participe a União e fundações supervisionadas, para decisão do Ministro de Estado.

Art. 169. Ao Departamento do Patrimônio da União compete:

I - identificar e administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar pela sua conservação e defesa;

II - proceder ao levantamento e demarcação dos terrenos de propriedade da União;

III - cadastrar os bens imóveis da União e promover a discriminação, reivindicação de domínio e reintegração de posse administrativa;

IV - promover a arrecadação da receita patrimonial;

V - ter sob sua guarda e responsabilidade os títulos de domínio dos bens imóveis da União, os processos e documentos comprobatórios de seu direito;

VI - coligir os elementos necessários ao registro dos bens imóveis da União e aos procedimentos judiciais destinados à sua defesa;

VII - processar as aquisições de bens imóveis de interesse da União;

VIII - avaliar os bens imóveis da União ou de seu interesse e fixar o valor locativo;

IX - fixar valores de foros e taxas;

X - inscrever *ex officio* ou a requerimento dos interessados, o nome dos ocupantes nos livros próprios;

XI - aforar terrenos da União, alienar domínio útil, e efetuar as transferências, locações e arrendamentos, observada a legislação pertinente;

XII - realizar, quando autorizado, a alienação do domínio direto ou pleno, a cessão e a doação de bens imóveis da União;

XIII - lavrar, com força de escritura pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis do patrimônio da União e fazer as averbações e demais registros;

XIV - promover os atos de transferência, de jurisdição e entrega de bens imóveis da União, para uso em serviço público, examinando a necessidade e a conveniência dos pedidos e suas finalidades;

XV - exercer a fiscalização do uso dos bens imóveis da União, entregues a outras repartições públicas.

Art. 170. A Secretaria Nacional de Planejamento compete assessorar o Ministro de Estado na elaboração de planos e programas nacionais de desenvolvimento.

§ 1º A Secretaria Nacional de Planejamento é o órgão central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamentos.

§ 2º Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento deverão acompanhar a execução físico-financeira dos planos, projetos e orçamentos de que trata o art. 165 da Constituição, com o objetivo de promover as alterações que sejam necessárias ao cumprimento das metas previstas.

§ 3º O acompanhamento de que trata o parágrafo anterior será feito pelos órgãos setoriais do controle interno.

§ 4º O Secretário Nacional de Planejamento e o titular do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo expedirão, em ato conjunto, as normas necessárias para a execução do disposto no § 2º.

Art. 171. A Secretaria Nacional de Planejamento compõe-se de:

I - Departamento Nacional de Planejamento e Avaliação;

II - Departamento de Orçamento da União;

III - Departamento de Assuntos Internacionais.

Art. 172. Ao Departamento Nacional de Planejamento e Avaliação compete:

I - elaboração do plano plurianual, de que trata o art. 165, I, da Constituição;

II - acompanhamento da execução dos planos e programas de desenvolvimento;

III - realização e a promoção de estudos e pesquisas sócio-econômicas, inclusive setoriais e regionais;

IV - coordenação das medidas relativas à política de desenvolvimento econômico e social;

V - desenvolvimento e coordenação do Sistema Estatístico Nacional.

Art. 173. Ao Departamento de Orçamentos da União compete:

I - coordenar e supervisionar a elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentárias;

II - coordenar e supervisionar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual;

III - coordenar e supervisionar a elaboração dos programas de dispêndios globais das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, bem assim proceder ao acompanhamento da respectiva execução e dos votos de gestão dos administradores;

IV - emitir parecer sobre a contratação de operações de crédito, com a garantia do Tesouro Nacional, por empresas a que se refere o inciso anterior e entidades da Administração Pública indireta dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

V - manifestar-se sobre a emissão de títulos ou valores mobiliários das empresas e entidades referidas nos incisos III e IV;

VI - emitir parecer sobre a proposta de novos projetos, bem assim a respectiva ampliação e modernização, em valores superiores aos fixados na legislação pertinente, de iniciativa de empresas estatais;

VII - coordenar, supervisionar e controlar, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, o Programa de Desimobilização de Bens Móveis, participações societárias e imóveis não vinculados às atividades operacionais das empresas a que alude o inciso III.

Art. 174. Ao Departamento de Assuntos Internacionais compete tratar dos assuntos pertinentes às relações com o exterior, no que se refere a entendimentos junto a organismos multilaterais e outras instituições financeiras estrangeiras e internacionais, para a elaboração de programas e projetos de desenvolvimento e obtenção de recursos externos, bem assim acompanhar a execução dos referidos projetos.

Art. 175. Ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento vinculam-se o Banco do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados, a Superintendência Nacional de Abastecimento, o Fundo Nacional do Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Casa da Moeda do Brasil, o Serviço Federal de Processamento de Dados, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco do Brasil S.A., o Instituto de Resseguros do Brasil, o Banco Meridional do Brasil, o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Companhia Nacional de Abastecimento.

Subseção V

Do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

Art. 176. O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária tem em sua área de competência:

I - produção agrícola e pecuária;

II - padronização e inspeção de produtos vegetais, animais ou de insumos utilizados nas atividades agropecuárias;

III - reforma agrária e apoio às atividades rurais;

IV - meteorologia; climatologia;

V - pesquisa e experimentação agropecuárias;

VI - vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;

VII - irrigação.

Art. 177. São órgãos específicos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária:

I - o Conselho Nacional de Agricultura;

II - a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira;

III - a Secretaria Nacional da Defesa Agropecuária;

IV - a Secretaria Nacional da Reforma Agrária;

V - a Secretaria Nacional de Irrigação;

VI - o Instituto Nacional de Meteorologia.

Art. 178. Ao Conselho Nacional de Agricultura compete assessorar o Ministro de Estado no exame de assuntos relacionados com o desenvolvimento da agropecuária nacional.

Art. 179. A Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira compete promover o aperfeiçoamento econômico-social da lavoura cacaueira e o desenvolvimento de novos pólos de produção de cacau no País.

Art. 180. A Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária compete:

I - gerir e executar as atividades de defesa sanitária, inspeção e controle de qualidade de produtos de origem animal e vegetal;

II - fiscalizar a produção, comercialização e utilização de insumos nas atividades agropecuárias;

III - orientar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades dos laboratórios, como suporte às ações de defesa, inspeção e fiscalização agropecuária;

IV - elaborar e promover a execução de programas nacionais de controle de doenças e pragas que envolvam interesse econômico para a exploração agropecuária.

Art. 181. A Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária compõe-se de:

I - Departamento de Defesa Animal;

II - Departamento de Defesa Vegetal.

Art. 182. Ao Departamento de Defesa Animal compete:

I - executar as atividades de defesa animal, inspeção e controle de qualidade de produtos de origem animal;

II - fiscalizar a elaboração, comercialização e a utilização de insumos, nas atividades relacionadas com produtos de origem animal;

III - fiscalizar os serviços relacionados com produtos de origem animal;

IV - orientar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades dos laboratórios, como suporte às ações de defesa, inspeção e fiscalização da produção animal;

V - expedir normas técnicas referentes a:

a) atividades ligadas à produção animal;

b) padronização, classificação e abastecimento de produtos de origem animal.

Art. 183. Ao Departamento de Defesa Vegetal compete:

I - executar as atividades de defesa vegetal, inspeção e controle de qualidade dos produtos de origem vegetal;

II - fiscalizar as atividades relacionadas com corretivos e fertilizantes agrícolas;

III - fiscalizar os serviços relacionados com produtos de origem vegetal;

IV - orientar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades dos laboratórios, como suporte às ações de defesa, inspeção e fiscalização da produção vegetal;

V - expedir normas técnicas referentes a:

a) atividades ligadas à produção vegetal;

b) padronização e classificação de produtos de origem vegetal;

c) padronização de máquinas e equipamentos agrícolas.

Art. 184. A Secretaria Nacional da Reforma Agrária compete promover e executar a política nacional de reforma agrária e de colonização.

Art. 185. A Secretaria Nacional de Irrigação compete promover e executar o programa nacional de irrigação, mediante a coordenação e implementação de programas específicos.

Art. 186. Ao Instituto Nacional de Meteorologia compete realizar pesquisas, estudos e levantamentos meteorológicos e climatológicos aplicados à agricultura, efetuar a previsão do tempo e manter e operar as redes meteorológicas e de telecomunicações meteorológicas do País, inclusive aquela integrada à rede internacional.

Art. 187. Ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária vinculam-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias.

Subseção VI

Do Ministério do Trabalho e da Previdência Social

Art. 188. O Ministério do Trabalho e da Previdência Social tem em sua área de competência:

I - trabalho e sua fiscalização;

II - mercado de trabalho e política de empregos;

III - previdência social e entidades de previdência privada;

IV - política salarial;

V - política de imigração.

Art. 189. São órgãos específicos do Ministério do Trabalho e da Previdência Social:

I - o Conselho Nacional de Seguridade Social;

II - o Conselho Nacional do Trabalho;

III - o Conselho Curador do FGTS,

IV - o Conselho de Gestão da Proteção ao Trabalho;

V - o Conselho de Gestão da Previdência complementar;

VI - o Conselho de Recursos do Trabalho e Seguro Social;

VII - a Secretaria Nacional do Trabalho;

VIII - a Secretaria Nacional da Previdência Complementar.

Art. 190. Ao Conselho Nacional de Seguridade Social compete planejar, formular, coordenar e supervisionar a Política Nacional da Seguridade Social, bem como gerir os recursos destinados ao financiamento do seguro-desemprego.

Art. 191. Ao Conselho Nacional do Trabalho compete participar Trabalho e coordenar e supervisionar a sua execução da formulação da Política Nacional do**.**

Art. 192. Ao Conselho Curador do FGTS compete exercer as atribuições de que trata o art. 4º da Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.

Art. 193. Ao Conselho de Gestão da Proteção ao Trabalho compete coordenar, controlar e avaliar a execução da Política Nacional do Trabalho, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Art. 194. Ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar, compete coordenar, controlar e avaliar a execução da Política Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Art. 195. 0 Conselho de Recursos do Trabalho e Seguro Social terá sua competência e composição regulada em lei específica.

Art. 196. A Secretaria Nacional do Trabalho compete:

I - harmonizar as relações entre empregados e empregadores;

II - fiscalizar a aplicação da legislação trabalhista, inclusive a relativa à segurança e medicina do trabalho;

III - formular e executar as políticas nacionais de salários e de emprego;

IV - pesquisar e acompanhar a evolução do mercado de trabalho, para o efeito de orientar e coordenar as atividades relativas à formação de mão-de-obra.

Art. 197. A Secretaria Nacional do Trabalho compõe-se de:

I - Departamento de Formação Profissional;

II - Departamento de Programas e Ações Integradas;

III- Departamento de Normatização da Inspeção do Trabalho;

IV - Departamento de Controle da Segurança do Trabalhador;

V - Departamento Nacional de Emprego.

Art. 198. Ao Departamento de Formação Profissional compete:

I - supervisionar e coordenar a execução de planos e programas de formação profissional a serem desenvolvidos pela Secretaria; programas e ações da Secretaria, com vistas ao estabelecimento de padrões de eficiência de

II - promover estudos que visem à melhoria do desempenho de mão-de-obra em setores produtivos e do trabalhador.

Art. 199. Ao Departamento de Programas e Ações Integradas compete:

I - supervisionar e coordenar a execução de programas e ações que visem à melhoria das condições de vida do trabalhador;

II - desenvolver programas que objetivem a melhoria da redistribuição de renda do trabalhador e a integração deste em setores produtivos da economia.

Art. 200. Ao Departamento de Normatização da Inspeção do Trabalho compete:

I - propor a adoção de normas destinadas a regular as ações de inspeção da atividade laborativa;

II - coordenar a aplicação da legislação pertinente à inspeção do trabalho e propor medidas corretivas visando ao seu cumprimento.

Art. 201. Ao Departamento de Controle da Segurança do Trabalhador compete:

I - supervisionar e coordenar a execução de programas e ações visando a propiciar ao trabalhador segurança no desempenho de sua atividade laborativa;

II - supervisionar e coordenar a execução de programas e ações visando proporcionar ao trabalhador segurança no desempenho de sua atividade laborativa;

III - realizar estudos e pesquisas que visem estabelecer padrões e condições relativos à segurança do trabalhador no ambiente de trabalho.

Art. 202. Ao Departamento Nacional de Emprego compete:

I - supervisionar e coordenar a execução de programas que visem à absorção da mão-de-obra no mercado de trabalho;

II - propor a adoção de medidas que visem à expansão e melhoria das condições de acesso e permanência do trabalhador no mercado de trabalho, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de redistribuição de renda.

Art. 203. A Secretaria Nacional de Previdência Complementar compete:

I - formular e executar planos de custeio e de benefícios pecuniários da previdência social;

II - coordenar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do Governo;

III - fixar as diretrizes e normas da política a ser seguida pelas entidades fechadas de previdência complementar;

IV - estipular as condições técnicas sobre custeio, investimentos, correção de valores monetários e outras relações patrimoniais a ser seguida pelas entidades fechadas de previdência complementar;

V - estabelecer normas gerais e de contabilidade, auditoria e estatística das entidades fechadas de previdência complementar.

Art. 204. Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social vincula-se a Fundação Rogério Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho e o Instituto Nacional do Seguro Social.

Subseção VII

Do Ministério da Infra-Estrutura

Art. 205. O Ministério da Infra-Estrutura tem em sua área de competência:

I - geologia, recursos minerais e energéticos;

II - regime hidrológico e fontes de energia hidráulica;

III - mineração e metalurgia;

IV - indústria do petróleo e de energia elétrica, inclusive de natureza nuclear;

V - transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário;

VI - marinha mercante; portos e vias navegáveis;

VII - participação na coordenação dos transportes aeroviários, na forma da lei;

VIII - telecomunicações, inclusive o controle e a fiscalização da utilização do espectro de radiofreqüências;

IX - serviços postais.

Art. 206. São órgãos específicos do Ministério da Infra-Estrutura:

I - a Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia;

II - a Secretaria Nacional de Energia;

III - a Secretaria Nacional de Transportes;

IV - a Secretaria Nacional de Comunicações.

Art. 207. A Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia compete:

I - superintender os interesses da União em empreendimentos minerários, metalúrgicos e atividades-afins;

II - supervisionar, controlar e fiscalizar a exploração de recursos minerais no País;

III - promover e executar estudos e pesquisas geológicas em todos o território nacional;

IV - supervisionar e controlar as atividades de pesquisa lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comercialização de recursos minerais sujeitos ao monopólio da União.

Art. 208. A Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia compõe-se de:

I - Departamento Nacional de Minas e Metalurgia;

II - Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 209. Ao Departamento Nacional de Minas e Metalurgia compete:

I - elaborar as premissas básicas para a composição dos orçamentos e planos de investimentos das empresas;

II - acompanhar e propor ajustes à execução dos planos aprovados pela autoridade competente;

III - estabelecer metas em conjunto com as empresas submetidas à supervisão da Secretaria e proceder a avaliações sobre os seus desempenhos;

IV - acompanhar e aprovar planos de auditagem interna das empresas vinculadas, dentro de sua área de competência;

V - acompanhar e cooperar com programas de privatização, de abertura de capital, associação ou liquidação, definidos pela autoridade competente, que afetam diretamente às empresas incluídas em sua área de competência.

Art. 210. Ao Departamento Nacional da Produção Mineral compete promover o fomento da exploração mineral e superintender as pesquisas geológicas, minerais, tecnológicas, bem como de assegurar a execução do Código de Minas e leis subseqüentes.

Art. 211. A Secretaria Nacional de Energia compete:

I - superintender as atividades relativas aos assuntos de competência da União em empreendimentos hidrelétricos e afins;

II - formular a política energética nacional, acompanhar e coordenar a sua execução;

III - supervisionar, controlar e fiscalizar o aproveitamento de recursos hídricos e energéticos em geral;

IV - expedir normas visando à manutenção de tarifa nacional equalizada nos serviços de energia elétrica;

V - promover e executar levantamentos, pesquisas e estudos dos recursos hídricos e energéticos em geral;

VI - orientar e fiscalizar as atividades relativas ao monopólio da União, de que trata o art. 177 da Constituição.

Art. 212. A Secretaria Nacional de Energia compõe-se de:

I - Departamento de Águas e Energia Elétrica;

II - Departamento Nacional de Combustíveis.

Art. 213. Ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica compete:

I - cumprir e fazer cumprir o Código de Águas e a legislação específica relacionada à água e à energia elétrica, no âmbito de suas atribuições;

II - autorizar, conceder ou permitir a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

III - coordenar e supervisionar o processo de autorização e concessão de aproveitamento de recursos hídricos para fins energéticos, bem como estabelecer as condições específicas para a realização dessa atividade;

IV - formular diretrizes e coordenar as ações no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no que diz respeito à área de energia;

V - planejar, coordenar e executar os estudos hidrológicos em todo o território nacional, supervisionando, controlando e fiscalizando os aproveitamentos das águas que alterem seu regime para fins de aproveitamento energético;

VI - definir os níveis e as estruturas das tarifas de energia elétrica, submetendo-os à aprovação da autoridade competente;

VII - regulamentar, normatizar, supervisionar, controlar e fiscalizar os serviços de eletricidade no País, visando ao atendimento dos mercados de energia elétrica nos melhores padrões de qualidade possível e a menores custos;

VIII - administrar os recursos necessários à manutenção e à viabilização das tarifas nacionais equalizadas;

IX - verificar, controlar, fiscalizar e manter os cálculos atualizados dos custos operacionais e dos investimentos das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica, com vistas a coibir abusos, bem assim expedir normas fixando critérios para a manutenção da tarifa nacional equalizada;

X - sustar decisões das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica, quando os efeitos das decisões prejudicarem, de qualquer modo, os consumidores ou a qualidade geral do atendimento;

XI - aprovar os projetos técnicos das concessionárias, permissionárias e autorizadas, conferir autorização para o início de obras, homologar seu término e reconhecer seu custo econômico-financeiro para fins tarifários, na forma que dispuser o regulamento;

XII - fiscalizar técnica, econômica, contábil e financeiramente as concessões, permissões e autorizações de energia elétrica, podendo, para fins supletivos de ação descentralizada, contratar entidade pública ou privada;

XIII - promover licitação para outorga de concessão, visando à prestação de serviços públicos de eletricidade e de comercialização de energia elétrica;

XIV - exercer a fiscalização e controle junto às concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço de energia elétrica no que se relacione à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica;

XV - estabelecer e coordenar a implementação de políticas de uso e de conservação de energia elétrica de todas as classes de consumo.

Art. 214. Ao Departamento de Combustíveis compete:

I - orientar e fiscalizar as atividades relativas ao monopólio da União:

a) na pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de outros hidrocarbonetos fluídos existentes no território nacional;

b) na refinação de petróleo nacional ou importado;

c) no transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional e de derivados de petróleo produzidos no País;

d) no transporte, por meio de dutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gás natural e gases raros de qualquer origem;

II - orientar, fiscalizar e aprovar os planos de atividades da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), de suas subsidiárias e de outras empresas executoras do monopólio de hidrocarbonetos da União;

III - superintender, autorizar e fiscalizar o abastecimento nacional de:

a) petróleo, óleo de xisto e seus respectivos derivados;

b) gás natural e suas frações recuperáveis;

c) combustíveis sólidos e seus produtos primários;

IV - superintender o aproveitamento de outros hidrocarbonetos fluídos;

V - supervisionar os assuntos relacionados com:

a) o suprimento de matérias-primas às empresas distribuidoras de gás canalizado;

b) a distribuição de gás liqüefeito de petróleo;

VI - examinar e autorizar a capacidade e a ampliação de refinarias, de instalações de armazenamento e de transferência, bem assim o processamento, natureza e qualidade dos produtos;

VII - fixar normas sobre armazenamento de hidrocarbonetos;

VIII - fixar as características do petróleo e de seus derivados;

IX - fixar e efetivar o suprimento das quotas de álcool à indústria química, em substituição a insumos importados, a preços subsidiados em função do preço do eteno, até que seja concluída a construção das novas unidades de eteno previstas no Plano de Expansão, da Indústria Petroquímica e da unidade de ácido acético, a partir de gás natural;

X - fixar os preços do álcool, do petróleo e seus derivados e dos combustíveis sólidos, em conformidade com as diretrizes matriciais estabelecidas pelo Poder Executivo para os preços e tarifas de energéticos;

XI - fixar o percentual de álcool anidro a ser utilizado na mistura carburante, dentro da região de produção, pelas distribuidoras de gasolina, fixando-lhes quotas e locais de recebimento e mistura;

XII - fixar as características dos vários tipos de combustíveis minerais sólidos e seus produtos primários, bem como as normas de fiscalização de suas especificações;

XIII - estabelecer quotas de importação, produção e transporte de carvão mineral;

XIV - fixar as quotas de consumo obrigatório de carvão mineral para as usinas siderúrgicas consumidoras q para as empresas produtoras de coque metalúrgico;

XV - autorizar a importação de carvão mineral, coque metalúrgico ou coque de fundição, bem como, por delegação do órgão de política aduaneira, a isenção do imposto de importação correspondente;

XVI - opinar sobre as propostas de alteração de fretes para combustíveis minerais sólidos e seus produtos primários;

XVII - arrecadar e gerir os recursos correspondentes às parcelas grupadas no inciso II do art. 13 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, bem como os oriundos de legislação complementar;

XVIII - opinar sobre as isenções previstas no art. 10 do Decreto-Lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 833, de 8 de setembro de 1969;

XIX - estabelecer normas gerais de contabilidade a serem utilizadas pelas empresas permissionárias que operem no abastecimento nacional de petróleo e seus derivados, de carvão mineral e de outros combustíveis sólidos e seus produtos primários, bem assim proceder ao exame da sua escrituração contábil, inclusive para colher dados que permitam a determinação exata dos custos;

XX - propor alterações na legislação relativa aos tributos que gravem a indústria e o comércio de petróleo e seus derivados, de carvão mineral e de outros combustíveis minerais sólidos, bem como seus produtos primários;

XXI - opinar sobre os compromissos internacionais a serem assumidos pelo Tesouro Nacional, concernentes à indústria ou comércio de petróleo e seus derivados, gás combustível, carvão mineral e outros combustíveis minerais sólidos, bem como seus produtos primários;

XXII - celebrar, no âmbito de suas atribuições, convênios, acordos, ajustes e contratos com entidades públicas ou privadas;

XXIII - adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento das disposições legais relativas aos produtos sob seu controle, podendo proceder à apreensão de mercadorias, à interdição de estabelecimentos e instalações que se acharem em contravenção, bem como impor multas aos infratores, sem prejuízo da ação penal que no caso couber;

XXIV - assessorar o Secretário Nacional de Energia nos assuntos relacionados com petróleo e seus derivados, gás, combustíveis minerais sólidos e seus produtos primários e álcool;

XXV - classificar outros produtos que devam ser incluídos no regime de abastecimento nacional, como tal entendido a produção, a importação, a exportação, a refinação ou o beneficiamento, o transporte, a distribuição e o comércio, bem como o consumo dos produtos;

XXVI - fixar e controlar os estoques estratégicos de petróleo e de seus derivados, de álcool e de carvão mineral.

Art. 215. A Secretaria Nacional de Transportes compete:

I - superintender e coordenar a operação dos sistemas de transportes a cargo da Administração Federal, promovendo a sua organização e aparelhamento;

II - formular a política nacional de transportes, o plano viário nacional, bem assim promover e acompanhar a sua execução;

III - coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades de transportes terrestres e aquaviários da marinha mercante, dos portos e das vias navegáveis;

IV - prestar apoio técnico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a implantação, operação, manutenção e administração de componentes do sistema nacional de transportes.

Art. 216. A Secretaria Nacional de Transportes compõe-se de:

I - Departamento Nacional de Transportes Rodoviários;

II - Departamento Nacional de Transportes Ferroviários;

III - Departamento Nacional de Transportes Aquaviários.

Art. 217. Ao Departamento Nacional de Transportes Rodoviários compete submeter ao Secretário Nacional de Transportes e executar, direta ou indiretamente, a política e os planos, programas e projetos nacionais de viação e de transportes rodoviários, em especial:

I - conceder, permitir ou autorizar, coordenar e controlar:

a) a implantação, administração, operação, manutenção e conservação de trechos do sistema rodoviário nacional;

b) o transporte rodoviário interestadual e internacional de pessoas e de bens;

II - propor a destinação de recursos federais e a concessão de financiamentos por parte de entidades federais para aplicação em planos, programas e projetos rodoviários;

III - coordenar o desenvolvimento de projetos visando à participação do setor privado na implantação, operação e exploração de segmentos do sistema rodoviário nacional ou de serviços de transporte rodoviário, serviços auxiliares e de apoio e atividades e empreendimentos associados.

Art. 218. Ao Departamento Nacional de Transportes Ferroviários compete submeter ao Secretário Nacional de Transportes e executar, direta ou indiretamente, a política nacional e os planos, programas e projetos de viação e de transporte ferroviário e, em especial:

I - conceder, permitir ou autorizar, coordenar e controlar:

a) a implantação, a administração e a operação de trechos do sistema ferroviário nacional;

b) o transporte ferroviário nacional e internacional;

II - propor a destinação de recursos federais e a concessão de financiamentos por parte de entidades federais para aplicação em planos, programas e projetos ferroviários;

III - coordenar o desenvolvimento de projetos visando à participação do setor privado na implantação, operação e exploração de segmentos do sistema ferroviário nacional ou de serviços de transporte ferroviário, serviços auxiliares e de apoio e atividades e empreendimentos associados.

Art. 219. Ao Departamento Nacional de Transportes Aquaviários compete submeter ao Secretário Nacional de Transportes e executar, direta ou indiretamente, a política nacional e os planos, programas e projetos de viação e de transportes aquaviários e, em especial:

I - conceder, permitir ou autorizar, coordenar e controlar:

a) a implantação, a administração, a operação, manutenção e conservação de instalações portuárias, marítimas, fluviais e lacustres;

b) o transporte aquaviário nacional e internacional;

II - propor a destinação de recursos federais e a concessão de financiamentos por parte de entidades federais para aplicação em planos, programas e projetos aquaviários;

III - coordenar o desenvolvimento de projetos visando à participação, operação e exploração de segmentos do sistema aquaviário nacional ou de serviços de transporte aquaviário, serviços auxiliares e de apoio e atividades e empreendimentos associados .

IV - gerir os recursos provenientes da arrecadação do Adicional da Tarifa Portuária, criada pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, de acordo com o Plano Portuário Nacional .

Art. 220. A Secretaria Nacional de Comunicações compete:

I - estabelecer políticas, diretrizes e normas relativas aos serviços postais e de telecomunicações;

II - orientar, coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades e serviços postais e de telecomunicações;

III - administrar, controlar e fiscalizar a utilização do espectro da radiofreqüências;

IV - gerir os recursos do Fundo Nacional das Telecomunicações, criado pela Lei nº 5.070 de 07 de julho de 1966.

Art. 221. A Secretaria Nacional de Comunicações compõe-se de:

I - Departamento Nacional de Administração de Freqüências;

II - Departamento Nacional de Serviços Públicos;

III - Departamento Nacional de Serviços Privados;

IV - Departamento Nacional de Fiscalização das Comunicações.

Art. 222. Ao Departamento Nacional de Administração de Freqüências compete planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relativas à administração do espectro de radiofreqüência, bem como propor diretrizes e normas com vistas a estabelecer e otimizar sua utilização.

Art. 223. Ao Departamento Nacional de Serviços Públicos compete:

I - propor normas e desempenhar as atividades de coordenação, orientação, avaliação e formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativas aos serviços públicos e públicos restritos de telecomunicações e aos serviços postais;

II - proceder à avaliação econômico-financeira das empresas concessionárias e realizar estudos para o estabelecimento das tarifas aplicáveis.

Art. 224. Ao Departamento Nacional de Serviços Privados compete:

I - propor normas e desempenhar as atividades de coordenação, orientação, avaliação e formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativas aos serviços privados de comunicações;

II - orientar e executar as atividades associadas à outorga de serviços.

Art. 225. Ao Departamento Nacional de Fiscalização das Comunicações compete planejar, coordenar, fiscalizar e controlar a aplicação das leis, regulamentos e normas relativas às comunicações, bem assim conduzir as atividades relativas à certificação dos produtos de telecomunicações.

Art. 226. Ao Ministério da Infra-Estrutura vinculam-se a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, a Petróleo Brasileiro S.A., a Centrais Elétricas Brasileiras S.A., a Indústrias Nucleares do Brasil S.A., a Urânio do Brasil S.A., a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, a Rede Ferroviária Federal S.A., a Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A., a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., a Companhia de Navegação do São Francisco, a Companhia de Navegação da Bacia do Prata S.A., a Empresa de Navegação da Amazônia S.A., a Companhia de Navegação LLoyd Brasileiro, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a Telecomunicações Brasileiras S.A., respectivas subsidiárias e controladas, a Companhia Docas do Rio de Janeiro, a Companhia Docas do Maranhão, a Companhia Docas do Pará, a Companhia Docas do Ceará, a Companhia Docas de São Paulo, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte, a

Companhia Docas do Estado da Bahia, a Companhia Docas do Espírito Santo, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aços Finos Piratini S.A., Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Siderúrgica Paulista, Aço Minas Gerais S.A., Fábrica de Estruturas Metálicas S.A., Companhia Brasileira de Projetos Industriais e a Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., bem assim o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Subseção VIII

Do Ministério da Ação Social

Art. 227. O Ministério da Ação Social tem em sua área de competência:

I - assistência social;

II - radicação de populações, ocupação do território e migrações internas;

III - políticas habitacional e de saneamento;

IV - defesa civil.

Art. 228. São órgãos específicos Ministério da Ação Social:

I - o Conselho Nacional de Serviço Social;

II - a Secretaria Nacional de Habitação;

III - a Secretaria Nacional de Saneamento;

IV - a Secretaria Nacional de Promoção Social;

V - a Secretaria Especial de Defesa Civil;

VI - a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art. 229. Ao Conselho Nacional de Serviço Social compete deliberar e definir normas para efeito de concessão de subvenções às entidades de natureza social e assistencial, bem assim averiguar e certificar a condição de entidade de fins filantrópicos.

Art. 230. A Secretaria Nacional de Habitação compete:

I - elaborar diretrizes para a Política Nacional de Habitação;

II - analisar e coordenar os programas e projetos habitacionais, avaliando seus resultados;

III - baixar as normas necessárias à execução da Política Nacional de Habitação.

Art. 231. A Secretaria Nacional de Habitação compõe-se de:

I - Departamento de Planejamento e Normas;

II - Departamento de Supervisão de Programas Habitacionais;

Art. 232. Ao Departamento de Planejamento e Normas compete:

I - elaborar diretrizes para a Política Nacional de Habitação e definir prioridade de alocação de recursos;

II - elaborar normas, rotinas e procedimentos necessários à implementação dos programas e projetos relativos à Política Nacional de Habitação;

III - promover estudos com vistas à obtenção de novas fontes de recursos para o setor habitacional;

IV - empreender estudos com a finalidade de criar e estabelecer parâmetros de operacionalização para novas formas participativas de construção e financiamento de moradias;

V - estabelecer as bases para a criação e operacionalização de programas de erradicação de condições subumanas de moradia;

VI - promover a instituição e coordenar um sistema nacional de dados e informações relativos à habitação;

VII - promover, apoiar e divulgar estudos relacionados ao desenvolvimento de métodos alternativos de construção e financiamento de moradias.

Art. 233. Ao Departamento de Supervisão de Programas Habitacionais compete:

I - supervisionar a execução dos programas e projetos habitacionais, controlando a aplicação dos recursos financeiros federais;

II - avaliar os resultados dos programas e projetos habitacionais;

III - fornecer subsídios para a elaboração de normas, rotinas e procedimentos necessários à implantação dos projetos habitacionais;

IV - participar de estudos e pesquisas na área de habitação para a população de baixa renda;

V - incentivar a formação de pessoal especializado na execução de projetos habitacionais.

Art. 234. A Secretaria Nacional de Saneamento compõe-se de:

I - Departamento de Planejamento e Engenharia;

II - Departamento de Supervisão de Programas de Saneamento.

Art. 235. Ao Departamento de Planejamento e Engenharia compete:

I - elaborar diretrizes para a Política Nacional de Saneamento e definir prioridades de alocação de recursos;

II - elaborar normas, rotinas e procedimentos necessários à implementação dos programas e projetos relativos à Política Nacional de Saneamento;

III - promover estudos com vistas à obtenção de novas fontes de recursos para a área de saneamento;

IV - promover a instituição e coordenar um sistema nacional de dados e informações relativos ao saneamento;

Art. 236. Ao Departamento de Supervisão de Programas de Saneamento compete:

I - supervisionar a execução dos programas e projetos de saneamento, controlando a aplicação dos recursos financeiros federais;

II - avaliar os resultados dos programas e projetos de saneamento;

III - fornecer subsídios para a elaboração de normas, rotinas e procedimentos necessários à implantação dos projetos de saneamento;

IV - incentivar a formação de pessoal especializado na execução de projetos de saneamento.

Art. 237. A Secretaria Nacional de Promoção Social compete:

I - assistir ao Ministro de Estado na formulação e implantação da Política Nacional de Promoção e Assistência Social, desempenhando as atividades de manutenção, planejamento e acompanhamento do Setor;

II - zelar e assegurar o permanente cumprimento das políticas governamentais de assistência social, alimentar e nutricional da criança e do adolescente, do portador de deficiência e de desenvolvimento comunitário;

III - examinar propostas e programas que envolvam a atuação de diferentes órgãos e acompanhar a sua implantação;

IV - promover estudos e pesquisas relacionados com os problemas sociais brasileiros, com a questão do menor e do portador de deficiência, com a assistência alimentar e nutricional e com o desenvolvimento.

Art. 238. A Secretaria Especial de Defesa Civil compete assistir ao Ministro de Estado no planejamento e promoção da defesa permanente contra as calamidades públicas, integração a atuação dos órgãos e entidades públicas e privadas que exerçam atividades de planejamento, coordenação e execução das medidas de assistência às populações atingidas por fatores anormais adversos, bem como de prevenção e recuperação de danos, em situações de emergência ou calamidade pública.

Art. 239. A Secretaria Especial de Defesa Civil compõe-se de:

I - Departamento de Planejamento;

II - Departamento de Operações;

III - Departamento Técnico;

Art. 240. Ao Departamento de Planejamento compete:

I - elaborar planos, programas e projetos de defesa civil e assistir aos organismos regionais, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de planos e Programas setoriais, com vistas à sua harmonização;

II - elaborar e coordenar programas de treinamento de recursos humanos em defesa civil;

III - detectar áreas críticas, promover estudos e propor medidas regularizadoras;

IV - promover e coordenar estudos com vistas à previsão de eventos emergenciais, mediante o intercâmbio com instituições técnico-científicas, objetivando o estabelecimento de normas e diretrizes de atuação no campo preventivo da defesa civil

V - estabelecer critérios para reconhecimento de situações de emergência ou calamidade pública e propor normas técnicas de atuação nas emergências;

VI - elaborar propostas orçamentárias para a defesa civil e sugerir critérios quanto à aplicação dos recursos aprovados;

VII - elaborar e controlar convênios de cooperação financeira com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e demais órgãos públicos, no campo de defesa civil.

Art. 241. Ao Departamento de Operações compete:

I - promover o intercâmbio com organismos de defesa civil dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com vistas à atuação conjunta nas emergências;

II - promover e incentivar a criação e implementação de Comissões Municipais de Defesa Civil;

III - coordenar a execução de ações desenvolvidas por órgãos públicos no atendimento às emergências;

IV - coordenar a atuação dos organismos regionais de defesa civil e demais órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil, nas ações de defesa civil, propondo normas técnico-operacionais de atuação nas emergências;

V - promover e cadastrar, nos diversos níveis de governo, os meios necessários ao atendimento de situações emergenciais;

VI - adotar medidas objetivando a otimização da atuação das Comissões Municipais de Defesa Civil, com a cooperação dos setores técnicos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 242. Ao Departamento Técnico compete:

I - acompanhar as ações desenvolvidas pela Secretaria, nas suas diversas fases, no atendimento e prevenção de eventos emergenciais, de acordo com diretrizes e critérios técnicos estabelecidos;

II - promover o acompanhamento físico-técnico de obras e serviços decorrentes de convênios firmados com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e órgãos públicos, para a prevenção e recuperação de danos, nas emergências, emitindo parecer técnico;

III - detectar áreas de risco, passíveis de eventos emergenciais, propondo subsídios técnicos para a elaboração de planos e programas corretivos, no campo da defesa civil;

IV - propiciar suporte técnico às Comissões Municipais de Defesa Civil, objetivando a prevenção de emergências e a melhoria da qualidade de vida comunitária;

V - promover e coordenar estudos técnicos especializados relativos a eventos emergenciais de alto risco, objetivando a obtenção de subsídios para o estabelecimento de diretrizes técnicas de atuação, no campo preventivo da defesa civil;

VI - promover, coordenar e apoiar a difusão, em regime de cooperação, de campanhas públicas de esclarecimento prévio sobre assuntos relativos à proteção da população nas emergências.

Art. 243. A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compete exercer as atribuições referidas no art. 12 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

Art. 244. Ao Ministério da Ação Social vinculam-se a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.

TÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 245. Os cargos em comissão e as funções de confiança das unidades administrativas dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios Civis são os constantes dos anexos ao presente decreto.

§ 1º As unidades a que alude este artigo considerar-se-ão instaladas com a posse ou ato equivalente dos respectivos titulares.

§ 2º Até que se cumpra o disposto no art. 246 ficam mantidos:

a) os cargos em comissão e as funções de confiança do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nas unidades descentralizadas e nos órgãos autônomos da Administração Pública Federal; e

b) as funções do Grupo Direção e Assistência Intermediária (DAI).

Art. 246. Os titulares dos órgãos integrantes da Presidência da República e os Ministros de Estado submeterão, ao Presidente da República, por intermédio da Secretaria de Administração Federal, no prazo de sessenta dias contados da data da publicação deste decreto proposta de:

I - regimento interno dos órgãos que lhes sejam subordinados, das autarquias e fundações supervisionadas, com simplificação de estruturas e redução do número de cargos em comissão e funções de confiança dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Direção e Assistência Intermediária (DAI);

II - lotação ideal dos órgãos citados no inciso anterior, com a identificação, por unidade administrativa, do pessoal em excesso e dos claros existentes.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo implicará a redução automática de cinqüenta por cento dos respectivos cargos e funções de confiança.

Art. 247. A Secretaria de Administração Federal fará publicar, em até trinta dias contados da data da vigência deste decreto, tabelas de compatibilização dos cargos e funções de confiança do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), para fins de orientação dos registros dos órgãos de pessoal, bem assim instruções contendo os parâmetros e padrões para reorganização das unidades administrativas dos órgãos específicos dos Ministérios**.**

Art. 248. E delegada competência aos Ministros de Estado, para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar os atos de provimento:

I - de cargos e funções de confiança dos níveis 1, 2, 3 e 4, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS);

II - das funções do Grupo Direção e Assistência Intermediária (DAI);

III - de cargos ou empregos dos respectivos Quadros ou Tabelas Permanentes, em decorrência de habilitação em concurso público, salvo os casos previstos em lei.

Art. 249. Até a estruturação do Departamento do Comércio Exterior da Secretaria Nacional de Economia, Fazenda e Planejamento, as competências relativas ao controle e fiscalização das atividades aduaneiras continuarão a ser exercidas pela atual Secretaria da Receita Federal.

Art. 250. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação .

Art. 251. Revogam-se o art. 18 do Decreto nº 75.468, de 11 de março de 1975, o Decreto nº 86.212, de 15 de julho de 1981, o art. 38 do Decreto nº 88.420, de 21 de julho de 1983, O art. 4º do Decreto nº 90.755, de 27 de dezembro de 1984, os arts. 1º e 2º do Decreto nº 96.856, de 28 de setembro de 1988, e demais disposições em contrário.

Brasília, 15 de março de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR

Bernardo Cabral

LEI Nº 8.490, de 19 DE NOVEMBRO DE 1992

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Presidência da República

Seção I

Da Estrutura

Art. 1° A Presidência da República é constituída, essencialmente, pela Casa Civil, pela Secretaria-Geral, pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação e pela Casa Militar.

§ 1° Também a integram:

a) como órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República:

1. o Conselho de Governo;

2. a Consultoria-Geral da República;

3. o Alto Comando das Forças Armadas;

4. o Estado-Maior das Forças Armadas;

b) como órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da República:

1. a Secretaria de Assuntos Estratégicos;

2. a Secretaria da Administração Federal;

3. a Assessoria de Comunicação Institucional.

§ 2° Junto à Presidência da República funcionarão como órgãos de consulta do Presidente da República:

1. o Conselho da República;

2. o Conselho de Defesa Nacional.

Seção II

Das Finalidades e da Organização

Art. 2° A Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação da ação governamental e no relacionamento com o Congresso Nacional, tem a seguinte estrutura básica:

I - Subchefia para Assuntos Parlamentares;

II - Subchefia para Acompanhamento da Ação Governamental;

III - Subchefia para Assuntos Jurídicos;

IV - Subchefia para Divulgação e Relações Públicas.

Art. 3° A Secretaria-Geral da Presidência da República, com a finalidade de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação da ação administrativa da Presidência da República, mediante serviços de secretaria particular e ajudância-de-ordens, tem a seguinte estrutura básica:

I - Subsecretaria-Geral;

II - Gabinete Pessoal;

III - Cerimonial;

IV - Assessoria;

V - Secretaria de Controle Interno.

Art. 4° A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, com a finalidade de assistir ao Presidente da República na coordenação do sistema de planejamento e orçamento, formulação de estudos e pesquisas sócio-econômicas, elaboração e acompanhamento dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, e na supervisão dos sistemas cartográfico e estatístico nacionais, tem a seguinte estrutura básica:

I - Comissão de Financiamentos Externos;

II - Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior;

III - Secretaria de Orçamento Federal;

IV - Secretaria de Planejamento e Avaliação;

V - Secretaria de Assuntos Internacionais;

VI - Junta de Conciliação Orçamentária e Financeira.

Art. 5° A Casa Militar da Presidência da República, com a finalidade de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, nos assuntos referentes à administração militar, de zelar pela segurança do Chefe de Estado e pela segurança pessoal dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, bem como dos respectivos palácios e residências presidenciais, tem a seguinte estrutura básica:

I - Subchefia Executiva;

II - Subchefia da Marinha;

III - Subchefia do Exército;

IV - Subchefia da Aeronáutica;

V - Subchefia de Segurança.

Art. 6° O Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado e pelo Consultor-Geral da República, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formulação de diretrizes da ação governamental, reunir-se-á quando por ele convocado.

Parágrafo único. O Conselho de Governo será presidido, em cada reunião, pelo Ministro de Estado para este fim designado pelo Presidente da República.

Art. 7° A Consultoria-Geral da República incumbe assessorar diretamente o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, uniformizar a jurisprudência administrativa federal e coordenar, supervisionar e controlar as atividades do serviço jurídico da Administração Pública Federal, bem como desempenhar as demais atribuições previstas em legislação especial**.**

Art. 8° O Alto Comando das Forças Armadas, integrado pelos Ministros Militares, pelo Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e pelo Chefe do Estado-Maior de cada uma das Forças Singulares, tem por finalidade assessorar o Presidente da República nas decisões relativas à política militar e à coordenação de assuntos pertinentes às Forças Armadas.

Parágrafo único. O Alto Comando das Forças Armadas reunir-se-á quando convocado pelo Presidente da República e será secretariado pelo Ministro-Chefe da Casa Militar.

Art. 9° O Estado-Maior das Forças Armadas, mantida sua atual estrutura, tem por finalidade assessorar o Presidente da República nos assuntos referidos no art. 50 do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, e legislação especial superveniente.

Art. 10. A Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a finalidade de coordenar o planejamento estratégico nacional, promover estudos, elaborar, coordenar e controlar planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, inclusive no tocante a informações e ao macrozoneamento geopolítico e econômico, executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional, e coordenar a formulação e acompanhar a execução da política nuclear, tem a seguinte estrutura básica:

I - Subsecretaria de Planejamento Estratégico;

II - Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos;

III - Subsecretaria de Inteligência;

IV - Centro de Estudos Estratégicos.

Art. 11. A Secretaria da Administração Federal, com a finalidade de formular e executar as políticas de desenvolvimento administrativo e gerencial, no âmbito do Poder Executivo, e coordenar, controlar e supervisionar as atividades referentes às ações dos sistemas de pessoal civil, de modernização e organização administrativa, de recursos da informação e da informática, e de serviços gerais, na administração direta, autárquica e fundacional, tem a seguinte estrutura básica:

I Subsecretaria de Planejamento, Coordenação e Desenvolvimento Gerencial e Organizacional;

II Subsecretaria de Recursos Humanos;

III Subsecretaria de Normas e Processos Administrativos;

IV Subsecretaria de Remuneração e Carreiras.

Art. 12. A Assessoria de Comunicação Institucional tem por finalidade o controle, a supervisão e coordenação da publicidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e de sociedades sob controle da União.

Art. 13. O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com a composição e as atribuições previstas na Constituição, têm a organização e o funcionamento regulados em lei especial.

Parágrafo único. O Conselho de Defesa Nacional terá como Secretário-Executivo o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos; e o Conselho da República, o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

CAPÍTULO II

Dos Ministérios

Art. 14. São os seguintes os Ministérios:

I - da Justiça;

II - da Marinha;

III - do Exército;

IV - das Relações Exteriores;

V - da Fazenda;

VI - dos Transportes;

VII - da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária;

VIII - da Educação e do Desporto;

IX - da Cultura;

X - do Trabalho;

XI - da Previdência Social;

XII - da Aeronáutica;

XIII - da Saúde;

XIV - da Indústria, do Comércio e do Turismo;

XV - de Minas e Energia;

XVI - da Integração Regional;

XVII - das Comunicações;

XVIII - da Ciência e Tecnologia;

XIX - do Bem-Estar Social;

XX - do Meio Ambiente.

Parágrafo único. São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, da Casa Civil da Presidência da República, da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, da Casa Militar da Presidência da República, do Estado-Maior das Forças Armadas, da Secretaria de Assuntos Estratégicos e da Secretaria da Administração Federal.

Seção I

Dos Ministérios Militares

Art. 15. A estrutura e os assuntos que constituem área de competência dos Ministérios Militares são os especificados no Decreto-Lei n° 200, de 1967, e legislação especial superveniente.

Seção II

Dos Ministérios Civis

Art. 16. Os assuntos que constituem área de competência de cada ministério civil são os seguintes:

I - Ministério da Justiça:

a) ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais;

b) segurança pública, Polícia Federal, Rodoviária e Ferroviária Federal e do Distrito Federal;

c) administração penitenciária;

d) estrangeiros;

e) documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais;

f) defesa da ordem econômica e dos direitos do consumidor;

g) índios;

h) ouvidoria-geral.

II - Ministério das Relações Exteriores:

a) política internacional;

b) relações diplomáticas, serviços consulares;

c) participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos e entidades estrangeiras;

d) programas de cooperação internacional;

c) apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais.

III - Ministério da Fazenda:

a) moeda, crédito, instituições financeiras, capitalização, poupança popular, seguros privados e previdência privada aberta;

b) política e administração tributária e aduaneira; fiscalização e arrecadação;

c) administração orçamentária e financeira, controle interno, auditoria e contabilidade públicas;

d) administração das dívidas públicas interna e externa;

e) administração patrimonial;

f) negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras e internacionais;

g) preços e tarifas públicas e administradas;

h) fiscalização e controle do comércio exterior.

IV - Ministério dos Transportes:

a) transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário;

b) marinha mercante, portos e vias navegáveis;

c) participação na coordenação dos transportes aeroviários, na forma da lei.

V - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária:

a) política agrícola, abrangendo produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;

b) produção e fomento agropecuários;

c) mercado, comercialização e abastecimento agropecuários, inclusive estoques reguladores e estratégicos;

d) informação agrícola;

e) defesa sanitária animal e vegetal;

f) fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor;

g) classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais;

h) proteção, conservação e manejo do solo e água, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;

i) pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária;

j) reforma agrária;

l) meteorologia e climatologia;

m) desenvolvimento rural, cooperativismo e associativismo;

n) energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural;

o) assistência técnica e extensão rural.

VI - Ministério da Educação e do Desporto:

a) política nacional de educação e política nacional do desporto;

b) educação pré-escolar, educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e ensino supletivo, educação tecnológica e educação especial;

c) pesquisa educacional;

d) pesquisa e extensão universitária;

e) magistério;

f) coordenação de programas de atenção integral a crianças e adolescentes;

g) fomento e supervisão do desenvolvimento dos desportos no País.

VII - Ministério da Cultura:

a) planejamento, coordenação e supervisão das atividades culturais;

b) formulação e execução da política cultural;

c) proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

VIII - Ministério do Trabalho:

a) trabalho e sua fiscalização;

b) mercado de trabalho e política de empregos;

c) política salarial;

d) política de imigração;

e) formação e desenvolvimento profissional;

f) relações do trabalho;

g) segurança e saúde no trabalho.

IX - Ministério da Previdência Social:

a) previdência social;

b) previdência complementar.

X - Ministério da Saúde:

a) política nacional de saúde e coordenação do Sistema Único de Saúde;

b) saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e dos índios;

c) informações de saúde;

d) insumos críticos para a saúde;

e) vigilância da saúde, especialmente drogas, medicamentos e alimentos;

f) pesquisa científica e tecnológica, e ordenação da formação de recursos humanos, na área de saúde.

XI - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo:

a) desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;

b) propriedade industrial, marcas e patentes e transferência de tecnologia;

c) metrologia, normalização e qualidade industrial;

d) comércio exterior;

e) turismo;

f) apoio a micro, pequena e média empresa;

g) registro de comércio.

XII - Ministério de Minas e Energia:

a) geologia, recursos minerais e energéticos;

b) regime hidrológico e fontes de energia hidráulica;

c) mineração e metalurgia;

d) petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear.

XIII - Ministério da Integração Regional:

a) programas e projetos de integração regional;

b) desenvolvimento urbano;

c) relações com Estados e Municípios;

d) irrigação;

e) defesa civil;

f) macrossaneamento.

XIV - Ministério das Comunicações:

a) telecomunicações, inclusive administração, outorga, controle e fiscalização da utilização do espectro de radiofreqüências;

b) serviços postais.

XV - Ministério da Ciência e Tecnologia:

a) formulação e implementação da política de pesquisa científica e tecnológica;

b) planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia;

c) formulação e execução da política de desenvolvimento de informática e automação.

XVI - Ministério do Bem-Estar Social:

a) assistência social, assistência à criança, ao adolescente e ao idoso;

b) formulação e execução de políticas de habitação e saneamento;

c) radicação de populações, ocupação do território e migrações internas;

d) promoção humana;

e) habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

XVII - Ministério do Meio Ambiente:

a) planejamento, coordenação, supervisão e controle das ações relativas ao meio ambiente;

b) formulação e execução da política nacional do meio ambiente;

c) preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis;

d) implementação de acordos internacionais na área ambiental.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará, no prazo de noventa dias, projeto de lei dispondo sobre a competência relativa à administração e ao fomento da atividade pesqueira, florestal e da borracha.

Subseção I

Dos Órgãos Comuns aos Ministérios Civis

Art. 17. Haverá, na estrutura básica de cada ministério civil e na da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República:

I - Secretaria Executiva;

II - Gabinete;

III - Secretaria de Controle Interno;

IV - Consultoria Jurídica, exceto no Ministério da Fazenda;

V - Secretaria de Administração Geral.

§ 1° A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional exercerá, também, as funções de Consultoria Jurídica do Ministério da Fazenda.

§ 2º A estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores é indicada no art. 18.

Subseção II

Do Ministério das Relações Exteriores

Art. 18. São órgãos da estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete;
b) Cerimonial;
c) Inspetoria Geral do Serviço Exterior.
II - órgãos setoriais:
a) Consultoria Jurídica;
b) Secretaria de Controle Interno.
III - órgãos específicos:
a) Secretaria-Geral das Relações Exteriores, composta de:
1. Subscretaria-Geral de Assuntos Políticos;
2. Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior;
3. Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior;
4. Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico;
b) Instituto Rio Branco;
c) missões diplomáticas permanentes;
d) repartições consulares:
IV - órgãos colegiados:
a) Comissão de Coordenação;
b) Comissão de Promoções.

Subseção III

Dos Órgãos Específicos

Art. 19. São órgãos específicos dos ministérios civis:
I - no Ministério da Justiça:
a) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;
b) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
c) Conselho Nacional de Trânsito;
d) Conselho Federal de Entorpecentes;
e) Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
f) Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão;
g) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
h) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes;
i) Conselho Nacional de Segurança Pública;
j) Ouvidoria-Geral da República;
l) Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça;
m) Secretaria de Direito Econômico;
n) Secretaria de Polícia Federal;
o) Secretaria de Trânsito;
p) Secretaria de Estudos Legislativos;
q) Arquivo Nacional;
r) Imprensa Nacional.
II - no Ministério da Fazenda:
a) Conselho Monetário Nacional;
b) Conselho Nacional de Política Fazendária;
c) Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;
d) Conselho Nacional de Seguros Privados;
e) Câmara Superior de Recursos Fiscais;
f) 1°, 2° e 3° Conselhos de Contribuintes;
g) Comitê Brasileiro de Nomenclatura;
h) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
i) Secretaria da Receita Federal;
j) Secretaria do Tesouro Nacional;
k) Secretaria de Política Econômica;
l) Secretaria do Patrimônio da União;

m) Secretaria Central de Controle Interno;
n) Secretaria de Assuntos Internacionais;
o) Escola de Administração Fazendária;
p) Junta de Programação Financeira.
III - no Ministério dos Transportes:
a) Secretaria de Produção;
b) Secretaria de Planejamento;
c) Secretaria de Desenvolvimento.
IV - no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária:
a) Conselho Nacional de Política Agrícola;
b) Comissão Especial de Recursos;
c) Secretaria de Política Agrícola;
d) Secretaria de Defesa Agropecuária;
e) Secretaria de Desenvolvimento Rural;
f) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira;
g) Instituto Nacional de Meteorologia.
V - no Ministério da Educação e do Desporto:
a) Conselho Federal de Educação;
b) Conselho Superior de Desportos;
c) Secretaria de Educação Fundamental;
d) Secretaria de Educação Média e Tecnológica;
e) Secretaria de Educação Superior;
f) Secretaria de Desportos;
g) Secretaria de Projetos Educacionais Especiais;
h) Secretaria de Educação Especial;
i) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais;
j) Instituto Benjamin Constant;
l) Instituto Nacional de Educação de Surdos.
VI - no Ministério da Cultura:
a) Conselho Nacional de Política Cultural;
b) Comissão Nacional de Incentivo à Cultura;
c) Comissão de Cinema;
d) Secretaria de Informações, Estudos e Planejamento;
e) Secretaria de Intercâmbio e Projetos Especiais;
f) Secretaria de Apoio à Cultura;
g) Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual.
VII - no Ministério do Trabalho:
a) Conselho Nacional do Trabalho;
b) Conselho Nacional de Imigração;
c) Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
d) Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
e) Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional;
f) Secretaria de Políticas de Emprego e Salário;
g) Secretaria de Relações do Trabalho;
h) Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho;
i) Secretaria de Fiscalização do Trabalho.
VIII - no Ministério da Previdência Social:
a) Conselho Nacional de Seguridade Social;
b) Conselho Nacional de Previdência Social;
c) Conselho de Recursos da Previdência Social;
d) Conselho de Gestão da Previdência Complementar;
e) Conselho Gestor do Cadastro Nacional de Informações Sociais;
f) Secretaria da Previdência Social;

g) Secretaria da Previdência Complementar;
h) Inspetoria-Geral da Previdência Social.
IX - no Ministério da Saúde:
a) Conselho Nacional de Saúde;
b) Secretaria de Vigilância Sanitária;
c) Secretaria de Assistência à Saúde;
d) Central de Medicamentos (Ceme) observado o disposto no art. 15 da Lei n° 8.029, de 12 de abril de 1990.
X - no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo:
a) Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
b) Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação;
c) Secretaria de Política Industrial;
d) Secretaria de Política Comercial;
e) Secretaria de Comércio Exterior;
f) secretaria de Turismo e Serviços;
g) Secretaria de Tecnologia Industrial.
XI - no Ministério de Minas e Energia:
a) Secretaria de Minas e Metalurgia;
b) Secretaria de Energia.
XII - no Ministério da Integração Regional:
a) Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste;
b) Secretaria de Relações com Estados, Distrito Federal e Municípios;
c) Secretaria de Desenvolvimento Regional;
d) Secretaria de Desenvolvimento Urbano;
e) Secretaria de Defesa Civil;
f) Secretaria de Irrigação;
g) Secretaria de Áreas Metropolitanas;
h) Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste;
i) Secretaria de Desenvolvimento da Região Sul.
XIII - no Ministério das Comunicações:
a) Conselho Nacional de Comunicações;
b) Secretaria de Fiscalização e Outorga;
c) Secretaria de Administração de Radiofreqüências;
d) Secretaria de Serviços de Comunicações.
XIV - no Ministério da Ciência e Tecnologia:
a) Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;
b) Conselho Nacional de Informática e Automação;
c) Secretaria de Planejamento e Avaliação;
d) Secretaria de Coordenação de Programas;
e) Secretaria de Tecnologia;
f) Secretaria de Política de Informática e Automação;
g) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
h) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;
i) Instituto Nacional de Tecnologia
j) Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações;
XV - no Ministério do Bem-Estar Social:
a) Conselho Nacional de Serviço Social;
b) Secretaria de Habitação;
c) Secretaria de Saneamento;
d) Secretaria da Promoção Humana;
e) Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
XVI - no Ministério do Meio Ambiente:
a) Conselho Nacional do Meio Ambiente;
b) Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

§ 1° Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Ministério da Justiça (inciso I), o Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

§ 2° Lei específica disporá sobre a estruturação e competência da Ouvidoria Geral da República (inciso I) e da Secretaria Central de Controle Interno (inciso II), bem como sobre as garantias de seus titulares.

§ 3° O Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador passa a denominar-se Conselho Gestor do Cadastro Nacional de Informações Sociais (inciso VIII).

§ 4° Da Secretaria de Política Comercial, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (inciso X), fará parte o Departamento Nacional do Café.

§ 5° O Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (inciso XII) terá as atribuições previstas no art. 14 da Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989.

CAPÍTULO III

Da Transformação, Criação e Transferência de Órgãos e Cargos

Art. 20. São transformados os Ministérios da Economia Fazenda e Planejamento; da Agricultura e Reforma Agrária; do Trabalho e da Administração; da Ação Social; dos Transportes e das Comunicações; e da Educação; respectivamente, em Ministérios da Fazenda; da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; do Trabalho; do Bem-Estar Social; dos Transportes; e da Educação e do Desporto**.**

Art. 21. São transformadas as Secretarias de Governo da Presidência da República; de Desenvolvimento Regional; da Cultura; da Ciência e Tecnologia; e do Meio Ambiente, respectivamente, em Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Integração Regional; Ministério da Cultura; Ministério da Ciência e Tecnologia; e Ministério do Meio Ambiente.

Parágrafo único. Fica incorporada ao Ministério da Educação e do Desporto a Secretaria de Desportos da Presidência da República.

Art. 22. São criados o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; o Ministério das Comunicações e a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 23. São criados os cargos de Ministro de Estado da Cultura, da Indústria, do Comércio e do Turismo, das Comunicações, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, da Casa Militar da Presidência da República, do Estado-Maior das Forças Armadas, da Secretaria de Assuntos Estratégicos e da Secretaria da Administração Federal.

Art. 24. São criados os cargos de Secretário-Executivo, Chefe de Gabinete, Consultor Jurídico, Secretário de Administração Geral e Secretário de Controle Interno, sendo um em cada ministério de que tratam os incisos IX, XIV, XVI, XVII, XVIII e XX do art. 14, bem assim na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 25. O acervo patrimonial e o quadro de pessoal dos órgãos referidos nos art. 20 e 21 e da Secretaria da Administração Federal serão transferidos para os ministérios e órgãos que tiverem absorvido as correspondentes atribuições.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a manter até 31 de dezembro de 1993, na condição em que se encontram requisitados, os servidores que estejam em efetivo exercício nos órgãos transformados ou transferidos nos termos desta lei.

Art. 26. É o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários dos órgãos extintos, transformados ou desmembrados por esta lei, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesa previstos na Lei n° 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, e suas alterações**.**

Art. 27. Para os fins do disposto nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado, no prazo de cento e oitenta dias, a criar, por transformação, ou a transferir, no âmbito da Administração Pública Federal, mediante alteração de denominação e especificação, sem aumento de despesa, cargos de natureza especial ou cargos e funções de confiança dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Gratificada (FG).

Art. 28. São transferidas aos órgãos que receberem as atribuições pertinentes e a seus titulares, as competências e incumbências atribuídas em leis gerais ou específicas aos órgãos transformados ou extintos por esta lei, ou a seus titulares.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais

Art. 29. As entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta serão vinculadas aos órgãos da Presidência da República e aos ministérios, segundo as normas constantes do parágrafo único do art. 4° e § 2° do art. 5° do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, e sujeitas à supervisão exercida por Ministro de Estado, mantidas as extinções e dissoluções de entidades realizadas ou em fase final de realização, com base na autorização concedida pela Lei n° 8.029, de 12 de abril de 1990.

Art. 30. O Poder Executivo disporá sobre a organização, a reorganização e o funcionamento dos ministérios e órgãos de que trata esta lei, mediante transformação das estruturas regimentais.

Art. 31. O prazo a que se refere o § 5° do art. 49 da Lei n° 8.211, de 22 de julho de 1991, acrescentado pelo art. 2° da Lei n° 8.359, de 28 de dezembro de 1991, é prorrogado para 15 de dezembro de 1992.

Art. 32. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até o dia 1° de março de 1993, projeto de lei de revisão do Plano Plurianual estabelecido pela Lei n° 8.173, de 30 de janeiro de 1991, alterado pela Lei n° 8.446, de 21 de julho de 1992.

Art. 33. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as da Lei n° 8.028, de 12 de abril de 1990, o parágrafo único do art. 5° e o art. 49 da Lei n° 8.447, de 21 de julho de 1992.

Brasília, 19 de novembro de 1992; 171º da Independência e 104° da República.

ITAMAR FRANCO

Maurício Corrêa

Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves

Indice geral

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
A Adolescência e a Renovação Cultural - Área do Rádio – DSC - PAC	8.552	CSEN		1974
A Arte – Sociedade Cultural – Auxílio Realização Projeto Andança /1980	8.375	PSEC	171/80	1980
A e B Produções Cinematográficas – Ltda - RJ	8.322	PDAC	1549/75	25 a 28/07/1975
A Participação da Mulher na Cultura – Área do Rádio – DSC - PAC	8.551	CSEN		1973
A Umbanda no Rio de Janeiro	8.459	PPES		1980
A. F. Sampaio Produções Artísticas	8.338	PDAC	654/74	1974
Abrão Schatovsky - Gratificação Quinquenal	8.382	PSEC	209357/81	1981
ABRARTE - Cultura Artística de Petrópolis - RJ	8.308	PDAC	0422/75	1975
	8.327	PDAC	1896/75	1975
	8.346	PDAC	1625/74	1974
	8.305	PDAC	0034/75	1975
	8.347	PDAC	1770/74	1974-75
	8.348	PDAC	1953/74	1974-75
ABRARTE / Associação Brasileira de Arte	8.348	PDAC	1953/74	1974-75
Abrates – Associação Brasileira de Tradutores – Auxílio Financeiro Realização Atividades /81	8.378	PSEC	1430/80	1980-81
Abrecampo Produções Promoções Artísticas Ltda – Espetáculo "A Lenda da Cobra Grande"	8.377	PSEC	716/80	1980-81
AC – Mobilização de Recursos para Execução de Plano (Departamento Administração)	8.371	POUO	241876/78	1978
Academia – Nina Verchinina - RJ	8.327	PDAC	1901/75	1975
Academia Alagoana de Letras	8.354	PDAC	826/76	1976
	8.359	PDAC	1818/76	1976
Academia Campinense de Letras – Registro Trabalhos Literários	8.375	PSEC	221/80	1980
Academia de Danças Étnicas Mercedes Baptista – RJ – Auxílio Financeiro (FUNARTE)	8.359	POUO	048/76	1976-77
Academia de Danças Étnicas Mercedes Baptista – RJ (FUNARTE)	8.359	POUO	048/76	1976-77
Academia de Letras do Vale do Paraíba – Cruzeiro – SP	8.347	PDAC	1943/74	1974-75
	8.328	PDAC	2114/75	1975
Academia de Musica Lorenzo Fernandez	8.307	PDAC	0321/75	1975
	8.309	PDAC	0568/75	1975
Academia Espírito Santense de Letras – ES	8.346	PDAC	1562/74	1974
Academia Gonçalense de Letras Artes e Ciências	8.329	POUO	1578/75	1975
Academia Maranhense de Letras – MA	8.343	PDAC	1151/74	1974
Academia Marinense de Letras – MG	8.346	PDAC	1683/74	1974
Academia Norte Rio Grandense de Letras	8.355	PDAC	1013/76	1976-77
	8.338	PDAC	607/74	1974
Academia Paulista de Musica - SP	8.367	PDAC	991/77	1977-78
	8.307	PDAC	0315/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Academia Paulista de Música – SP – Auxílio Financeiro Curso Prática Orquestra e Regência	8.367	PDAC	991/77	1977-78
Academia Terosopolitana de Letras - Auxílio Financeiro Atividade Academia	8.378	PSEC	1069/80	1980
Academia Valadarense de Letras – MG – Auxílio Financeira para dar Continuidade Trabalho Desenvolvido	8.373	SEAC	900/79	1979-80
Academia Valenciana de Letras	8.348	PDAC	2000/74	1974-75
Academie Internacionale de Piano	8.346	PDAC	1660/74	1974
Ação Programada do MEC: O Desenvolvimento Cultural	8.440	PNAC		1980-85
Acervo de Arte Sacra PE	8.352	PDAC	253/76	1976
Acervo Existente Casa Vitor M.	8.372	SEAC	417/79	1979
Acervo Musical Século XVIII	8.455	PPES		1973
Ações Culturais	8.443	PNAC		1979-80
Ações Sócio–Educativas de Cultura para Populações Carentes do Meio Urbano	8.398	DDIV	11	1980
Acordo Cooperação Cultural Brasil e Guiné-Bissau	8.372	SEAC	56/79	1979
Acordos Culturais	8.498	DAVL		1968
	8.498	DAVL		1950-54-66-71-74
	8.498	DAVL		1968
Acre	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
Acre – Alagoas – Amapá (Correspondências)	8.479	CDES		1981
Adalberto Rodrigues de Araújo - Gratificação Qüinqüenal (Departamento Administração)	8.368	POUO	233926/77	1977-81
Adalgisa Brandão Silva – DP	8.360	POUO	260843/74	1974
Adamastor Camará Ribeiro – RJ	8.326	PDAC	1678/75	1975
Adauto Borges de Barros	8.348	PDAC	2040/74	1974
Adelermo Matos	8.346	PDAC	1634/74	1974-75
Adelmana Torreão	8.370	SEAC	679/78	1978
	8.396	DDIV	61	1979
	8.380	POUO	4393/73	1973-74
	8.316	PDAC	0965/75	1975
Adelmana Torreão e Outros – Interf INM - FUNARTE	8.370	SEAC	679/78	1978
Adenilde Nogueira Coutinho	8.345	PDAC	1518/74	1974
Adilson Domingues – Ficha Qüinqüenal	8.380	POUO	211015/69	1969-81
Adinco – Administração de Imóvel e Condomínio Ltda – Aluguel Imóvel SQS 109B/312	8.354	PDAC	841/76	1976
Administração Pública Federal	8.503	DDIV		1980-82
Adovaldo F. Sampaio	8.373	SEAC	676/79	1979
Aécio Florentino Pimenta de Andrade – RJ	8.322	PDAC	1542/75	24 a 28/07/1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
AENE	8.551	CSEN		1979
AESI	8.463	CDES		1976
Afastamento do País	8.436	DEPS	78.885/56	1954-81
	8.475	CDES		1980
	8.379	PSEC	243558/80	1980-81
Agenor Fonseca - Auxílio para Conclusão do Monumento à Castro Alves	8.380	POUO	202103/73	1973-74
Aggs Indústrias Gráficas Ltda	8.328	PDAC	2315/75	1975
Agnaldo Antônio de Azevedo	8.320	PDAC	1454/75	1975
	8.379	POUO	192/80	1980
Agnes Ayres - Cantora Lírica	8.317	PDAC	0977/75	1975
Alagoas	8.318	PDAC	1222/75	1975
	8.332	PDAC	163/74	1974
	8.338	PDAC	770/74	1974
	8.340	PDAC	848/74	1974
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
	8.479	CDES		1981
Albert Rosen – Maestro – Proposta Realização Concerto	8.369	SEAC	61/78	1978
Alberto Jorge Farah	8.311	PDAC	0738/75	1975
Alceu Ariosto Bocchino – Averbação Tempo Serviço	8.382	PSEC	209725/81	1981
Alcyr de Souza Coelho	8.330	POUO	255068/75	1975
	8.366	PDAC	726/77	1977
	8.365	PDAC	534/77	1977
	8.368	POUO	247864	1977-78
Aldeia de Arcozelo – Vassouras – RJ	8.396	DDIV	64	1979
Aldeia Fundação João Pinheiro Filho – RJ	8.329	POUO	230877/75	1975-79
Aldo Baldin	8.349	PDAC	2170/74	1974
Aldo Calvet	8.350	PDAC	235339/74	1974
Aleijadinho	8.369	SEAC	158/78	1978
Alencar Comercio e Representações Ltda	8.312	PDAC	0770/75	1975-80
Alex Viany - Patrocínio	8.307	PDAC	0221/75	1975
Alexandr Trik	8.333	PDAC	261/74	1974
Alexandre Eulálio	8.338	PDAC	714/74	1974
Alexandre Orlowski	8.335	PDAC	362/74	1974-75
Alfa Filme Ltda – Produtora Cinematográfica	8.341	PDAC	950/74	1974-75
Alfonso Montoya	8.337	PDAC	540/74	1974-75

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Alfredo Arduine de Lemos	8.317	PDAC	0974/75	1975
Alfredo Carlos Taveira de Melo	8.350	PDAC	2392/74	1974-75
Alfredo Colosimo – Concertos	8.305	PDAC	0004/75	1975
Alfredo Gagliotti	8.337	PDAC	541/74	1974
Alfredo Mello - Cantor Lírico	8.316	PDAC	0962/75	1975
Alfredo Milton Villa – Flor Santos e Outros – Projeto Obra da Pintora Djanira	8.372	SEAC	471/79	1979
Alfredo Sergio Freire Bomba - RJ	8.325	PDAC	1649/75	1975
Aliança Francesa Brasileira	8.327	PDAC	1994/75	1975-77
Aliança Francesa no Brasil – Delegação Geral	8.328	PDAC	2197/75	1975-76
Alice Ribeiro – Cantora	8.311	PDAC	0726/75	1975
Almerinda Meira Antunes e Dutra – Designação Servidor – Museu Villa Lobos (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	210041/79	1979-80
Almiro Viviani Fialho – RJ	8.322	PDAC	1556/75	28 a 29/07/1975
Aloísio Sérgio de Magalhães – Disposição e Designação Cargo	8.383	PSEC	213928/81	1981
Aloysio Albuquerque – Paulino de Oliveira - SP	8.325	PDAC	1603/75	29 a 30/07/1975
Altair Chagas	8.349	PDAC	2188/74	1974
Altamiro Ângelo da Silva	8.310	PDAC	0650/75	1975
Alteração Nome Servidor (Departamento Administração)	8.368	POUO	214982/77	1977-81
Aluízio Pereira Vale	8.331	POUO	222761/67	1967-81
Álvaro da Silva Freire Filho - RJ	8.325	PDAC	1605/75	29 a 30/07/1975
Álvaro de Lima - Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	223498/81	1981
Álvaro Perri – Violonista (Processo)	8.313	PDAC	0830/75	1975
Amália Branco Baena – Disp. E Deseg. Servidor para DAI	8.379	PSEC	212593/80	1980-81
Amapá	8.479	CDES		1981
Amaro de Tracunhaem	8.454	PPES		1978
Amazonas	8.343	PDAC	1230/74	1974
	8.353	PDAC	740/76	1976
	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
	8.480	CDES		1981
	8.553	REAT		1976
	8.554	REAT		1979
Amazonas - Goiás - Mato Grosso do Sul - Paraíba – Paraná – Piauí – Rio Grande do Norte – Rio Grande do Sul – Rondônia – Santa Catarina – São Paulo - (Correspondências)	8.480	CDES		1981
Amazônia	8.550	CSEN		1981
	8.553	REAT		1980-85
Amazonina Mercedes Ramos	8.333	PDAC	186/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Amélia Salin Cadil e outros	8.347	PDAC	1812/74	1974
Amélio Arruda Câmara – Promoção	8.352	PDAC	216/76	1976
Américo Aguiar Borges	8.327	PDAC	1802/75	1975
Américo Carlos Souza - Cancelamento Salário Família (Departamento Administração)	8.362	POUO	263159/76	1976-77
Américo Lourenço Jacobina Lacombe – Fornecimento Passagens Aéreas Exterior	8.358	PDAC	1515/76	1976
Amir Santos	8.331	POUO	261035/69	1969
	8.373	SEAC	622/79	1979
	8.352	PDAC	449/76	1976-80
	8.352	PDAC	450/76	1976-80
	8.373	SEAC	622/79	1979
	8.381	PSEC	84/81	1981
	8.378	PSEC	978/80	1980
Ana Carolina Teixeira Soares	8.320	PDAC	1413/75	1975
Ana Luaro Alves Torres – Projeto Mapeamento Manifest. Ligados a Folk Mus. Estado Rio Grande do Norte	8.363	PDAC	083/77	1977
Ana Lucia Altino e Outro	8.333	PDAC	192/74	1974
Ana Maria Martins	8.345	PDAC	1515/74	1974
	8.347	PDAC	1856/74	1974-75
Ana Maria Martins Castro - Cantora	8.315	PDAC	0934/75	1975
Ana Tereza Maria Gudino – Revisão de Prova TAC (Departamento Administração)	8.371	POUO	232911/78	1978-81
Ana Tereza Maric Gudiño	8.333	PDAC	168/74	1974
Ana Zélia da Silva Pinho - Manaus	8.330	POUO	247849/75	1975
Ananias de Moura Requião	8.348	PDAC	2037/74	1974-75
André Faria	8.325	PDAC	1637/75	30/07 a 01/08/1975
André Luiz Musso Santos	8.350	PDAC	2378/74	1974-75
	8.315	PDAC	0928/75	1975
André Luiz Oliveira - Produções Cinematográficas – RJ	8.321	PDAC	1491/75	1975
André Rebouças	8.455	PPES		1978
André Vivante – Maestro	8.312	PDAC	0771/75	1975
Andréa Tonacci – SP	8.322	PDAC	1544/75	24 a 28/07/1975
Anete B. Santos – Contagem Tempo Serviço – Grupo Tarefa	8.501	DAVL	045/82	1982
Anexo do Processo Nº 191/75 do DAC	8.501	DAVL	191/75	1975
Angela Barros – Cantora	8.312	PDAC	0791/75	1975
Ângela Maria de O. Paiva – Retificação de Nome em Virtude de Casamento (Departamento de Pessoal /MEC)	8.362	POUO	201992/76	1976
Angela Santos M de Oliveira e Outros – Curso Técnico Pesquisa Social	8.371	SEAC	827/78	1978
Animação Cultural	8.449	DDIV		1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Animarte – Desenho Animado e Comunicação Visual Ltda	8.343	PDAC	1146/74	1974
Aniversário da Comissão Nacional Folclore, 30º	8.365	PDAC	523/77	1977-78
Anna Maria Januzzi Fico	8.334	PDAC	347/74	1974
Anna Maria Serpa Barroso – BN – Necessidades da BN – Relatório Estagiários Contratados	8.373	SEAC	936/79	1979
Anna Stella Schic	8.343	PDAC	1280/74	1974
Ano Internacional da Criança	8.470	CDES		1978
Antares e Cabuçu	8.456	PPES		1980
Antea Claudia	8.313	PDAC	0850/75	1975
	8.351	PDAC	2281/74	1974
Antenor José Alves - Cancelamento Salário Família (Biblioteca Nacional)	8.383	POUO	1017/81	1981
Ante-Projeto Conselho Nacional Romance	8.378	PSEC	965/80	1980
Anteprojeto do Fundo Cultural MEC / Caixa Econômica Federal	8.446	ORÇP		-
Anthero dos Santos Netto	8.331	POUO	222720/67	1967-77
Antonia Guedes Barbosa - Pianista	8.313	PDAC	0863/75	1975
Antonio Alves Cury – Salvador – BA	8.326	PDAC	1687/75	1975
Antonio Bresolin	8.347	PDAC	1781/74	1974
Antonio Calmon – RJ	8.319	PDAC	1388/75	1975
Antonio Carlos Barbosa Lima – Guitarrista (Processo)	8.313	PDAC	0829/75	1975
Antonio Carlos da Silva Muricy	8.347	PDAC	1814/74	1974
Antônio Fagundes de Faria – MG – Relação Beneficiados Verba FUNARTE (FUNARTE)	8.359	POUO	038/76	1976-77
Antonio Guedes Barbosa – Pianista	8.305	PDAC	0057/75	1975
Antonio Henrique Cunha Bueno – Deputado Estadual	8.308	PDAC	0427/75	1975
Antônio Jesus – Pfeil – Documentário Longa Metragem sobre Revolução 1923	8.501	DAVL	004/82	1982
Antonio Manuel da Silva Oliveira	8.325	PDAC	1627/75	30/07 a 01/08/1975
	8.325	PDAC	1628/75	30/07 a 01/08/1975
Aparecida Alves - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	203855/81	1981
Apoio Financeiro Realização Concertos	8.501	DAVL	2087/75	1975-76
Apoio Governo Federal para Existência do Museu	8.353	PDAC	720/76	1976
Apoio Técnico e Financiamento para Construção Biblioteca Pública Belém – PA	8.364	PDAC	154/77	1977-79
Apoio Técnico PAC – Concessão 02 (duas) Passagens Aéreas	8.352	PDAC	361/76	1976-80
Apostolado Nossa Sª Boa Viagem – Auxílio Financeiro Recuperação Igreja	8.367	PDAC	1062	1977-78
Apresentação Recitais de Canto com Brasileiros	8.380	POUO	711/73	1973-74
Aquisição Bibliotecas / MEC	8.370	SEAC	440/78	1978
Aquisição de Livros (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	223610/79	1979-80
Aquisição Exemplar Obra SOS Planeta Terra	8.372	SEAC	83/79	1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Araken Távora – Correspondência	8.475	CDES		1980
Aranha Engenharia	8.348	PDAC	1952/74	1974
Área de Artes Plásticas	8.344	PDAC	1427/74	1974
	8.351	PDAC	2252/74	1974-75
Área de Artesanato do PAC	8.340	PDAC	895/74	1974-75
Área de Cinema	8.560	DDIV		1972-79
Área de Comunicação – Pac	8.343	PDAC	1271/74	1974-75
Área do livro do PAC – AL – PAC	8.318	PDAC	1222/75	1975
Área do Livro do PAC – DAC	8.327	PDAC	1811/75	1975
Areia / PB	8.352	PDAC	454/76	1976
Argentina	8.357	PDAC	1289/76	1976
Aríete Soares Carritano – Gratificação Quinquenal	8.331	POUO	259159/73	1973-81
Armando Belardi	8.307	PDAC	0291/75	1975
Arnaldo Cohen	8.349	PDAC	2311/74	1974-75
Arnaldo Jabor - RJ	8.324	PDAC	1597/75	29/07/1975
Arnaldo Luis Miranda – Projeto I do Programa de Teatro de Periferia	8.377	PSEC	625/80	1980
Arnaldo Rebelo – Pianista (Processo)	8.312	PDAC	0813/75	1975
Arquidiocese de S. Salvador Bahia – Auxílio Financeiro – Levantamento Cadastro Bens Culturais Arquidiocese	8.370	SEAC	780/78	1978-79
Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Auxílio Financeiro	8.380	POUO	250821/73	1973-74
Arquivo Nacional	8.339	PDAC	813/74	1974
	8.342	PDAC	1120/74	1974
	8.343	PDAC	1184/74	1974
	8.501	DAVL	1201/75	1975
Arquivo Público de Alagoas	8.457	PPES		1976
Arquivo sobre Músicas e Trajes Típicos Folclore Regional	8.381	PSEC	98/81	1981
Arroio Claro – Empreendimento Ltda	8.341	PDAC	976/74	1974-79
Ars Brasiliensis – Brasília - DF	8.320	PDAC	1401/75	1975
Ars Nova – Conselho da UFMG. – BH	8.334	PDAC	284/74	1974
Arte na Universidade Federal Pará – Ano em Curso	8.354	PDAC	829/76	1976-77
Arthur Antonio Machado Brasil – Pianista	8.309	PDAC	0584/75	1975
Arthur Luponi	8.347	PDAC	1704/74	1974
Artistas Associados	8.342	PDAC	1052/74	1974
	8.351	PDAC	2233/74	1974
Artistas Líricos	8.369	SEAC	05/78	1978
	8.369	SEAC	10/78	1978
	8.369	SEAC	245/78	1978
Artistas Unidos Natal – RN	8.360	POUO	250135/74	1974-76

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Aryclenes P. Barbosa – Serrana Ribeirão Preto – SP – Sugestão DAC para Desenvolvimentos Artes no Brasil	8.380	POUO	4474/73	1973-74
As Manifestações Culturais na Zona Canavieira de Pernambuco	8.459	PPES		1979-80
ASA – Produção Artística Publicidade e Decoração	8.347	PDAC	1808/74	1974
Aspectos da Política Cultural Brasileira	8.438	PNAC		-
Assembléia de Reitores – Participação do Dr Diegues – Cultura Brasileira	8.553	CSEN		-
Assembléia Legislativa de Recife – PE	8.329	POUO	227431/75	1975
Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	8.333	PDAC	179/74	1974
Assembléia Legislativa Estado do Rio de Janeiro – Edição Livro Memória Cantora Linda Batista	8.382	PSEC	209261/81	1981
Assembléia Legislativa Estado do Rio de Janeiro – Indicação Atriz Celeste Aída Símbolo Ano Int. D. Físico	8.382	PSEC	209262/81	1981
Assessoria de Comunicação Cinema e Televisão – Projeto Programa Cultural Produzido pela TVE	8.376	PSEC	477/80	1980
Assessoria de Teatro e Cinema Educacional da Prefeitura de Nova Iguaçu	8.349	PDAC	2323/74	1974
Assessoria de Teatro e Cinema Educativo	8.349	PDAC	2193/74	1974-75
Assessoria Especial da Cultura as IES – ASEC – IES Plano Trabalho	8.485	PPES		1976
Assessoria Especial de Cultura	8.455	PPES		1976
Assessoria Regional de Segurança Informação	8.469	CDES		1978
Assessoria Técnica DAC	8.431	DEPS		1971
Associação Arqueológico e Pré-História da Bahia – Auxílio Financeiro – Atividades/77	8.363	PDAC	06/77	1977-79
Associação Arquivistas Brasileiros	8.497	DDGS		-
	8.373	SEAC	792/79	1979-82
Associação Biblioteca Distrito Federal – Complementação de Verba	8.381	PSEC	159/81	1981
Associação Brasileira de Educação do RJ	8.329	POUO	223417/75	1975
Associação Brasileira de Semiótica	8.397	DDIV	02	1980
Associação Brasileira de Teatro de Bonecos – RJ	8.344	PDAC	1385/74	1974-75
	8.309	PDAC	0520/75	1975
	8.309	PDAC	0575/75	1975
Associação Brasileira Professores Universitário Francês - MG – Auxílio Financeiro Projeto "Simpósio Sobre Francofonia"	8.373	SEAC	1003/79	1979-80
Associação Carioca de Críticos Teatrais	8.338	PDAC	639/74	1974
Associação Carioca de Empresários Teatrais	8.339	PDAC	792/74	1974
Associação Catarinense de Escritores	8.376	PSEC	461/80	1980
	8.381	PSEC	456/81	1981
Associação Coral de Florianópolis	8.308	PDAC	0449/75	1975
	8.343	PDAC	1204/74	1974-75
	8.454	PPES		1974
	8.365	PDAC	472/77	1977

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Associação Cultural Campo Formoso BA – Museu Regional Miner. – Centro Cultural Campo Formoso	8.372	SEAC	450/79	1979
Associação Cultural Luso Brasileira – Informação sobre Concessão Auxílio Financeiro	8.358	PDAC	1708/76	1976
Associação de Ballet do Rio de Janeiro	8.332	PDAC	072/74	1974-75
	8.346	PDAC	1543/74	1974
	8.359	POUO	572/76	1976
Associação de Ensino Novo Ateneu - PR	8.328	PDAC	2159/75	1975
Associação de Membros do Icon – Conferência Internacional (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	268/74	1974
Associação de Moradores Morro do Leme /RJ – Projeto Criação Clube de Rua	8.377	PSEC	876/80	1980
Associação de Pesquisadores da Musica Popular Brasileira - PR	8.318	PDAC	1225/75	1975
Associação de Teatro Amador	8.318	PDAC	1063/75	1975
	8.341	PDAC	955/74	1974
Associação dos Amigos da Orquestra Juvenil do Teatro Municipal	8.333	PDAC	262/74	1974
Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil – II Salão de Artes Plásticas	8.352	PDAC	291/76	1976
Associação dos Aposentados Marinha Mercante – Ney Panisset (Museu Histórico Nacional)	8.362	POUO	094/76	1976-77
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal	8.350	PDAC	247203/74	1974-75
Associação dos Ex Combatentes do Brasil – São Gonçalo – RJ – Apresentação Pública – Orquestra Sinfônica (Gabinete do Ministro)	8.362	POUO	200335/76	1976
Associação dos Festivais de Coros do Rio Grande do Sul	8.331	POUO	693/72	1972-74
Associação dos Museus de Arte do Brasil	8.343	PDAC	1185/74	-
Associação Educacional Cultural de Nova Friburgo	8.321	PDAC	1520/75	21/07 a 17/09/1975
Associação Fluminense de Educação – Colaboração para Aquisição de Livros para Biblioteca	8.373	SEAC	1017/79	1979-81
Associação Matogrossense de Estudos – Auxílio Financeiro I Festival Primavera	8.366	PDAC	858/77	1977-78
Associação Piolin de Artes Circenses	8.370	SEAC	523/78	1978-79
	8.371	POUO	220489/78	1978-79
Associação Santanense Pró-Ensino Superior – RS – Programa Bolsa Trabalho Arte	8.365	PDAC	394/77	1977
Associação Servidores Civis Brasil	8.374	POUO	224285/79	1979
	8.356	PDAC	1286/76	1976
Assuntos Administrativos Ano /1974 (Relatórios de Outras Entidades)	8.555	REAT		1974
Assuntos de Pessoal	8.436	DEPS		1975
Assuntos Parlamentares	8.506	DPNE		1963-71
Atenilde Cunha	8.333	PDAC	270/74	1974-75
Athletic Club – São João Del Rei – MG – Instrução sobre Direitos Autorais	8.361	POUO	3817/74	1974
Atividade CAPES / Secretaria Geral	8.402	REAT		1967
Atividades Culturais do MEC	8.396	DDIV	54	1979
Atividades de Apoio aos Órgãos do DAC	8.331	POUO	102906/71	1971-73

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Atlas dos Monumentos Histórico e Artístico do Brasil	8.359	PDAC	1797/76	1976-79
Atriz Celeste Aída Símbolo Ano Int. D. Físico	8.382	PSEC	209262/81	1981
Attilio Mastrogiovani	8.311	PDAC	0764/75	1975
	8.345	PDAC	1464/74	1974
Audiofilme – Equipamentos e Comunicação Audiovisuais – Projeto Audiovisual IV Centenário Morte Luis de Camões	8.376	PSEC	366/80	1980
Auditório MEC / RIO	8.370	SEAC	346/78	1978
Augusto Magessi – RJ	8.327	PDAC	1829/75	1975
Augusto Marques e Cia Ltda	8.366	PDAC	625/77	1977-80
	8.372	SEAC	207/79	1979-80
	8.369	SEAC	156/78	1978-80
Aulus – Agenciamento de Concertos Org de Festivais	8.348	PDAC	2099/74	1974
Aurélio Silveira	8.334	PDAC	307/74	1974
Autorização Filmagem Obras do Aleijadinho	8.369	SEAC	158/78	1978
Auxílio Doença	8.379	PSEC	218229/80	1980-81
Auxílio Educacional	8.370	SEAC	717/78	1978
Auxílio Financeiro	8.370	SEAC	342/78	1978
	8.455	PPES		1973
Auxílio Financeiro – Filmagem Festa Território Amapá	8.378	PSEC	928/80	1980
Auxílio Financeiro – Fotografar Parte Acervo Museu	8.375	PSEC	79/80	1980
Auxílio Financeiro – III Festival de Verão	8.352	PDAC	116/76	1976
Auxílio Financeiro – Passagens para Apresentação Rússia	8.382	PSEC	204470/81	1981
Auxílio Financeiro - Realização 02 Projetos	8.375	PSEC	204/80	1980-81
Auxílio Financeiro "Giramundo Terra de Bonecos"	8.377	PSEC	712/80	1980
Auxílio Financeiro "Programa Pesquisa e Projetos Culturais"	8.374	POUO	225391/79	1979
Auxílio Financeiro 02 Projetos	8.369	SEAC	306/78	1978
Auxílio Financeiro Aquisição Banda Marcial - Pará	8.378	PSEC	963/80	1980
Auxílio Financeiro Aquisição de Passagens – Grupo Teatro (Seção de Comunicações /MEC)	8.371	POUO	247026/78	1978-80
Auxílio Financeiro Conferência e Seminário	8.376	PSEC	303/80	1980
Auxílio Financeiro Conservação e Restauro Casa Rui Barbosa	8.369	SEAC	131/78	1978-79
Auxílio Financeiro Construção Auditório – Teatro	8.375	PSEC	142/80	1980
Auxílio Financeiro Construção Biblioteca Pública	8.373	SEAC	917/79	1979-80
Auxílio Financeiro Construção Teatro Municipal Santos /SP (Gabinete do Ministro)	8.362	POUO	201897/76	1976
Auxílio Financeiro Criação "Cooperativa Artesanato"	8.375	PSEC	87/80	1980
Auxílio Financeiro Difusão Cultura	8.376	PSEC	305/80	1980
Auxílio Financeiro Espetáculos Brasil em Tempo de Dança	8.373	SEAC	775/79	1979
Auxílio Financeiro Estudo da Estratégia de Sobrevivência de Duas Comunidade Baixa Renda – Antares e Cabuçu	8.456	PPES		1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Auxílio Financeiro Execução Plano Cultural	8.375	PSEC	121/80	1980
Auxílio Financeiro II Ciclo Palestras Musicas Operísticas	8.369	SEAC	05/78	1978
Auxílio Financeiro Inst. Auditório UFAC e Prom. Atividades Culturais	8.373	SEAC	659/79	1979
Auxílio Financeiro Material para Biblioteca	8.376	PSEC	302/80	1980
Auxílio Financeiro para Instituição Luis de Albuquerque	8.377	PSEC	916/80	1980
Auxílio Financeiro para Participar Festival	8.501	DAVL	020/82	1982
Auxílio Financeiro Pesquisa Literatura Comparada	8.381	PSEC	189/81	1981
Auxílio Financeiro Projeto	8.377	PSEC	914/80	1980
Auxílio Financeiro Projeto Capacitação Recursos Humanos da Cultura	8.374	POUO	224391/79	1979-81
Auxílio Financeiro Projeto Casa Juvenal Galeano	8.370	SEAC	439/78	1978
Auxílio Financeiro Projeto Cultural	8.370	SEAC	524/78	1978
Auxílio Financeiro Projeto Educação Artística	8.369	SEAC	152/78	1978
Auxílio Financeiro Projeto FCC – 2/78 – Capacitação Recursos Humanos	8.369	SEAC	70/78	1978
Auxílio Financeiro Projeto Música para Todos – Série Pop e Erudita (Proc. Nº 928/80 FUNARTE – Não Encontrado)	8.376	PSEC	362/80	1980
Auxílio Financeiro Seminários, Cursos e Conferências	8.376	PSEC	304/80	1980
Auxílio Financeiro Show Roberto Carlos e seu Conjunto	8.369	SEAC	226/78	1978
Auxílio Financeiro VIII Conc. I Canto	8.358	PDAC	1737/76	1976-77
Auxílio Financeiro XI Seminário Intern. Violão	8.372	SEAC	442/79	1979
Auxílio para I Congresso Brasileiro Dialectologia e Etinografia	8.369	SEAC	273/78	1978
Auxílio Realização Projeto Andança	8.375	PSEC	171/80	1980
Avaliação Sócio Antropológica dos Centros Sociais Urbanos Norte e Nordeste	8.457	PPES		1978
Averbação Tempo Serviço	8.380	POUO	260789/72	1972-77
	8.381	PSEC	418/81	1981
	8.382	PSEC	204826/81	1981
	8.382	PSEC	209711/81	1981
	8.382	PSEC	209725/81	1981
	8.382	PSEC	209727/81	1981
	8.382	PSEC	210522/81	1981
	8.382	PSEC	210524/81	1981
	8.383	PSEC	214195/81	1981
	8.383	PSEC	217279/81	1981
	8.383	PSEC	219486/81	1981
	8.383	PSEC	219487/81	1981
	8.383	PSEC	226114/81	1981
	8.383	PSEC	228456/81	1981
	8.383	PSEC	233141/81	1981
Averbação Tempo Serviço (Departamento Administração)	8.368	POUO	260594	1977-80

.

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Averbação Tempo Serviço e Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	216938/81	1981
Bahia	8.331	POUO	209887/72	1972-74
	8.353	PDAC	736/76	1976
	8.369	SEAC	09/78	1978
	8.377	PSEC	865/80	1980-81
	8.440	PNAC		Julho/76
	8.441	PNAC		Julho/76
	8.467	CDES		1977
	8.473	CDES		1979
	8.481	CDES		1982
	8.550	CSEN		1974
Bahia – Espírito Santo – Sergipe (Correspondências)	8.481	CDES		1982
Bahia Cultura	8.554	REAT		1978
Bahiatursa S/A	8.344	PDAC	1312/74	1974-75
Balanço das Atividades DAC/SEAC – Financiamento de Atividades	8.453	DDIV		1978-79
Balé Folclórico Nacional	8.373	SEAC	775/79	1979
Balfar S/A Indústria Brasileira de Móveis – PR - Inscrição Cadastro Fornecedores	8.364	PDAC	276/77	1977-80
Ballet Brasil Bahia – Patrocínio – Auxílio Financeiro	8.357	PDAC	1469/76	1976
Ballet Brasileiro da Bahia	8.309	PDAC	0495/75	1975
	8.329	POUO	113/75	1975
	8.331	POUO	209887/72	1972-74
Ballet da Câmara Stagium – Aulus	8.305	PDAC	0056/75	1975
Ballet Jovem do Estado da Guanabara	8.341	PDAC	912/74	1974
Banco do Brasil	8.352	PDAC	291/76	1976
	8.332	PDAC	041/74	1974
Banda de Música Cônego Firm. Cavalcante	8.379	PSEC	231615/80	1980
Banda Santa Cecília de Iomerê – SC – Solicita Subvenção	8.331	POUO	5703/73	1973-74
Barca Produções S.C Ltda	8.338	PDAC	786/74	1974
	8.339	PDAC	817/74	1974
Bares Produções S/C Ltda – Solicita Apoio Desenvolvimento Programa Caráter Cultural	8.331	POUO	5793/73	1973-74
Barítono Waldir de Paula	8.351	PDAC	2216/74	1974
Barra Produções Artísticas Nacional internacional Ltda	8.316	PDAC	0969/75	1975
Bartholomeu Alberto de Almeida	8.331	POUO	223114/67	1967-81
Bases para a Formulação da Política Nacional de Cultura	8.437	PNAC		1975
Beatriz Balzi – SP	8.329	POUO	220143/75	1975
Bella Sklar	8.315	PDAC	0935/75	1975
	8.316	PDAC	0936/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Belo Horizonte / MG	8.332	PDAC	088/74	1974
	8.333	PDAC	213/74	1974
Bem-te-vi Filmes Ltda	8.310	PDAC	0600/75	1975-76
Bené – Arts Produção Artistica Publicidade Ltda – Auxilio Financ. – Peça Auto Repres. Festa - Lourenço	8.351	PDAC	2292/74	1974
Benedito Barbosa Pupo – SP – Entrevista – Audiência (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1780/74	1974-75
Benedito Irivaldo de Souza	8.340	PDAC	825/74	1974
	8.352	PDAC	095/76	1976
Benjamin Constant	8.510	OBRA		1973-74
Berenice Menegale – Pianista	8.317	PDAC	0978/75	1975
Bertha Rosanova	8.337	PDAC	543/74	1974
Biblioteca Castro Alves – Auxílio Financeiro Encadernação Livros	8.373	SEAC	849/79	1979-81
Biblioteca da Câmara dos Deputados	8.333	PDAC	214/74	1974-75
Biblioteca do Exército – Autorização Reprodução "Os Lusíadas"	8.376	PSEC	400/80	1980
Biblioteca do IHGB	8.370	SEAC	408/78	1978
Biblioteca e Arquivo Público de Cabedelo /PB	8.365	PDAC	546/77	1977-79
Biblioteca Estadual Niterói e RJ (Delegacia Regional do MEC)	8.368	POUO	4565/77	1977
Biblioteca Julio Cezar de H. e Souza	8.353	PDAC	607/76	1976
Biblioteca Ministro José de Almeida – Areia / PB – Doação de Livros	8.352	PDAC	454/76	1976
Biblioteca Municipal Tiradentes	8.371	SEAC	897/78	1978
Biblioteca Nacional	8.306	PDAC	0184/75	1975
	8.306	PDAC	0211/75	1975
	8.308	PDAC	0444/75	1975
	8.309	PDAC	0558/75	1975
	8.310	PDAC	0621/75	1975
	8.311	PDAC	0757/75	1975
	8.318	PDAC	1071/75	1975
	8.318	PDAC	1149/75	1975
	8.327	PDAC	1755/75	1975
	8.327	PDAC	1759/75	1975-76
	8.327	PDAC	1895/75	1975
	8.328	PDAC	2139/75	1975
	8.337	PDAC	370/74	1974
	8.338	PDAC	587/74	1974
	8.341	PDAC	985/74	1974
	8.342	PDAC	1128/74	1974
	8.343	PDAC	1246/74	1974
	8.344	PDAC	1345/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Biblioteca Nacional	8.348	PDAC	1958/74	1974
	8.360	POUO	477/74	1974-75
	8.363	PDAC	094/77	1977-79
	8.365	PDAC	534/77	1977
	8.371	POUO	842/78	1978-79
	8.373	SEAC	936/79	1979
	8.386	RROR		-
	8.403	REAT		1974
	8.404	REAT		1975
	8.405	REAT		1976
	8.406	REAT		1977
	8.408	REAT		-
	8.409	REAT		1978-79
	8.436	DEPS	258461	1977-80
	8.440	PNAC		1980-85
	8.440	PNAC		1980-85
	8.448	DNBO		1975
	8.464	CDES		1975-76
	8.465	CDES		1977
	8.470	CDES		1978
	8.476	CDES		1980
	8.483	CDES		1979
	8.510	OBRA		1980
	8.510	OBRA		1977-78
	8.566	DDIV		-
	8.566	DDIV		1970-72
	8.567	DDIV		1972
Biblioteca Nacional – Autorização Montagem Exposição Fotografias Sobre o Brasil	8.370	SEAC	649/78	1978
Biblioteca Nacional – Auxílio Financeiro Programa Cultural da Biblioteca Nacional /1977	8.363	PDAC	055/77	1977-79
Biblioteca Nacional – Comunicado Danos Edifício da Biblioteca Nacional	8.373	SEAC	547/79	1979
Biblioteca Nacional – Concessão 02 Passagens Aéreas	8.365	PDAC	531/77	1977-80
Biblioteca Nacional – Consulta “Plantão aos Sábados”	8.366	PDAC	812/77	1977
Biblioteca Nacional – Contrato Firmado com a Fundação Mudes – Recursos Humanos	8.375	PSEC	135/80	1980
Biblioteca Nacional - Correspondências	8.476	CDES		1980
	8.483	CDES		1979
Biblioteca Nacional - Departamento Administração	8.368	POUO	227892/77	1977-78

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Biblioteca Nacional – Doação de Um Volume – Obras São João da Cruz	8.354	PDAC	858/76	1976
Biblioteca Nacional – Exposição de Fotografias Brasileiras	8.358	PDAC	1563/76	1976-78
Biblioteca Nacional – Horário de Funcionamento	8.358	PDAC	1603/76	1976-77
Biblioteca Nacional – Informação Fundação Getúlio Vargas	8.365	PDAC	601/77	1977
Biblioteca Nacional – Intercambio Microfilmes com a Library Of Congress	8.359	PDAC	1816/76	1976-77
Biblioteca Nacional – Leilão de Livros Raros	8.354	PDAC	936/76	1976
Biblioteca Nacional – MG – Neri Rodrigues Contin	8.329	POUO	728/75	1975
Biblioteca Nacional – Nomeação de Comissão Ref Obras Cobertura Prédio BN	8.367	PDAC	1119	1977
Biblioteca Nacional – Orçamento BN Exercício 1976	8.354	PDAC	977/76	1976
Biblioteca Nacional – Plano Nacional Microfilmagem Periódicos Brasileiros	8.370	SEAC	418/78	1978
Biblioteca Nacional – Projeto SEMOR/SEPLAN – Microfilmagem Diário Oficial da União	8.370	SEAC	531/78	1978
Biblioteca Nacional – Proposta Convênio BN – Mudes e o Lamp. Proj. Microf. Fel. Prov. Época Imperial	8.369	SEAC	169/78	1978
Biblioteca Nacional – Providências Receba Verba e Saldo do Auxílio Prometido	8.378	PSEC	1197/80	1980-81
Biblioteca Nacional – Recortes de Jornais / Ofícios / Convênio / Projetos / Acordos / Relatórios / Livro Co-Edições	8.566	DDIV		1970-72
Biblioteca Nacional – Recurso Financeiro – Conclusão Obras e Reparos no Prédio da BN	8.370	SEAC	514/78	1978
Biblioteca Nacional – Relatórios / Projetos / Sub-Projeto	8.567	DDIV		1972
Biblioteca Nacional - Remanejamento do Orçamento	8.358	PDAC	1584/76	1976
Biblioteca Nacional – Representação BN em Comissão do Ministério da Agricultura	8.358	PDAC	1528/76	1976
Biblioteca Nacional – RJ – Juízo de Direito – Quinta Vara de Família	8.329	POUO	390/75	1975
Biblioteca Nacional – Suplementação da Doação da Fundação Ford ao GDCS	8.358	PDAC	1717/76	1976
Biblioteca Nacional / Museu Imperial	8.510	OBRA		1977-78
Biblioteca Nacional / Museu Nacional de Belas Artes	8.410	REAT		1979-80
Biblioteca Pública Belém	8.364	PDAC	154/77	1977-79
Biblioteca Teresina	8.381	PSEC	105/81	1981
Bienal Internacional do Livro – Indicação de Representantes	8.379	PSEC	221709/80	1980
Bienal Internacional Livro – VI – Convite Sr Secretario para Palestra "O Livro Apoio Estatal"	8.378	PSEC	938/80	1980
Biografia	8.458	PPES		1980
Blecbers Produções Artísticas ltda	8.339	PDAC	795/74	1974
Bloch Editora S/A	8.305	PDAC	0136/75	1975
	8.332	PDAC	021/74	1974
Bogdan Offenberg	8.308	PDAC	0387/75	1975
Boletim Interno – Correspondências	8.477	CDES		1980
Boletins da SEAC	8.448	DNBO		1980
Boletins do DAC	8.448	DNBO		1974-75
Boletins Fundação Joaquim Nabuco	8.448	DNBO		1975-76

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Boletins INC	8.448	DNBO		1975
Boletins Pessoal / IPHAN	8.448	DNBO		1977-80
Bolsa Ana Stelle Schic	8.352	PDAC	486/76	1976
Bolsa Arte DAC / DAE	8.365	PDAC	593/77	1977
Bolsa Auxílio Pesquisa	8.363	PDAC	131/77	1977-79
Bolsa de Estudo Trabalho e Arte	8.484	PPES		-
Bolsa de Estudos	8.370	SEAC	426/78	1978
Bolsa Profissionalizante Cultural – DAC / FUNARTE / DAE	8.484	PPES		1977
Bolsa Trabalho – Arte	8.486	PPES		1978
	8.353	PDAC	636/76	1976-77
	8.352	PDAC	144/76	1976-78
	8.354	PDAC	820/76	1976
	8.354	PDAC	953/76	1976-77
	8.354	PDAC	954/76	1976-77
	8.364	PDAC	332/77	1977
	8.369	SEAC	20/78	1978
	8.484	PPES		1979
Bolsa Trabalho Arte do MEC – DAC	8.353	PDAC	564/76	1976
	8.353	PDAC	579/76	1976
Brasília	8.550	CSEN		1979
	8.402	REAT		1971
	8.436	DEPS		1977-79
	8.440	PNAC		Abril/76
	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
	8.475	CDES		1980
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981-82
	8.550	CSEN		1979
	8.552	CSEN		1979
Brasília – Ceará – Espírito Santo – Goiás – Maranhão – Mato Grosso – Mato Grosso do Sul – Minas Gerais – Pará - Paraíba – Paraná – Pernambuco – Piauí (Correspondências)	8.478	CDES		-
Brasília – Ceará – Maranhão – Mato Grosso – Minas Gerais – Pará – Pernambuco – Rio de Janeiro (Correspondências)	8.480	CDES		1981-82
Brasília / Distrito Federal	8.346	PDAC	1647/74	1974
	8.347	PDAC	1851/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Bráulio do Nascimento	8.352	PDAC	358/76	1976
	8.352	PDAC	429/76	1976
	8.359	PDAC	1820/76	1976-80
Brazilian Cultural Center	8.307	PDAC	0343/75	1975
Bruno Kiefer	8.348	PDAC	1993/74	1974
Burroughs Eletrônica Ltda	8.354	PDAC	969/76	1976-80
	8.319	PDAC	138/75	1975-80
Cadastro Artístico do DAC	8.338	PDAC	757/74	1974
Cadastro Bens Culturais Arquidiocese	8.370	SEAC	780/78	1978-79
Cadastro Fornecedores	8.380	POUO	5471/73	1973
Caixa Econômica Federal	8.446	ORÇP		-
Caleb de C. Holanda Cavalcante – Averbação Tempo Serviço e Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	216938/81	1981
Calendário de Atividades Programadas	8.554	REAT		1979
Câmara de Ciências Humanas (Conselho Federal de Cultura)	8.359	POUO	521	1976-77
Câmara dos Deputados – Biblioteca – BSB	8.333	PDAC	214/74	1974-75
Câmara dos Deputados – Indicação Vaga para Dr Geraldo Adolpho G. Vianna	8.361	POUO	3132/74	1974
Câmara Municipal Anápolis – Denúncia Desvio Verba	8.382	PSEC	205894/81	1981
Câmara Municipal Barretos – SP – Apoio Realização Festa do Boiadeiro (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	5443/78	1978
Câmara Municipal Bauru	8.379	PSEC	221397/80	1980
Câmara Municipal da Covilhã – Portugal – Tournée Através Brasil (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5562/74	1974-75
Câmara Municipal de Feira de Santana – BA	8.327	PDAC	1860/75	1975
Câmara Municipal de Guarapés / SP –Formação de Bandas	8.361	POUO	3898/74	1974
Câmara Municipal de Igarassu – PE	8.327	PDAC	2020/75	1975-76
Câmara Municipal de João Pessoa – INL	8.350	PDAC	225792/74	1974
Câmara Municipal de Jundiaí – SP – Cópia Requisição nº 856 – Vereador Eliozillo (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4244/74	1974
Câmara Municipal de Viçosa – MG – Cópia de Ofício ao Pref. Municipal de Viçosa (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4753/74	1974
Camerata do Rio	8.334	PDAC	271/74	1974
Camilo Michalka e Outro	8.334	PDAC	310/74	1974
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	8.510	OBRA		1975-78
	8.305	PDAC	0110/75	1975-80
	8.335	PDAC	352/74	1974
	8.338	PDAC	741/74	1974
	8.341	PDAC	951/74	1974
	8.343	PDAC	1208/74	1974
	8.343	PDAC	1281/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	8.344	PDAC	1309/74	1974
	8.352	PDAC	358/76	1976
	8.363	PDAC	150/77	1977-79
	8.404	REAT		1976
	8.405	REAT		1976
	8.406	REAT		1976
	8.407	REAT		1977
	8.440	PNAC		1980-85
	8.464	CDES		1974-76
	8.466	CDES		1977
	8.471	CDES		1978
	8.483	CDES		1979
	8.503	DDIV		1971-79
	8.506	DPNE		1963-71
	8.510	OBRA		1976
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - Correspondências	8.483	CDES		1979
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – Curso Especial Pesquisa Folclórica	8.365	PDAC	615/77	1977-79
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – Expediente – Ofício - Projetos	8.503	DDIV		1971-79
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – Interf DAC à UASP – Excesso de Bagagem	8.359	PDAC	1802/76	1976-80
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – Relat Bráulio Nascimento	8.352	PDAC	358/76	1976
Campanha de Defesa Folclore Brasileiro – Levantamento Bens Móveis e Imóveis – FUNARTE	8.370	SEAC	778/78	1978
Campanha Defesa do Folclore Brasileiro – Justificativa Verba Reform Dotação	8.352	PDAC	130/76	1976
Campanha Defesa do Folclore Brasileiro – Relatório Viagem	8.353	PDAC	647/76	1976
Campanha Defesa Folclore Brasileiro – Folclore Projeto Minerva	8.363	PDAC	125/77	1977-79
Campanha Nacional Educação	8.402	REAT		1967
Campanha Nacional Educação Rural	8.505	DPNE		1961-70
Campanha Nacional Folclore Brasileiro	8.403	REAT		1972
Campanha Nacional Material Ensino	8.402	REAT		1967
Campeonato Mundial Futebol 1974 – Alemanha	8.380	POUO	646/73	1973
Cancelamento Desconto Folha	8.358	PDAC	1677/76	1976
Cancelamento Salário Família	8.381	PSEC	195/81	1981
Cândida Maria do Nascimento	8.383	PSEC	236024/81	1981-82
	8.362	POUO	201327/76	1976
	8.374	POUO	217457/79	1979-81
Candidatos Categoria Funcional Agente de Vigilância	8.382	PSEC	207110/81	1981-82

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Cantora Linda Batista	8.382	PSEC	209261/81	1981
Capacitação de Recursos Humanos	8.369	SEAC	70/78	1978
	8.449	DDIV		1976
	8.450	DDIV		1975-79
	8.569	DDIV		1978-79
Capacitação de Recursos Humanos – Apoio às Atividades Culturais – Artísticas	8.450	DDIV		1980
Capacitação de Recursos Humanos – Orçamento – Programação e Projetos	8.450	DDIV		1980
Capacitação de Recursos Humanos – Projeto Prioritário 13.8 – Área da Cultura	8.450	DDIV		1975-79
Capacitação de Recursos Humanos para Área de Cultura – Animação Cultural	8.449	DDIV		1979
Capacitação de Recursos Humanos para Área de Cultura – Governo do Estado do Ceará – Secretaria de Cultura e Desporto	8.459	PPES		1980
Capacitação de RH	8.446	ORÇP		1978
Capacitação de RH / Plano Operativo Anual	8.445	ORÇP		1976
Capacitação de RH para Área Cultural – Educação Artística – Prodiarte	8.452	DDIV		1976-79
Capacitação Profissional e Revitalização de Comunidade Urbanas e Rurais – Projeto Tiradentes	8.456	PPES		1979-81
CAPES / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	8.402	REAT		1967
Caravana Artistas Líricos - Atividades Realizadas 1975 e Programa 1976	8.354	PDAC	872/76	1976
Caravana de Artistas Líricos – CAL – RIO	8.318	PDAC	1232/75	1975-77
	8.325	PDAC	1601/75	29/07/1975 a 08/01/1976
	8.347	PDAC	1735/74	1974
	8.348	PDAC	2054/74	1974
	8.357	PDAC	1375/76	1976
	8.357	PDAC	1376/76	1976
	8.369	SEAC	05/78	1978
Caravana dos Artistas Líricos – Auxílio Financeiro Montagem Apresentação Ópera Il Neo	8.356	PDAC	1189/76	1976
Caravana dos Artistas Líricos – CAL – RIO – Auxílio Financeiro – III Ciclo de Palestras de Musical Brasileira	8.369	SEAC	245/78	1978
Caravana dos Artistas Líricos – GB – Convênio – Recibos	8.380	POUO	256408/69	1969
Caravana dos Artistas Líricos – Inclusão no PAC / 75 – barítono Waldir de Paula	8.351	PDAC	2216/74	1974
Caravana dos Artistas Líricos – RJ – Auxílio Financeiro – I Congresso Canto Bidusayão	8.369	SEAC	10/78	1978
Caravana dos Artistas Líricos – RJ – Auxílio Financeiro II Ciclo Palestras Musicas Operísticas	8.369	SEAC	05/78	1978
Caravana dos Artistas Líricos – Verba para caravana Norte e Sul	8.351	PDAC	2212/74	1974
Caravana dos Artistas Líricos /RJ – Auxílio Financeiro XV Concurso Nacional de Canto Carmen Gomes (FUNARTE)	8.383	POUO	1978/81	1981-82
Carlos Arthur Liuzzu	8.325	PDAC	1633/75	30/07 a 01/08/1975
Carlos Augusto Vial - Cantor Lírico	8.317	PDAC	0982/75	1975
Carlos Cão Jr – Prop. Projeto Primeira Amostragem Novos Talentos Música Brasileira e Feiras Livre Cult. (FUNARTE)	8.379	POUO	147/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Carlos de Almeida Lemos	8.347	PDAC	1713/74	1974-75
Carlos Diegues	8.332	PDAC	045/74	1974
Carlos Dittert - RJ	8.327	PDAC	1985/75	1975
Carlos Eduardo Prates	8.335	PDAC	376/74	1974
Carlos Eduardo Prates – Maestro	8.308	PDAC	0372/75	1975
Carlos Elias Mondini Belleti (pasta sofreu extravio)	*	POUO	211774/75	1975
Carlos Frederico Rodrigues	8.325	PDAC	1645/75	1975
Carlos Iafelice – SP – Graduação de Obras (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1213/74	1974
Carlos Jose – Cantor (Processo)	8.313	PDAC	0854/75	1975
Carlos José Ramos dos Santos	8.349	PDAC	2145/74	1974
Carlos Pereira de Miranda – Concessão de 03 Diárias	8.356	PDAC	1208/76	1976-80
Carlos Rato – Flautista	8.312	PDAC	0768/75	1975
Carlos Rodrigues de Carvalho	8.307	PDAC	0259/75	1975
Carmela Mattoso Sarmento – Cantora	8.314	PDAC	0873/75	1975
Carmen Pimentel – Cantora (Processo)	8.314	PDAC	0888/75	1975
Carmen Zingra – Cantora Lirica	8.314	PDAC	0869/75	1975
Carrossel Promoções Artísticas	8.308	PDAC	0462/75	1975
Carta Cultural de São Miguel das Missões (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5827/74	1974-75
Carta do Recife – Uma Reapreciação da Educação no Nordeste - SEAC	8.553	CSEN		1980
Cartas	8.535	CORR		1977-78
	8.536	CORR		1978
	8.537	CORR		1978
Cartas Colégios	8.481	CDES		1980-84
	8.481	CDES		1985
Cartas Cursos de Inglês	8.481	CDES		1980-83
	8.481	CDES		1984-85
Cartas e Ofícios Circulares	8.524	CORR		1971-73
Cartas Expedidas	8.531	CORR		1974-76
	8.532	CORR		1976
Cartas S/Nº	8.469	CDES		1978
Casa da Bahia	8.349	PDAC	2309/74	1974-75
Casa da Bahia – Cessão do Salão de Exposições do MEC	8.352	PDAC	345/76	1976
Casa de Cultura – SC (Departamento de Administração)	8.368	POUO	244800	1977
Casa de Cultura de Campo Grande / MT – Auxílio Financeiro	8.352	PDAC	212/76	1976-79
Casa de José de Alencar – Prestação de Contas	8.457	PPES		1975
Casa de Rui Barbosa	8.338	PDAC	660/74	1974
	8.385	RROR		-
	8.438	PNAC		1981

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Casa de Rui Barbosa	8.440	PNAC		1980-85
	8.459	PPES		1977
	8.471	CDES		1978
Casa de Rui Barbosa – Programação Financeira	8.445	ORÇP		1976
Casa do Estudante do Brasil	8.318	PDAC	1151/75	1975
	8.328	PDAC	2024/75	1975
Casa do Porto	8.337	PDAC	545/74	1974-75
Casa dos Artistas	8.338	PDAC	724/74	1974
Casa dos Artistas – Rio /RJ – Concessão de Auxílio	8.501	DAVL	1695/75	1975
Casa França Brasil	8.510	OBRA		1975-78
Casa Misericórdia Paraty – Instalação Escritório IPHAN na Cidade de Paraty (Gabinete do Ministro)	8.359	POUO	158/76	1976
Casa Raimundo Cela	8.342	PDAC	1018/74	1974
CASB – Produções Cinematográficas Ltda – RJ	8.325	PDAC	1613/75	29 a 30/07/1975
Catherine Dyécre – Proposta Pesquisa "A Umbanda no Rio de Janeiro" em 1980	8.377	PSEC	682/80	1980
CATRA (Coordenação de Assistência Técnica para a Reforma Administrativa) – Rádio Educadora – Secretaria Geral	8.403	REAT		1973
CEAC	8.495	DDGS		1975
Ceará	8.352	PDAC	147/76	1976
	8.369	SEAC	152/78	1978
	8.372	SEAC	303/79	1979
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981-82
Cecília Lydia Cooper - Pianista	8.311	PDAC	0748/75	1975
Cecilia Soutto Mayor – Cantora Lírica (Processo)	8.315	PDAC	0922/75	1975
Célia Macedo Vianna - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	203859/81	1981
Célia Maria Corsino – Transferência do MHN para Museu Edson Carneiro – Função Chefe (Departamento de Administração)	8.371	POUO	218110/78	1978-81
Celina Avelina Teixeira Cesário Alvim – Cristina Ortiz - Pianista	8.316	PDAC	0964/75	1975
Celso Cavalcanti – Pianista	8.312	PDAC	0774/75	1975
Celso Cavalcanti Albuquerque	8.348	PDAC	2013/74	1974
Celso Nemitowski de Siqueira	8.310	PDAC	0648/75	1975
Celucat Artes Gráficas S/A	8.328	PDAC	2055/75	1975-80
Centenário da Morte do Padre José de Anchieta, IV	8.394	DDIV	65	1980
Centenário de Morte de Tavares Bastos	8.501	DAVL	1201/75	1975
Centenário do Município de Garanhuns (Departamento de Administração)	8.368	POUO	246019	1977-78
Centenário Morte Luis de Camões	8.376	PSEC	366/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Centro Acadêmico Mario Palmério da FOTM – Curso de MPB	8.365	PDAC	446/77	1977
Centro Acadêmico Mario Palmério da FOTM – Curso Prof Ricardo Cravo Albim	8.365	PDAC	462/77	1977
Centro Altino Americano de Pesquisas Ciências Sociais – Prestação de Contas	8.353	PDAC	644/76	1976-80
Centro Amazônico de Comunicação Extra	8.373	SEAC	508/79	1979
Centro Brasileiro de TV Educativa	8.378	PSEC	1000/80	1980-81
	8.502	DDIV		1971-79
Centro Cultural Agnelo Bitterncourt	8.357	PDAC	1388/76	1976
Centro Cultural Artístico Luso Brasileiro (Departamento de Administração)	8.371	POUO	239432/78	1978
Centro Cultural Brasil Israel	8.342	PDAC	1012/74	1974
Centro Cultural Campo Formoso	8.372	SEAC	450/79	1979
Centro Cultural de Barra do Piraí – Comunicado da Criação do Centro	8.360	POUO	2898/74	1974
Centro Cultural de Estrela	8.374	POUO	237391/79	1979
Centro Cultural Maria Auxiliadora de Manaus - Atividades Realizadas 1975 e Programa 1976	8.354	PDAC	897/76	1976
Centro Cultural Musical PUC/RS – Projeto Musica Câmara Bolsistas – II Grau	8.369	SEAC	103/78	1978
Centro Cultural Pró-Música	8.344	PDAC	1327/74	1974
	8.344	PDAC	1384/74	1974
Centro da Comunidade Luso – Brasileira BH / MG	8.328	PDAC	2176/75	1975
Centro de Atividades Artísticas do CEUB – DF – II Festival Internacional de Coros (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4392/74	1974
Centro de Criat. Cultur. Artes – Auxílio Financeiro	8.356	PDAC	1281/76	1976-77
Centro de Cultura de Petrópolis – RJ	8.340	PDAC	827/74	1974
Centro de Cultura Musical da PUC – RJ	8.307	PDAC	0370/75	1975
Centro de Cultura Musical da PUCAS	8.318	PDAC	1091/75	1975
Centro de Cultura popular Luisa Maciel – I Encontro do Comitê Latino Americano Folclore Artes	8.353	PDAC	675/76	1976
Centro de Cultura Popular Luiza Maciel – PE – Verba Anual Orçamento / 77 – Festival Folclore Latino Americano	8.358	PDAC	1557/76	1976-78
Centro de Estudos Afro-Orientais – UFBA – Auxílio Financeiro Realização Curso	8.367	PDAC	1048/77	1977-79
Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA – Auxílio Financeiro 02 Projetos	8.369	SEAC	306/78	1978
Centro de Estudos Baianos – Solicita Auxílio Financeiro 35º Aniversário Universidade Federal Bahia	8.381	PSEC	190/81	1981
Centro de Estudos José de Alencar de Ijuí – RS – Inform. E Auxílio Financeiro (Departamento de Assuntos Culturais)	8.359	POUO	1887	1976-77
Centro de Estudos Submarinos – CES	8.325	PDAC	1622/75	30/07/1975
Centro de Expansão Cultural – Santos / SP – Auxílio Financeiro – Manutenção	8.354	PDAC	957/76	1976
Centro de Pesquisas e Trabalhos Populares do Brasil	8.332	PDAC	074/74	1974
Centro de Pesquisas Folclóricas	8.333	PDAC	211/74	1974
Centro de Recuperação Motora do Nordeste – PE	8.327	PDAC	1881/75	1975
Centro de Tradições Gaúchas – RS – Colaboração Conclusão Obras	8.367	PDAC	1141	1977-78

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Centro de Tradições Populares – Sobradinho – DF – Solicitação Auxílio Financeiro	8.361	POUO	3307/74	1974-75
Centro Difuso de Cultura Ltda – Aquisição Enciclopédia Abril e Clássicos Modernos	8.372	SEAC	383/79	1979
Centro Educacional Christos do Amazonas	8.310	PDAC	0667/75	1975
Centro Educacional de Realengo – RJ – Painel de Realizações	8.361	POUO	3984/74	1974
Centro Educacional Nª Sª Auxiliadora – RJ – Auxílio Financeiro Aquisição de 900 Cadeiras	8.364	PDAC	286/77	1977-78
Centro Estudos Baianos da UFBA – Auxílio Financeiro – Núcleo Estudos Brasil Colônia	8.373	SEAC	610/79	1979
Centro Estudos Portugueses da Faculdade de Letras da UFMG - Auxílio Financeiro Semana Estudos Camonianos	8.376	PSEC	310/80	1980
Centro Experimental – Glauce Rocha	8.339	PDAC	803/74	1974
	8.339	PDAC	814/74	1974
Centro Experimental Glauce Rocha – RJ – Excursão pelo PAC (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5744/74	1974
Centro Exposição Cultural – SP – Proposta Concerto Piano e Orquestra	8.356	PDAC	1324/76	1976
Centro Interamericano Educação Rural	8.346	PDAC	1636/74	1974
Centro Interescolar Cardeal Câmara – Patrocínio Apresentação Eva Todor	8.357	PDAC	1478/76	1976
Centro Josué de Castro – Convênio – MEC – FUNARTE	8.456	PPES		1980
Centro Josué de Castro – Manifestação Cultural e Produção Sobrevivência Comunidade Baixa Renda Região Metropolitana Recife	8.456	PPES		1979
Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais	8.457	PPES		1978
Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais – Particular Dr Diegues	8.496	DDGS		1973-76
Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais	8.396	DDIV	47	1979
Centro Latino Americano Pesquisa em Ciências Sociais - Atividades Realizadas 1975 e Programa 1976	8.354	PDAC	879/76	1976
Centro Nacional de Educação Especial – Transf. Vera Maria de Araújo	8.372	SEAC	497/79	1979
Centro Nacional de Referência Cultural	8.454	PPES		1978
Centro Nacional de Referência Cultural – III Curso Interamericano Administração Cultural Política e Gerência	8.454	PPES		1978
Centro Nacional de Referência Cultural – Publicação Amaro de Tracunhaem	8.454	PPES		1978
Centro Nacional de Referência Cultural – Relatório Técnico	8.454	PPES		1977
	8.454	PPES		1975
Centro Nacional de Referência Cultural – Transferência de Verba	8.365	PDAC	428/77	1977-79
Centro Nacional Referência Cultura – Proposta Termo Aditivo CNRC	8.370	SEAC	573/78	1978
Centro Social Percília Morais	8.505	DPNE		1961-70
Centro Social Pres Kennedy - Auxílio Financeiro Projeto	8.376	PSEC	353/80	1980
Centro Social Presidente Kennedy – Campinas – SP – Auxílio Financeiro(FUNARTE)	8.359	POUO	101/76	1976
Centro Tradições Gaúchas David Canabarro – RS – Auxílio Financeiro Restauração Prédio	8.380	POUO	200/73	1973
Centro Universitário de Brasília	8.319	PDAC	1340/75	1975
Centro Universitário de Cultura e Arte	8.327	PDAC	1986/75	1975-76

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Centros Universitários	8.487	PPES		1976
Certidão de Tempo Serviço	8.383	PSEC	224741/81	1981
	8.352	PDAC	471/76	1976-80
	8.352	PDAC	447/76	1976-80
	8.352	PDAC	449/76	1976-80
	8.352	PDAC	450/76	1976-80
	8.352	PDAC	451/76	1976-80
Certificados	8.497	DDGS		1974-77
César de Araujo – Escritor	8.317	PDAC	1048/75	1975
Cessão Temporária Peças Históricas e Artística dos Museus	8.367	PDAC	962/77	1977
CETRED	8.551	CSEN		1980
CETREMEC – Programa de Estudo Personalizado para Ascensão Funcional (Apostilas)	8.503	POUO		1981
CFC - Correspondências	8.476	CDES		1980
	8.482	CDES		1979
CFC / Conselho Federal de Cultura	8.362	POUO	236543/76	1976-77
	8.380	POUO	436/71	1971
	8.380	POUO	437/71	1971
	8.380	POUO	438/71	1971
	8.380	POUO	439/71	1971
	8.380	POUO	440/71	1971
	8.476	CDES		1980
	8.482	CDES		1979
Chalés Viana – Conjunto Khaos	8.318	PDAC	1119/75	1975
Chlau Deveza	8.333	PDAC	224/74	1974
Chléo Goulart	8.331	POUO	4061/68	1968-69
Chozil Empreendimentos Imobiliários Ltda	8.342	PDAC	1019/74	1974-75
Christiano Benedito Ottoni – Remoção as Sphan pra a SEAC	8.383	PSEC	228160/81	1981
Cia Cipan Veículos e Maquinas	8.347	PDAC	1840/74	1974-75
Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas /MG – Auxílio Financeiro Criação "Cooperativa Artesanato"	8.375	PSEC	87/80	1980
Cia. T.J. Janer – Comércio e Industria	8.318	PDAC	1173/75	1975-80
Ciclo de Palestras Música Brasileira	8.369	SEAC	245/78	1978
	8.357	PDAC	1376/76	1976
Ciclo Palestras Musicas Operísticas	8.357	PDAC	1375/76	1976
	8.369	SEAC	05/78	1978
Cine Clube – Macaé /RJ	8.329	POUO	235621/75	1975-76
Cine Qua Non – Produções e Distribuições Cinematográficas Ltda	8.325	PDAC	1638/75	30/07 a 01/08/1975
	8.325	PDAC	1639/75	30/07 a 01/08/1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Cinedia S/A – RJ	8.326	PDAC	1665/75	1975
	8.326	PDAC	1666/75	1975
	8.326	PDAC	1668/75	1975
	8.347	PDAC	1939/74	1974
Cinema de Arte Universitário – CE	8.319	PDAC	1308/75	1975
Cinemateca do MAM / RJ	8.371	SEAC	804/78	1978
Cinética – Prod Adm Cinematográficas Ltda	8.343	PDAC	1174/74	1974
Circo Mágico Tihany – Auxílio Promoção Especial Divulgação Cultural	8.380	POUO	240875/73	1973
Circuito de Expansão Artística Popular do Nordeste	8.459	PPES		1980
Círculo de Arte Vera Janacopulos	8.345	PDAC	1456/74	1974
Clack Musica e Espetáculos Ltda	8.343	PDAC	1171/74	1974-75
	8.308	PDAC	0389/75	1975
Claudio de Brito – Pianista	8.317	PDAC	0981/75	1975
Cláudio de Souza Barradas / PA – Sugestões Curso TV e Rádio (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO		1974
Claudio Dichemer	8.348	PDAC	2101/74	1974
Claudio Lisboa Sócrates – Pianista	8.310	PDAC	0670/75	1975
Cláudio Tavares Barbosa	8.338	PDAC	584/74	1974-91
Cleo Alemão – Cantora Lírica	8.315	PDAC	0919/75	1975
	8.348	PDAC	2028/74	1974
Cleto Magalhães – Recife - PE	8.319	PDAC	1385/75	1975
	8.319	PDAC	1386/75	1975
	8.319	PDAC	1387/75	1975
Clube Amadores de Tracunhaém – Auxílio Financeiro Compra Imóvel e Rest. Clube	8.377	PSEC	578/80	1980
Clube dos Flautistas do Rio Grande do Sul – Centro de Artes	8.346	PDAC	1613/74	1974-75
	8.318	PDAC	1078/75	1975
Clube dos Poetas Cearenses – Expõe Situações Clube e Pede Providências (Seção de Comunicações /MEC)	8.379	POUO	200606/80	1980
Coarte – Assessoria e Administração de Empresa Ltda.	8.306	PDAC	0168/75	1975
	8.345	PDAC	1430/74	1974
CODEAU (Módulos I e II)	8.505	POUO		1980
CODEBRÁS / COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE BRASÍLIA	8.365	PDAC	424/77	1977-79
Coleções Poéticas	8.458	PPES		1980
Colégio Dom Bosco Rio do Sul – SC – Auxílio Financeiro Conclusão Casa de Cultura (Departamento Administração)	8.368	POUO	244800	1977
Colégio Estadual Augusto Meira – Belém PA	8.327	PDAC	1918/75	1975
Colégio Estadual Severiano Vieira – BA – Auxílio Financeiro Concurso	8.366	PDAC	860/77	1977-79
Colégio Estadual Severino Vieira – BA – Auxílio Financeiro Promoção Eventos (FUNARTE)	8.379	POUO	1085/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Colégio Estadual Severino Vieira / BA – Projeto Extensão Cultural (Contém fotografias)	8.361	POUO	3040/74	1974-75
Colégio Estadual Zacarias de Goiás – Teresina – PI	8.321	PDAC	1492/75	1975
	8.338	PDAC	574/74	1974
Colégio Estadual Zacarias de Goiás – Teresina – PI – Pedido de Filmes (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1977/74	1974-75
Colégio Fernão Dias Pais – Osasco SP	8.328	PDAC	2193/75	1975
Colégio Juvenal de Carvalho – Auxílio Financeiro Construção Auditório – Teatro	8.375	PSEC	142/80	1980
Colégio Municipal Lençóis /BA – Solicita Aquisição Instrumentos Musicais Festividades Independência Brasil	8.378	PSEC	1008/80	1980
Colégio Nossa Sra. da Gloria – PA – RS	8.348	PDAC	2035/74	1974-75
Colégio Pedro II	8.370	SEAC	348/78	1978
Colégio São Joaquim – Lorena /SP - Auxílio Financeiro Difusão Cultura /1980	8.376	PSEC	305/80	1980
Collegium Musicum – Conjunto	8.310	PDAC	0652/75	1975
Collegium Musicum do Instituto Villa Lobos	8.334	PDAC	306/74	1974
Comédia Cearense	8.338	PDAC	787/74	1974-75
Comemoração 80º Aniversário Prof Gilberto Freire	8.379	PSEC	208347/80	1980
Comemoração Semana Pátria (FUNARTE)	8.359	POUO	118/76	1976
Comércio e Representações Dois Irmãos Ltda.	8.318	PDAC	1266/75	1975-80
Comissão de Assuntos Internacionais - CAI– Ind U Conf I Edc H	8.352	PDAC	72/76	1976
Comissão de Belas Artes	8.385	RROR		-
Comissão de Legislação e Normas (Conselho Federal de Cultura)	8.359	POUO	523/76	1976-77
Comissão do Ministério da Agricultura	8.358	PDAC	1528/76	1976
Comissão Especial – Proposta - SNT	8.380	POUO	54/69	1969-70
Comissão Executiva das Comemorações do Centenário da Imigração Italiana	8.344	PDAC	1298/74	1974-75
Comissão Nacional Bicentenário Domingos José Martins	8.378	PSEC	1087/80	1980
Comissão Nacional Centenário Palácio de Castro / GB – Verba Criação Museu Histórico – Acre	8.331	POUO	6000/73	1973-74
Comissão Nacional de Artes Plásticas	8.396	DDIV	66	1980
Comissão Nacional de Belas Artes	8.350	PDAC	2371/74	1974
	8.464	CDES		1975-76
Comissão Nacional de Belas Artes – Documentário "Arquivo Morto" CNBA	8.370	SEAC	639/78	1978
Comissão Nacional Folclore – GO – Promoção 30º Aniversário da CNF	8.365	PDAC	523/77	1977-78
Comissão Nacional para Comemoração do Dia de Anchieta – Concessão de Verba para Realização de Programa Comemorativo	8.380	POUO	195/69	1969
Comitê Brasileiro do ICOM – RJ – Congresso – Conferência – Assembléia	8.364	PDAC	163/77	1977
Comp T Janér Comércio e Indústria – Rio – Inscrição Ficha Cadastro Fornecedores	8.356	PDAC	1179/76	1976-80
Companhia Cici Pinheiro – GO	8.329	POUO	217352/75	1975
Companhia Editora Americana	8.328	PDAC	2463/75	1975-77

.

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Companhia Indust. Zornita Equipamentos de Gerência – Rio – Ficha Cadastro Fornecimento DAC	8.354	PDAC	907/76	1976
Companhia Teatro Ribalta	8.342	PDAC	1100/74	1974
Comunica Freqüência de Funcionários	8.433	DEPS		1980-82
Comunica Freqüências Diversas - ofícios	8.433	DEPS		1982-83
Comunidade Paroquial do Calafate – BH – MG	8.322	PDAC	1563/75	28 a 29/07/1975
Conc. I Canto, VIII	8.358	PDAC	1737/76	1976-77
Concerto Centro Cultural de Música da Universidade Católica do Rio Grande do Sul	8.362	POUO	215487/76	1976
Concerto Internacional de Coro Misto	8.372	SEAC	296/79	1979-80
	8.372	SEAC	13/79	1979
Concessão 50 Bolsas Programa Bolsa Trabalho Arte	8.369	SEAC	146/78	1978
Concessão Auxílio Financeiro	8.372	SEAC	327/79	1979
Concessão Bolsa Trabalho Arte	8.353	PDAC	609/76	1976-77
Concessão Bolsas	8.358	PDAC	1502/76	1976
	8.369	SEAC	264/78	1978
	8.369	SEAC	316/78	1978
	8.369	SEAC	317/78	1978
	8.369	SEAC	330/78	1978
Concessão Bolsas (FUNARTE)	8.359	POUO	572/76	1976
Concessão de Auxílio - Casa dos Artistas	8.501	DAVL	1695/75	1975
Concessão de Diárias	8.355	PDAC	1034/76	1976-80
	8.355	PDAC	1098/76	1976-80
	8.355	PDAC	1118/76	1976-80
	8.356	PDAC	1265/76	1976-80
	8.363	PDAC	013/77	1977-80
	8.363	PDAC	014/77	1977-80
	8.363	PDAC	015/77	1977-80
	8.363	PDAC	02/77	1977-80
	8.363	PDAC	03/77	1977-80
	8.364	PDAC	186/77	1977-80
	8.364	PDAC	188/77	1977-80
	8.364	PDAC	197/77	1977-80
	8.364	PDAC	199/77	1977-80
	8.364	PDAC	182/77	1977-80
	8.364	PDAC	183/77	1977-80
	8.364	PDAC	184/77	1977-80
	8.364	PDAC	185/77	1977-80
	8.364	PDAC	187/77	1977-80

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Concessão de Diárias	8.367	PDAC	1097	1977
Concessão de Diárias e Passagens	8.359	PDAC	1820/76	1976-80
Concessão de Diárias e Passagens Aéreas	8.363	PDAC	034/77	1977-80
	8.364	PDAC	264/77	1977-80
	8.373	SEAC	903/79	1979-80
	8.359	POUO	1883	1976-80
	8.352	PDAC	429/76	1976
	8.365	PDAC	467/77	1977-80
	8.352	PDAC	361/76	1976-80
	8.365	PDAC	531/77	1977-80
	8.373	SEAC	852/79	1979
	8.373	SEAC	840/79	1979
	8.380	POUO	4393/73	1973-74
	8.381	PSEC	741/81	1981
Concessão Horas Extras Diárias ao Sr Francisco L. da A. Fonseca	8.374	POUO	229365/79	1979-81
Concessão Passagens Aéreas Exterior	8.358	PDAC	1515/76	1976
Concessão Passagens Aéreas ou Rodoviárias	8.378	PSEC	1258/80	1980
Concessão Recursos para Construção Sede Própria	8.383	PSEC	211685/81	1981
Concessão Salário Família	8.375	PSEC	60/80	1980-81
Concessão Verba para Desenvolvimento de Projeto Trabalho Cultural	8.383	PSEC	211061/81	1981
CONCINE / Conselho Nacional de Cinema	8.379	PSEC	206989/80	1980-81
	8.386	RROR		-
	8.405	REAT		1976
	8.406	REAT		1977
	8.440	PNAC		1980-85
	8.465	CDES		1977
	8.476	CDES		1980
	8.481	CDES		1979
	8.561	DDIV		1980-81 1974-77
	8.562	DDIV		1978-80
CONCINE / Conselho Nacional de Cinema - Correspondências	8.476	CDES		1980
	8.481	CDES		1979
Conclusões dos Encontros Regionais – I / II e III PSECD	8.443	PNAC		1975-82
Concurso Harpa Tel Aviv - Israel	8.380	POUO	233556/73	1973-74
Concurso Nacional Cartazes Escolares	8.377	PSEC	900/80	1980
Concurso Nacional de Canto Carmen Gomes, XV (FUNARTE)	8.383	POUO	1978/81	1981-82
Concurso Univ Cultural Brasileiro – RJ	8.331	POUO	261/73	1973-75

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Confederação Brasileira de Hipnologia – RJ – Auxílio Financeiro V e VI Congresso	8.366	PDAC	886/77	1977-79
Confer Beverly Hills Academy Of Los Angeles	8.380	POUO	4393/73	1973-74
Conferência Internacional (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	268/74	1974
Conferência Nacional de Educação, II - SP	8.553	CSEN		1969
Conferências Dr Diegues e outros	8.469	CDES		1976-78
Conferências e Seminários, Correspondências sobre	8.389	POUO		1968-80
	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4º	8.373	SEAC	792/79	1979-82
Congresso Brasileiro de Geologia, 29º	8.357	PDAC	1459/76	1976
Congresso Brasileiro de Hipnologia, V e VI	8.366	PDAC	886/77	1977-79
Congresso Brasileiro Dialectologia e Etinografia, I	8.369	SEAC	273/78	1978
Congresso Canto Bidu Sayão, I	8.369	SEAC	10/78	1978
Congresso Internacional Filologia e Lingüística Românicas, XVI (Fundação Casa de Rui Barbosa)	8.379	POUO	39/80	1980
Congresso Mundial Federação Internacional de Professores, V – Solicita Subvenção (Delegacia Regional do MEC)	8.383	POUO	710/81	1981
Congresso Mundial Meninos Cantores, XIX	8.373	SEAC	811/79	1979-80
Congresso Nacional – DF – proposta Grupo de Trabalho Centro Musical	8.331	POUO	5893/73	1973-74
Congresso Nacional de Museus, VII	8.550	CSEN		1981
Congresso Nacional Escritores, V	8.381	PSEC	456/81	1981
Congresso Nacional Sócio e Etnolinguística , 3º (FUNARTE)	8.383	POUO	2225/81	1981-82
Conjunto Ars Contemporânea	8.316	PDAC	0948/75	1975
Conjunto Artistas Associados (anexo não localizado)	8.314	PDAC	0899/75	1975
Conjunto de Câmara de Metais Rio de Janeiro (Processo)	8.314	PDAC	0898/75	1975
Conjunto de Cultura Nativa	8.340	PDAC	840/74	1974-75
Conjunto de Folclore Internacional "Os Gaúchos"	8.316	PDAC	0967/75	1975
Conjunto Folclórico do Liceu Paraibano	8.305	PDAC	0014/75	1975
Conjunto Folclórico Postais da Bahia	8.346	PDAC	1679/74	1974-75
Conjunto Musical "Os Canarinhos de Ipatinga" – MG – Pede Apoio Financeiro (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	2355/74	1974
Conjunto Musical Nova do Rio de Janeiro – Marlos Nobre	8.334	PDAC	287/74	1974
Conjunto Novo quarteto de São Paulo	8.316	PDAC	0938/75	1975
Conjunto Pro Arte Antigua	8.316	PDAC	0957/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Conjunto Roberto de Regina	8.336	PDAC	423/74	1974
Conjunto Santa Maria (Processo)	8.313	PDAC	0827/75	1975
Conjunto Tamba Trio	8.316	PDAC	0968/75	1975
	8.341	PDAC	938/74	1974
Conjuntos Ars Barrocas	8.339	PDAC	796/74	1974
Cons. Artístico Musical Johann Sebastian Bach – MG – Auxílio Financeiro – Curso	8.367	PDAC	1067	1977-79
Conselheiros Paulo M. C e Silva e José N. (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4475/74	1974
Conselho Curador FUNARTE	8.503	DDIV		1974-79
Conselho de Educação	8.496	DDGS		1975
Conselho de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais	8.334	PDAC	291/74	1974-75
Conselho de Música de Lages - SC	8.330	POUO	247516/75	1975
Conselho dos Secretários – Brasília	8.395	DDIV	58	1980
	8.395	DDIV	57	1980
Conselho Estadual Cultura Pará – Comemoração 80º Aniversário Prof Gilberto Freire	8.379	PSEC	208347/80	1980
Conselho Estadual Cultura Paraíba – Projeto 01/74 "Cinema e Cultura" – Auxílio (Conselho Federal de Cultura)	8.360	POUO	256/74	1974-76
Conselho Estadual de Cultura	8.333	PDAC	220/74	1974
	8.348	PDAC	1959/74	1974
Conselho Estadual de Cultura – Belo Horizonte	8.333	PDAC	213/74	1974
Conselho Estadual de Cultura - Cessão Kombi com Gerador –Exibições Produções Praças Públicas	8.378	PSEC	1001/80	1980
Conselho Estadual de Cultura – Florianópolis – SC	8.337	PDAC	454/74	1974
Conselho Estadual de Cultura – Moção nº 123/74 – Conselheiros Paulo M. C e Silva e José N. (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4475/74	1974
Conselho Estadual de Cultura – Pará - Auxílio Financeiro Plano Aplicação /1980	8.376	PSEC	559/80	1980
	8.381	PSEC	128/81	1981
Conselho Estadual de Cultura – PE	8.342	PDAC	1118/74	1974
	8.352	PDAC	253/76	1976
Conselho Estadual de Cultura – RJ – Moção nº117/74 (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4257/74	1974
Conselho Estadual de Cultura – SC	8.350	PDAC	2341/74	1974-75
Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro – Auxílio Edição de Revista Órgão	8.331	POUO	163/73	1973-74
Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil	8.305	PDAC	0051/75	1975
Conselho Federal de Cultura – Aprovação Câmara de Ciências Humanas	8.359	POUO	521	1976-77
Conselho Federal de Cultura – Comissão de Legislação e Normas	8.359	POUO	523/76	1976-77
Conselho Federal de Cultura – Encontro Nacional de Cultura	8.359	POUO	522	1976-77
Conselho Federal de Cultura – Proposições – Encontro Nacional Cultura	8.359	POUO	520	1976
Conselho Federal de Cultura	8.338	PDAC	662/74	1974-76
	8.386	RROR		-

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Conselho Federal de Cultura	8.461	CDES		1971
	8.466	CDES		1977
	8.470	CDES		1978
Conselho Federal de Cultura – BA – Ballet Brasileiro da Bahia	8.329	POUO	113/75	1975
Conselho Federal de Cultura – RS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	8.329	POUO	226/75	1975
Conselho Federal de Cultura – RS – Museu Municipal David Canabarro	8.329	POUO	003/75	1975
Conselho Indigenista	8.497	DDGS		1975
Conselho Internacional da Dança – Indicação Coreografa Helba Hedwiges Nogueira Barbosa	8.373	SEAC	576/79	1979
Conselho Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Carlos – SP	8.336	PDAC	426/74	1974
	8.338	PDAC	583/74	1974-75
Conselho Nacional Cartazes Escolares	8.381	PSEC	334/81	1981
Conselho Nacional de Cartazes Escolares. "A Criança e o Trânsito"	8.373	SEAC	528/79	1979
Conselho Nacional Desportos – Participação Grupo Folclore Brasil - Campeonato Mundial Futebol 1974 – Alemanha	8.380	POUO	646/73	1973
Conselho Nacional Romance	8.378	PSEC	965/80	1980
Conselho Regional de Biblioteca da 7ª Região – RJ – Registro CRB – Anuidade Div. Funcionário	8.367	PDAC	916/77	1977
Conselho Regional de Biblioteconomia - Solicita Fiscalização Profissional	8.379	PSEC	217926/80	1980
Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão	8.555	REAT		1980
Conselho Universitário da UFRPE	8.400	DDIV	33	1979
Conselhos Estaduais de Cultura	8.394	DDIV	78	1980
	8.459	PPES		1980
Conservatório Brasileiro de Música	8.342	PDAC	1059/74	1974
Conservatório Carlos Gomes	8.337	PDAC	486/74	1974-75
Conservatório de Belas Artes – Gabinete Ministro	8.350	PDAC	216495/74	1974
Conservatório de Música de Lages – SC	8.330	POUO	252735/75	1975-77
Conservatório Estadual de Música – "Lorenzo Fernandes" – Oferecimento Conjunto Folclórico	8.361	POUO	3192/74	1974
Conservatório Lavignac Santos - SP	8.330	POUO	250184/75	1975
Conservatório Matogrossense de Musica – MT	8.310	PDAC	0664/75	1975-76
Constant Monet – Cantor	8.349	PDAC	2117/74	1974
	8.310	PDAC	0671/75	1975
Construção Casa do Poeta Popular /PB (FUNARTE)	8.379	POUO	164/80	1980
Construção Centro Cultural	8.383	PSEC	229561/81	1981
Construção Centro de Atividades – João Pessoa /PB	8.378	PSEC	1443/80	1980-81
Construção Centro Social – Cultural	8.383	PSEC	212949/81	1981
Construção Sede Arquivo Público e Histórico de Rio Claro	8.383	PSEC	233908/81	1981
Construção Teatro Popular – Vitória /ES – Ajuda Financeira	8.454	PPES		1973

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Construção Teatro Popular – Vitória /ES – Ajuda Financeira	8.454	PPES		1972-74
Consuelo Moura de Oliveira – Consulta sobre Redistribuição de servidor (Seção Comunicação)	8.362	POUO	259592/76	1976-77
Consultoria e Planejamento S/A – SPA	8.328	PDAC	2180/75	1975
Contadores de Estórias Produções Ltda	8.328	PDAC	2220/75	1975-76
Contagem Tempo Serviço	8.501	DAVL	041/82	1982
	8.501	DAVL	045/82	1982
	8.506	DPNE		1963-71
Convênio Biblioteca Nacional - Mudes	8.369	SEAC	169/78	1978
Convênio Bolsa / Trabalho / Arte	8.356	PDAC	1135/76	1976
	8.487	PPES		1976
Convênio com a FUNARTE	8.359	POUO	650/76	1976-79
Convênio entre CFC e Departamento Imprensa Nacional	8.380	POUO	436/71	1971
Convênio entre CFC e Departamento Imprensa Nacional – 12/02/69 – Prestação de Contas	8.380	POUO	440/71	1971
Convênio entre CFC e Departamento Imprensa Nacional – 14/09/70 – Prestação de Contas	8.380	POUO	439/71	1971
Convênio entre CFC e Departamento Imprensa Nacional – 24/06/70 – Prestação de Contas	8.380	POUO	437/71	1971
Convênio entre CFC e Departamento Imprensa Nacional – 30/03/70 – Prestação de Contas	8.380	POUO	436/71	1971
Convênio entre CFC e Departamento Imprensa Nacional – 30/09/70 – Prestação de Contas	8.380	POUO	438/71	1971
Convênio Financiamento Pesquisa e Seleção Material Museológico (Departamento Administração)	8.371	POUO	219794/78	1978
Convênio Projeto Thesaurus Brasileiro de Cultura	8.369	SEAC	18/78	1978
Convênios Área de Artes Plásticas	8.409	REAT		1978-79
Convênios e Contratos / INL – BN / BIBLIOTECA NACIONAL	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos / MEC – CFC – Ministério da Justiça – Departamento de Imprensa Nacional	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos / MEC – Movimento Educação Base da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos / MEC – Pref Municipal de Joinville	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos / MEC – Prefeitura Municipal de São Paulo	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos / Pontifícia Universidade Católica	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos / SEAC – UFRJ - Rondon	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos / SEAC – UFRJ – Rondon / MEC – Movimento Educação Base da Conf. Nacional dos Bispos do Brasil / Universidade Federal da Bahia / Pontifícia Universidade Católica / CFC / MEC – CFC – Ministério da Justiça – Dep de Imprensa Nacional / MEC – Pref Municipal de Joinville / INL – BN / DAC / SEEC – MEC / União Federal – Estado da Bahia – Município de Salvador / MEC – Pref Município de São Paulo	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos / SEEC – MEC	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos / União Federal – Estado da Bahia – Município de Salvador	8.509	DDIV		1966-80
Convênios e Contratos CFC	8.509	DDIV		1966-80

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Conversa Acabada – Proposta de Abordagem	8.393	DDIV	87	1986
Convite para Representante do INL e CFC para Feira do Livro de Frankfurt	8.362	POUO	236543/76	1976-77
Cooperação Técnica – LBA	8.510	OBRA		1979
Cooperação Técnica – MEC/UF	8.510	OBRA		1980
Cooperação Técnica – SEAC	8.510	OBRA		1979
Cooperação Técnica – SEAC / LBA	8.510	OBRA		1979
Coord. Assuntos Inter. Seg – MEC – Parecer e Sugestões Realização Seminário	8.369	SEAC	314/78	1978
Coordenação Área de Capacitação Recursos Humanos - Projeto Bolsa Trabalho Arte Ano 80	8.375	PSEC	120/80	1980
Coordenação Assuntos Int. da SEG – MEC – BSB – Unesco – Regul. Internacional	8.370	SEAC	567/78	1978
Coordenação Assuntos Literários	8.487	PPES		1976
	8.569	DDIV		1978-79
Coordenação Assuntos Literários – Reorganização – Capacitação de Recursos Humanos – Microfilmagem – Plano de Trabalho	8.569	DDIV		1978-79
Coordenação Campo do Mobral – Projeto Exec 1º Festival Folclórico Transamazônica (FUNARTE)	8.362	POUO	250393/76	1976-77
Coordenação Cultural do Nordeste – Planejamento Despesas Exercício /1980	8.375	PSEC	207/80	1980
Coordenação da 19ª Convenção da SATW	8.343	PDAC	1286/74	1974
Coordenação de Assuntos Artísticos – Documentos Diversos	8.451	DDIV		1980-81
Coordenação de Assuntos Int. SEG – MEC – Acordo Cooperação Cultural Brasil e Guiné-Bissau	8.372	SEAC	56/79	1979
Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitários – Departamento Extensão e Estágio	8.554	REAT		1975
Coordenação de Orçamento, Avaliação e Controle / SEAC	8.399	DDIV	26	1979
Coordenação de Referência Cultural – Documentos Diversos	8.453	DDIV		1975-80
Coordenação do Projeto Controle do Acervo da BN (Biblioteca Nacional)	8.371	POUO	842/78	1978-79
Coordenação Geral Extensão Universidade Católica Pernambuco	8.376	PSEC	331/80	1980
Coordenação M. Sinfônica	8.405	REAT		1975
Coordenação Patrimônio Artístico e Cultural – SEAC – COPAC	8.395	DDIV	73	1980
Coordenação Patrimônio Cultural – Assuntos Diversos	8.449	DNBO		1980-81
Coordenação Patrimônio Cultural – Formação de Profissionais	8.394	DDIV	79.2	1981
Coordenação Pesquisa	8.454	PPES		1979-81
Coordenadoria Assuntos Literários - Assuntos Diversos	8.449	DDIV		1980-81
Coordenadoria de Assuntos Artísticos – Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais	8.410	REAT		1980-81
Coordenadoria de Estudos e Projetos Especiais – FUNARTE	8.511	REAT		1980-81
Coordenadoria de Pesquisas	8.454	PPES		1980
Cópia Convênio MNBA e FUNARTE	8.355	PDAC	1123/76	1976
Cópias de Cartas	8.544	CORR		1982 – 83
Cópias Excedentes	8.535	CORR		1977-78

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Cópias Excedentes 1979 – Ofícios Expedidos 001 à 500/80	8.540	CORR		1979-80
Coral Carmo do Recife – PE	8.330	POUO	250450/75	1975
Coral da Orquestra Sinfônica da UFP	8.334	PDAC	286/74	1974-77
Coral da Universidade – Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitários – Departamento Extensão e Estágio	8.554	REAT		1975
Coral da Universidade Federal de Alagoas (Processo)	8.312	PDAC	0820/75	1975
Coral da Universidade FNDE	8.350	PDAC	204589/74	1974
Coral das Faculdades Metropolitanas Unidas de SP	8.327	PDAC	1916/75	1975
Coral de Florianópolis	8.454	PPES		1974
Coral do Educandário Nord. Adventista - PE	8.350	PDAC	2335/74	1974
Coral do Instituto Adventista São Paulo	8.341	PDAC	954/74	1974
Coral Infantil Arautos Grande Rei – SC – Auxílio Financeiro XIX Congresso Mundial Meninos Cantores	8.373	SEAC	811/79	1979-80
Coral Julia Pardini	8.347	PDAC	1758/74	1974
Coral Julia Pardini – Elza do Val Gomes	8.334	PDAC	322/74	1974
Coral Magnificat	8.315	PDAC	0929/75	1975
Coral Universidade Católicas – Solicita Verba MEC para Transporte de Cantores (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4614/74	1974-75
Coral Universidade Federal de Goiás	8.356	PDAC	1162/76	1976
Coreógrafa Helba Hedwiges Nogueira Barbosa	8.373	SEAC	576/79	1979
Corisco Filmes – RJ	8.321	PDAC	1502/75	17 e 18 07/1975
Correspondência	8.454	PPES		1979-81
Correspondência - Acre	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
Correspondência - Acre e Alagoas	8.477	CDES		-
Correspondência - Alagoas	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
Correspondência - Amazonas	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
Correspondência - Bahia	8.473	CDES		1979
	8.467	CDES		1977
Correspondência – Brasília	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
Correspondência – Campanha Defesa do Folclore Brasileiro	8.464	CDES		1974-76
Correspondência – Casa de Rui Barbosa	8.471	CDES		1978
Correspondência – Ceará	8.472	CDES		1978

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Correspondência – Ceará	8.473	CDES		1979
Correspondência – Conselho Federal de Cultura	8.470	CDES		1978
Correspondência – Coordenação Pesquisa	8.454	PPES		1979-81
Correspondência - Embrafilme	8.464	CDES		1975-76
Correspondência – Espírito Santo	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
Correspondência - Estados Brasileiros /1980	8.477	CDES		-
Correspondência - Estados Brasileiros /1980 - Acre e Alagoas	8.477	CDES		-
Correspondência – F.N.D.E.	8.462	CDES		1976
Correspondência – FUNARTE	8.471	CDES		1978
Correspondência – Fundação Casa de Rui Barbosa	8.464	CDES		1976
Correspondência – Goiás	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
Correspondência – Inspetoria de Finanças	8.466	CDES		1977
Correspondência - IPHAN	8.466	CDES		1977
	8.471	CDES		1978
Correspondência – Maranhão	8.467	CDES		1977
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Mato Grosso	8.467	CDES		1977
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Mato Grosso do Sul	8.474	CDES		1979
Correspondência – Minas Gerais	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
Correspondência – Museu Histórico Nacional	8.461	CDES		1969-72
	8.464	CDES		1976
Correspondência – Museu Nacional de Belas Artes	8.461	CDES		1971
Correspondência – Pará	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Paraíba	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Paraná	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
Correspondência – Pernambuco	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Correspondência – Pernambuco	8.474	CDES		1979
Correspondência – Piauí	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Rio de Janeiro	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Rio Grande do Norte	8.469	CDES		1977
	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Rio Grande do Sul	8.469	CDES		1977
	8.473	CDES		1978
	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Santa Catarina	8.469	CDES		1977
	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
Correspondência – São Paulo	8.469	CDES		1977
	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Sergipe	8.469	CDES		1977
	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
Correspondência – Serviço Nacional de Teatro	8.471	CDES		1978
Correspondência – Serviço Radiodifusão Educativa	8.466	CDES		1976-77
	8.470	CDES		1978
Correspondência – Territórios Amapá / Roraima / Rondônia	8.474	CDES		1979
Correspondência CONCINE	8.465	CDES		1977
Correspondência Confidencial	8.463	CDES		1976
	8.465	CDES		1975-77
	8.475	CDES		1980
Correspondência Confidencial - AESI	8.463	CDES		1976
Correspondência DAC - ofícios	8.520	CORR		1970-72
	8.524	CORR		1972
	8.521	CORR		1972
	8.522	CORR		1972
	8.523	CORR		1972
Correspondência diversa – sem numeração	8.465	CDES		1977

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Correspondência Expedida	8.519	CORR		1967-71
Correspondência Expedida – Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	8.471	CDES		1978
Correspondência Expedida – Comissão Nacional de Belas Artes	8.464	CDES		1975-76
Correspondência Expedida - DAC	8.466	CDES		1977
	8.470	CDES		1978
Correspondência Expedida – Diretor Geral DAC	8.463	CDES		1976
Correspondência Expedida – Fundação Joaquim Nabuco - PE	8.466	CDES		1977
	8.471	CDES		1978
Correspondência Expedida – Instituto Joaquim Nabuco - PE	8.464	CDES		1975-76
Correspondência Expedida – Ministro e Chefe de Gabinete	8.461	CDES		1974
Correspondência Expedida – Museu Histórico Nacional	8.461	CDES		1968
	8.465	CDES		1977
	8.469	CDES		1978
Correspondência Expedida – Museu Nacional de Belas Artes	8.471	CDES		1978
Correspondência Expedida – Museu Villa Lobos	8.464	CDES		1974-76
	8.466	CDES		1977
	8.470	CDES		1978
Correspondência Expedida - Secretaria do Plano Nacional de Cultura	8.461	CDES		1971
Correspondência Expedida – Secretaria Extraordinária do Plano Nacional de Cultura	8.461	CDES		1968
Correspondência Expedida – Secretaria Geral do MEC	8.462	CDES		1974
	8.471	CDES		1978
Correspondência Expedida - SEPNC	8.461	CDES		1970
Correspondência Expedida ao Ministro	8.464	CDES		1977
Correspondência Particular	8.496	DDGS		1980
Correspondência Recebida	8.519	CORR		1967-71
Correspondência Recebida – Assessoria Regional de Segurança Informação	8.469	CDES		1978
Correspondência Recebida – Biblioteca Nacional	8.464	CDES		1975-76
	8.465	CDES		1977
	8.470	CDES		1978
Correspondência Recebida – Campanha Defesa do Folclore Brasileiro	8.466	CDES		1977
Correspondência Recebida – Conselho Federal de Cultura	8.466	CDES		1977
Correspondência Recebida – Delegacia Regional do MEC - RJ	8.464	CDES		1976-77
	8.464	CDES		1977
Correspondência Recebida – Delegacia Regional MEC - RJ	8.469	CDES		1978
Correspondência Recebida - EMBRAFILME	8.465	CDES		1977
Correspondência Recebida – Fundação Casa de Rui Barbosa	8.466	CDES		1977
Correspondência recebida – Gabinete do Ministro	8.462	CDES		1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Correspondência Recebida – Ministro de Estado	8.471	CDES		1978
Correspondência Recebida – Museu Imperial	8.464	CDES		1975-76
	8.471	CDES		1978
Correspondência Recebida – Museu Nacional de Belas Artes	8.464	CDES		1976
	8.466	CDES		1977
Correspondência Recebida – Serviço Nacional de Teatro	8.464	CDES		1975-76
	8.464	CDES		1976
	8.465	CDES		1977
Correspondência Recebida – Serviço Radiodifusão Educativo	8.462	CDES		1975
Correspondência Recebida do Exterior	8.471	CDES		1978
Correspondência Solicita Relatórios sobre Atividades Culturais – SEAC	8.555	REAT		1979
Correspondências	8.485	PPES		1979
	8.497	DDGS		1976-77
	8.535	CORR		1977-78
	8.536	CORR		1978
Correspondências / Ofícios Expedidos 2431/2652/74	8.528	CORR		1974
Correspondências com Várias Universidades	8.470	CDES		1978
Correspondências Diversas - DAC	8.462	CDES		1974-76
	8.463	CDES		1976
Correspondências Expedidas	8.390	POUO		1969-75
	8.391	POUO		1969-75
	8.392	POUO		1969-75
	8.531	CORR		1974-76
	8.533	CORR		1976
Correspondências Expedidas / 80 – Ofícios – Telex / Ofícios Expedidos de 0001 à 0500/81	8.542	CORR		1981
Correspondências Expedidas DAC	8.463	CDES		1975-76
Correspondências Recebidas	8.389	POUO		1969-75
	8.390	POUO		1969-75
	8.391	POUO		1969-75
	8.392	POUO		1969-75
	8.483	CDES		1980-81
	8.495	PPES		1976-77
	8.531	CORR		1974-76
	8.532	CORR		1976
	8.545	CORR		1974-75
	8.546	CORR		1975
	8.547	CORR		1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Correspondências Recebidas	8.548	CORR		1976-79
	8.549	CORR		1979
Correspondências Recebidas DAC	8.463	CDES		1975-76
Correspondências Recebidas e Expedidas DAC	8.463	CDES		1975-76
Correspondências Recebidas I Encontro Programa Bolsa Arte	8.486	PPES		1978
Correspondências Recebidas sobre Encontro Programa Bolsa / Arte	8.487	PPES		1978
Correspondências sobre Conferências e Seminários	8.389	POUO		1968-80
	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Costabile Emilio de Biasi	8.343	PDAC	1263/74	1974
Crédito Suplementar – OSN (Serviço Rádio Difusão Educativa)	8.362	POUO	444/76	1976
Creuza Moreira da Costa Campos – Cantora	8.310	PDAC	0622/75	1975
Criação da Assessoria Especial da Cultura as IES – ASEC – IES Plano Trabalho	8.485	PPES		1976
Criação do Departamento de Informação e Documentação Artística Prefeitura Municipal São Paulo	8.553	REAT		1975
Criação do Instituto Nacional "Artes Cênicas"	8.383	PSEC	242366/81	-
Criação Museu Histórico – Acre	8.331	POUO	6000/73	1973-74
Criação SNM	8.508	DDIV		1972-78
Cristiano B. Ottoni Filho – Arquiteto – Levantamento Bens Culturais	8.352	PDAC	03/76	1976
Cronograma Global Verbas Orçamento SEAC	8.381	PSEC	60/81	1981-82
Cruz Vermelha Brasileira – Concurso – "Cruz Vermelha para Todos em Toda Parte"	8.397	DDIV	01	1980
Cruz Vermelha Brasileira - MG	8.349	PDAC	2133/74	1974-75
Cultura Artística Nicia Silva	8.336	PDAC	412/74	1974-75
Cultura Brasil – Itália – 1ª Convenção Internacional (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	3077/78	1978
Cultura Brasileira e Estudo dos Problemas Brasileiros	8.359	PDAC	1766/76	1976-80
	8.359	PDAC	1840/76	1976-80
	8.363	PDAC	115/77	1977-80
	8.357	PDAC	1415/76	1976-80
	8.357	PDAC	1416/76	1976-80
	8.357	PDAC	1417/76	1976-80
	8.357	PDAC	1418/76	1976-80
	8.357	PDAC	1425/76	1976-80

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1432/76	1976-80
	8.357	PDAC	1433/76	1976-80
	8.357	PDAC	1444/76	1976-80
	8.357	PDAC	1445/76	1976-80
	8.357	PDAC	1458/76	1976-80
	8.357	PDAC	1477/76	1976-80
	8.357	PDAC	1481/76	1976-80
	8.357	PDAC	1491/76	1976-80
	8.358	PDAC	1511/76	1976-80
	8.358	PDAC	1513/76	1976-80
	8.358	PDAC	1526/76	1976-80
	8.358	PDAC	1540/76	1976-80
	8.358	PDAC	1541/76	1976-80
	8.358	PDAC	1542/76	1976-80
	8.358	PDAC	1553/76	1976-80
	8.358	PDAC	1570/76	1976-80
	8.358	PDAC	1582/76	1976-80
	8.358	PDAC	1680/76	1976-80
	8.358	PDAC	1681/76	1976-80
	8.358	PDAC	1706/76	1976-80
Curitiba – PR	8.320	PDAC	1458/75	1975
Curriculum Vitae – Dr Diegues	8.497	DDGS		-
Curriculum Vitae do Sr Ministro da Educação Dr Euro Brandão	8.496	DDGS		-
Curriculum Vitae Prof Eduardo Mattos Portella – Ministro da Educação e Cultura	8.496	DDGS		-
Curso Chiquinha Gonzaga e Paulinho da Viola	8.377	PSEC	701/80	1980
Curso Conservação e Restauração – Programa	8.450	DDIV		-
Curso Cultural Goiânia, IV	8.377	PSEC	845/80	1980
Curso de Capacitação do Ministério Relações Exteriores	8.352	PDAC	149/76	1976
Curso de Formação Inicial para Cons. Dest. Patrimônio Histórico Artístico	8.369	SEAC	155/78	1978
Curso de Música Popular Brasileira	8.365	PDAC	446/77	1977
	8.365	PDAC	461/77	1977
	8.372	SEAC	340/79	1979-80
Curso de Técnico de Arquivo Microfilmagem e Restauração de Papéis	8.378	PSEC	1033/80	1980
Curso Egiptologia (DP Administração)	8.362	POUO	210912/76	1976
Curso Especial Pesquisa Folclórica	8.365	PDAC	615/77	1977-79
Curso Interamericano Administração Cultural Política e Gerência, III	8.454	PPES		1978
Curso Interamericano de Administração Cultural, IV	8.450	DDIV		1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Curso Interamericano de Capacitação Museográfica	8.555	REAT		1976
Curso Interamericano de Política Cultural, IV – Alcântara /MA	8.450	DDIV		1980
Curso Interamericano do Ministério Relações Exteriores	8.352	PDAC	150/76	1976
Curso Interamericano Sobre Política e Administração Cultural, V	8.450	DDIV		1980
Curso Interamericano Sobre Política e Administração Cultural, V – Capacitação RH Gerência Cultural	8.450	DDIV		-
Curso Internacional de Música, II	8.358	PDAC	1502/76	1976
Curso Latino Americano de Administração, IV - Venezuela	8.370	SEAC	426/78	1978
Curso Prática Orquestra e Regência	8.367	PDAC	991/77	1977-78
Curso Prof Ricardo Cravo Albim	8.365	PDAC	462/77	1977
Curso Técnico Pesquisa Social	8.371	SEAC	827/78	1978
Curso TV e Rádio (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO		1974
Cussy de Almeida – Violonista	8.305	PDAC	0062/75	1975
Cyro Carneiro Moreira – Designação Setor de Serviços Gerais do DAC	8.380	POUO	207321/73	1973-76
D. Martins de Oliveira	8.338	PDAC	580/74	1974-76
DAC – Alagoas – Atividades Realizadas em 1975 e Programas 1976	8.354	PDAC	833/76	1976
DAC – DAU – DAE	8.487	PPES		1976
DAC – GB – Reunião Resp. Assuntos Culturais de Cada Estado (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	2137/74	1974
DAC – Gerente do PAC Solicita Reserva de Auditório Sobreloja Palácio Cultural	8.455	PPES		1974
DAC – Implementação Sistema Nacional Museus – Inst. Coord. Nacional Museus – Projeto de Minuta Portaria (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	2089/78	1978
DAC - MEC	8.370	SEAC	481/78	1978-81
DAC – MEC - GB	8.337	PDAC	453/74	1974
DAC – MEC – Minuta Referente Negativos de Filmes Brasileiro no Exterior (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4282/74	1974
DAC – MEC – Pauta de Audiência	8.351	PDAC	123/74	1974
DAC – MEC – Transferência Recurso a Favor da FCRB – Pesquisas e Estudos Interesse Cultural	8.372	SEAC	115/79	1979
DAC – Orçamento	8.445	ORÇP		1975
DAC – Programa Ação Cultural (Conselho Federal de Cultura)	8.360	POUO	121/74	1974-76
DAC - Serviço Rádio Difusão Educativa	8.404	REAT		1975
DAC – Solicita Verba para Construção Depósito Material (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	205261/79	1979-80
DAC – Transferência do Museu do Açúcar	8.361	POUO	3718/74	1974
DAC / Departamento de Assuntos Culturais	8.327	PDAC	1811/75	1975
	8.331	POUO	102906/71	1971-73
	8.331	POUO	5986/73	1973-74
	8.337	PDAC	453/74	1974
	8.338	PDAC	757/74	1974
	8.350	PDAC	244350/74	1974-75

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
DAC / Departamento de Assuntos Culturais	8.351	PDAC	123/74	1974
	8.352	PDAC	182/76	1976
	8.352	PDAC	273/76	1976
	8.352	PDAC	347/76	1976
	8.353	PDAC	564/76	1976
	8.353	PDAC	579/76	1976
	8.354	PDAC	833/76	1976
	8.354	PDAC	907/76	1976
	8.356	PDAC	1183/76	1976-77
	8.359	PDAC	1802/76	1976-80
	8.360	POUO	121/74	1974-76
	8.360	POUO	2137/74	1974
	8.361	POUO	3718/74	1974
	8.361	POUO	4282/74	1974
	8.363	PDAC	074/77	1977-80
	8.365	PDAC	507/77	1977-79
	8.365	PDAC	593/77	1977
	8.366	PDAC	694/77	1977
	8.366	PDAC	823/77	1977
	8.367	PDAC	1006/77	1977-79
	8.368	POUO	2708/77	1977-79
	8.369	SEAC	185/78	1978-80
	8.371	POUO	2089/78	1978
	8.371	POUO	274634/78	1978-79
	8.372	SEAC	115/79	1979
	8.374	POUO	205261/79	1979-80
	8.380	POUO	207321/73	1973-76
	8.384	RROR		1971-80
	8.402	REAT		1970
	8.402	REAT		1972
	8.403	REAT		1974
	8.405	REAT		1975
	8.405	REAT		1976
	8.406	REAT		1976
	8.407	REAT		1977
	8.408	REAT		-
	8.409	REAT		-

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
DAC / Departamento de Assuntos Culturais	8.445	ORÇP		1975
	8.448	DNBO		1974-75
	8.453	DDIV		1978-79
	8.455	PPES		1974
	8.455	PPES		1976
	8.462	CDES		1974-75
	8.463	CDES		1976
	8.466	CDES		1977
	8.470	CDES		1978
	8.471	CDES		1978
	8.484	PPES		1977
	8.486	PPES		1979
	8.487	PPES		1976
	8.501	DAVL	191/75	1975
	8.520	CORR		1970-72
	8.521	CORR		1972
	8.522	CORR		1972
	8.523	CORR		1972
	8.524	CORR		1972
	8.553	CSEN		-
	8.555	REAT		1979
DAC / SNT	8.406	REAT		1977
DAC / SNT / PAC	8.404	REAT		1975
DAC / SNT / PAC / DAC	8.405	REAT		1976
Dados Biográficos Dias Gomes e Outros	8.377	PSEC	609/80	1980
DAE	8.495	DDGS		1975
DAE / Departamento de Administração Escolar	8.484	PPES		1977
	8.487	PPES		1976
DAE / Diretoria para Assuntos Estudantis	8.365	PDAC	593/77	1977
DAEP / Diretoria Adjunta de Ensino e Pesquisa	8.486	PPES		1979
DAI /	8.379	PSEC	212593/80	1980-81
Dalka Lima C. Azevedo e Bruno Monty – Inclusão no PAC	8.351	PDAC	2206/74	1974
Dama das Camélias, A	8.499	DAVL		-
Dança Moderna	8.453	DDIV		1973
Dante de Paola – Cantor Lírico (Processo)	8.312	PDAC	0811/75	1975
Darcy Villa Verde – Violonista	8.305	PDAC	0002/75	1975
	8.309	PDAC	0599/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
DAU / Departamento de Assuntos Universitários	8.487	PPES		1976
	8.487	PPES		1976
David José Schmidt - Concessão 01 Diária	8.364	PDAC	186/77	1977-80
	8.363	PDAC	02/77	1977-80
Déa de Escobar	8.350	PDAC	2363/74	1974-75
Dea de Escobar Paiva – Cantora Lírica	8.310	PDAC	0695/75	1975
Decanato de Assuntos Comunitários da UNB – DF – Auxílio Financeiro Realização de Projetos	8.357	PDAC	1463/76	1976
Declarações	8.389	POUO		1969-75
	8.390	POUO		1969-75
	8.391	POUO		1969-75
	8.392	POUO		1969-75
DECON / Biblioteca Nacional / Museu Nacional de Belas Artes	8.410	REAT		1979-80
Decreto – Coordenação Assuntos Literários – Reorganização – Capacitação de Recursos Humanos – Microfilmagem – Plano de Trabalho	8.569	DDIV		1978-79
Decreto 200 – Estudos – Trab Feito pelo Sr Oberluden a Pedidos Sr Nelson	8.393	DDIV		-
Decretos - DAC / SEAC / SEC	8.384	RROR		1971-80
Deduções Impostos para fins Culturais	8.393	DDIV	82	1980
Defesa do Patrimônio, Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil	8.571	DDIV		1961
Degrau Produções Artísticas	8.332	PDAC	116/74	1974
Delcy Pacheco de Araújo Reis – Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	200541/81	1981
Delegacia do MEC do Pará - Auxílio Financeiro Projeto Desenvolvimento Cultural Área Nordestes	8.376	PSEC	420/80	1980-81
Delegacia Escolar de Pilão Arcado	8.379	PSEC	116649/80	1980
Delegacia MEC Pará - Auxílio Financeiro Revelação Cópia Filme Realizado Festa de Sairé	8.378	PSEC	1147/80	1980
Delegacia MEC Rio de Janeiro – Participação Despesas do Palácio da Cultura (Anexo Processo Nº 1385/80)	8.381	PSEC	308/81	1981
Delegacia Regional – GB – Cantina	8.329	POUO	17579/75	1975-77
Delegacia Regional – GB – Lea Herszenhut Frejat	8.329	POUO	4558/75	1975-76
Delegacia Regional – GB – Nelson Arruda	8.329	POUO	5205/75	1975-76
Delegacia Regional - MG	8.353	PDAC	737/76	1976
Delegacia Regional – RJ – Academia Gonçalense de Letras Artes e Ciências	8.329	POUO	1578/75	1975
Delegacia Regional do MEC – Carlos Elias Mondini Belleti (Pasta sofreu extravio)	*	POUO	211774/75	1975
Delegacia Regional do MEC - Guanabara	8.329	POUO	05016/75	1975-78
Delegacia Regional do MEC – Maranhão – Projeto	8.555	REAT		1981
Delegacia Regional do MEC - RJ	8.464	CDES		1976-77
	8.464	CDES		1977
Delegacia Regional do MEC (Pasta sofreu extravio)	*	POUO	211774/75	1975
Delegacia Regional do MEC / Pará – Relatório e Programação	8.555	REAT		1980-81

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Delegacia Regional do MEC / RJ - Correspondência	8.475	CDES		1980
	8.482	CDES		1979
Delegacia Regional do MEC / Santa Catarina - Plano	8.555	REAT		1980-81
Delegacia Regional MEC – Consulta Contas Light S/A	8.354	PDAC	967/76	1976
Delegacia Regional MEC - Minas Gerais – Programa Universitário de Integração Regional da Cultura (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	217008/79	1979
Delegacia Regional MEC - RJ	8.469	CDES		1978
Delegacia Regional Rio Grande do Sul – Auxílio Financeiro Realização Projeto "Cinema Itinerante"	8.373	SEAC	951/79	1979-80
Delegado Regional MEC / GB	8.462	CDES		1974-75
Delfin Decorações e Revestimentos Ltda	8.337	PDAC	522/74	1974-79
DEMEC /MG – Plano de Ação Cultural	8.555	REAT		1980
Demitidos	8.435	DEPS		1980-81
Demonstrativo da Execução Orçamentária	8.505	DPNE		-
Denúncia Desvio Verba	8.382	PSEC	205894/81	1981
Departamento Assistência ao Estudante	8.352	PDAC	144/76	1976-78
Departamento Assistência ao Estudante – Blumenau /SC - Auxílio Financeiro V Festival Universitário Canção	8.376	PSEC	316/80	1980
Departamento Assistência ao Estudante – DAE – II Festa do Barresso e II Festival Artes e Tradições Populares Lit. Pardu.	8.373	SEAC	619/79	1979
Departamento Assistência ao Estudante – Programa Espec Bolsa Trabalho / Arte	8.352	PDAC	144/76	1976-78
Departamento Cooperação de Cultura Científica e Tecnológica do MRE	8.328	PDAC	2021/75	1975-77
Departamento Cooperação de Cultura Científica e Tecnológica do MRE – Informativo e Material sobre Festiv. Natalinas	8.358	PDAC	1624/76	1976
Departamento Cooperação de Cultura Científica e Tecnológica do MRE – Cópia Acordos Culturais Ass. para o Brasil	8.363	PDAC	080/77	1977
Departamento Cooperação de Cultura Científica e Tecnológica do MRE – Documentação 23º Congresso	8.365	PDAC	529/77	1977
Departamento Cooperação de Cultura Científica e Tecnológica do MRE – Unesco – Inventário Tesouros do Mundo	8.366	PDAC	690/77	1977-78
Departamento Cultural – Dr Fernando S. Magalhães	8.332	PDAC	160/74	1974
Departamento Cultural do MRE	8.342	PDAC	1023/74	1974
	8.319	PDAC	1314/75	1975
Departamento de Ação Cultural – BSB	8.329	POUO	220696/75	1975
Departamento de Ação Cultural – BSB – Beatriz Balzi – SP	8.329	POUO	220143/75	1975
Departamento de Ação Cultural – BSB – Cia Cici Pinheiro – GO	8.329	POUO	217352/75	1975
Departamento de Ação Cultural – BSB – Helio Fraga – Reitor da UFRJ	8.329	POUO	220696/75	1975
Departamento de Administração	8.331	POUO	178/69	1969
Departamento de Administração do MEC – BSB – Pró Arte Sociedade Artes Letras e Ciências – Porto Alegre	8.330	POUO	262729/75	1975-76
Departamento de Administração do MEC – BSB – Sebastião Pena Marcião	8.330	POUO	259972/75	1975
Departamento de Administração do MEC – BSB – Secretaria Educação do Ceará	8.330	POUO	259031/75	1975-76
Departamento de Administração MEC – BSB – Conselho de Música de Lages - SC	8.330	POUO	247516/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Departamento de Administração MEC – BSB – UF Piauí	8.329	POUO	245229/75	1975-77
	8.330	POUO	246751/75	1975
Departamento de Assuntos Culturais	8.332	PDAC	125/74	1974-80
	8.336	PDAC	435/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais – Concurso Univ Cultural Brasileiro – RJ – Regulamentação	8.331	POUO	261/73	1973-75
Departamento de Assuntos Culturais – Divulgação Programa Comemoração Semana Pátria (FUNARTE)	8.359	POUO	118/76	1976
Departamento de Assuntos Culturais – Encaminham. Lotação Ideal (2ª via)	8.351	PDAC	2201/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais – Lançamento Selos - SNT	8.360	POUO	250/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais – RJ – Exposição Pintor Rosalino Ribeiro (FUNARTE)	8.368	POUO	924/77	1977-79
Departamento de Assuntos Culturais da SEDUC – AL – Auxílio Financeiro – III Mostra do Ator Brasileiro no Cinema	8.359	PDAC	1765/76	1976-77
Departamento de Assuntos Culturais – SEDUC – AL – Plano de Aplicação	8.359	POUO	1856	1976-77
Departamento de Assuntos Culturais - SEDUC - AL	8.332	PDAC	163/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais – SEDUC – PR	8.346	PDAC	1675/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais - SEDUC – RJ	8.335	PDAC	354/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais – SEDUC – RS	8.333	PDAC	216/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais - SEDUC - RS	8.333	PDAC	173/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais – Universidade Federal do Pará	8.334	PDAC	232/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais da Fuel.	8.344	PDAC	1421/74	1974
Departamento de Assuntos Culturais da SEC – Estado Grave Igreja São Gonçalo – Penedo	8.378	PSEC	1089/80	1980
Departamento de Assuntos Culturais Senec do PR	8.333	PDAC	175/74	1974
Departamento de Assuntos da Fundação Cultural do Piauí	8.319	PDAC	1327/75	1975
Departamento de Coordenação Cultural, Científica e Tecnológica do MRE	8.328	PDAC	2037/75	1975
	8.321	PDAC	1519/75	21/07 a 16/09/1975
Departamento de Cultura – Esboço Programa Estadual de Ação Cultura - Pernambuco	8.554	REAT		-
Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura de Desportos e Turismo - GB	8.341	PDAC	995/74	1974
Departamento de Cultura do Estado do RJ	8.327	PDAC	1983/75	1975
Departamento de Difusão Cultural da UFF	8.345	PDAC	1447/74	1974-77
Departamento de Documentação e Divulgação – Indicação Representante do DAC	8.352	PDAC	182/76	1976
Departamento de Educação Complementar – Estudo – Fichas de Servidores	8.507	DPNE		1971-80
Departamento de Ensino Supletivo do MEC – Relatório Final do DSU – Exercício 1976	8.364	PDAC	360/77	1977-79
Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina	8.334	PDAC	303/74	1974
Departamento de Letras Germânicas da Faculdade de Letras da UFMG /MG – Formulário de Ref. Ajuda de Custo (FUNARTE)	8.374	POUO	2131/79	1979
Departamento de Pessoal	8.475	CDES		1980
Departamento de Pessoal – BSB	8.475	CDES		1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Departamento de Pessoal do MEC	8.360	POUO	260843/74	1974
	8.360	POUO	267003/74	1974-75
	8.360	POUO	267256/74	1974-80
Departamento do Pessoal do MEC – BSB – Marilia Mariane – RJ	8.330	POUO	260611/75	1975-77
Departamento do Pessoal MEC - BSB – Joaquim da Costa Pinto Neto	8.329	POUO	232384/75	1975-80
Departamento Ensino Supletivo – Demonstrativo Exames Supletivos 1º e 2º Graus / 1975	8.356	PDAC	1361/76	1976
Departamento Extensão e Estágio	8.554	REAT		1975
Departamento Imprensa Nacional	8.380	POUO	436/71	1971
	8.380	POUO	437/71	1971
	8.380	POUO	438/71	1971
	8.380	POUO	439/71	1971
	8.380	POUO	440/71	1971
Departamento Lauro Rodrigues	8.352	PDAC	245/76	1976
Departamento Nacional de Educação	8.401	REAT	-	1964-66
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – Conselho Nacional de Cartazes Escol. "A Criança e o Trânsito"	8.373	SEAC	528/79	1979
Departamento Nacional Estradas de Rodagem – DNER – Relatório Final 1º Concurso Nacional Cartazes Escolares	8.377	PSEC	900/80	1980
Departamento Pessoal do MEC	8.350	PDAC	235339/74	1974
	8.350	PDAC	237755/74	1974-77
	8.350	PDAC	243680/74	1974-75
	8.360	POUO	250102/74	1974-80
Departamento Pessoal do MEC - Seção de Comunicações /MEC	8.360	POUO	248046/74	1974-80
Departamentos de Assuntos Culturais da SEDUC – AL	8.340	PDAC	848/74	1974
Deputado Maurício de Toledo	8.332	PDAC	158/74	1974-76
Deputado Siqueira Campos	8.332	PDAC	137/74	1974-76
Dês Mihály – Budapeste – Hungria – Solicita Dados Biográficos Dias Gomes e Outros	8.377	PSEC	609/80	1980
Desenvolvimento Cultural Através da Educação	8.457	PPES		1980
Desenvolvimento Cultural no III Plano Nacional de Desenvolvimento	8.399	DDIV	28	-
Desenvolvimento Cultural x Educação Superior / Economia x Problema Social e Mobral	8.395	DDIV	94	1978
Desenvolvimento e Educação na América latina e Caribe	8.398	DDIV	14	1980
Desenvolvimento Políticas Cultura Américas Latinas/Caraíbas	8.393	DDIV	90	1980
Designação Servidor - Seção de Comunicações /MEC	8.374	POUO	210041/79	1979-80
	8.374	POUO	211856/79	1979-80
Designação Servidora	8.370	SEAC	447/78	1978
Devolução Painel Tiradentes – Portinari	8.351	PDAC	2252/74	1974-75
Dia de Anchieta	8.380	POUO	195/69	1969

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Diana Elena Ulissi – Venda Quadro Nossa Senhora das Graças ao Museu Nacional	8.354	PDAC	831/76	1976
Diário de Borborema S/A	8.343	PDAC	1248/74	1974
Dib Lutif e José Nilson Soares Barbosa	8.320	PDAC	1445/75	1975
Dinâmica Promoções Artísticas e Culturais Ltda – Álvaro Perri – Violonista (Processo)	8.313	PDAC	0830/75	1975
Dinâmica Promoções Artísticas e Culturais Ltda – Antonio Carlos Barbosa Lima – Guitarrista (Processo)	8.313	PDAC	0829/75	1975
Dinart Abrantes Norat – Pagamento Qüinqüênio (Departamento Administração)	8.362	POUO	234210/76	1976-81
Diploma Livraria	8.497	DDGS		-
Diploma Sócio Honorário Associação Arquivistas Brasil / Diploma Livraria	8.497	DDGS		-
Diplomas	8.497	DDGS		1974-77
Diplomas e Certificados	8.497	DDGS		1974-77
Dirceu Carvalho	8.310	PDAC	0687/75	1975
Direito Autoral – Parecer	8.499	DAVL		1979
Diretor de Trânsito	8.381	PSEC	334/81	1981
Diretor de Trânsito – 3º Conselho Nacional Cartazes Escolares	8.381	PSEC	334/81	1981
Diretor Geral do DAC	8.461	CDES		1974
	8.462	CDES		1974
	8.463	CDES		1976
Diretor Geral do DAC – Dr Diegues	8.496	DDGS		1976-78
Diretor Geral do DAEP para Diretor Geral DAC	8.486	PPES		1979
Diretoria Academia Visconde São Leopoldo – Auxílio Financeiro Contratação Orquestra Sinfônica Porto Alegre	8.375	PSEC	259/80	1980
Diretoria Associação Cultural SEDUC – Curso de Formação Inicial para Cons. Dest. Patrimônio Histórico Artístico	8.369	SEAC	155/78	1978
Diretoria Geral do Departamento Pessoal do MEC – Relatório Plano Geral de Ação MEC /1981	8.381	PSEC	405/81	1981
Diretório Central dos Estudantes	8.309	PDAC	0511/75	1975-77
Diretório Central dos Estudantes da UFPA	8.344	PDAC	1307/74	1974-75
Diretrizes para Educação e Cultura	8.438	PNAC		-
Diretrizes para operacionalização da Política Cultural	8.439	PNAC		1981
Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura	8.437	PNAC		1974
Discografia da Música Popular Brasileira	8.395	DDIV		1980
Discos Marcos Pereira	8.307	PDAC	0306/75	1975-76
	8.308	PDAC	0432/75	1975
	8.345	PDAC	1527/74	1974
	8.346	PDAC	1649/74	1974
Discurso	8.497	DDGS		1976
	8.497	DDGS		1977
Discurso / Conferências – Dr Diegues	8.497	DDGS		1976-77

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Discurso da Posse do Dr Euro Brandão – Ministro da Educação e Cultura	8.496	DDGS		1977
Discurso Dr Diegues	8.497	DDGS		1976
Discurso Dr Diegues - Top Management – Top Tema	8.497	DDGS		1977
Discurso Marcus Pereira Ltda – Origem, História e Propósitos – Prop. Projeto Cultural	8.399	DDIV	23	1980
Discursos / Conferências / Palestras do Dr Diegues e outros	8.469	CDES		1976-78
Dispensa Grupo Tarefa	8.362	POUO	250152/76	1976-77
Disposição e Designação Cargo	8.383	PSEC	213928/81	1981
Disposição Professora Albertina Brasil Santos	8.377	PSEC	794/80	1980
Distrito Federal	8.331	POUO	6173/72	1972-74
	8.333	PDAC	223/74	1974
	8.365	PDAC	424/77	1977-79
Distrito Federal (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4864/74	1974
	8.361	POUO	4662/74	1974-75
Diva Pieranti – Solista	8.309	PDAC	0500/75	1975
Diversos	8.444	ORÇP		1973-74
	8.465	CDES		1977
Diversos – Área de Cinema	8.563	DDIV		1972-73
	8.564	DDIV		1973-78
	8.565	DDIV		1974-80
	8.566	DDIV		1980-81
Diversos – EMBRATUR	8.465	CDES		1977
Diversos – Folclore do Açúcar – Joaquim Ribeiro	8.498	DAVL		-
Diversos – Gerente PAC	8.462	CDES		1974-75
Diversos – MEC – Um Conceito e Consideração – Jorge Mesquita	8.498	DAVL		1972
Diversos – Secretaria de Apoio - MEC	8.469	CDES		1978
Diversos - Secretaria do Plano Nacional de Cultura	8.461	CDES		1970-71
Divisão de Aquisição da Biblioteca Nacional	8.306	PDAC	0211/75	1975
Divisão de Atividades Auxiliares / SEAC - Relatórios	8.400	DDIV	16	1979
Divisão de Cultura e Assistência Educacional	8.555	REAT		1980
Divisão Educação Física MEC	8.402	REAT		1967
Divulgação Cultural	8.380	POUO	240875/73	1973
Divulgação Projeto Cultural	8.380	POUO	3304/73	1973-80
Djalma Rodrigues de Souza – Informação sobre Trabalho	8.362	POUO	215429/76	1976-78
DNE / Departamento Nacional de Educação	8.402	REAT		1970
DNE / Departamento Nacional de Educação - Campanha Nacional Educação Rural – Inauguração Centro Social Percília Morais	8.505	DPNE		1961-70
DNE / Departamento Nacional de Educação - Relatório Escola Técnica de Campos	8.506	DPNE		1963-71

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
DNE / Departamento Nacional de Educação - Reunião Dirigentes do MC / Dep. Educação Complementar – Estudo – Fichas de Servidores	8.507	DPNE		1971-80
DNER / Departamento Nacional Estradas de Rodagem	8.377	PSEC	900/80	1980
Doação de Livros	8.352	PDAC	453/76	1976
	8.352	PDAC	454/76	1976
Doação de Prédio ao MEC	8.499	DAVL		1979
Doação Obra "Sôdade do Cordão" ao Museu Villa Lobos	8.373	SEAC	605/79	1979
Doações de Gravuras, Livros e Folhetos	8.353	PDAC	663/76	1976
Doc das Conclusões aos Encontros Regionais sobre Planejamento – III Plano Setor Educacional Cultural e Desportivo	8.397	DDIV	03	1979
Doc das Conclusões aos Encontros Regionais sobre Planejamento – III Plano Setor Educacional Cultural e Desportivo	8.397	DDIV	04	1979
Documentação de Faculdades	8.489	PPES		-
Documentário Longa Metragem sobre Revolução 1923	8.501	DAVL	004//82	1982
Documentário Obra Villa Lobos	8.366	PDAC	823/77	1977
Documentos Diversos para Discussão Interna – Coordenadoria de Pesquisas	8.454	PPES		1980
Documentos Diversos: Correspondências sobre Conferências e Seminários	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Documentos Diversos: Encontros sobre Política Cultural (Unesco)	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Documentos Diversos: Preservação de Patrimônio e Outros Assuntos (Unesco)	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Documentos Diversos: Relatórios (Unesco)	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Documentos Diversos: Relatórios / Correspondências sobre Conferências e Seminários / Encontros sobre Política Cultural / Preservação de Patrimônio e Outros Assuntos (Unesco)	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Documentos do DAE/CEAC/FUM - Maranhão	8.495	DDGS		1975
Documentos do Dr Diegues / Secretário Márcio Tavares do Amaral	8.496	DDGS		-
Documentos Normativos: Ordens de Serviço e Portarias	8.447	DNBO		1971,1973-80
	8.448	DNBO		1971,1973-80

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Documentos Particulares	8.497	DDGS		1976-77
Documentos Vários Servidores da SEAC	8.378	PSEC	978/80	1980
Dolores de Brito Tavares - Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	220345/81	1981
Dora Maria Pereira Rego Correia - Concessão Diária	8.363	PDAC	013/77	1977-80
	8.364	PDAC	183/77	1977-80
Doschir Promoções Artist. E Cult. Ltda - Inclusão no PAC / 75 – Conj. Sta Maria	8.351	PDAC	2251/74	1974
Doschir Promoções Artist. E Cult. Ltda - Inclusão no PAC / 75 – Eustáquio Alves Grilo – Conc.	8.351	PDAC	2265/74	1974
Doschir Promoções Artist. E Cult. Ltda - Inclusão no PAC / 75 – Eduardo Fernandes Ornella - Artista	8.351	PDAC	2295/74	1974
Doschir Promoções Artist. E Cult. Ltda - Inclusão no PAC / 75 – Tranças e Milongas	8.351	PDAC	2223/74	1974
Dr Diegues	8.496	DDGS		-
	8.496	DDGS		1973-76
	8.496	DDGS		1976-78
	8.496	DDGS		1977
	8.497	DDGS		1958-77
	8.497	DDGS		1974-76
	8.497	DDGS		-
	8.497	DDGS		1975
	8.497	DDGS		1976
	8.497	DDGS		1977
	8.553	CSEN		-
Dr Diegues – Conselho Indigenista	8.497	DDGS		1975
Dr Diegues – Diversos	8.497	DDGS		1975-76
	8.497	DDGS		1974-76
Dr Diegues – Documentos Particulares – Correspondências, etc	8.497	DDGS		1976-77
Dr Euro Brandão	8.496	DDGS		-
	8.496	DDGS		1977
Dr Fernando S. Magalhães	8.332	PDAC	160/74	1974
DSC - PAC	8.551	CSEN		1973
	8.552	CSEN		1974
Duo Camerístico	8.311	PDAC	0709/75	1975
Duo Camerístico – Eugen Danevsky	8.350	PDAC	2376/74	1974-75
Duo Dalka Lima C. de Azevedo e Bruno Magliardo	8.310	PDAC	0644/75	1975
Duo Dauelsberg	8.317	PDAC	0973/75	1975
	8.349	PDAC	2301/74	1974-75
Duo Dolores P. Maciel e Breno M. de Sá	8.317	PDAC	0983/75	1975
Duo Francisco Gerardo parente e José Alberto	8.314	PDAC	0872/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Duo irmãos Abreu	8.316	PDAC	0940/75	1975
Duo Irmãos Abreu – Aulus	8.348	PDAC	2100/74	1974
Duo Lílian Barreto e Miguel Proença	8.309	PDAC	0487/75	1975
Duo Lory Keller e Ana Maria Molz	8.316	PDAC	0949/75	1975
Duo Milewski	8.349	PDAC	2327/74	1974
Duo Milewski – Aulus	8.348	PDAC	2098/74	1974
Duo Paganini (Processo)	8.313	PDAC	0847/75	1975
Duo Sebastião Pena Marcião e Heloisa Raso (Processo)	8.313	PDAC	0857/75	1975
Duo Sergio Assad e Odair Assad	8316	PDAC	0953/75	1975
Duo Sergio Niremberg e Nelson Marcio (Processo)	8.314	PDAC	0892/75	1975
Duo Veter Argolo (Processo)	8.312	PDAC	0817/75	1975
Duo Violinistico Richter (Processo)	8.313	PDAC	0831/75	1975
Duo Violoncelo – Ivo Meyer e Aci Taveira Meyer (Processo)	8.313	PDAC	0838/75	1975
EBC / Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	8.340	PDAC	865/74	1974
Edição da Revista da Academia Alagoana Letras, 2ª	8.359	PDAC	1818/76	1976
Edição de Revista do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro	8.331	POUO	163/73	1973-74
Edição Livro – A Escult. Popular Nordeste	8.372	SEAC	451/79	1979
Edifício sede Brasília	8.507	DPNE		1980
Edilásio Barra	8.335	PDAC	357/74	1974
Edino Krieger	8.334	PDAC	295/74	1974
Editais de Montagem Espetáculos	8.375	PSEC	83/80	1980
Edith Bulhões de Aragão – Pianista	8.316	PDAC	0950/75	1975
Editora Antenova S/A	8.331	POUO	103/72	1972-74
Editora Cátedra – Proposta Aquisição de Livros (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	223610/79	1979-80
Editora Cátedra (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	223610/79	1979-80
Editora Fontana Ltda	8.343	PDAC	1163/74	1974
	8.343	PDAC	1183/74	1974
Editora Gráfica Brasileira Ltda	8.328	PDAC	2325/75	1975-80
Editora Movimento	8.305	PDAC	0038/75	1975
Editora Vecchi S/A	8.328	PDAC	2311/75	1975-80
Editorial Marko's Ltda – Aquisição obra "O Mundo da Arte"	8.365	PDAC	393/77	1977-79
Edmar Ferreti – Inclusão PAC/74 – Apresentação Recitais de Canto com Brasileiros	8.380	POUO	711/73	1973-74
Édno Frieger – Averbação Tempo Serviço	8.382	PSEC	210522/81	1981
Eduardo Andrade de Sá e Benevides – Revalidação de Diplomas Estrangeiros	8.396	DDIV	55	1976-78
Eduardo de Siqueira Couto	8.345	PDAC	1507/74	1974
Eduardo Shnoor – Proposta Projeto História e Cinema: Bandidos Sociais no Brasil	8.375	PSEC	125/80	1980-81

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Eduardo Wandrey Rocha – Cancelamento Salário Família	8.381	PSEC	469/81	1981
Educação Artística – Documentos Diversos	8.451	DDIV		1979
Educação Artística – Prodiarte	8.452	DDIV		1976-79
Educação Artística Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus	8.451	DDIV		1972
Educação Através da Arte	8.451	DDIV		1977
Educação no Meio Rural	8.460	PPES		1977
Educandário Evangélico Neuza Rodrigues – Auxílio Financeiro Instalação Biblioteca	8.372	SEAC	461/79	1979
Educandário N. Senhora das Vitórias	8.345	PDAC	1495/74	1974
Edwal Alves de Moura – Cancelamento Desconto Folha	8.358	PDAC	1677/76	1976
Eleazar de Carvalho	8.349	PDAC	2176/74	1974-75
Eliane Sampaio	8.348	PDAC	2095/74	1974
Elisabeth Lopes de Oliveira – Certidão Tempo Serviços Prestados	8.352	PDAC	447/76	1976-80
Elizabeth Siqueira – Redistribuição Para a DR – 8 – BA	8.365	PDAC	384/77	1977-79
Elza do Val Gomes	8.334	PDAC	322/74	1974
Elza Tavares Ferreira – Averbação para Tempo Serviço	8.383	PSEC	217279/81	1981
Embaixada da Republica Popular da Polônia	8.307	PDAC	0323/75	1975
Embaixada Imperial Imã (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5242/74	1974-75
EMBRAFILME / Empresa Brasileira de Filmes	8.356	PDAC	1355/76	1976
	8.362	POUO	233081/76	1976
	8.364	PDAC	180/77	1977
	8.370	SEAC	606/78	1978
	8.371	SEAC	804/78	1978
	8.386	RROR		-
	8.403	REAT		1972
	8.406	REAT		1976
	8.407	REAT		1977
	8.408	REAT		-
	8.409	REAT		-
	8.436	DEPS		1980
	8.438	PNAC		1981
	8.464	CDES		1975-76
	8.465	CDES		1977
	8.475	CDES		1980
	8.481	CDES		1979
	8.482	CDES		1980-81
	8.561	DDIV		1980-81 1974-77
EMBRAFILME / Empresa Brasileira de Filmes - Concine	8.561	DDIV		1980-81 1974-77

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
EMBRAFILME / Empresa Brasileira de Filmes – Continuidade Trabalho Realizados Cinemateca do MAM / RJ	8.371	SEAC	804/78	1978
EMBRAFILME / Empresa Brasileira de Filmes – Correspondência	8.482	CDES		1980-81
	8.475	CDES		1980
	8.481	CDES		1979
EMBRAFILME / Empresa Brasileira de Filmes – Imóvel Pertencente ao INC e Transferência para Embrafilme	8.364	PDAC	180/77	1977
EMBRAFILME / Empresa Brasileira de Filmes – Jon Tob Azulay – Requisição Servidor	8.362	POUO	233081/76	1976
EMBRAFILME / Empresa Brasileira de Filmes – RJ – Informação Planos e Participação Oficial nos Festivais (Departamento de Pessoal da Administração do MEC)	8.362	POUO	208879/76	1976
EMBRAFILME / Empresa Brasileira de Filmes – RJ (Departamento de Pessoal da Administração do MEC)	8.362	POUO	208879/76	1976
EMBRATEL – Cinta (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	175/74	1974
EMBRATEL / Empresa Brasileira de Telecomunicações	8.373	SEAC	504/79	1979-80
EMBRATEL / Empresa Brasileira de Telecomunicações - Gabinete do Ministro	8.360	POUO	175/74	1974
EMBRATUR – Exposição Estados Unidos da América Artesanato Brasil	8.362	POUO	254364/76	1976
EMBRATUR – Pron Projeto Lei Nº 819B do Departamento Lauro Rodrigues	8.352	PDAC	245/76	1976
EMBRATUR – Turismo/Cultura – Turismo Cultural – Política Nacional de Turismo	8.507	DDIV		1976-77
EMBRATUR / Empresa Brasileira de Turismo	8.352	PDAC	245/76	1976
	8.362	POUO	254364/76	1976
	8.465	CDES		1977
	8.507	DDIV		1976-77
Emília D'Anniballe Jannibelli	8.332	PDAC	093/74	1974
	8.336	PDAC	436/74	1974
Empresa Brasileira de Filmes S/A – EMBRAFILME	8.321	PDAC	1534/75	23/07/75
	8.328	PDAC	2190/75	1975-78
	8.338	PDAC	778/74	1974-76
	8.338	PDAC	686/74	1974
	8.340	PDAC	824/74	1974
	8.342	PDAC	1121/74	1974
	8.347	PDAC	1688/74	1974
	8.348	PDAC	2018/74	1974-75
Empresa Brasileira de Filmes S/A – EMBRAFILME Concessão 10 Diárias	8.367	PDAC	1097	1977
Empresa Brasileira de Filmes S/A – EMBRAFILME Prorrogação Validade Passaporte	8.367	PDAC	1096	1977
Empresa Brasileira de Informação e Pesquisa	8.347	PDAC	1736/74	1974
Empresa de Desenvolvimento Cultural de Borborema - SP	8.321	PDAC	1477/75	1975
Empresa de Turismo do Estado da Guanabara – RIOTUR S/A	8.307	PDAC	0314/75	1975
Empresa Maranhense de Turismo	8.376	PSEC	378/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Empresa Maranhense de Turismo - Auxílio Financeiro Filme sobre Festival Bumba-Meu-Boi	8.376	PSEC	378/80	1980
Empréstimo Obras Pedidas pelo MNBA	8.378	PSEC	1036/80	1980
Empréstimo Peça Artística ao MAM – RJ – Dois Relicários	8.370	SEAC	345/78	1978
Empréstimos Imobiliário IPASE	8.366	PDAC	751/77	1977-79
Emy Albuquerque Pangela – Pagamento Atraso Gratificação Qüinqüenal	8.374	POUO	230933/79	1979-81
Emy Albuquerque Pangela – Salário Família	8.378	PSEC	1128/80	1980-81
Enciclopédia Abril e Clássicos Modernos	8.372	SEAC	383/79	1979
Encontro 03 a 06 de Outubro /1978, 1º – MEC – DAC – DAE - Universidades	8.494	PPES		1978
Encontro Bolsa / Arte	8.486	PPES		1978
Encontro Camoniano Internacional – Comunicado	8.379	PSEC	226445/80	1980-81
Encontro Cinema Brasil Independente, 1º – Concessão 20 Passagens Aéreas ou Rodoviárias	8.378	PSEC	1258/80	1980
Encontro Cultural do Nordeste - Recife	8.440	PNAC		Maio/76
Encontro Cultural Laranjeiras, IV	8.371	SEAC	842/78	1978
Encontro Cultural, IV – Norte Nordeste - AENE	8.551	CSEN		1979
Encontro de Corais, VIII	8.352	PDAC	090/76	1976
Encontro de Delegados e de Presidentes e Ministros Educação e Cultura Amazônia Legal, I	8.550	CSEN		1981
Encontro de Delegados e Representantes do MEC, II	8.551	CSEN		1980
Encontro de Governos sobre a Defesa do Patrimônio, Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, II	8.571	DDIV		1961
Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira, II	8.453	DDIV		1975
Encontro de Secretários de Cultura / Brasília - Conclusões	8.440	PNAC		Abril/76
Encontro Diretores Teatro Amador e Universitário, 1º	8.404	REAT		1974
Encontro do Comitê Latino Americano Folclore Artes, I	8.353	PDAC	675/76	1976
Encontro Mundial de Comunicação - México	8.553	CSEN		1974
Encontro Nacional - BSB - Políticas Planejamento da Educação e Cultura 02 a 04/07/1979	8.550	CSEN		1979
Encontro Nacional Cultura (Conselho Federal de Cultura)	8.359	POUO	520	1976
Encontro Nacional de Cultura – Salvador	8.440	PNAC		Julho/76
Encontro Nacional de Cultura – Salvador (Relatórios, Conclusões, Correspondência, Trabalhos, Programa, etc)	8.441	PNAC		Julho/76
Encontro Nacional de Cultura (Conselho Federal de Cultura)	8.359	POUO	522	1976-77
Encontro Nacional de Cultura (Gabinete Ministro)	8.368	POUO	201467/77	1977
Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, I	8.508	DDIV		1972-78
Encontro Nacional de Educação Artística	8.451	DDIV		1971
Encontro Nacional de Escritores, XIII	8.373	SEAC	694/79	1979-80
Encontro Nacional de Supervisores Chefes – MEC	8.551	CSEN		1965
Encontro Nacional Dirigentes SEBRAE, 8º	8.367	PDAC	1769	1977
Encontro Nacional do Programa, I	8.484	PPES		1978

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura, I	8.443	PNAC		1980
Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura, I – CFC - Auditório	8.397	DDIV	05	1979
Encontro Nacional Professores Universitários Bras. Literatura Portuguesa, 8º	8.373	SEAC	991/79	1979-81
Encontro Programa Bolsa Arte	8.486	PPES		1978
Encontro Regional – Universidades Nordeste	8.308	PPES		1979
Encontro Regional de Planejamento – Região Norte – Governo do Estado do Amazonas	8.554	REAT		1979
Encontro Regional do Ensino Superior, VI MEC / DAU	8.553	CSEN		1973
Encontro Regional Norte, Nordeste e Centro Oeste Pró Reitores de Extensão e Assessores de Cultura e outros documentos	8.552	CSEN		1980
Encontro sobre Ensino de 1º grau	8.551	CSEN		1980
Encontro Sul Rio Grandense de Museus, II	8.363	PDAC	123/77	1977
	8.369	SEAC	13/78	1978-81
Encontros e Seminários sobre Ações Culturais - Diversos	8.443	PNAC		1979-80
Encontros Regionais – Comentários da FUNARTE	8.442	PNAC		1979
Encontros Regionais sobre Planejamento	8.397	DDIV	04	1979
	8.397	DDIV	03	1979
Encontros Regionais: Nordeste / Norte / Sul / Sudeste / Centro-Oeste (Conclusões, Correspondências, Trabalhos)	8.442	PNAC		1979
Encontros sobre Política Cultural	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Encyclopaedia Britannica do Brasil – Proposta	8.455	PPES		1975
Encyclopedia Britannica do Brasil Public Ltda – Nova Aquisição	8.365	PDAC	460/77	1977-79
Engenharia de Edificações Ltda	8.342	PDAC	1007/74	1974-75
Enock Joaquim de Oliveira	8.318	PDAC	1098/75	1975-77
Envio Cópia Filmes – Fotografias - Gravuras - Villa Lobos	8.370	SEAC	443/78	1978
Envio Filmes – "Autos Sacramentais" – SNT (Serviço Nacional de Teatro) – [Rolos de Filmes não encontrados]	8.359	POUO	111/76	1976
Eny Camargo – Cantora	8.332	PDAC	145/74	1974-75
	8.310	PDAC	0656/75	1975
Eny Silveira Assenato	8.337	PDAC	505/74	1974
Erich Lehninger	8.305	PDAC	0016/75	1975
Ernani Aguiar – Abarte	8.348	PDAC	2102/74	1974
Ernani Henrique Chaves Aguiar – Violonista	8.311	PDAC	0717/75	1975
ESAM	8.381	PSEC	264/81	1981
Esboço Programa Estadual de Ação Cultura - Pernambuco	8.554	REAT		-
Esclarecimento Circular 01/77 (Seção de Comunicações /MEC)	8.368	POUO	216552/77	1977

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Escola Comunicação Artes Universitárias São Paulo – Auxílio Financeiro Semana da Arte e Ensino	8.379	PSEC	224211/80	1980
Escola de Ballet Ana Lucia de Carvalho – BH/MG	8.307	PDAC	0337/75	1975
Escola de Cultura – Sociedade Brasileira de Cultura /SP	8.457	PPES		1980
Escola de Música – Banda de Música	8.336	PDAC	400/74	1974
Escola de Musica da UFRJ	8.308	PDAC	0415/75	1975
Escola de Musica de Piracicaba – SP	8.348	PDAC	1962/74	1974-75
	8.328	PDAC	2064/75	1975
Escola de Música do Maranhão	8.338	PDAC	773/74	1974
Escola de Música e Belas Artes do Paraná	8.327	PDAC	1888/75	1975
Escola de Musica Jaffé	8.334	PDAC	301/74	1974
Escola de Música Santa Cecília – RJ	8.346	PDAC	1538/74	1974-75
Escola Estadual 2º Grau "São José" – Obidos /PA - Auxílio Financeiro Aquisição Banda Marcial	8.378	PSEC	963/80	1980
Escola Federal de Engenharia de Itajubá	8.320	PDAC	1409/75	1975
Escola Música Artes Cênicas – Avaliação Crítica Ensino Educação Artística	8.376	PSEC	340/80	1980
Escola Nacional de Música – Registro – Documentos Diversos (Datas Salteadas – Inclui Material de Divulgação de Eventos Culturais)	8.452	DDIV		1945-70
Escola Salesiana São José – Campinas SP - Auxílio Financeiro Material para Biblioteca	8.376	PSEC	302/80	1980
Escola Salesiana São José – Campinas SP – FUNARTE – Celebração Convênio	8.368	POUO	709/77	1977-79
Escola Superior Música Blumenau - Auxílio Financeiro Projeto Didático Cultural	8.376	PSEC	460/80	1980
Escola Teatro de Comédia - GB	8.342	PDAC	1050/74	1974
Escola Teatro de Comédia do Estado da Guanabara	8.338	PDAC	779/74	1974
Escola Técnica de Campos	8.506	DPNE		1963-71
Escola Técnica Federal do Paraná – Curitiba – PR	8.327	PDAC	1868/75	1975-76
Escola Técnica Federal e Universidade Federal da Bahia	8.334	PDAC	323/74	1974-75
Escolas de Fronteira	8.506	DPNE		1963-71
Escolinha de Arte do Brasil	8.554	REAT		1972
Espanha	8.372	SEAC	249/79	1979
Espetáculo "A Lenda da Cobra Grande"	8.377	PSEC	716/80	1980-81
Espírito Santo	8.454	PPES		1973
	8.454	PPES		1972-74
	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979
	8.478	CDES		-
	8.481	CDES		1982
Estab Gráficos Iguassu Ltda – Renovação Ficha Cadastro	8.352	PDAC	461/76	1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Estabelecimentos Gráficos Iguassu Ltda	8.309	PDAC	0552/75	1975
	8.336	PDAC	438/74	1974-75
Estado da Guanabara	8.329	POUO	05016/75	1975-78
	8.337	PDAC	453/74	1974
	8.338	PDAC	779/74	1974
	8.341	PDAC	912/74	1974
	8.341	PDAC	995/74	1974
	8.342	PDAC	1050/74	1974
	8.347	PDAC	1929/74	1974
	8.350	PDAC	2361/74	1974-75
	8.380	POUO	256408/69	1969
Estado da Guanabara (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	2137/74	1974
	8.361	POUO	4969/74	1974
Estado de Mato Grosso – Planos e Relatórios – Desenv. Seção Cultura	8.555	REAT		1979
Estado do Mato Grosso do Sul	8.555	REAT		1980
Estelinha Epstein	8.335	PDAC	363/74	1974-75
Estratégia Global para Livro Infantil e para Formação do Hábito de Leitura	8.570	DDIV		1973
Estrutura Salarial / FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco) / FCRB (Fundação Casa de Rui Barbosa) / FUNARTE / Embrafilme	8.436	DEPS		1980
Estudo de Problemas Brasileiro – EPB	8.356	PDAC	1367/76	1976-80
	8.356	PDAC	1366/76	1976-80
	8.356	PDAC	1368/76	1976-80
	8.356	PDAC	1369/76	1976-80
	8.357	PDAC	1370/76	1976
	8.357	PDAC	1371/76	1976-80
Estudo de Problemas Brasileiro e Cultura Brasileira	8.357	PDAC	1379/76	1976-80
	8.357	PDAC	1381/76	1976-80
	8.362	POUO	259970/76	1976-80
Estudos sobre Política Cinematográfica – Legislação Embrafilme (Órgãos Vinculados ao DAC – Departamento de Assuntos Culturais)	8.560	DDIV		1972-79
Eucatex S/A	8.342	PDAC	1123/74	1974
Eudoxia de Barros - Pianista	8.305	PDAC	0104/75	1975
Eugenio de A. Bezerra Martins – Flautista (Processo)	8.314	PDAC	0890/75	1975
Eustaquio Alves Grilo – Violonista (Processo)	8.313	PDAC	0828/75	1975
Eva Todor	8.357	PDAC	1478/76	1976
Eventos do Mês de Outubro	8.444	PNAC		1973
Exececução Física da Programação do Período Julho /79 a Julho de 80 da FCBR / MHN / MR / MVL	8.411	REAT		1980-81
Execução Conjunta DAC – MEC	8.356	PDAC	1183/76	1976-77

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Exibições Produções Praças Públicas	8.378	PSEC	1001/80	1980
Expediente Universidade de Califórnia – Santa Bárbara	8.378	PSEC	1402/80	1980
Exposição Abstracionismo no Brasil	8.351	PDAC	047/74	1974
Exposição Artesanato Nordestino (Gabinete Ministro)	8.362	POUO	201072/76	1976
Exposição Carrancas do Rio São Francisco	8.355	PDAC	1114/76	1976
Exposição D. Pedro II e Sua Época	8.353	PDAC	712/76	1976
Exposição de Fotografias Brasileiras	8.358	PDAC	1563/76	1976-78
Exposição de Pintura	8.351	PDAC	2278/74	1974-75
Exposição Dom Pedro II e Sua Época	8.353	PDAC	573/76	1976
Exposição Estados Unidos da América Artesanato Brasil	8.362	POUO	254364/76	1976
Exposição Holografia no Brasil	8.373	SEAC	985/79	1979-80
Exposição Pintor Rosalino Ribeiro (FUNARTE)	8.368	POUO	924/77	1977-79
Exposição Portinari	8.370	SEAC	503/78	1978
Exterior – Correspondências	8.477	CDES		1980
Faculdade Ciências Administrativas e Cont. de Lins /SP - Auxílio Financeiro Seminários, Cursos e Conferências	8.376	PSEC	304/80	1980
Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná	8.309	PDAC	0478/75	1975-77
Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza – RN	8.319	PDAC	1324/75	1975
Faculdade de Letras da UFMG (FUNARTE)	8.374	POUO	2131/79	1979
Faculdade de Letras da UFRJ	8.340	PDAC	826/74	1974
	8.342	PDAC	1047/74	1974
Faculdade de Musica Augusta de Souza Franca	8.316	PDAC	0966/75	1975
	8.306	PDAC	0195/75	1975
Faculdade Letras – UFRJ	8.350	PDAC	216785/74	1974
Faculdade Música Palestrina – FAMUPA – Auxílio Financeiro para Formação Orquestra de Câmara Palestrina	8.369	SEAC	281/78	1978
Faculdade Musical Palestrina	8.307	PDAC	0236/75	1975
	8.338	PDAC	731/74	1974
	8.457	PPES		1975
Faculdade Musical Palestrina - Inclusão no PAC / 75 – Madrigal Palestrina	8.351	PDAC	2296/74	1974
Faculdade Musical Palestrina – PR / RS	8.344	PDAC	1367/74	1974
Faculdade Musical Palestrina – RS – Auxílio Financeiro – Pagamento Cachês	8.366	PDAC	855/77	1977
Faculdade Musical Palestrina de Porto Alegre	8.332	PDAC	106/74	1974
	8.332	PDAC	115/74	1974
Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras – Lorena /SP - Auxílio Financeiro Conferência e Seminário	8.376	PSEC	303/80	1980
Faculdades Integradas Simonsen – Reprodução Facsimilar Do Decreto 4, Criador Band. Republ. (Biblioteca Nacional)	8.368	POUO	13/77	1977-79
Falabella Tu Filmes Ltda	8.326	PDAC	1688/75	1975
FAPES – Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior – Auxílio Financiamento Técnico Pesquisa Arqueológica	8.373	SEAC	807/79	1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Favela da Mangueira	8.455	PPES		1980
FCRB / Fundação Casa de Rui Barbosa	8.436	DEPS		1980
Federação Brasileira dos Albergues de Juventude	8.338	PDAC	642/74	1974
Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – BA – Projeto Cultural Porto Seguro	8.377	PSEC	865/80	1980-81
Federação Nacional do Trabalho em Transportes Aéreos	8.360	POUO	256413/74	1974
FEFIERJ / Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro	8.365	PDAC	474/77	1977
Feira Amostras Desenvolvimento Amazônia	8.381	PSEC	730/81	1981
Feira Artesanato Baiano, III	8.366	PDAC	788/77	1977
Feira do Livro de Frankfurt	8.362	POUO	236543/76	1976-77
Feiras e Empreendimentos Turísticos	8.358	PDAC	1612/76	1976
	8.358	PDAC	1610/76	1976
Felipe Silvestre	8.335	PDAC	368/74	1974-75
	8.345	PDAC	1439/74	1974
	8.317	PDAC	0980/75	1975
FENAC SA – Feiras e Empreendimentos Turísticos – RS – Apoio Material Museu do Calçado	8.358	PDAC	1610/76	1976
	8.358	PDAC	1612/76	1976
FENAME – Fundação Nacional Material Escolar	8.359	PDAC	1797/76	1976-79
FENAME – Fundação Nacional Material Escolar – Atlas dos Monumentos Histórico e Artístico do Brasil	8.359	PDAC	1797/76	1976-79
Fernando Lebeis – Violonista (Processo)	8.314	PDAC	0885/75	1975
Fernando Lopes – Pianista	8.311	PDAC	0745/75	1975
Fernando Lopes da Silva	8.346	PDAC	1615/74	1974
Fernando Lopes da Silva – Pianista (Processo)	8.313	PDAC	0821/75	1975
Festa Anual Poesia Latino Americana, V	8.373	SEAC	673/79	1979
Festa de Sairé / Pará	8.378	PSEC	1147/80	1980
Festa do Barresso, II	8.373	SEAC	619/79	1979
Festa do Boiadeiro – SP (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	5443/78	1978
Festa Nacional do Folclore – DF – Boletins (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1250/74	1974-75
Festival Artes e Tradições Populares Lit. Pardu. , II	8.373	SEAC	619/79	1979
Festival Bumba-Meu-Boi	8.376	PSEC	378/80	1980
Festival Cinema Brasil, 4º – Gramado	8.352	PDAC	463/76	1976
Festival de Arte e Tradições Populares, 2º	8.374	POUO	242781/79	1979
Festival de Arte em São Cristóvão, II	8.374	POUO	238768/79	1979
Festival de Artes de Arles – França - 1975	8.553	CSEN		1975
Festival de Emboladores do RN, I	8.396	DDIV	52	1980
Festival de Inverno de Ouro Preto, 9º - MG	8.553	CSEN		1975
Festival de Inverno de Pernambuco, I	8.355	PDAC	1075/76	1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Festival de Inverno, 8º	8.340	PDAC	839/74	1974
Festival de Lages – Arte Negra	8.553	CSEN		1977
Festival de Música, Poesia e Concurso Contos – PR	8.373	SEAC	736/79	1979
Festival de Teatro Arcozelo	8.351	PDAC	2242/74	1974
Festival de Verão de Areia, I - PB	8.552	CSEN		1976
Festival Folclore Latino Americano	8.358	PDAC	1557/76	1976-78
Festival Folclórico Transamazônica, 1º (FUNARTE)	8.362	POUO	250393/76	1976-77
Festival França	8.372	SEAC	455/79	1979-80
Festival Internacional de Coros, II (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4392/74	1974
Festival Inverno Campina Grande, I	8.354	PDAC	802/76	1976
Festival Mondial Théâtre – Divulgação (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	257/74	1974
Festival Nacional de Teatro Amador, IV	8.356	PDAC	1191/76	1976
Festival Primavera, I	8.366	PDAC	858/77	1977-78
Festival Universitário Canção, V	8.376	PSEC	316/80	1980
Festividades Independência Brasil	8.378	PSEC	1008/80	1980
Festividades Natalinas	8.358	PDAC	1624/76	1976
FETEAPE / Federação Teatro Pernambuco – PE – Relatório Lançamento Editais de Montagem Espetáculos	8.375	PSEC	83/80	1980
Ficha Cadastro Fornecedores	8.356	PDAC	1179/76	1976-80
	8.356	PDAC	1252/76	1976-80
	8.372	SEAC	207/79	1979-80
Ficha Cadastro Fornecimento	8.354	PDAC	969/76	1976-80
Ficha de Cadastro de Fornecedores DAC / MEC	8.354	PDAC	907/76	1976
	8.363	PDAC	074/77	1977-80
	8.369	SEAC	185/78	1978-80
	8.369	SEAC	156/78	1978-80
Ficha Qüinqüênio	8.380	POUO	247924/72	1972-81
Fichas Financeiras – Demitido	8.435	DEPS		1980-81
FIDENE	8.371	POUO	723/78	1978
Filme "Carbonado ou Xique Xique And." (Conselho Federal de Cultura)	8.379	POUO	192/80	1980
Filme Artesanato Carioca	8.364	PDAC	174/77	1977-79
Filmes Acervo DAC / MEC	8.366	PDAC	694/77	1977
Filmes do Triângulo Ltda – RJ	8.326	PDAC	1669/75	1975
Filmes Documentários sobre Futuro Livro	8.353	PDAC	608/76	1976
Filosofia da Poesia – Pereira Lima	8.399	DDIV	18	1980
Financiamento Área Cultural	8.458	PPES		1982
Financiamento Projeto Museu Universitário	8.370	SEAC	502/78	1978
Firmino Corrêa de Souza – Pagamento Atrasados	8.379	PSEC	243184/80	1980-81

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Flavio Silva	8.326	PDAC	1660/75	1975
Flávio Vieira da Cunha Silva – Pesquisa em Música Popular	8.365	PDAC	430/77	1977-79
Flor Nacional e Emblemática do Brasil	8.358	PDAC	1536/76	1976-77
Florianópolis – SC	8.337	PDAC	454/74	1974
FNDE - Correspondências	8.481	CDES		1979
	8.476	CDES		1980
FNDE – Diversos	8.505	POUO		1980-81
FNDE – Relatório – Programa Orçamentário - Agenda - Reunião	8.504	POUO		1972-80
FNDE / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	8.462	CDES		1976
	8.476	CDES		1980
	8.481	CDES		1979
	8.504	POUO		1972-80
	8.505	POUO		1980-81
Folclore do Açúcar	8.498	DAVL		-
Folclore no Brasil	8.371	SEAC	849/78	1978
Folclore Projeto Minerva	8.363	PDAC	125/77	1977-79
Folclore Roteiro para Pesquisas SENAC / MG	8.457	PPES		1977
Folha de Freqüências – Gabinete Diretor Geral	8.432	DEPS		1977
	8.432	DEPS		1978
Folha de Freqüências Diversas	8.431	DEPS		1976
Folha Freqüência – Gabinete Secretário	8.432	DEPS		1982
Fontoura Brito e Cia Ltda – SP	8.320	PDAC	1468/75	1975
	8.341	PDAC	949/74	1974-75
Formação Animadores Culturais	8.375	PSEC	232/80	1980-81
Fornecedora Cino Importadora Ltda	8.318	PDAC	1174/75	1975
Fornecimento LP e Material Didático (Comissão Nacional de Moral e Civismo)	8.362	POUO	210031/76	1976
Fortaleza	8.455	PPES		1980
Fórum de la Danse – Paris	8.346	PDAC	1673/74	1974
Fotografia, Cinema e Arte Ltda – RJ	8.321	PDAC	1530/75	22 a 28/07/1975
França	8.553	CSEN		1975
Francisca Maria Fernandes – Bolsa Trabalho Arte do MEC – DAC	8.353	PDAC	564/76	1976
Francisco Balbino Nunes	8320	PDAC	1447/75	1975
Francisco Cunha de Souza – Cantor Lírico (Processo)	8.315	PDAC	0921/75	1975
Francisco das Chagas P. da Silva	8.436	DEPS	258461	1977-80
Francisco Fabião – Pianista (Processo)	8.312	PDAC	0808/75	1975
Francisco L. da A. Fonseca	8.374	POUO	229365/79	1979-81

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Francisco Wagner Nepomuceno dos Santos – Bolsa Trabalho Arte do MEC – DAC	8.353	PDAC	579/76	1976
Frederico Cavalcanti Confalonieri – RJ	8.325	PDAC	1618/75	30/07/1975
Freitas Nobre e Florim Coutinho	8.332	PDAC	161/74	1974
Freqüência	8.433	DEPS		1984
	8.434	DEPS		1985
	8.434	DEPS		1986
	8.434	DEPS		1986-87
	8.435	DEPS		1987-88
	8.435	DEPS		1988-90
	8.435	DEPS		1989-90
Freqüência – Moema de Jesus F. Neves	8.433	DEPS		1979-82
Freqüência – SEC – Memória	8.433	DEPS		1984
	8.434	DEPS		1986
	8.435	DEPS		1987-88
	8.435	DEPS		1989-90
Freqüência – SEC – Memória – Janeiro a Junho	8.434	DEPS		1985
Freqüência – SEC – Memória – Julho a Dezembro	8.434	DEPS		1985
Freqüência – Serviço de Radiodifusão Educativa	8.432	DEPS		1979
	8.432	DEPS		1980-82
Freqüências	8.433	DEPS		1982-83
Freqüências diversas	8.433	DEPS		1983
FUAM / Fundação Universidade Amazonas	8.491	PPES		1976
	8.492	PPES		1976
FUFPI / Fundação Universidade Federal do Piauí	8.491	PPES		1976-77
Fulvia Escobar – Pianista (Processo)	8.312	PDAC	0812/75	1975
FUM	8.495	DDGS		1975
FUMA / Fundação Universidade do Maranhão	8.493	PPES		1976
	8.494	PPES		1976
FUNARTE – Codecrau – Projeto Universidade	8.487	PPES		1977
FUNARTE – Coordenadora SP – Colaboração SEAC – Exposição Holografia no Brasil	8.373	SEAC	985/79	1979-80
FUNARTE - Correspondências	8.476	CDES		1980
	8483	CDES		1979
FUNARTE – Empréstimo Viatura Placa IG 1019	8.353	PDAC	662/76	1976
FUNARTE – Projetos – Legislação – Reunião do Conselho Curador – Ofício – Restauração do Museu Nacional de Belas Artes para uso da FUNARTE	8.503	DDIV		1974-79
FUNARTE – Proposta Requisição Servidor Gleuza Leite Costa – Colégio Pedro II	8.370	SEAC	348/78	1978

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
FUNARTE / Fundação Nacional de Artes	8.353	PDAC	662/76	1976
	8.355	PDAC	1123/76	1976
	8.368	POUO	709/77	1977-79
	8.370	SEAC	348/78	1978
	8.370	SEAC	679/78	1978
	8.370	SEAC	778/78	1978
	8.373	SEAC	985/79	1979-80
	8.379	POUO	829/80	1980-81
	8.386	RROR		-
	8.406	REAT		1976
	8.407	REAT		1977
	8.408	REAT		
	8.409	REAT		-
	8.409	REAT		1978-79
	8.410	REAT		1980-81
	8.436	DEPS		1980
	8.440	PNAC		1980-85
	8.442	PNAC		1979
	8.445	ORÇP		1977
	8.456	PPES		1980
	8.457	PPES		1979
	8.471	CDES		1978
	8.476	CDES		1980
	8.483	CDES		1979
	8.484	PPES		1977
	8.487	PPES		1977
	8.503	DDIV		1974-79
	8.511	REAT		1980-81
Funcionário do DAC	8.431	DEPS		1975
Fundação Artes de Ubá – MG – Auxílio Financeiro Show Roberto Carlos e seu Conjunto	8.369	SEAC	226/78	1978
Fundação Artística Cultural de Niterói – Projeto Memória Histórica das Camadas Populares de Niterói	8.455	PPES		1980
Fundação Artística Cultural Manuel Bandeira – Auxílio Financeiro Construção Teatro da Facha	8.367	PDAC	934/77	1977-79
Fundação Atividades Culturais de Niterói – Projeto Memória Histórica das Camadas Populares de Niterói	8.455	PPES		1979
Fundação Bienal de São Paulo	8.330	POUO	253188/75	1975
	8.356	PDAC	1224/76	1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Fundação Bienal de São Paulo – Projeto Orçamento Reforma Fundação	8378	PSEC	1405/80	1980
Fundação Bienal de São Paulo – Relatório Atividades Exercício 1975	8.356	PDAC	1224/76	1976
Fundação Bienal de São Paulo – SP (Pasta sofreu extravio)	*	POUO	425/75	1975
Fundação Brasileira de Ballet	8.327	PDAC	1900/75	1975
	8.340	PDAC	860/74	1974
Fundação Casa de Rui Barbosa	8.309	PDAC	0490/75	1975
	8.332	PDAC	033/74	1974
	8.332	PDAC	144/74	1974
	8.342	PDAC	1129/74	1974
	8.353	PDAC	595/76	1976
	8.366	PDAC	757/77	1977
	8.372	SEAC	115/79	1979
	8.381	PSEC	60/81	1981-82
	8.402	REAT		1967
	8.403	REAT		1974
	8.404	REAT		1976
	8.405	REAT		1976
	8.406	REAT		1976
	8.407	REAT		1977
	8.456	PPES		1979
	8.464	CDES		1976
	8.466	CDES		1977
	8.476	CDES		1980
	8.483	CDES		1979
	8.503	DDIV		1970
Fundação Casa de Rui Barbosa - Correspondências	8.483	CDES		1979
	8.476	CDES		1980
Fundação Casa de Rui Barbosa – Cronograma Global Verbas Orçamento SEAC	8.381	PSEC	60/81	1981-82
Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB – Auxílio Financeiro Conservação e Restauro Casa Rui Barbosa	8.369	SEAC	131/78	1978-79
Fundação Casa de Rui Barbosa – Liberação Verba – Conservação e Restauro	8.366	PDAC	757/77	1977
Fundação Casa de Rui Barbosa - Ofícios	8.503	DDIV		1970
Fundação Casa de Rui Barbosa – Proposta Assinatura Convênio Projeto Thesaurus Brás. de Cultura	8.369	SEAC	18/78	1978
Fundação Casa de Rui Barbosa – Reformulação Plano de Aplicação	8.456	PPES		1979
Fundação Casa de Rui Barbosa – Relatório Exercício 1975	8.353	PDAC	595/76	1976
Fundação Casa de Rui Barbosa – XVI Congresso Internacional Filologia e Lingüística Românicas (Fundação Casa de Rui Barbosa)	8.379	POUO	39/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Fundação Cásper Líbero – SP	8.327	PDAC	1764/75	1975
	8.345	PDAC	1454/74	1974-75
Fundação Catarinense de Cultura	8.375	PSEC	206/80	1980
	8.555	REAT		1980-81
Fundação Catarinense de Cultura – Apoio Financeiro Projeto Operação Cultural	8.381	PSEC	123/81	1981
Fundação Catarinense de Cultura – Projeto	8.555	REAT		1980-81
	8.555	REAT		1979
Fundação Catarinense de Cultura – SC – Projeto Divulgação da Cultura e das Artes de Santa Catarina	8.375	PSEC	206/80	1980
Fundação Centro Brasileiro de Turismo Educativo – Plano Atividade/78 – Proposta Orçamentária	8.369	SEAC	12/78	1978
Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa	8.348	PDAC	1979/74	1974
Fundação Centro Brasileiro de Tv Educativa – GB	8.347	PDAC	1799/74	1974
Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – Portarias – Movimento Interno – Estudos – Organogramas – Instrução Normativa – Cartas - Memorandos	8.502	DDIV		1971-79
Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – TVE – Proposta Realização Fase III Projeto Monteiro Lobato	8.378	PSEC	1000/80	1980-81
Fundação Centro Tecnológico Minas Gerais – Concessão Auxílio Financeiro Projeto "Álbum Pint. Rupestres..."	8.373	SEAC	649/79	1979
Fundação Conquista do Rio de Janeiro	8.341	PDAC	944/74	1974-76
Fundação Cultura Distrito Federal – Convênio Multilate – Liberação 3ª Parcela	8.366	PDAC	689/77	1977-78
Fundação Cultural - Amazonas	8.553	REAT		1976
Fundação Cultural – Bahia	8.554	REAT		1978
Fundação Cultural – Plano de Ação – Amazonas	8.553	REAT		1976
Fundação Cultural – Programa Geral	8.554	REAT		1978
Fundação Cultural Amazonas – AM – Conv. Financiamento Pesquisa e Seleção Material Museológico (Departamento Administração)	8.371	POUO	219794/78	1978
Fundação Cultural Curitiba – Auxílio Financeiro Projeto Estágio Aplicação Artes Plásticas	8.369	SEAC	122/78	1978
Fundação Cultural Curitiba – PR – Auxílio Financeiro Projeto FCC – 2/78 – Capacitação Recursos Humanos	8.369	SEAC	70/78	1978
Fundação Cultural Curitiba (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	4429/78	1978-79
Fundação Cultural de Curitiba - PR	8.332	PDAC	020/74	1974
Fundação Cultural Distrito Federal – Co – Patrocínio SEAC/MEC – XIII Encontro Nacional de Escritores	8.373	SEAC	694/79	1979-80
Fundação Cultural do Distrito Federal	8.306	PDAC	0185/75	1975
	8.310	PDAC	0689/75	1975
	8.310	PDAC	0690/75	1975
	8.342	PDAC	1097/74	1974-76
Fundação Cultural do Distrito Federal – Patrocínio DAC Realização Eventos	8.352	PDAC	347/76	1976
Fundação Cultural do Distrito Federal – Programação	8.554	REAT		1977
Fundação Cultural do Distrito Federal - Relatório	8.555	REAT		1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Fundação Cultural do Espírito Santo	8.328	PDAC	2036/75	1975
	8.457	PPES		1970
Fundação Cultural do Espírito Santo – Apoio Financeiro Curso Música Popular Brasileiro	8.365	PDAC	461/77	1977
Fundação Cultural do Espírito Santo – Auxílio Financeiro – Formação Animadores Culturais	8.375	PSEC	232/80	1980-81
Fundação Cultural do Espírito Santo – Auxílio Financeiro Obras e Reforma Teatro Carlos Gomes	8.363	PDAC	076/77	1977-79
Fundação Cultural do Espírito Santo – Solicita Criação Comissão Nacional Bicentenário Domingos José Martins	8.378	PSEC	1087/80	1980
Fundação Cultural do Estado Bahia – Relatório Atividades	8.554	REAT		1975-79
Fundação Cultural do Estado da Bahia	8.346	PDAC	1571/74	1974
Fundação Cultural do Maranhão	8.344	PDAC	1295/74	1974
	8.344	PDAC	1296/74	1974
	8.555	REAT		1979
Fundação Cultural do Maranhão – FUNC - Relatório	8.555	REAT		1979
Fundação Cultural do Piauí	8.319	PDAC	1327/75	1975
	8.554	REAT		1979
Fundação Cultural do Piauí - Auxílio Financeiro Aquisição Material	8.376	PSEC	381/80	1980
Fundação Cultural do Piauí – Calendário de Atividades Programadas	8.554	REAT		1979
Fundação Cultural e Artística de Diamantina	8.342	PDAC	1005/74	1974
Fundação de Arte de Ouro Preto – MG	8.332	PDAC	164/74	1974
Fundação de Arte do Estado do Rio de Janeiro - Auxílio Financeiro Alimentação Pousada Componentes Orquestra	8.381	PSEC	276/81	1981
Fundação de Cultura - MG	8.553	REAT		1979
Fundação de Educação Artística – MG	8.337	PDAC	492/74	1974
Fundação Educação Social e Comunitária – RS - Auxílio Financeiro Realização Projeto	8.376	PSEC	280/80	1980
Fundação Educacional de Bauru – Auxílio Financeiro Aquisição de Passagens – Grupo Teatro (Seção de Comunicações /MEC)	8.371	POUO	247026/78	1978-80
Fundação Educacional de Bauru - SP	8.319	PDAC	1310/75	1975
Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina	8.332	PDAC	101/74	1974
Fundação Educacional Padre Landell de Moura – RS – Auxílio Financeiro Projeto "Estórias para Crianças" (FUNARTE)	8.374	POUO	1625/79	1979-81
Fundação Educacional Região Blumenal – FURB - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1513/76	1976-80
Fundação Educativa Cultural – "Miguel Motta" – Rec. Construção Casa do Poeta Popular / PB (FUNARTE)	8.379	POUO	164/80	1980
Fundação Ford	8.358	PDAC	1717/76	1976
Fundação Getulio Vargas	8.364	PDAC	342/77	1977
	8.365	PDAC	601/77	1977
Fundação Getulio Vargas – Auxílio Financeiro Realização Projetos	8.364	PDAC	342/77	1977
Fundação Getúlio Vargas – Projeto Pesquisa "O Papel Educação Cultura Estrutura de Comunicação Social"	8.378	PSEC	1214/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Fundação Getulio Vargas – Seminário Result Pesquisa – Filmes Documentários sobre Futuro Livro	8.353	PDAC	608/76	1976
Fundação Giuré – Divulgação para V Festa Anual Poesia Latino Americana	8.373	SEAC	673/79	1979
Fundação Guimarães Duque – Auxílio Financiamento Publicação Livros	8.383	PSEC	222358/81	1981
Fundação Guimarães Duque – ESAM - Auxílio Financeiro Publicação 02 Livros	8.381	PSEC	264/81	1981
Fundação Hansen – Bahia – Liberação Auxílio	8.364	PDAC	240/77	1977-79
Fundação Hansen Bahia – Auxílio Financeiro Reformas e Aquisição Material	8.372	SEAC	54/79	1979
Fundação João Pinheiro Filho – Arcozelo – RJ	8.308	PDAC	0431/75	1975
Fundação Joaquim Nabuco	8.438	PNAC		1981
	8.448	DNBO		1975-76
Fundação Joaquim Nabuco – Assuntos Diversos	8.570	DDIV		1974-75
Fundação Joaquim Nabuco /PE – Apoio Realização III Curso de Técnico de Arquivo Microfilmagem e Restauração de Papéis	8.378	PSEC	1033/80	1980
Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	8.466	CDES		1977
Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - Diversos	8.476	CDES		1980
Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - PE	8.471	CDES		1978
Fundação José Augusto – Natal – RN	8.329	POUO	223996/75	1975
	8.367	PDAC	1769	1977
	8.375	PSEC	242/80	1980
	8.381	PSEC	109/81	1981
	8.396	DDIV	52	1980
	8.554	REAT		1979
Fundação José Augusto – Natal – RN – Auxilio para restauração Biblioteca Publicações	8.351	PDAC	2230/74	1974
Fundação José Augusto – Natal – RN – Cópia Doc 8º Encontro Nacional Dirigentes SEBRAE	8.367	PDAC	1769	1977
Fundação José Augusto – Natal – RN – Ensaios	8.458	PPES		1980
Fundação José Augusto – Natal – RN – Projeto Inventário Bens Culturais Estado e Circo da Cultura	8.381	PSEC	109/81	1981
Fundação José Augusto – Natal – RN – Projeto Literatura Potiguar / I Festival de Emboladores	8.396	DDIV	52	1980
Fundação José Augusto – Natal – RN – Projeto Literatura Potiguar - Coleções	8.458	PPES		1980
Fundação José Augusto – Natal – RN – Projeto Literatura Potiguar - Biografia	8.458	PPES		1980
Fundação José Augusto – Natal – RN – Projeto Literatura Potiguar – Ficção	8.458	PPES		1980
Fundação José Augusto – Natal – RN – Projeto Literatura Potiguar – Historia do Rio Grande do Norte	8.458	PPES		1980
Fundação José Augusto – Natal – RN – Projeto Literatura Potiguar– Ensaios	8.458	PPES		1980
Fundação José Augusto – Natal – RN – Relatório Atividades	8.554	REAT		1979
	8.375	PSEC	242/80	1980
Fundação Movimento Brasil de Alfabetização	8.378	PSEC	965/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Fundação Movimento Brasil de Alfabetização – Ante-Projeto Conselho Nacional Romance	8.378	PSEC	965/80	1980
Fundação MUDES	8.307	PDAC	0311/75	1975
	8.318	PDAC	1090/75	1975
	8.343	PDAC	1244/74	1974
	8.375	PSEC	135/80	1980
	8.409	REAT		1978-79
Fundação MUDES – Projetos – Relatórios – Perspectiva Universitária – Coordenação Pesquisa – Acordo – Proposta	8.505	POUO		1976-81
Fundação Museu Carlos Costa Pinto – Auxílio Financeiro – Fotografar Parte Acervo Museu	8.375	PSEC	79/80	1980
Fundação Nacional Livro Infantil e Juvenil – Boletim Informativo	8.377	PSEC	761/80	1980
Fundação Nacional Pró-Memória – Relatório Projeto Prosa e Verso	8.456	PPES		1982
Fundação Norte Min. Ensino Superior Montes Claros – MG – Informação Possibilidade de Inclusão Sistema Nacional Museus (Departamento Administração)	8.371	POUO	210026/78	1978
Fundação Norte Mineira Ensino Superior – Exposição D. Pedro II e Sua Época	8.353	PDAC	712/76	1976
Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira	8.327	PDAC	1753/75	1975
Fundação Palácio das Artes	8.333	PDAC	250/74	1974
	8.336	PDAC	422/74	1974
	8.337	PDAC	550/74	1974-75
Fundação Palácio das Artes – BH – MG	8.344	PDAC	1358/74	1974
Fundação Patrimônio Histórico Artístico de Pernambuco	8.332	PDAC	068/74	1974
Fundação Petronila Nunes da Silva – Liberação Verba Especial para Construção Auditório	8.379	PSEC	214539/80	1980
Fundação Projeto Rondon – Ministério do Interior	8.395	DDIV	67	1980
Fundação Rio – Projeto Corredor Cultural – Plano de Trabalho	8.457	PPES		1979-80
Fundação Roberto Marinho – Música Barroca no Campo das Vertentes	8.377	PSEC	762/80	1980
Fundação Teatro Guaíra - PR	8.337	PDAC	552/74	1974-75
	8.346	PDAC	1629/74	1974
	8.327	PDAC	1744/75	1975
Fundação Teatro Guaíra – PR – Ballet Guaíra	8.395	DDIV	69	1980
Fundação Universidade Brasília /DF - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	96/80	1980
Fundação Universidade de Londrina	8.339	PDAC	802/74	1974
Fundação Universidade do Amazonas	8.308	PPES		1976
Fundação Universidade do Amazonas – FUAM – Programa Bolsa Trabalho – Arte	8.355	PDAC	1083/76	1976
Fundação Universidade do Piauí	8.554	REAT		1979
Fundação Universidade do Rio Grande do Sul – RS	8.307	PDAC	0293/75	1975-77
Fundação Universidade do Rio Grande do Sul – URGS – RS - Estudo de Problemas Brasileiro – EPB	8.356	PDAC	1368/76	1976-80

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Fundação Universidade Estadual de Londrina	8.305	PDAC	0122/75	1975
	8.332	PDAC	102/74	1974
	8.338	PDAC	632/74	1974
Fundação Universidade Estadual Maringá – Cultura Brasileira e Estudo dos Problemas Brasileiros	8.363	PDAC	115/77	1977-80
Fundação Universidade Federal do Acre - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1491/76	1976-80
Fundação Universidade Federal do Acre – FUFAC - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1541/76	1976-80
Fundação Universidade Federal Mato Grosso – MT – Estudo de Problemas Brasileiro e Cultura Brasileira	8.357	PDAC	1379/76	1976-80
Fundação Universidade Federal Mato Grosso Sul - Auxílio Financeiro para Instituição Luis de Albuquerque	8.377	PSEC	916/80	1980
Fundação Universidade Federal Sergipe /SE - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	95/80	1980
Fundação Universidade Maranhão – FUMA - Projeto Bolsa Extensão	8.355	PDAC	1126/76	1976
Fundação Universidade Maranhão – Pesquisas – Candidatos Bolsa Trabalho – Arte	8.353	PDAC	636/76	1976-77
Fundação Universidade Mineira de Arte – FUMA - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1542/76	1976-80
Fundação Universidade Regional do Nordeste – PB – Auxílio Financeiro / Doação	8.353	PDAC	753/76	1976
Fundação Universidade Regional do Nordeste – PB – Pac/76 – Museu de Arte da FURNE	8.356	PDAC	1136/76	1976-77
Fundação Universidade Regional do Nordeste – PB – Programa Bolsa Trabalho – Arte	8.355	PDAC	1081/76	1976-77
Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1417/76	1976-80
Fundação Universidade Regional Nordeste – PB – Projeto Programa Ação Cultural Museu Arte da Furne	8.369	SEAC	11/78	1978-79
Fundação Universidade Regional Rio Grande do Norte – RN – Criação Museu da FURRN – RN	8.366	PDAC	867/77	1977-78
FUNDAJ / Fundação Joaquim Nabuco	8.436	DEPS		1980
Fundo Cultural MEC	8.446	ORÇP		-
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FNDE	8.396	DDIV	46	1979
Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – Pré-proposta	8.446	ORÇP		1981
FURNE / Fundação Universidade Regional do Nordeste	8.356	PDAC	1136/76	1976-77
FURNE / Fundação Universidade Regional do Nordeste	8.369	SEAC	11/78	1978-79
FURNE / Fundação Universidade Regional do Nordeste	8.493	PPES		1976
Futura Filmes - SP	8.326	PDAC	1683/75	1975
	8.326	PDAC	1686/75	1975
	8.326	PDAC	1684/75	1975
	8.326	PDAC	1685/75	1975
Gabinete da Secretaria Geral do MEC – BSB – DF	8.346	PDAC	1640/74	1974
	8.346	PDAC	1647/74	1974
Gabinete do Diretor Geral	8.432	DEPS		1977
	8.432	DEPS		1978

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Gabinete do Diretor Geral DAC	8431	DEPS		1975
Gabinete do Ministro	8.341	PDAC	984/74	1974
	8.341	PDAC	993/74	1974
	8.350	PDAC	219020/74	1974
	8.360	POUO	250135/74	1974-76
	8.360	POUO	250136/74	1974
	8.360	POUO	254351/74	1974
	8.360	POUO	257765/74	1974-75
	8.360	POUO	265464/74	1974-75
	8.462	CDES		1976
Gabinete do Ministro – BSB – Aldeia Fundação João Pinheiro Filho – RJ	8.329	POUO	230877/75	1975-79
Gabinete do Ministro – BSB – Ana Zélia da Silva Pinho - Manaus	8.330	POUO	247849/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Assembléia Legislativa de Recife – PE	8.329	POUO	227431/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Associação Brasileira de Educação do RJ	8.329	POUO	223417/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Cine Clube – Macaé - RJ	8.329	POUO	235621/75	1975-76
Gabinete do Ministro – BSB – Conserv. Lavignac Santos - SP	8.330	POUO	250184/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Conservatório de Música de Lages – SC	8.330	POUO	252735/75	1975-77
Gabinete do Ministro – BSB – Coral Carmo do Recife – PE	8.330	POUO	250450/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Fundação Bienal de São Paulo	8.330	POUO	253188/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Fundação José Augusto – RN	8.329	POUO	223996/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Governo do Estado do Piauí	8.330	POUO	248617/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Gran Bartolo Circus (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	229/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Grifo Edições	8.329	POUO	229023/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Grupo Folclórico do Pará	8.330	POUO	250137/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Castro Alves – SE	8.330	POUO	259219/75	1975-78
Gabinete do Ministro – BSB – Helder Martins de Moraes – RJ	8.330	POUO	248703/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – GB (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	200126/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Julia Pardini – BH /MG (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	216539/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Luiz Severiano Ribeiro S/A – CE (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	215617/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Manoel Diegues Junior (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	207261/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Ministro da Justiça - BSB	8.329	POUO	227005/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Museu Cearense da Comunicação / CE	8.329	POUO	000030/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Museu Villa Lobos – RJ (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	677/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Paulo Nolding – RJ (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	371/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Prefeitura Municipal de Santos Dumont – MG	8.329	POUO	219448/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Gabinete do Ministro – BSB – Roberto Daniel Martins Pereira	8.329	POUO	232246/75	1975-77
Gabinete do Ministro – BSB – Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul	8.329	POUO	000116/75	1975-76
Gabinete do Ministro – BSB – Secretaria de Educação e Cultura do AM	8.330	POUO	248413/75	1975-76
Gabinete do Ministro – BSB – Sindicato Indústria Cinematográfica de SP (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	202653/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Sociedade Brasileira de Música Contemporânea – DF (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	216954/75	-
Gabinete do Ministro – BSB – Sociedade Civil de Cultura Barra – GB (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	210179/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Talbino Fraternali Orcioni – Roma (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	212815/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Teatro de Amadores de Sousa – PB	8.329	POUO	228152/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Teuto Brasileira Bonn Alemanha	8.330	POUO	260037/75	1975-76
Gabinete do Ministro – BSB – UFF	8.329	POUO	243221/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB – Universidade Católica de Pernambuco	8.329	POUO	223056/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB –Alcyr de Souza Coelho	8.330	POUO	255068/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB –Fundação Bienal de São Paulo – SP (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	425/75	1975
Gabinete do Ministro – BSB –Marly Baere de Araújo – RJ	8.330	POUO	253341/75	1975
Gabinete do Ministro – Convênio – Cessão Temp. Peças Hist. Artística dos Museus	8.367	PDAC	962/77	1977
Gabinete do Ministro – Devolução Quadro – DAC – MEC - GB	8.337	PDAC	453/74	1974
Gabinete do Ministro – MEC – BR	8.346	PDAC	1682/74	1974-75
Gabinete do Ministro – Projeto Salão Nacional Artes Plásticas	8.366	PDAC	781/77	1977-79
Gabinete do Ministro do MEC	8.360	POUO	256413/74	1974
	8.360	POUO	267761/74	1974-75
Gabinete do Ministro MEC – BR – DF	8.327	PDAC	1796/75	1975
	8.327	PDAC	1797/75	1975
Gabinete do Secretário	8.432	DEPS		1982
Gabinete SEAC	8.475	CDES		1980
Galeria de Arte Ltda – Vernissage – Divulgação no Exterior (Conselho Federal de Cultura)	8.360	POUO	076/74	1974-76
Geisa Vidal – Cantora Lírica	8.312	PDAC	0769/75	1975
Genésio Nogueira – Violonista	8.305	PDAC	0003/75	1975
Genésio Nogueira Soares – Violonista	8.310	PDAC	0694/75	1975
George Geszti - Pianista	8.305	PDAC	0009/75	1975
George Kiscely – Violonista	8.310	PDAC	0653/75	1975
Geraint Ellis – England – USA – Pesquisar Sobre Villa Lobos	8.358	PDAC	1604/76	1976-77
Geraldina Ramos Cabral – Solicitação Cont. Salário Família (Delegacia Regional MEC – GB – Subsetor de Comunicação)	8.371	POUO	201994/78	1978-81
Geraldo Adolpho G. Vianna	8.361	POUO	3132/74	1974
Geraldo Antoniassi	8.309	PDAC	0515/75	1975
Geraldo Britto Raposo da Câmara	8.331	POUO	03483/72	1972-75

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Geraldo Coelho de Resende	8.336	PDAC	443/74	1974
Geraldo Farina – Fornecimento LP e Material Didático (Comissão Nacional de Moral e Civismo)	8.362	POUO	210031/76	1976
Geraldo Gonzaga	8.320	PDAC	1425/75	1975
Geraldo Santos Pereira - RJ	8.321	PDAC	1537/75	23 a 28/07/1975
	8.322	PDAC	1539/75	23 a 28/07/1975
	8.322	PDAC	1538/75	23 a 28/07/1975
Gerência Cultural	8.393	DDIV	96	1981
Gerencia de Programas de Ação Cultural – DAC	8.321	PDAC	1489/75	1975
Gerente do PAC Solicita Reserva de Auditório Sobreloja Palácio Cultural	8.455	PPES		1974
Germano João Faustino – Pagamento Atrasados – Exercício 1976	8.363	PDAC	105/77	1977-79
Gerson Tavares – RJ	8.322	PDAC	1553/75	25 a 29/07/1975
Gessy Pereira da Silva – CDFB – Concessão Licença Especial	8.363	PDAC	150/77	1977-79
Gibraltar Adm. Corret de Seguros Plan. E Prom. Ltda	8.327	PDAC	1934/75	1975-86
Gil Junqueira Meirelles	8.348	PDAC	2042/74	1974
Gilberto Freire	8.379	PSEC	208347/80	1980
Gilberto Freyre – Peça Teatral – Casa Grande e Senzala	8.394	DDIV	76	1980
Gilberto Medeiros Mitchell – Exame e revisão de documentos (Processo)	8.313	PDAC	0836/75	1975
Gilberto Tinetti	8.344	PDAC	1318/74	1974
Gilda de Abreu Celestino – Cantora Lírica	8.305	PDAC	0059/75	1975
Gildásio Amaral	8.402	REAT		1967
Ginásio 1º de Maio	8.341	PDAC	926/74	1974
Ginásio Imaculada Conceição – Cambará do Sul - RS	8.327	PDAC	1882/75	1975
Gira Mundo – Teatro de Bonecos	8.339	PDAC	806/74	1974
	8.339	PDAC	804/74	1974
Giramundo Teatro de Bonecos – Participação Festival França	8.372	SEAC	455/79	1979-80
Giratório – Ind e Comércio de Poltronas Ltda	8.341	PDAC	975/74	1974-79
Giroflex – S/A – Cadeiras e Poltronas	8.346	PDAC	1648/74	1974-1979
Gisela Magalhães – Aquisição Filme Artesanato Carioca – Sugestão	8.364	PDAC	174/77	1977-79
Gisela Magalhães – Inquérito Administrativo	8.501	DAVL	0758/75	1975
Giuseppe Pacifici - Gratificação Qüinqüenal (Departamento Administração)	8.368	POUO	259063	1977-78
Giuseppe Pacifici (Departamento Administração)	8.368	POUO	259063	1977-78
Gleuza Leite Costa	8.370	SEAC	348/78	1978
Gloria Queiroz	8.350	PDAC	2355/74	1974-75
Gloria Queiroz da Costa – Pianista (Processo)	8.313	PDAC	0848/75	1975
Goiás	8.467	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.473	CDES		1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Goiás	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981
Governo do Estado da Bahia – Secretaria Educação e Cultura – Fundação Cultural – Programa Geral	8.554	REAT		1978
Governo do Estado da Paraíba – PB – Embrafilme – Solicita Sr Paulo Albuquerque Melo	8.356	PDAC	1355/76	1976
Governo do Estado da Paraíba – Suplem. Salarial / Orquestra de Câmara / Projeto Manaíra	8.396	DDIV	51	1979
Governo do Estado de Goiás – S. Educação – GO	8.309	PDAC	0596/75	1975-76
Governo do Estado de Mato Grosso	8.328	PDAC	2058/75	1975
Governo do Estado de Minas Gerais	8.345	PDAC	1444/74	1974
Governo do Estado de Minas Gerais – Auxílio Financeiro – Projeto Musica para a Juventude	8.380	POUO	4883/73	1973-74
Governo do Estado de Pernambuco	8.305	PDAC	0061/75	1975
Governo do Estado de Pernambuco – I Festival de Inverno de Pernambuco	8.355	PDAC	1075/76	1976
Governo do Estado de Santa Catarina	8.309	PDAC	0576/75	1975
	8.309	PDAC	0598/75	1975
Governo do Estado do Amazonas	8.554	REAT		1979
Governo do Estado do Ceará – Auxílio Financeira – II [..] Exposição Artesanato Nordestino (Gabinete Ministro)	8.362	POUO	201072/76	1976
Governo do Estado do Ceará - Auxílio Financeiro Projeto Capacitação Recursos Humanos para Área da Cultura	8.374	POUO	224391/79	1979-81
Governo do Estado do Pará	8.348	PDAC	2036/74	1974-75
	8.348	PDAC	2039/74	1974-75
	8.348	PDAC	2041/74	1974-75
	8.356	PDAC	1342/76	1976-79
Governo do Estado do Pará – Apoio Técnico e Financiamento para Construção Biblioteca Pública Belém – PA	8.364	PDAC	154/77	1977-79
Governo do Estado do Pará – Auxílio Financeiro Prosseguir Obras Palácio Lauro Sodré	8.356	PDAC	1342/76	1976-79
Governo do Estado do Pará – Relatório Atividades	8.554	REAT		1978-79
Governo do Estado do Piauí	8.330	POUO	248617/75	1975
Governo do Estado do Rio de Janeiro - Informação	8.501	DAVL	226210/75	1975-76
Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Carta Cultural de São Miguel das Missões (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5827/74	1974-75
Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Recurso para Obras Museu Arqueológico – RS	8.362	POUO	221052/76	1976-77
Governo estado da Paraíba – Prefeitura Municipal de Patos – Projeto Centro Cultural	8.396	DDIV	49	1977
Governo Território Federal do Amapá – Projeto "Apoio às Produções Literárias do Amapá"	8.377	PSEC	844/80	1980
Graduações Chantecler Ltda – Reconhecimento Qualidade Didática Discos e Fitas Inf.	8.377	PSEC	910/80	1980-81
Gráfica Botânica Editora Ltda	8.356	PDAC	1252/76	1976-80
Gráfica Botânica Editora Ltda - Inserção Ficha Cadastro Fornecedores	8.356	PDAC	1252/76	1976-80
Gran Bartolo Circus	8.311	PDAC	0766/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Gran Bartolo Circus (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	229/75	1975
Grande Teatro Ltda	8.343	PDAC	1211/74	1974
Gratificação Produtividade	8.382	PSEC	203320/81	1981
Gratificação Quinquenal	8.331	POUO	259159/73	1973-81
	8.374	POUO	241632/79	1979-81
	8.380	POUO	259436/71	1971-81
	8.358	PDAC	1635/76	1976-77
	8.358	PDAC	1659/76	1976-77
	8.362	POUO	232198/76	1976-77
	8.374	POUO	230933/79	1979-81
	8.374	POUO	230934/79	1979-80
	8.379	PSEC	235210/80	1980
	8.380	POUO	29634/70	1970-81
	8.380	POUO	211015/69	1969-81
	8.380	POUO	222980/72	1972-81
	8.381	PSEC	186/81	1981
	8.382	PSEC	200541/81	1981
	8.382	PSEC	201029/81	1981
	8.382	PSEC	202187/81	1981
	8.382	PSEC	202423/81	1981
	8.382	PSEC	203324/81	1981
	8.382	PSEC	203656/81	1981
	8.382	PSEC	203855/81	1981
	8.382	PSEC	203859/81	1981
	8.382	PSEC	205937/81	1981
	8.382	PSEC	205940/81	1981
	8.382	PSEC	208820/81	1981
	8.382	PSEC	208821/81	1981
	8.382	PSEC	209357/81	1981
	8.382	PSEC	209710/81	1981
	8.382	PSEC	210545/81	1981
	8.382	PSEC	203323/81	1981
	8.383	PSEC	210546/81	1981
	8.383	PSEC	212463/81	1981
	8.383	PSEC	212471/81	1981
	8.383	PSEC	212473/81	1981
	8.383	PSEC	218694/81	1981

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	220345/81	1981
	8.383	PSEC	223498/81	1981
	8.383	PSEC	236024/81	1981-82
Gratificação Qüinqüenal (Departamento Administração)	8.368	POUO	233038/77	1977-81
	8.368	POUO	233924/77	1977-81
	8.368	POUO	233926/77	1977-81
	8.368	POUO	257461	1977-81
	8.368	POUO	259063	1977-78
Gratificação Qüinqüenal (Seção de Comunicações /MEC)	8.371	POUO	246261/78	1978-81
Gratificação Tempo Serviço (Serviço Nacional de Teatro)	8.362	POUO	1435/76	1976-77
Gravações Elétricas S/A – Reconhecimento Qualidade Didática Discos Ensino Inglês e Francês	8.377	PSEC	743/80	1980
Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor – Apoio Divulgação Tema-Enredo (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5896/74	1974-75
Grêmio Recreativo Vilage do Samba – Nova Friburgo – RJ – Auxílio Financeiro (Departamento Administração)	8.368	POUO	258457	1977-79
Grifo Edições	8.329	POUO	229023/75	1975
Groupe Choreographique de Paris	8.318	PDAC	1163/75	1975
Grupo Alec	8.333	PDAC	171/74	1974
Grupo Amador de Teatro Santos	8.362	POUO	212143/76	1976
Grupo Brasileiro de Percussão do CBM e Grupo Folclórico da Guanabara	8.309	PDAC	0526/75	1975
Grupo Cacilda Becker – Solicita Cartas de Apresentação	8.331	POUO	526/73	1973-74
Grupo Cultural Fandango /PA - Solicita Auxílio Financeiro – Passagens para Apresentação Rússia	8.382	PSEC	204470/81	1981
Grupo de Promoção Humana – RJ	8.328	PDAC	2451/75	1975
Grupo de Promoção Humana – Solicitação Auxílio Financeiro – III Festival de Verão	8.352	PDAC	116/76	1976
Grupo de Teatro Botequim Ltda	8.341	PDAC	934/74	1974
Grupo de Trabalho – Educação no Meio Rural	8.460	PPES		1977
Grupo de Trabalho Centro Musical	8.331	POUO	5893/73	1973-74
Grupo de Trabalho Criado pela Portaria 596/20/06/1979	8.398	DDIV	10	1979
Grupo Filmes Ltda	8.325	PDAC	1600/75	29 a 30/07/1975
Grupo Folclórico Chico Rei	8.347	PDAC	1785/74	1974
Grupo Folclórico da Guanabara	8.309	PDAC	0526/75	1975
Grupo Folclórico do Pará	8.305	PDAC	0097/75	1975
	8.330	POUO	250137/75	1975
Grupo Folclórico Naty	8.346	PDAC	1537/74	1974
Grupo Gil Vicente	8.337	PDAC	508/74	1974
	8.337	PDAC	535/74	1974
Grupo Gil Vicente do C. Est. Portugueses da UFPR – Inclusão PAC (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	2824/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Grupo Leão – Sociedade Cultural Marcos Schafura Ltda - Auxílio Financeiro "Segunda Série e Noites Intern."	8.381	PSEC	302/81	1981
Grupo Mini – Jovem da Paróquia N. S. da Guia – RJ – Inclusão Curso de Música Popular Brasileiro	8.372	SEAC	340/79	1979-80
Grupo Olorum Baba Min – RJ	8.318	PDAC	1245/75	1975
Grupo Regional de Folclore e Arte Cênica Amadorista Castro Alves – SE – Auxílio Financeiro	8.356	PDAC	1181/76	1976-77
Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Castro Alves – SE	8.330	POUO	259219/75	1975-78
Grupo Tarefa	8.402	REAT		1970
	8.444	ORÇP		1973-74
	8.501	DAVL	041/82	1982
	8.501	DAVL	045/82	1982
	8.507	DPNE		1980
Grupo Tarefa da Reforma Administrativa Controle Orçamentário – Demonstrativo de Despesas – Programa Ação Cultural Plantas – Layout – Edifício sede Brasília	8.507	DPNE		1980
Grupo Teatro Nós	8.337	PDAC	510/74	1974
GTE – Telecomunicações S/A	8.344	PDAC	1355/74	1974
Guanabara	8.332	PDAC	072/74	1974-75
Guia Endereços e Telefones MEC	8.448	DNBO		1975/1978
Guido Pascoli	8.343	PDAC	1287/74	1974-75
Guilherme Damiano	8.344	PDAC	1308/74	1974-75
	8.344	PDAC	1378/74	1974
Guilherme Schubert	8.337	PDAC	521/74	1974
Habitar o Mar	8.398	DDIV	07	1976
Haeming Produções Cinematográficas	8.394	DDIV	74	1980
Hamilton Córdova Pereira - Averbação para Tempo Serviço	8.383	PSEC	219486/81	1981
Hamilton Kraux – Cantor Lírico (Processo)	8.313	PDAC	0824/75	1975
Hamilton Sbarra	8.305	PDAC	0007/75	1975
Hare – Equipamento Contra Incêndio Ltda	8.327	PDAC	1748/75	1975
Haroldo Marinho Barbosa – RJ	8.321	PDAC	1536/75	23 a 28/07/1975
Haroldo Paula de Araújo – Averbação Tempo de Serviço (Departamento Administração)	8.368	POUO	260594	1977-80
Haroldo Paula de Araújo (Departamento Administração)	8.368	POUO	260594	1977-80
Haydée Cordeiro Martins e Outros – Designação de Chefes de Seções SNT	8.355	PDAC	1096/76	1976-80
Heitor Alimonda (Processo)	8.313	PDAC	0855/75	1975
Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira e Outros – Publicação Portaria	8.380	POUO	215438/71	1971
Heitor Sales – Repasse Financiamento Pagamento Pessoal	8.381	PSEC	531/81	1981
Helba Hedwiges Nogueira Barbosa – Concessão Passagem Aérea	8.381	PSEC	741/81	1981
Helder Martins de Moraes – RJ	8.326	PDAC	1675/75	1975
	8.326	PDAC	1680/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Helder Martins de Moraes – RJ	8.326	PDAC	1681/75	1975
	8.330	POUO	248703/75	1975
Helena Guerreiro e Outros	8.331	POUO	237681/71	1971-74
Helio Fraga – Reitor da UFRJ	8.329	POUO	220696/75	1975
Helio Santos – Concessão de Diárias	8.363	PDAC	014/77	1977-80
	8.364	PDAC	185/77	1977-80
	8.355	PDAC	1034/76	1976-80
Heloísa dos Reis Maranhão	8.341	PDAC	932/74	1974
Henrique Cabral de Lima e Outros	8.360	POUO	267256/74	1974-80
Henrique Campos Cavalleiro e Filhos	8.342	PDAC	1008/74	1974-75
Heraldo Guimarães Reif de Paula e Outros – Relatório Vistoria MNBA	8.365	PDAC	466/77	1977
Hercilia Block – Cantora Lírica (Processo)	8.314	PDAC	0891/75	1975
Hercília Canosa Vianna	8.341	PDAC	930/74	1974
Hercília Canosa Vianna – Museóloga	8.333	PDAC	228/74	1974
Hermelino de Gusmão Castelo Branco Netto – Cantor (Processo)	8.312	PDAC	0809/75	1975
Hermínios Diogo de Gouveia	8.338	PDAC	747/74	1974
Hernandes Álvares de Abreu e Silva	8.331	POUO	208791/67	1967-81
Hilitello Empresa de Diversões	8.346	PDAC	1617/74	1974-75
Hilton Have Produções Artísticas S/C Ltda – Ajuda Custo com Manutenção (Serviço Nacional de Teatro)	8.360	POUO	192/74	1974
Hilton Vianna – SP – Apoio Espetáculo Div. Capitais Brasil (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	2224/74	1974
História Brasil	8.550	CSEN		1976
Holanda	8.352	PDAC	180/76	1976
HOMBU Produções Artísticas Ltda – Concessão 02 Passagens Aéreas para Apresentação Espetáculo	8.373	SEAC	840/79	1979
Homero de Magalhães	8.349	PDAC	2326/74	1974
Honduras	8.352	PDAC	145/76	1976
Humberto Belvedere – Cantor (Processo)	8.315	PDAC	0920/75	1975
Hydee Salles de Lemos – Ficha Qüinqüênio	8.380	POUO	247924/72	1972-81
I Encontro Cultural de Laranjeiras	8.552	CSEN		1976
IBECC / Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciências (Relatórios de Outras Entidades)	8.555	REAT		1974
Ibere – Cahiuby Viana Cavalcante – RJ	8.326	PDAC	1673/75	1975
Ida Miccolis Hussen – Cantora (Processo)	8.314	PDAC	0896/75	1975
Ieda Oliveira Aldrighi - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	203324/81	1981
IESG – Teatro Escola Salomão Ginsburg – Protesto Contra Filmes Cinema e TV	8.376	PSEC	317/80	1980
Igreja São Gonçalo – Penedo	8.378	PSEC	1089/80	1980
IHGB / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	8.404	REAT		1975
	8.404	REAT		1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
IHGB / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Atividades Realizadas em 1975 e Programa 1976	8.354	PDAC	985/76	1976
IHGB / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – GB (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	200126/75	1975
IHGB / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – RJ – Preservação Acervo da Biblioteca do IHGB	8.370	SEAC	408/78	1978
IHGB / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Tombamento Forte Coimbra (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5350/74	1974-75
Ilan Rogoff	8.341	PDAC	988/74	1974
Ilce Trindade – Pianista	8.310	PDAC	0638/75	1975
Ildélio Martins – Deputado	8.340	PDAC	849/74	1974
Ilza Gomes Ferreira Pinto - Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	218694/81	1981
Ilze Trindade	8.348	PDAC	2044/74	1974
Imperatriz D. Amélia de Beauharnais	8.379	PSEC	205034/80	1980
Implantação Cine Clube Universitário	8.363	PDAC	026/77	1977
Implantação Questionário para Alunos Candidatos à Bolsa Trabalho e Arte	8.484	PPES		1979
Implantação Sistema "Dólar Cultural"	8.379	PSEC	221397/80	1980
Impressão de Anais da BN / Biblioteca Nacional	8.360	POUO	477/74	1974-75
Impressão Revista Ibero-Americana	8.373	SEAC	947/79	1979-80
Impressora Brasil Ltda – Renovação Inscrição Cadastro Fornecedores	8.380	POUO	5471/73	1973
Impressora Brasileira Ltda	8.333	PDAC	243/74	1974-79
Inácio Rodrigues de Oliveira – Prêmio XXIV Salão Nacional de Arte Moderna / 75	8.355	PDAC	1006/76	1976
Inauguração Centro Social Percília Morais	8.505	DPNE		1961-70
INC / Instituto Nacional de Cinema	8.364	PDAC	180/77	1977
	8.448	DNBO		1975
Indicação Representante Trabalho do Programa – Pronec – DAC (Seção de Comunicações /MEC)	8.371	POUO	274634/78	1978-79
Indicadores Culturais Morro São Carlos, Caxias e Irajá	8.456	PPES		1980
INEP – Encontro sobre Ensino de 1º grau – Região Norte	8.551	CSEN		1980
INEP / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	8.551	CSEN		1980
Inf. Reorganização Administrativa MEC – Legislação – Estudo sobre Administração Pública Federal	8.503	DDIV		1980-82
Informação – Bolsa / Trabalho / Arte	8.486	PPES		1978
Informação Possibilidade de Inclusão Sistema Nacional Museus (Departamento Administração)	8.371	POUO	210026/78	1978
Informação Princ. Ocor. Verif. Ano 67 - SNT	8.331	POUO	69319/67	1967-70
Informações	8.481	CDES		1972
Informações – Pasta Nº 10	8.481	CDES		1973
Informativo BN / Biblioteca Nacional	8.448	DNBO		1975
INL / Instituto Nacional do Livro	8.350	PDAC	225792/74	1974
	8.362	POUO	236543/76	1976-77

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
INL / Instituto Nacional do Livro	8438	PNAC		1981
	8.440	PNAC		1980-85
	8.477	CDES		1980
INL / Instituto Nacional do Livro - Correspondências	8.477	CDES		1980
	8.477	CDES		1980
INL / Instituto Nacional do Livro – Estratégia Global para Livro Infantil e para Formação do Hábito de Leitura	8.570	DDIV		1973
Inquérito Administrativo	8.501	DAVL	0758/75	1975
Inquérito Administrativo Furto Quadro – Retrato Família Taunay	8.353	PDAC	799/76	1976
Inscrição Cadastro Fornecedores	8.364	PDAC	276/77	1977-80
	8.366	PDAC	625/77	1977-80
Inscrição Ficha de Cadastro de Fornecedores DAC / MEC	8.369	SEAC	185/78	1978-80
Insp. Regional Controle Externo – Informações Comprovante Recursos Convênio Entidades	8.381	PSEC	115/81	1981
Inspetoria de Finanças	8.466	CDES		1977
Inst. Coord. Nacional Museus – Projeto de Minuta Portaria (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	2089/78	1978
Instituição de Ensino de Música	8.506	DPNE		1963-71
Instituto Abel – Auxílio Financeiro Aquisição Cadeiras para Salão – Auditório	8.364	PDAC	353/77	1977
Instituto Argentino Luso Brasileiro Cultura	8.382	PSEC	201895/81	1981
Instituto Argentino Luso Brasileiro Cultura /Santa-Fé – Argentina – Intercambio Cultural	8.382	PSEC	201895/81	1981
Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambuco – Auxílio Financeiro – Impressão Revista	8.372	SEAC	405/79	1979
Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambuco	8.355	PDAC	1105/76	1976
Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambuco - Auxílio Financeiro Atender Despesas	8.376	PSEC	320/80	1980
Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambuco – PE – Atividades Realizadas 1975 Programa 1976	8.355	PDAC	1105/76	1976
Instituto Artes Universitárias Estado de Campinas – Projeto Ciência e Cultura Popular	8.378	PSEC	1400/80	1980-81
Instituto Bennet de Ensino – Inclusão no PAC / 75 concertos	8.351	PDAC	2213/74	1974
Instituto Brasileiro de Adm Municipal	8.345	PDAC	1475/74	1974
Instituto Brasileiro de Administração Municipal	8.348	PDAC	2057/74	1974-75
Instituto Brasileiro de Educação	8.555	REAT		1974-75
Instituto Brasileiro de História da Medicina	8.328	PDAC	2261/75	1975
	8.328	PDAC	2262/75	1975
Instituto Cultural Cariri /CE – Concessão Recursos para Construção Sede Própria	8.383	PSEC	211685/81	1981
Instituto de Arqueologia Brasileira – GB	8.350	PDAC	2361/74	1974-75
Instituto de Arquitetos do Brasil	8.328	PDAC	2267/75	1975
Instituto de Arquitetos do Brasil – RJ	8.328	PDAC	2029/75	1975
Instituto de Artes e Comunicação Social – UFF	8.309	PDAC	0527/75	1975-76

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Instituto de Cegas Helen Keller – Auxilio Financeiro	8.358	PDAC	1705/76	1976-77
Instituto de Comunicação Ipanema – RJ	8.327	PDAC	1891/75	1975
Instituto de Cultura Hispânica da PUC/RS	8.343	PDAC	1159/74	1974
Instituto de Cultura Santo Antônio – MG	8.346	PDAC	1544/74	1974
Instituto de Musica da Universidade Católica de Salvador – BA	8.456	PPES		1975
	8.321	PDAC	1524/75	22/07 a 15/08/1975
Instituto de Música Universidade Católica de Salvador – Auxílio Financeiro	8.352	PDAC	189/76	1976
Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional	8.342	PDAC	1074/74	1974
	8.342	PDAC	1080/74	1974-76
	8.318	PDAC	1221/75	1975
	8.347	PDAC	1718/74	1974
Instituto Dom Bosco de Ciência e Cultura – Atividades 1976 e Programas 1976	8.355	PDAC	1069/76	1976
Instituto dos Arquitetos do Brasil – Guanabara	8.306	PDAC	0158/75	1975
Instituto dos Meninos Cantores de Petrópolis	8.348	PDAC	2107/74	1974-75
Instituto Educional Ministro Clovis Salgado - RJ	8.347	PDAC	1786/74	1974
Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – RS	8.328	PDAC	2260/75	1975
Instituto Histórico de Medicina Salvador – BA – Instalação de Museu (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1406/74	1974
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	8.308	PDAC	0448/75	1975
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	8.318	PDAC	1105/75	1975
Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – RJ – Solicita Verba Especial	8.362	POUO	254596/76	1976-77
Instituto Histórico Geográfico de Alagoas	8.375	PSEC	121/80	1980
Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – Auxílio Financeiro – Aquisição Máquina Escrever (Conselho Federal de Cultura)	8.362	POUO	135/76	1976-77
Instituto Histórico Geográfico de Alagoas - Auxílio Financeiro Inst. Lab. de Conservação	8.371	POUO	938/78	1978
Instituto Histórico Geográfico de Alagoas (Conselho Federal de Cultura)	8.362	POUO	135/76	1976-77
Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – Manutenção	8.374	POUO	224386/79	1979-80
Instituto Histórico Geográfico de Alagoas – Relatório	8.457	PPES		1975
Instituto Histórico Geográfico de Goiás - Auxílio Financeiro Execução IV Curso Cultural Goiânia	8.377	PSEC	845/80	1980
Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais – Especif Trabalhos a serem executados – MEC – DAC	8.331	POUO	5986/73	1973-74
Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina – Auxílio Financeiro Despesas Manutenção	8.370	SEAC	781/78	1978
Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina – SC – Concessão Auxílio Financeiro	8.372	SEAC	327/79	1979
Instituto Histórico Medicina Salvador – BA (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1406/74	1974
Instituto Italiano di Cultura – Curso Musical (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	274/74	1974
Instituto Italiano di Cultura – RJ	8.309	PDAC	0509/75	1975
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	8.320	PDAC	1436/75	1975
	8.337	PDAC	566/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	8.339	PDAC	819/74	1974
	8.342	PDAC	1124/74	1974
	8.385	RROR		-
	8.403	REAT		1972
	8.403	REAT		1974
	8.404	REAT		1975
	8.405	REAT		1975
	8.406	REAT		1976
	8.408	REAT		
	8.409	REAT		1978-79
	8.410	REAT		1980-81
	8.440	PNAC		1980-85
	8.464	CDES		1975-76
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - Auxílio Financeiro "Programa Pesquisa e Projetos Culturais"	8.374	POUO	225391/79	1979
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Correspondências	8.476	CDES		1980
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – PE – Auxílio Financeiro	8.354	PDAC	835/76	1976
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – PE – Exemplar Trabalho	8.370	SEAC	661/78	1978
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – PE – Liberação de Recursos	8.353	PDAC	600/76	1976
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – PE – Projeto Curso Preparatório e Treinamento Pessoal Museus	8.373	SEAC	735/79	1979-80
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – PE – Projetos Para Execução Conjunta DAC – MEC	8.356	PDAC	1183/76	1976-77
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – PE – Relatório Curso Preparatório Treinamento Pessoal Museu	8.358	PDAC	1569/76	1976
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – PE – Relatório Final de Curso	8.366	PDAC	754/77	1977
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Recife – PE	8.327	PDAC	1691/75	1975
Instituto Joaquim Nabuco Pesquisas Sociais – PE – Apoio Financeiro Realização Projeto	8.366	PDAC	700/77	1977-79
Instituto Maria Auxiliadora – GO – Auxílio Financeiro Aquisição Equipamentos e Instalação	8.367	PDAC	995/77	1977-79
Instituto Maria Auxiliadora de Goiás – Auxílio Financeiro Conclusão de Obras (Departamento Administração)	8.362	POUO	253883/76	1976-77
Instituto Museu Hansen	8.369	SEAC	09/78	1978
Instituto Música Universidade Católica Salvador – Auxílio Financeiro – Construção Prédio	8.364	PDAC	370/77	1977-79
Instituto Musical de São Paulo	8.317	PDAC	1047/75	1975
Instituto Nacional "Artes Cênicas"	8.383	PSEC	242366/81	-
Instituto Nacional Agrário – Tegucigalpa – Honduras – Adoção Livros	8.352	PDAC	145/76	1976
Instituto Nacional Artes Plásticas	8.406	REAT		1976
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Pronunciamento Execução Projeto Pesquisas	8.377	PSEC	563/80	1980-81
Instituto Nacional de Música – 2º Encontro Pesquisadores Música Popular Brasileira	8.453	DDIV		1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Instituto Nacional de Música /RJ – Colaboração Servidor Irene Rodrigo O. Moutinho (FUNARTE)	8.374	POUO	1086/79	1979
Instituto Nacional do Cinema	8.328	PDAC	2057/75	1975
	8.347	PDAC	1849/74	1974
	8.386	RROR		-
	8.462	CDES		1975
	8.563	DDIV		1971-74
Instituto Nacional do Cinema – Doação Filmes	8.352	PDAC	088/76	1976
Instituto Nacional do Folclore – Correspondências	8.477	CDES		1980
Instituto Nacional do Livro	8.332	PDAC	061/74	1974
	8.386	RROR		-
Instituto Nacional de Música	8.404	REAT		1974
	8.452	DDIV		1980
Instituto Nacional Música – Orçamento para 1980	8.452	DDIV		1980
Instituto Nordestino de Trabalho Educação e Cultura SP – Relatório de Atividades Desenvolvidas exercício 78 – referente conv. DAC	8.372	SEAC	32/79	1979
Instituto Nordestino Trabalho Educação e Cultura – Araçatuba - Auxílio Financeiro Construção Teatro	8.374	POUO	229694/79	1979-81
Instituto Nossa Sª Auxiliadora – RJ – Auxílio Financeiro Aquisição Equipamentos Biblioteca	8.371	POUO	928/78	1978-80
Instituto Pastoral del Celam	8.346	PDAC	1674/74	1974
Instituto Patrimônio Artístico Nacional	8.346	PDAC	1608/74	1974
Instituto Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba – Proposta – SEDUC (Conselho Federal de Cultura)	8.359	POUO	502	1976-77
Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional	8.366	PDAC	697/77	1977-79
Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional – 4ª DR – BA – Auxílio Financeiro Museu do Forte	8.370	SEAC	342/78	1978
Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Auxílio Financeiro – Exposição	8.366	PDAC	697/77	1977-79
Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Comunicado	8.380	POUO	477/73	1973
Instituto Universitário de Antropologia, III	8.376	PSEC	396/80	1980
Instituto Villa Lobos – RJ	8.327	PDAC	1884/75	1975
	8.334	PDAC	306/74	1974
Instituto Waldemar Falcão – Aracati – CE	8.327	PDAC	1967/75	1975
Instrução Artística do Brasil	8.337	PDAC	494/74	1974
	8.337	PDAC	529/74	1974
Instrução Artística do Brasil / SP – Auxílio Financeiro	8.355	PDAC	1008/76	1976
Inventário Bens Culturais Estado e Circo da Cultura	8.381	PSEC	109/81	1981
Inventário dos Bens Culturais Móveis e Imóveis do Estado do Rio Grande do Norte	8.458	PPES		1980
Inventário Tesouros do Mundo	8.366	PDAC	690/77	1977-78
IPHAN – Parecer Sobre Realização de Obras Museu do Alto da Boa Vista	8.357	PDAC	1456/76	1976-77

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
IPHAN / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	8.349	PDAC	2189/74	1974
	8.357	PDAC	1456/76	1976-77
	8.380	POUO	477/73	1973
	8.385	RROR		-
	8.407	REAT		1977
	8.448	DNBO		1977-80
	8.466	CDES		1977
	8.471	CDES		1978
	8.571	DDIV		1961
IPHAN / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Correspondencia	8.477	CDES		1980
IPHAN / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Gabinete Ministro)	8.359	POUO	158/76	1976
	8.361	POUO	5350/74	1974-75
Ipojuca Pontes	8.319	PDAC	1370/75	1975
	8.320	PDAC	1464/75	1975
	8.320	PDAC	1465/75	1975
Irany Leme – Pianista	8.316	PDAC	0939/75	1975
Irene Rodrigo O. Moutinho (FUNARTE)	8.374	POUO	1086/79	1979
Íris Bianchi – Pianista	8.312	PDAC	0773/75	1975
Íris de Carvalho – Gratificação Qüinqüenal (Seção de Comunicações /MEC)	8.371	POUO	246261/78	1978-81
Íris de Carvalho (Seção de Comunicações /MEC)	8.371	POUO	246261/78	1978-81
Irmanault Som Realizações Ltda	8.307	PDAC	0255/75	1975
Irmandade de São Bartolomeu – Maragogipe – BA – Restauração Matriz (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	2871/74	1974
Isis Moreira – Pianista	8.312	PDAC	0798/75	1975
Ismail Macedo	8.344	PDAC	1303/74	1974-76
Israel	8.380	POUO	233556/73	1973-74
Ítala Repetto Fiesco Rubert	8.318	PDAC	1273/75	1975
Iugoslávia	8.370	SEAC	392/78	1978
Ivan Pinheiro Moreira – Gratificação Por Tempo Serviço (Serviço Nacional de Teatro)	8.362	POUO	1435/76	1976-77
Ivo Gomes da Silva e Marta Peres da Nóbrega	8.305	PDAC	0001/75	1975
Ivo Meyer – Violonista (Processo)	8.313	PDAC	0825/75	1975
Ivy Improta Nogueira França – Pianista	8.310	PDAC	0659/75	1975
IX Encontro de Secretários de Educação e Presidentes dos Conselhos de Educação	8.496	DDGS		1975
Izabel Mourão – Pianista (Processo)	8.313	PDAC	0843/75	1975
J.L. Produções	8.328	PDAC	2422/75	1975
Jacobo Albertinskt – SP – Pergunta sobre Prédio Abandonado Destin. Centro Cult. MEC	8.359	PDAC	1786/76	1976-77

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Jacques Klein	8.333	PDAC	253/74	1974
Jair Martins dos Santos – Gratificação Qüinqüenal	8.358	PDAC	1635/76	1976-77
Jair Martins dos Santos – Licença Especial	8.380	POUO	242675/72	1972-81
Jair Marugueiro Orphão - Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	212473/81	1981
Jair Soares Netto	8.335	PDAC	391/74	1974
Jandyra Sounis Carvalho de Oliveira	8.344	PDAC	1346/74	1974
Janice de Mello Monte – Mor - Concessão 01 Diária	8.364	PDAC	197/77	1977-80
Janira Ramos de Araújo – Encaminha Requerimento (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)	8.383	POUO	1274/81	1981
Jarbas D'Avila Vilela e Eduardo D'Avila Vilela	8.348	PDAC	2043/74	1974
Jarbas D'Avila Vilela e Outro – Proposta Curso Egiptologia (Departamento de Pessoal da Administração do MEC)	8.362	POUO	210912/76	1976
Jardes Macalé e Walter P. Lima	8.327	PDAC	1933/75	1975
Jarí Marugeiro Orphão – Cancelamento Salário Família	8.379	PSEC	233353/80	1980-81
Jayme Frejat	8.332	PDAC	153/74	1974-75
Jean – Louis Steurman	8.335	PDAC	380/74	1974
Jenny Dreyfus – Pagamento Atrasados	8.374	POUO	239851/79	1979-81
Jerzy Milewski – Violonista	8.312	PDAC	0790/75	1975
Jessel Buss dos Santos – Niterói – RJ	8.321	PDAC	1512/75	21 a 28/07/1975
Jesus, Clementino Luiz de – Requisição MEC – DAC (Instituto Nacional Estudos Pesquisas Educacionais)	8.368	POUO	2708/77	1977-79
João Baptista da Silva - Concessão 02 Diárias	8.364	PDAC	187/77	1977-80
João Caldas Horta	8.349	PDAC	2121/74	1974-76
João Carlos de Almeida Rodrigues – RJ	8.324	PDAC	1593/75	29 a 30/07/1975
João Carlos Dittent	8.345	PDAC	1461/74	1974
João Carlos Dittert – Cantor (Processo)	8.315	PDAC	0901/75	1975
João Castelo – Cantor (Processo)	8.312	PDAC	0800/75	1975
João de Aquino da Silva – Auxílio Financeiro Museu José Elviro	8.366	PDAC	730/77	1977
João Deoclécio Torres Wellington – Gratificação Qüinqüenal	8.380	POUO	222980/72	1972-81
João do Nascimento - Averbação Tempo Serviço	8.382	PSEC	210524/81	1981
João Duarte Serrado	8.307	PDAC	0305/75	1975
João Menezes Martins - Cancelamento Salário Família	8.381	PSEC	579/81	1981
João Pereira Gomes - Cancelamento Salário Família	8.381	PSEC	582/81	1981
João Pessoa/PB	8.332	PDAC	015/74	1974
Joaquim da Costa Pinto Neto	8.329	POUO	232384/75	1975-80
Joaquim da Costa Pinto Netto – DAC	8.404	REAT		1974
Joaquim Francisco Santana – Solicita Publicação Livro "O Paralítico"	8.378	PSEC	1072/80	1980-81
Joaquim Ribeiro	8.498	DAVL		-
Joaquim Teodoro – Pedido Encaminhamento e Verba (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4848/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Jodacil Damasceno	8.346	PDAC	1657/74	1974
Joel Bello Soares – Proposta Realização Recitais no Brasil do PAC – DAC	8.380	POUO	253391/73	1973-74
Joel Ferreira de Moraes	8.350	PDAC	238554/74	1974-77
Joel Ferreira de Moraes – Solicita Revisão Qüinqüênio	8.379	PSEC	235331/80	1980-81
Joel Lourenço do Espírito Santo	8.333	PDAC	226/74	1974
Jograis da Guanabara	8.350	PDAC	2365/74	1974-75
Jon Tob Azulay – Requisição Servidor	8.362	POUO	233081/76	1976
Jorge Barbosa - Averbação para Tempo Serviço	8.383	PSEC	228456/81	1981
Jorge Carlos – Diversões	8.350	PDAC	2332/74	1974-75
Jorge Carvalho Baraúna - Averbação para Tempo Serviço	8.383	PSEC	219487/81	1981
Jorge Fortes	8.349	PDAC	2328/74	1974
Jorge Gonçalves	8.311	PDAC	0701/75	1975
Jorge Lago de Souza - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	202423/81	1981
Jorge Lauret Mendar - RJ	8.320	PDAC	1460/75	1975
	8.320	PDAC	1461/75	1975
Jorge Mesquita	8.498	DAVL		1972
Jorge Nelson Correa Tinoco	8.325	PDAC	1648/75	1975
Jorge Paulo - Deputado	8.319	PDAC	1305/75	1975
Jorge Petra da Silva – Concessão 10 Diárias e Passagens Aéreas	8.373	SEAC	903/79	1979-80
Jornada Brasil Curta Metragem, VIII	8.372	SEAC	394/79	1979
Jornada Brasileira Curta Metragem, V	8.359	PDAC	1827/76	1976
Jornada Brasileira de Curta Metragem, III – Salvador – Bahia – Comunicado	8.361	POUO	3598/74	1974
Jornal da ASCB - Associação Servidores Civis Brasil (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	224285/79	1979
Jornal de Letras	8.305	PDAC	0073/75	1975
Jornal do Brasil S/A	8.307	PDAC	0366/75	1975
Jornal do Brasil S/A – Assinatura	8.352	PDAC	266/76	1976
Jose Alberto Kaplan – Pianista (Processo)	8.312	PDAC	0816/75	1975
José Américo Ribeiro	8.326	PDAC	1659/75	1975
Jose Cardoso Botelho – Clarinetista	8.312	PDAC	0778/75	1975
José Carrega Nunes	8.350	PDAC	201175/74	1974
José Cocarelli	8.338	PDAC	758/74	1974-75
José Coelho – Contagem Tempo Serviço – Grupo Tarefa	8.501	DAVL	041/82	1982
José Cursino dos Santos Raposo - Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	212463/81	1981
José da Silva Rebela Neto - Cancelamento Salário Família	8.374	POUO	256215/79	1979-80
José da Veiga Oliveira	8.344	PDAC	1429/74	1974
José da Veiga Oliveira – Quarteto de Cordas	8.305	PDAC	0134/75	1975
José Eduardo Martins – Pianista	8.314	PDAC	0874/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
José Epaminondas de Souza	8.338	PDAC	637/74	1974-75
José Esteves – Projeto Cinema na Taça (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	489/74	1974-76
José Floriano Gomes da Silva – Certidão Tempo de Serviço	8.352	PDAC	471/76	1976-80
José Gircys	8.380	POUO	1129/64	1964-65
José Gircys – Concessão Salário Família	8.380	POUO	257192/72	1972
José Gircys – Readaptação Funcionário	8.380	POUO	1129/64	1964-65
Jose Guilherme Damiano – Cantor Lírico	8.311	PDAC	0749/75	1975
Jose Henrique Cabral Duprat – Pianista (Processo)	8.313	PDAC	0840/75	1975
Jose Joffily Filho	8.320	PDAC	1434/75	1975
Jose Nilson Pereira de Brito	8.319	PDAC	1383/75	1975
José Oberlaender	8.342	PDAC	1060/74	1974
José Olympio Editora S/A	8.341	PDAC	948/74	1974
José Oscar da Costa – Concessão Salário Família	8.381	PSEC	463/81	1981
José Paulino da Costa – Informação Curso de Manejo Projeto-8	8.376	PSEC	311/80	1980
José Renato Santos Pereira - RJ	8.325	PDAC	1608/75	29 a 30/07/1975
	8.325	PDAC	1609/75	29 a 30/07/1975
	8.325	PDAC	1610/75	29 a 30/07/1975
	8.325	PDAC	1611/75	29 a 30/07/1975
	8.325	PDAC	1612/75	29 a 30/07/1975
José Roberto Nogueira	8.350	PDAC	237755/74	1974-77
Jose Roberto Scidon – Pianista (Processo)	8.313	PDAC	0844/75	1975
Jose Roberto Teixeira Leite – Exposição Abstracionismo no Brasil	8.351	PDAC	047/74	1974
José Teixeira	8.307	PDAC	0249/75	1975
José Teles de Magalhães	8.319	PDAC	1359/75	1975
José Umberto Dias – Salvador - BA	8.322	PDAC	1541/75	24 a 28/07/1975
Josias Leite – Deputado	8.319	PDAC	1307/75	1975
Josimar Fernandes de Oliveira – Brasília – DF	8.322	PDAC	1540/75	24 a 28/07/1975
Josira Sales – Proposta Programas Musicais	8.379	PSEC	238166/80	1980
Joston Miguel da Silva – Projeto Placas Cívicas, Biográficas e Informativas	8.379	PSEC	220137/80	1980
Juana Puente Solic	8.372	SEAC	249/79	1979
Julia Pardini – BH /MG (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	216539/75	1975
Julia Wagner Cohin – Pianista	8.312	PDAC	0789/75	1975
Julian Brean	8.352	PDAC	085/76	1976
Julio Domiti - Produções Cinematográficas – RJ	8.321	PDAC	1500/75	17 a 21 11/1975
Julio Domiti Produções Cinematográficas	8.318	PDAC	1077/75	1976
Jurandy Helena Brecheret	8.335	PDAC	351/74	1974
Juventude Teatral de Cruz das Armas – João Pessoas /PB	8.360	POUO	250136/74	1974
Karol Balaz – Violinista - Patrocínio	8.357	PDAC	1413/76	1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Kátia Maria de Carvalho Silva – Universidade Federal Bahia – Disposição de Servidor	8.379	PSEC	206821/80	1980
Kátia Regina Santos – Certidão Tempo Serviço	8.352	PDAC	451/76	1976-80
Kei Engenharia S/A	8.340	PDAC	880/74	1974-79
Koninklitk Instituut Voor de Tropen – Holanda – Solicitação Doação 6 Discos	8.352	PDAC	180/76	1976
Krome Films Ltda – Prop. Exec. Painéis Desmont. Exposição Itinerante	8.377	PSEC	796/80	1980
Laca – Empreendimentos de Arte Ltda	8.343	PDAC	1269/74	1974
Laca - Empreendimentos de Arte Ltda.	8.306	PDAC	0169/75	1975
Lael Alves Rodrigues	8.325	PDAC	1634/75	30/07 a 01/08/1975
Lages / SC	8.455	PPES		1980
Lahia Rachid Antonio – Cantora	8.313	PDAC	0859/75	1975
Lançamento Selos - SNT	8.360	POUO	250/74	1974
Lanterna Mágica Produções Cinematográficas	8.319	PDAC	1397/75	1975
Laura Alvim	8.499	DAVL		1979
Lauryston Gomes Pereira Guerra	8.382	PSEC	205940/81	1981
Lauryston Gomes Pereira Guerra – Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	205940/81	1981
Lauryston Gomes Pereira Guerra – Salário Família (Museu Histórico Nacional)	8.383	POUO	368/81	1981
Layout – Edifício sede Brasília	8.507	DPNE		1980
Lea de Oliveira Paula	8.343	PDAC	1220/74	1974
Lea Herszenhut Frejat	8.329	POUO	4558/75	1975-76
Lea Vinoar Freitas – Cantora (Processo)	8.315	PDAC	0904/75	1975
Leandro Góes Tocantins	8.338	PDAC	568/74	1974
Leda Guimaraes Natal – Instrumentista	8.314	PDAC	0870/75	1975
Leda Melo	8.342	PDAC	1099/74	1974
Legislação do MEC / Regimentos e Estatutos dos Órgãos Subordinados e Vinculados da SEAC	8.388	RROR		-
Legislação Embrafilme (Órgãos Vinculados ao DAC – Departamento de Assuntos Culturais)	8.560	DDIV		1972-79
Leilany Fernandes – RJ	8.326	PDAC	1679/75	1975
Leilão de Livros Raros	8.354	PDAC	936/76	1976
Leilão Livros Brasileiros Londres (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1163/74	1974-75
Leis - DAC / SEAC / SEC	8.384	RROR		1971-80
Lenice Carolina de Toledo Priolli – Cantora Lírica (Processo)	8.313	PDAC	0823/75	1975
Lenir Siqueira – Flautista	8.311	PDAC	0705/75	1975
Lente Filmes Ltda	8.326	PDAC	1658/75	1975
Lentz S/A – Indústria e Comércio	8.341	PDAC	973/74	1974
Leônidas Fausto do Nascimento – Ficha Gratificação Qüinqüenal	8.380	POUO	29634/70	1970-81
Leonides Bayer Produções Artísticas	8.339	PDAC	794/74	1974
Letras Fluminense de Niterói - Auxílio Financeiro Edição de Seu Jornal	8.378	PSEC	1122/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Leuy Neves – Dep	8.342	PDAC	1077/74	1974
Levantamento Bens Culturais	8.352	PDAC	03/76	1976
Levantamento da Situação dos Museus da República e Histórico Nacional	8.399	DDIV	21	1979
Levantamento das Entidades Culturais e das Fontes de Apoio	8.458	PPES		1982
Levantamento de Documentos de Praças, Escolas etc com Nome de Olavo Bilac	8.499	DAVL		1979-80
Levantamento de Pessoal	8.436	DEPS		1980
Lew Bogdan – Nancy França	8.309	PDAC	0477/75	1975
Lia Salgado – Cantora Lírica (Processo)	8.313	PDAC	0853/75	1975
Liberação Verba – Encadernação Acervo Biblioteca	8.378	PSEC	966/80	1980
Libero Luxardo - Produções Cinematográficas	8.320	PDAC	1426/75	1975
Libero Luxardo - Produções Cinematográficas	8.320	PDAC	1427/75	1975
Library Of Congress	8.359	PDAC	1816/76	1976-77
Licença Especial	8.380	POUO	242675/72	1972-81
Liceu Coração de Jesus /SP - Auxílio Financeiro Reforma Auditório	8.376	PSEC	301/80	1980
Liceu Musical Palestrina – FMP – RS – Auxílio Financeiro XI Seminário Intern. Violão	8.372	SEAC	442/79	1979
Liceu Musical Palestrina – PA – RS Auxílio Financeiro Curso Férias	8.358	PDAC	1733/76	1976
Liceu Musical Palestrina – RS – Relatórios Obras da Sede / Convite Pré-Inauguração Prédio	8.331	POUO	6902/73	1973-74
Licia Lucas	8.347	PDAC	1933/74	1974
Licia Lucas – Pianista	8.312	PDAC	0787/75	1975
Licinia Tinoco – Solicita Salário Família	8.379	PSEC	243417/80	1980-81
Liece Guimaraes Lins – Cantora Lírica (Processo)	8.312	PDAC	0818/75	1975
Life Marlou Editorial – Rio – Proposta Aquisição Obra O Mundo dos Museus	8.359	PDAC	1794/76	1976-77
Ligação FCBTUE	8.459	PPES		1980
Light S/A	8.354	PDAC	967/76	1976
Lílian Barreto	8.328	PDAC	2042/75	1975
Lílian Barreto – Pianista - Inclusão no PAC / 75	8.351	PDAC	2288/74	1974
Lílian Barreto – Solista	8.309	PDAC	0488/75	1975
Lílian Barreto e Miguel Proença – Pianista - Inclusão no PAC / 75	8.351	PDAC	2287/74	1974
Lílian Luz de Andrade Lages – Solicitação Transferência	8.379	PSEC	227346/80	1980
Lílian Maria Pandolfi	8.314	PDAC	0865/75	1975
Lina Maria Lobo Kubala e Zygmunt Kabala	8.344	PDAC	1333/74	1974
Linda Bustani	8.342	PDAC	1039/74	1974
Lindolpho Joaquim Vivas – Concessão Salário Família (Museu Histórico Nacional)	8.379	POUO	569/80	1980-81
Linha Programática dos Órgãos Subordinadas à SEAC	8.440	PNAC		1980-85
Lira Infantil de Brasília	8.337	PDAC	496/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Lisa M. Peppercorn – Suíça – Envio Cópia Filmes – Fotografias - Gravuras - Villa Lobos	8.370	SEAC	443/78	1978
Listagem Preliminar / Centros Universitários	8.487	PPES		1976
Literatura de Cordel – Dr Diegues	8.497	DDGS		-
Livro - Rio editora e Divulgadora Ltda.	8.347	PDAC	1914/74	1974-75
Livro "Vozes Sem Poesia Brasil" – Adovaldo F. Sampaio	8.373	SEAC	676/79	1979
Livro Memória Cantora Linda Batista	8.382	PSEC	209261/81	1981
Loide Mendonça Correa – Cantora Lírica (Processo)	8.315	PDAC	0923/75	1975
Loja de Brinquedos	8.340	PDAC	871/74	1974
Londrina	8.332	PDAC	102/74	1974
Lory Keller e Anna Maria Molz	8.343	PDAC	1167/74	1974
Lota Produções Artísticas Ltda.	8.305	PDAC	0130/75	1975
Lourenço Luiz Lacombe – Concessão 01 Diária	8.363	PDAC	015/77	1977-80
Lourenço Luiz Lacombe – Concessão 03 Diárias	8.364	PDAC	182/77	1977-80
Lourival Batista	8.347	PDAC	1780/74	1974
Lourival Braga – Cantor Lírico (Processo)	8.349	PDAC	2303/74	1974-75
	8.312	PDAC	0819/75	1975
	8.501	DAVL	01117/75	1975
Lourival Mendes	8.347	PDAC	1858/74	1974
Lucia Araujo Dantas – Piano Concertista	8.317	PDAC	0972/75	1975
Lúcia Eloy Macieira Barbosa – Concessão 01 Diária	8.355	PDAC	1118/76	1976-80
Lúcia Maria de Carvalho Neves – Ajuda de Custo – Dev. Trans. Brasília	8.381	PSEC	520/81	1981
Ludovico Negreiros - Concessão Salário Família	8.375	PSEC	60/80	1980-81
Luis Carlos Lacerda – RJ	8.324	PDAC	1594/75	29 a 30/07/1975
Luis F. I. Fontoua Roman – México - DF	8.333	PDAC	223/74	1974
Luis Henrique Senise e Outro	8.337	PDAC	471/74	1974-75
Luiz Carlos Alves Serrano – Projeto Formação de Profissionais	8.375	PSEC	124/80	1980-81
Luiz Carlos de Barros Saldanha – RJ	8.326	PDAC	1682/75	1975
Luiz Carlos Pires	8.325	PDAC	1646/75	1975
Luiz Costa dos Santos – Encaminha Fita Graduada e Letras de Música	8.372	SEAC	418/79	1979
Luiz de Araújo Cantanhede – Solicitação Pagamento Atrasados	8.379	PSEC	238616/80	1980-81
Luiz Fernando Goulart – Produções Cinematográficas	8.325	PDAC	1602/75	29/07/1975
Luiz Gonzaga de Oliveira Cruz – Salu – BA	8.320	PDAC	1441/75	1975
Luiz Gonzaga Paixão – Relatório Teatro Prezewodowski (Serviço Nacional de Teatro)	8.360	POUO	041/74	1974
Luiz Guilherme de Mendonça	8.332	PDAC	117/74	1974
Luiz Henrique Senise	8.335	PDAC	390/74	1974
Luiz Medalha Filho	8.333	PDAC	266/74	1974-75
Luiz Paulino dos Santos – RJ	8.320	PDAC	1466/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Luiz Paulo Barbosa Anselmo – Opção Servidor (Departamento de Pessoal do MEC)	8.362	POUO	201328/76	1976-77
Luiz Rosemberg Filho	8.320	PDAC	1410/75	1975
Luiz Santiago Alves de Mesquista – Verba p/ Festival de Teatro Arcozelo	8.351	PDAC	2242/74	1974
Luiz Senise - Pianista	8.310	PDAC	0657/75	1975
Luiz Severiano Ribeiro S/A	8.360	POUO	267761/74	1974-75
Luiz Severiano Ribeiro S/A – CE (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	215617/75	1975
Luiza Azedo Barroso Leite	8.306	PDAC	0205/75	1975
Lully Machesini Oswald	8.347	PDAC	1790/74	1974
Lux Jornal – Renovação Assinatura	8.352	PDAC	109/76	1976-80
	8.352	PDAC	110/76	1976-80
Lycia Cunha de Magalhães – Pianista	8.316	PDAC	0963/75	1975
Lygia Leandro Rossi – Requisição de Funcionária	8.355	PDAC	1113/76	1976-77
Lygia Maria Rochenbach Kullack – Cantora Lírica (Processo)	8.313	PDAC	0826/75	1975
Lygia Pape	8.325	PDAC	1640/75	30/07 a 01/08/1975
	8.325	PDAC	1641/75	30/07 a 01/08/1975
	8.325	PDAC	1642/75	30/07 a 01/08/1975
	8.325	PDAC	1643/75	1975
	8.325	PDAC	1644/75	1975
Lysarte Diversões Ltda/GB	8.338	PDAC	781/74	1974-75
Lysia Marion Ventura Demoro	8.344	PDAC	1338/74	1974
Lysia Marion Ventura Demoro - Cantora	8.313	PDAC	0861/75	1975
M.T.B. Comunicação Ltda – Proposta Orçamentária	8.353	PDAC	664/76	1976-79
Madrigal de Brasília	8.317	PDAC	1033/75	1975
	8.334	PDAC	320/74	1974
Madrigal Palestrina	8.351	PDAC	2296/74	1974
Madrigal Renascentista Fundação da Arte	8.334	PDAC	293/74	1974
Magdalena Tagliaferro	8.341	PDAC	980/74	1974
Mairo Paulo de Tolla Filho – Cantor	8.311	PDAC	0747/75	1975
Maity Comunicação Visual ltda – RJ	8.321	PDAC	1485/75	1975
MAM / Rio de Janeiro	8.370	SEAC	345/78	1978
Manfredo Caldas - RJ	8.326	PDAC	1670/75	1975
Mangueira	8.498	DAVL		1980
Manifestações Culturais e Produção da Sobrevivência Comunidade Baixa Renda Região Metropolitana Recife”	8.456	PPES		1979
	8.455	PPES		1980
Manoel Diegues Junior (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	207261/75	1975
Manoel Gomes da Costa - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	208820/81	1981
Manoel Vilarinho – Projeto Programas ao Vivo nas Estações Rádio no Brasil	8.372	SEAC	425/79	1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Manual de Elaboração de Estrutura Básica e Regimento Interno	8.398	DDIV	17	1977
Manuel Afonso de Carvalho Neto – Gratificação Qüinqüenal (Departamento Administração)	8.368	POUO	233924/77	1977-81
Manuel Diegues Junior	8.336	PDAC	440/74	1974-77
Manuel Diegues Júnior – Concessão 03 Diárias	8.356	PDAC	1265/76	1976-80
Mapa de Convênio Assinado com a FUNARTE	8.409	REAT		-
Maranhão	8.450	DDIV		1980
	8.467	CDES		1977
	8.474	CDES		1979
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981-82
	8.495	DDGS		1975
Maranhão – Projeto	8.555	REAT		1981
Marcelo Pietsch França – RJ	8.325	PDAC	1621/75	30/07/1975
Marcelo Romeiro da Roza	8.337	PDAC	515/74	1974
Marcilio Rodrigues Farias – Brasília – DF	8.322	PDAC	1564/75	28/07 a 03/11/1975
Marcio Ramalho e Arthur Moreira Lima – Pianista	8.318	PDAC	1115/75	1975
Marcio Ramalho e Jean Louis Stevemam – Pianista	8.318	PDAC	1118/75	1975
Márcio Ruiz Schiavo e Carlos Lima – Aquisição Exemplar Revista "Alguma Poesia"	8.373	SEAC	594/79	1979
Márcio Tavares do Amaral	8.496	DDGS		-
Marco Antonio Alteberg	8.319	PDAC	1384/75	1975
Marco Antônio Mello de Macedo Souza	8.339	PDAC	801/74	1974
Marcos Faria - RJ	8.321	PDAC	1490/75	1975
Marcus Ettiene Arreguy	8.331	POUO	222440/67	1967-73
Marcus Pereira (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	213131/79	1979
Marcus Vinicius Pratini de Moraes	8.347	PDAC	1881/74	1974
Marechal Rondon	8.378	PSEC	1310/80	1980-81
Marga Hildebrana Alvarez e outros	8.350	PDAC	244350/74	1974-75
Margarida Maria F. Winberger – Pianista	8.312	PDAC	0797/75	1975
Maria Abreu	8.334	PDAC	274/74	1974
Maria Alice Siaines de Castro – Concessão 03 Diárias e Passagens Aéreas (Departamento de Assuntos Culturais)	8.359	POUO	1883	1976-80
Maria Aparecida Machado Peixoto	8.348	PDAC	2082/74	1974
Maria Aparecida Machado Peixoto – Cantora	8.310	PDAC	0673/75	1975
Maria Augusta Cardoso da Fonseca	8.318	PDAC	1057/75	1975
Maria Beatriz Goyache	8.343	PDAC	1289/74	1974
Maria Célia de Castro Bahia	8.328	PDAC	2338/75	1975
Maria da Conceição da Silva	8.315	PDAC	0927/75	1975
Maria da Conceição Mayrink	8.347	PDAC	1882/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Maria de Fátima Baird Rozas e Outros (Seção de Comunicações /MEC)	8.360	POUO	248046/74	1974-80
Maria de Lourdes Borges Ribeiro – Concessão 08 Diárias e Passagens Aéreas	8.363	PDAC	034/77	1977-80
Maria de Lourdes Mancilha	8.310	PDAC	0642/75	1975
Maria de Lourdes Parreira Horta Barreto	8.350	PDAC	243680/74	1974-75
Maria do Carmo Magalhães – Concessão Desconto em Folha Referente Aluguel	8.366	PDAC	692/77	1977-79
Maria do Carmo Magalhães Zerbinato – Averbação Tempo Serviço	8.382	PSEC	204826/81	1981
Maria Dolores Vale do Nascimento	8.305	PDAC	0091/75	1975
Maria Domicia dos Santos - Cantora	8.316	PDAC	0956/75	1975
Maria Eliza Carrazzoni	8.366	PDAC	729/77	1977
Maria Eliza Carrazzoni – Esclarecimento Pena de Suspensão	8.369	SEAC	25/78	1978-79
Maria Eliza Carrazzoni – Processo Administrativo Obras MNBA	8.366	PDAC	729/77	1977
Maria Emilia de Souza Mattos	8.307	PDAC	0250/75	1975
Maria Emilia Osório – Pianista (Processo)	8.314	PDAC	0881/75	1975
Maria Fátima Alegria – Cantora (Processo)	8.314	PDAC	0895/75	1975
Maria Fernanda – DF – Plano de Atividades Culturais – Plano de Ação – Sugestões (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4662/74	1974-75
Maria Gabriela Pestana de A. Pantigoso – Concessão Passagem Aérea e 10 Diárias	8.373	SEAC	852/79	1979
Maria Georgina Walfer - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	205937/81	1981
Maria Helena Buzelin – Solista	8.309	PDAC	0499/75	1975
Maria Hilda Lemos	8.318	PDAC	1251/75	1975
Maria Isabel Andrada Abreu	8.305	PDAC	0064/75	1975
Maria Izabel da Silva D. Vivante – Cantora	8.311	PDAC	0765/75	1975
Maria Izabel da Silva Vivante	8.350	PDAC	2352/74	1974
Maria Izabel de Andrade Abreu	8.436	DEPS	78.885/56	1954-81
Maria José dos Santos – Gratificação Qüinqüenal	8.362	POUO	232198/76	1976-77
Maria José dos Santos Araujo – Cantora (Processo)	8.315	PDAC	0905/75	1975
Maria José Phina – Pianista	8.309	PDAC	0586/75	1975
Maria Lucia Godoy - Cantora Lírica	8.341	PDAC	966/74	1974-75
	8.333	PDAC	232/74	1974
	8.317	PDAC	0970/75	1975
Maria Luiza Gomide Staffa - Inclusão no PAC / 75 – Exposição de Pintura	8.351	PDAC	2278/74	1974-75
Maria Luiza Siqueira e Outros	8.337	PDAC	537/74	1974-75
Maria Mamana Dolabela Zanité	8.332	PDAC	156/74	1974
Maria Nazareth Castelo Branco Cruz	8.319	PDAC	1298/75	1975-80
Maria Odete O'Grady de Paiva - Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	212471/81	1981
Maria Riva-Mar	8.335	PDAC	384/74	1974
Maria Rosa Canellas	8.347	PDAC	1913/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Maria Rosa Canellas – Cantora	8311	PDAC	0733/75	1975
Maria Rosa Canellas – Conjunto	8.311	PDAC	0734/75	1975
Maria Teresa Dal Moro – Reexame Inclusão Pac do Barítono Lourival Braga	8.501	DAVL	01117/75	1975
Maria Tereza Viração - Cantora Lírica	8.315	PDAC	0924/75	1975
Maria Therese Odette E. Dias	8.345	PDAC	1438/74	1974
Maria Thereza Luz de Macedo – Gratificação Qüinqüenal	8.379	PSEC	235210/80	1980
Maria Vanda Spinelle – Soprano	8.311	PDAC	0706/75	1975
Maria Virgínia Dreilich de Sales Abreu - Gratificação Qüinqüenal	8.358	PDAC	1659/76	1976-77
Maria Vischinia – Violonista (Processo)	8.313	PDAC	0822/75	1975
Maria Wanderley Menezes e Outros	8.333	PDAC	236/74	1974
Mariana / MG	8.380	POUO	250821/73	1973-74
	8.455	PPES		1973
Maridete Moura da Silva – Auxílio Educacional	8.370	SEAC	717/78	1978
Marilia Mariane – RJ	8.330	POUO	260611/75	1975-77
Marilia Siegl – Cantora	8.312	PDAC	0776/75	1975
Marina Gonçalves Martins - Gratificação Qüinqüenal	8.383	PSEC	210546/81	1981
Marina Monteiro de Barros Roxo – Designação Servidora	8.370	SEAC	447/78	1978
Marina Ramalhete Pinto e Souza – Pianista	8.310	PDAC	0627/75	1975
Mario Augusto de Berredo Carneiro	8.325	PDAC	1624/75	30/07 a 01/08/1975
	8.325	PDAC	1625/75	30/07 a 01/08/1975
Mario da Cunha Bastos	8.343	PDAC	1215/74	1974
Mário Dias - Cancelamento Salário Família	8.381	PSEC	625/81	1981
Mario Monteiro Barreto	8.344	PDAC	1329/74	1974
Mário Neves – Prof – Apoio Governo Federal para Existência do Museu	8.353	PDAC	720/76	1976
Mário Tavares D'Amaral	8.496	DDGS		1980
	8.496	DDGS		1979-80
Marlene Guerra Uchoa – Cantora (Processo)	8.312	PDAC	0801/75	1975
Marlene Guerra Ulchoa	8.347	PDAC	1940/74	1974-75
Marlos Nobre	8.334	PDAC	287/74	1974
Marlos Nobre – Coedição de Música Erudita Brasileira (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5826/74	1974-75
Marly Baere de Araújo – RJ	8.330	POUO	253341/75	1975
Marly Monis - Pianista	8.313	PDAC	0862/75	1975
Marta Peres da Nóbrega	8.305	PDAC	0001/75	1975
Material Audiovisual – Ofícios Recebidos	8.400	DDIV	36	1977
Material Encontro Bolsa / Arte	8.485	PPES		1976-78
Material Informe sobre Deus Africano Kalunga	8.377	PSEC	627/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Mato Grosso	8.338	PDAC	582/74	1974-75
	8.352	PDAC	212/76	1976-79
	8.467	CDES		1977
	8.474	CDES		1979
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981-82
Mato Grosso do Sul	8.474	CDES		1979
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981
Matriz de Santo Antonio – Tiradentes / MG – Auxílio Recuperação Órgão Igreja	8.352	PDAC	261/76	1976
Maura Moreira	8.349	PDAC	2196/74	1974-75
Maurício Soares Dottori – Prov. Pagamento Bolsas – DAA (Delegacia Regional MEC)	8.379	POUO	787/80	1980
Maurício Toledo	8.340	PDAC	838/74	1974
Maurício Toledo – Deputado	8.341	PDAC	957/74	1974
Mauro Pires	8.308	PDAC	0429/75	1975-77
MBM Empreendimentos Artístico – Inclusão Agenda de Concertos Pianista Guida Borghoff	8.378	PSEC	1312/80	1980-81
MEC – Academia Pernambucana de Letras – Gabinete Ministro	8.350	PDAC	219020/74	1974
MEC – Adalgisa Brandão Silva – DP	8.360	POUO	260843/74	1974
MEC – Aldo Calvet - DP	8.350	PDAC	235339/74	1974
MEC – Artistas Unidos Natal – RN – Gabinete Ministro	8.360	POUO	250135/74	1974-76
MEC – Associação dos Bibliotecários do DF - DAV	8.350	PDAC	247203/74	1974-75
MEC – Câmara Municipal de João Pessoa – INL	8.350	PDAC	225792/74	1974
MEC – Carlos Miranda - Gabinete Ministro	8.360	POUO	257765/74	1974-75
MEC – Conservatório Belas Artes – Gabinete Ministro	8.350	PDAC	216495/74	1974
MEC – Coral da Universidade FNDE	8.350	PDAC	204589/74	1974
MEC – DAC – DAE - Universidades	8.494	PPES		1978
MEC – DAE – DAU - DAC	8.487	PPES		1976
MEC – Diretrizes e Planejamento	8.438	PNAC		1980
MEC – DNE	8.551	CSEN		1965
MEC – Faculdade Letras – UFRJ	8.350	PDAC	216785/74	1974
MEC – Federação Nacional do Trabalho em Transportes Aéreos - Gabinete Ministro	8.360	POUO	256413/74	1974
MEC - Gabinete Minsitro	8.350	PDAC	245942/74	1974
MEC – Henrique Cabral de Lima e Outros – DP	8.360	POUO	267256/74	1974-80
MEC – Instituto Adventista de São Paulo – Gabinete Ministro	8.360	POUO	254351/74	1974
MEC – Joel Ferreira de Moraes	8.350	PDAC	238554/74	1974-77
MEC – José Carrega Nunes	8.350	PDAC	201175/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
MEC – José Roberto Nogueira - DP	8.350	PDAC	237755/74	1974-77
MEC – Juventude Teatral de Cruz das Armas – João Pessoas PB – Gabinete Ministro	8.360	POUO	250136/74	1974
MEC – Luiz Severiano Ribeiro S/A - Gabinete Ministro	8.360	POUO	267761/74	1974-75
MEC – Marga Hildebrana Alvarez e outros - DAC	8.350	PDAC	244350/74	1974-75
MEC – Maria de Fátima Baird Rozas e Outros – DP (Seção de Comunicações /MEC)	8.360	POUO	248046/74	1974-80
MEC – Maria de Lourdes Parreira Horta Barreto - DP	8.350	PDAC	243680/74	1974-75
MEC - Planejamento	8.438	PNAC		1980-82
MEC – Produção Cinematográfica Brasil Central – Gabinete Ministro	8.350	PDAC	232456/74	1974-76
MEC – Pró-Musica de Curitiba - Gabinete Ministro	8.360	POUO	265464/74	1974-75
MEC – Secretaria de Ensino 1º e 2º graus - Diversos	8.475	CDES		1980
MEC – SEPLAN – CODEAU – Treinamento Programado à Distância (Módulos I e II)	8.505	POUO		1980
MEC – Tatiana Goloukeff – DP	8.360	POUO	267003/74	1974-75
MEC – Um Conceito e Consideração	8.498	DAVL		1972
MEC – Waldir Trigueiro da Gama – Colepe – DP	8.360	POUO	257178/74	1974-76
MEC – Yamaha Musical do Brasil Ltda – SP – Gabinete Minsitro	8.350	PDAC	245942/74	1974
MEC / DAC	8.402	REAT		1972
MEC / DAC / SNT	8.406	REAT		1977
MEC / DAU	8.553	CSEN		1973
MEC / Departamento Nacional de Educação	8.401	REAT	-	1964-66
MEC / MEC / Ministerio da Educação e Cultura (Anexo Processo Nº 1385/80)	8.381	PSEC	308/81	1981
MEC / Ministerio da Educação e Cultura	8.331	POUO	248350/72	1972-74
	8.331	POUO	5986/73	1973-74
	8.337	PDAC	453/74	1974
	8.338	PDAC	569/74	1974
	8.350	PDAC	201175/74	1974
	8.350	PDAC	204589/74	1974
	8.350	PDAC	216785/74	1974
	8.350	PDAC	244350/74	1974-75
	8.351	PDAC	123/74	1974
	8.352	PDAC	321/76	1976-78
	8.352	PDAC	345/76	1976
	8.360	POUO	250102/74	1974-80
	8.360	POUO	250135/74	1974-76
	8.360	POUO	250136/74	1974
	8.360	POUO	257178/74	1974-76
	8.360	POUO	254351/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
MEC / Ministerio da Educação e Cultura	8.369	SEAC	185/78	1978-80
	8.369	SEAC	314/78	1978
	8.370	SEAC	357/78	1978-79
	8.370	SEAC	567/78	1978
	8.371	SEAC	856/78	1978
	8.372	SEAC	56/79	1979
	8.372	SEAC	115/79	1979
	8.374	POUO	234172/79	1979
	8.396	DDIV	54	1979
	8.402	REAT		1970
	8.402	REAT		1972
	8.403	REAT		1974
	8.406	REAT		1976
	8.407	REAT		1977
	8.409	REAT		1978-79
	8.409	REAT		
	8.410	REAT		1980-81
	8.438	PNAC		1980-82
	8.438	PNAC		1979
	8.438	PNAC		1980
	8.440	PNAC		1980-85
	8.446	ORÇP		1978
	8.446	ORÇP		-
	8.448	DNBO		1975/1978
	8.456	PPES		1980
	8.469	CDES		1978
	8.471	CDES		1978
	8.475	CDES		1980
	8.487	PPES		1976
	8.499	DAVL		1979
	8.503	DDIV		1980-82
	8.503	DDIV		1980-82
	8.551	CSEN		1980
	8.551	CSEN		1980
	8.551	CSEN		1965
	8.553	CSEN		-
	8.361	POUO	4282/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
MEC / Ministerio da Educação e Cultura (Instituto Nacional Estudos Pesquisas Educacionais)	8.368	POUO	2708/77	1977-79
MEC / Ministerio da Educação e Cultura (Módulos I e II)	8.505	POUO		1980
MEC / Ministério da Educação e Cultura (Seção de Comunicações /MEC)	8.360	POUO	248046/74	1974-80
MEC / SEAC	8.409	REAT		1978-79
MEC / SEAC / MNBA / SNT / Ministério Educação e Cultura	8.512	REAT		1980-81
MEC / SEAC / Rádio Difusão Educativa / Museu Histórico Nacional / FUNARTE	8.410	REAT		1980-81
MEC / UF	8.510	OBRA		1980
MEC em Revista – Folheto	8.448	DNBO		1975/1978
MEC em Revista – Folheto / Guia Endereços e Telefones MEC	8.448	DNBO		1975/1978
MEC –Tânia Maria Teives Bezerra e Outro – DP	8.360	POUO	250102/74	1974-80
Medavar Criação e Comunicação Ltda – SP	8.321	PDAC	1472/75	1975
	8.321	PDAC	1473/75	1975
	8.321	PDAC	1474/75	1975
	8.321	PDAC	1475/75	1975
MEIGÃO / Movimento de Educação Integrada Gente Amiga	8.456	PPES		1980-81
Meios – Comunicação de Massa Ltda	8.340	PDAC	831/74	1974
Memorandos	8.389	POUO		1969-75
	8.390	POUO		1969-75
	8.391	POUO		1969-75
	8.392	POUO		1969-75
Metalúrgica Progresso Ltda	8.311	PDAC	0729/75	1975-80
Método AudioVisual – Patrocinado pelo PAC - MEC	8.351	PDAC	2207/74	1974
MEUAIL / Empreendimentos Expansão Cultural Ltda – Auxílio Realização Projetos	8.370	SEAC	548/78	1978-79
México	8.333	PDAC	223/74	1974
	8.553	CSEN		1974
MHN – Administração Ofício (cópia) nº 615/77 – Aquisição Material Permanente (Museu Histórico Nacional)	8.368	POUO	1190/77	1977
MHN – Campanha Defesa Folclore Brasileiro	8.510	OBRA		1975-78
MHN – Casa França Brasil	8.510	OBRA		1975-78
MHN – Museu Histórico Nacional – Correspondências	8.476	CDES		1980
MHN / MR / MVL	8.411	REAT		1980-81
MHN / Museu Historico Nacional	8.368	POUO	1190/77	1977
	8.402	REAT		1970
	8.438	PNAC		1981
	8.440	PNAC		1980-85
	8.476	CDES		1980
	8.510	OBRA		1975-78

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
MHN / Museu Historico Nacional (Departamento Administração)	8.371	POUO	218110/78	1978-81
MI / Museu Imperial – Empréstimo Acervo – Programa Trabalho – Informação Reforma Administrativa – Remessa Formulários - Exposição	8.570	DDIV		1970-71
Michel P. Philippot – Afastamento País	8.379	PSEC	243558/80	1980-81
Micro Systems Assessoria Técnica	8.370	SEAC	481/78	1978-81
Micro Systems Assessoria Técnica Microfilme Projeto Técnico Microf. Implant. DAC - MEC	8.370	SEAC	481/78	1978-81
Microfilmagem	8.569	DDIV		1978-79
Miguel Faria Junior – RJ	8.321	PDAC	1487/75	1975
Miguel Proença	8.348	PDAC	2063/74	1974
Miguel Proença – Pianista	8.309	PDAC	0551/75	1975
Minas Gerais	8.331	POUO	5401/72	1972-73
	8.332	PDAC	071/74	-
	8.332	PDAC	089/74	1974
	8.332	PDAC	164/74	1974
	8.337	PDAC	492/74	1974
	8.353	PDAC	737/76	1976
	8.367	PDAC	1067	1977-79
	8.373	SEAC	1003/79	1979-80
	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981-82
	8.510	OBRA		1973-74
	8.553	CSEN		1975
Minas Gerais (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	2355/74	1974
Minist. Educacion Nacional da Colômbia – Criação Unión de Museus Latinoam. y del Caribe	8.372	SEAC	224/79	1979
Ministére des Affaires Culturelles	8.499	DAVL		1971
Ministério da Agricultura	8.358	PDAC	1528/76	1976
Ministério da Educação	8.329	POUO	24427/75	1975-76
Ministério da Fazenda - DF	8.331	POUO	2150/71	1972-74
Ministério da Indústria e Comercio	8.309	PDAC	0493/75	1975
Ministério da Justiça	8.339	PDAC	813/74	1974
Ministério das Relações Exteriores	8.309	PDAC	0513/75	1975
	8.498	DAVL		1968
Ministério das Relações Exteriores – Departamento Cultura	8.340	PDAC	887/74	1974
Ministério das Relações Exteriores – DF – Leilão Livros Brasileiros Londres (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1163/74	1974-75
Ministério das Relações Exteriores – Publicação Embaixada Imperial Imã (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5242/74	1974-75

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Ministério do Interior – DF – Mudança do Museu do Índio (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	863/74	1974
Ministério do Trabalho e Previdência Social – DF	8.331	POUO	6173/72	1972-74
Ministério Educação e Cultura	8.512	REAT		1980-81
Ministério Relações Exteriores	8.352	PDAC	149/76	1976
	8.352	PDAC	150/76	1976
Ministério Relações Exteriores – DF – Cultura Brasil – Itália – 1ª Convenção Internacional (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	3077/78	1978
Ministério Relações Exteriores – DF – Política Desenvolvimento Cultural Província Quebec – Canadá (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	4863/78	1978
Ministério Relações Exteriores – Divisão de Cooperação Técnica – Divulgação do Curso de Capacitação	8.352	PDAC	149/76	1976
Ministério Relações Exteriores – Divisão de Cooperação Técnica – Divulgação do Curso Interamericano	8.352	PDAC	150/76	1976
Ministro – Correspondências	8.477	CDES		1980
Ministro / Chefe de Gabinete / Secretario Particular	8.462	CDES		1975-76
Ministro da Educação e Cultura	8.496	DDGS		-
	8.496	DDGS		1977
Ministro da Justiça - BSB	8.329	POUO	227005/75	1975
Ministro e Chefe de Gabinete	8.461	CDES		1974
Minuta Balé	8.452	DDIV		1975
Minuta de Ofício	8.486	PPES		1976
Mirian Costa Mendes Ramos – Pianista(Processo)	8.312	PDAC	0807/75	1975
MK Engenharia Ltda – Proposta Nº 022/77	8.364	PDAC	338/77	1977-79
MNBA / Museu Nacional de Belas Artes	8.365	PDAC	466/77	1977
	8.366	PDAC	729/77	1977
	8.380	POUO	246084/69	1969-70
	8.440	PNAC		1980-85
	8.482	CDES		1979
	8.512	REAT		1980-81
Moacyr da Silva Silveira – Averbação Tempo Serviço	8.383	PSEC	214195/81	1981
Moacyr de Oliveira Coelho - Cancelamento Salário Família (Museu Imperial)	8.383	POUO	115/81	1981
Moacyr del Pichia – Violonista	8.316	PDAC	0937/75	1975
Mobral – Projetos Diversos	8.458	PPES		1978-80
MOBRAL / Movimento Brasileiro de Alfabetização	8.395	DDIV	94	1978
	8.458	PPES		1978-80
Mocidade Espírita Emanuel – PI	8.311	PDAC	0700/75	1975
Moema de Jesus F. Neves	8.433	DEPS		1979-82
Mondel – Papelaria Ltda	8.341	PDAC	974/74	1974-79
Monumento à Castro Alves	8.380	POUO	202103/73	1973-74

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Mostra de Arte e Artesanato, III /DF (FUNARTE)	8.383	POUO	851/81	1981
Mostra do Ator Brasileiro no Cinema, III	8.359	PDAC	1765/76	1976-77
Movaddo – Comércio e Representações Ltda.	8.318	PDAC	1261/75	1975-80
Móveis Riccó Ltda	8.328	PDAC	2258/75	1975-80
Movimento Brasil Alfabetização - Cópias Filmes Acervo DAC / MEC	8.366	PDAC	694/77	1977
Movimento Cultural Jovem de Itambacuri - MG	8.321	PDAC	1522/75	22/07 a 20/08/1975
Movimento de Int Artística - Moviart	8.328	PDAC	2259/75	1975
Movimento de Integração Artística – RJ	8.327	PDAC	1864/75	1975
Movimento Por Um Mundo Cristão – Auxílio Financeiro	8.354	PDAC	943/76	1976
Moysés Jakubovicz	8.344	PDAC	1392/74	1974
MPB – Área Projetos PAC/DAC – Assuntos Diversos	8.453	DDIV		1976
MPB - Música Popular Brasileira	8.453	DDIV		1976
MR – Campanha Defesa Folclore	8.510	OBRA		1975-78
MR – Casa França Brasil	8.510	OBRA		1975-78
MR / MVL	8.411	REAT		1980-81
MRE / Ministério Relações Exteriores	8.358	PDAC	1624/76	1976
	8.363	PDAC	080/77	1977
	8.365	PDAC	529/77	1977
MUDES	8.369	SEAC	169/78	1978
	8.381	PSEC	88/81	1981
Multimagem Ltda – Catálogo Folclórico – Folclore no Brasil	8.371	SEAC	849/78	1978
Município de Açu – Rio Grande do Norte – Dados Informativos	8.555	REAT		1980
Murillo da Silva Lounes	8.349	PDAC	2160/74	1974
Museu Afro Brasileiro	8.457	PPES		-
Museu Antropológico "Diretor Pestana" da FIDENE – RS – Verba Realização Projeto	8.371	POUO	723/78	1978
Museu Arquidiocesano de Mariana (Departamento Administração)	8.371	POUO	218747/78	1978-80
Museu Arte Contemporânea Universidade Federal São Paulo – SP – Exposição Portinari – Pintor Social	8.370	SEAC	503/78	1978
Museu Brasileiro de Cera	8.338	PDAC	652/74	1974
Museu Cearense da Comunicação	8.329	POUO	000030/75	1975
Museu da Boa Morte – Regina Lacerda	8.332	PDAC	134/74	1974
Museu da Fundação Universidade Regional Rio Grande do Norte	8.366	PDAC	867/77	1977-78
Museu da Imagem e do Som do Estado de Pernambuco	8.335	PDAC	365/74	1974
Museu da Inconfidência	8.344	PDAC	1425/74	1974
Museu da República	8.384	RROR		1940-81
	8.399	DDIV	21	1979
Museu das Bandeiras / GO	8.457	PPES		1973-74

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Museu de Antropologia	8.373	SEAC	853/79	1979-80
Museu de Arqueologia e Artes Populares da UFPR - Auxílio Financeiro Projeto Pesquisa	8.370	SEAC	344/78	1978-80
Museu de Arte da FURNE	8.356	PDAC	1136/76	1976-77
Museu de Arte de São Paulo	8.342	PDAC	1001/74	1974-75
Museu de Arte Didática	8.340	PDAC	854/74	1974
Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – Empréstimo Material para Exposição Carrancas do Rio São Francisco	8.355	PDAC	1114/76	1976
Museu de Arte Moderna do RJ	8.347	PDAC	1931/74	1974-75
Museu de Ciência da PUC / RS – Solicitação Auxílio Financeiro para Aquisição Material	8.352	PDAC	163/76	1976
Museu de História da UFMG	8.337	PDAC	565/74	1974
Museu de Lavras – MG – Auxílio Financeiro – Criação de Infra-Estrutura	8.366	PDAC	741/77	1977
Museu de Ovar – Portugal – Realização Exposição no Brasil	8.378	PSEC	1088/80	1980-81
Museu Diocesano – Auxílio Financeiro Reforma Sede	8.367	PDAC	1023/77	1977
Museu do Açúcar	8.361	POUO	3718/74	1974
Museu do Alto da Boa Vista	8.357	PDAC	1456/76	1976-77
Museu do Calçado	8.358	PDAC	1610/76	1976
	8.358	PDAC	1612/76	1976
Museu do Forte	8.370	SEAC	342/78	1978
Museu do Índio (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	863/74	1974
Museu Dom Diogo de Souza – RS – Auxílio Financeiro – Museu Vai à Escola II	8.370	SEAC	709/78	1978
Museu Dom Diogo de Souza – RS – II Encontro Sul Rio Grandense de Museus	8.363	PDAC	123/77	1977
Museu Edson Carneiro (Departamento Administração)	8.371	POUO	218110/78	1978-81
Museu Goeldi	8.355	PDAC	1019/76	1976
Museu Histórico de Sergipe	8.457	PPES		1973
Museu Histórico e Pedagógico "Marechal Rondon" – Solicitação Question. Museus	8.378	PSEC	1310/80	1980-81
Museu Histórico Nacional	8.336	PDAC	434/74	1974
	8.353	PDAC	573/76	1976
	8.356	PDAC	1222/76	1976
	8.365	PDAC	474/77	1977
	8.382	PSEC	202187/81	1981
	8.384	RROR		1940-81
	8.399	DDIV	21	1979
	8.403	REAT		1974
	8.404	REAT		1976
	8.406	REAT		1976
	8.408	REAT		

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Museu Histórico Nacional	8409	REAT		1978-79
	8.410	REAT		1980-81
	8.461	CDES		1968
	8.461	CDES		1969-72
	8.464	CDES		1976
	8.465	CDES		1977
	8.469	CDES		1978
	8.482	CDES		1979
	8.512	REAT		1980-81
	8.570	DDIV		1974-75
Museu Histórico Nacional – Associação dos Aposentados Marinha Mercante – Ney Panisset (Museu Histórico Nacional)	8.362	POUO	094/76	1976-77
Museu Histórico Nacional – Assuntos Diversos	8.570	DDIV		1974-75
Museu Histórico Nacional – Auxílio Exposição Dom Pedro II e Sua Época	8.353	PDAC	573/76	1976
Museu Histórico Nacional – Remuneração Serv Pessoas Referente 2º Semestre 1976	8.356	PDAC	1222/76	1976
Museu Histórico Nacional – Transferência Curso de Museus para FEFIERJ	8.365	PDAC	474/77	1977
Museu Histórico Visconde São Leopoldo – Auxílio Financeiro	8.455	PPES		1973
Museu Imperial	8.306	PDAC	0183/75	1975
	8.307	PDAC	0241/75	1975
	8.310	PDAC	0641/75	1975
	8.319	PDAC	1333/75	1975-80
	8.328	PDAC	2397/75	1975
	8.338	PDAC	633/74	1974
	8.341	PDAC	901/74	1974
	8.342	PDAC	1127/74	1974
	8.348	PDAC	2026/74	1974
	8.348	PDAC	2068/74	1974
	8.356	PDAC	1333/76	1976
	8.374	POUO	234172/79	1979
	8.384	RROR		1940-81
	8.402	REAT		1970
	8.403	REAT		1972
	8.403	REAT		1974
	8.404	REAT		1974
	8.404	REAT		1976
	8.404	REAT		1975
	8.406	REAT		1976
	8.406	REAT		1977

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Museu Imperial	8.407	REAT		1977
	8.408	REAT		
	8.411	REAT		1980-81
	8.440	PNAC		1980-85
	8.464	CDES		1975-76
	8.471	CDES		1978
	8.510	OBRA		1977-78
	8.512	REAT		1980-81
Museu Imperial – Aquisição Novo Veículo para o Museu	8.372	SEAC	105/79	1979-80
Museu Imperial – Autorização para Empréstimo Obras Pedidas pelo MNBA	8.378	PSEC	1036/80	1980
Museu Imperial – Autorização para Empréstimo Peças para Exposição Comemoração Independência	8.378	PSEC	1058/80	1980
Museu Imperial – Auxílio Financeiro Despesas Essenciais do MI	8.372	SEAC	107/79	1979-80
Museu Imperial – Cessão Viatura ao Museu Rodoviário	8.363	PDAC	05/77	1977
Museu Imperial - Correspondência	8.482	CDES		1979
	8.475	CDES		1980
	8.483	CDES		1979
Museu Imperial – Deficiência de Pessoal	8.363	PDAC	134/77	1977
Museu Imperial – Devolução Peça Histórica Doada ao MI	8.372	SEAC	341/79	1979
Museu Imperial – Devolução Sabre de Honra General Osório	8.364	PDAC	323/77	1977
Museu Imperial – Empréstimo Acervo	8.570	DDIV		1970-71
Museu Imperial – Empréstimo Maqu. Extintores Incêndio	8.370	SEAC	529/78	1978
Museu Imperial – Empréstimo Peça Artística ao MAM – RJ – Dois Relicários	8.370	SEAC	345/78	1978
Museu Imperial – Empréstimo Peças do Acervo Museu	8.366	PDAC	848/77	1977-79
Museu Imperial – Empréstimo Peças Históricas à Fundação Estadual de Museus / RJ	8.373	SEAC	726/79	1979
Museu Imperial - Exposição	8.570	DDIV		1970-71
Museu Imperial – Informação Reforma Administrativa	8.570	DDIV		1970-71
Museu Imperial – Oferta de Documentos Históricos	8.373	SEAC	887/79	1979-81
Museu Imperial – Plano Setorial	8.445	ORÇP		1975-79
Museu Imperial – Programa Trabalho	8.570	DDIV		1970-71
Museu Imperial – Relatório da Situação dos Museus Nacionais	8.358	PDAC	1709/76	1976
Museu Imperial - Remessa Formulários	8.570	DDIV		1970-71
Museu Imperial - RJ	8.328	PDAC	2268/75	1975
	8.328	PDAC	2274/75	1975
Museu Imperial – Sugestão – Segurança sob Responsabilidade da Força Militar Aquarteladas em Petrópolis	8.374	POUO	239901/79	1979
Museu Imperial – Traslado para Brasil Restos Mortais Imperatriz D. Amélia de Beauharnais	8.379	PSEC	205034/80	1980
Museu Imperial (Processo)	8.313	PDAC	0832/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Museu Imperial e Museu Villa Lobos	8.411	REAT		1980-81
Museu José Elviro	8.366	PDAC	730/77	1977
Museu Julio de Castilhos – DAC-SEDUC RS	8.347	PDAC	1791/74	1974
Museu Julio de Castilhos – RS	8.307	PDAC	0290/75	1975
Museu Municipal David Canabarro	8.329	POUO	003/75	1975
Museu Nacional	8.354	PDAC	831/76	1976
	8.459	PPES		1976
Museu Nacional de Belas Artes	8.309	PDAC	0572/75	1975
	8.309	PDAC	0573/75	1975
	8.314	PDAC	0867/75	1975
	8.322	PDAC	1543/75	24/07/1975
	8.327	PDAC	1733/75	1975
	8.332	PDAC	052/74	1974
	8.332	PDAC	063/74	1974-75
	8.333	PDAC	205/74	1974
	8.333	PDAC	225/74	1974-76
	8.340	PDAC	850/74	1974
	8.340	PDAC	881/74	1974
	8.347	PDAC	1828/74	1974
	8.348	PDAC	2075/74	1974
	8.378	PSEC	1036/80	1980
	8.384	RROR		1940-81
	8.403	REAT		1974
	8.404	REAT		1975
	8.405	REAT		1975
	8.406	REAT		1976
	8.407	REAT		1977
	8.409	REAT		1978-79
	8.410	REAT		1979-80
	8.461	CDES		1971
	8.464	CDES		1976
	8.466	CDES		1977
	8.471	CDES		1978
	8.503	DDIV		1974-79
	8.510	OBRA		1975-78
Museu Nacional de Belas Artes – Bens Móveis	8.570	DDIV		1977-78
Museu Nacional de Belas Artes - Conselho Técnico / Designação	8.570	DDIV		1977-78

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Museu Nacional de Belas Artes – Cópia Convênio MNBA e FUNARTE	8.355	PDAC	1123/76	1976
Museu Nacional de Belas Artes – Correspondências	8.477	CDES		1980
Museu Nacional de Belas Artes – Doação Obra "Sôdade do Cordão" ao Museu Villa Lobos	8.373	SEAC	605/79	1979
Museu Nacional de Belas Artes – Empréstimo 02 Quadros para Exposição Acervo Galeria Arte	8.378	PSEC	1212/80	1980
Museu Nacional de Belas Artes – Empréstimo Acervo ao Palácio Laranjeiras	8.570	DDIV		1977-78
Museu Nacional de Belas Artes – Inquérito Administrativo Furto Quadro – Retrato Família Taunay	8.353	PDAC	799/76	1976
Museu Nacional de Belas Artes – Inquérito Apurar Irregularidade Obras Museu Nacional de Belas Artes	8.375	PSEC	269/80	1980
Museu Nacional de Belas Artes - Parecer Assessoria Técnica Engenharia	8.352	PDAC	487/76	1976
Museu Nacional de Belas Artes – Processo Administrativo Apurar Furto	8.359	PDAC	1768/76	1976-77
Museu Nacional de Belas Artes - Referente às Obras	8.570	DDIV		1977-78
Museu Nacional de Belas Artes – Relatório Condições que se encontra o MNBA	8.363	PDAC	109/77	1977
Museu Nacional de Belas Artes – Relatório de Vistoria Serviços Executados MNBA – Referente às Obras – Empréstimo Acervo ao Palácio Laranjeiras – Bens Móveis - Conselho Técnico / Designação	8.570	DDIV		1977-78
Museu Nacional de Belas Artes – Volta Mobiliário do Salão Nobre ao MNBA	8.363	PDAC	120/77	1977
Museu Nacional do Caeté – MG	8.510	OBRA		1973-74
Museu Paraense Emílio Goeldi	8.333	PDAC	180/74	1974
Museu Paranaense Emílio Goeldi – PA – Cópia Filmes Museu Goeldi e Ruínas Murucututu	8.355	PDAC	1019/76	1976
Museu Regional de Areia – PB – Auxílio Financeiro Restauro e Adequação Física (FUNARTE)	8.371	POUO	1064/78	1978
Museu Rodoviário	8.363	PDAC	05/77	1977
Museu Villa Lobos	8.310	PDAC	0623/75	1975
	8.318	PDAC	1053/75	1975
	8.318	PDAC	1186/75	1975
	8.322	PDAC	1548/75	25 a 29/07/1975
	8.332	PDAC	028/74	1974
	8.333	PDAC	208/74	1974
	8.334	PDAC	325/74	1974
	8.338	PDAC	709/74	1974
	8.373	SEAC	605/79	1979
	8.384	RROR		1940-81
	8.403	REAT		1972
	8.403	REAT		1974
	8.405	REAT		1975
	8.405	REAT		1976
	8.407	REAT		1977
	8.408	REAT		

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Museu Villa Lobos	8.411	REAT		1980-81
	8.440	PNAC		1980-85
	8.445	ORÇP		1975-79
	8.464	CDES		1974-76
	8.466	CDES		1977
	8.470	CDES		1978
Museu Villa Lobos – Alteração Horário Funcionamento – Órgão MEC	8.353	PDAC	757/76	1976
Museu Villa Lobos – Aprovação DAC Filme Doc Obra Villa Lobos	8.366	PDAC	823/77	1977
Museu Villa Lobos – Auxílio Realização I Concerto Internacional de Coro Misto Durante o F.U.L.	8.372	SEAC	13/79	1979
Museu Villa Lobos – Concessão 02 Horas Extras Diárias ao Sr Francisco L. da A. Fonseca	8.374	POUO	229365/79	1979-81
Museu Villa Lobos – Conserto Piano (Delegacia Regional MEC)	8.362	POUO	5734/76	1976-82
Museu Villa Lobos – Correspondência	8.482	CDES		1979
	8.476	CDES		1980
Museu Villa Lobos – Juana Puente Solic – Designado Delegação Honorário Museu Villa Lobos - Espanha	8.372	SEAC	249/79	1979
Museu Villa Lobos – Plano Setorial	8.445	ORÇP		1975-79
Museu Villa Lobos – Prêmio Viol Inglês – Julian Brean	8.352	PDAC	085/76	1976
Museu Villa Lobos – Reconsideração Auxílio Financeiro – I Conc. Inter. Coro Misto	8.372	SEAC	296/79	1979-80
Museu Villa Lobos – Recuperação Piano Stenway Auditório MEC / RIO	8.370	SEAC	346/78	1978
Museu Villa Lobos – Regulamento Concurso Internacional	8.381	PSEC	50/81	1981
Museu Villa Lobos – RJ – Contratação Museóloga - Seção de Comunicações / MEC	8.368	POUO	217242/77	1977-79
Museu Villa Lobos – RJ (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	677/75	1975
Museu Villa Lobos – Suplementação de Verba	8.355	PDAC	1020/76	1976
Museu Villa lobos – Transferência MVL para Prédio Escola Ana Néri	8.381	PSEC	79/81	1981
Museu Villa Lobos – Transferência para o II Tribunal do Júri	8.570	DDIV		1978
Museu Villa Lobos – Villa Lobos Et Son Inspiration – Congr. La Rencontre Des Cultures – Iugoslávia /79	8.370	SEAC	392/78	1978
Museu Villa Lobos (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	210041/79	1979-80
Museu Xucurus de História Arte e Costumes – Relatório Atividades Exercício /1979	8.375	PSEC	260/80	1980-81
Música Brasileira	8.452	DDIV		1979
Música e Dança – Diversos	8.452	DDIV		1975
Música Erudita Brasileira	8.454	PPES		1974
Música Erudita Brasileira (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5826/74	1974-75
Música Popular Brasileira	8.375	PSEC	131/80	1980
	8.395	DDIV		1980
Música Popular Brasileira – Prof Joaquim da Costa Pinto Netto – Relatório	8.453	DDIV		1975
Música Popular Erudita – Diversos Documentos	8.452	DDIV		1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Musiclube Ernesto Nazareth – Curso Chiquinha Gonzaga e Paulinho da Viola	8.377	PSEC	701/80	1980
MVL / Museu Villa Lobos	8.364	PDAC	328/77	1977
	8.411	REAT		1980-81
Nac. Cinema, I	8.402	REAT		1970
Naida Costa Pereira – Gratificação Qüinqüenal (Departamento Administração)	8.368	POUO	233038/77	1977-81
Naime Gabriel – Gratificação Qüinqüenal	8.381	PSEC	186/81	1981
Nair de Mello e Souza – RJ – Verba Biblioteca Julio Cezar de H. e Souza	8.353	PDAC	607/76	1976
Nair Esteves Leal - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	203656/81	1981
Najime Slaib Pereira - Concessão 03 Diárias e Passagem Aérea	8.364	PDAC	264/77	1977-80
Nancy Lousan Miranda	8.332	PDAC	054/74	1974
	8.337	PDAC	462/74	1974
Nancy Lousan Miranda – 16º Aniversário NovaCap	8.352	PDAC	493/76	1976
Nancy Lousan Miranda – Cantora	8.313	PDAC	0858/75	1975
Napoleão de Oliveira – Averbação em Folha de Pagamento – Empréstimos Imobiliário IPase	8.366	PDAC	751/77	1977-79
Napoleão Lopes Filho	8.343	PDAC	1272/74	1974
Natal Ibraim	8.347	PDAC	1702/74	1974
Natal Ibraim da Sociedade dos Amadores e Prof. do Violão – Prov. Obras Professor Matteo C.	8.381	PSEC	256/81	1981
Natan Schwartzman – Violonista	8.312	PDAC	0793/75	1975
	8.334	PDAC	313/74	1974
	8.342	PDAC	1095/74	1974
	8.318	PDAC	1120/75	1975
Naum Straitmain - Pagamento Gratificação Qüinqüenal	8.374	POUO	230934/79	1979-80
Nélio Rodrigues - Violonista	8.310	PDAC	0603/75	1975
Nélio Rodrigues de Aguiar	8.343	PDAC	1157/74	1974
Nelly Ferreira dos Santos e Outros – Substituição de Servidores	8.379	PSEC	240341/80	1980-81
Nelsinho Belchior dos Santos - Cantor	8.310	PDAC	0637/75	1975
Nelson Arruda	8.329	POUO	5205/75	1975-76
Nelson Arruda e Outros – Candidatos Categoria Funcional Agente de Vigilância	8.382	PSEC	207110/81	1981-82
Nelson Eizinik	8.383	PSEC	240615/81	1981-82
Nelson Marcio Niremberg	8.345	PDAC	1510/74	1974-75
	8.314	PDAC	0893/75	1975
Neri Rodrigues Contin	8.329	POUO	728/75	1975
Nestor Ausqui	8.349	PDAC	2140/74	1974
Newton Paiva – Cantor Lírico	8.311	PDAC	0746/75	1975
Nexus Produções Ltda	8.341	PDAC	967/74	1974
Ney Ayala – Cantor	8.311	PDAC	0740/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Ney Modenezi - Produções Cinematográficas	8.340	PDAC	830/74	1974-75
Neyde Rebello Magalhães - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	210545/81	1981
NG – Maquinas e Equipamentos de Escritório	8.348	PDAC	2093/74	1974
Nica de Castro Tank – Soprano	8.305	PDAC	0008/75	1975
Nilce Myriam Araújo Vianna	8.335	PDAC	366/74	1974-75
Nilde Balci Campos – Pianista – Pintora	8.318	PDAC	1209/75	1975-76
Nilton Bello Thonpson Viegas – Gratificação Quinquenal	8.374	POUO	241632/79	1979-81
Nilton da Costa Campos	8.337	PDAC	465/74	1974
Nina Ribeiro	8.332	PDAC	138/74	1974
Nísia Nóbrega	8.349	PDAC	2125/74	1974
Nison Produções Artísticas	8.347	PDAC	1874/74	1974
Niterói	8.455	PPES		1979
	8.455	PPES		1980
Noel Devos	8.333	PDAC	267/74	1974
Noel Louis Leon Devos – Fagotista	8.312	PDAC	0777/75	1975
Noilton Nunes - RJ	8.326	PDAC	1656/75	1975
Nomeação do Servidor Waldir Trigueiro da Gama (Serviço Nacional de Teatro)	8.360	POUO	220/74	1974-77
Nordeste	8.550	CSEN		1975
Norma Bahia Pontes – Projeto Centro Brasileiro de Informações e Desenvolvimento Cultural	8.372	SEAC	242/79	1979
Norma Bahia Pontes – Proposta Criação Centro Amazônico de Comunicação Extra – Sensorial	8.373	SEAC	508/79	1979
Nova Estrutura MEC	8.352	PDAC	321/76	1976-78
Nova IES	8.484	PPES		1976-77
Nove Filmes Ltda	8.325	PDAC	1629/75	30/07 a 01/08/1975
	8.325	PDAC	1630/75	30/07 a 01/08/1975
Núcleo de Cultura Popular – Projetos Diversos	8.458	PPES		1980
Núcleo de Estudos	8.352	PDAC	273/76	1976
Núcleo de Pesquisas e Documentos da Cultura Popular	8.555	REAT		1980
Núcleo do DAC – IPHAN – BR	8.349	PDAC	2189/74	1974
Núcleo Estudos Brasil Colônia	8.373	SEAC	610/79	1979
Núcleo Promoção Cultura Turismo Estado do Pará e Rio de Janeiro – Exposição Fotográfica	8.366	PDAC	834/77	1977-79
Núcleos Culturais em Grandes Empresas	8.499	DAVL		1975
Nylce Almeida Schmidt – Retificação Nome	8.362	POUO	242962/76	1976-81
O Degrau Produções Artísticas	8.339	PDAC	808/74	1974
	8.339	PDAC	809/74	1974
O Papel da Cultura na Formação da Força de Trabalho da População	8.459	PPES		1980
Obra "O Mundo da Arte"	8.365	PDAC	393/77	1977-79

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Obra "O Mundo dos Museus"	8.359	PDAC	1794/76	1976-77
Obras	8.510	OBRA		-
Obras da Sede / Convite Pré-Inauguração Prédio do Liceu Musical Palestrina - RS	8.331	POUO	6902/73	1973-74
Obras de Reparo do MNBA – GB	8.380	POUO	246084/69	1969-70
Obras e Reforma Teatro Carlos Gomes	8.363	PDAC	076/77	1977-79
Obras Museu Nacional de Belas Artes	8.375	PSEC	269/80	1980
Obras São João da Cruz	8.354	PDAC	858/76	1976
Octávio Andraua Gratacós e Outros – Solicitação de Visitas ao Museu Imperial	8.356	PDAC	1333/76	1976
Odinilson da Silva Costa	8.341	PDAC	903/74	1974
OEA – Primeira Reunião Técnica sobre Educação e Cultura	8.553	CSEN		1979
OEA / Organização dos Estados Americanos	8.438	PNAC		1978
	8.553	CSEN		1979
Ofício – Ano Internacional da Criança	8.470	CDES		1978
Ofícios – Biblioteca Nacional	8.409	REAT		1978-79
Ofícios – Diretor Geral do DAEP para Diretor Geral DAC	8.486	PPES		1979
Ofícios – Museu Nacional Belas Artes	8.409	REAT		1978-79
Ofícios – Relatórios – Reuniões	8.308	PPES		1977-78
Ofícios – Secretário Geral do MEC	8.461	CDES		1968-69
Ofícios Assessoria para Assuntos Parlamentares	8.506	DPNE		1963-71
Ofícios Circulares	8.475	CDES		1980
	8.531	CORR		1974-76
	8.532	CORR		1976
	8.539	CORR		1979
Ofícios Circulares – Gabinete SEAC	8.475	CDES		1980
Ofícios Circulares / Cartas Expedidas / Correspondências recebidas/expedidas	8.531	CORR		1974-76
Ofícios Circulares / Cartas Expedidas / Correspondências recebidas/ Ofícios excedente	8.532	CORR		1976
Ofícios Circulares Expedidos – Diretor do DAC	8.462	CDES		1974
Ofícios Circulares Recebidos	8.482	CDES		1980-81
Ofícios Dirigidos ao Ministro	8.482	CDES		1979
Ofícios Expedidos	8.462	CDES		1975-76
	8.506	DPNE		1963-71
	8.528	CORR		1974
	8.534	CORR		1977
	8.539	CORR		1979
	8.540	CORR		1979-80
	8.542	CORR		1981

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Ofícios Expedidos – 001/2430	8.527	CORR		1974
Ofícios Expedidos – 001/3040	8.525	CORR		1973
Ofícios Expedidos – 3041/4313	8.526	CORR		1973
Ofícios Expedidos – Conselho Federal de Cultura	8.461	CDES		1971
Ofícios Expedidos – cópias avulsas - Pastas Nº 01 e Nº 02	8.526	CORR		1973
Ofícios Expedidos - DAC	8.462	CDES		1974-75
	8.463	CDES		1976
	8.471	CDES		1978
Ofícios Expedidos – Delegado Regional MEC Guanabara	8.462	CDES		1974-75
Ofícios Expedidos – Instituto Nacional de Cinema	8.462	CDES		1975
Ofícios Expedidos – Ministro / Chefe de Gabinete	8.462	CDES		1974-75
Ofícios Expedidos – Ministro / Chefe de Gabinete / Secretario Particular	8.462	CDES		1975-76
Ofícios Expedidos - Secretaria do Plano Nacional de Cultura	8.461	CDES		1971-72
Ofícios Expedidos – Secretaria Geral do MEC	8.463	CDES		1974-76
Ofícios Expedidos – Subsecretário de Orçamento e Finanças MEC	8.463	CDES		1976
Ofícios Expedidos / 2001 / 2384 / 79 – Cartas / Ofício Circular / Excedente / Telegrama	8.539	CORR		1979
Ofícios Expedidos / Cartas / Correspondências / Cópias Excedentes	8.535	CORR		1977-78
Ofícios Expedidos / Cartas / Correspondências 1978	8.536	CORR		1978
	8.537	CORR		1978
Ofícios Expedidos 001 / 2000 / 79	8.538	CORR		1979
Ofícios Expedidos 001/1790	8.529	CORR		1975
Ofícios Expedidos 1791/2590 – Cópias Avulsas	8.530	CORR		1975
Ofícios Expedidos de 001 à 620/82 – Cópias de Cartas / Ofícios etc / Ofícios Expedidos 0001 à 0040/83	8.544	CORR		1982 – 83
Ofícios Expedidos de 0501 à 2000/81 – Ofícios e Cópias – Pasta Geral / 81	8.543	CORR		1981
Ofícios Expedidos de 501 à 2500/80	8.541	CORR		1980
Ofícios Freqüência	8.433	DEPS		1984
Ofícios Freqüência – SEC	8.434	DEPS		1985
Ofícios Freqüência – SEC – Memória	8.434	DEPS		1986-87
	8.435	DEPS		1988-90
Ofícios Recebidos	8.400	DDIV	36	1977
Ofícios Recebidos – Diretor Geral do DAC	8.461	CDES		1974
Ofícios Recebidos - Secretaria Extraordinária do Plano Nacional de Cultura	8.461	CDES		1970-71
Ofícios recebidos – Teatro Municipal do RJ	8.461	CDES		1969
Olavo Bilac	8.499	DAVL		1979-80
Olga Gudolle Cacciatore – RS – Solicita seu Aprov em Projeto Cultural Plano Nacional de Cultura	8.380	POUO	4686/73	1973-74
Olga Maria Schdoeter – Cantora (Processo)	8.315	PDAC	0900/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Olga Praguer Coelho – DF – Roteiro Pelo Brasil (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4864/74	1974
Olivetti do Brasil S/A	8.337	PDAC	517/74	1974
OMB - Ordem dos Músicos do Brasil	8.331	POUO	5401/72	1972-73
Ópera Il Neo	8.356	PDAC	1189/76	1976
Orçamento	8.444	ORÇP		1973
	8.445	ORÇP		1975
	8.446	ORÇP		1980-81
Orçamento / SEAC e Entidades Supervisionadas	8.446	ORÇP		1980
Orçamento Anual - Diretrizes	8.443	PNAC		1972
Orçamento Biblioteca Nacional	8.354	PDAC	977/76	1976
Orçamento Obras de Reparo nas Instalações de Condicionadores de Ar do MNBA – GB	8.380	POUO	246084/69	1969-70
Ordem dos Músicos do Brasil	8.309	PDAC	0492/75	1975
	8.347	PDAC	1743/74	1974
Ordem dos Músicos do Brasil – MG	8.331	POUO	5401/72	1972-73
Ordens de Serviço	8.448	DNBO		1971,1973-80
	8.475	CDES		1980
Ordens de Serviço e Portarias	8.447	DNBO		1971,1973-80
Organização Beni Ltda	8.328	PDAC	2372/75	1975-80
Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura / UNESCO – Projeto e Convenções	8.369	SEAC	241/78	1978
Organização do Museu Histórico de Sergipe	8.457	PPES		1973
Organização para o Desenvolvimento da Ciência e Cultura – ORDECC	8.307	PDAC	0234/75	1975
Organogramas – DAC / SEAC / SEC	8.384	RROR		1971-80
Órgãos do DAC	8.331	POUO	102906/71	1971-73
Oriano de Almeida – Pianista	8.315	PDAC	0926/75	1975
Oriano de Almeida – Pianista - Inclusão no PAC / 75	8.351	PDAC	2224/74	1974
Originais dos Relatórios – I 2ª Etapa – IES / II 4ª Etapa da Nova IES	8.484	PPES		1976-77
Orlando Martins da Cruz	8.305	PDAC	0052/75	1975
Orlando Miranda de Carvalho - Concessão 01 Diária	8.364	PDAC	199/77	1977-80
Orlando Miranda de Carvalho – Retificação Tempo Serviço	8.382	PSEC	207727/81	1981
Orquestra Armorial de Câmara de Pernambuco	8.305	PDAC	0063/75	1975
	8.315	PDAC	0930/75	1975
Orquestra de Câmara / Projeto Manaíra / PB	8.396	DDIV	51	1979
Orquestra de Câmara do Brasil – Permissão Ensaios no 16º Andar Palácio da Cultura	8.372	SEAC	472/79	1979
Orquestra de Câmara Palestrina	8.369	SEAC	281/78	1978
Orquestra Epaminondas – Proposta Realização 06 Espetáculos Completos	8.373	SEAC	863/79	1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Orquestra Epaminondas – RJ	8.318	PDAC	1178/75	1975
	8.327	PDAC	1855/75	1975
Orquestra Sinfônica	8.386	RROR		-
Orquestra Sinfônica – PE	8.336	PDAC	421/74	1974-75
Orquestra Sinfônica (Gabinete Ministro)	8.362	POUO	200335/76	1976
Orquestra Sinfônica Brasileira	8.311	PDAC	0761/75	1975
Orquestra Sinfônica da UFRJ	8.328	PDAC	2236/75	1975
Orquestra Sinfônica de Minas Gerais	8.336	PDAC	427/74	1974
Orquestra Sinfônica de Porto Alegre	8.336	PDAC	424/74	1974
Orquestra Sinfônica Nacional – Portaria – Movimento Interno	8.502	DDIV		1971-79
Orquestra Sinfônica Piauí	8.381	PSEC	450/81	1981
Orquestra Sinfônica Porto Alegre	8.375	PSEC	259/80	1980
Os Discursos do Mamulengo – Uma Proposta de Análise da Influência da Platéia	8.458	PPES		1981
Os Jograis de São Paulo	8.337	PDAC	551/74	1974
Os Recitalistas – Trio	8.309	PDAC	0583/75	1975
Os Recitalistas – Trio - Inclusão no PAC / 75	8.351	PDAC	2249/74	1974
Os Solistas do Rio de Janeiro	8.341	PDAC	943/74	1974
Oscar de Oliveira – Levantamento de Todo Acervo Museu Arquidiocesano de Mariana (Departamento Administração)	8.371	POUO	218747/78	1978-80
Osíris Parcifal de Figueirôa Cine Diver. Ltda – Denúncia conta Embrafilme	8.370	SEAC	606/78	1978
Osmar Antônio Justino – Cancelamento Salário Família (Museu Histórico Nacional)	8.383	POUO	266/81	1981
OSN / Orquestra Sinfônica Nacional (Serviço Rádio Difusão Educativa)	8.362	POUO	444/76	1976
Osvaldo D'Avila Camargo e Outros	8.341	PDAC	977/74	1974
Oswaldo Câmara de Souza	8.338	PDAC	577/74	1974
Otom Gama Lizar – Averbação Tempo Serviço	8.381	PSEC	418/81	1981
PAC – DAC – Museu das Bandeiras / GO	8.457	PPES		1973-74
PAC - Plano Ação Cultural	8.340	PDAC	895/74	1974-75
	8.352	PDAC	361/76	1976-80
	8.404	REAT		1975
	8.437	PNAC		1973-74
	8.445	ORÇP		1975
	8.445	ORÇP		1975
	8.457	PPES		1973-74
	8.445	ORÇP		1975
PAC / DAC	8.405	REAT		1976
Padre José de Anchieta	8.394	DDIV	65	1980
Pagamento Bolsas – DAA (Delegacia Regional MEC)	8.379	POUO	787/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Pagamento Pessoal	8.381	PSEC	531/81	1981
Pagamento Qüinqüênio (Departamento Administração)	8.362	POUO	234210/76	1976-81
Pagamentos Atrasados	8.363	PDAC	105/77	1977-79
	8.374	POUO	239851/79	1979-81
	8.379	PSEC	243184/80	1980-81
Palácio Catete (Departamento Administração [contém fotografias])	8.368	POUO	260919	1977-79
Palácio da Cultura	8.372	SEAC	472/79	1979
	8.455	PPES		1974
Palácio da Cultura (Anexo Processo Nº 1385/80)	8.381	PSEC	308/81	1981
Palácio das Laranjeiras (Departamento Administração)	8.368	POUO	325524	1977-79
Palácio Lauro Sodré	8.356	PDAC	1342/76	1976-79
Palestra "O Livro Apoio Estatal"	8.378	PSEC	938/80	1980
Palestras Dr Diegues e outros	8.469	CDES		1976-78
Palestras Prof Ricardo Cravo Albim	8.365	PDAC	409/77	1977
Pámela J. McDowall – Informação Flor Nacional e Emblemática do Brasil	8.358	PDAC	1536/76	1976-77
Papelaria e Tipografia KAGE – Ltda	8.307	PDAC	0339/75	1975
Papelaria Record S/A – Comercio e Industria	8.327	PDAC	1704/75	1975-80
Pará	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981-82
	8.554	REAT		1978-79
	8.555	REAT		1980-81
Paraíba	8.332	PDAC	015/74	1974
	8.365	PDAC	546/77	1977-79
	8.369	SEAC	11/78	1978-79
	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981
	8.551	CSEN		1979
	8.552	CSEN		1976
Paraná	8.332	PDAC	020/74	1974
	8.333	PDAC	175/74	1974
	8.333	PDAC	180/74	1974
	8.370	SEAC	756/78	1978-79

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Paraná	8.395	DDIV	69	1980
	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981
PARANATUR / Empresa Paranaense de Turismo	8.374	POUO	236965/79	1979
	8.374	POUO	236965/79	1979
Parecer da Coordenação de Capacitação de Recursos Humanos - SUAM	8.458	PPES		1979-80
Paris – Exposição Circulante "Pinturas Chinesa" (FUNARTE)	8.379	POUO	680/80	1980
Paróquia N. S. da Guia – RJ	8.372	SEAC	340/79	1979-80
Participação Grupo Folclore Brasil - Campeonato Mundial Futebol 1974 – Alemanha	8.380	POUO	646/73	1973
Passaportes	8.475	CDES		1980
Pasta de Minutas	8.494	PPES		1978
Pasta do Secretário	8.496	DDGS		1976-78
Pasta do Secretário / Diretor Geral do DAC – Dr Diegues	8.496	DDGS		1976-78
Pasta Especial - Pesquisas	8.395	DDIV	56	1980
Pasta Geral	8.489	PPES		1978
	8.495	DDGS		1977
	8.495	PPES		1976
Pastas Contendo Documentos Diversos	8.389	POUO		1969-75
	8.390	POUO		1969-75
	8.391	POUO		1969-75
	8.392	POUO		1969-75
Pastas Contendo Documentos Diversos – Memorandos /Correspondências Expedidas / Correspondências Recebidas / Declarações / Recortes de Jornal e Outros	8.389	POUO		1969-75
	8.390	POUO		1969-75
	8.391	POUO		1969-75
	8.392	POUO		1969-75
Patrimônio Histórico - Assuntos Diversos	8.571	DDIV		1961
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	8.402	REAT		1967
Patrimônio, Preservação de	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Patrocínio para Grupos Teatrais – SNT / Serviço Nacional de Teatro	8.359	POUO	55/76	1976
Paul Stille	8.335	PDAC	370/74	1974
	8.346	PDAC	1676/74	1974-75
Paulo Albuquerque Melo	8.356	PDAC	1355/76	1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Paulo Autran	8.342	PDAC	1078/74	1974
Paulo Barcellos – Cantor	8.316	PDAC	0954/75	1975
Paulo Bastos Martins	8.347	PDAC	1922/74	1974
Paulo Burgos – Pianista (Processo)	8.314	PDAC	0882/75	1975
Paulo Cavalcante	8.335	PDAC	374/74	1974
Paulo Cezar Franco Pereira – Concessão Passagem Aérea	8.365	PDAC	467/77	1977-80
Paulo Cezar Saraceni – RJ	8.325	PDAC	1607/75	29 a 30/07/1975
Paulo Condorcet Barbosa	8.435	DEPS	7806/65	
Paulo Condorcet Barbosa Ferreira	8.307	PDAC	0350/75	1975-80
Paulo de Paiva Fortes – Cantor Lírico (Processo)	8.314	PDAC	0886/75	1975
Paulo Escalabrini – Gratificação Qüinqüênio	8.382	PSEC	203323/81	1981
Paulo Franklin Correa – Averbação Certidões Tempo Serviço	8.383	PSEC	226114/81	1981
Paulo Gonçalves de Moura – Saxofonista (Processo)	8.314	PDAC	0878/75	1975
Paulo Henrique A. Pinto	8.396	DDIV	48	1979
Paulo Jorge da Cunha Guimaraes	8.308	PDAC	0428/75	1975-76
Paulo Nolding – RJ (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	371/75	1975
Paulo Oliveira Santos – Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	201029/81	1981
Paulo Renato Couto Carvalho e Outros	8.341	PDAC	998/74	1974
Paulo Roberto Eloy da Costa – Salvador – BA	8.321	PDAC	1470/75	1975
Paulo Rodrigues de Oliveira – Cancelamento Salário Família	8.379	PSEC	237647/80	1980-81
Paulo Rodrigues de Oliveira – Restab. Salário Família (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	202447/79	1979
Paulo Rodrigues de Oliveira – Retificação Plano Classificação Cargos	8.362	POUO	249049/76	1976-80
Paulo Sérgio Magagalhães e Márcio Luiz	8.340	PDAC	886/74	1974
Paulo Sérgio S. M. Magalhães e Outro	8.338	PDAC	649/74	1974
Paulos Bastos Martins – RJ	8.321	PDAC	1516/75	21 a 28/07/1975
Peça Teatral: Auto Representação Festa - Lourenço	8.351	PDAC	2292/74	1974
Peça Teatral: Bodas de Sangre	8.353	PDAC	626/76	1976
Peça Teatral: Casa Grande e Senzala	8.394	DDIV	76	1980
Peça Teatral: Navio Negreiro	8.352	PDAC	095/76	1976
Peça Teatral: Vestido de Noiva	8.352	PDAC	346/76	1976
Peças Históricas à Fundação Estadual de Museus / RJ	8.373	SEAC	726/79	1979
Pedro Ismênia da Silva	8.311	PDAC	0730/75	1975
Pedro Zanatta	8.355	PDAC	1098/76	1976-80
Pedro Zanatta – Concessão de Diárias	8.364	PDAC	188/77	1977-80
	8.355	PDAC	1098/76	1976-80
Pena de Suspensão	8.369	SEAC	25/78	1978-79
Pereira Lima	8.399	DDIV	18	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Perfil Cultural dos Estados e outros textos	8.438	PNAC		-
Periferias Urbanas	8.460	PPES		1980
Pernambuco	8.332	PDAC	068/74	1974
	8.342	PDAC	1118/74	1974
	8.358	PDAC	1557/76	1976-78
	8.370	SEAC	661/78	1978
	8.372	SEAC	405/79	1979
	8.440	PNAC		Maio/76
	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981-82
	8.554	REAT		-
Pesquisa "Manifestações Culturais e Produção da Sobrevivência Comunidade Baixa Renda Região Metropolitana Recife"	8.455	PPES		1980
Pesquisa Arqueológica	8.373	SEAC	807/79	1979
Pesquisa das Atividades Artesanais em Tracunhaém	8.456	PPES		1981
Pesquisa Domiciliar sobre Programação de Rádio e Televisão (FINPS)	8.459	PPES		1980
Pesquisa e Restauração de Acervo Musical Século XVIII Encontrado em Mariana /MG	8.455	PPES		1973
Pesquisa em Música Popular	8.365	PDAC	430/77	1977-79
Pesquisa Nacional da Área Cultura Brasileiro	8.409	REAT		1978-79
Pesquisa: A Umbanda no Rio de Janeiro	8.459	PPES		1980
Pesquisa: O Folclore como Ritual – 1º Relatório – Museu Nacional	8.459	PPES		1976
Pesquisadores Associados em Ciências Sociais – RJ – Relatório Pesquisa para Obtenção Indicadores Culturais	8.456	PPES		1980
Pesquisas: Desenvolvimento Cultural x Educação Superior / Economia x Problema Social e Mobral	8.395	DDIV	94	1978
Pesquisas – Folclore: Roteiro para Pesquisas SENAC / MG	8.457	PPES		1977
Pesquisas e Estudos Interesse Cultural	8.372	SEAC	115/79	1979
Pessoal	8.436	DEPS		1980
Pessoal – Assuntos Diversos	8.436	DEPS		1980
Pessoal - Recibos	8.436	DEPS		1969
Pessoal / BSB	8.436	DEPS		1977-79
Pianista	8.351	PDAC	2287/74	1974
Pianista Guida Borghoff	8.378	PSEC	1312/80	1980-81
Pianista Oriano de Almeida	8.351	PDAC	2224/74	1974
Piauí	8.383	PSEC	230799/81	1981
	8.468	CDES		1977

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Piauí	8.472	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.478	CDES		-
	8.480	CDES		1981
Pintora Djanira	8.399	DDIV	19	1978
Planejamento Regional da Amazônia	8.553	REAT		1980-85
Planejamento SEAC	8.398	DDIV	15	1979
Plano Aplicação Bolsa Trabalho Artes (Departamento Administração)	8.368	POUO	225714/77	1977
Plano de Ação – Amazonas	8.553	REAT		1976
Plano de Ação Cultural	8.446	ORÇP		1977
	8.555	REAT		1980
Plano de Ação Cultural – SNT	8.446	ORÇP		1977
Plano de Aplicação – Secretaria Geral	8.445	ORÇP		1975
Plano de Aplicação dos Saldos 1965/66	8.506	DPNE		1963-71
Plano de Aplicação nº06/76	8.445	ORÇP		1976
Plano de Atividades Culturais (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4662/74	1974-75
Plano de Desenvolvimento Cultural	8.438	PNAC		-
Plano de Divulgação da Música Erudita Brasileira no Exterior	8.454	PPES		1974
Plano de Educação, Cultura e Desportos	8.555	REAT		1980-85
Plano Diretor do Campus da Universidade Federal Juiz de Fora	8.553	REAT		-
Plano Geral de Ação MEC /1981	8.381	PSEC	405/81	1981
Plano Global - Ação Cultural	8.354	PDAC	980/76	1976-77
Plano Nacional de Cultura	8.380	POUO	4686/73	1973-74
	8.437	PNAC		1968
	8.437	PNAC		1973
	8.443	PNAC		1969-71
	8.519	CORR		1967-71
	8.571	DDIV		1961
Plano Nacional de Cultura – Conv Encaminha Escala Viagens Insp. Entidades	8.380	POUO	3523/69	1969-70
Plano Nacional de Cultura – Fundação Cultural do Espírito Santo /ES – Recibos	8.457	PPES		1970
Plano Nacional de Cultura – História	8.437	PNAC		1973
Plano Nacional de Cultura – Patrimônio Histórico Assuntos Diversos	8.571	DDIV		1961
Plano Nacional de Desenvolvimento, III	8.399	DDIV	28	-
Plano Nacional de Educação Física e Desporto	8.438	PNAC		1977-79
Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos	8.568	DDIV		1973 1975-80 1976-78 1977-81 1978

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Plano Nacional Microfilmagem Periódicos Brasileiros	8.370	SEAC	418/78	1978
Plano Operativo Anual	8.445	ORÇP		1975-76
	8.445	ORÇP		1976
	8.446	ORÇP		1980
Plano Operativo Anual – Fundação de Cultura - MG	8.553	REAT		1979
Plano Operativo Anual - POA	8.444	PNAC		1973
	8.445	ORÇP		1974
	8.446	ORÇP		1977
	8.446	ORÇP		1979
Plano Operativo Anual – POA – Capacitação de RH e Preservação do Patrimônio	8.446	ORÇP		1978
Plano Operativo Anual / 75	8.445	ORÇP		1975-79
Plano para Realização Semana da Música Popular Brasileira – Processo	8.452	DDIV		1975
Plano Regional de Desenvolvimento Cultural – OEA	8.438	PNAC		1978
Plano Setor Educacional Cultural e Desportivo, III	8.397	DDIV	03	1979
	8.397	DDIV	04	1979
Plano Setorial	8.445	ORÇP		1975-79
Plano Setorial de Educação e Cultura – Grupos de Estudo	8.444	PNAC		1972-74
Plano Setorial de Educação e Cultura / Incentivo à criação	8.437	PNAC		1972-74
Plano Setorial de Educação e Cultura, II – Projeto Aperfeiçoamento Substituição Informações Estatísticas	8.456	PPES		1980
Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos	8.440	PNAC		1980-82
	8.440	PNAC		1979
Planos de Aplicação	8.445	ORÇP		1975
Planos e Projetos da SEAC	8.393	DDIV	95	1981
Planos e Relatórios – Desenv. Seção Cultura	8.555	REAT		1979
Plantel – Editora e Publicidade S/A	8.346	PDAC	1583/74	1974
Plantel Editora e Publicidade S/A – RJ	8.322	PDAC	1569/75	28 a 29/07/1975
	8.322	PDAC	1570/75	29/07/1975
	8.322	PDAC	1571/75	29/07/1975
	8.322	PDAC	1572/75	29/07/1975
	8.323	PDAC	1573/75	29/07/1975
	8.323	PDAC	1574/75	29/07/1975
	8.323	PDAC	1575/75	29/07/1975
	8.323	PDAC	1576/75	29/07/1975
	8.323	PDAC	1577/75	29/07/1975
	8.323	PDAC	1578/75	29/07/1975
	8.323	PDAC	1579/75	29/07/1975
	8.323	PDAC	1580/75	29/07/1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Plantel Editora e Publicidade S/A – RJ	8.324	PDAC	1581/75	29/07/1975
	8.324	PDAC	1582/75	29/07/1975
	8.324	PDAC	1583/75	29/07/1975
	8.324	PDAC	1584/75	29/07/1975
	8.324	PDAC	1585/75	29/07/1975
	8.324	PDAC	1586/75	29/07/1975
	8.324	PDAC	1587/75	29/07/1975
	8.324	PDAC	1588/75	29 a 30/07/1975
	8.324	PDAC	1589/75	29/07/1975
	8.324	PDAC	1590/75	29/07/1975
	8.324	PDAC	1591/75	29/07/1975
Plenária – Plano Nacional de Ação Ltda	8.337	PDAC	562/74	1974
Plu – Estúdio de Ligação – Fotografia, Cinema e Arte Ltda – RJ	8.321	PDAC	1530/75	22 a 28/07/1975
PM de São Carlos – SP	8.336	PDAC	426/74	1974
PND, III (Plano Nacional De Desenvolvimento) – Secretaria Geral do MEC	8.438	PNAC		1979
Política Cultural	8.439	PNAC		1981
Política Cultural (Unesco), Encontros sobre	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Política Cultural Brasileira	8.438	PNAC		-
Política Cultural: Proposições Preliminares para sua Formulação	8.437	PNAC		1975
Política de Educação e Cultural – Folheto	8.438	PNAC		1979
Política Desenvolvimento Cultural Província Quebec – Canadá (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	4863/78	1978
Política e Administração Cultural América Latina	8.450	DDIV		1981-82
Política Nacional da Cultura	8.438	PNAC		1978
	8.399	DDIV	29	-
	8.437	PNAC		1968-73
	8.437	PNAC		1974
Política Nacional de Cultura – Documentos Diversos	8.437	PNAC		1968-73
Política Nacional de Cultura – Folheto	8.438	PNAC		1978
Política Nacional de Cultura – Textos Diversos / Folheto	8.437	PNAC		1975
Política Nacional de Turismo	8.507	DDIV		1976-77
Políticas Planejamento da Educação e Cultura	8.550	CSEN		1979
Pontifícia Universidade Católica - RS	8.346	PDAC	1641/74	1974-77
Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1432/76	1976-80
Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP	8.318	PDAC	1132/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	8.306	PDAC	0215/75	1975-77
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	8.307	PDAC	0224/75	1975
	8.358	PDAC	1582/76	1976-80
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	8.306	PDAC	0143/75	1977
	8.306	PDAC	0144/75	1977
	8.306	PDAC	0145/75	1975
	8.306	PDAC	0146/75	1977
	8.352	PDAC	163/76	1976
	8.369	SEAC	103/78	1978
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Atividades Realizadas em 1975 e Programa 1976	8.354	PDAC	989/76	1976
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Auxílio Financeiro IV Seminário Literatura Brasileira	8.375	PSEC	264/80	1980
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Auxílio Financeiro Edição Revista Est. Ibero Americana	8.372	SEAC	69/79	1979-80
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Auxílio Financeiro – Impressão Revista Ibero – Americana	8.373	SEAC	947/79	1979-80
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Bolsa Trabalho / Arte	8.354	PDAC	953/76	1976-77
Pontifícia Universidade Católica do RJ - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1582/76	1976-80
Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro – RJ – Texto "Televisão, Violência e Sociedade"	8.373	SEAC	683/79	1979
Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul - Auxílio Financeiro Pesquisa Literatura Comparada	8.381	PSEC	189/81	1981
Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul - Auxílio Financeiro Projeto Pesquisa	8.381	PSEC	191/81	1981
Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul – Auxílio Financeiro – Projeto Prefácios de Romances Brasileiros	8.375	PSEC	233/80	1980
Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1511/76	1976-80
Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul – Verba Projeto Pesquisas Criadores Litoral Rio Grande do Sul	8.375	PSEC	210/80	1980
Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – Porto Alegre	8.349	PDAC	2120/74	1974-75
Ponto de Arte	8.343	PDAC	1250/74	1974-75
Portarias	8.447	DNBO		1971,1973-80
	8.448	DNBO		1971,1973-80
Portarias - DAC / SEAC / SEC	8.384	RROR		1971-80
Portinari	8.351	PDAC	2252/74	1974-75
Porto Alegre	8.332	PDAC	106/74	1974
	8.332	PDAC	115/74	1974
Portugal (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5562/74	1974-75
Postais do Brasil – Balé Folclórico Nacional – Auxílio Financeiro Espetáculos Brasil em Tempo de Dança	8.373	SEAC	775/79	1979
Prefeitura Cidade do Recife - Auxílio Financeiro Projeto Música para Todos – Série Pop e Erudita (Proc. Nº 928/80 FUNARTE – Não Encontrado)	8.376	PSEC	362/80	1980
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Disposição Servidor Sérgio Guerra Duarte (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	218040/79	1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Prefeitura de Nova Iguaçu	8.349	PDAC	2323/74	1974
Prefeitura Municipal Cachoeira do Sul – Auxílio Financeiro Obras "Salão do Artista" (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	218576/79	1979
Prefeitura Municipal Cachoeiras – BA – Convênio com a FUNARTE (FUNARTE)	8.359	POUO	650/76	1976-79
Prefeitura Municipal Cascavel – Paraná – Oferece Área de Trabalho	8.382	PSEC	203209/81	1981
Prefeitura Municipal Casemiro de Abreu	8.371	SEAC	897/78	1978
Prefeitura Municipal Curitiba – PR (Gabinete do Ministro)	8.371	POUO	4429/78	1978-79
Prefeitura Municipal da Cachoeira – BA – Conv DAC – Instituto Museu Hansen	8.369	SEAC	09/78	1978
Prefeitura Municipal da Cidade de Barra – BA	8.340	PDAC	851/74	1974-75
Prefeitura Municipal da Cidade de Salvador - BA	8.318	PDAC	1180/75	1975
Prefeitura Municipal de Alagoa Grande /PB – Requisição Instrumentos Musicais Banda de Música Cônego Firm. Cavalcante	8.379	PSEC	231615/80	1980
Prefeitura Municipal de Americana – SP	8.344	PDAC	1343/74	1974
Prefeitura Municipal de Apucarana – PR – Auxílio Financeiro Aquisição de Imóvel	8.370	SEAC	756/78	1978-79
Prefeitura Municipal de Bagé – RS	8.332	PDAC	079/74	1974
Prefeitura Municipal de Cabedelo - PB – Auxílio Financeiro – Compra Equipamentos Biblioteca Arquivo Público	8.365	PDAC	546/77	1977-79
Prefeitura Municipal de Cachoeira / BA – Auxílio Financeiro	8.353	PDAC	736/76	1976
Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB	8.354	PDAC	802/76	1976
	8.318	PDAC	1229/75	1975
Prefeitura Municipal de Cubatão – SP	8.333	PDAC	212/74	1974
Prefeitura Municipal de Diamantina	8.343	PDAC	1229/74	1974
Prefeitura Municipal de Garanhuns – PE – 1º Centenária do Município de Garanhuns (Departamento Administração)	8.368	POUO	246019	1977-78
Prefeitura Municipal de Jaguaribe – CE	8.307	PDAC	0333/75	1975-77
Prefeitura Municipal de João Pessoa – Auxílio Financeiro Construção Centro de Atividades	8.378	PSEC	1443/80	1980-81
Prefeitura Municipal de Joinvile – SC	8.342	PDAC	1111/74	1974
Prefeitura Municipal de Lençóis	8.340	PDAC	852/74	1974
Prefeitura Municipal de Maravilha /SC – Liberação Recursos Construção Sede Própria	8.383	PSEC	220422/81	1981
Prefeitura Municipal de Muriaé – MG	8.348	PDAC	1984/74	1974
Prefeitura Municipal de Muriaé – MG – Inclusão do Município no PAC (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5098/74	1974-75
Prefeitura Municipal de Muriaé – Solicita Município Seja Premiado (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5471/74	1974
Prefeitura Municipal de Muriaé /MG (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5098/74	1974-75
Prefeitura Municipal de Niterói – Secretaria Municipal Educação e Cultura – Atividades Programadas	8.554	REAT		1976
Prefeitura Municipal de Patos / PB	8.396	DDIV	49	1977
Prefeitura Municipal de Piracicaba – Concessão Verba para Desenvolvimento de Projeto Trabalho Cultural	8.383	PSEC	211061/81	1981

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Prefeitura Municipal de Reriutaba – CE – Auxílio Financeiro Construção Biblioteca Pública	8.373	SEAC	917/79	1979-80
Prefeitura Municipal de Rio Bonito – RJ (Processo)	8.313	PDAC	0839/75	1975
Prefeitura Municipal de S. S. do Umbuzeiro – PB	8.346	PDAC	1534/74	1974-76
Prefeitura Municipal de Sabará - MG	8.310	PDAC	0662/75	1975
	8.318	PDAC	1070/75	1975-77
Prefeitura Municipal de Santos – SP – Auxílio Financeiro Construção Teatro Municipal (Gabinete do Ministro)	8.362	POUO	201897/76	1976
Prefeitura Municipal de Santos Dumont – MG	8.329	POUO	219448/75	1975
Prefeitura Municipal de São Carlos - SP	8.345	PDAC	1509/74	1974
Prefeitura Municipal de São João Del Rei – MG	8.332	PDAC	089/74	1974
Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	8.343	PDAC	1154/74	1974
Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - Liberação Recursos Construção Biblioteca Pública Museu e Auditório	8.383	PSEC	227115/81	1981
Prefeitura Municipal de Sete Lagoas - MG	8.318	PDAC	1276/75	1975
Prefeitura Municipal de Terezina - PI	8.321	PDAC	1478/75	1975
Prefeitura Municipal de Ubá - MG	8.319	PDAC	1292/75	1975
Prefeitura Municipal de Uruguaiana – RS – Realização Curso	8.366	PDAC	704/77	1977-79
Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco - MG	8.319	PDAC	1293/75	1975
Prefeitura Municipal Divinópolis – Anteprojeto Centro Cultural Artístico Luso Brasileiro (Departamento Administração)	8.371	POUO	239432/78	1978
Prefeitura Municipal Espumoso RS – Auxílio Construção Prédio Biblioteca	8.373	SEAC	793/79	1979
Prefeitura Municipal Estrela – Medidas e Recursos Projeto de Construção do Centro Cultural de Estrela	8.374	POUO	237391/79	1979
Prefeitura Municipal Fortaleza - CE	8.320	PDAC	1414/75	1975
Prefeitura Municipal Independência /RS – Auxílio Financeiro – Projeto Desenvolvimento Educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)	8.374	POUO	706/79	1979
Prefeitura Municipal Itagi – BA – Auxílio Financeiro – Conclusão Obras Unidade Cult. "Leur Brito"	8.372	SEAC	379/79	1979
Prefeitura Municipal Itajaí – Calendário Atividades Culturais 1980	8.376	PSEC	474/80	1980
Prefeitura Municipal Itapetininga – Concessão de Verba	8.383	PSEC	211868/81	1981
Prefeitura Municipal Laguna – SC – Auxílio Financeiro Execução Projeto I – Treinamento (Seção de Comunicações /MEC)	8.371	POUO	248619/78	1978-80
Prefeitura Municipal Lençóis – BA – Ata Implantação Projeto "Museu dos Coronéis"	8.373	SEAC	737/79	1979
Prefeitura Municipal Montes Claros /MG – Solicita Doação 02 Pianos	8.376	PSEC	271/80	1980
Prefeitura Municipal Orleans – SC – Verba para Realização 5ª Semana Cultural Orleans	8.374	POUO	226837/79	1979-80
Prefeitura Municipal Porto Lucena – Auxílio Financeiro Construção Centro Cultural	8.383	PSEC	229561/81	1981
Prefeitura Municipal Presidente Prudente – Auxílio para Biblioteca (Seção de Comunicações /MEC)	8.368	POUO	227009/77	1977
Prefeitura Municipal Rio Claro - Auxílio Financeiro Conclusão Obras Centro Cultural	8.383	PSEC	233907/81	1981
Prefeitura Municipal Rio Claro - Auxílio Financeiro Construção Sede Arquivo Público e Histórico	8.383	PSEC	233908/81	1981

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Prefeitura Municipal Salvador – Plano Global Ação Cultural / 76 – Auxílio Financeiro	8.354	PDAC	980/76	1976-77
Prefeitura Municipal Santa Bárbara D'Oeste /SP – Solicita Auxílio Financeiro Compra Projeto Cinematográfico	8.381	PSEC	67/81	1981
Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste /PE – Projeto Construção Biblioteca Pública, Museu e Auditório	8.378	PSEC	1104/80	1980
Prefeitura Municipal Três Corações – Doações Material como Gravador, Videocassete, etc (Departamento Administração)	8.371	POUO	238767/78	1978
Prefeitura Municipal Vera Cruz /RS – Recursos Financeiros Construção Centro Social – Cultural	8.383	PSEC	212949/81	1981
Prêmio XXIV Salão Nacional de Arte Moderna /75	8.355	PDAC	1006/76	1976
Preservação Acervo da Biblioteca do IHGB	8.370	SEAC	408/78	1978
Preservação de Patrimônio	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Preservação de Patrimônio e Outros Assuntos (Unesco)	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Preservação do Patrimônio	8.446	ORÇP		1978
Preservação e Defesa dos Bens de Valor Cultural – POA/75	8.445	ORÇP		1975-79
Presidência Departamento – Projeto Cultura – Brasil	8.374	POUO	252717/79	1979-80
Presidente da República – Delegacia Escolar de Pilão Arcado – Auxílio Financeiro Implantação Escola	8.379	PSEC	116649/80	1980
Presidente do Banco do Estado da Guanabara S/A	8.307	PDAC	0232/75	1975
Presidente República – Câmara Municipal Bauru – Sugestão para Implantação Sistema "Dólar Cultural"	8.379	PSEC	221397/80	1980
Prestação de Contas	8.445	ORÇP		1975
	8.457	PPES		1975
Prestação de Contas – PAC / PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL	8.445	ORÇP		1975
Pró Arte – Sociedade de Artes, Letras e Ciências	8.333	PDAC	246/74	1974-75
Pró Arte Sociedade Arte Letras e Ciências – Teresópolis / RJ – Atividades Realizadas em 1975 e Programa 1976	8.354	PDAC	997/76	1976
Pró Arte Sociedade Artes Letras e Ciências – Porto Alegre	8.330	POUO	262729/75	1975-76
Pró Musica de Curitiba	8.342	PDAC	1105/74	1974
Pró Reitores de Extensão e Assessores de Cultura	8.552	CSEN		1980
Pró-Arte – Sociedade Artes Letras e Ciências – RJ – Auxílio Financeiro Curso Férias	8.366	PDAC	840/77	1977
Pro-Arte Sociedade de Artes, Letras e Ciências	8.346	PDAC	1677/74	1974-75
Prob. De Pessoal da BN (Departamento Administração)	8.368	POUO	227892/77	1977-78
Processo Administrativo	8.366	PDAC	726/77	1977
Processo Administrativo - Furto	8.359	PDAC	1768/76	1976-77
Processo Administrativo Obras MNBA	8.366	PDAC	729/77	1977

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Processo Francisco das Chagas P. da Silva – Substituição provisório do Diretor da Biblioteca Nacional	8.436	DEPS	258461	1977-80
Processo Maria Izabel de Andrade Abreu / Afastamento do País	8.436	DEPS	78.885/56	1954-81
Processo: Paulo Condorcet Barbosa / Tempo de Serviço	8.435	DEPS	7806/65	
Procuradoria de Fazenda Nacional	8.365	PDAC	424/77	1977-79
Procuradoria de Fazenda Nacional – DF – Codebrás – Taxa de Ocupação Imóvel	8.365	PDAC	424/77	1977-79
Prodasec / SEAC	8.460	PPES		1980
Prodasec / Urbano	8.460	PPES		1979-80
Prodasec / Urbano – Portaria Nº 01	8.460	PPES		1980
Produção Cinematográfica R. F. Farias Ltda – Relação de Filmes Realização Co Produção	8.363	PDAC	047/77	1977-79
Produção Cultural de Sobrevivência Simbólica	8.455	PPES		1980
Produção Cultural nas Periferias Urbanas	8.457	PPES		-
Produções Cezar Nunes Ltda - RJ	8.325	PDAC	1651/75	1975
	8.326	PDAC	1652/75	1975
	8.326	PDAC	1653/75	1975
	8.326	PDAC	1654/75	1975
Produções Cinematográficas	8.340	PDAC	829/74	1974
	8.340	PDAC	830/74	1974-75
Produções Cinematográficas – Solicita Ajuda de Custo	8.361	POUO	3081/74	1974-76
Produções Cinematográficas Mapa Ltda	8.344	PDAC	1332/74	1974
Produções Cinematográficas R. F. Farias Ltda – 4º Festival Cinema Brasil – Gramado	8.352	PDAC	463/76	1976
Produções Edições Publicidade SIC	8.322	PDAC	1555/75	28 a 29/07/1975
Produções Flab S/C Ltda	8.338	PDAC	788/74	1974
Produtora Brasileira de Filmes Ltda – RJ	8.320	PDAC	1444/75	1975
Prof Eduardo Mattos Portella	8.496	DDGS		-
Prof João Roberto Moreira	8.506	DPNE		1963-71
Prof Joaquim da Costa Pinto Netto	8.456	PPES		1980
Programa Ação Cultural Plantas – Layout – Edifício sede Brasília	8.507	DPNE		1980
Programa Apoio ao Livro	8.373	SEAC	564/79	1979
Programa Básico de Atividades – FUNARTE	8.445	ORÇP		1977
Programa Bolsa Trabalho - Arte	8.365	PDAC	479/77	1977
	8.365	PDAC	535/77	1977
	8.487	PPES		1978
	8.489	PPES		1977
	8.308	PPES		1977
	8.355	PDAC	1080/76	1976
	8.355	PDAC	1081/76	1976-77

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Programa Bolsa Trabalho – Arte	8.355	PDAC	1082/76	1976
	8.355	PDAC	1083/76	1976
	8.355	PDAC	1084/76	1976
	8.355	PDAC	1085/76	1976-77
	8.355	PDAC	1086/76	1976
	8.356	PDAC	1240/76	1976-77
	8.365	PDAC	394/77	1977
	8.365	PDAC	528/77	1977
	8.365	PDAC	536/77	1977
	8.365	PDAC	620/77	1977
	8.365	PDAC	621/77	1977
	8.365	PDAC	624/77	1977
	8.366	PDAC	642/77	1977
	8.366	PDAC	643/77	1977
	8.366	PDAC	644/77	1977
	8.366	PDAC	645/77	1977
	8.369	SEAC	146/78	1978
	8.369	SEAC	264/78	1978
	8.369	SEAC	316/78	1978
	8.369	SEAC	317/78	1978
	8.369	SEAC	330/78	1978
	8.485	PPES		1976
	8.308	PPES		1981
	8.484	PPES		-
	8.375	PSEC	95/80	1980
	8.375	PSEC	96/80	1980
	8.375	PSEC	97/80	1980
	8.375	PSEC	98/80	1980
	8.375	PSEC	99/80	1980
	8.375	PSEC	100/80	1980
	8.375	PSEC	101/80	1980
	8.375	PSEC	102/80	1980
	8.375	PSEC	103/80	1980
	8.375	PSEC	104/80	1980
	8.375	PSEC	120/80	1980
Programa Caráter Cultural	8.331	POUO	5793/73	1973-74
Programa Cultural Centro Cultural Candido Mendes	8.371	POUO	1012/78	1978-79

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Programa Cultural da Biblioteca Nacional /1977	8.363	PDAC	055/77	1977-79
Programa Cultural Produzido pela TVE	8.376	PSEC	477/80	1980
Programa de Ação Cultural	8.438	PNAC		1980
Programa de Ação Cultural (PAC) - Diversos	8.437	PNAC		1973-74
Programa de Ação Cultural das Unidades	8.444	ORÇP		1973
	8.444	ORÇP		1973-74
	8.444	ORÇP		1974
Programa de Ação Cultural das Unidades - Orçamento	8.444	ORÇP		1973
Programa de Ação Cultural das Unidades – Proposta do Grupo Tarefa	8.444	ORÇP		1973-74
Programa de Ação Cultural das Unidades – Resumo	8.444	ORÇP		1973-74
Programa de Ação Cultural para as Áreas dos Grandes Projetos Econômicos – Jarí, Carajás, etc	8.438	PNAC		1980
Programa de Ações Sócio Educativas e Culturais para Populações Carentes do Meio Urbano – Prodasec /Urbano	8.460	PPES		1979-80
Programa de Ações Sócio–Educativas Cultura para Populações Carentes do Meio Urbano	8.398	DDIV	11	1980
Programa de Acompanhamento dos Projetos de Desenvolvimentos	8.445	ORÇP		1974
Programa de Cooperação Técnica Brasil / França	8.393	DDIV	89	1981
Programa de Preservação – Relatório – Programa Atividade	8.571	DDIV		1961-81
Programa de Teatro de Periferia	8.458	PPES		1980
Programa Departamento Assuntos Culturais – Pró-Reitoria	8.555	REAT		1979
Programa Especial Bolsa Arte - UFBA	8.353	PDAC	749/76	1976
Programa Especial Bolsa Trabalho / Extensão	8.487	PPES		1976
Programa Especial Bolsa Trabalho / Extensão – MEC – DAE – DAU - DAC	8.487	PPES		1976
Programa Nacional de Ações Sócio Educativas e Culturais para o Meio Rural - Pronasec / Rural	8.459	PPES		1979-80
Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – Recife	8.459	PPES		1978
Programa Nacional de Teleducação – Prontel	8.333	PDAC	178/74	1974
Programa Nacional de Teleducação – Prontel – Programação Amazônia – RadioBrás	8.358	PDAC	1715/76	1976-77
Programa Operativo Anual – Capacitação de RH – POA	8.445	ORÇP		1976
Programa Operativo Anual – CDF (Campanha Defesa do Folclore)	8.444	PNAC		1973
Programa Operativo Anual – IPHAN	8.444	PNAC		1973
Programa Operativo Anual – Museus / IPHAN / CDF (Campanha Defesa do Folclore)	8.444	PNAC		1973
Programa Operativo Manual - POA	8.443	PNAC		1972
Programa Serviço Radio Difusão Educativa	8.370	SEAC	357/78	1978-79
Programa sobre Formação de Bandas	8.361	POUO	3898/74	1974
Programa Universidade Integrada Regional da Cultura	8.379	PSEC	230958/80	1980
Programa Universitário de Integração Regional da Cultura (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	217008/79	1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Programação Amazônia – RadioBrás	8.358	PDAC	1715/76	1976-77
Programação BN / INL / Casa de Rui Barbosa / Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro / FUNARTE / SNT / Museu Imperial / MHN / Museu Villa Lobos / Instituto Joaquim Nabuco / MNBA / Concine	8.440	PNAC		1980-85
Programação de Rádio e Televisão (FINPS)	8.459	PPES		1980
Programação Eventos	8.376	PSEC	461/80	1980
Programação Financeira	8.445	ORÇP		1976
Programação SER	8.440	PNAC		1980-85
Projeto "A Política e Cultura nas Relações Brasil - África"	8.373	SEAC	636/79	1979
Projeto "Apoio às Produções Literárias do Amapá"	8.377	PSEC	844/80	1980
Projeto "Cinema e Cultura" (Conselho Federal de Cultura)	8.360	POUO	256/74	1974-76
Projeto "Cinema Itinerante"	8.373	SEAC	951/79	1979-80
Projeto "Cultural 1977"	8.365	PDAC	507/77	1977-79
Projeto "Estórias para Crianças" (FUNARTE)	8.374	POUO	1625/79	1979-81
Projeto "Museu dos Coronéis"	8.373	SEAC	737/79	1979
Projeto "Museu Integrado do Pará"	8.367	PDAC	1017/77	1977-78
Projeto "O Inconsciente Coletivo Literatura Micro Região Campina Grande"	8.381	PSEC	303/81	1981
Projeto "Simpósio Sobre Francofonia"	8.373	SEAC	1003/79	1979-80
Projeto Acervo Cultural	8.363	PDAC	082/77	1977
Projeto Aperfeiçoamento Substituição Informações Estatísticas	8.456	PPES		1980
Projeto Arqueológico Lerroville	8.363	PDAC	131/77	1977-79
Projeto Assistência Judiciária às Associações Comunitárias	8.376	PSEC	451/80	1980
Projeto Audiovisual IV Centenário Morte Luis de Camões	8.376	PSEC	366/80	1980
Projeto Blocos – Periferia de Salvador	8.459	PPES		1980
Projeto Bolsa Extensão	8.355	PDAC	1125/76	1976
	8.355	PDAC	1126/76	1976
Projeto Capacitação Recursos Humanos para Área Cultura	8.377	PSEC	853/80	1980
Projeto Casa do Artesão e Cooperativa dos Artesãos de Lages / SC	8.455	PPES		1980
Projeto Casa Juvenal Galeano / Ceará	8.370	SEAC	439/78	1978
Projeto Centro Brasileiro de Informações e Desenvolvimento Cultural	8.372	SEAC	242/79	1979
Projeto Centro Cultural / PB	8.396	DDIV	49	1977
Projeto Ciência e Cultura Popular	8.378	PSEC	1400/80	1980-81
Projeto Cineduc / Ligação FCBTUE	8.459	PPES		1980
Projeto Cinema na Taça (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	489/74	1974-76
Projeto Cinematográfico	8.381	PSEC	67/81	1981
Projeto Circuito de Expansão Artística Popular do Nordeste	8.459	PPES		1980
Projeto Circuito Escolar	8.456	PPES		1979-83

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Projeto Construção Biblioteca Pública, Museu e Auditório	8378	PSEC	1104/80	1980
Projeto Corredor Cultural	8.457	PPES		1979-80
Projeto Criação Clube de Rua	8.377	PSEC	876/80	1980
Projeto Criação de Clube de Rua no Leme – S/D	8.457	PPES		-
Projeto Cultural	8.399	DDIV	23	1980
Projeto Cultural Plano Nacional de Cultura	8.380	POUO	4686/73	1973-74
Projeto Cultural Porto Seguro	8.377	PSEC	865/80	1980-81
Projeto Curso Preparatório e Treinamento Pessoal Museus	8.373	SEAC	735/79	1979-80
Projeto Cursos Ligados à Cultura e à Arte	8.377	PSEC	789/80	1980
Projeto de Bolsa Ofertadas pela Mudes	8.381	PSEC	88/81	1981
Projeto de Capacitação de Recursos Humanos para Área de Cultura	8.449	DDIV		1976
Projeto de Dança e Música para Alunos Rede Estadual de Ensino	8.377	PSEC	688/80	1980
Projeto de Desenvolvimento Cultural Através da Educação	8.393	DDIV	84	1980
Projeto de Interiorização das Atividades Culturais do MEC	8.396	DDIV	54	1979
Projeto de Lei 128 de 1980 – Deduções Impostos para fins Culturais	8.393	DDIV	82	1980
Projeto de Lei nº 55/79 (Gabinete do Ministro)	8.374	POUO	280/79	1979-80
Projeto de Lei sobre Música Brasileira nas Rádios, Casas Noturnas	8.452	DDIV		1979
Projeto de Pesquisa	8.455	PPES		1978
Projeto de Pesquisa – Produção Cultural nas Periferias Urbanas	8.457	PPES		-
Projeto de Pesquisa "Da Importância de André Rebouças como Reformador Social"	8.455	PPES		1978
Projeto de Pesquisa: O Papel da Cultura na Formação da Força de Trabalho da População	8.459	PPES		1980
Projeto Desenvolvimento Cultural Área Nordestes	8.376	PSEC	420/80	1980-81
Projeto Desenvolvimento Educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)	8.374	POUO	706/79	1979
Projeto Didacta	8.499	DAVL		1975
	8.499	DAVL		1972
Projeto Didático Cultural	8.376	PSEC	460/80	1980
Projeto Dinamização Sócio Cultural das Cidades Patrimônio	8.457	PPES		1979
Projeto Divulgação da Cultura e das Artes de Santa Catarina	8.375	PSEC	206/80	1980
Projeto Divulgação Dif. Hist. Rio Grande do Norte	8.381	PSEC	220/81	1981
Projeto do Sistema de Documentação e de Divulgação da Vida e Obra Pintora Djanira	8.399	DDIV	19	1978
Projeto e Fichas de Avaliação	8.308	PPES		1979
Projeto Educação – Produção em áreas urbanas de População Carente	8.398	DDIV	09	1980
Projeto Educação Artística	8.369	SEAC	152/78	1978
Projeto Equipar Sala Leitura da UFP	8.367	PDAC	1006/77	1977-79
Projeto Estadual Pesquisa Cultura Local / Roraima	8.381	PSEC	196/81	1981

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Projeto Estágio Aplicação Artes Plásticas	8.369	SEAC	122/78	1978
Projeto Formação de Profissionais	8.375	PSEC	124/80	1980-81
Projeto Fortaleza: A Cultura da Sobrevivência	8.455	PPES		1980
Projeto Fundação Joaquim Nabuco	8.459	PPES		1979-80
Projeto Fundação Joaquim Nabuco – As Manifestações Culturais na Zona Canavieira de Pernambuco	8.459	PPES		1979-80
Projeto História e Cinema – Bandidos Sociais no Brasil	8.459	PPES		1980
Projeto História e Cinema: Bandidos Sociais no Brasil	8.375	PSEC	125/80	1980-81
Projeto I do Programa de Teatro de Periferia	8.377	PSEC	625/80	1980
Projeto I Painel de Cultura Brasileira	8.381	PSEC	310/81	1981
Projeto I Semana Literatura Brasileiro	8.369	SEAC	127/78	1978
Projeto II Congresso Patologia Região Centro-Leste	8.375	PSEC	262/80	1980
Projeto III Festival Inverno	8.376	PSEC	331/80	1980
Projeto Implantação Orquestra Câmara Estado do Amazonas	8.353	PDAC	740/76	1976
Projeto Interiorização Cultural Estado do Pará	8.376	PSEC	270/80	1980
Projeto Interiorização de Atividades Culturais	8.457	PPES		1980
Projeto Inventário dos Bens Culturais Móveis e Imóveis do Estado do Rio Grande do Norte	8.458	PPES		1980
Projeto Investigação Participativa na Lagoa do Piotó – Rio Grande do Norte	8.459	PPES		1980
Projeto IX Curso Internacional de Música	8.356	PDAC	1282/76	1976
Projeto Juventude – Paulo Henrique A. Pinto	8.396	DDIV	48	1979
Projeto Levantamento das Entidades Culturais e das Fontes de Apoio – Financiamento Área Cultural	8.458	PPES		1982
Projeto Literatura Potiguar – Ficção	8.458	PPES		1980
Projeto Literatura Potiguar / I Festival de Emboladores do RN	8.396	DDIV	52	1980
Projeto Manaíra	8.396	DDIV	51	1979
Projeto Manifestação Artística, Religiosa e Recreativas na Favela da Mangueira	8.455	PPES		1980
Projeto Manifestações Culturais e Produção de Sobrevivência Região Metropolitana Recife	8.455	PPES		1980
Projeto Mapeamento Manifest. Ligados a Folk Music Estado Rio Grande do Norte	8.363	PDAC	083/77	1977
Projeto Meigão – Movimento de Educação Integrada Gente Amiga	8.456	PPES		1980-81
Projeto Meio-Rural	8.438	PNAC		1979-80
Projeto Memória	8.484	PPES		1982
Projeto Memória /1981	8.381	PSEC	47/81	1981
Projeto Memória História das Camadas Populares de Niterói	8.459	PPES		1980
Projeto Memória Histórica das Camadas Populares de Niterói	8.455	PPES		1979
Projeto Memória Histórica das Camadas Populares de Niterói	8.455	PPES		1980
Projeto Microfilmagem dos Jornais DES / Coleções Oferec. Acervos Sobre Setor (Seção de Comunicações /MEC)	8.368	POUO	109924/77	1977-79

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Projeto Minerva	8.402	REAT		1970
	8.403	REAT		1972
	8.407	REAT		1977
Projeto Minerva – Rio	8.329	POUO	235547/75	1975
Projeto Monteiro Lobato	8.378	PSEC	1000/80	1980-81
Projeto Museu Universitário	8.370	SEAC	502/78	1978
Projeto Musica Câmara Bolsistas – II Grau	8.369	SEAC	103/78	1978
Projeto Musica para a Juventude	8.380	POUO	4883/73	1973-74
Projeto Núcleos Culturais em Grandes Empresas - Projeto	8.499	DAVL		1975
Projeto Obra da Pintora Djanira	8.372	SEAC	471/79	1979
Projeto Operação Cultural	8.381	PSEC	123/81	1981
Projeto para Criação da Assessoria Especial da Cultura as IES – ASEC – IES Plano Trabalho	8.485	PPES		1976
Projeto Periferia	8.396	DDIV	50	-
Projeto Pesquisa	8.456	PPES		1980
	8.457	PPES		1978
Projeto Pesquisa "O Papel Educação Cultura Estrutura de Comunicação Social"	8.378	PSEC	1214/80	1980
Projeto Pesquisa "Uma Proposta à Formulação de Indicadores Culturais a Partir Estudos Áreas Carentes"	8.456	PPES		1980
Projeto Pesquisa Circuito Piloto / Projeto Circuito Escolar	8.456	PPES		1979-83
Projeto Pesquisa para Obtenção de Indicadores Culturais	8.456	PPES		1980
Projeto Pesquisa: Avaliação Sócio Antropológica dos Centros Sociais Urbanos Norte e Nordeste	8.457	PPES		1978
Projeto Pesquisas Criadores Litoral Rio Grande do Sul	8.375	PSEC	210/80	1980
Projeto Piloto de Educação Pluri-Cultural / Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil	8.456	PPES		1979
Projeto Pindaré Gurupi	8.399	DDIV	22	1979
Projeto Placas Cívicas, Biográficas e Informativas	8.379	PSEC	220137/80	1980
Projeto Plurianual – 1980 / SEAC	8.398	DDIV	08	1980
Projeto Prefácios de Romances Brasileiros	8.375	PSEC	233/80	1980
Projeto Preservação das Tradições Musicais Brasileiras Através do Ensino e Comum. Contemporânea	8.455	PPES		-
Projeto Preservação Memória Fotográfica Feira Santana (FUNARTE)	8.379	POUO	1300/80	1980-81
Projeto Programa Ação Cultural Museu Arte da Furne	8.369	SEAC	11/78	1978-79
Projeto Programa de Teatro de Periferia	8.458	PPES		1980
Projeto Programas ao Vivo nas Estações Rádio no Brasil	8.372	SEAC	425/79	1979
Projeto Prosa e Verso	8.456	PPES		1982
Projeto Regional de Desenvolvimento e Educação na América latina e Caribe	8.398	DDIV	14	1980
Projeto Revitalização do Mercado Municipal de Ouro Preto	8.457	PPES		1981
Projeto Rondon	8.321	PDAC	1506/75	18/07 a 19/02/1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Projeto Rondon – Campus Avançado	8.455	PPES		1981
Projeto Rondon - Diversos	8.458	PPES		1980
Projeto Salão Nacional Artes Plásticas	8.366	PDAC	781/77	1977-79
Projeto Subregional Formação RH – Política e Administração Cultural América Latina	8.450	DDIV		1981-82
Projeto Thesaurus Internacionais de Ciências Sociais – Casa Rui Barbosa	8.459	PPES		1977
Projeto Tiradentes	8.456	PPES		1979-81
Projeto Universidade	8.486	PPES		1976
	8.487	PPES		1977
Projeto Universidade - FUNARTE	8.457	PPES		1979
Projeto: Indicadores Culturais Morro São Carlos, Caxias e Irajá	8.456	PPES		1980
Projetos - Universidade Federal do Espírito Santo	8.553	REAT		1978
Projetos de Diversas Instituições Culturais	8.457	PPES		1980
Projetos Próprios da SEAC – Coord. Patrimônio Cultural – Formação de Profissionais	8.394	DDIV	79.2	1981
Projetos Próprios das SEAC	8.393	DDIV	79.3	1981
	8.394	DDIV	79.1	1981
Projetos: Casa de Rui Barbosa, Embrafilme, Fundação Joaquim Nabuco, SNT, INL, MHN	8.438	PNAC		1981
Pró-Musica de Curitiba	8.360	POUO	265464/74	1974-75
	8.345	PDAC	1450/74	1974
Pró-Música de Curitiba – PR – Solicita Verba e Andamento Processo nº 254246/74 (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5965/74	1974-75
Pronasec / Rural	8.459	PPES		1980
	8.459	PPES		1979-80
Pronec – DAC (Seção de Comunicações /MEC)	8.371	POUO	274634/78	1978-79
Prontel – Programa Nacional de Teleducação	8.334	PDAC	349/74	1974
PRONTEL / PROGRAMA NACIONAL DE TELEDUCAÇÃO	8.333	PDAC	178/74	1974
Pronunciamento Execução Projeto Pesquisas	8.377	PSEC	563/80	1980-81
Prop. Projeto Primeira Amostragem Novos Talentos Música Brasileira e Feiras Livre Cult. (FUNARTE)	8.379	POUO	147/80	1980
Proposta Aumento de Diret. Embrafilme	8.362	POUO	214577/76	1976
Proposta Concurso de Presépios	8.378	PSEC	1007/80	1980
Proposta Contratação 10 Palestras Música Popular Brasileira	8.375	PSEC	131/80	1980
Proposta de Análise da Influência da Platéia	8.458	PPES		1981
Proposta de Criação Efetiva Assessoria Especial de Cultura – DAC	8.455	PPES		1976
Proposta de Revitalização dos Conselhos Estaduais de Cultura	8.459	PPES		1980
Proposta de Trabalho Conjunto Prodasec /SEAC	8.460	PPES		1980
Proposta do Grupo Tarefa	8.444	ORÇP		1973-74

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Proposta Museu de Arte [..]	8.508	DDIV		1972-78
Proposta para a Universidade	8.455	PPES		1980
Proposta para Reunião de Coordenadores do Projeto Universidade	8.486	PPES		1976
Proposta Pesquisa "A Umbanda no Rio de Janeiro" em 1980	8.377	PSEC	682/80	1980
Proposta Programas Musicais	8.379	PSEC	238166/80	1980
Proposta Realização Concerto	8.369	SEAC	61/78	1978
Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários – Núcleo de Pesquisas e Documentos da Cultura Popular	8.555	REAT		1980
Pró-Reitoria para Assuntos do Interior - PB	8.553	REAT		-
Protocolo de Intenções	8.485	PPES		1975
Protocolo Geral DAC – MEC – Suspensão Malotes do DAC	8.371	SEAC	856/78	1978
Prov. Obras Prof. Matteo C.	8.381	PSEC	256/81	1981
PSECD, III	8.440	PNAC		1979
PSECD, III – Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto	8.440	PNAC		1980-82
Publicação - Extratos e Convênio IES	8.489	PPES		1977
Publicação Diário Oficial	8.489	PPES		1977
Publicação Livro	8.381	PSEC	264/81	1981
	8.383	PSEC	222358/81	1981
Publicação Livro "O Paralítico"	8.378	PSEC	1072/80	1980-81
Publicação Portaria	8.380	POUO	215438/71	1971
PUC /RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	8.492	PPES		1977
Quadro Demonstrativo das Aplicações de Recursos / SEAC	8.446	ORÇP		1980
Quadro Nossa Senhora das Graças ao Museu Nacional	8.354	PDAC	831/76	1976
Quarteto Boherini – Arlindo F. Penteado	8.315	PDAC	0933/75	1975
Quarteto Guanabara	8.306	PDAC	0171/75	1975
Queixa Crime	8.363	PDAC	106/77	1977
Questionário da Unesco sobre Desenvolvimento Políticas Cultura Américas Latinas/Caraíbas	8.393	DDIV	90	1980
Questionário para Estatísticas de Cultura – Prof Joaquim da Costa Pinto Netto	8.456	PPES		1980
Quimigráfica Mayer Ltda	8.328	PDAC	2303/75	1975-80
Quinteto Armorial	8.312	PDAC	0799/75	1975
Quinteto Bocherini – Stanislaw Smilgin	8.315	PDAC	0932/75	1975
Quinteto de Sopros de Porto Alegre	8.311	PDAC	0744/75	1975
Quinteto Paulistano de Metais – SP	8.328	PDAC	2432/75	1975-75
Rachel Esther Figner Sisson – RJ	8.326	PDAC	1664/75	1975
Rádio – Difusão e Educação	8.552	CSEN		1973
Rádio - Projeto Minerva	8.329	POUO	235547/75	1975
	8.363	PDAC	125/77	1977-79

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Rádio Açoriana Ltda – Taquari – RS – Exemplar de Programa Educativo (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4289/74	1974
Rádio Açoriana Ltda (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4289/74	1974
Rádio Clube de Pouso Alegre S/A	8.340	PDAC	861/74	1974
Rádio Educadora	8.403	REAT		1973
Rádio Educativa - BSB	8.402	REAT		1971
Rádio MEC (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1663/74	1974
Rádio Ministério da Educação – Serviço de Rádio Difusão Educativa – Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – Programação TV Educativa	8.502	DDIV		1971-79
Rádio Tabajara de Londrina – PR – Transmissão Rádio MEC (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1663/74	1974
Radiodifusão Educativa	8.410	REAT		1980-81
Radiodifusão Educativa - Projeto Minerva	8.403	REAT		1972
	8.407	REAT		1977
Raiz Produções Cinematográficas Ltda – SP	8.321	PDAC	1532/75	22 a 28/07/1975
Ramon Alvarado Produções Cinematográficas	8.319	PDAC	1394/75	1975
	8.340	PDAC	829/74	1974
Raquel Trindade de Souza	8.347	PDAC	1704/74	1974
Readaptação Funcionário	8.380	POUO	1129/64	1964-65
Realização de Programa Comemorativo	8.380	POUO	195/69	1969
Realização Encontro de Pres UFJF – UFOP – UFMG	8.354	PDAC	822/76	1976
Realização Recitais no Brasil do PAC – DAC	8.380	POUO	253391/73	1973-74
Recebimento OF nº 227/77 (Seção de Comunicações /MEC)	8.368	POUO	211830/77	1977-79
Recife	8.455	PPES		1980
	8.456	PPES		1979
	8.459	PPES		1978
	8.479	CDES		1980
Recife – Rio de Janeiro – Rio Grande do Norte – Rio Grande do Sul – Roraima – Santa Catarina – São Paulo – Sergipe (Correspondências)	8.479	CDES		1980
Reconhecimento Qualidade Didática Discos e Fitas Inf.	8.377	PSEC	910/80	1980-81
Reconhecimento Qualidade Didática Discos Ensino Inglês e Francês	8.377	PSEC	743/80	1980
Reconstrução e Reativação da Aldeia de Arcozelo – Vassouras – RJ	8.396	DDIV	64	1979
Recortes de Jornais	8.411	DIMP		1969,70,72 -74
	8.412	DIMP		1973
	8.413	DIMP		1973-74
	8.414	DIMP		1974
	8.415	DIMP		1974
	8.416	DIMP		1973-75
	8.417	DIMP		1975
	8.418	DIMP		1974-76

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Recortes de Jornais	8.419	DIMP		1976
	8.420	DIMP		1975,79
	8.421	DIMP		1975,79-81
	8.422	DIMP		1976-77, 79-81
	8.423	DIMP		1974
	8.424	DIMP		1980
	8.425	DIMP		1980
	8.426	DIMP		1980-81
	8.427	DIMP		1980-81
	8.428	DIMP		1980-81
	8.429	DIMP		1981-82
	8.430	DIMP		1982
	8.389	POUO		1969-75
	8.390	POUO		1969-75
	8.391	POUO		1969-75
	8.392	POUO		1969-75
Recuperação Piano Stenway	8.370	SEAC	346/78	1978
Recurso para Obras Museu Arqueológico – RS	8.362	POUO	221052/76	1976-77
Recursos / Orçamentos / SEAC	8.396	DDIV	71	1980
Rede Globo – Delegacia Regional de MG – Auxílio Financeiro	8.353	PDAC	737/76	1976
Redistribuição de Servidor (Seção Comunicações /MEC)	8.362	POUO	259592/76	1976-77
Região Norte	8.551	CSEN		1976
	8.551	CSEN		1980
Região Norte – Governo do Estado do Amazonas	8.554	REAT		1979
Regimentos – Campanha de Defesa do Folclore	8.385	RROR		-
Regimentos – Casa de Rui Barbosa	8.385	RROR		-
Regimentos – Comissão de Belas Artes	8.385	RROR		-
Regimentos – DAC / SEAC / SEC	8.384	RROR		1971-80
Regimentos – Instituto Joaquim Nabuco	8.385	RROR		-
Regimentos – IPHAN	8.385	RROR		-
Regimentos – Museu da República	8.384	RROR		1940-81
Regimentos – Museu Histórico Nacional	8.384	RROR		1940-81
Regimentos – Museu Imperial	8.384	RROR		1940-81
Regimentos – Museu Nacional de Belas Artes	8.384	RROR		1940-81
Regimentos – Museu Villa Lobos	8.384	RROR		1940-81
Regimentos – Serviço de Rádio Difusão Educativa	8.385	RROR		1937-
Regimentos / Organogramas / Reorganização – Portarias / Decretos / Leis – DAC / SEAC / SEC	8.384	RROR		1971-80

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Regimentos e Estatutos dos Órgãos Subordinados e Vinculados da SEAC	8.388	RROR		-
Regina Lacerda	8.332	PDAC	134/74	1974
Regiões Culturais	8.497	DDGS		-
Registro CRB / Conselho Regional de Biblioteca	8.367	PDAC	916/77	1977
Registro do Ponto – Assessoria Técnica DAC	8.431	DEPS		1971
Registro do Ponto – Funcionário do DAC	8.431	DEPS		1975
Registro do Ponto – Gabinete do Diretor Geral DAC	8.431	DEPS		1975
Registro do Ponto – Setor Serviços Gerais DAC	8.431	DEPS		1974
Registro Textual das Gravações do Encontro Bolsa / Arte	8.486	PPES		1978
Regulamentação da Profissão de Artista e Técnico de Teatro	8.499	DAVL		1973
Relação de Eventos	8.445	ORÇP		1975
Relação dos Beneficiados com Verba FUNARTE	8.359	POUO	038/76	1976-77
Relações Luso-Brasileiras	8.400	DDIV	35	1980
Relatório	8.487	PPES		1977
Relatório – DAE	8.308	PPES		1979
Relatório – Encontro Regional – Universidades Nordeste	8.308	PPES		1979
Relatório - Estado do Mato Grosso do Sul	8.555	REAT		1980
Relatório – MEC – SEAC – DAE	8.308	PPES		1979
Relatório – Pesquisa das Atividades Artesanais em Tracunhaém	8.456	PPES		1981
Relatório – SEAC	8.308	PPES		1979
Relatório Atividades Desenvolvidas	8.375	PSEC	242/80	1980
Relatório da CATRA (Coordenação de Assistência Técnica para a Reforma Administrativa) – Relatório Fundação Ford – Assuntos Diversos – Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos	8.568	DDIV		1973 1975-80 1976-78 1977-81 1978
Relatório da Comissão Especial Quanto ao Vestibular de 1980	8.396	DDIV	62	1979-80
Relatório da Diretoria da Escolinha de Arte do Brasil	8.554	REAT		1972
Relatório de Atividades Culturais	8.555	REAT		1979
Relatório de Atividades Desenvolvidas exercício 78 – referente conv. DAC	8.372	SEAC	32/79	1979
Relatório de Atividades Universidade Federal de Minas Gerais	8.553	REAT		1977
Relatório de Estagiários e Contratados / BN	8.373	SEAC	936/79	1979
Relatório de Viagens	8.436	DEPS		1979
Relatório de Viagens - SEAC	8.400	DDIV	27	1980
Relatório do Encontro Nacional de Educação Artística	8.451	DDIV		1971
Relatório do Grupo de Trabalho Criado pela Portaria 596/20/06/1979 Senhor Ministro Educação e Cultura	8.398	DDIV	10	1979
Relatório do Presidente do Instituto Brasileiro de Educação – Ciência Cultura	8.555	REAT		1974-75
Relatório do Vice-Presidente do IBECC para os Assuntos Administrativos Ano /1974 (Relatórios de Outras Entidades)	8.555	REAT		1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Relatório e Programação	8.555	REAT		1980-81
Relatório Fundação Ford	8.568	DDIV		1973 1975-80 1976-78 1977-81 1978
Relatório Fundação Universidade do Amazonas	8.308	PPES		1976
Relatório II Encontro Nacional de Supervisores Chefes – MEC – DNE	8.551	CSEN		1965
Relatório Legislativo	8.409	REAT		1978-79
Relatório MEC / DAC	8.409	REAT		
Relatório Período Janeiro a Dezembro /1980 e Outros Documentos	8.485	PPES		1977-79
Relatório Pesquisa para Obtenção de Indicadores Culturais	8.456	PPES		1980
Relatório Programa Bolsa / Trabalho	8.308	PPES		1977
Relatório Reconhecimento de Instituição de Ensino de Música	8.506	DPNE		1963-71
Relatório SEC – Coordenação de Apoio ao Ensino / Subcoord. Atividades Culturais	8.553	REAT		1979
Relatório Secretaria de Educação do Rio de Janeiro – Parecer SEAC	8.554	REAT		1979
Relatório Situação do Prédio Palácio Catete (Departamento Administração / contém fotografias]	8.368	POUO	260919	1977-79
Relatório sobre Situação Arquivo Público de Alagoas	8.457	PPES		1976
Relatório Teatro Prezewodowski (Serviço Nacional de Teatro)	8.360	POUO	041/74	1974
Relatório Técnico	8.454	PPES		1977
	8.454	PPES		1975
Relatório UFRJ – Dança Moderna – Helenita SA Earp	8.453	DDIV		1973
Relatório Visita Sra Laura Alvim sobre Doação de Prédio ao MEC	8.499	DAVL		1979
Relatório XX Sessão Conferência Geral	8.377	PSEC	671/80	1980
Relatórios	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
	8.484	PPES		1978
	8.494	PPES		1976-77
Relatórios – Atividade CAPES / Secretaria Geral	8.402	REAT		1967
Relatórios – Campanha Nacional Educação	8.402	REAT		1967
Relatórios – Campanha Nacional Material Ensino	8.402	REAT		1967
Relatórios – Divisão Educação Física MEC	8.402	REAT		1967
Relatórios – Fundação Casa de Rui Barbosa	8.402	REAT		1967
Relatórios – I Nac. Cinema / DAC / MEC / DNE / MHN / Grupo Tarefa / SER / Projeto Minerva	8.402	REAT		1970
Relatórios – MEC / Departamento Nacional de Educação	8.401	REAT	-	1964-66
	8.401	REAT	-	1967
	8.401	REAT	-	1968

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Relatórios – Museu Imperial	8.402	REAT		1970
Relatórios – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	8.402	REAT		1967
Relatórios – Secretaria Geral do MEC - Gildásio Amaral	8.402	REAT		1967
Relatórios (Unesco)	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
Relatórios de Viagens e Atividades - Prodasec /Urbano	8.460	PPES		1980
Releases	8.481	CDES		1972
Remoção de Servidores da SEAC	8.436	DEPS		1981-82
Renato Frateschi	8.306	PDAC	0161/75	1975
Renato Rocha – Cantor	8.310	PDAC	0692/75	1975
Renato Rocha e Outro	8.334	PDAC	308/74	1974
Renato Rodrigues	8.349	PDAC	2141/74	1974
Renovação Ficha Cadastro	8.352	PDAC	461/76	1976
Reorganização – DAC / SEAC / SEC	8.384	RROR		1971-80
Reorganização do MEC - Setores Culturais	8.387	RROR		-
	8.388	RROR		-
Repasse Verba Pagamento Estagiários	8.375	PSEC	251/80	1980
Requisição de Funcionário	8.355	PDAC	1113/76	1976-77
Requisição Servidor	8.362	POUO	233081/76	1976
	8.370	SEAC	348/78	1978
Restauração Cidade Laranjeiras – IPHAN Diversos – Decreto Memorando – Movimento Interno	8.571	DDIV		1961
Restauração do Museu Nacional de Belas Artes para uso da FUNARTE	8.503	DDIV		1974-79
Restauração Prédio - Centro Tradições de Gaúchas David Canabarro - RS	8.380	POUO	200/73	1973
Resumo	8.444	ORÇP		1973-74
Resumo Indicativo da Programação para 1978 / MEC	8.446	ORÇP		1978
Resumo: BN / SNT / MNBA / SER	8.440	PNAC		1980-85
Retemec	8.481	CDES		1979
Retificação de Nome em Virtude de Casamento (Departamento de Pessoal do MEC)	8.362	POUO	201992/76	1976
Retificação Nome	8.362	POUO	242962/76	1976-81
Retificação Plano Classificação Cargos	8.362	POUO	249049/76	1976-80
Retificação Tempo Serviço	8.382	PSEC	207727/81	1981
Reunião Anual SBPC, 31ª – Fortaleza CE	8.372	SEAC	303/79	1979
Reunião de Coordenadores do Projeto Universidade	8.486	PPES		1976
Reunião Interamericana de Representantes, I - Setor Cultura/OEA e Washington	8.393	DDIV	86	1981

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Reunião Responsáveis Assuntos Culturais de Cada Estado (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	2137/74	1974
Reuniões de Dirigentes Estaduais e Municipais das Capitais – III PND - RJ	8.442	PNAC		Agosto/79
Revisão Qüinqüênio	8.379	PSEC	235331/80	1980-81
Revista "Alguma Poesia"	8.373	SEAC	594/79	1979
Revista Est. Ibero Americana	8.372	SEAC	69/79	1979-80
Revitalização dos Conselhos Estaduais de Cultura	8.394	DDIV	78	1980
Revolução 1923	8.501	DAVL	004//82	1982
Ricardo Cravo Albin	8.338	PDAC	727/74	1974-76
	8.365	PDAC	462/77	1977
Ricardo Cravo Albin – Proposta Contratação 10 Palestras Música Popular Brasileira	8.375	PSEC	131/80	1980
Ricardo Laualhos Produções Artística	8.343	PDAC	1226/74	1974
Rio de Janeiro	8.369	SEAC	05/78	1978
	8.442	PNAC		Agosto/79
	8.443	PNAC		1980
	8.456	PPES		1980
	8.468	CDES		1977
	8.472	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.479	CDES		1980
	8.480	CDES		1981-82
	8.551	CSEN		1980
Rio Grande do Norte	8.458	PPES		1980
	8.459	PPES		1980
	8.469	CDES		1977
	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.479	CDES		1980
	8.480	CDES		1981
Rio Grande do Norte – Dados Informativos	8.555	REAT		1980
Rio Grande do Sul	8.329	POUO	000116/75	1975-76
	8.331	POUO	693/72	1972-74
	8.332	PDAC	079/74	1974
	8.333	PDAC	173/74	1974
	8.341	PDAC	916/74	1974
	8.365	PDAC	394/77	1977
	8.367	PDAC	1141	1977-78
	8.370	SEAC	709/78	1978

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Rio Grande do Sul	8380	POUO	200/73	1973
	8.469	CDES		1977
	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.479	CDES		1980
	8.480	CDES		1981
Rita Alves Paixão – Cantora	8.316	PDAC	0941/75	1975
Rito – Produções Edições Publicidade SIC – ES – Vitória	8.322	PDAC	1555/75	28 a 29/07/1975
Roberto Daniel Martins Pereira	8.329	POUO	232246/75	1975-77
Roberto Darze	8.342	PDAC	2021/74	1974
Robson de Almeida Lacerda	8.436	DEPS		1975
Roland Henze – Produções Cinematográficas – RJ	8.321	PDAC	1535/75	23 a 28/07/1975
Roman B. Stulbach – RJ	8.326	PDAC	1676/75	1975
	8.326	PDAC	1677/75	1975
Romualdo Correa Porto	8.343	PDAC	1138/74	1974
Ronaldo Menegaz – Requisição Salário Família (Biblioteca Nacional)	8.379	POUO	1355/80	1980-81
Ronaldo Menegaz (Biblioteca Nacional)	8.379	POUO	1355/80	1980-81
Rondônia	8.480	CDES		1981
Rondônia – Plano de Educação, Cultura e Desporto – Relatório	8.555	REAT		1980-85
Roraima	8.479	CDES		1980
Rosalvo Pereira Leal – Interferência Festival de Música, Poesia e Concurso Contos – PR	8.373	SEAC	736/79	1979
ROSCHIR – Promoções Artísticas e Culturais Ltda e Eduardo Fernandes Odella - Violonista	8.311	PDAC	0710/75	1975
ROSCHIR – Promoções Artísticas e Culturais Ltda e Transas e Milongas - Recital	8.311	PDAC	0711/75	1975
ROSCHIR Promoções Artísticas e Culturais Ltda – Conjunto Santa Maria (Processo)	8.313	PDAC	0827/75	1975
ROSCHIR Promoções Artísticas e Culturais Ltda – Duo Violinistico Richter (Processo)	8.313	PDAC	0831/75	1975
ROSCHIR Promoções Artísticas e Culturais Ltda – Eustaquio Alves Grilo – Violonista (Processo)	8.313	PDAC	0828/75	1975
Rose Lacreta Produções Ltda – RJ	8.326	PDAC	1661/75	1975
Rosemas Damasceno Nazalli Seixas	8.331	POUO	223125/67	1967-81
Rotary Club de Caicó - RN	8.348	PDAC	2085/74	1974
Roteiro Pelo Brasil (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4864/74	1974
Roteiro Programa Bolsa Trabalho e Arte	8.485	PPES		1976
Rubens Brandão – Trompetista (Processo)	8.314	PDAC	0897/75	1975
Rudolf Kraft - Cantor	8.317	PDAC	0971/75	1975
Ruínas Murucututu	8.355	PDAC	1019/76	1976
Ruth Escobar Promoções Culturais – Auxílio Financeiro Montagem Edição e Laboratório	8.378	PSEC	1324/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Ruth Escobar Promoções Culturais – Projeto UT – FUNARTE	8.379	POUO	829/80	1980-81
Ruth Laus	8.341	PDAC	991/74	1974
	8.342	PDAC	1088/74	1974
Ruth Macedo Coelho - Certidão Tempo de Serviço	8.352	PDAC	472/76	1976-80
Ruth Sthaerke – Cantora Lírica	8.311	PDAC	0751/75	1975
Ruy Carlos Boamorte	8.309	PDAC	0512/75	1975-79
Ruy de Almeida Barbosa	8.347	PDAC	1757/74	1974
Ruy Improta – Painista	8.347	PDAC	1854/74	1974
Ruy Santos	8.340	PDAC	832/74	1974
S/A Jornal do Brasil	8.342	PDAC	1110/74	1974
Sabre de Honra General Osório	8.364	PDAC	323/77	1977
Saci Filmes Ltda – RJ	8.321	PDAC	1510/75	21/07/1975
	8.324	PDAC	1595/75	29 a 30/07/1975
Sala Cecília Meireles	8.333	PDAC	204/74	1974
	8.345	PDAC	1517/74	1974
Sala da Conjuntura	8.394	DDIV	77	1980
Salam. Cons. Editora Ltda – Auxílio Financeiro Edição Livro – A Escult. Popular Nordeste	8.372	SEAC	451/79	1979
Salamandra Consult. Editorial Ltda – Rio – Proposta Aquisição Exemplar Obra SOS Planeta Terra	8.372	SEAC	83/79	1979
Salão de Artes Plásticas, II	8.352	PDAC	291/76	1976
Salão de Exposições do MEC	8.352	PDAC	345/76	1976
Salão Nacional de Arte Moderna, XXIV	8.355	PDAC	1006/76	1976
Salário Família	8.362	POUO	263159/76	1976-77
	8.374	POUO	241633/79	1979-80
	8.374	POUO	256215/79	1979-80
	8.378	PSEC	1128/80	1980-81
	8.379	PSEC	233353/80	1980-81
	8.379	PSEC	237647/80	1980-81
	8.379	PSEC	243417/80	1980-81
	8.380	POUO	257192/72	1972
	8.381	PSEC	463/81	1981
	8.381	PSEC	469/81	1981
	8.381	PSEC	579/81	1981
	8.381	PSEC	582/81	1981
	8.381	PSEC	625/81	1981
Salário Família (Biblioteca Nacional)	8.379	POUO	1355/80	1980-81
	8.383	POUO	46/81	1981
	8.383	POUO	1017/81	1981

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Salário Família (Delegacia Regional MEC – GB – Subsetor de Comunicação)	8.371	POUO	201994/78	1978-81
Salário Família (Museu Histórico Nacional)	8.379	POUO	569/80	1980-81
	8.383	POUO	266/81	1981
	8.383	POUO	368/81	1981
Salário Família (Museu Imperial)	8.383	POUO	115/81	1981
Salário Família (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	202447/79	1979
Salário Família (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	217457/79	1979-81
Salvador /BA	8.340	PDAC	851/74	1974-75
Salvatore Rubert	8.335	PDAC	377/74	1974-75
Samuel Achileyas Taets – Cantor Lírico	8.316	PDAC	0951/75	1975
Santa Casa de Misericórdia	8.356	PDAC	1134/76	1976
Santa Casa de Misericórdia – Cidade de Cachoeira BA – Auxílio Financeiro	8.356	PDAC	1134/76	1976
Santa Catarina	8.331	POUO	5703/73	1973-74
	8.332	PDAC	101/74	1974
	8.342	PDAC	1111/74	1974
	8.370	SEAC	781/78	1978
	8.374	POUO	226837/79	1979-80
	8.381	PSEC	114/81	1981
	8.394	DDIV	74	1980
	8.454	PPES		1981
	8.469	CDES		1977
	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.479	CDES		1980
	8.480	CDES		1981
	8.554	REAT		1980
	8.555	REAT		1980-81
Santa Catarina – Haeming Produções Cinematográficas	8.394	DDIV	74	1980
Santa Catarina - Plano	8.555	REAT		1980-81
Santiago Sabino Carvalho	8.345	PDAC	1492/74	1974
Santos /SP	8.354	PDAC	957/76	1976
São José – Medalhas Castro Alves / VII Festival Nacional de Teatro de Estudantes	8.497	DDGS		-
São Paulo	8.333	PDAC	179/74	1974
	8.333	PDAC	212/74	1974
	8.336	PDAC	426/74	1974
	8.348	PDAC	1962/74	1974-75
	8.469	CDES		1977

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
São Paulo	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.479	CDES		1980
	8.480	CDES		1981
	8.553	CSEN		1969
São Paulo (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1213/74	1974
São Paulo Ind Gráfica Editora S/A – SP – Inscrição Ficha de Cadastro de Fornecedores DAC/MEC	8.369	SEAC	185/78	1978-80
Schola Cantorum Rosarii – Rosário – Argentina – Doação Discos Folclóricos	8.357	PDAC	1289/76	1976
SEAC	8.446	ORÇP		1980
SEAC – Auxílio Financeiro para 1980 (Seção de Comunicações /MEC)	8.379	POUO	201890/80	1980
SEAC – Estado de Mato Grosso – Planos e Relatórios – Desenv. Seção Cultura	8.555	REAT		1979
SEAC – Estado de Mato Grosso – Planos e Relatórios – Divisão de Cultura e Assistência Educacional	8.555	REAT		1980
SEAC – MEC – Residências no Recinto do Museu Imperial	8.374	POUO	234172/79	1979
SEAC – Nordeste - Correspondências	8.477	CDES		1980
SEAC – Rondônia – Coop. para Montagem Arquivo sobre Músicas e Trajes Típicos Folclore Regional	8.381	PSEC	98/81	1981
SEAC / Ação Programas do MEC – 80/85 – O Desenvolvimento Cultural	8.400	DDIV	31	1980
SEAC / DAC - Relatório	8.555	REAT		1979
SEAC / Documentação Relativa à sua Implantação	8.400	DDIV	30	1979
SEAC / Secretaria de Assuntos Culturais	8.373	SEAC	985/79	1979-80
	8.374	POUO	234172/79	1979
	8.375	PSEC	262/80	1980
	8.378	PSEC	978/80	1980
	8.378	PSEC	1440/80	1980
	8.381	PSEC	60/81	1981-82
	8.384	RROR		1971-80
	8.388	RROR		-
	8.393	DDIV	95	1981
	8.393	DDIV	79.3	1981
	8.394	DDIV	79.1	1981
	8.395	DDIV	73	1980
	8.396	DDIV	71	1980
	8.398	DDIV	08	1980
	8.398	DDIV	15	1979
	8.399	DDIV	26	1979
	8.400	DDIV	30	1979
	8.400	DDIV	27	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
SEAC / Secretaria de Assuntos Culturais	8.400	DDIV	16	1979
	8.400	DDIV	31	1980
	8.409	REAT		1978-79
	8.410	REAT		1980-81
	8.436	DEPS		1981-82
	8.448	DNBO		1980
	8.453	DDIV		1978-79
	8.477	CDES		1980
	8.512	REAT		1980-81
	8.551	CSEN		1980
	8.552	CSEN		1980
	8.553	CSEN		1980
	8.555	REAT		1979
SEAC / Secretaria de Assuntos Culturais (Seção de Comunicações /MEC)	8.379	POUO	201890/80	1980
SEAC e Entidades Supervisionadas	8.446	ORÇP		1980
SEAT / Secretaria da Ciência e Tecnologia	8.399	DDIV	24	1979
Sebastian Benda - Pianista	8.317	PDAC	0979/75	1975
Sebastiana Leandro da Silva	8.314	PDAC	0876/75	1975
Sebastião Alves de Souza	8.339	PDAC	790/74	1974
Sebastião Barda – Pianista	8.314	PDAC	0871/75	1975
Sebastião Barros – Averbação Tempo Serviço Militar	8.380	POUO	260789/72	1972-77
Sebastião de França - Relatório	8.345	PDAC	1434/74	1974
Sebastião Gonçalvez –Trompetista (Processo)	8.314	PDAC	0880/75	1975
Sebastião Pena Macião e Heloisa Helena Raso	8.306	PDAC	0149/75	1975
Sebastião Pena Marcião	8.330	POUO	259972/75	1975
Sebastião Rodrigues de Oliveira – Músico	8.333	PDAC	177/74	1974
Sebastião Tonson Laviola	8.345	PDAC	1505/74	1974
SEBRAE / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	8.367	PDAC	1769	1977
SEC / Secretaria da Cultura	8.383	PSEC	240615/81	1981-82
	8.384	RROR		1971-80
	8.433	DEPS		1984
	8.434	DEPS		1985
	8.434	DEPS		1986
	8.434	DEPS		1986-87
	8.435	DEPS		1987-88
	8.435	DEPS		1989-90

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Secretaria Administração do Rio Grande do Norte - Auxílio Financeiro para Arquivo	8.378	PSEC	1219/80	1980-81
Secretaria Administração do Rio Grande do Norte - Auxílio Financeiro	8.378	PSEC	1220/80	1980
Secretaria Administração Rio Grande do Norte - Auxílio Financeiro Projeto Divulgação Dif. Hist. Rio Grande do Norte	8.381	PSEC	220/81	1981
Secretaria Assuntos Internacionais – SEAI – Solicitação Pronunciamento SEAC	8.378	PSEC	1440/80	1980
Secretaria Bem Estar Social – SP – Envio Programa Ação Cultural Solicita	8.380	POUO	5657/73	1973-74
Secretaria Comunicação Social – Divulgação Livro "Vozes Sem Poesia Brasil" – Adovaldo F. Sampaio	8.373	SEAC	676/79	1979
Secretaria Comunicação Social – Presidência Departamento – Projeto Cultura – Brasil	8.374	POUO	252717/79	1979-80
Secretaria Cultura do Piauí – Auxílio Financeiro Compl. Obras Biblioteca Teresina	8.381	PSEC	105/81	1981
Secretaria Cultura e Desporto – CE – Projeto Capacitação Recursos Humanos para Área Cultura	8.377	PSEC	853/80	1980
Secretaria Cultura e Desportos Ceará – Projeto de Bolsa Ofertadas pela Mudes	8.381	PSEC	88/81	1981
Secretaria Cultura Esp. Turismo – SC – Panarte /79 – Empréstimo Acervo Existente Casa Vitor M.	8.372	SEAC	417/79	1979
Secretaria Cultura Esporte e Turismo de SC – Auxílio Financeiro Viabilização Projeto	8.381	PSEC	114/81	1981
Secretaria Cultura, Desporto e Turismo – Cópias Relatórios	8.554	REAT		1979
Secretaria Cultura, Desporto e Turismo – Governo do Estado do Pará – Relatório Atividades	8.554	REAT		1978-79
Secretaria da Ciência e Tecnologia - SEAT	8.399	DDIV	24	1979
Secretaria da Educação e Cultura – AL	8.338	PDAC	770/74	1974
Secretaria da Educação e Cultura de Alagoas	8.340	PDAC	889/74	1974
Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Amazonas	8.343	PDAC	1230/74	1974
Secretaria de Apoio - MEC	8.469	CDES		1978
Secretaria de Apoio Administração – Cópias do Decreto Nova Estrutura MEC	8.352	PDAC	321/76	1976-78
Secretaria de Controle Interno do MEC	8.503	DDIV		1980-82
Secretaria de Controle Interno do MEC – Minuta Projeto	8.503	DDIV		1980-82
Secretaria de Cooperação Economica e Técnica Internacional – Subin. Cópia Xérox Conv nº 46/78	8.371	SEAC	800/78	1978
Secretaria de Cultura Ciência e Tecnologia de São Paulo – Auxílio Financeiro	8.354	PDAC	966/76	1976
Secretaria de Cultura Desp. Prom. Social – CE – Auxílio Financeiro Projeto Casa Juvenal Galeano	8.370	SEAC	439/78	1978
Secretaria de Cultura Desporto e Promoção Social – CE – Auxílio Financeiro	8.352	PDAC	147/76	1976
Secretaria de Cultura Desporto e Promoção Social do Ceará – Auxílio Financeiro Aquisição Equipamentos	8.356	PDAC	1196/76	1976
Secretaria de Cultura e Desporto / CE	8.459	PPES		1980
Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social	8.346	PDAC	1638/74	1974
Secretaria de Educação - GB	8.329	POUO	24427/75	1975-76
Secretaria de Educação – Relatório de Atividades Culturais	8.555	REAT		1979
Secretaria de Educação Cultura Amazonas – Projeto Implantação Orquestra Câmara Estado do Amazonas	8.353	PDAC	740/76	1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Secretaria de Educação Cultura Paraná	8.356	PDAC	1282/76	1976
Secretaria de Educação Cultura Paraná – Auxílio Financeiro Projeto IX Curso Internacional de Música	8.356	PDAC	1282/76	1976
Secretaria de Educação de Minas Gerais – BH – MG	8.328	PDAC	2034/75	1975
Secretaria de Educação e Cultura – Conjunto Folclórico do Liceu Paraibano	8.305	PDAC	0014/75	1975
Secretaria de Educação e Cultura – GB	8.347	PDAC	1802/74	1974
Secretaria de Educação e Cultura – João Pessoa/PB	8.332	PDAC	015/74	1974
Secretaria de Educação e Cultura - MT	8.318	PDAC	1203/75	1975
Secretaria de Educação e Cultura – PE – Programação Cultural 1976	8.354	PDAC	942/76	1976
Secretaria de Educação e Cultura – RJ	8.336	PDAC	428/74	1974
Secretaria de Educação e Cultura - RS	8.308	PDAC	0373/75	1975
	8.340	PDAC	882/74	1974
	8.341	PDAC	916/74	1974
Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco	8.305	PDAC	0133/75	1975
	8.343	PDAC	1284/74	1974
	8.345	PDAC	1511/74	1974
Secretaria de Educação e Cultura do AM	8.330	POUO	248413/75	1975-76
Secretaria de Educação e Cultura do DF – Concessão de 40 bolsas Estudo II Curso Internacional de Música	8.358	PDAC	1502/76	1976
Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba	8.334	PDAC	304/74	1974
Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul	8.329	POUO	000116/75	1975-76
Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte	8.305	PDAC	0125/75	1975
Secretaria de Educação e Cultura do Território de Roraima – Relatório Exercício 1975	8.357	PDAC	1464/76	1976
Secretaria de Educação e Cultura no Estado de Mato Grosso	8.338	PDAC	582/74	1974-75
Secretaria de Educação e Cultural de Roraima – RR	8.328	PDAC	2228/75	1975-76
Secretaria de Educação GB – Ministério da Educação	8.329	POUO	24427/75	1975-76
Secretaria de Educação Pernambuco /PE – Projeto de Dança e Música para Alunos Rede Estadual de Ensino	8.377	PSEC	688/80	1980
Secretaria de Ensino 1º e 2º graus – O Currículo como Preocupação p. Respons. p/ Políticas Educação no País	8.399	DDIV	25	-
Secretaria de Ensino Superior – SESU – Conselho dos Secretários – BSB	8.395	DDIV	57	1980
	8.395	DDIV	58	1980
Secretaria de Ensino Superior MEC/SESU	8.399	DDIV	20	1979
Secretaria de Estado da Cultura	8.555	REAT		1980-81
Secretaria de Estado da Cultura – Pará – Relatório e Programação	8.555	REAT		1980-81
Secretaria de Estado da Cultura Ciência Tecnologia SP – Bolsa Ana Stelle Schic	8.352	PDAC	486/76	1976
Secretaria de Estado da Educação – MG	8.332	PDAC	071/74	-
Secretaria de Estado da Educação e Cultura - RN	8.307	PDAC	0248/75	1975
Secretaria de Estado de Cultura Deporto e Turismo PA – Apoio SEAC – Projeto Interiorização Cultural Estado do Pará	8.376	PSEC	270/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Secretaria de Estado de Educação e Cultura – PA	8.342	PDAC	1022/74	1974
Secretaria de Estado de Educação e Cultura de PE	8.327	PDAC	1719/75	1975
Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura – PR	8.307	PDAC	0218/75	1975
	8.346	PDAC	1644/74	1974
Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura Paraná	8.345	PDAC	1472/74	1974
Secretaria de Governo de Santa Catarina – Patrocínio para Grupos Teatrais – SNT / Serviço Nacional de Teatro	8.359	POUO	55/76	1976
Secretaria de Governo do Estado de Santa Catarina	8.327	PDAC	1984/75	1975
Secretaria Desenvolvimento Cultural – MEC / SEAC	8.411	REAT		1980-81
Secretaria do Governo do Estado de SC	8.328	PDAC	2135/75	1975
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN	8.400	DDIV	32	-
Secretaria do Plano Nacional de Cultura	8.461	CDES		1970-71
	8.461	CDES		1971
	8.461	CDES		1971-72
Secretaria Educação	8.309	PDAC	0596/75	1975-76
Secretaria Educação Cultura de Alagoas – Verba para sede Museu Xucurus	8.351	PDAC	1000/74	1974
Secretaria Educação Cultura do Distrito Federal – Expediente Universidade de Califórnia – Santa Bárbara	8.378	PSEC	1402/80	1980
Secretaria Educação Cultura Governo Rondônia – Intercambio Cultural	8.381	PSEC	2204/81	1981
Secretaria Educação Cultura Mato Grosso – Intercambio Cultural	8.381	PSEC	224/81	1981
Secretaria Educação Cultura Sergipe – Auxílio Financeiro IV Encontro Cultural Laranjeiras	8.371	SEAC	842/78	1978
Secretaria Educação do Ceará	8.330	POUO	259031/75	1975-76
Secretaria Educação e Cultura – Doação Projetor de Slides	8.366	PDAC	865/77	1977-78
Secretaria Educação e Cultura – Fundação Cultural – Programa Geral	8.554	REAT		1978
Secretaria Educação e Cultura – RN - Auxílio Financeiro - Realização 02 Projetos	8.375	PSEC	204/80	1980-81
Secretaria Educação e Cultura Amazonas – AM – Auxílio Financeiro Centro Cultural Agnelo Bitterncourt	8.357	PDAC	1388/76	1976
Secretaria Educação e Cultura da Paraíba	8.365	PDAC	600/77	1977
Secretaria Educação e Cultura do DF – Doação Coleção Monografias	8.356	PDAC	1360/76	1976
Secretaria Educação e Cultura do Rio Grande do Norte	8.375	PSEC	204/80	1980-81
Secretaria Educação e Cultura Paraíba – Plano Aplicação Rest. Curso Ballet Teatros	8.365	PDAC	600/77	1977
Secretaria Estadual de Administração – Recursos Humanos /ES - Auxílio Financeiro Projeto	8.377	PSEC	914/80	1980
Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cultura – Correspondência Recebida e Expedida	8.519	CORR		1967-71
Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cultura – Plano de Ação	8.437	PNAC		1968
Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cultura (auditoria interna)	8.443	PNAC		1969-71
Secretaria Extraordinária do Plano Nacional de Cultura	8.461	CDES		1968
	8.461	CDES		1970

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Secretaria Geral	8.402	REAT		1967
	8.403	REAT		1973
Secretaria Geral – Seminário de Indicadores Educacionais no Contexto de Desenvolvimento Social	8.398	DDIV	12	1980
Secretaria Geral do MEC	8.327	PDAC	1914/75	1975-76
	8.331	POUO	248350/72	1972-74
	8.332	PDAC	155/74	1974-75
	8.337	PDAC	513/74	1974
	8.338	PDAC	569/74	1974
	8.347	PDAC	1851/74	1974
	8.438	PNAC		1979
	8.462	CDES		1974
	8.463	CDES		1974-76
	8.471	CDES		1978
	8.475	CDES		1980
	8.481	CDES		1979
Secretaria Geral do MEC – BR - DF	8.327	PDAC	1914/75	1975-76
	8.349	PDAC	2128/74	1974
Secretaria Geral do MEC – BSB – DF - CADEMOR	8.347	PDAC	1851/74	1974
Secretaria Geral do MEC - Correspondência	8.475	CDES		1980
	8.481	CDES		1979
Secretaria Geral do MEC – DF	8.321	PDAC	1505/75	18/07 a 25 09/1975
Secretaria Geral do MEC - Gildásio Amaral	8.402	REAT		1967
Secretaria Geral do MEC / BSB / DF	8.338	PDAC	702/74	1974
Secretaria Geral do MEC e Plano de Aplicação	8.331	POUO	248350/72	1972-74
Secretaria Geral do Ministério das Comunicações – Crédito Suplementar	8.365	PDAC	398/77	1977
Secretaria Geral MEC	8.409	REAT		1978-79
Secretaria Geral MEC – Aquisição Bibliotecas – Recomendação Sr Ministro	8.370	SEAC	440/78	1978
Secretaria Geral MEC em Brasília – Solicita Relatório XX Sessão Conferência Geral	8.377	PSEC	671/80	1980
Secretaria Geral MEC em Brasília / SEAI – Material Informe sobre Deus Africano Kalunga	8.377	PSEC	627/80	1980
Secretaria Municipal de Educação Cultura de Muriaé – MG – Coloca-se à disposição MEC Divulgação Projeto Cultural (Serviço Nacional de Teatro)	8.380	POUO	3304/73	1973-80
Secretaria Municipal Educação e Cultura – Atividades Programadas	8.554	REAT		1976
Secretaria Municipal Educação e Cultura do RJ – Doação de Livros	8.352	PDAC	453/76	1976
Secretaria Patrimônio União – Nomeação Servidor Waldir Trigueiro da Gama	8.360	POUO	220/74	1974-77
Secretaria Trabalho e Bem Estar Social – BA – Auxílio Financeiro III Feira Artesanato Baiano	8.366	PDAC	788/77	1977
Secretaria Turismo do Rio Grande do Sul	8.365	PDAC	507/77	1977-79

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Secretaria Turismo Estado Rio Grande do Sul – Auxílio Financeiro Projeto Cultural /78	8.370	SEAC	524/78	1978
Secretaria Turismo RS – Apoio do DAC Realização Projeto "Cultural 1977"	8.365	PDAC	507/77	1977-79
Secretário Geral do MEC	8.461	CDES		1968-69
Secretário Mário Tavares D'Amaral	8.496	DDGS		-
	8.496	DDGS		1980
Secretário Mário Tavares D'Amaral – Diversos / Testes / Conferências	8.496	DDGS		1979-80
SEDUC – AL	8.340	PDAC	848/74	1974
SEDUC – RJ	8.335	PDAC	354/74	1974
SEDUC – RS	8.333	PDAC	216/74	1974
SEDUC / Secretaria de Educação e Cultura	8.332	PDAC	163/74	1974
	8.333	PDAC	173/74	1974
	8.359	PDAC	1765/76	1976-77
SEDUC / Secretaria de Educação e Cultura (Conselho Federal de Cultura)	8.359	POUO	502	1976-77
SEDUC / Secretaria de Educação e Cultura (Departamento de Assuntos Culturais)	8.359	POUO	1856	1976-77
Semana da Arte e Ensino	8.379	PSEC	224211/80	1980
Semana da Música Popular Brasileira	8.452	DDIV		1975
Semana Universitária de Música Brasileira, 1ª - 1975	8.553	CSEN		1975
Semana Universitária Música Brasileira	8.453	DDIV		1975
Seminário - CETRED - 1980	8.551	CSEN		1980
Seminário de Engenharia de Sistema, IX DAC / MEC / Sistema Cultural Brasileiro	8.553	CSEN		-
Seminário de Estudos sobre o Nordeste, I	8.550	CSEN		1974
Seminário de Estudos sobre o Nordeste, I – Bahia	8.550	CSEN		1974
Seminário de Extensão Universitária, I – Região Norte	8.551	CSEN		1976
Seminário de Indicadores Educacionais no Contexto de Desenvolvimento Social	8.398	DDIV	12	1980
Seminário de Informações sobre os Agentes de Cultura	8.553	CSEN		1978
Seminário de Planejamento Educacional	8.552	CSEN		1979
Seminário de Planejamento Educacional - BSB	8.552	CSEN		1979
Seminário de Professores Primários Supletivos, II	8.553	CSEN		1967
Seminário Estudos sobre o Nordeste, II	8.550	CSEN		1975
Seminário Estudos Sobre o Nordeste, IV	8.367	PDAC	1088	1977-78
Seminário Intern. Violão, XI	8.372	SEAC	442/79	1979
Seminário Internacional de Educação, Formação Profissional e Emprego nas Periferias Urbanas	8.460	PPES		1980
Seminário Interno – SEAC - MEC	8.551	CSEN		1980
Seminário Interno – SEAC – Rio de Janeiro	8.551	CSEN		1980
Seminário Interno da SEAC	8.552	CSEN		1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Seminário Interno da Secretaria de Estado de Assuntos Culturais, I – RJ (Sociedade Brasileira e Política Cultural por Marcio Tavares D'Amaral)	8.443	PNAC		1980
Seminário Literatura Brasileira, IV	8.375	PSEC	264/80	1980
Seminário Nacional do Prodiarte, III – São Luiz /MA – Mensagem	8.451	DDIV		1980
Seminário Nacional para Professor Universitário Língua Inglesa, II – MG	8.373	SEAC	871/79	1979-80
Seminário sobre Fontes Primárias de História Brasil	8.550	CSEN		1976
Seminário sobre Missões Jesuíticas	8.553	CSEN		1972
Seminário sobre Políticas Planejamento da Educação e Cultura – BSB	8.550	CSEN		1979
Seminário sobre Univers., [...] e Comunidade - PB	8.551	CSEN		1979
Seminários e Conferências, Correspondências sobre	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
SENAC / MG	8.457	PPES		1977
Senador Ney Braga	8.406	REAT		1977
SENAVOX – Capoeira e Arte Marcial Brasil - Auxílio Financeiro Promoção de Eventos	8.376	PSEC	318/80	1980
SENEC	8.333	PDAC	175/74	1974
SEPLAN / Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (Módulos I e II)	8.505	POUO		1980
Septembrus Filmes Ltda	8.340	PDAC	821/74	1974-75
SER	8.370	SEAC	357/78	1978-79
	8.402	REAT		1970
	8.404	REAT		1975
	8.407	REAT		1977
	8.440	PNAC		1980-85
Sérgio dos Santos – Autorização Filmagem Obras do Aleijadinho	8.369	SEAC	158/78	1978
Sérgio Fausto Nacle – MHN – Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	202187/81	1981
Sérgio Flávio Ferreira da Silva – Certidão de Tempo Serviço	8.383	PSEC	224741/81	1981
Sérgio Leal Carneiro – Averbação Tempo Serviço	8.382	PSEC	209727/81	1981
Sérgio Renato Victor Villela – Niterói – RJ	8.326	PDAC	1657/75	1975
Sergio Sanz – RJ	8.322	PDAC	1560/75	28 a 29/07/1975
Sergio Squeff Barcelos – Pianista	8.316	PDAC	0955/75	1975
Sérgio Varella Cid	8.335	PDAC	379/74	1974
Sergipe	8.469	CDES		1977
	8.473	CDES		1978
	8.474	CDES		1979
	8.479	CDES		1980
	8.481	CDES		1982

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Serviço de Atividades Auxiliares – BN – Salário ex Funcionário Biblioteca Nacional	8.363	PDAC	094/77	1977-79
Serviço de Rádio Difusão Educativa	8.358	PDAC	1519/76	1976
	8.381	PSEC	714/81	1981
	8.385	RROR		1937-
	8.405	REAT		1976
	8.502	DDIV		1971-79
	8.327	PDAC	1937/75	1975-86
	8.337	PDAC	518/74	1974
	8.338	PDAC	728/74	1974
	8.432	DEPS		1979
	8.432	DEPS		1980-82
	8.466	CDES		1976-77
	8.462	CDES		1975
	8.470	CDES		1978
	8.475	CDES		1980
Serviço de Radio Difusão Educativa – Fatura /77 – Embratel	8.373	SEAC	504/79	1979-80
Serviço de Radio Difusão Educativa – MEC – SER – Auxílio Financeiro – Programa Serviço Radio Difusão Educativa	8.370	SEAC	357/78	1978-79
Serviço de Radiodifusão Educativa – Correspondência	8.475	CDES		1980
Serviço de Radiodifusão Educativa – Projeto Minerva – Rio	8.329	POUO	235547/75	1975
Serviço Rádio Difusão Educativa – SER – Auxílio Financeiro Aquisição Aparelho Telefônicos Telerj	8.372	SEAC	438/79	1979-80
Serviço Rádio Difusão Educativa – Solicita Provisão Orçamentária – Despesas com Diárias	8.381	PSEC	714/81	1981
Serviço Rádio Difusão Educativa – SRE – Alteração Orçamentária SRE/76	8.358	PDAC	1519/76	1976
Serviço de Teatro da UFP	8.339	PDAC	800/74	1974
Serviço Nacional de Teatro	8.308	PDAC	0457/75	1975
	8.309	PDAC	0539/75	1975
	8.311	PDAC	0718/75	1975
	8.333	PDAC	206/74	1974-76
	8.337	PDAC	554/74	1974-75
	8.344	PDAC	1302/74	1974-79
	8.349	PDAC	2317/74	1974
	8.352	PDAC	346/76	1976
	8.386	RROR		-
	8.403	REAT		1974
	8.464	CDES		1975-76
	8.464	CDES		1976
	8.465	CDES		1977
	8.471	CDES		1978

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Serviço Nacional de Teatro – Comissão Especial – Proposta	8.380	POUO	54/69	1969-70
Serviço Nacional de Teatro – Concessão de Crédito	8.354	PDAC	854/76	1976
Serviço Nacional de Teatro – Ref à Peça: Vestido de Noiva	8.352	PDAC	346/76	1976
Serviço Nacional de Teatro – Transformação Estrutura Orgânica	8.501	DAVL	0504/75	1975
Serviço Nacional Teatro – Repasse Verba Pagamento Estagiários	8.375	PSEC	251/80	1980
Serviço Nacional Teatro – SNT – Relatório Atividades - Exercício 1976	8.364	PDAC	176/77	1977
Serviço Nacional Teatro – Solicitação Crédito Suplementar	8.356	PDAC	1278/76	1976
Serviço Público Federal	8.405	REAT		1975
Serviço Social do Comercio – SESC – GB	8.347	PDAC	1929/74	1974
Serviço Social do Comércio – SESC RJ	8.328	PDAC	2442/75	1975
Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul – Amir Santos	8.331	POUO	261035/69	1969
Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul – Def. Forn. Passagens	8.331	POUO	258708/69	1969
Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S/A – Pagamento Fatura	8.380	POUO	167/71	1971
Servidor Sérgio Guerra Duarte (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	218040/79	1979
Sessão da Conferência Geral da Unesco, XXI – Belgrado – Sub Sec Desenvolvimento Cultural	8.395	DDIV	68	1980
Setor de Serviços Gerais – DAC - MEC	8.348	PDAC	2056/74	1974-80
Setor de Serviços Gerais do DAC	8.380	POUO	207321/73	1973-76
Setor de Transportes	8.331	POUO	258710/69	1969
Setor Serviços Gerais DAC	8.431	DEPS		1974
Setor Transportes – Avaria Viatura Oficial	8.380	POUO	736/73	1973-74
Setores Culturais	8.387	RROR		-
	8.388	RROR		-
Sharp S/A – Equipamentos Eletrônicos	8.318	PDAC	1067/75	1975-80
Show Art Photografic	8.342	PDAC	1036/74	1974
Show Roberto Carlos e seu Conjunto	8.369	SEAC	226/78	1978
Sidney Silva - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	209710/81	1981
Silea Stopatto Esteves - Cantora	8.316	PDAC	0959/75	1975
Silo Tavalen	8.350	PDAC	2353/74	1974-75
Silvio Back	8.334	PDAC	343/74	1974
Silvio Back - Produções Cinematográficas Ltda – Curitiba - PR	8.320	PDAC	1458/75	1975
Simpósio de História, IV	8.367	PDAC	977/77	1977
Sindicato da Empresas Distribuidoras Cinematográficas	8.347	PDAC	1944/74	1974
Sindicato das Casas de Diversão do Estado da Guanabara – Comunicação de Posse (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4245/74	1974
Sindicato dos Artistas e Técnicos Espetáculos de São Paulo – Artur Miranda – Presidente	8.338	PDAC	641/74	1974
Sindicato Indústria Cinema Estado de São Paulo – Revisão Filme Recursos para Comissão Concine Nos 37 e 40	8.379	PSEC	206989/80	1980-81
Sindicato Indústria Cinematográfica de SP (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	202653/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Sindicatos Indústria Cinematográfica Estado de São Paulo e Outros – Proibição Veiculação Filmes Publicitários Estr.	8.372	SEAC	276/79	1979
Sino Produções S/C Ltda - SP	8.326	PDAC	1663/75	1975
Siqueira Campos – Deputado	8.347	PDAC	1782/74	1974
Sistema Cultural Brasileiro	8.553	CSEN		-
Sistema Indústria e Comércio de Moces e Est Ltda	8.328	PDAC	2235/75	197582
Sistema Nacional de Cultura	8.396	DDIV	72	1980
Sistema Nacional de Museus – estudos – Proposta Museu de Arte [..] – Relatórios – I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus – Projeto – Criação SNM – Prof Costa Pinta, Viagem ao Norte e Nordeste - Diversos	8.508	DDIV		1972-78
SNT – Correspondência	8.482	CDES		1979
SNT – Diversos – Pedido de Verba – Plano de Ação – Pedido Exoneração – Portaria	8.570	DDIV		1970-79
SNT – Projeto – Minuta – Plano de Atividades – Normas Julg – Rel. Processos - Relatórios	8.571	DDIV		1971-82
SNT – Serviço Nacional de Teatro - Diversos	8.475	CDES		1979-80
SNT – Serviço Nacional do Teatro – Correspondências	8.476	CDES		1980
SNT / FUNARTE	8.409	REAT		1978-79
SNT / MEC	8.406	REAT		1976
SNT / MEC / DAC	8.407	REAT		1977
SNT / PAC	8.404	REAT		1975
SNT / PAC / DAC	8.405	REAT		1976
SNT / Serviço Nacional de Teatro	8.331	POUO	69319/67	1967-70
	8.355	PDAC	1096/76	1976-80
	8.359	POUO	55/76	1976
	8.360	POUO	250/74	1974
	8.404	REAT		1975
	8.404	REAT		1975
	8.404	REAT		1976
	8.406	REAT		1977
	8.406	REAT		1976
	8.407	REAT		1977
	8.438	PNAC		1981
	8.440	PNAC		1980-85
	8.440	PNAC		1980-85
	8.446	ORÇP		1977
	8.475	CDES		1979-80
	8.476	CDES		1980
	8.482	CDES		1979
	8.512	REAT		1980-81

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
SNT / Serviço Nacional de Teatro	8.570	DDIV		1970-79
	8.571	DDIV		1971-82
SNT / Serviço Nacional de Teatro (Rolos Filmes não encontrados)	8.359	POUO	111/76	1976
Sociedade Artes Letras e Ciências do Rio de Janeiro	8.366	PDAC	840/77	1977
Sociedade Artística e Cultural "Os Novos"	8.343	PDAC	1251/74	1974
Sociedade Artística Villa Lobos	8.349	PDAC	2315/74	1974-75
Sociedade Artística Villa Lobos – Relatório Atividades 75 – Manutenção Pianos	8.352	PDAC	120/76	1976
Sociedade Autores Teatrais	8.338	PDAC	640/74	1974
Sociedade Brasil Realização Art. Culturais – SBMAC – Rio – Auxílio Financeiro VIII Concurso I Canto	8.358	PDAC	1737/76	1976-77
Sociedade Brasileira de Cultura / SP	8.457	PPES		1980
Sociedade Brasileira de Educação Através da Arte - SOBREARTE	8.307	PDAC	0238/75	1975
Sociedade Brasileira de Educação Musical	8.332	PDAC	096/74	1974
Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos	8.328	PDAC	2255/75	1975-76
Sociedade Brasileira de Geologia – BH / MG – Estatutos 29º Congresso Brasileiro de Geologia	8.357	PDAC	1459/76	1976
Sociedade Brasileira de Música Contemporânea - DF (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	216954/75	-
Sociedade Brasileira e Política Cultural por Marcio Tavares D'Amaral	8.443	PNAC		1980
Sociedade Brasileira Instrução – RJ – Auxílio Financeiro Programa Cultural Centro Cultural Candido Mendes	8.371	POUO	1012/78	1978-79
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – CE – 31ª Reunião Anual SBPC – Fortaleza CE	8.372	SEAC	303/79	1979
Sociedade Brasileira Realização de Artividades Culturais	8.358	PDAC	1737/76	1976-77
Sociedade Civil Colégio Moderno – PA – Auxílio Financeiro – Pesquisa	8.371	POUO	983/78	1978-79
Sociedade Civil Colégio Moderno – PA – Auxílio Monetário	8.353	PDAC	694/76	1976
	8.353	PDAC	695/76	1976
Sociedade Civil de Cultura Barra – GB (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	210179/75	1975
Sociedade Coral de Belo Horizonte – MG	8.347	PDAC	1777/74	1974
	8.318	PDAC	1196/75	1975
Sociedade Cultura Artística Crato - Auxílio Financeiro Atividades Artísticas	8.381	PSEC	358/81	1981
Sociedade Cultura Artística do Crato – CE – Auxílio Financeiro para Aquisição Equipamentos	8.358	PDAC	1597/76	1976-77
Sociedade Cultural Artística Crato – CE – Auxílio Financeira para Manutenção – Prof Viola	8.364	PDAC	170/77	1977
Sociedade Cultural Artística Crato – CE – Auxílio Financeiro Realização Obras Equipamentos, etc	8.370	SEAC	552/78	1978
Sociedade Cultural Artística Crato – SCAC – CE – Auxílio Financeiro Projeto Educação Artística	8.369	SEAC	152/78	1978
Sociedade de Artes, Letras e Ciências – Pro Arte - RS	8.305	PDAC	0131/75	1975
Sociedade de Artistas Líricos Brasileiros – Criação do Instituto Nacional "Artes Cênicas"	8.383	PSEC	242366/81	-
Sociedade de Cultura Artística de Vitória - ES	8.333	PDAC	238/74	1974
	8.333	PDAC	239/74	1974

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Sociedade de Cultura Artística de Vitória – ES	8.333	PDAC	240/74	1974-75
	8.319	PDAC	1288/75	1975
Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil	8.456	PPES		1979
Sociedade de Intercambio Brasil África – Alorum Baba Mi	8.313	PDAC	0851/75	1975
Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes – Blumenau /SC	8.454	PPES		1981
Sociedade Filarmônica São Sebastião	8.337	PDAC	489/74	1974
Sociedade Musical Beneficiente Euterbe Friburguense	8.320	PDAC	1435/75	1975
Sociedade Musical Brasileira – Apoio Financeiro Realização Concertos	8.501	DAVL	2087/75	1975-76
Sociedade Musical Henrique Jorge	8.347	PDAC	1886/74	1974-75
Sociedade Pró Musica Sacra de SP	8.342	PDAC	1032/74	1974
Sociedade Prom. e Desenvolvimento Vendas /SP – Auxílio Financeiro 1ª Feira Amostras Desenvolvimento Amazônia	8.381	PSEC	730/81	1981
Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta	8.321	PDAC	1486/75	1975
Sociedade Universitária Augusto Motta	8.339	PDAC	799/74	1974
Solano Santos de Moraes – Termo de Opção (Departamento de Pessoal do MEC)	8.362	POUO	201325/76	1976-77
Solicita Pagamento Atrasados	8.379	PSEC	226223/80	1980-81
	8.379	PSEC	238616/80	1980-81
Solicitação Manifestação Sr Ministro Sobre Doação Palácio das Laranjeiras (Departamento Administração)	8.368	POUO	325524	1977-79
Solicitação Transferência	8.379	PSEC	227346/80	1980
Son Indústria e Comércio – Plano "Marketing" – Marcus Pereira (Seção de Comunicações /MEC)	8.374	POUO	213131/79	1979
Sônia Giovannetti Fonseca – Bolsa Auxílio Pesquisa Projeto Arqueológico Lerroville	8.363	PDAC	131/77	1977-79
Sonia Goulart - Inclusão no PAC / 75 – 10 recitais e concertos	8.351	PDAC	2269/74	1974
Sonia Goulart Lehninger – Pianista	8.311	PDAC	0742/75	1975
Sônia Maria Carnevale de Andrade – Permanência da Estagiária no MVL	8.364	PDAC	328/77	1977
Sonia Maria Vieira	8.343	PDAC	1143/74	1974
Sonia Maria Vieira – Pianista	8.310	PDAC	0628/75	1975
Soprano Antea Claudia	8.351	PDAC	2281/74	1974
SPHAN / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	8.457	PPES		1981
SPHAN / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Correspondências	8.476	CDES		1980
SPHAN / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – UFOP	8.457	PPES		1981
SPHAN / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – UFOP – PMOP – Projeto Revitalização do Mercado Municipal de Ouro Preto	8.457	PPES		1981
SPHAN / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – UFOP – PMOP – Projeto Revitalização do Mercado Municipal de Ouro Preto	8.457	PPES		1981
Stanislaw Smilgin - Violonista	8.313	PDAC	0860/75	1975
Status S/A Empreendimentos Culturais	8.328	PDAC	2309/75	1975-76
SUAM	8.458	PPES		1979-80

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Subsecretaria de Assuntos Culturais – Documentos Diversos	8449	DDIV		1980-81
Subsecretaria de Assuntos Culturais da SEC – Nelson Eizinik – Designação Substituto	8.383	PSEC	240615/81	1981-82
Subsecretaria de Desenvolvimento Cultural – Assuntos Diversos	8.449	DNBO		1980-82
	8.449	DNBO		1980-81
	8.449	DNBO		1980
Subsecretaria de Estudo, Pesquisa e Referência Cultural	8.454	PPES		1979-81
Subsecretário de Orçamento e Finanças MEC	8.463	CDES		1976
Subsídios para a Política e Planejamento da Educação – Documentação Preliminar	8.398	DDIV	13	1979
Subsídios para Elaboração de uma Proposta para a Universidade	8.455	PPES		1980
Subsídios para Elaboração do III PSECD – Folheto	8.440	PNAC		1979
Substituição de Servidores	8.379	PSEC	240341/80	1980-81
Sugestão DAC para Desenvolvimentos Artes no Brasil	8.380	POUO	4474/73	1973-74
Sugestões sobre a Implantação da Disciplina de Educação Artística	8.451	DDIV		1972
Sula Jaffe e Clara Suerner Pandolfi – Pianista (Processo)	8.314	PDAC	0884/75	1975
Sula Jaffé Zacharias / Alfredo Jaffé – Violonista (Processo)	8.312	PDAC	0806/75	1975
Sula Jaffé Zacharias / Daisy Luca – Pianista (Processo)	8.312	PDAC	0804/75	1975
Sula Jaffé Zacharias / Nelson Freire – Pianista (Processo)	8.312	PDAC	0803/75	1975
Superintendência Desenvolvimento Região Centro-Oeste /DF – Auxílio Financeiro – III Mostra de Arte e Artesanato (FUNARTE)	8.383	POUO	851/81	1981
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Planejamento Regional da Amazônia	8.553	REAT		1980-85
Supervisão Áreas de Música, Espetáculos e Artes Plásticas	8.333	PDAC	174/74	1974
Suzana Sereno	8.327	PDAC	1689/75	1975
Sygmund Stanislaw Kubala - Violoncelista	8.310	PDAC	0640/75	1975
Sylvia Bastos Tigre	8.308	PDAC	0442/75	1975
Sylvio Theodosio de Mello	8.333	PDAC	244/74	1974
Tairone Feitosa Pereira – RJ	8.326	PDAC	1662/75	1975
Talbino Fraternali Orcioni – Roma (Estas pastas extraviaram)	*	POUO	212815/75	1975
Tânia Geni Savietto – SP	8.325	PDAC	1604/75	29 a 30/07/1975
Tânia Maria Teives Bezerra – Alteração Nome Para Tânia Maria Frejat (Departamento Administração)	8.368	POUO	214982/77	1977-81
Tânia Maria Teives Bezerra e Outro	8.360	POUO	250102/74	1974-80
Tapeçaria Líder S/A – Inscrição Ficha de Cadastro Fornecimento DAC - MEC	8.363	PDAC	074/77	1977-80
Tarcysio Fernandes de Albuquerque - Gratificação Qüinqüenal	8.382	PSEC	208821/81	1981
Tarde Filmes Ltda - Auxílio Financeiro – Filmagem Festa Território Amapá	8.378	PSEC	928/80	1980
Tarsila Pereira Gonsalves e Outros	8.346	PDAC	1532/74	1974-75
Tatiana Goloukeff	8.360	POUO	267003/74	1974-75
Tavares Bastos	8.501	DAVL	1201/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
TCU / Tribunal de Contas da União	8.446	ORÇP		1973
Teatro Brasileiro de Ópera	8.335	PDAC	395/74	1974
Teatro Carlos Gomes	8.363	PDAC	076/77	1977-79
Teatro da Facha	8.367	PDAC	934/77	1977-79
Teatro de Amadores de Sousa – PB	8.329	POUO	228152/75	1975
Teatro de Arena da Guanabara	8.339	PDAC	815/74	1974-76
Teatro de Las Américas Unidas – Peça Teatral Bodas de Sangre	8.353	PDAC	626/76	1976
Teatro de Ópera da Guanabara (Processo)	8.315	PDAC	0902/75	1975
Teatro de Ópera de Pernambuco	8.336	PDAC	420/74	1974
Teatro de Ópera do Rio de Janeiro	8.328	PDAC	2043/75	1975-76
Teatro Didática	8.339	PDAC	798/74	1974
Teatro Didática S/C Ltda	8.338	PDAC	783/74	1974
Teatro Espírita de Brasília	8.319	PDAC	1342/75	1975
	8.339	PDAC	793/74	1974
Teatro Estável de São Paulo	8.347	PDAC	1937/74	1974
Teatro Estudo e Pesquisa – TEP –Grupo Amador de Teatro Santos –Auxílio Locomoção	8.362	POUO	212143/76	1976
Teatro Experimental de BH/MG	8.339	PDAC	820/74	1974
	8.332	PDAC	088/74	1974
Teatro Leopoldina – RS	8.327	PDAC	1718/75	1975
Teatro Livre da Bahia	8.308	PDAC	0459/75	1975
Teatro Maranhão Natal	8.343	PDAC	1260/74	1974-77
Teatro Móvel	8.340	PDAC	898/74	1974
Teatro Municipal de Niterói – Reforma e Modificação	8.455	PPES		1973
Teatro Municipal do RJ	8.461	CDES		1969
Teatro Popular – Vitória /ES	8.454	PPES		1973
	8.454	PPES		1972-74
Teatro Ruth Escobar	8.339	PDAC	816/74	1974
Teatro Ruth Escobar – Envio Filmes – "Autos Sacramentais" – SNT (Serviço Nacional de Teatro) [Rolos Filmes não encontrados]	8.359	POUO	111/76	1976
Teatro Social	8.336	PDAC	415/74	1974
Teatro Vivo – Produções Artística Ltda	8.348	PDAC	1994/74	1974-75
Tecnogeral S/A – Comércio Indústria	8.346	PDAC	1577/74	1974
	8.327	PDAC	1720/75	1975-80
Telegrama	8.539	CORR		1979
Telegramas – Telex – Detemec – Expedido	8.513	CORR		1970-81
	8.514	CORR		1970-81
	8.515	CORR		1970-81

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Telegramas – Telex – Detemec – Expedido	8.516	CORR		1970-81
	8.517	CORR		1970-81
	8.518	CORR		1970-81
TELERJ	8.372	SEAC	438/79	1979-80
Tempo de Serviço	8.352	PDAC	472/76	1976-80
	8.435	DEPS	7806/65	
Teófilo Martins Feitermann – Ficha Gratificação Quinquenal	8.380	POUO	259436/71	1971-81
Teresina / PI – Liberação Verba Construção Biblioteca Auditório	8.383	PSEC	230799/81	1981
Teresina / PI (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1977/74	1974-75
Território Amapá	8.378	PSEC	928/80	1980
Território Federal de Roraima - Auxílio Financeiro Projeto Estadual Pesquisa Cultura Local	8.381	PSEC	196/81	1981
Territórios Amapá	8.474	CDES		1979
Territórios Roraima	8.474	CDES		1979
Teuto Brasileira Bonn Alemanha	8.330	POUO	260037/75	1975-76
Texto "Televisão, Violência e Sociedade"	8.373	SEAC	683/79	1979
The Brazilian Gazette	8.338	PDAC	723/74	1974
Therezinha Mendes Lessa – Cancelamento Salário Família	8.374	POUO	241633/79	1979-80
Thierno Gueye – Apoio Realização Projeto "A Política e Cultura nas Relações Brasil - África"	8.373	SEAC	636/79	1979
Thomas Estrela e Alcyr de Souza Coelho – Processo Administrativo	8.366	PDAC	726/77	1977
Thomaz Jorge Farkos – SP	8.322	PDAC	1565/75	28 a 29/07/1975
Tiradentes / MG	8.352	PDAC	261/76	1976
Tomada de Contas - TCU	8.446	ORÇP		1973
Tombamento Forte Coimbra (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	5350/74	1974-75
Top Management – Top Tema	8.497	DDGS		1977
Trabalhos do Grupo Assessorial	8.506	DPNE		1963-71
Trabalhos e Textos	8.497	DDGS		1958-77
Trabalhos e Textos do Dr Diegues	8.497	DDGS		1958-77
Trabalhos e Textos do especialista Pedro [...]	8.438	PNAC		1979
Trabalhos Literários	8.375	PSEC	221/80	1980
Trabalhos Particulares Dr Diegues	8.496	DDGS		1977
Tracunhaém	8.456	PPES		1981
Trans Filme – Departamento de Projetos Didáticos	8.341	PDAC	960/74	1974
Transferência Curso de Museus para FEFIERJ	8.365	PDAC	474/77	1977
Transferência do MHN para Museu Edson Carneiro (Departamento Administração)	8.371	POUO	218110/78	1978-81
Transferência Museu Villa lobos para Prédio Escola Ana Néri	8.381	PSEC	79/81	1981
Treinamento Programado à Distância (Módulos I e II)	8.505	POUO		1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Trio da Escola de Musica de Brasília (Processo)	8.314	PDAC	0883/75	1975
Trio Eolius	8.316	PDAC	0958/75	1975
Trio Irakitan	8.316	PDAC	0960/75	1975
	8.334	PDAC	281/74	1974-75
Trio Klei – Almeida - Dauelsberg	8.349	PDAC	2300/74	1974-75
Trio Niremberger	8.334	PDAC	314/74	1974
Trio Os Recitalistas	8.351	PDAC	2249/74	1974
Troupe Miranda Pende	8.311	PDAC	0736/75	1975
Tudo Isto é Brasil - Área do Rádio – DSC - PAC	8.552	CSEN		1974
Tuna Espinheira – Salvador – BA	8.321	PDAC	1469/75	1975
Turíbio Santos – Aulus	8.348	PDAC	2096/74	1974
TVE / Televisão Educativa	8.348	PDAC	1979/74	1974
	8.405	REAT		1975
	8.502	DDIV		1971-79
	8.502	DDIV		1971-79
Ubirajara Moreira	8.343	PDAC	1169/74	1974
UEFS / Universidade Estadual de Feira de Santana	8.491	PPES		1976
UERJ / Universidade Estadual do Rio de Janeiro	8.490	PPES		1976
UFACRE / Universidade Federal do Acre	8.492	PPES		1975
UFAL / Universidade Federal de Alagoas	8.491	PPES		1976
	8.492	PPES		1976
UFAL / Universidade Federal de Alagoas – Atividades Realizadas 1976 – Programa 1976	8.356	PDAC	1142/76	1976
UFBA / Universidade Federal da Bahia	8.367	PDAC	1048/77	1977-79
	8.369	SEAC	306/78	1978
	8.490	PPES		1977
	8.491	PPES		1976
UFCE – Informações OF Nº 1424/76	8.362	POUO	248141/76	1976-80
UFCE / Universidade Federal do Ceará	8.362	POUO	248141/76	1976-80
	8.489	PPES		1976
	8.494	PPES		1976
UFES / Universidade Federal do Espírito Santo	8.490	PPES		1976
	8.492	PPES		1977
	8.492	PPES		1976
UFF / Universidade Federal Fluminense	8.309	PDAC	0527/75	1975-76
	8.329	POUO	243221/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
UFF / Universidade Federal Fluminense	8.378	PSEC	966/80	1980
UFGO / Universidade Federal de Goiás	8.490	PPES		1976-77
	8.491	PPES		1977
UFJF / Universidade Federal de Juiz de Fora	8.354	PDAC	822/76	1976
UFMG / Universidade Federal de Minas Gerais	8.334	PDAC	284/74	1974
	8.337	PDAC	565/74	1974
	8.354	PDAC	822/76	1976
	8.376	PSEC	310/80	1980
	8.493	PPES		1976
	8.493	PPES		1976
	8.493	PPES		1977
UFOP / Universidade Federal de Ouro Preto	8.354	PDAC	822/76	1976
UFPA / Universidade Federal do Pará	8.491	PPES		1976
	8.491	PPES		1977
UFPB / Universidade Federal da Paraíba	8.362	POUO	249471/76	1976-80
	8.489	PPES		1976
	8.491	PPES		1976-77
UFPB / Universidade Federal da Paraíba - Remessa Plano de Curso	8.362	POUO	249471/76	1976-80
UFPE / Universidade Federal de Pernambuco	8.490	PPES		1976-77
	8.492	PPES		1976-77
UFPR / Universidade Federal do Paraná	8.370	SEAC	344/78	1978-80
	8.491	PPES		1976
	8.491	PPES		1976-77
UFPR / Universidade Federal do Paraná (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	2824/74	1974
UFRJ / Universidade Federal do Rio de Janeiro	8.329	POUO	220696/75	1975
	8.340	PDAC	826/74	1974
	8.342	PDAC	1047/74	1974
	8.350	PDAC	216785/74	1974
	8.356	PDAC	1263/76	1976
	8.362	POUO	259970/76	1976-80
UFRJ / Universidade Federal do Rio de Janeiro – Auxílio Financeiro Concertos Didáticos	8.356	PDAC	1263/76	1976
UFRJ / Universidade Federal do Rio de Janeiro - Estudo Problemas Brasileiros (Departamento Administração)	8.362	POUO	259970/76	1976-80
UFRN / Universidade Federal Rio Grande do Norte	8.489	PPES		1977
	8.492	PPES		1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
UFRS / Universidade Federal do Rio Grande do Sul	8.491	PPES		197-77
	8.491	PPES		1977
	8.494	PPES		1976
UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina	8.491	PPES		1976-77
UFSCar / Universidade Federal São Carlos	8.492	PPES		1977
UFSE / Universidade Federal de Sergipe	8.490	PPES		1976
	8.494	PPES		1976
UFV / Universidade Federal de Viçosa	8.493	PPES		1976
	8.493	PPES		1977
Um Conceito e Consideração	8.498	DAVL		1972
Um Estudo da Favela da Mangueira	8.498	DAVL		1980
Uma Proposta à Formulação de Indicadores Culturais a Partir Estudos Áreas Carentes	8.456	PPES		1980
Uma Proposta Para a Universidade – Subsídios – SC	8.554	REAT		1980
Umuada Hotel	8.333	PDAC	218/74	1974-75
UNB / Universidade de Brasília	8.357	PDAC	1463/76	1976
	8.490	PPES		1976-77
	8.491	PPES		1977
UNESCO - Política Cultural, Encontros sobre	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
UNESCO - Preservação de Patrimônio e Outros Assuntos	8.389	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
UNESCO - Relatórios	8.389	POUO		1968-80
	8.392	POUO		1968-80
	8.390	POUO		1968-80
	8.391	POUO		1968-80
UNESCO / Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – Inventário Tesouros do Mundo	8.366	PDAC	690/77	1977-78
UNESCO / Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	8.369	SEAC	241/78	1978
	8.370	SEAC	567/78	1978
	8.379	POUO	680/80	1980
	8.393	DDIV	90	1980
UNESCO / Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – Paris – Exposição Circulante "Pinturas Chinesa" (FUNARTE)	8.379	POUO	680/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
União Artística Operária Teresinense – Teresina /PI – Liberação Verba Construção Biblioteca Auditório	8.383	PSEC	230799/81	1981
União Cultural Brasil – Estados Unidos – SP – Relatório Anual Diretoria (Gabinete do Ministro)	8.360	POUO	1332/74	1974
União dos Músicos do Brasil – RJ	8.318	PDAC	1073/75	1975
União dos Servidores Públicos Civis	8.339	PDAC	811/74	1974
	8.348	PDAC	2059/74	1974-75
União Espírita Bageense - Auxílio Financeiro Realização Peça Teatral	8.381	PSEC	410/81	1981
União Pioneira Integração Nacional – Auxílio Financeiro – Aquisição Cadeiras	8.366	PDAC	745/77	1977-79
Unidade Cult. "Leur Brito"	8.372	SEAC	379/79	1979
Unión de Museus Latinoam. y del Caribe	8.372	SEAC	224/79	1979
Universidade Amazonas – AM – Concessão Bolsas Programa Bolsa Trabalho Arte	8.369	SEAC	264/78	1978
Universidade Brasília - Concessão Bolsas Programa Bolsa Trabalho Arte /1978	8.369	SEAC	330/78	1978
Universidade Brasília - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1706/76	1976-80
Universidade Católica de Goiás	8.306	PDAC	0203/75	1975-77
Universidade Católica de Goiás - Auxílio Financeiro Projeto Assistência Judiciária às Associações Comunitárias	8.376	PSEC	451/80	1980
Universidade Católica de Goiás – GO - Estudo de Problemas Brasileiro – EPB	8.357	PDAC	1371/76	1976-80
Universidade Católica de Minas Gerais – MG	8.343	PDAC	1136/74	1974
	8.307	PDAC	0296/75	1975-77
Universidade Católica de Minas Gerais – UFMG - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1458/76	1976-80
Universidade Católica de Pelotas	8.306	PDAC	0202/75	1975-77
Universidade Católica de Pernambuco	8.307	PDAC	0272/75	1975-77
	8.329	POUO	223056/75	1975
Universidade Católica de Salvador	8.352	PDAC	189/76	1976
	8.456	PPES		1975
Universidade Católica do Paraná	8.555	REAT		1979-80
Universidade Católica do Paraná – Relatório	8.555	REAT		1979-80
Universidade Católica do Paraná - UCPR - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1553/76	1976-80
Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – Auxílio Concerto Centro Cultural de Música da Universidade	8.362	POUO	215487/76	1976
Universidade Católica Pernambuco – Unicap - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1416/76	1976-80
Universidade Católica Petrópolis - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1680/76	1976-80
Universidade Católica Salvador	8.364	PDAC	370/77	1977-79
Universidade Caxias do Sul - Estudo de Problemas Brasileiro e Cultura Brasileira	8.357	PDAC	1381/76	1976-80
Universidade de Alagoas	8.305	PDAC	0070/75	1975-79

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Universidade de Brasília – DF	8.348	PDAC	1980/74	1974
	8.353	PDAC	580/76	1976
	8.358	PDAC	1706/76	1976-80
	8.318	PDAC	1248/75	1975
Universidade de Brasília - Programa Bolsa Trabalho – Arte	8.355	PDAC	1085/76	1976-77
Universidade de Brasília – Programação – 1º Semestre de 1976	8.353	PDAC	580/76	1976
Universidade de Caxias do Sul	8.347	PDAC	1946/74	1974-77
Universidade de São Paulo - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1540/76	1976-80
Universidade do Estado da Guanabara - RJ	8.307	PDAC	0277/75	1975-77
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Projeto Avaliação Acervo Bibliográfico	8.364	PDAC	228/77	1977-77
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ - Estudo de Problemas Brasileiro – EPB	8.357	PDAC	1370/76	1976
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – Programa Bolsa Trabalho Arte	8.365	PDAC	528/77	1977
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp SP – Estudo de Problemas Brasileiro - EPB	8.356	PDAC	1367/76	1976-80
Universidade Estadual de Campinas – Implantação Questionário para Alunos Candidatos à Bolsa Trabalho e Arte	8.484	PPES		1979
Universidade Estadual de Feira de Santana – BA – Programa Bolsa Trabalho Arte /77	8.365	PDAC	620/77	1977
Universidade Estadual de Londrina – PR - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1425/76	1976-80
Universidade Estadual de Londrina – Relatório	8.555	REAT		1979-80
Universidade Estadual de Ponta Grossa – Auxílio Financeiro IV Festival Nacional de Teatro Amador	8.356	PDAC	1191/76	1976
Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR	8.310	PDAC	0619/75	1975-77
Universidade Estadual do Mato Grosso - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1681/76	1976-80
Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR – Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1415/76	1976-80
Universidade Federal da Bahia – BA	8.306	PDAC	0212/75	1975-77
	8.308	PDAC	0424/75	1975
	8.308	PDAC	0417/75	1975
	8.319	PDAC	1362/75	1975
	8.334	PDAC	323/74	1974-75
	8.337	PDAC	485/74	1974
	8.349	PDAC	2194/74	1974-77
	8.358	PDAC	1570/76	1976-80
	8.369	SEAC	146/78	1978
	8.381	PSEC	190/81	1981
	8.406	REAT		1976
Universidade Federal da Bahia - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	104/80	1980

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Universidade Federal da Bahia – BA – Cronograma e Plano Aplicação Bolsa Arte DAC/DAE/UFBA	8.365	PDAC	593/77	1977
Universidade Federal da Bahia – CCE – BA – Programa Especial Bolsa Arte - UFB	8.353	PDAC	749/76	1976
Universidade Federal da Bahia – Disposição de Servidor	8.379	PSEC	206821/80	1980
Universidade Federal da Bahia – Escola Música Artes Cênicas – Avaliação Crítica Ensino Educação Artística	8.376	PSEC	340/80	1980
Universidade Federal da Bahia – UFBA – Concessão 50 Bolsas Programa Bolsa Trabalho Arte	8.369	SEAC	146/78	1978
Universidade Federal da Bahia – UFBA - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1570/76	1976-80
Universidade Federal da Bahia – Apoio do DAC para Criação Núcleo de Estudos	8.352	PDAC	273/76	1976
Universidade Federal da Bahia – Atividades Realizadas 1975 e Programa 1976	8.354	PDAC	860/76	1976
Universidade Federal da Bahia – Auxílio Financeiro IV Seminário Estudos Sobre o Nordeste	8.367	PDAC	1088	1977-78
Universidade Federal da Bahia – Plano de Aplicação	8.359	PDAC	1849/76	1976-78
Universidade Federal da Bahia – Relatório V Jornada Brasileira Curta Metragem	8.359	PDAC	1827/76	1976
Universidade Federal da Bahia – UFBA – Auxílio Financeiro – VII Jornada Brasileira Curta Metragem /78	8.369	SEAC	238/78	1978
Universidade Federal da Paraíba	8.334	PDAC	294/74	1974
	8.553	REAT		-
	8.555	REAT		1980
Universidade Federal da Paraíba – Auxílio Financeiro VIII Jornada Brasil Curta Metragem	8.372	SEAC	394/79	1979
Universidade Federal da Paraíba – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão	8.555	REAT		1980
Universidade Federal da Paraíba – PB	8.306	PDAC	0179/75	1975-77
Universidade Federal da Paraíba – PB – Programa Bolsa Trabalho – Arte	8.355	PDAC	1082/76	1976
Universidade Federal da Paraíba – Pró-Reitoria para Assuntos do Interior - PB	8.553	REAT		-
Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Prorrogação Prazo Prestação Contas	8.358	PDAC	1763/76	1976
Universidade Federal de Alagoas – AEC – AL – Programa Bolsa – Trabalho Arte /77	8.365	PDAC	479/77	1977
Universidade Federal de Alagoas - AL	8.307	PDAC	0341/75	1975
Universidade Federal de Alagoas – UFAL – AL – Programa Bolsa Trabalho – Arte	8.355	PDAC	1080/76	1976
Universidade Federal de Alagoas – UFAL – AL - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1418/76	1976-80
Universidade Federal de Alagoas – UFAL - Concessão Bolsas Programa Bolsa Trabalho Arte /1978	8.369	SEAC	317/78	1978
Universidade Federal de Brasília – DF - Programa Bolsa Trabalho Arte	8.366	PDAC	644/77	1977
Universidade Federal de Caxias do Sul – RS	8.306	PDAC	0181/75	1975
Universidade Federal de Goiás	8.555	REAT		1981
Universidade Federal de Goiás – Auxílio Financeiro – Passagens Aéreas Coral Universidade	8.356	PDAC	1162/76	1976
Universidade Federal de Goiás – Plano de Ação	8.555	REAT		1981

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Universidade Federal de Juiz de Fora – MG	8.306	PDAC	0178/75	1975-77
Universidade Federal de Minas Gerais	8.334	PDAC	291/74	1974-75
	8.336	PDAC	411/74	1974-75
	8.337	PDAC	501/74	1974
	8.346	PDAC	1600/74	1974-75
	8.354	PDAC	820/76	1976
	8.553	REAT		1977
Universidade Federal de Minas Gerais – Auxílio Financeiro "Giramundo Terra de Bonecos"	8.377	PSEC	712/80	1980
Universidade Federal de Minas Gerais – Convênio Bolsa Trabalho Arte	8.356	PDAC	1135/76	1976
Universidade Federal de Minas Gerais – MG	8.307	PDAC	0274/75	1975-77
Universidade Federal de Minas Gerais – MG – II Seminário Nacional para Professor Universitário Língua Inglesa – MG	8.373	SEAC	871/79	1979-80
Universidade Federal de Minas Gerais – Ofício Nº0683/76 – Bolsa Trabalho / Arte	8.354	PDAC	820/76	1976
Universidade Federal de Minas Gerais – Solicitação ao Ministro da Visita de um Representante (Gabinete do Ministro)	8.361	POUO	4418/74	1974
Universidade Federal de Ouro Preto - MG	8.307	PDAC	0273/75	1975-77
Universidade Federal de Pelotas – UFP - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1444/76	1976-80
Universidade Federal de Pernambuco	8.331	POUO	221561/72	1972-74
	8.336	PDAC	410/74	1974
	8.406	REAT		1976
Universidade Federal de Pernambuco - Bolsa Trabalho / Arte	8.354	PDAC	954/76	1976-77
Universidade Federal de Pernambuco - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1445/76	1976-80
Universidade Federal de Pernambuco – DEC – PE – Prorrogação Convocação Bolsa – Trabalho – Arte	8.364	PDAC	332/77	1977
Universidade Federal de Santa Catarina	8.334	PDAC	303/74	1974
Universidade Federal de Santa Maria	8.369	SEAC	20/78	1978
Universidade Federal de Santa Maria / RS - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1481/76	1976-80
Universidade Federal de Sergipe - Programa Bolsa Trabalho – Arte	8.355	PDAC	1086/76	1976
	8.365	PDAC	624/77	1977
Universidade Federal de Sergipe – Relatório Atividades 75	8.352	PDAC	275/76	1976-77
Universidade Federal de Sergipe – SE – Auxílio Financeiro Criação Museu de Antropologia	8.373	SEAC	853/79	1979-80
Universidade Federal de Sergipe /SE	8.377	PSEC	794/80	1980
Universidade Federal de Sergipe /SE – Projeto Cursos Ligados à Cultura e à Arte	8.377	PSEC	789/80	1980
Universidade Federal de Sergipe /SE – Prorrogação Prazo Disp. Prof. Albertina Brasil Santos	8.377	PSEC	794/80	1980
Universidade Federal de Viçosa - MG	8.307	PDAC	0226/75	1975
Universidade Federal de Viçosa - Programa Bolsa Trabalho Arte	8.365	PDAC	621/77	1977
Universidade Federal de Viçosa / MG – Patrocínio Realização Encontro de Pres UFJF – UFOP – UFMG	8.354	PDAC	822/76	1976

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Universidade Federal do Acre – AC	8.306	PDAC	0180/75	1975-77
Universidade Federal do Acre – Auxílio Financeiro Inst. Auditório UFAC e Prom. Atividades Culturais	8.373	SEAC	659/79	1979
Universidade Federal do Ceará - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	103/80	1980
Universidade Federal do Ceará – Plano Aplicação Bolsa Trabalho Artes (Departamento Administração)	8.368	POUO	225714/77	1977
Universidade Federal do Ceará – Relação de Professores Orientadores (Departamento Administração)	8.368	POUO	259380	1977
Universidade Federal do Ceará /CE – Auxílio Financeiro – Realização 3º Congresso Nacional Sócio e Etnolinguística (FUNARTE)	8.383	POUO	2225/81	1981-82
Universidade Federal do Ceará	8.313	PDAC	0864/75	1975
	8.319	PDAC	1300/75	1975-77
Universidade Federal do Ceará - Auxílio Financeiro III Instit. Universitário de Antropologia	8.376	PSEC	396/80	1980
Universidade Federal do Ceará – Concessão 30 bolsas Trabalho /Arte	8.353	PDAC	609/76	1976-77
Universidade Federal do Ceará / Projeto Pindaré Gurupi	8.399	DDIV	22	1979
Universidade Federal do Espírito Santo	8.306	PDAC	0207/75	1975-77
	8.338	PDAC	676/74	1974
	8.346	PDAC	1626/74	1974
	8.347	PDAC	1774/74	1974
	8.381	PSEC	310/81	1981
	8.487	PPES		1976
	8.553	REAT		1978
Universidade Federal do Espírito Santo - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	99/80	1980
Universidade Federal do Espírito Santo – Auxílio Financeiro – Realização Projeto Acervo Cultural	8.363	PDAC	082/77	1977
Universidade Federal do Espírito Santo – Auxílio Financeiro IV Simpósio de História	8.367	PDAC	977/77	1977
Universidade Federal do Espírito Santo – Convênio Bolsa / Trabalho / Arte	8.487	PPES		1976
Universidade Federal do Espírito Santo - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1477/76	1976-80
Universidade Federal do Espírito Santo – ES – Programa Bolsa Trabalho – Arte	8.355	PDAC	1084/76	1976
Universidade Federal do Espírito Santo – Programa Bolsa – Trabalho Arte / 77	8.365	PDAC	535/77	1977
Universidade Federal do Espírito Santo – Projeto I Painel de Cultura Brasileira	8.381	PSEC	310/81	1981
Universidade Federal do Espírito Santo – Remanejamento Verba	8.364	PDAC	359/77	1977
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Auxílio Financeiro – Implantação Cine Clube Universitário	8.363	PDAC	026/77	1977
Universidade Federal do Pará	8.306	PDAC	0213/75	1975-77
	8.334	PDAC	232/74	1974
	8.334	PDAC	286/74	1974-77
Universidade Federal do Pará – Inclusão no PAC	8.361	POUO	3518/74	1974
Universidade Federal do Pará - PA	8.307	PDAC	0351/75	1975

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Universidade Federal do Pará – Projeto	8.555	REAT		1980-81
Universidade Federal do Paraná - PR	8.343	PDAC	1231/74	1974-77
	8.306	PDAC	0200/75	1975-77
Universidade Federal do Paraná – PR - Atividades Realizadas 1975 e Programa 1976	8.354	PDAC	910/76	1976
Universidade Federal do Piauí	8.310	PDAC	0663/75	1975-77
	8.329	POUO	245229/75	1975-77
	8.330	POUO	246751/75	1975
Universidade Federal do Rio de Janeiro	8.331	POUO	023/68	1968-70
	8.346	PDAC	1631/74	1974-77
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	8.306	PDAC	0214/75	1975-77
	8.340	PDAC	864/74	1974
	8.345	PDAC	1478/74	1974
	8.349	PDAC	2238/74	1974-77
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	8.307	PDAC	0276/75	1975-77
	8.307	PDAC	0336/75	1975-77
	8.329	POUO	226/75	1975
	8.349	PDAC	2134/74	1974
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Doação de 25 Exemplares – Os Lusíadas	8.353	PDAC	730/76	1976
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Liberação Verba – 8º Encontro Nacional Professores Universitários Bras. Literatura Portuguesa	8.373	SEAC	991/79	1979-81
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programação	8.555	REAT		1980-81
Universidade Federal do Sergipe - SE	8.306	PDAC	0182/75	1975-77
Universidade Federal Feira Santana / BA – Projeto Preservação Memória Fotográfica Feira Santana (Solicita) (FUNARTE)	8.379	POUO	1300/80	1980-81
Universidade Federal Fluminense	8.305	PDAC	0140/75	1975
	8.305	PDAC	0141/75	1977
	8.306	PDAC	0177/75	1975-77
	8.342	PDAC	1048/74	1974-77
	8.342	PDAC	1049/74	1974-77
Universidade Federal Fluminense – Liberação Verba – Encadernação Acervo Biblioteca	8.378	PSEC	966/80	1980
Universidade Federal Fluminense – Niterói / RJ – Projeto Bolsa Extensão	8.355	PDAC	1125/76	1976
Universidade Federal Fluminense – Solicita SEAC Auxílio Projeto II Congresso Patologia Região Centro-Leste	8.375	PSEC	262/80	1980
Universidade Federal Goiás	8.356	PDAC	1240/76	1976-77
Universidade Federal Goiás – GO – Projeto de Trabalho	8.375	PSEC	80/80	1980-81
Universidade Federal Goiás – Programa Bolsa Trabalho Arte	8.356	PDAC	1240/76	1976-77
Universidade Federal Juiz de Fora	8.553	REAT		-
Universidade Federal Maranhão	8.555	REAT		1979

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Universidade Federal Maranhão - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	102/80	1980
Universidade Federal Maranhão – Cópias Projeto Pesquisa – Relação Bolsa Concessão	8.366	PDAC	670/77	1977
Universidade Federal Maranhão – Programa Departamento Assuntos Culturais – Pró-Reitoria	8.555	REAT		1979
Universidade Federal Maranhão – UFMA – Auxílio Financeiro Projeto I Semana Literatura Brasileiro	8.369	SEAC	127/78	1978
Universidade Federal Mato Grosso - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	100/80	1980
Universidade Federal Minas Gerais – Auxílio Financeiro – Giramundo Teatro de Bonecos – Participação Festival França	8.372	SEAC	455/79	1979-80
Universidade Federal Minas Gerais - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	101/80	1980
Universidade Federal Minas Gerais - Programa Bolsa Trabalho Arte	8.366	PDAC	643/77	1977
Universidade Federal Ouro Preto – Auxílio Financeiro Programa Universidade Integrada Regional da Cultura	8.379	PSEC	230958/80	1980
Universidade Federal Ouro Preto / MG - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.358	PDAC	1526/76	1976-80
Universidade Federal Pará – Apoio MEC – DAC – Projeto "Museu Integrado do Pará"	8.367	PDAC	1017/77	1977-78
Universidade Federal Pará – Arte na Universidade Federal Pará – Ano em Curso	8.354	PDAC	829/76	1976-77
Universidade Federal Pará - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	97/80	1980
Universidade Federal Pará - Cultura Brasileira e Estudo dos Problemas Brasileiros	8.359	PDAC	1840/76	1976-80
Universidade Federal Pará – PA – Apoio MEC – DAC – Projeto Equipar Sala Leitura	8.367	PDAC	1006/77	1977-79
Universidade Federal Pará - Programa Bolsa Trabalho Arte	8.366	PDAC	645/77	1977
Universidade Federal Pará - Projeto Bolsa Extensão	8.355	PDAC	1127/76	1976
Universidade Federal Paraíba	8.366	PDAC	642/77	1977
Universidade Federal Paraíba - Programa Bolsa Trabalho Arte	8.366	PDAC	642/77	1977
Universidade Federal Paraíba – Projeto "O Inconsciente Coletivo Literatura Micro Região Campina Grande"	8.381	PSEC	303/81	1981
Universidade Federal Paraná	8.356	PDAC	1366/76	1976-80
Universidade Federal Paraná – Auxílio Financeiro – 2º Festival de Arte e Tradições Populares	8.374	POUO	242781/79	1979
Universidade Federal Paraná – Estudo de Problemas Brasileiro – EPB	8.356	PDAC	1366/76	1976-80
Universidade Federal Pernambuco – Solicita Presença Maria Alice Siaines de Castro Congresso	8.362	POUO	254508/76	1976
Universidade Federal Pernambuco – UFPE – Relatório Atividades 1976 – DAE – UFPE	8.364	PDAC	301/77	1977-79
Universidade Federal Piauí – Doação Instrumentos Musicais Implantação Orquestra Sinfônica	8.381	PSEC	450/81	1981
Universidade Federal Piauí – Programa Bolsa Trabalho Arte /77	8.365	PDAC	536/77	1977
Universidade Federal Rio Grande do Norte – Auxílio Financeiro – Sistema Refrigeração Academia Norte Rio Grandense	8.372	SEAC	301/79	1979
Universidade Federal Rio Grande do Norte – Auxílio Financeiro Aquisição de Equipamento Cinemateca	8.355	PDAC	1090/76	1976-77
Universidade Federal Rio Grande do Norte – UFRN – Concessão Bolsas Programa Bolsa Trabalho Arte	8.369	SEAC	316/78	1978

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Universidade Federal Rio Grande do Sul - Auxílio Financeiro – Projeto Bolsa Trabalho Arte	8.375	PSEC	98/80	1980
Universidade Federal Rio Grande do Sul – Auxílio para I Congresso Brasileiro Dialectologia e Etinografia	8.369	SEAC	273/78	1978
Universidade Federal Rio Grande do Sul – Execução Projeto Memória /1981	8.381	PSEC	47/81	1981
Universidade Federal Rural de Pernambuco – Projeto Ampliação do Conselho Universitário da UFRPE	8.400	DDIV	33	1979
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	8.306	PDAC	0217/75	1975-77
Universidade Federal Santa Catarina – UFSC – Cultura Brasileira e Estudo dos Problemas Brasileiros	8.359	PDAC	1766/76	1976-80
Universidade Federal Santa Catarina – UFSC – Financiamento Projeto Museu Universitário	8.370	SEAC	502/78	1978
Universidade Federal Santa Maria – Auxílio Financeiro – VIII Encontro de Corais	8.352	PDAC	090/76	1976
Universidade Federal São Carlos – SP - Cultura Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros	8.357	PDAC	1433/76	1976-80
Universidade Federal Sergipe – Comunicado II Festival de Arte em São Cristóvão	8.374	POUO	238768/79	1979
Universidade Federal Sergipe – Relatório Atividades Culturais Exercício 1976	8.364	PDAC	155/77	1977
Universidade Federal Sergipe – SE – Auxílio Financeiro Centro Artes	8.365	PDAC	496/77	1977-79
Universidade Mackenzie – SP	8.307	PDAC	0275/75	1975-77
Universidade para o Desenvolvimento do Estado de SC – Palestras Prof Ricardo Cravo Albim	8.365	PDAC	409/77	1977
Universidade Regional do Nordeste de Campina Grande – PB	8.345	PDAC	1502/74	1974-76
Universidade Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – RS - Estudo de Problemas Brasileiro – EPB	8.356	PDAC	1369/76	1976-80
Universidades - Correspondências	8.483	CDES		1979
University Of Califórnia – Santa Bárbara – Concessão 02 Diárias- Public. Atas	8.381	PSEC	157/81	1981
Urbino de Freitas Martins Centeio – Gratificação Qüinqüenal (Departamento Administração)	8.368	POUO	257461	1977-81
Urubatão Bernardo Grey – Promoção	8.352	PDAC	254/76	1976
Valci Correa	8.332	PDAC	142/74	1974-75
Valdeci Moraes Venceslau - Cancelamento Salário Família (Biblioteca Nacional)	8.383	POUO	46/81	1981
Valdir de Paula Ribeiro – Cantor Lírico	8.310	PDAC	0620/75	1975
Valdyr Pintos da Fonseca	8.332	PDAC	167/74	1974
Valéria Rocha Neils – Dipensa Grupo Tarefa	8.362	POUO	250152/76	1976-77
Vasconcelos Torres – Senador	8.340	PDAC	896/74	1974
Vassouras – RJ	8.396	DDIV	64	1979
Vera de Oliveira	8.310	PDAC	0649/75	1975
Vera Maria de Araújo	8.372	SEAC	497/79	1979
Verba para Realização 5ª Semana Cultural Orleans	8.374	POUO	226837/79	1979-80
Verba para sede Museu Xucurus	8.351	PDAC	1000/74	1974
Verona Filmes	8.348	PDAC	2072/74	1974-75
Vestibular 1980	8.396	DDIV	62	1979-80

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Viagem a Madrid / Robson de Almeida Lacerda	8.436	DEPS		1975
Vicky Adler	8.348	PDAC	2033/74	1974-75
Vicky Adler – Pianista	8.314	PDAC	0875/75	1975
Victor Affonso Teixeira Fernandes – Averbação para Tempo Serviço	8.383	PSEC	233141/81	1981
Victor G. Ricardo	8.340	PDAC	842/74	1974
Victoria Courbin	8.328	PDAC	2179/75	1975
Victoria E. Perez de Leon	8.339	PDAC	805/74	1974-75
Vida e Obra Pintora Djanira	8.399	DDIV	19	1978
VII Festival Nacional de Teatro de Estudantes	8.497	DDGS		-
Villa Cinema Som e Teatro Ltda	8.346	PDAC	1596/74	1974
Villa Lobos	8.358	PDAC	1604/76	1976-77
Villa Lobos Et Son Inspiration – Congr. La Rencontre Des Cultures – Iugoslávia /79	8.370	SEAC	392/78	1978
Violinista	8.357	PDAC	1413/76	1976
Virgílio Nunes de Almeida – Averbação Tempo Serviço	8.382	PSEC	209711/81	1981
Virgínia Alecrim Mol – Queixa Crime	8.363	PDAC	106/77	1977
Virginia Hogan – Pianista	8314	PDAC	0877/75	1975
Vitalina Vital Brasil	8.344	PDAC	1377/74	1974
Vittorio Galuzzi – Concessão de Diárias	8.363	PDAC	03/77	1977-80
	8.364	PDAC	184/77	1977-80
Viviante Terezinha M. Bodaczny – Auxílio Financeiro – Participar Festival	8.501	DAVL	020/82	1982
Vlademir José Beício Of nº 437 – Ind. DAI (Departamento Administração)	8.368	POUO	235281	1977-81
Waldir Trigueiro da Gama	8.362	POUO	257628/76	1976-77
	8.379	PSEC	226223/80	1980-81
Waldir Trigueiro da Gama – Colepe – DP	8.360	POUO	257178/74	1974-76
Waldir Trigueiro da Gama – Solicita Pagamento Atrasados	8.379	PSEC	226223/80	1980-81
Walkíria da Rocha Nogueira Soares - Auxílio Financeiro Realização 04 Concertos	8.378	PSEC	1123/80	1980
Walmir Ayala – Proposta Concurso de Presépios	8.378	PSEC	1007/80	1980
Walter Burle Marx	8.335	PDAC	373/74	1974
	8.335	PDAC	397/74	1974
Walter de Freitas – Desconto em Folha	8.352	PDAC	301/76	1976-78
Walter Miranda – Cancelamento Salário Família	8.381	PSEC	195/81	1981
Walter Moreira – Termo de Declaração da 3ª DP do DGP (Departamento Administração)	8.368	POUO	248630	1977-80
Walter Pereira do Nascimento	8.341	PDAC	900/74	1974
Wanda Cristina Motta Eichbauen – Transporte Concurso Harpa Tel Aviv - Israel	8.380	POUO	233556/73	1973-74
Wascyli Simões dos Anjos – Oboista	8.314	PDAC	0868/75	1975
Wercal Móveis Ltda	8.328	PDAC	2158/75	1975-80

Conteúdo	Notação Física	Conjunto	Número	Datas-Limite
Willy Carl Von Paraski – Auxílio Doença	8.379	PSEC	218229/80	1980-81
Wilma Cabral Wallace - Cantora Lírica	8.315	PDAC	0925/75	1975
Wilma Thereza Rodrigues de Carvalho	8.337	PDAC	558/74	1974
Wilma Thereza Rodrigues de Carvalho – Relatório II Econtro Sula Rio Grandense Museus	8.369	SEAC	13/78	1978-81
Wilson Simão - Cantor Lírico	8.317	PDAC	0975/75	1975
Yamaha Musical do Brasil Ltda	8.350	PDAC	245942/74	1974
Yara Bernette	8.348	PDAC	2097/74	1974
Yara Mattos – Bolsa de estudos no IV Curso Latino Americano de Administração – Venezuela	8.370	SEAC	426/78	1978
Yara Victória da Silva	8.337	PDAC	509/74	1974
Yara Victoria Produções Artísticas Ltda	8.343	PDAC	1175/74	1974
Yelda de M. Moreria – Designação Servidor (Seção de Comunicações / MEC)	8.374	POUO	211856/79	1979-80
Yolanda de Vilhena Ferreira	8.350	PDAC	2350/74	1974-75
	8.350	PDAC	2351/74	1974
Yves Ublet - RJ	8.325	PDAC	1647/75	1975
	8.325	PDAC	1650/75	1975
Zaccarias Marques – Cantor Lírico (Processo)	8.313	PDAC	0852/75	1975
Zanini e Landri – Projeto e Administração Ltda	8.338	PDAC	691/74	1974
Zélia de Lourdes Diogo Malaguti – Doações de Gravuras, Livros e Folhetos	8.353	PDAC	663/76	1976
Zélia Drummond Rodrigues	8.308	PDAC	0376/75	1975
Zoom – Agência Fotográfica e Editora Ltda	8.343	PDAC	1273/74	1974-75
Zuinglio Martinho Faustini	8.344	PDAC	1402/74	1974